



**Maria Manuela  
Bento Gonçalves**

**Educação, Trabalho e Família: trajetórias de  
diplomados universitários**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação, realizada sob a orientação científica do Dr. António Maria Martins, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro.



Dedico este trabalho ao meu querido pai.



## **o júri**

presidente

**Professor Doutor Jorge de Carvalho Alves**  
professor catedrático da universidade de aveiro

**Professor Doutor Jorge Carvalho Arroiteia**  
professor catedrático da universidade de aveiro

**Professor Doutor Albertino José Ribeiro Gonçalves**  
professor associado com agregação do instituto de ciências sociais da universidade do minho

**Professor Doutor Luís António Pardal**  
professor associado da universidade de aveiro

**Professora Doutora Mariana Teresa Gaio Alves**  
professora auxiliar da faculdade de ciências e tecnologia da universidade nova de lisboa

**Professor Doutor António Maria Martins**  
professor auxiliar da universidade de aveiro



## **agradecimentos**

No final de um percurso tão longo, durante o qual muitas dúvidas, incertezas e angústias nos assaltaram, não poderíamos deixar de demonstrar o nosso apreço por algumas pessoas que, de diferentes maneiras, nos ajudaram e incentivaram.

Ao orientador deste trabalho, Professor Doutor António Maria Martins, gostaríamos de agradecer o seu sábio apoio, quer nos aspectos teóricos de construção da tese, quer nos aspectos técnico-metodológicos da pesquisa empírica; a cedência de material bibliográfico; a rápida, cuidada e minuciosa leitura do material que tanto tempo demorávamos a entregar; as valiosas sugestões e correcções feitas ao trabalho realizado; a disponibilidade sempre encontrada para nos atender e, sobretudo, a sua grande paciência e amizade.

Aos colegas do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro que nos animaram em momentos críticos, aos membros do actual Conselho Directivo e da Comissão Científica, sem cujo apoio não teríamos chegado até aqui, e ainda à Unidade de Investigação A Construção do Conhecimento Pedagógico nos Sistemas de Formação, que disponibilizou os recursos necessários à pesquisa empírica, a todos o nosso agradecimento.

Obrigada ainda, muito especialmente, aos nossos familiares, pelo carinho e força com que nos acompanharam, particularmente o Zé Manel e a Inês, que na fase final de preparação da tese sempre compreenderam e respeitaram o nosso isolamento, tudo fazendo para que este trabalho pudesse ser realizado.

Um reconhecimento especial não poderia deixar de ser endereçado aos nossos amigos que de diferentes maneiras nos ajudaram e foram procurando incentivar-nos, com destaque para a Professora Doutora Nilza Costa, cuja força e energia transbordantes nos contagiaram nalguns momentos cruciais, e para a Dra. Alexandra Gomes, que já sem disso ter obrigação, nos ajudou na correcção dos pormenores de forma do trabalho.

Enfim, a todos os inquiridos que se dispuseram a colaborar neste trabalho, muito obrigada.





**palavras-chave**

Universidade, relação educação-sistema social, sistema de emprego-trabalho, mobilidade social, sistema familiar, autonomização social.

**resumo**

O trabalho que agora se apresenta constituiu uma análise articulada das relações entre a universidade, o trabalho e a família, com incidência nos processos que determinam e permitem compreender a inserção social dos diplomados universitários.

Assim definida, esta problemática foi estruturada em dois eixos principais, correspondentes às vias de organização da vida dos indivíduos na sua passagem para a condição adulta. O primeiro eixo, relativo à transição da escola para o trabalho, diz respeito aos processos de inserção profissional vividos pelos diplomados; o segundo eixo, referente à passagem da família de orientação para a família de procriação, remete para os processos de inserção familiar experimentados pelos indivíduos.

De forma específica, foi nosso objectivo conhecer, descrever e compreender as configurações da inserção social dos diplomados universitários, equacionando os factores sociais, económicos e culturais que a moldam e, igualmente, a importância, o papel e o lugar nela desempenhado pela educação universitária.

Com a finalidade de tornar mais clara a multidimensionalidade subjacente aos processos de inserção social, construímos as trajectórias sócio-profissionais dos diplomados, que permitiram objectivar as formas individuais e colectivas que eles assumem, dado consistirem na descrição e análise dos tempos e das formas dos diferentes acontecimentos, da interacção entre os diversos papéis sociais assumidos e do impacto que de cada etapa sobre as seguintes.

A pesquisa realizada com base neste objecto de estudo foi conduzida através de uma perspectiva sociológica, com o contributo de outras áreas do saber com relevância para o aprofundamento das diversas temáticas que dele se desprendem, e com base no método hipotético-dedutivo.



**keywords**

University, relationship between education-social system, work-job system, social mobility, family system, social releasing.

**abstract**

The following work has been an articulate analysis of the relations between university, work and family, focussing on the processes that determine and help to understand the social insertion of the graduated students.

The problematic issue is structured in two main axes, corresponding to the ways the individuals' life were organized on their transition to adulthood. The first axis, relating to the passage from school to work, is about the professional insertion experienced by the graduates; the second axis, referring to the passage from guiding family to the breeding family, is about family insertion processes experienced by individuals.

In a specific way, it has been our purpose to know, describe and understand the features of the social insertion of the graduates, taking into account the social, economical and cultural factors that shape it and also the the importance, role and place of university education.

Aiming at clarify the underlying multi-dimensionality to the processes of the social insertion, we have put up the socio-professional trajectory of the graduates. This has made it possible to objectify the individual and collective shapes that have been assumed, consisting in the description and analysis of the times and forms of the different events, of the interaction between the different social roles assumed and the impact that each stage has had on the following one.

The research done on this study object basis has been led in a sociological perspective, with the contribution of other knowledge areas relevant to the deepening of the diverse themes that can derive from it, and based on the hypothetic-deductive method.



# ÍNDICE

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
1. Delimitação do objecto de estudo.....	21
2. Problematização teórica genérica.....	28
3. Organização do trabalho.....	44
<b>1ª PARTE</b>	
<b>CONTEXTOS E CONCEITOS ESTRUTURANTES DA INSERÇÃO SOCIAL DOS JOVENS</b> .....	47
<b>CAPÍTULO I – O Mundo Universitário</b> .....	49
1. O passado: desenvolvimento da Universidade nas sociedades ocidentais .....	51
2. As especificidades do caso português .....	62
2.1. Perspectiva histórica sobre o desenvolvimento das Universidades em Portugal .....	62
2.2. Expansão e diversificação do sistema de ensino superior depois do 25 de Abril .....	67
2.3. A procura social de educação superior .....	71
2.4. A evolução do número de diplomados e a questão da mobilidade social.....	86
3. Velhos e novos desafios da Universidade .....	93
3.1. Universidade, Estado e sociedade .....	93
3.2. A internacionalização .....	96
3.3. As novas tecnologias .....	97
<b>CAPÍTULO II – O Mundo do Trabalho</b> .....	99
1. Tendências de enquadramento .....	103
1.1. Globalização e mutações do sistema capitalista .....	103
1.2. Novas tecnologias, sociedade da informação e terciarização .....	109
1.3. Impactos sobre os processos produtivos e a organização do trabalho .....	118
1.4. Implicações para a formação dos diplomados do ensino superior .....	126
2. Do mercado de trabalho ao sistema de trabalho... ou à sociedade sem trabalho .....	128
2.1. O surgimento de novas modalidades de emprego .....	128
2.2. Flexibilidade, precariedade e o futuro do emprego .....	136
3. Evolução recente das situações de trabalho em Portugal .....	144

<b>CAPÍTULO III – O Mundo da Família</b> .....	163
1. Da diversidade de famílias à diversidade de abordagens .....	165
1.1. Perspectiva histórica e antropológica .....	165
1.2. A formação da família moderna .....	177
1.2.1. Família conjugal monogâmica: Engels .....	180
1.2.2. Família nuclear: Durkheim .....	185
1.2.3. Família nuclear e isolamento estrutural: Parsons .....	191
2. Dinâmicas sociais e reconfigurações familiares .....	200
2.1. Perspectivas críticas à ideia de nuclearização familiar .....	200
2.2. Tendências recentes das estruturas familiares nas sociedades ocidentais .....	210
3. Estruturas familiares em Portugal: a realidade recente .....	215
 <b>CAPÍTULO IV – Processos de inserção social dos jovens</b> .....	 231
1. Juventude e transição à vida adulta: da mutação da realidade à mutação dos conceitos .....	233
2. A passagem para o trabalho: eixo profissional da inserção .....	241
2.1. Perspectivas teóricas sobre a relação entre a educação e o trabalho/emprego.....	244
2.1.1. Educação e trabalho no quadro do consenso: a teoria do capital humano e o funcionalismo tecnológico .....	245
2.1.2. Educação e trabalho na perspectiva do conflito: a perspectiva credencialista e as teorias da reprodução social e cultural .....	253
2.1.3. Do mercado de trabalho ao sistema de emprego: teorias da segmentação e teoria da regulação.....	259
2.2. Da inserção como momento ao processo de inserção.....	266
3. A passagem para a autonomia: o eixo familiar da inserção.....	274
3.1. Processos de inserção familiar: complexidade e variabilidade.....	274
3.2. Perspectivas teóricas sobre o casamento e a conjugalidade.....	281
3.2.1. Do casamento “instituição” ao casamento “companheirismo”.....	281
3.2.2. As teses da individualização.....	283
3.3. Dinâmicas de entrada na conjugalidade em Portugal.....	289

## 2ª PARTE

TRAJECTÓRIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS DOS DIPLOMADOS NA INTERSECÇÃO DA UNIVERSIDADE, DO TRABALHO E DA FAMÍLIA .....	293
--	-----

### CAPÍTULO V – Orientações metodológicas .....

1. Metodologia geral da investigação .....	297
2. Construção do modelo de análise .....	302
3. Opções da abordagem empírica.....	315
3.1. Técnica de investigação: o inquérito por questionário .....	315
3.2. Escolha da população em estudo .....	318
3.3. Recolha e tratamento da informação .....	320
4. Referencial empírico .....	321
4.1. Composição da população em estudo.....	321
4.2. Caracterização académica da população em estudo .....	324
4.3. Caracterização sócio-demográfica da população em estudo .....	326

### CAPÍTULO VI – O eixo profissional da inserção .....

1. Caracterização dos diplomados enquanto (ainda) estudantes.....	334
1.1. Situação perante o trabalho no último ano do curso.....	334
1.2. Percurso de formação .....	339
2. Caracterização da situação profissional e social dos diplomados em 2003 .....	353
2.1. A situação perante o trabalho .....	353
2.2. A mobilidade social .....	370
3. Tempos e modalidades da inserção profissional .....	391
3.1. O 1º emprego dos diplomados.....	391
3.2. As trajectórias profissionais dos diplomados.....	407
4. Síntese .....	421

### CAPÍTULO VII. O eixo familiar da inserção .....

1. A situação familiar no último ano do curso .....	429
1.1. Caracterização da situação perante a família dos estudantes finalistas .....	430
1.2. Tipos de autonomia residencial e financeira .....	434
2. Caracterização da situação familiar dos diplomados em 2003 .....	447
3. Síntese .....	456

<b>CAPÍTULO VIII. As trajetórias dos diplomados na encruzilhada da família e do trabalho</b> .....	459
1. Os diplomados solteiros .....	462
1.1. Representações sobre a condição de solteiro e sobre a conjugalidade .....	462
1.2. Tipos de autonomia residencial e financeira .....	476
1.3. Síntese .....	493
2. Os diplomados e o casamento .....	495
2.1. Tempos, modalidades e significado da entrada na conjugalidade após terminar o curso superior .....	495
2.2. A forte presença da homogamia .....	516
2.3. Representações sobre a conjugalidade .....	526
2.4. A elevada autonomia residencial e financeira .....	534
2.5. Síntese .....	544
3. Os diplomados e a união de facto .....	548
3.1. Tempos e significados da entrada na conjugalidade .....	548
3.2. Representações sobre a conjugalidade .....	554
3.3. Tipos de autonomia residencial e financeira .....	558
3.4. Síntese .....	562
<b>CONCLUSÕES</b> .....	565
1. Principais resultados do estudo.....	567
1.1. Universidade, democratização e mobilidade social .....	568
1.2. O eixo profissional da inserção.....	571
1.3. O eixo familiar da inserção.....	581
1.4. Inserção social dos diplomados: a reduzida expressão da influência dos processos de inserção familiar .....	590
2. Principais contributos do estudo.....	592
3. Limitações do estudo e pistas para futuras investigações.....	593
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	597
<b>ANEXOS</b> .....	629



# LISTA DE TABELAS

---

## 1ª PARTE

### Capítulo I:

- Tabela 1. Alunos inscritos no ensino superior por género (1940/41 a 2004/2005)
- Tabela 2. Alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez por sexo (%)
- Tabela 3. Alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez por tipo de tutela (%)
- Tabela 4. Alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez por tipo de ensino (%)
- Tabela 5. Alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez por área científica (%)
- Tabela 6. Alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez por regiões - NUTS II (%)
- Tabela 7. Diplomados do ensino superior por sexo (%)
- Tabela 8. Diplomados do ensino superior por tipo de tutela(%)
- Tabela 9. Diplomados do ensino superior por tipo de ensino (%)
- Tabela 10. Diplomados do ensino superior por área científica(%)
- Tabela 11. Diplomados do ensino superior por regiões - NUTS II (%)

### Capítulo II:

- Tabela 1. Indicadores globais sobre o mercado de trabalho em Portugal
- Tabela 2. População empregada entre 1998 e 2005 segundo o sexo
- Tabela 3. População desempregada entre 1998 e 2005
- Tabela 4. População empregada por escalão etário e sexo
- Tabela 5. População empregada segundo o sector de actividade
- Tabela 6. População empregada segundo a profissão principal
- Tabela 7. População activa por nível de ensino completo
- Tabela 8. População empregada segundo a situação na profissão
- Tabela 9. População empregada por conta de outrem por tipo de contrato
- Tabela 10. Tipo de contrato por sexo (em % do total de cada tipo de contrato)
- Tabela 11. População desempregada por duração da procura de emprego entre 1998 e 2005
- Tabela 12. População desempregada segundo o tipo de procura de emprego

### Capítulo III:

- Tabela 1. Evolução do número de elementos de cada agregado doméstico em Portugal (%)
- Tabela 2. Pessoas sós em 1991 e 2001, por escalões etários (%)
- Tabela 3. Tipos de famílias simples em 1991 e 2001
- Tabela 4. Famílias monoparentais por sexo do pai/mãe só e por tipo de agregado doméstico (%)
- Tabela 5. Famílias monoparentais por estado civil do pai/mãe só (%)

### Capítulo IV:

- Tabela 1. Evolução dos indicadores demográficos de nupcialidade e de fecundidade

## 2ª PARTE

### Capítulo V:

- Tabela 1. Tempo de conclusão do curso por área de formação (média em anos)
- Tabela 2. Classificação final de curso por área de formação (média em valores na escala de 0 a 20)
- Tabela 3. Distritos de naturalidade, residência da família no último ano do curso, residência do próprio em 2003 e trabalho em 2003
- Tabela 4. Meio de residência em 2003 por meio de origem em 2003

### Capítulo VI:

- Tabela 1. Situação perante o trabalho por idade em 2003
- Tabela 2. Situação perante o trabalho por ano lectivo de conclusão do curso
- Tabela 3. Situação perante o trabalho por sexo
- Tabela 4. Situação perante o trabalho por área de formação

Tabela 5. Prosseguimento de estudos por idade em 2003  
Tabela 6. Prosseguimento de estudos por ano de conclusão do curso  
Tabela 7. Prosseguimento de estudos por sexo  
Tabela 8. Prosseguimento de estudos por área de formação  
Tabela 9. Tipo de estudos por área de formação  
Tabela 10. Motivo para continuar os estudos por idade em 2003  
Tabela 11. Motivo para continuar os estudos, segundo o sexo  
Tabela 12. Motivo para continuar os estudos por área de formação  
Tabela 13. Motivo para continuar os estudos por idade em 2003  
Tabela 14. Relação temporal entre o prosseguimento de estudos e o percurso profissional por ano de conclusão do curso  
Tabela 15. Relação temporal entre o prosseguimento de estudo e o percurso profissional por área de formação  
Tabela 16. Realização de estágio por idade em 2003  
Tabela 17. Realização de estágio por área de formação  
Tabela 18. Condição dos diplomados perante o trabalho por idade em 2003  
Tabela 19. Condição dos diplomados perante o trabalho por ano de conclusão do curso  
Tabela 20. Condição dos diplomados perante o trabalho em 2003 por sexo  
Tabela 21. Condição dos diplomados perante o trabalho em 2003 por área de formação  
Tabela 22. Número de empregos dos diplomados por sexo  
Tabela 23. Número de empregos dos diplomados por área de formação  
Tabela 24. Ocupação profissional dos diplomados por idade em 2003  
Tabela 25. Ocupação profissional dos diplomados por sexo  
Tabela 26. Ocupação profissional dos diplomados por área de formação  
Tabela 27. Número de vezes do desemprego por sexo  
Tabela 28. Número de vezes no desemprego por área de formação  
Tabela 29. Tempo total de desemprego por área de formação  
Tabela 30. Origem social segundo o sexo  
Tabela 31. Origem social por área de formação  
Tabela 32. Origem social por local de nascimento  
Tabela 33. Motivo de ingresso na universidade por sexo  
Tabela 34. Motivo de ingresso na universidade por área de formação  
Tabela 35. Motivo de ingresso na universidade por origem social  
Tabela 36. Posição social de classe dos diplomados por origem social de classe  
Tabela 37. Movimentos da posição de classe inicial para a posição de classe em 2003 por sexo  
Tabela 38. Movimentos da posição de classe inicial para a posição de classe em 2003 por área de formação  
Tabela 39. Movimentos da posição de classe inicial para a posição de classe em 2003 por local de nascimento  
Tabela 40. “A minha situação geral melhorou relativamente aos meus pais” por sexo  
Tabela 41. “A minha situação geral melhorou relativamente aos meus pais” por área de formação  
Tabela 42. “A minha situação geral melhorou relativamente aos meus pais” por local de nascimento  
Tabela 43. “A minha situação geral melhorou relativamente aos meus pais” por origem social  
Tabela 44. “O diploma foi fundamental para eu ter o estatuto social que hoje tenho” por sexo  
Tabela 45. “O diploma foi fundamental para eu ter o estatuto social que hoje tenho” por área de formação  
Tabela 46. “O diploma foi fundamental para eu ter o estatuto social que hoje tenho” por local de nascimento  
Tabela 47. “O diploma foi fundamental para eu ter o estatuto social que hoje tenho” por origem social  
Tabela 48. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego por idade em 2003  
Tabela 49. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego por ano lectivo de conclusão do curso  
Tabela 50. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego por sexo  
Tabela 51. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego por área de formação  
Tabela 52. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego por nota final de curso

Tabela 53. 1ª ocupação profissional dos diplomados por idade em 2003  
Tabela 54. 1ª ocupação profissional dos diplomados por sexo  
Tabela 55. 1ª ocupação profissional dos diplomados por área de formação  
Tabela 56. Motivo para a escolha do 1º emprego por idade em 2003  
Tabela 57. Motivo para a escolha do 1º emprego por ano lectivo de conclusão do curso  
Tabela 58. Motivo para a escolha do 1º emprego por sexo  
Tabela 59. Motivo para a escolha do 1º emprego por área de formação  
Tabela 60. Meios de obtenção do 1º emprego por sexo  
Tabela 61. Meios de obtenção do 1º emprego por área de formação  
Tabela 62. Meios de obtenção do 1º emprego por origem social  
Tabela 63. Motivo para a escolha do último emprego ocupado por idade em 2003  
Tabela 64. Motivo para a escolha do último emprego ocupado por sexo  
Tabela 65. Motivo para a escolha do último emprego ocupado por área de formação  
Tabela 66. Trajectórias profissionais dos diplomados por situação de mobilidade no emprego  
Tabela 67. Trajectórias profissionais dos diplomados por idade em 2003  
Tabela 68. Trajectórias profissionais dos diplomados por ano lectivo de conclusão do curso  
Tabela 69. Trajectórias profissionais dos diplomados por sexo  
Tabela 70. Trajectórias profissionais dos diplomados por área de formação  
Tabela 71. Trajectórias profissionais por situação perante o trabalho no último ano do curso  
Tabela 72. Trajectórias profissionais dos diplomados por origem social

#### Capítulo VII:

Tabela 1. Estado civil dos indivíduos no último ano do curso por idade em 2003  
Tabela 2. Estado civil dos indivíduos no último ano do curso por sexo  
Tabela 3. Estado civil dos indivíduos no último ano do curso por área de formação  
Tabela 4. Idade média ao casamento/união de facto  
Tabela 5. Com quem residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por distrito de origem  
Tabela 6. Com quem residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por estado civil  
Tabela 7. Com quem residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por idade em 2003  
Tabela 8. Com quem residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por sexo  
Tabela 9. Com quem residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por área de formação  
Tabela 10. Com quem e onde residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso  
Tabela 11. Situação residencial dos indivíduos (durante o fim-de-semana) no último ano do curso por distrito de origem  
Tabela 12. Forma de financiamento das despesas com actividades de lazer no último ano do curso por condição perante o trabalho  
Tabela 13. Forma de financiamento das despesas com actividades de lazer no último ano do curso por área de formação  
Tabela 14. Estado civil dos diplomados por idade em 2003  
Tabela 15. Estado civil dos diplomados por ano de conclusão do curso  
Tabela 16. Estado civil dos diplomados por sexo  
Tabela 17. Estado civil dos diplomados por área de formação  
Tabela 18. Estado civil dos diplomados por tipo de trajectória profissional  
Tabela 19. Estado civil dos diplomados por origem social

#### Capítulo VIII:

Tabela 1. “Tenho um relacionamento estável com alguém” por idade em 2003  
Tabela 2. “Tenho um relacionamento estável com alguém” por área de formação  
Tabela 3. “Tenho um relacionamento estável com alguém” por origem social  
Tabela 4. “Acima de tudo prezo a minha independência” por sexo  
Tabela 5. “Acima de tudo prezo a minha independência” por área de formação  
Tabela 6. “Acima de tudo prezo a minha independência” por origem social  
Tabela 7. “Ainda não encontrei a a pessoa certa” por sexo  
Tabela 8. “Ainda não encontrei a pessoa certa” por área de formação

Tabela 9. “Ainda não encontrei a pessoa certa” por origem social  
Tabela 10. “Não sou casado nem vivo em união de facto porque não tenho estabilidade profissional” por idade em 2003  
Tabela 11. “Não sou casado nem vivo em união de facto porque não tenho estabilidade profissional” por sexo  
Tabela 12. “Não sou casado nem vivo em união de facto porque não tenho estabilidade profissional” por área de formação  
Tabela 13. “Não sou casado nem vivo em união de facto porque não tenho estabilidade profissional” por origem social  
Tabela 14. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por idade em 2003  
Tabela 15. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por sexo  
Tabela 16. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por área de formação  
Tabela 17. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por origem social  
Tabela 18. Com quem residem os solteiros durante a semana por posição social  
Tabela 19. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por condição perante o trabalho em 2003  
Tabela 20. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por tipo de vínculo com a entidade empregadora  
Tabela 21. Com quem e onde residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso  
Tabela 22. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados solteiros por área de formação  
Tabela 23. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados solteiros por origem social  
Tabela 24. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por sexo  
Tabela 25. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por área de formação  
Tabela 26. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por origem social  
Tabela 27. Forma de financiamento das despesas por posição social  
Tabela 28. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por situação profissional em 2003  
Tabela 29. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por tipo de vínculo com a entidade empregadora  
Tabela 30. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por rendimento mensal líquido (em euros)  
Tabela 31. Idade média ao casamento  
Tabela 32. Idade média ao casamento por idade em 2003  
Tabela 33. Idade média ao casamento por ano lectivo de conclusão do curso  
Tabela 34. Idade média ao casamento por anos que demorou a concluir o curso  
Tabela 35. Idade média ao casamento por sexo  
Tabela 36. Idade média ao casamento por área de formação  
Tabela 37. Idade média ao casamento por origem social  
Tabela 38. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento por ano lectivo de conclusão do curso  
Tabela 39. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento por sexo  
Tabela 40. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento por área de formação  
Tabela 41. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento por origem social  
Tabela 42. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento por tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego  
Tabela 43. “Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou” por idade em 2003  
Tabela 44. “Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou” por sexo  
Tabela 45. “Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou” por área de formação  
Tabela 46. “Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou” por origem social  
Tabela 47. União de facto antes do casamento por sexo  
Tabela 48. União de facto antes do casamento por área de formação  
Tabela 49. União de facto antes do casamento por origem social  
Tabela 50. Tipo de casamento por sexo  
Tabela 51. Tipo de casamento por área de formação  
Tabela 52. Tipo de casamento por origem social  
Tabela 53. Motivo da opção pelo casamento por sexo

Tabela 54. Motivo da opção pelo casamento por área de formação  
Tabela 55. Motivo da opção pelo casamento por origem social  
Tabela 56. Como conheceu o cônjuge por ano lectivo  
Tabela 57. Como conheceu o cônjuge por sexo  
Tabela 58. Como conheceu o cônjuge por área de formação  
Tabela 59. Como conheceu o cônjuge por origem social  
Tabela 60. Ocupação profissional do cônjuge por ocupação profissional do próprio em 2003  
Tabela 61. Ocupação profissional do cônjuge por sexo  
Tabela 62. Ocupação profissional do cônjuge por área de formação  
Tabela 63. Ocupação profissional do cônjuge por origem social  
Tabela 64. Posição social de classe do cônjuge por posição social de classe do próprio  
Tabela 65. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família” por idade em 2003  
Tabela 66. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família” por sexo  
Tabela 67. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família” por área de formação  
Tabela 68. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família” por posição social  
Tabela 69. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família” por origem social  
Tabela 70. “Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental” por idade em 2003  
Tabela 71. “Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental” por área de formação  
Tabela 72. “Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental” por posição social  
Tabela 73. “Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental” por origem social  
Tabela 74. Com quem residem durante a semana os diplomados casados por sexo  
Tabela 75. Com quem residem durante a semana os diplomados casados por área de formação  
Tabela 76. Com quem residem durante a semana os diplomados casados por posição social  
Tabela 77. Reside com quem onde  
Tabela 78. Situação ao fim-de-semana por unidade convivencial durante a semana  
Tabela 79. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados casados por sexo  
Tabela 80. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados casados por área de formação  
Tabela 81. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados casados por área de formação  
Tabela 82. “Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas” por sexo  
Tabela 83. “Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas” por área de formação  
Tabela 84. “Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas” por posição social  
Tabela 85. Idade média à união de facto  
Tabela 86. Posição social de classe do companheiro(a) por posição social de classe do próprio

### 1ª PARTE

#### Capítulo I:

- Gráfico 1. Nº total de alunos inscritos no ensino superior entre 1940 e 2000
- Gráfico 2. Peso dos alunos inscritos no ensino superior público e não público
- Gráfico 3. Nº de alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez entre 1998 e 2005
- Gráfico 4. Alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez por tipo de curso (%)
- Gráfico 5. Nº total de diplomados entre 1940 e 2000
- Gráfico 6. Nº total de diplomados entre 1998 e 2004
- Gráfico 7. Diplomados do ensino superior por tipo de curso

#### Capítulo II:

- Gráfico 1. Taxa de desemprego por escalão etário entre 1998 e 2005

#### Capítulo III:

- Gráfico 1. Evolução do número total de agregados domésticos em Portugal
- Gráfico 2. Evolução da dimensão média dos agregados domésticos em Portugal
- Gráfico 3. Tipos de agregados domésticos em 1991 e 2001 (%)

### 2ª PARTE

#### Capítulo V:

- Gráfico 1. Composição da população em estudo por área de formação
- Gráfico 2. Composição da população em estudo por sexo
- Gráfico 3. Composição da população em estudo por idade em 2003 (em anos)
- Gráfico 4. Composição da população em estudo por ano de conclusão do curso
- Gráfico 5. Opção em que se situou a escolha do curso por área de formação
- Gráfico 6. Grau de instrução do pai e da mãe dos diplomados
- Gráfico 7. Ocupação profissional do pai e da mãe dos diplomados
- Gráfico 8. Meio de origem

#### Capítulo VI:

- Gráfico 1. Situação perante o trabalho no último ano do curso
- Gráfico 2. Actividade profissional dos diplomados no último ano do curso
- Gráfico 3. Situação na profissão dos diplomados no último ano do curso
- Gráfico 4. Tipo de trabalho
- Gráfico 5. Tipo de vínculo contratual
- Gráfico 6. Situação após terminar o curso
- Gráfico 7. Prosseguimento de estudos após a conclusão do curso de formação inicial
- Gráfico 8. Tipo de estudos
- Gráfico 9. Motivo para continuar os estudos
- Gráfico 10. Relação temporal entre o prosseguimento de estudos e o percurso profissional
- Gráfico 11. Realização de estágio após a conclusão do curso de formação inicial
- Gráfico 12. Duração do estágio
- Gráfico 13. Instituição em que o estágio ocorreu
- Gráfico 14. Regime do estágio
- Gráfico 15. Admissão no emprego após o estágio
- Gráfico 16. Condição dos diplomados perante o trabalho em 2003
- Gráfico 17. Número de empregos dos diplomados depois da obtenção do diploma
- Gráfico 18. Ocupação profissional dos diplomados em 2003

- Gráfico 19. Tipo de trabalho dos diplomados em 2003
- Gráfico 20. Número de vezes no desemprego
- Gráfico 21. Tempo total de desemprego
- Gráfico 22. Há quanto tempo os diplomados desempregados em 2003 se encontravam nessa situação
- Gráfico 23. Motivo para a situação de desemprego
- Gráfico 24. Origem social dos diplomados
- Gráfico 25. Motivo de ingresso na Universidade
- Gráfico 26. Posição social de classe dos diplomados
- Gráfico 27. Movimentos da posição de classe inicial para a posição de classe em 2003
- Gráfico 28. Opiniões dos diplomados acerca da sua posição social
- Gráfico 29. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego
- Gráfico 30. 1ª ocupação profissional dos diplomados depois da obtenção do diploma
- Gráfico 31. Tipo de trabalho no 1º emprego
- Gráfico 32. Motivo para a escolha do 1º emprego
- Gráfico 33. Meios de obtenção do 1º emprego
- Gráfico 34. Mobilidade entre empregos
- Gráfico 35. Tempo de permanência no 1º emprego (diplomados com mobilidade de emprego)
- Gráfico 36. Motivo para a escolha do último emprego ocupado
- Gráfico 37. Vínculo com a entidade empregadora no 1º emprego e no último emprego
- Gráfico 38. Rendimento mensal líquido no 1º emprego e no último emprego (em €)
- Gráfico 39. Rendimento mensal líquido no último emprego (em €)
- Gráfico 40. Trajectórias profissionais dos diplomados

#### Capítulo VII:

- Gráfico 1. Situação familiar dos inquiridos no último ano de frequência da U.A.
- Gráfico 2. Razão para o casamento/união de facto
- Gráfico 3. Como conheceu o cônjuge/companheiro
- Gráfico 4. Tipo de casamento
- Gráfico 5. Com quem residiam os indivíduos no último ano do curso
- Gráfico 6. Onde residiam os indivíduos no último ano do curso
- Gráfico 7. Situação residencial ao fim-de-semana
- Gráfico 8. Com quem residiam os diplomados com situação diferente ao fim-de-semana
- Gráfico 9. Onde residiam os diplomados com situação diferente ao fim-de-semana
- Gráfico 10. Forma de financiamento das despesas no último ano do curso
- Gráfico 11. Estado civil dos diplomados em 2003

#### Capítulo VIII:

- Gráfico 1. Opiniões dos diplomados solteiros relativamente a alguns aspectos relacionados com os relacionamentos afectivos
- Gráfico 2. Opinião dos diplomados relativamente ao motivo para serem solteiros
- Gráfico 3. Opinião dos diplomados relativamente aos constrangimentos impostos pela situação profissional
- Gráfico 4. Com quem residem os diplomados solteiros durante a semana
- Gráfico 5. Onde residem os diplomados solteiros durante a semana
- Gráfico 6. Situação residencial dos diplomados solteiros ao fim-de-semana
- Gráfico 7. Com quem residem ao fim-de-semana os diplomados solteiros com situação diferente
- Gráfico 8. Onde residem ao fim-de-semana os diplomados solteiros com situação diferente
- Gráfico 9. Formas de financiamento das despesas dos diplomados solteiros
- Gráfico 10. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento
- Gráfico 11. Opinião dos diplomados casados acerca da influência dos factores profissionais sobre o casamento
- Gráfico 12. União de facto antes do casamento
- Gráfico 13. Tipo de casamento
- Gráfico 14. Motivo da opção pelo casamento
- Gráfico 15. Como conheceu o cônjuge
- Gráfico 16. Ocupação profissional do cônjuge
- Gráfico 17. Percepções dos indivíduos casados sobre a relação entre a vida familiar e a vida profissional

- Gráfico 18. Percepções dos indivíduos casados sobre o processo de tomada de decisões a nível profissional
- Gráfico 19. Com quem residem durante a semana os diplomados casados
- Gráfico 20. Onde residem os diplomados casados durante a semana
- Gráfico 21. Situação residencial dos diplomados casados durante o fim-de-semana
- Gráfico 22. Com quem residem ao fim-de-semana os diplomados casados com situação diferente
- Gráfico 23. Onde residem ao fim-de-semana os diplomados casados com situação diferente
- Gráfico. 24. Formas de financiamento das despesas dos diplomados casados
- Gráfico 25. Opinião dos diplomados acerca da ajuda da família de orientação
- Gráfico 26. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a união de facto
- Gráfico 27. Opiniões dos indivíduos em união de facto relativamente à influência da situação profissional
- Gráfico 28. Motivo da opção pela união de facto
- Gráfico 29. Como conheceu o companheiro(a)
- Gráfico 30. Ocupação profissional do companheiro(a)
- Gráfico 31. Percepções dos indivíduos em união de facto sobre a relação entre a vida familiar e a vida profissional
- Gráfico 32. Percepções dos indivíduos em união de facto sobre o processo de tomada de decisões a nível profissional
- Gráfico 33. Com quem residem durante a semana os diplomados em união de facto
- Gráfico 34. Onde residem durante a semana os diplomados em união de facto
- Gráfico 35. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados em união de facto
- Gráfico 36. Formas de financiamento das despesas dos diplomados em união de facto
- Gráfico 37. Opinião dos indivíduos em união de facto sobre o apoio da rede familiar



## INTRODUÇÃO

---



## 1. Delimitação do objecto de estudo

O trabalho que agora se apresenta, enquadrando-se na temática geral de investigação “A Universidade e o Sistema Social” e visando constituir a nossa dissertação de doutoramento em Ciências da Educação, representa em termos de problemática genérica uma continuidade relativamente aos nossos anteriores trabalhos exigidos pela carreira académica. Quer a tese de licenciatura em Sociologia, intitulada “Entre a Universidade e o Emprego: a formação profissional nas estratégias de transição de diplomados universitários” como a tese de mestrado em Análise Social e Administração da Educação, com o título “Jovens, Educação e Trabalho: contributos para a análise dos percursos sócio-profissionais de diplomados universitários” abordavam o problema da inserção profissional dos diplomados da universidade, integrando-o no quadro das relações entre o sistema educativo e o sistema económico. No presente trabalho, este problema de estudo continua a ser central, pois pretendemos conhecer os desenvolvimentos presentes na relação entre o ensino superior e o mercado de trabalho através da análise concreta das situações de inserção profissional dos diplomados da Universidade de Aveiro.

A abordagem deste objecto de estudo continua, para nós, a ter uma importância justificada por razões de várias ordens.

Por um lado, as questões ligadas aos processos de transição dos jovens diplomados para o trabalho têm vindo a ganhar, no nosso país, uma visibilidade crescente, em virtude das dificuldades cada vez maiores de integração e estabilidade no mercado de trabalho sentidas por este segmento da população. O poder político, as instituições de ensino superior e os investigadores começaram a dedicar, a partir dos anos 90, uma atenção particular aos percursos e mecanismos de inserção profissional dos diplomados do ensino superior, traduzida na criação de “observatórios de inserção” e de estruturas como o projecto ODES (Sistema de

Observação de Percursos de Inserção dos Diplomados do Ensino Superior)<sup>1</sup> ou as UNIVAS (Unidades de Inserção na Vida Activa), e no surgimento de trabalhos de investigação que adoptam aquela temática como objecto de estudo (Arroteia e Martins, 1998; Martins e outros, 2002; Alves, 2003; Alves, 2000; Gonçalves, 2001). Trata-se, portanto, de uma problemática actual, com relevância social, científica e até mesmo institucional.

Por outro lado, representa a oportunidade de aprofundarmos, tanto do ponto de vista teórico como empírico, as nossas análises anteriores. Sendo estas inevitavelmente parciais e incompletas, acresce ainda o facto de estarmos hoje perante mutações extremamente rápidas do próprio sistema social e dos esquemas teóricos e conceptuais que visam explicá-la e compreendê-la. Neste sentido, consideramos que

“os paradigmas aceites para explicar as realidades do passado (...) perdem as suas capacidades heurísticas, enquanto as realidades emergentes ainda não apresentam solidez suficiente para permitir construções teóricas credíveis” (Martins, 1999: 15).

Isto significa que continuar na mesma linha de investigação, apesar de ter a vantagem de permitir a rentabilização de algum conhecimento acumulado, constitui acima de tudo um duplo desafio científico, por implicar um confronto com uma realidade social profundamente alterada, exigindo pressupostamente uma ruptura com as teorias de compreensão dos fenómenos já nossas conhecidas

Finalmente, do ponto de vista pessoal, se não nos enquadrámos já na dupla condição de “jovem” em “pleno processo de integração no primeiro emprego” que nos motivou para este tema no passado, não é menos verdade que o contacto próximo e continuado com a população universitária, que a actividade docente na Universidade de Aveiro nos possibilita, tem um impacto motivacional suficientemente forte para desejarmos mantê-lo no centro das nossas preocupações científicas.

---

<sup>1</sup> Constituído através de protocolo assinado entre o Ministério da Educação e o Ministério da Trabalho e da Solidariedade em 1998, está a ser desenvolvido conjuntamente pelo INOFOR (Instituto para a Inovação na Formação), pelo DETEFP (Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional), pela DCE SUP (Direcção Geral do Ensino Superior) e pelo DAPP (Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento).

O problema em análise neste trabalho não se limita, contudo, aos processos sociais, económicos, educativos e de emprego/trabalho que caracterizam a transição dos indivíduos do mundo universitário para o mundo do trabalho. Consideramos que o tempo e as características da inserção profissional dos diplomados marcam amplamente as suas vidas, mas não constituem o único vector que permite compreender o impacto global de uma escolarização prolongada, como a universitária, nos percursos de existência dos indivíduos. Desta forma, pretendemos analisar globalmente os processos sociais que estruturam a vida dos jovens diplomados na sua passagem à condição “adulta”, problemática que inclui, a par da abordagem da transição para a esfera do trabalho, o estudo das dinâmicas que, actuando sobre a esfera familiar, determinam a(s) forma(s) concreta(s) como os indivíduos se tornam autónomos relativamente às suas famílias de origem. Neste âmbito, são de assinalar na sociedade portuguesa algumas tendências, como o retardamento da idade média ao casamento, a expansão das uniões de facto, o aumento da idade média ao nascimento do primeiro filho ou o prolongamento do tempo de coabitação residencial com a família de origem, parecendo traduzir profundas alterações, que pretendemos conhecer, dos factores condicionantes e dos modos específicos de autonomização social dos indivíduos.

Partindo desta perspectiva dupla sobre os processos de inserção social dos jovens, ou seja, da forma como se efectua a transição social para a condição “adulta”, estruturados em dois eixos principais, um que vai da escola ao trabalho, outro que se concretiza na passagem da família de origem para a formação de uma unidade familiar própria (Galland, 1991), é objectivo deste trabalho conhecer, descrever e compreender as configurações da inserção social dos diplomados de uma instituição universitária, bem como os factores sociais, económicos e culturais que determinam e moldam este processo, sem deixar de equacionar a importância, o papel e o lugar nele desempenhado pela educação universitária.

No sentido de apreender a variedade e a complexidade daquelas configurações, construiremos as trajectórias sócio-profissionais dos diplomados, contemplando os tempos e as formas em que se dá a entrada/saída nas diferentes instituições

(família de origem, universidade, família dita de procriação, trabalho), a interacção entre os diversos papéis sociais assumidos e o impacto que cada uma das etapas da trajectória tem sobre as seguintes. Reforce-se que este trabalho de construção das trajectórias, partindo das biografias individuais fornecidas pelos próprios actores sociais, não pode deixar de ser enquadrado pela análise dos condicionalismos sociais que lhes estão subjacentes, que iremos aprofundar neste trabalho.

Entendemos que a inserção social dos indivíduos, em ambas as dimensões apontadas, se encontra hoje profundamente modificada relativamente às gerações anteriores, revestindo muito mais a forma de uma transição progressiva do que de passagem instantânea, sendo vários os factores que contribuem para este fenómeno.

Em Portugal, a partir dos anos 90, começaram a ocorrer transformações assinaláveis no sistema económico, marcando as regras de organização do trabalho e da relação salarial. Paulatinamente, deixou de se associar o trabalho ao emprego, em virtude de fenómenos como o desemprego estrutural, o desenvolvimento de formas precárias ou atípicas de emprego ou a desregulamentação progressiva da relação salarial e das condições de trabalho. De acordo com Martins,

“as consequências não são apenas de desemprego, mas também do surgimento de novas formas de estar empregado onde a segurança, mediada por dispositivos legais, como foi característico até aqui, deixará de existir e o emprego assumirá novas configurações” (Martins, 1999: 19).

Os processos de inserção profissional dos jovens, por conseguinte, também se modificaram. A passagem da escola ao trabalho, não automática, efectua-se antes através de uma série de etapas transitórias, com alternância de períodos de formação, de desemprego e de actividade profissional, assimilando-se a uma imagem de *movimento sem ponto terminal* (Esteves, 1988).

Também o sistema familiar veio a demonstrar rupturas com os modelos do passado, muito particularmente no que se refere ao fenómeno do casamento. Não

apenas este se consuma cada vez mais tarde no ciclo de vida dos homens e das mulheres, como ainda se regista a sua dissolução para um número crescente de casais. Por outro lado, o aumento das uniões conjugais não matrimoniais, quer a opção por esta modalidade de vida a dois seja temporária, constituindo mais uma fase do namoro que antecede e prepara o casamento, quer seja assumida como permanente e substituta do matrimónio legalmente sancionado, tende a atenuar a imagem do casamento enquanto “rito de passagem” à vida adulta.

Se a estes dados acrescentarmos a diminuição da fecundidade, o surgimento de famílias ora monoparentais, ora reconstruídas, na sequência dos processos de divórcio, o acréscimo do número de agregados unipessoais e as recentes reivindicações, por parte dos casais homossexuais, para a legalização do casamento (ou pelo menos para a equiparação jurídica à situação dos casais heterossexuais em união de facto) ou mesmo para a adopção de crianças, fica traçado um cenário em que a família deixa de poder ser entendida nos moldes em que a sociedade ocidental moderna a fundou. Quanto a nós, mais do que as interpretações de pendor moralista que assimilam as modificações no sistema familiar a uma “crise da família” que contribui para a desintegração social global<sup>2</sup>, interessa-nos perceber os factores sociais, económicos e culturais que estão na base das tendências assinaladas, e a forma concreta que estas assumem nos percursos de vida dos indivíduos. Desde logo, convém precisar que as opções por retardar a idade do casamento, pela união de facto, por ter filhos mais tarde ou nem sequer os ter, pelo divórcio... são o “resultado de processos e estratégias perfeitamente individuais ou de casal, [onde] surge e interactua, todavia, uma série de acontecimentos e transformações sociais (...)” (Saraceno, 1997: 150), com uma influência directa ou indirecta.

Vários serão esses acontecimentos e transformações sociais, desde a importância crescente da participação das mulheres no sistema produtivo, com a sua saída do

---

<sup>2</sup> Como por exemplo a de Evelyne Sullerot (1997: 17) referindo-se à sociedade francesa: “O tecido, a teia familiar vai desfazer-se de alto a baixo, isto é, a nível de todas as gerações, inexoravelmente, e o sentimento tranquilizador de permanência e de ligação com o passado, que as velhas famílias tentavam e ainda tentam manter, está, a longo ou médio prazo, condenado a desaparecer, no momento em que, provavelmente os mais jovens iriam precisar mais dele para poderem lutar contra a vertigem nascida da incerteza do futuro”.

núcleo doméstico em direcção às actividades profissionais, até aos condicionalismos do mundo do trabalho, nomeadamente a insegurança e instabilidade que marcam o início das carreiras profissionais dos jovens. O tendencial prolongamento da escolarização que as sociedades industriais e urbanas viram emergir, acentuado nas sociedades pós-industriais, parece jogar aqui um papel fundamental. Tornando-se um elemento crucial na definição do destino social dos adultos, ao mesmo tempo que contribuiu para o reconhecimento e legitimação da juventude enquanto categoria social, a escolarização, ao alongar-se no tempo de vida dos sujeitos, promoveu a dilatação temporal da dependência, financeira e afectiva, face aos pais. Neste sentido, a inserção dos jovens no mundo dos adultos complexificou-se: tornou-se mais lenta, menos automática e apresentando avanços e recuos.

Tomando em consideração o eixo profissional e o eixo familiar da inserção social, parece assistir-se hoje à emergência de um novo modelo de entrada na vida adulta na maioria das classes sociais nos países europeus, sucedendo ao modelo de reprodução social e profissional, centrado numa herança quase obrigatória dos comportamentos dos pais (Galland, 1991). As vivências profissionais, sociais e familiares dos indivíduos determinam uma estruturação e uma construção identitárias progressivas e às vezes contraditórias, dado ocorrerem em tempos diferentes nas diversas esferas da inserção. Um indivíduo sai da residência dos pais para ir viver sozinho, apesar de ainda se encontrar a estudar; outro, que já trabalha, casa-se mas decide voltar a estudar com o apoio financeiro dos pais; outro, ainda, retorna à casa da família de origem após o divórcio. Assim sendo, a passagem à condição adulta não é um acontecimento único, mas desdobra-se em domínios diferentes e tempos diferentes da vida, estando sujeito a retrocessos, já que aquele estatuto diz respeito a uma multiplicidade de papéis.

Neste enquadramento, consideramos que a inserção social é um período de profunda ambiguidade social. Em cada espaço social considerado, os indivíduos estabelecem uma série de relações cuja qualidade é aferida pela possibilidade de reconhecimento das suas competências. Assim, a constituição das identidades sociais será sempre um processo relacional (Dubar, 1991 e 1992), no âmbito do



qual um actor social interioriza a imagem que pensa que os outros têm de si próprio, agindo de acordo com ela.

No que se refere aos diplomados universitários, a permanência prolongada no sistema educativo não deixará de ter impacto sobre a construção das suas identidades sócio-profissionais ao longo do processo de inserção. Efectivamente, a universidade não fornece apenas saberes, mas também exerce sobre os indivíduos uma influência durável, porque socializa, inculcando sistemas de aspirações (financeiras, de estatuto, culturais, de desenvolvimento das capacidades individuais, relativas ao próprio percurso de vida desejado) que poderão ser concretizadas ou, pelo contrário, frustradas pelas oportunidades reais de trabalho e de emprego, por um lado, e pelas possibilidades reais de autonomização relativamente à família de origem, por outro lado. Esta ideia parece ir ao encontro da constatação segundo a qual os alunos universitários

“consideram que a posição que lhes é socialmente atribuída corresponde a um estatuto incompleto, nomeadamente pela ausência dos recursos e da imagem social apenas conferidos pela inserção profissional” (Costa e outros 1990: 208).

Considerando que este estado de indefinição social se prolonga após a obtenção do diploma, é forçoso reconhecer que a ambiguidade social da inserção social diz respeito também à posição ocupada pelos indivíduos na estrutura social.

Das considerações precedentes emerge, por fim, um último ponto central para este estudo, a análise da mobilidade social intergeracional dos diplomados relativamente aos seus progenitores. Esta abordagem revela-se importante por duas razões. Primeiro, porque permite avaliar a eficácia dos diplomas universitários no âmbito das trajectórias individuais e das estratégias familiares, dado sabermos que a escolarização se apresenta hoje como o principal veículo de mobilidade social. Contudo, não podemos deixar de problematizar este fenómeno, tendo em consideração que à elevação global das habilitações escolares tem correspondido uma exigência de qualificações crescente por parte do mercado de trabalho, pelo que não é líquido que um indivíduo portador de um diploma universitário, filho de pais com habilitações inferiores, venha a deter-se numa posição social mais favorável. Em segundo lugar, conhecer a origem social dos

diplomados em estudo e a sua localização actual na estrutura de classes sociais permite pensar de forma mais global o impacto da universidade na sociedade portuguesa, embora não se pretenda fazer generalizações ou extrapolações, mas tão somente reflectir sobre o papel do diploma universitário no actual contexto de mutação social.

Em função do enquadramento apresentado, delimitaremos o objecto deste trabalho como **a análise articulada das relações entre a universidade, o trabalho e a família, com incidência sobre os plurais processos (sociais, económicos, culturais, educativos) que caracterizam, determinam e permitem compreender a inserção social dos diplomados da Universidade de Aveiro, numa abordagem que se desdobra em três níveis centrais: a inserção no mundo do trabalho; a inserção no sistema familiar; a mobilidade social.** A construção das trajectórias sócio-profissionais da população estudada constitui um meio para tornar inteligível a complexidade e multidimensionalidade subjacentes a tais processos, porque permite objectivar as formas individuais e colectivas que eles assumem.

Sendo este objecto de estudo multidisciplinar, será tanto mais interessante quanto aproxime as “fronteiras da Sociologia da Educação e da Estratificação; Sociologia do Trabalho e Economia da Família; Sociologia da Juventude e Economia do Trabalho” (Esteves, 1988). Assim, desenvolveremos um trabalho de pesquisa sociológica com o contributo de outras áreas do saber com relevância para o aprofundamento teórico e empírico das diversas temáticas que se desprendem do objecto apresentado, desde as ciências da educação à economia, à demografia, à psicossociologia, ou à história.

## 2. Problematização teórica genérica

Tendo presente o objecto de estudo atrás definido e o tipo de abordagem - sociológica com ligações pluridisciplinares a outros campos do conhecimento científico - que o sustentará, iremos em seguida equacionar um conjunto de questões transversais a todo o trabalho, tarefa necessária para situar esta

pesquisa no espaço e no tempo e para que o leitor tenha a possibilidade de facilmente apreender as nossas opções teóricas e metodológicas de partida.

Desde logo, este estudo impõe uma reflexão global sobre o ensino superior em Portugal no actual contexto económico nacional e internacional, no sentido de possibilitar uma análise crítica dos impactos estruturais que o crescimento e diversificação das instituições, cursos e alunos registados nas últimas décadas têm na sociedade portuguesa.

Por outro lado, o estudo da inserção social dos diplomados coloca em relação três instituições centrais - universidade, trabalho e família -, pelo que as características e mutações em cada uma delas e no seu relacionamento, bem como os esquemas conceptuais visando o seu entendimento constituem um enquadramento fundamental.

Nesta altura, impõe-se uma chamada de atenção para a armadilha que uma problematização inicial, como esta, encerra: a de “atribuir a priori aos objectos, encarados do exterior e assim analisados pelo sociólogo (...) uma homogeneidade e uma consistência (...) que eles não possuem” (Corcuff, 1997: 45). Assim acontece quando os investigadores se referem, por exemplo, ao “Estado” ou à “classe operária”, ou no nosso caso, quando escrevemos sobre a “universidade”, o “trabalho” e a “família”. Conscientes deste perigo, sabemos que só o esforço de construção teórica aprofundada da nossa problemática, bem como o confronto com a realidade empírica podem superar alguma simplificação que, por enquanto, nos pode ser apontada.

1. Em quase todas as sociedades ocidentais, a expansão do ensino superior durante a segunda metade do século XX foi um fenómeno inequívoco, confirmado pelo aumento quantitativo de alunos inscritos e do corpo docente, pela multiplicação de instituições universitárias e não universitárias, pela proliferação de novos cursos e pelo alargamento do ensino e da investigação a novas áreas do saber. Em Portugal, este fenómeno enquadra-se no processo de abertura do sistema educativo português iniciado a partir de finais dos anos 60 e acelerado após o 25 de Abril de 1974, em consequência das transformações de natureza

política, económica e social que a sociedade portuguesa conheceu neste período. Se a democratização política tornou central a questão da igualdade de direitos e de oportunidades no acesso e sucesso educativos, também as exigências do crescimento económico do país suscitaram a necessidade de uma elevação global das qualificações da mão-de-obra, vectores que determinaram uma expansão quantitativa da oferta de educação. A procura social de educação, por seu turno, revelou-se, também ela, crescente, já que após décadas de imobilismo e fechamento da sociedade, para muitas famílias portuguesas a obtenção de um diploma académico - em particular de nível universitário - constituía cada vez mais uma aspiração fundamental, se não mesmo a principal estratégia de mobilidade social.

Assim, desde o início da década de 80 assiste-se a um crescimento não apenas do número de alunos inscritos como dos próprios estabelecimentos de ensino superior, sobretudo particular e cooperativo. Entre o início e o final da década de noventa do século XX, por exemplo, os alunos do ensino superior universitário aumentaram cerca de 69% (Arroteia, 2002).

Ora, são conhecidos, e não menos debatidos, os efeitos que o alargamento do sistema educativo originou no nosso país, principalmente ao nível dos subsistemas dos ensinos básico e secundário, onde a desejada educação de massas acabou por não ocorrer, dando antes lugar a uma educação massificada (Pires, 1988) e com elevados níveis de insucesso. O ensino superior atravessou várias décadas relativamente incólume a esta discussão, mas os anos 90, mercê da aceleração do crescimento quantitativo registado durante a década de 80, trouxeram-na para a arena política e para a análise científica, de tal forma que se considera pertinente estender hoje o conceito de massificação ao ensino superior. No que diz respeito à situação da universidade em Portugal, a esta contradição entre a massificação em curso e as exigências elitistas que desde sempre caracterizaram esta instituição, juntam-se outras questões de debate cuja tensão não é menos evidente: a discussão entre as suas pretensões universalistas e o seu enraizamento local; o paradoxo entre a necessidade da sua missão e a contingência das suas formas e resultados (Carrilho, 1993).

As tradicionais funções de ensino e de investigação das universidades, em Portugal como na Europa e nos E.U.A., viram-se crescentemente desafiadas por muitas outras: a inovação social, o desenvolvimento económico, a mobilidade social, a promoção de conhecimentos no sistema cultural, a prestação de serviços... As instituições de ensino superior parecem ter tal importância na construção da “sociedade do conhecimento” que, na sequência das Declarações de Bolonha (1999) e de Praga (2001) os governos de diversos países europeus, entre os quais Portugal, concordaram na necessidade de atingir um espaço europeu do ensino superior, como chave para promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos, comprometendo-se a adoptar, nos sistemas educativos nacionais, um conjunto de mecanismos que tornem possíveis a comparabilidade e a mobilidade internacionais<sup>3</sup>.

Em Portugal, dos enquadramentos legais que regulam o funcionamento do subsistema do ensino superior e em particular das universidades, destaca-se precisamente a multiplicidade de funções que lhes são cometidas. A Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) privilegia, no seu artigo 11º, não só a componente de formação profissional que habilita para o exercício de uma profissão, mas acentua também o desenvolvimento das capacidades de concepção e análise crítica, bem como a prestação de serviços à comunidade. A Lei de Autonomia Universitária (1988), no artigo 1º, estabelece, por sua vez, que as finalidades das Universidades são as de formação, realização da investigação fundamental e aplicada, a prestação de serviços à comunidade, o intercâmbio institucional e a cooperação internacional.

Para Boaventura Sousa Santos (1994), a multiplicidade de funções exigidas às Universidades conduz a uma incompatibilidade entre elas, designadamente no que se refere às tensões entre a necessidade de produzir, simultaneamente, alta cultura e cultura média, elites e força de trabalho qualificada, hierarquização dos saberes e igualdade de oportunidades, bem como à contradição entre a autonomia das Universidades na definição dos seus objectivos institucionais e a

---

<sup>3</sup> Na actualidade, o Processo de Bolonha encontra-se em fase de implementação, traduzida na reestruturação dos cursos, tendo sido realizadas mais duas reuniões conjuntas entre os países subscritores: Berlim (2003) 3 Bergen (2005).

submissão a critérios de eficácia e de produtividade de origem e natureza empresarial. Um aspecto importante é que o acréscimo de qualificações da população portuguesa não tem ainda os reflexos esperados ao nível da população activa do nosso país. A estrutura das qualificações da população activa em Portugal é, habitualmente, apresentada como uma das principais fragilidades que se colocam à economia nacional no quadro da União Europeia. Num estudo levado a cabo pelo CEREQ<sup>4</sup> (1999), verificou-se que mais de 75% da população activa portuguesa apresentava níveis de habilitações muito baixos<sup>5</sup>, contra, por exemplo, 52% do Reino Unido ou 43% da França, mantendo-se esta diferença no escalão etário dos 25 aos 28 anos (respectivamente, 61%, 46%, 24%). Ora, a afirmação da posição de Portugal na Europa depende muito da melhoria, quer do padrão de especialização produtiva, quer dos factores de competitividade da economia (Rodrigues, 1991), entre os quais o factor recursos humanos é fundamental. A este nível, o cenário desejável será o de uma disponibilidade de competências adequadas para manipular novos processos e produtos/serviços e a capacidade de trabalhar em novos modelos organizacionais, pelo que as empresas portuguesas devem privilegiar o recrutamento e formação de mão-de-obra qualificada. Esta necessidade decorre dos impactos da internacionalização e globalização da economia sobre a economia nacional, sendo certo que a progressiva terciarização e desindustrialização, bem como a introdução de novas tecnologias exigem um capital humano qualificado (Martins, 1999; Castro e outros, 1997).

Neste contexto, não deixa de ser paradoxal que o défice de qualificação da população activa em Portugal seja acompanhado de um tendencial aumento das taxas de desemprego dos indivíduos com habilitações mais elevadas (Duarte, 1999). Esta situação pode ficar a dever-se a um “conjunto de desajustamentos entre as qualificações necessárias aos diferentes sectores da economia e as qualificações que uma larga faixa da população possui” (Arroteia, 1996: 80), sendo o sistema educativo em parte responsável por ela, ao produzir qualificações desadequadas ou insuficientes relativamente às necessidades do mercado de

---

<sup>4</sup> Centre Nationale de Recherche Scientifique

<sup>5</sup> Os autores do estudo consideram um nível fraco de formação o que está compreendido entre os níveis 0 e 2 da nomenclatura internacional ISCED (International Schedule of Education).

trabalho. No entanto, também é necessário atender ao facto de que a dinâmica de criação de emprego que Portugal revelou durante os anos 90 passou, em larga medida, pelo aumento do emprego no sector dos serviços, em actividades e ocupações que não requerem especiais qualificações (Castro e outros, 1997). Neste caso, a par do aumento de diplomas, uma possível explicação para o aumento das taxas de desemprego dos jovens com habilitações elevadas poderá residir no grau e nas opções de modernização assumidos pelas empresas portuguesas.

2. Globalmente, a relação que a universidade estabelece com o mercado de trabalho, e que constitui um problema central na nossa problemática, é cada vez mais descontínua, na medida em que os detentores de diplomas universitários não deixam de protagonizar, à semelhança do que acontece com os jovens saídos dos outros níveis do sistema escolar, processos de transição para o trabalho complexos, incertos e difíceis.

A partir dos anos 70, profundas transformações económicas e sociais como a introdução das novas tecnologias, a mundialização da economia e sua conseqüente fragilidade e o aparecimento do desemprego - particularmente selectivo para os jovens - vieram pôr em causa a existência de uma correspondência estável entre o sistema de ensino e o sistema de emprego. Tornou-se progressivamente identificável uma “crise de emprego”, quer em termos de quantidade, expressa nas elevadas taxas de desemprego, quer de qualidade, dada a proliferação de traços de precariedade e de instabilidade que caracterizam a relação salarial (Gonçalves e outros, 1998), nomeadamente através da expansão das formas atípicas de emprego e das formas múltiplas de desqualificação (Martins, 1999). A este propósito, assinale-se o aumento dos vínculos contratuais precários e o recuo dos contratos sem termo, mesmo entre quem tem habilitações de nível superior<sup>6</sup>, fenómeno que dá uma imagem clara da “crise do emprego”: doravante serão cada vez menos os indivíduos com um único emprego ao longo da sua vida de trabalho, podendo mesmo a actividade que

---

<sup>6</sup> Como demonstram os estudos de Arroiteia e Martins (1998) e de Martins e outros (2002), sobre a Universidade de Aveiro: entre 1995/96 e 1999/2000, a percentagem de diplomados activos com contratos a termo aumentou em cerca de 14% relativamente aos diplomados anteriores a 1995, ao mesmo tempo que a percentagem de contratos sem termo diminuiu em 9%.

desempenham não ser enquadrável na designação de emprego. Este cenário pode hoje ser mesmo considerado como paradoxal, se repararmos que “as novas gerações apresentam mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho do que as gerações precedentes e são mais afectadas pelo fenómeno de desemprego, apesar de possuírem mais formação” (Mallet, 1997: 22).

A constatação deste fenómeno inviabiliza uma análise das relações entre o sistema educativo e o sistema de emprego em termos de adequação. Referindo-se especificamente à formação universitária, Boaventura Sousa Santos (1994) assinala a sua relação não linear nem sequencial com o mundo do trabalho, apoiando-se em três argumentos: para um determinado perfil profissional, o ciclo de formação universitária de um dado perfil profissional tem uma duração cada vez longa do que a do ciclo de consumo produtivo respectivo; existe, por parte da universidade, uma produção excessiva ou diminuta de determinados perfis, em virtude da sua rigidez institucional, que a impede de agir em sintonia com as mudanças ocorridas no mercado de trabalho; os processos produtivos evoluem tão rapidamente que a educação, em lugar de anterior ao trabalho, passa a ser concomitante deste.

Esta descontinuidade nas relações entre educação e trabalho, por não ser captada pelas teorias do capital humano ou da reserva de talentos, no âmbito da economia, e pelas teorias funcionalistas, no âmbito da sociologia, torna estes referenciais teóricos desajustados e com fraco alcance explicativo na actualidade.

Formulada no contexto de explosão escolar registada no pós-guerra, a teoria do capital humano apresentava os investimentos escolares como fontes de benefícios quer individuais, medidos em termos de salário e de carreira, quer colectivos, em termos do crescimento económico dos países. Assim, o investimento em capital humano mais escolarizado não só aumentava as oportunidades de ganhos económicos durante a vida profissional de cada indivíduo, como permitia formar o tipo de força de trabalho necessária ao crescimento e à evolução tecnológica. O processo de aquisição de aptidões e de conhecimentos através da educação constituía um investimento produtivo, não uma forma de consumo. O valor científico desta teoria foi frequentemente posto



em causa, nomeadamente por conter um pressuposto tão irrealista como o de que uma competição perfeita no mercado de trabalho garantiria mais produtividade, reflectindo-se esta em maiores ganhos. De facto, muitos outros factores determinam os salários: os sindicatos, a existência de ordenado mínimo, os mercados de trabalho segmentados. O grau de desigualdade de salários em dado momento é sempre o resultado das lutas entre as classes sociais pela distribuição do produto nacional.

A teoria do capital humano encontrava-se em consonância com as formas de funcionalismo tecnológico que os sociólogos dos anos 50 defenderam, sendo o denominador comum a ênfase dada à função tecnológica da educação e o uso eficiente dos recursos humanos. As teorias funcionalistas assentavam numa preocupação fundamental: a da formação e preservação de recursos humanos que garantissem a supremacia tecnológica e militar exigida pelo clima da guerra fria. Dada a rapidez das mudanças tecnológicas, eram necessários “exércitos” de técnicos qualificados e peritos profissionais, cabendo ao sistema educativo a tarefa de prepará-los. Assim, a expansão e diferenciação crescentes do sistema educativo eram encaradas consequências inevitáveis das mudanças operadas na estrutura ocupacional e determinadas pela evolução tecnológica.

As teorias funcionalistas foram criticadas não só por exagerarem o papel da tecnologia, subestimando a importância do conflito e da ideologia, como por enfatizarem os resultados da formação tecnológica, negligenciando o conteúdo do próprio processo educativo. Reflectindo o período em que floresceram, assentavam numa perspectiva consensual e equilibrada da sociedade: o pressuposto era o de que existia um conjunto fixo de posições sociais, cujas exigências deveriam ser satisfeitas pela força de trabalho; a procura de aptidões, num dado momento, constituía o factor determinante de quem seria seleccionado para ocupar que posições. A mudança social, por conseguinte, era explicada através da forma como as exigências funcionais se transformavam em virtude do processo de modernização.

Randall Collins, refutando a teoria funcionalista, aponta que uma explicação cabal para a inflacção dos requisitos ocupacionais dos diferentes lugares sociais não

pode residir nas alterações do perfil técnico exigível. De facto, as exigências das posições ocupadas não são fixas, mas representam o comportamento negociado entre quem ocupa tais posições e quem as controla (Collins, 1977). As habilitações escolares, mais do que representativas de determinadas competências técnicas, funcionam como sinal de pertença a um determinado grupo de status, na acepção weberiana. Sendo assim, a relação que, para este autor, se estabelece entre a educação e o trabalho apresenta duas características fundamentais: por um lado, as escolas fornecem a educação para uma cultura de elite, mas também para o respeito por essa cultura; por outro lado, os empregadores utilizam a educação como forma de seleccionar determinados atributos culturais (Collins, 1997). Quer isto dizer que as aptidões técnicas fornecidas pela educação são importantes, mas não primordiais.

Concordar com esta perspectiva equivale a relativizarmos a ideia de que as relações entre a escola e o emprego se fundamentam apenas numa redistribuição dos empregos disponíveis em detrimento dos jovens menos favorecidos. Efectivamente, é preciso não esquecer que a educação é utilizada diferentemente pelos diversos grupos sociais na luta pela obtenção de determinados fins, quer sejam estes económicos, culturais ou políticos. Collins (1977), novamente, explica que o sistema educativo moderno tem sido usado pelas massas para promoverem os seus objectivos, primordialmente relacionados com o desejo de mobilidade social. Para vários grupos sociais, a educação seria um meio de assegurar o acesso a uma certa posição económica ou social, constituindo os diplomas, por seu turno, autênticas credenciais visando restringir o acesso a empregos mais prestigiados e mais bem remunerados.

3. Nesta perspectiva, é importante tentar equacionar até que ponto o sistema escolar e, especificamente, a universidade contribui para a afirmação e definição de certos grupos sociais e é produtora de mobilidade individual, tanto mais quando sabemos que as famílias tendem a utilizá-la na expectativa de que o diploma funcione efectivamente como veículo de mobilidade social. No âmbito desta problemática, o fenómeno de desvalorização dos diplomas académicos joga um papel fundamental. Com a abertura do sistema educativo e concomitante

aumento da procura social de educação, dá-se a entrada na universidade de jovens oriundos de zonas da estrutura social até aí quase ausentes. Simultaneamente, sendo certo que a transmissão do capital económico não é suficiente para assegurar a manutenção de uma posição privilegiada, certas classes e fracções de classe procuram manter as suas posições no espaço social através de um investimento no capital cultural, essencialmente determinado pelas habilitações escolares. As famílias que, por sua vez, já se caracterizam pela posse de um capital cultural assinalável, reforçam os seus investimentos escolares para manter a “raridade relativa” dos seus títulos.

Daqui resulta o crescimento da concorrência pelos títulos académicos e sua consequente inflação e desvalorização, na medida em que o crescimento do número de diplomados é mais rápido do que o crescimento do número de posições às quais os diplomas dão acesso. Isto significa que, relativamente às gerações anteriores,

“cada vez é preciso estar mais tempo na escola para alcançar um mesmo emprego à saída, o que contraria uma certa ideia de mobilidade ascendente” (Martins, 1999: 103).

Contudo, cremos que este fenómeno não afecta de forma idêntica os graduados dos diversos graus de ensino, sendo necessário averiguar a posição ocupada pelos diplomados universitários na estrutura social. A este propósito, Grácio (1997a: 28) lembra que

“empiricamente, o valor dos diplomas e a sua evolução podem ser apreendidos através das taxas de acesso a categorias sócio-profissionais dos seus possuidores, que funcionam aqui como indicadores da sua convertibilidade em estatuto social”.

O mesmo autor acrescenta que

“nas últimas décadas, a categoria sócio-profissional que mais rapidamente aumentou em volume (quadros, profissões liberais, científicas e técnicas) é também de longe a que mais acolhe diplomados do ensino superior” (Grácio, 1997a: 44).

Paralelamente, o mesmo autor aponta que os ganhos económicos dos detentores de diplomas deste nível de ensino a trabalhar em empresas têm registado uma

evolução positiva. Assim, a crise inflacionária dos diplomas do ensino superior traduzir-se-ia sobretudo no aumento do desemprego de certas categorias de diplomados, especificamente dos cursos mais desvalorizados (nas áreas das humanidades e das ciências sociais). Para além do desemprego, coloca-se ainda e talvez com mais pertinência, para nós, a questão da qualidade do emprego, englobando, para além da remuneração, o grau de estabilidade/precaridade, o grau de adequação à formação recebida, no sentido de saber se também este será um factor de clivagem entre os diplomados.

Estas considerações levam-nos à evidência de que a deformação “para cima” da estrutura social portuguesa deve ser levada em linha de conta na análise, mas interpretada com todo o cuidado, pois também entre os diplomados não existe homogeneidade.

4. Da afirmação anterior relevam as reservas que colocamos quanto ao facto da democratização no acesso ao ensino superior e do crescimento massivo do número de diplomados, em Portugal como noutros países, constituírem garantias de uma empregabilidade mais certa ou de menor vulnerabilidade aos riscos do desemprego ou do subemprego. Uma grande parte dos jovens vivem, entre a obtenção do diploma e a entrada no mercado de trabalho, um período de tempo que pode ser mais ou menos alongado, mas que é, sobretudo, indefinido e problemático, porque o

“prolongamento dos estudos faz aumentar as expectativas relativamente ao emprego, sendo que a falta deste potencia as frustrações individuais e colectivas” (Martins, 1999: 102).

Mesmo após a entrada no trabalho, é possível que decorra algum tempo antes dos indivíduos conseguirem estabelecer uma relação satisfatória entre as suas expectativas e a sua actividade profissional, dado que, como anteriormente salientámos, o emprego tem vindo a evoluir para uma precariedade e instabilidade crescentes. Por outro lado, parece existir, por parte dos contextos de trabalho,

“uma incapacidade estrutural para absorver plenamente o efeito socializador global de saberes, disposições e aspirações inculcados pelo sistema de ensino, bem como uma desestruturação das vocações por este construídas” (Pinto, 1991).

Neste contexto, torna-se necessário reflectir sobre as condições que, no lado da oferta de trabalho, condicionam a inserção profissional dos jovens. É que, se toda a “bagagem” de que os indivíduos são portadores - história pessoal, pertença social, educação familiar e escolar, aspirações e valores - é relevante, ela só ganha sentido quando confrontada com as estratégias de recrutamento dos empregadores, ou, mais globalmente, com as oportunidades de trabalho que aparecem e respectivas características.

Actualmente, os mercados de trabalho parecem ser caracterizados por factores como a incerteza, a heterogeneidade e a descontinuidade. Aliás, o próprio conceito de “mercado de trabalho” merece problematização, uma vez que, entendido como o lugar onde se efectua a troca de uma mercadoria entre aqueles que oferecem e aqueles que procuram (Gambier e Vernières, 1991), pressupõe ser o trabalho um bem idêntico aos outros bens do mercado. Ora, como apontou Mallet (1980), não é possível encarar o trabalho como um objecto de troca, semelhante a uma mercadoria.

As teorias neoclássicas, assentando no modelo de equilíbrio entre oferta e procura de trabalho, encaravam o mercado de trabalho como o lugar onde, por confronto entre uma procura e uma oferta, se estabelece uma taxa de salário e uma quantidade de trabalho equilibrada. As curvas da oferta e da procura globais de salário seriam o resultado da simples soma das ofertas e das procuras individuais: os trabalhadores escolheriam o tipo e o nível de esforço de trabalho que maximizasse o seu bem-estar; as empresas, por seu turno, contratariam os trabalhadores desde que a sua contribuição marginal à produção representasse o equivalente do salário em vigor. A análise reduzia-se, assim, à escala individual, pondo-se a tónica nas escolhas feitas pelos trabalhadores e nas decisões marginais de contratação do empregador. Ora, o que a abordagem neoclássica pressupõe é que as decisões/escolhas são feitas em função de uma igualdade do

poder de negociação e que os sindicatos se reduzem a desvios que deformam os princípios de base da teoria, sem, no entanto, os transformar.

A teoria do capital humano, embora coloque a questão da qualidade do trabalho, e não apenas da quantidade, continua a fazê-lo no quadro do equilíbrio entre oferta e procura. O capital humano, adquirindo-se através da educação, constitui para os indivíduos um investimento cuja rentabilidade reside na desigualdade das remunerações que correspondem às diferenças de capital humano em cada trabalhador. Para o empregador, a formação aumenta a produtividade e, conseqüentemente, a remuneração oferecida está directamente ligada ao capital humano do assalariado.

Estabelecendo uma relação estreita entre a qualificação e a produtividade obtida, por um lado, e as variações da produtividade e o salário, por outro lado, esta abordagem escamoteia o facto de a força de trabalho não ser produzida somente na perspectiva de uma troca. Supõe ainda a existência de uma população homogénea, com livre e idêntico acesso a todas as formas de educação, sem influência da origem social. A crise económica “instalada” a partir dos anos 70 veio demonstrar precisamente o contrário: a ruptura entre determinação dos salários e afectação dos empregos, bem como a heterogeneidade dos trabalhadores. Então, o capital humano não parece ser um capital análogo aos demais bens do mercado.

Neste sentido, ao invés da noção de “mercado”, é preferível utilizar uma perspectiva sistémica para estudar os processos que estruturam a integração dos trabalhadores no sistema produtivo. Nesta perspectiva, para compreender o trabalho, é necessário não só compreender o sistema económico, mas o sistema social como um todo (Rodrigues, 1988), já que se trata de entender o todo o conjunto organizado das estruturas, dos mecanismos económicos e sociais e dos agentes e que configuram a utilização e a circulação da mão-de-obra em interacção com os processos de reprodução desta mão-de-obra (Rodrigues, 1988). Dois referenciais teóricos são essenciais para este entendimento sistémico do mundo laboral.

Por um lado, as teorias da segmentação deram um importante contributo para pôr em causa a leitura individualista da vida social patente nas teorias neoclássicas, que postulavam a atomicidade da oferta e da procura de trabalho, ao atribuírem importância, nas suas análises, às relações sociais de produção. Assim, as estratégias dos indivíduos e das empresas não se reduzem a um cálculo económico, enquadrando-se antes num jogo de forças sistemáticas tendentes a limitar as opções à disposição dos segmentos da população activa. As empresas criam e gerem aquilo que, para a teoria tradicional, parece imperfeição do mercado: a empresa exerce uma função activa com vista a segmentar, a dividir o trabalho, a produzir espaços técnicos que determinam e encaminham os percursos dos trabalhadores. Na óptica da segmentação, por conseguinte, o sistema de emprego encontra-se fragmentado em grupos, devido à estruturação do sistema de emprego em segmentos de emprego particulares. Neste sentido, os itinerários sócio-profissionais dos indivíduos são determinados em grande medida pelas empresas, através do modo como reconhecem ou não a formação anterior do trabalhador e da natureza das cadeias que promovem internamente e, portanto, das regras de mobilidade interna.

Por outro lado, a teoria da regulação veio introduzir na definição das condições de uso da força de trabalho, para além do mercado interno (privilegiado pelas teorias da segmentação), as condições jurídicas, outras instituições e actores. Nesta óptica, Boyer (1980) recorre à utilização de um conceito central, o de relação salarial, entendida como o conjunto das condições que regem a utilização e a reprodução da força de trabalho, ou seja, a organização do processo de trabalho, a hierarquia das qualificações e da mobilidade da força de trabalho, e ainda da formação e utilização do rendimento salarial (Boyer, 1980). Com a teoria da regulação evoluiu-se, portanto, de uma perspectiva de regulação pelo mercado para uma regulação de natureza mais institucional e política.

Quando defendemos uma abordagem sistémica do mundo do trabalho pretendemos, portanto, levar em linha de conta quer a relação dialéctica entre o social e o económico, quer a diversidade de actores que interagem (instituições de ensino, Estado, empresas).

Com este enquadramento, o problema da transição da escola para o trabalho não pode hoje ser analisado segundo uma lógica perfeita dos sistemas de educação e de emprego. Aliás, tendo surgido para explicar a passagem entre estas duas esferas, cada vez mais desarticuladas, a noção de inserção na vida activa, tal como era entendida nos anos 70, partia ainda do pressuposto da existência do equilíbrio entre elas. Nesta altura, a inserção era concebida como um movimento em direcção a uma posição estável e adequada às capacidades dos jovens num espaço profissional pré-existente e disponível.

Os limites desta noção de inserção residem no seu entendimento de forma desligada do seu enquadramento, escamoteando que é um fenómeno estruturado pelo espaço familiar, esfera produtiva, agentes de formação, conhecimentos e relações inter-geracionais.

Progressivamente, foi-se operando uma deslocação da perspectiva de inserção para a de processo de inserção, correspondente a um objecto mais vasto por enquadrar o conjunto das formas sociais de entrada no trabalho, e de uma forma mais dinâmica, dando conta de um movimento e não de um momento, na medida em que imprevisibilidade e fragmentação constituem características importantes da passagem dos jovens ao mundo do trabalho. Assim sendo, as variadas análises dos percursos de inserção realizadas no final do século XX e já no século XXI tendem a perspectivá-los como processos cada vez mais alongados e complexos.

Por conseguinte, durante o processo de inserção profissional gera-se uma nova fase de ambiguidade social, durante a qual se deve construir uma posição que não é dada à partida pelos mecanismos de equivalência escolar que até há alguns anos funcionavam (Galland, 1991), fase que poderíamos assimilar a um período de “moratória social” (Erickson, 1972; 1976), por constituir uma transição dos jovens para um novo status, ainda indefinido e incerto.

5. Neste enquadramento, não será despropositado considerar que um dos efeitos resultantes do binómio prolongamento dos estudos / maior complexidade dos processos de inserção profissional é, no que toca aos indivíduos, o retardamento



progressivo da passagem dos indivíduos à “vida adulta” (Coleman e Husén, 1985; Poulet, 1996). Partimos do pressuposto de que o estatuto social de adulto se obtém com a aquisição de uma autonomia social, “corporizada pela emancipação não só económica, mas também habitacional da família de origem, com a constituição de agregado próprio e pela aquisição de direitos e deveres cívicos” (Braga da Cruz e outros, 1984). O ingresso na vida activa ou o início de uma actividade profissional são centrais no processo de autonomização social dos indivíduos, não só porque determinam a possibilidade de atingir a independência familiar e habitacional, para além daquela que é mais evidente, a económica, mas também porque nas sociedades industrializadas o trabalho e a profissão são lugares de uma identificação individual e social profunda (Schnapper, 1998; Dahrendorf, 1995; Bourdieu, 1998). Se a actividade económica ocupa nas nossas sociedades um lugar central, também os estatutos sociais são, em grande parte, definidos pelo modo de participação na produção. Desta forma, os indivíduos procuram construir as suas identidades profissionais num mercado de ofertas de oportunidades de identificação, porque “procurar uma identidade é procurar um estatuto” (Schnapper, 1989: 3).

Não será exagerado considerar, em suma, que o processo de transição para o mundo do trabalho tem repercussões importantes para a vida pessoal e social do indivíduo em esferas mais abrangentes que unicamente a económica. As características daquele processo poderão condicionar igualmente as formas como os jovens desenvolvem os seus projectos de vida, nas suas variadas dimensões. De modo particular, parece assistir-se, hoje, não apenas a um retardamento dos períodos de inserção profissional, mas a modificações profundas nos processos de inserção social dos indivíduos. Referimo-nos à tendência, nas sociedades ocidentais, para uma alteração nos padrões tradicionais de transição para a vida adulta, do ponto de vista biográfico. Ao padrão tradicional - saída da escola, entrada no trabalho, entrada no matrimónio, entrada na parentalidade - sucede um novo modelo, consubstanciado numa pluralidade de combinações dos diferentes eventos (Galland, 2001, 1991; Esteves, 1995).

Este novo modelo caracteriza-se, então, como anteriormente salientámos, enquanto processo revestido de uma grande ambiguidade social (Galland, 1991), durante o qual os factores em jogo são contraditórios, como James e Wallace (citados por Evans, 1998), reconhecem, quando consideram que se a emancipação e o estatuto de cidadão derivam da independência económica, o reconhecimento de tal emancipação, bem como o acesso a alguns direitos de cidadania são, também, necessários para atingir a independência económica.

Reforçamos, então, que mais do que uma dilatação temporal da transição, estamos em presença de uma alteração das suas características específicas e da sequência através da qual os diversos acontecimentos se vão dando nos percursos de vida individuais.

Finalmente, consideramos que estas mudanças não podem dissociar-se das rupturas que, nas últimas décadas do século XX, os sistemas familiares das sociedades ocidentais registaram relativamente aos modelos do passado, muito particularmente no que se refere ao fenómeno do casamento. Não apenas este se consoma cada vez mais tarde no ciclo de vida dos homens e das mulheres como ainda se regista a sua dissolução para um número crescente de casais, originando o aumento das famílias unipessoais, monoparentais ou reconstruídas. Por outro lado, o aumento das uniões de facto tende a atenuar a imagem enquanto rito de passagem à vida adulta. Parece traçar-se um cenário em que a família deixa de poder ser entendida nos moldes em que a sociedade ocidental moderna a fundou, justificando-se a adopção do conceito de conjugalidade, mais abrangente e adaptado às novas realidades do que o de casamento.

### **3. Organização do trabalho**

Este trabalho encontra-se organizado em duas partes.

A primeira, que designámos de “Contextos e conceitos estruturantes da inserção social dos jovens” consiste no enquadramento teórico e contextual da problemática que nos propomos desenvolver, integrando quatro capítulos.

O Capítulo I, intitulado “O Mundo Universitário” equaciona a temática da Universidade em diversas dimensões: numa perspectiva histórica, inicialmente; numa dimensão de caracterização da Universidade em Portugal, discutindo ao mesmo tempo a questão da procura social de educação e a questão da mobilidade social; numa panorâmica sobre alguns dos desafios que se colocam hoje em dia à Universidade.

O Capítulo II designou-se de “O Mundo do Trabalho” e nele pretendemos dar conta, por um lado, das grandes tendências que as sociedades ocidentais têm vindo a registar nesse âmbito, procurando igualmente incidir sobre as suas implicações no que se refere às competências exigidas aos diplomados do ensino superior. Por outro lado, discutimos os conceitos de mercado de trabalho e de sistema de trabalho, à luz das novas modalidades de emprego que apareceram desde os finais do século XX, as quais procuramos caracterizar. No final, abordamos especificamente a evolução das situações de trabalho em Portugal.

No Capítulo III, com a designação de “O Mundo da Família”, integrámos a análise da família de um ponto de vista histórico, antropológico e sociológico, dando relevo a alguns contributos teóricos que contribuíram para o entendimento científico da família. Avançamos depois para uma análise crítica acerca das dinâmicas familiares na actualidade, centrando-nos, já no final, numa caracterização actualizada das estruturas familiares em Portugal.

O Capítulo IV - “Processos de Inserção Social dos Jovens” - visa esclarecer, do ponto de vista teórico, a configuração dos processos de inserção social dos jovens. Assim, começamos por problematizar os conceitos de juventude e de condição adulta, debruçando-nos, depois, sobre a discussão acerca do eixo profissional da inserção, onde integramos algumas perspectivas teóricas sobre a relação entre a educação e o trabalho, fundamentais, no nosso entender, para a elucidação, que se segue, das perspectivas teóricas sobre o conceito de inserção profissional. O eixo familiar da inserção é abordado em seguida, perspectivando quer a variabilidade e complexidade de que se reveste, quer as perspectivas teóricas sobre o casamento e a conjugalidade que nos parecem mais relevantes, quer ainda alguns dados de caracterização sobre a realidade portuguesa.

À segunda parte do nosso trabalho chamámos de “Trajectórias Sócio-Profissionais dos Diplomados na Intersecção da Universidade, do Trabalho e da Família”, sendo aqui que se integra todo o trabalho de pesquisa empírica que realizámos.

Assim sendo, esta segunda parte contém o Capítulo V - “Orientações Metodológicas” -, no qual damos conta da metodologia geral da investigação, do modelo de análise, das principais opções da pesquisa e onde caracterizamos a população estudada.

Os três últimos capítulos contêm a análise dos dados, tendo sido organizados da seguinte forma: no Capítulo VI, intitulado “O Eixo Profissional da Inserção”, apresenta-se os elementos relativos aos percursos profissionais dos diplomados; no Capítulo VII, designado “O Eixo Familiar da Inserção” aborda-se os percursos familiares dos indivíduos, numa panorâmica geral; no Capítulo VIII, “As Trajectórias Profissionais dos Diplomados na Encruzilhada da Família e do Trabalho”, são caracterizadas de forma mais específica as diversas situações familiares levantadas no capítulo anterior, ao mesmo tempo que se efectua a ligação entre os percursos familiares e os percursos profissionais.

Por fim, nas Conclusões, realçamos os principais resultados da investigação, procurando ainda destacar alguns dos contributos desta investigação, bem como algumas das suas limitações.

## 1ª PARTE

---

contextos e conceitos estruturantes da inserção social dos jovens



## CAPÍTULO I

---

o mundo universitário





Neste primeiro capítulo, é nosso objectivo conhecer o passado da Universidade nas sociedades ocidentais, e em particular, caracterizar a Universidade em Portugal, não só do ponto de vista histórico, como da sua evolução recente. Assim sendo, para além de apresentarmos dados relativos à expansão do sistema de ensino superior no qual a Universidade se integra, equacionamos criticamente a questão da procura social de educação, assim como a temática da mobilidade social. No final, lançamos algumas pistas para uma discussão sobre os desafios que se colocam hoje em dia às universidades.

## 1. O passado: desenvolvimento da Universidade nas sociedades ocidentais

“Se aceitarmos atribuir à palavra universidade o sentido relativamente preciso de comunidade (mais ou menos) autónoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior, parece claro que tal instituição é uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII” (Charle e Verger, 1996: 7).

A procura do embrião das universidades europeias conduz-nos pelo menos até aos tempos de Carlos Magno (742-814), época de crescimento urbano e de desenvolvimento artesanal e comercial, na qual o domínio do império dependia não apenas da força dos exércitos, mas da expansão da fé cristã junto da população crescente das cidades (Silva, 1998). Foram surgindo algumas escolas religiosas internas e externas aos mosteiros, cujos objectivos pareciam prender-se com a necessidade de elevar o nível educativo dos membros comuns do clero, à altura praticamente analfabetos, e também com a intenção de alfabetizar as crianças camponesas e urbanas, sem esquecer a necessidade de dispor de pessoal suficientemente qualificado para administrar as vastas propriedades do império. As escolas religiosas expandiram-se pela Europa Ocidental, ao mesmo tempo que esta ia sendo o palco de profundas transformações nas suas estruturas económicas, sociais e políticas. O desenvolvimento das cidades medievais

registado a partir do século XI determinou uma expansão assinalável da rede escolar, particularmente na Itália e na França (Charle e Verger, 1996), destacando-se o surgimento de escolas não religiosas. Se, na origem deste fenómeno estão factores como o desenvolvimento económico ou o crescimento urbano, para Charle e Verger (1996), não é menos importante a necessidade crescente, por parte da Igreja, dos poderes leigos e das classes dirigentes, de letrados competentes para gerir os negócios. Estes novos lugares de estudos foram-se multiplicando por toda a Europa, coexistindo com as escolas religiosas vocacionadas para a formação do clero, ameaçando assim o monopólio no ensino detido pela Igreja Católica, o que a levou a instituir uma “licentia docendi”, ou seja, a necessidade de cada escola, para poder funcionar, possuir uma autorização concedida pela autoridade episcopal.

No entanto, o surgimento das primeiras universidades não resulta simplesmente desta expansão, como “uma consequência automática do crescimento ou como a indefectível vitória de forças emergentes em detrimento das estruturas tradicionais” (Charle e Verger, 1996: 16).

Com efeito, no século XII apareceram os *studia* de Bolonha e de Paris, posteriormente designados de *studia generale*. Uma nova elite intelectual, não eclesiástica, começava a despontar, à medida que, progressivamente, outros *studia generale* iam sendo fundados por toda a Europa. Simultaneamente, a Europa Ocidental assistia a um grande desenvolvimento urbano, onde as corporações se multiplicavam e desempenhavam um importante papel na defesa dos interesses dos ofícios respectivos (Silva, 1998). Foi este o caso de Bolonha, onde, em finais do século XII, os estudantes de escolas privadas e de pequenas “societates” começaram a organizar-se em “nações”, em função das suas origens geográficas, reagrupando-se mais tarde em duas universidades estudantis, cada uma com o seu reitor eleito anualmente. Destas recomposições emergiu a Universidade de Bolonha, cujos mais antigos estatutos datam de 1252 (Charle e Verger, 1996). Em Paris, foram os mestres independentes que, a partir das primeiras décadas do século XIII, se associaram progressivamente, gerando um movimento que culminou, apesar da oposição do bispo de Paris e seu chanceler,

que concediam a “*licentia docendi*”, na obtenção de um legado pontifical que outorgava os primeiros estatutos da Universidade de Paris, em 1215 e, mais tarde, da bula pontifical “*Parens Scientiarum*”, de 1231. A Universidade de Oxford resulta também de uma associação de mestres à qual foram outorgados os privilégios pontificais em 1214. Saliente-se ainda o desenvolvimento das escolas de medicina de Montpellier desde o século XII e sua posterior transformação em universidade em 1220, ano da outorga dos estatutos por um legado pontifical.

Do ponto de vista institucional, parece portanto que

“a Universidade configura-se desde logo, enquanto *universitas magistrorum et scholarium*, Universidade dos professores e dos alunos reunidos em nações que, enquanto expressão do cosmopolitismo cristão, dispõe em geral de autonomia face aos poderes políticos e goza da protecção da Igreja” (Pombo, 1999:1)

Inicialmente muito simples, as estruturas destas primeiras universidades foram-se tornando progressivamente mais complexas, datando os seus estatutos definitivos apenas do início do século XIV (Charle e Verger, 1996).

Os séculos XIV e XV marcaram a história das universidades medievais de duas maneiras. Por um lado, assistiu-se a uma expansão destas instituições, quer através da fundação de novas universidades por toda a Europa, quer com a criação de novas faculdades, principalmente de Teologia, ou de novos colégios. Por outro lado, a maior parte das novas universidades foram resultantes da decisão clara de fundar uma tal instituição por parte das autoridades políticas, pelo rei, pelo príncipe ou pela cidade (Charle e Verger, 1996; Hortale e Mora, 2004), ao contrário do processo verificado na criação das primeiras universidades, que assentou na vontade comunitária dos mestres ou dos próprios estudantes. O papel dos Estados tornou-se então crescente, dado que, embora permanecendo instituições eclesiásticas, as universidades passaram cada vez mais para o controlo das cidades e dos Estados, que delas precisavam para formarem os recursos humanos para as suas administrações, bem como pela sua importância para a elaboração da ideologia nacional e monárquica que acompanhava o nascimento do Estado moderno. Em certa medida, as universidades começaram a

ser controladas pelo poder político, em aspectos ligados, por exemplo, à nomeação dos professores ou ao recrutamento dos estudantes.

Esta interferência dos Estados acentuou-se do século XVI ao século XVIII, pelo facto de financiarem grande parte das despesas das universidades, dado serem muito poucas aquelas que podiam auto sustentarem-se. Desta forma, as universidades viram-se cada vez mais controladas e reguladas pelos poderes políticos, em maior ou menor grau, em aspectos como as condições de inscrição, a duração dos estudos ou mesmo o conteúdo do ensino.

Nesta época moderna, continuou a expansão do ensino universitário pela Europa, particularmente na Alemanha e nos países escandinavos e do leste. Assistiu-se também ao nascimento de novas instituições em Espanha, Itália e França, mas em Inglaterra, Portugal e Polónia não se fundou nenhuma universidade, continuando, respectivamente, Oxford e Cambridge, Coimbra e Cracóvia a manter os seus monopólios. Começaram também a aparecer universidades fora da Europa, nas colónias da América Latina (São Domingos, Lima, México), quase sempre controladas por ordens religiosas e com objectivos missionários, e da América do Norte (Harvard, Williamsburg e Yale), sob a forma de colégios.

Esta expansão acontece devido à emergência dos estados nacionais ou dos principados territoriais, bem das Igrejas nacionais, acelerada com a realização do Concílio de Trento (1548), com a consequente cisão entre países reformados e países católicos. Neste contexto, os Estados protestantes vieram a criar uma rede própria de estabelecimentos de ensino superior, que desta forma se apoiavam nos poderes políticos, enquanto, nos países católicos, a Igreja multiplicou as suas universidades, aí impondo a sua doutrina. Nesta altura,

“a tipologia e a terminologia das instituições tornam-se então muito complexas, fazendo que a uniformidade aparente da *universitas* medieval perdesse decididamente o passo para a diversidade das práticas locais e dos caracteres regionais” (Charle e Verger, 1996: 43).

Assim, para além da distinção entre universidades protestantes e católicas, as universidades distinguiam-se por manterem características medievais no que toca

à sua organização dispersa por vários colégios (Oxford e Cambridge) ou por se concentrarem num único colégio; em função da autoridade que lhes reconhecia o seu carácter oficial - papa, imperador, reis, príncipes, cidades, comunidades religiosas -; pelo direito de atribuição dos graus, dado que ao lado das universidades foram surgindo escolas que, atendendo a finalidades directamente profissionais que as universidades não satisfaziam, garantiam um ensino de tipo superior, sem usufruírem desse direito.

Comparativamente com a Idade Média, o leque social de origem dos estudantes alargou-se durante o século XVI, passando a integrar, para além dos filhos de camponeses ricos e de plebeus dos burgos e das cidades, alguns jovens nobres. Estes reforçavam, na Universidade, o prestígio do estilo de vida aristocrático e fomentavam nos seus colegas burgueses o desejo de aceder a tal estatuto. Daí Charle e Verger (1996) designarem esta época como a de “aristocratização” das universidades. Contudo, a partir do século XVII, o recrutamento popular junto de artesãos, comerciantes ou agricultores, estagnou ou recuou mesmo, assim como decaiu o contingente de nobres presente na universidade. A maior parte dos estudantes era constituída por filhos de oficiais, juristas, advogados, médicos, pastores (países protestantes) ou por monges e padres, numa

“situação (que) parece traduzir um recuo da mobilidade social permitida pelos estudos e diplomas (...) desnível que se acentua paulatinamente entre o ensino universitário e as correntes intelectuais mais inovadoras compromete(ndo) o poder de atracção da universidade” (Charle e Verger, 1996: 54).

Neste sentido, a crise que a universidade pareceu viver no fim do Antigo Regime ficou a dever-se, mais do que à degradação do seu ensino ou à queda da procura de que era alvo, à imagem que dela se fazia e às funções que lhe atribuía a sociedade da época (Charle e Verger, 1996).

Apesar das reformas operadas nas universidades do século XVI ao XVIII e que visavam, num enquadramento de controlo dos Estados em detrimento dos antigos privilégios de autonomia, uma maior adequação às necessidades dos Estados e das profissões, antes da Revolução Francesa as universidades não tinham saído verdadeiramente do quadro das instituições do Antigo Regime.

A partir dos finais do século XVIII, a Universidade passou por sucessivos processos de renovação, e o nascimento do Estado Nação no início do século XIX determinou uma profunda mudança nas universidades, na medida em que foram obrigadas a enfrentar o desafio da formação de profissionais que a nova era industrial exigia (Hortale e Mora, 2004).

Neste período, ao mesmo tempo que persistiam algumas das características herdadas da época moderna e mesmo, em certos casos, da época medieval, aconteceram rupturas com o passado, nomeadamente com o surgimento de modelos divergentes e modernizados de organização universitária, na Alemanha e na França, e com o papel que foram ganhando como espaço político para a emergência dos movimentos nacionais e liberais.

Na Alemanha, os cursos ligados ao cultivo e desenvolvimento dos grandes sistemas filosóficos (Hegel, Schelling, Fichte) continuaram importantes e atractivos até meados do século XIX, mas foi o ensino especializado, resultante da pesquisa, que gradualmente se impôs. Esta transformação surge em consequência das ideias desenvolvidas pela corrente neo-humanista de Humboldt, Fichte e Schleiermacher: liberdade de aprender e de ensinar, recolhimento e liberdade do pensador e do estudante, enciclopedismo. Experimentada inicialmente na Universidade de Berlim pela mão de Humboldt<sup>1</sup>, em 1810, a corrente neo-humanista veio alterar a concepção da actividade universitária, a qual, assentando no primado da liberdade académica, perspectivava a pesquisa como o objectivo básico das universidades, que se convertem em centros de pesquisa científica (Hortale e Mora, 2004).

De acordo com Pombo (1999), no seu essencial, as propostas de Humboldt caracterizavam-se pela ideia de universidade enquanto universalidade e unidade dos saberes e dos estudos, na continuidade do modelo medieval; pela consideração de que investigação e ensino constituíam tarefas inseparáveis; pela estrutura hierarquizada dos saberes, com a filosofia no topo; por uma relação comunitária entre professores e alunos, colaboradores na procura da verdade;

---

<sup>1</sup> Linguista e filósofo prussiano, Wilhelm von Humboldt fundou a Universidade de Berlim em 1810, a qual, após algumas mudanças de nome, veio a denominar-se, em 1949, Humboldt Universität.

pela autonomia e independência da Universidade face às solicitações da economia e aos poderes políticos; e ainda pelo afastamento da Universidade relativamente à Igreja, porquanto a sua orientação primordial se regia pelo respeito pela ciência e pela procura da verdade. Para a mesma autora, tal concepção influenciou cada vez mais as universidades mais antigas da Alemanha, fundando o designado modelo universitário alemão, encontrando-se ainda na base das reformas das universidades durante todo o século XIX e início do século XX.

Por sua vez, o ensino superior francês da primeira metade do século XIX distinguiu-se de todos os outros países europeus por ter sido quase inteiramente reconstruído. Depois da Revolução Francesa, as universidades foram abolidas e a reconstrução do ensino superior obedeceu às preocupações do despotismo esclarecido:

“oferecer ao Estado e à sociedade pós-revolucionária os quadros necessários para a estabilização de um país conturbado; controlar estritamente sua formação em conformidade com a nova ordem social; e impedir o renascimento de novas corporações profissionais” (Charle e Verger, 1996: 76).

Assim, e de forma oposta ao modelo de Humboldt, as novas escolas francesas apresentavam uma grande especialização das formações e uma regulamentação minuciosa dos programas, num quadro de monopólio do Estado no que se refere à atribuição dos graus. Com a sobrevalorização das profissões práticas, ligadas nomeadamente ao Direito ou à Medicina, faculdades como as de Letras ou de Ciências, onde se desenvolvem as tendências inovadoras nas universidades alemãs, vêm-se arredadas dessa função (Charle e Verger, 1996).

Quanto às universidades britânicas, conservavam a maioria das características da época moderna. Oxford e Cambridge mantinham uma autonomia total relativamente ao Estado, devido à sua riqueza e também aos laços com a Igreja anglicana. Mas

“a principal originalidade do ensino superior britânico durante esse período, e até a Segunda Guerra Mundial, é a de ter gradativamente implantado instituições análogas

às da metrópole nas colónias e domínios que compõem o maior império do mundo” (Charle e Verger, 1996: 80).

Nos Estados Unidos da América, antes da independência, existiam cerca de dez instituições de ensino superior. Apesar da multiplicação de novas escolas a que se assistiu nos anos seguintes, elas mantiveram as características das universidades inglesas, nomeadamente no que respeita à organização em “colleges” e ao tipo de ensino, sobretudo literário e religioso, vocacionado para a formação das elites.

A segunda metade do século XIX marcou uma nova etapa na renovação do ensino superior, desta vez orientada pelo binómio pesquisa/abertura social. Até ao início da Segunda Guerra Mundial, as Universidades expandiram-se, diversificaram-se e profissionalizaram-se, tendo o modelo alemão influenciado fortemente as organizações universitárias mais tradicionais. De uma forma geral, o ensino superior tornou-se um importante veículo de promoção social, ao mesmo tempo que se afirmou como central para a afirmação nacional, para o progresso científico e económico e para a formação das elites.

Quanto à Alemanha, não deixa de causar alguma perplexidade o facto de, na altura em que os outros sistemas universitários procuraram inspirar-se nele, o modelo alemão ter entrado em crise. Por um lado, deu-se um aumento assinalável do número de alunos, assim como a sua diversificação social. Com efeito, os novos estudantes, oriundos da burguesia e das classes médias, procuravam através dos estudos superiores ascender social e culturalmente, “numa sociedade sempre dominada pela moral aristocrática” (Charle e Verger, 1996: 107). Por outro lado, a partir do momento em que os estudantes universitários procuraram rentabilizar as suas formações, os estudos perderam a orientação para os valores humanistas preconizados por Humboldt e mais para a prática, o utilitarismo e para a especialização. Foi o que aconteceu na Alemanha, onde os governos foram criando estabelecimentos ligados às novas necessidades de uma sociedade industrial.



Finalmente, também na Alemanha se colocou o problema da autonomia universitária, crescentemente posta em causa pela intervenção do Estado, quer no que respeita às nomeações, quer relativamente ao financiamento das instituições de ensino. E é assim que

“a liberdade e solidão do professor humboldtiano ideal quase não têm mais sentido nos institutos nos quais se trabalha colectivamente e nas universidades onde se colabora com os industriais” (Charle e Verger, 1996: 110).

Neste período, nasceu verdadeiramente o sistema universitário americano. Embora subsistindo o modelo de “college”, este não parecia fazer face às necessidades de uma sociedade urbana e industrial em desenvolvimento. Apareceram novas instituições, baseadas no modelo alemão, financiadas por milionários, mas as antigas universidades do leste também se modernizaram segundo as normas humboldtianas. Por outro lado, uma perspectiva utilitarista, bem como a crença no progresso económico levaram à introdução de cursos que, na Europa ainda não eram considerados dignos da universidade, como por exemplo em finanças (Charle e Verger, 1996). Combinando formação técnica, profissional e científica, através de uma grande flexibilidade disciplinar, as universidades americanas foram capazes de atrair clientelas e contribuições financeiras muito diversas, garantindo também a sua prosperidade. Os factores que as distinguem profundamente dos modelos europeus, particularmente do alemão e do francês, relacionam-se com a fraca intervenção do Estado e correlativa força e importância dos executivos universitários, a par da posição subordinada dos professores.

O impulso da pesquisa verificado a partir do início do século XX foi proporcionado pela fundação de uma série de laboratórios e institutos geralmente ligados às universidades e onde se integraram muitos doutorados com formação na Europa ou em “graduate studies” inspirados no sistema germânico. Sem dúvida que a prosperidade financeira das instituições (mecenato, fundações, doações) teve aqui um papel decisivo. Por outro lado, a inovação foi facilitada pela organização das disciplinas por departamentos e não por cadeiras, como na Europa.

Outra originalidade do sistema americano consistiu na sua rápida massificação, patente no elevado número de alunos e na introdução de cursos orientados para formações técnicas, pedagógicas e em Ciências Sociais, diferentemente do que acontecia na Europa. A partir de 1950, os estabelecimentos públicos tornaram-se dominantes e cresceu o investimento estatal na educação, pelo que deixaram de ser as classes burguesas a compor a maioria da população universitária, dando assim lugar às classes médias, mas não tanto às classes populares, que continuaram sub representadas.

Em França, na segunda metade do século XIX, o sistema napoleónico das faculdades começou a ser posto em causa, levando a um movimento de reforma orientado tanto pelas preocupações em reequilibrar a sua organização hiper centralizada em Paris e em desenvolver a pesquisa dentro das faculdades, à semelhança do que acontecia na Alemanha, quanto pelo ensejo de ampliação da base social do ensino superior, necessária à renovação das elites francesas. Com estes objectivos, surgiram os laboratórios da Escola Prática de Altos Estudos, reconstruíram-se as antigas escolas, diversificaram-se gradualmente as disciplinas ensinadas e assistiu-se a um aumento considerável dos recursos financeiros destas instituições, o que permitiu uma ampliação do número de professores e também dos alunos, principalmente nas áreas de Letras e de Ciências, anteriormente desvalorizadas, o que foi possível através da criação de bolsas de licenciatura e de agregação.

No entanto, de acordo com Charle e Verger (1996), a centralização do ensino não foi verdadeiramente abolida, devido ao facto de muitos dos estudantes continuarem concentrados em Paris. Em parte, este fenómeno ficou a dever-se à reforma administrativa de 1896, segundo a qual se reuniram as faculdades em universidades, processo que impediu a emergência de pólos regionais que pudessem fora da capital. Por outro lado, as doações avultadas de mecenas particulares à Universidade de Paris, possibilitando a criação de institutos de pesquisa, determinaram um desenvolvimento menor das universidades de província.

Este período da história francesa parece ter testemunhado uma abertura social por parte do ensino superior e não só por passar a integrar crescentemente novos públicos, como as mulheres. Apesar do recrutamento continuar a ser predominantemente burguês, a fatia ocupada pelos filhos das classes médias tornou-se muito maior do que no período do Segundo Império, principalmente nas áreas em que o peso da cultura clássica não era determinante, como as Ciências, e nas instituições paralelas ao ensino superior (ensino primário, artes e ofícios), cujos diplomas permitiam aos seus titulares prosseguir estudos em faculdade e, posteriormente, alcançar posições de elite.

Em Inglaterra, o Estado assumiu parte do financiamento das universidades. Neste período, as universidades de Oxford e de Cambridge foram obrigadas pelo Parlamento a admitir estudantes não anglicanos e mulheres. Depois de uma fase de estagnação, os números de alunos destas universidades aumentaram significativamente, ao mesmo tempo que se diversificaram as disciplinas e que se impulsionou a pesquisa com a criação dos primeiros laboratórios, no final do século XIX. Contudo, o recrutamento social continuou a ser muito elitista.

Entretanto, a Universidade de Londres, criada em 1836, expandiu-se e apareceram nas grandes cidades de província as “civic universities”, destinadas a formar os novos quadros da sociedade industrial e urbana. Nestas universidades novas, verificou-se uma abertura da base social de recrutamento, nomeadamente aos filhos de trabalhadores manuais, pequenos comerciantes, ou artesãos.

O século XX trouxe consigo a expansão do ensino superior por todos os continentes, com ritmos diferenciados em função das realidades nacionais específicas, e com a interrupção das duas Guerras Mundiais. A partir de meados do século, o desenvolvimento económico das sociedades ocidentais, a par das ideologias democratizantes, depôs sobre a educação a responsabilidade de contribuir para o progresso social, assistindo-se a um impulso dos sistemas educativos a que os sistemas de ensino superior não ficaram imunes.

## 2. As especificidades do caso português

### 2.1. Perspectiva histórica sobre o desenvolvimento das Universidades em Portugal

A criação dos Estudos Gerais de Lisboa, depois Universidade de Lisboa, surge na sequência do pedido feito ao Papa Nicolau IV em 1288 por superiores religiosos de comunidades como Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, S. Vicente de Lisboa, Santa Maria dos Guimarães. Pressionados por alguns sectores da burguesia portuguesa e com o apoio do rei português, estes prelados pretendiam criar em Lisboa um foco de cultura que também fosse um estímulo para os religiosos de Portugal (Silva, 1998), evitando-se ao mesmo tempo que estudantes portugueses fossem estudar para o estrangeiro. Concedida a autorização em 1290, D. Dinis criou os Estudos Gerais de Lisboa ou a Universidade de Lisboa, vocacionada para o ensino de Direito Canónico, Leis, Medicina e Artes. Pretendia-se, com esta escola, corresponder às necessidades de formação das elites intelectuais do clero e da burguesia, mas também uma consolidação do próprio estado, na medida em que constituiu um

“esforço de afirmação cultural do nosso país face a Castela e à perspectiva ameaçadora de anexação de Portugal, por este reino, sentida em diversas épocas da nossa história” (Arroteia, 1996: 13).

Após a primeira mudança de Lisboa para a cidade de Coimbra, em 1306, e durante um período de mais de duzentos anos, a universidade portuguesa alternaria sucessivamente a sua localização entre estas duas cidades. Em 1537, fixou-se definitivamente em Coimbra, cumprindo-se a ordem de transferência efectuada por D. João III, cuja decisão teria tido motivos políticos, já que a Universidade, dominada pelos poderes eclesiásticos, estava a fugir ao controlo do monarca, como escreve Marques (1976: 275)

“ (...) D. João III veio por fim a empreender uma reforma completa, com o propósito definido de se ver livre da Universidade de Lisboa e de fundar, algures, uma escola mais dócil e renovada. Diga-se de passagem que a qualidade do ensino descera porventura ao seu nível mais baixo, preferindo os licenciados portugueses ir doutorar-se em Salamanca ou a outras partes (...)”.

Durante o século XVI, com a adesão de Portugal ao processo de Contra-Reforma, a Universidade de Coimbra reforçou a componente teológica e o ensino ganhou um cariz conservador. Aparece igualmente nesta altura a segunda universidade do país, a Universidade de Évora, autorizada pelo papa IV em 1558 a pedido do arcebispo daquela cidade. Resultante da transformação do Colégio do Espírito Santo, uma instituição pertencente aos jesuítas, em Estudos Gerais, a nova universidade tinha como principal objectivo a formação de teólogos.

No entanto, a chegada a Portugal do Iluminismo, através do despotismo esclarecido do marquês de Pombal, determinou a extinção da Companhia de Jesus e o encerramento da Universidade de Évora, no ano de 1759. Também em Coimbra a Universidade passa por um processo de reformulação que, orientado pelo racionalismo, incidiu na autonomização do conhecimento científico relativamente à doutrina católica.

De acordo com Meireles-Coelho (1998), durante o século XIX foram surgindo escolas médicas e politécnicas no Porto e em Lisboa (por exemplo, a Academia Politécnica do Porto foi regulamentada em 1937, substituindo a antiga Academia da Marinha e do Comércio; no mesmo ano, surgiu a Escola Politécnica de Lisboa). Também em Lisboa, apareceu em 1859 um Curso Superior de Letras), numa escola não integrada na Universidade, de acordo com as práticas da Convenção francesa, que defendera a extinção das universidades, consideradas instituições do Antigo Regime e a fundação de escolas autónomas, que viria a ser transformado na Faculdade de Letras de Lisboa em 1911.

Com a queda da Monarquia constitucional e o nascimento da Primeira República, em 1910, a sociedade portuguesa passou por modificações significativas a todos os níveis. Sendo certo que o ideário republicano assentava grandemente na importância da educação universal,

“ o combate ao analfabetismo, a difusão da cultura popular e o empenhamento na educação transformaram-se numa bandeira que uniu na actuação muitos republicanos” (Cortesão, 1981: 15).

Se as realizações nem sempre “acompanharam o entusiasmo e a amplitude das intenções, (...) apesar de tudo foi dado um impulso decisivo à educação (...)” (Cortesão, 1981: 15), através de importantes reformas do sistema educativo, de que é exemplo a reforma do ensino primário.

No que se refere ao ensino superior, em Março de 1911 foram criadas duas novas universidades, nos dois maiores centros urbanos - Lisboa e Porto - onde existiam já as referidas escolas independentes. No entanto, durante os conturbados anos que durou o regime republicano, as três universidades portuguesas, embora lutando pela sua autonomia, mantiveram o seu estatuto de universidades ligadas ao Estado, situação que se prolongou pelo tempo da Ditadura Militar (1926-1932), durante o Estado Novo de Oliveira Salazar (1933-1968) e pelo período Marcelista (1968-1974).

A Universidade Técnica de Lisboa foi criada durante a Ditadura Militar, em 1930. Englobando uma série de escolas com formações técnicas (engenharia, agronomia, veterinária, economia, finanças) o surgimento desta Universidade nasceu da constatação do atraso português nas áreas tecnológicas e consequente preocupação pragmática em superá-lo.

Durante o todo o período do Estado Novo, a vida universitária viu-se subordinada aos interesses e práticas autoritárias do poder, os quais colidiam frontalmente com “a ideia tradicional de corporação de professores e alunos, com as suas autonomias, que, tendo como modelo a Universidade medieval e cristã, era tomada como exemplo” (Torgal: s/d, a). Por outro lado, as universidades permaneciam fortemente elitistas e divorciadas da realidade económica oferecendo cursos de licenciatura

“que não eram decerto orientados para o fornecimento de qualificações para o mercado de trabalho; os empregos eram concedidos amplamente por apadrinhamento e as qualificações universitárias confirmavam apenas o indispensável estatuto social” (Stoer, 1986: 53).

Foram ainda criadas, já na década de 60, as primeiras Universidades no ultramar português, em Angola e Moçambique, assim como a Universidade Católica Portuguesa, que abriu portas em 1967.

A década de sessenta parece ter constituído um período decisivo para a abertura da sociedade portuguesa e para o alargamento posterior do ensino universitário (Vieira, 1995; Arroteia, 1996; Simão e outros, 2002). Se a afluência de capitais estrangeiros, depois da 2ª Guerra Mundial, permitira um surto do crescimento industrial e, conseqüentemente, uma subida do nível de vida das populações, a adesão à E.F.T.A. impulsionou a criação de novas indústrias por todo o país. Assim,

“a terciarização progressiva da sociedade portuguesa decorrente do próprio fenómeno de industrialização e as migrações - êxodo rural e emigração - que desde então grassaram no território com maior intensidade, justificam o decréscimo gradual do sector primário e o empolamento do secundário que desde os finais dos anos sessenta passou a absorver maior número de activos do que agricultura, pesca e silvicultura reunidas” (Arroteia, 1996: 27).

No princípio dos anos sessenta, a OCDE elaborava um relatório sobre o nosso país - “Le project regional mediterranée” -, onde destacava precisamente a necessidade de responder às solicitações e complexidades do desenvolvimento económico e social português através da formação de quadros médios e superiores habilitados para o exercício de certas profissões técnicas.

Por outro lado, no final desta década, num contexto marcado pela Guerra Colonial e pelos movimentos estudantis de Maio de 1968 em França, foram-se agudizando as lutas dos estudantes universitários, que desembocaram na crise académica de 1969. As reivindicações dos estudantes extravasavam o plano académico, constituindo uma contestação ao regime político e exigindo, portanto, a democratização das universidades e do país.

Neste clima de contestação, Portugal encetou os anos 70 com uma Universidade tradicional, isto é, fortemente elitista e predominantemente vocacionada para a educação geral e a preparação para o desempenho de profissões socialmente

muito valorizadas, embora nalguns estabelecimentos estivessem subjacentes outros modelos como o de formação técnica avançada no Instituto Superior Técnico ou o das universidades alemãs (laboratórios separados) nos Institutos de Química e de Física das Faculdades de Ciências.

Foi neste contexto que surgiu a reforma de Veiga Simão, que consistiu num plano global de remodelação do sistema educativo com o objectivo da democratização da educação como pano de fundo. Para além de medidas respeitantes ao aumento da escolaridade mínima obrigatória para oito anos ou ao fomento da educação pré-escolar, Veiga Simão propunha uma reforma do ensino superior que permitisse a Portugal

“ultrapassar o carácter aristocrático do sector universitário, alargar o ensino superior a regiões do país onde não existiam universidades e ultrapassar as carências da investigação científica” (Stoer, 1986: 58).

Se tal proposta visava potenciar a educação enquanto factor decisivo para o crescimento económico, em consonância com as teorias da modernização e com o modelo do capital humano<sup>2</sup>, também a encarava, numa perspectiva meritocrática, como a potenciadora do princípio da igualdade de oportunidades (Stoer, 1986), distinguindo-se radicalmente, portanto, da noção salazarista de educação.

Tornava-se decisivo dar resposta a uma procura crescente de educação, porque a população escolar dos ensinos preparatório e secundário tinha começado a aumentar, sob efeito das medidas democratizantes do período marcelista, manifestando-se

“as aspirações da população jovem e dos seus familiares no sentido de adquirirem um novo estatuto social legitimado pela obtenção de um diploma universitário que lhes facultasse uma mobilidade social ascendente e rompesse com a herança cultural determinante do seu estatuto social e profissional” (Arroteia, 1996: 27).

---

<sup>2</sup> A teoria do capital humano, que analisaremos em detalhe no Capítulo IV deste trabalho, perspectivava o mercado de trabalho como o local onde se efectuava a alocação equilibrada dos trabalhadores aos postos de trabalho disponíveis, numa lógica de ajustamento quantitativo.



Admitindo embora que a reforma de Veiga Simão, “em vez de resolver contradições, concorreu para desacreditar, ainda mais, a credibilidade dos princípios corporativistas já amplamente desacreditados (...), alargando-se o abismo entre as massas e os sectores dirigentes (...) (Stoer, 1886: 59), parece-nos consensual a constatação de que terá lançado as bases do subsistema do ensino superior, tal como o conhecemos na actualidade. Referimo-nos quer ao lançamento do sistema dual ou binário, com a Lei nº5/73, que consubstanciou a separação do ensino superior entre Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores (embora a sua implementação só tenha ocorrido plenamente depois do 25 de Abril), quer ao alargamento e diversificação da rede de estabelecimentos operada a partir da publicação do Decreto-Lei nº402/73. Foram criadas com este texto legal a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade do Minho, a Universidade de Aveiro, o Instituto Universitário de Évora e os Institutos Politécnicos de Vila-Real, Covilhã, Leiria, Tomar, Setúbal e Faro.

## 2.2. Expansão e diversificação do sistema de ensino superior depois do 25 de Abril

Depois do 25 de Abril de 1974, as ideias de democratizar e de desenvolver a sociedade no plano económico e social tornaram-se centrais. Neste contexto, a educação tornou-se um dos eixos prioritários da democratização, através do alargamento da rede de estabelecimentos e da abertura do sistema educativo a um número crescente de alunos. Parece-nos importante caracterizar, por um lado, as principais dinâmicas respeitantes à oferta de educação de nível superior, e que se consubstanciam no aumento e diversificação das instituições deste nível de ensino, para nos determos depois na questão da procura social dos títulos universitários, que aumentou continuamente até ao final do século.

Como caracterização geral da dinâmica a que se assistiu durante os vinte anos que se seguiram à Revolução, poderíamos adoptar aqui as palavras de Rosa (1993):

- Diversificação institucional, com o lançamento de um novo modelo de ensino superior politécnico;
- Expansão quantitativa na generalidade das instituições universitárias, baseada na enorme diversificação dos seus cursos;
- Aparecimento de um forte segmento de ensino superior privado;
- Consolidação do desenvolvimento das novas universidades criadas em 1973 e aparecimento de outras universidades;
- Lançamento de acções de formação pós-graduada;
- Gradual alargamento da autonomia universitária nas suas diversas vertentes;
- Generalização nas restrições de acesso ao ensino superior através da adopção do regime de 'numerus clausus';
- Maior internacionalização do ensino universitário e de todas as suas instituições, por força da integração europeia e da participação institucional nos programas comunitários para o ensino superior.

A expansão das instituições públicas de ensino superior acentuou-se, quer no que diz respeito ao subsistema universitário quer ao politécnico, que passou a estar integrado na rede pública, compreendendo as Escolas Superiores de Educação, as Escolas Superiores Agrárias, os Institutos Superiores de Engenharia e os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração. O Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa assume carácter universitário logo em 1974; os Institutos Politécnicos de Vila-Real e da Covilhã vêm a dar origem, respectivamente, à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e à Universidade da Beira Interior; os Institutos Universitários de Évora, dos Açores e da Madeira convertem-se, pela mesma ordem, na Universidade de Évora, Universidade dos Açores e Universidade da Madeira.

Como já foi referido, o modelo binário de ensino superior foi introduzido pela Reforma Veiga Simão, no início dos anos setenta, mas “apesar das novas condições políticas criadas pela Revolução de 1974 (...) demorou algum tempo a consolidar-se” (Arroteia, 2002: 30), o que só aconteceu em 1979, com a publicação do Decreto-Lei nº513-T/79, de 26 de Dezembro e do Decreto-Lei

nº513-L1/79, de 27 de Dezembro. Concebido como um subsistema orientado para uma formação profissionalizante, o ensino politécnico, que veio a integrar algumas escolas de ensino médio entretanto abolidas, visa

“proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de grau superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole técnica e prática e suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais” (LBSE, artº11º, 4).

Quanto ao ensino universitário, cabe-lhe

“assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, inovação e de análise crítica” (LBSE, artº11º, 3).

De acordo com Simão e outros (2002), a LBSE não estabeleceu uma diferença conceptual nítida entre estes dois subsistemas, porque não exprimiu o

“reconhecimento de que os estabelecimentos de ensino universitário e de ensino politécnico se definem por diferentes culturas institucionais, designadamente na sua ligação com a sociedade” (Simão e outros, 2002: 191).

Para estes autores, a diferença fundamental reside na vocação institucional das instituições, sendo a das universidades de “assegurar uma ampla preparação científica de base sobre a qual assenta uma sólida formação técnica e cultural adequada à inserção profissional (...)” e a dos politécnicos de “assegurar uma sólida formação técnico-profissional e cultural assente em conhecimentos científicos básicos essenciais para a compreensão e solução de problemas concretos que permita o exercício de actividades profissionais” (Simão e outros, 2002: 192).

Desde 1974 ambos os subsistemas registaram, pois, uma expansão considerável, atingindo em 2002, segundo dados da Direcção Geral do Ensino Superior, as 137 instituições - 25 universidades e 112 politécnicos.

Não obstante esta expansão quantitativa, Alves (2003: 77) assinala que

“relativamente à dualidade entre ensino universitário e ensino politécnico, constata-se que estas duas modalidades foram pensadas como alternativas, mas tem persistido uma certa desvalorização simbólica do ensino politécnico”.

Para tal contribuiria a longa tradição e persistência temporal da universidade, legitimadoras da posição de superioridade desta instituição relativamente ao politécnico, modalidade recente de ensino superior, mas não só. Efectivamente, “herdeiro” do ensino secundário técnico, o ensino politécnico estaria associado à mesma imagem de menor prestígio social de que aquele tinha sido objecto, quando comparado com o ensino liceal.

A expansão das instituições particulares e cooperativas foi também assinalável, particularmente a partir de finais dos anos oitenta. Os dispositivos legais que enquadram este outro subsistema de ensino superior surgiram em 1979, com a Lei nº 8/79, de 19 de Março e a Lei nº 65/79 e consolidaram-se com a publicação do primeiro Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (Decreto-Lei nº 271/89, de 19 de Agosto), posteriormente substituído (Decreto-Lei nº 16/94, de 22 de Janeiro).

Com um crescimento lento durante a década que se seguiu ao 25 de Abril, o ensino superior privado apresentava “as características de um sistema periférico, de acordo com um modelo de ensino superior estatal, traduzindo a forte hegemonia do Estado na sociedade portuguesa” (Seixas, 2000: 56). A explosão das instituições deu-se nos finais dos anos oitenta, como já referido, em consequência de um processo de liberalização do ensino superior que não é único do caso português. De facto,

“num contexto de crise do Estado-providência e de crescente expansão dos sistemas de ensino superior, começa a ganhar expressão a ideia de que as forças do mercado, mais do que uma intervenção estatal directa contribuem de forma mais positiva para um aumento da qualidade de ensino e da sua eficácia e relevância social” (Seixas, 2000: 54).

Assim sendo, este fenómeno terá resultado, em Portugal, políticas de índole neo-liberal iniciadas nos anos 70 e aceleradas com a integração de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986. Neste quadro, os diferentes governos, perante

a incapacidade de corresponder através do alargamento do ensino público às exigências crescentes da população, no sentido de alcançar o ensino superior, permitiram a abertura pouco controlada de instituições privadas. Neste sentido, a expansão do sector privado deriva em grande parte da insuficiência de resposta, por parte do subsistema público, à procura crescente de ensino superior. De acordo com Grácio (2001), se o sector privado apostou principalmente em formações não tecnológicas e muito moderadamente em formações curtas, correspondentes ao ensino politécnico público, o sector público assumiu deliberadamente a opção por formações tecnológicas e científicas. Assim sendo,

“No conjunto do ensino superior, as formações de ciências humanas e sociais, da economia e gestão, e das ciências jurídicas, registaram o mais forte crescimento, logo seguidas pelas formações tecnológicas. Daí que todo o processo tenha resultado menos desequilibrado do que poderia supor-se” (Grácio, 2001: 11).

Contudo, a falta de mecanismos de apoio, acompanhamento e fiscalização das instituições de ensino particular e cooperativo teria conduzido a uma situação de crescimento pouco controlado dos cursos deste subsistema, nem sempre com critérios de exigência qualitativa ou de relevância sócio-económica. Com o objectivo de controlar esta situação, em 1997, através do Decreto-Lei nº 277/97, de 8 de Outubro suspendeu-se por cerca de dois anos a apreciação de requerimentos de reconhecimento de interesse público de instituições e de autorização de funcionamento de cursos e de reconhecimento de graus.

### **2.3. A procura social de educação superior**

Sendo certo que “a educação transmitida através do sistema escolar e de outros sistemas apresenta-se intimamente ligada ao tipo de estrutura social dominante” (Pardal, 1991: 8), não é menos verdade que em Portugal, à semelhança do que aconteceu em todas as sociedades ocidentais, o número de alunos inscritos no ensino superior aumentou continuamente ao longo das últimas três décadas do século passado, como veremos com algum detalhe mais adiante.

Tendo ficado claro, pela análise desenvolvida até agora, que as causas subjacentes à grande expansão da oferta do ensino superior se prendiam com a necessidade de estimular o crescimento económico, assim como a crença de que tal expansão contribuiria para reduzir as desigualdades de oportunidades, consolidando-se desta forma a democracia, tanto económica como socialmente (Teichler, 1996), importa-nos agora incidir sobre a o significado da procura social deste tipo de ensino. Tomamos como premissa inicial que existe

“uma variedade dos mecanismos em jogo no crescimento do sistema escolar, isto é, no ascenso da procura social do ensino, pressupondo que sem esta última o primeiro não poderia ter lugar de forma continuada (...)” (Grácio, 1986: 123).

Parece-nos que, no caso português, o processo de democratização da sociedade e do sistema educativo iniciado nos finais dos anos sessenta e efectivado depois do 25 de Abril de 1974 teve o efeito de potenciar as aspirações de mobilidade social dos indivíduos, muito limitadas durante todo o período do Estado Novo. Numa sociedade cujo ritmo de mudança fora tão lento, o crescimento económico ocorrido durante a década de sessenta provocou uma melhoria geral do nível de vida da população portuguesa, alargando ao mesmo tempo as expectativas sociais dos indivíduos sobre as suas possibilidades de ascensão social. Por um lado, tais expectativas foram alimentadas pela perspectiva segundo a qual a aquisição de aptidões e de conhecimentos através da educação constituía, para os indivíduos, um investimento convertível na obtenção de posições profissionais vantajosas. Contudo, não podemos ignorar que o

“próprio processo de escolarização submete um número crescente de agentes à socialização escolar e gera assim socializações familiares mais propícias à adaptabilidade das gerações mais recentes às exigências da escola” (Grácio, 1986: 122).

Assim sendo, ao alargamento do sistema de ensino terá correspondido um crescimento da procura de educação cada vez mais auto sustentado, na medida em que os descendentes das gerações com mais educação escolar serão mais adaptáveis às normas e exigências escolares, factor que favorece o aproveitamento escolar (Grácio, 1997a). Em consequência, ter-se-á gerado

aquilo um “efeito de onda”, isto é, o alastrar da procura de educação para níveis mais elevados do sistema educativo de geração para geração:

“independentemente das vias em que se desenvolve o ensino secundário, a progressão de alunos neste ciclo terminal para uns e intermédio para a maior parte da população escolar que entra no ensino superior, realça o efeito de onda causado pela maior permanência dos alunos no sistema e da sua transição para o ciclo seguinte” (Arroteia, 2004: 31).

Adicionalmente, como refere Grácio (1997a), o próprio crescimento do sistema de ensino induz mais procura de educação através de duas vias: provoca o alargamento do mercado que o sustenta, ao expandir-se o grupo profissional dos professores; conduz a uma desvalorização dos diplomas escolares no sistema de emprego/trabalho, o que gera o alastrar da procura de ensino para níveis cada vez mais elevados do sistema educativo. Segundo esta lógica, desde os anos setenta, ter-se-á assistido a uma degradação persistente do valor dos diplomas do 9º ano, empurrando a procura de ensino para o ensino secundário e, posteriormente, para o ensino superior.

Os argumentos que acabámos de avançar apontam para que uma explicação cabal do aumento da procura dos diplomas académicos não se resume à função económica que desempenham, por facilitarem o acesso a profissões bem remuneradas e bem posicionadas no espaço social. Em conjunturas de crise, quando o desemprego aumenta e os diplomas se desvalorizam no mercado de trabalho, parecem continuar a ser simbolicamente importantes para os indivíduos, por serem portadores de prestígio social. É neste sentido que consideramos a existência de “mercados simbólicos valorizando a educação escolar em si mesma” (Grácio, 1997a: 31), na medida em que a educação é utilizada pelos diferentes grupos sociais na luta pela obtenção de determinados fins, entre os quais o estatuto social tem particular relevância. É esta a perspectiva de Collins (1977), que acentua nos diplomas escolares, mais do que a função de representar determinadas competências técnicas, a de constituir um sinal de pertença a um determinado grupo de status, e também de Martins (1996: 169), para quem “as credenciais educativas, mais do que as qualificações que conferem, têm influência significativa na estratificação e mobilidade”. Nesta

perspectiva, a educação formal, com os diplomas que gera, não contribui directamente para a eficácia produtiva no mundo do trabalho, mas apresenta uma importância vital no reforço das relações sociais de trabalho, na medida em que, veiculando uma ideologia meritocrática, “naturaliza” a ideia de que o sucesso individual está dependente das competências e da qualificação escolar individuais, assim legitimando as desigualdades no acesso às diferentes posições sócio-profissionais e, portanto, assim legitimando as próprias desigualdades da estrutura social.

Assim sendo, tendo como pano de fundo esta ideologia meritocrática difundida nas sociedades democráticas, o sistema educativo foi procurado pelas massas de forma a promover os seus propósitos de mobilidade social ascendente, ao mesmo tempo que as classes sociais económica ou culturalmente dominantes procurariam, através das credenciais académicas, manter o seu estatuto privilegiado.

Na perspectiva de Bourdieu e Passeron (1964, 1970), certas fracções de classe - os patrões da indústria e do comércio, por exemplo - terão intensificado a sua utilização do sistema escolar como forma de manter a sua posição no espaço social, dado que a transmissão do capital económico seria insuficiente para o assegurar. Assim se explicaria, para estes autores, a explosão escolar e o crescimento da concorrência pelo acesso aos títulos, na medida em que, face à entrada no sistema escolar, designadamente na Universidade, de jovens oriundos de classes sociais anteriormente dele arredados, os indivíduos pertencentes aos sectores economicamente mais favorecidos tentariam igualmente aumentar o investimento na formação escolar, na perspectiva de manter a raridade relativa dos seus títulos.

Deste crescimento geral e contínuo da procura social de educação resultaria uma inflação dos diplomas escolares e, com esta, a sua desvalorização, uma vez que o crescimento do número de diplomados se tornaria mais rápido do que o crescimento do número de posições às quais tais diplomas dão acesso. Contudo, apesar desta desvalorização, na perspectiva de Bourdieu, os detentores de diplomas académicos crêem no valor dos seus títulos, porque:

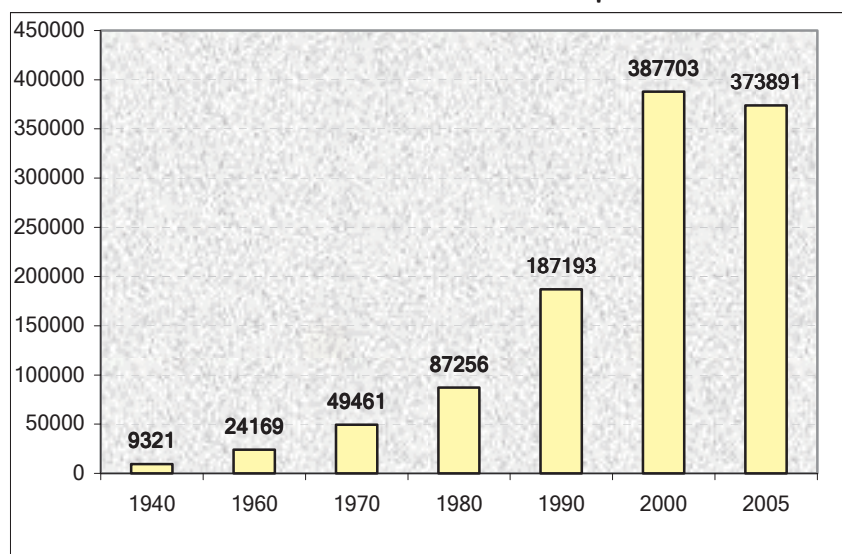


“(…)l’acteur social ne connaît pas la situation de tous les diplômés de son espèce; le diplôme constitue une forme d’identité sociale à laquelle on ne renonce pas facilement; le diplôme est attaché subjectivement à son détenteur; enfin et surtout les diplômés continuent d’apprécier la valeur de leur titre en fonction de ce qu’était cette valeur dans un état antérieur des structures objectives (...)” (Galland, 1991: 149).

Problematizando um pouco esta perspectiva, parece-nos que, no nosso país, os indivíduos continuam a valorizar simbolicamente os diplomas universitários, não tanto porque desconheçam a situação económica dos diplomados no sistema de emprego/trabalho, mas efectivamente porque ele é portador de um estatuto social, factor importante numa sociedade que, como a portuguesa, durante tanto tempo viu vedada à maior parte da sua população a possibilidade de aceder aos níveis superiores do sistema educativo.

Deixando provisoriamente a discussão sobre a potencialidade dos diplomas nos processos de mobilidade social dos indivíduos a que a análise de Bourdieu conduz, interessa-nos por agora avançar alguns dados de caracterização da procura social do ensino superior em Portugal.

Iniciando esta análise com as tendências observadas desde a segunda metade do século XX, para depois nos determos com mais especificidade nos anos mais recentes, constatamos que, desde 1940, o número total de alunos inscritos no ensino superior em Portugal foi aumentando de década para década: 9321 em 1940, 24169 em 1960, 49461 em 1970, 87256 em 1980, 187193 em 1990, atingindo 387703 no ano 2000, número que decaiu para 373891 em 2005 (Gráfico 1).

**Gráfico 1. Nº total de alunos inscritos no ensino superior entre 1940 e 2000**

Fonte: INE, Séries Cronológicas (até 2000) e Oces, 2005 (para 2005)

Os dados anteriores expressam o significativo aumento da procura social da educação de nível superior registada em Portugal nas últimas décadas do século XX, sendo de realçar que a população inscrita neste nível de ensino mais do que duplicou entre 1980 e 1990, tal como entre este ano e 2000, não obstante se ter verificado um abrandamento do crescimento das inscrições nos últimos anos da década de noventa, como veremos adiante, e a sua redução entre 2000 e 2005.

**Tabela 1. Alunos inscritos no ensino superior por género (1940/41 a 2004/2005)**

Ano	Sexo	
	Feminino	Masculino
1940/41	18,9	81,1
1960/61	29,4	70,6
1970/71	44,4	55,6
1980/81	44,9	55,1
1990/91	55,5	44,5
2000/01	57,1	42,9
2004/05	55,8	44,2

Fonte: INE, Estatísticas da Educação (até 2000/2001) e Oces, 2005 (para 2004/2005)

Em todo o caso, uma característica importante do processo de procura do ensino superior em Portugal tem sido a sua crescente feminização. De uma situação em que as raparigas não chegavam aos 20% do total de inscritos, em 1940, chegou-se ao ano 2000 com a presença feminina a atingir cerca de 57%. A década de sessenta marcou um crescimento particularmente acentuado - de 29,4% para 44,4% em 1970/71 -, sendo já na década de noventa que se observa a inversão

da predominância do género masculino no conjunto da população estudantil (Tabela 1).

Concordamos com Alves (2003: 63), quando afirma que

“a feminização da população estudantil do ensino superior é uma tendência que se enraíza em fenómenos estruturais que afectam várias sociedades e apontam para uma maior igualdade entre os sexos”.

Tendo presente, assim, que o processo de escolarização feminina é relativamente transversal ao espaço europeu (Mauritti e outros, 2004), no caso concreto da sociedade portuguesa, a presença feminina no sistema educativo acentuou-se com o prolongamento da escolaridade mínima obrigatória de quatro para seis anos, nos finais da década de sessenta e particularmente depois do 25 de Abril, num contexto em que o papel social da mulher deixou progressivamente de ser entendido nos moldes tradicionais. De acordo com Figueiredo e outros (1999), as taxas de escolarização da população feminina jovem tornaram-se, no final do século XX, superiores às da população masculina, em quase todos os graus de ensino, sendo de supor a activação, por parte das mulheres, de estratégias perante a instituição escolar no sentido de acumulação de um capital escolar possibilitador de uma maior participação cívica e no sistema de emprego/trabalho.

Se a tendência para a feminização do ensino, em Portugal, tende a verificar-se especialmente no ensino superior (Figueiredo e outros, 1999; Mauritti e outros 2004; Martins e outros, 2005), torna-se necessário realçar a diferenciação por género da estrutura da procura deste nível de ensino. A este propósito, Alves (2003) aponta que a participação feminina no ensino superior é especialmente acentuada, por um lado, no ensino privado e, dentro deste, no subsistema politécnico, e por outro lado, nas áreas disciplinares ligadas aos Serviços Sociais, Formação de Professores e Ciências da Educação, Humanidades e Saúde. Conclui assim que

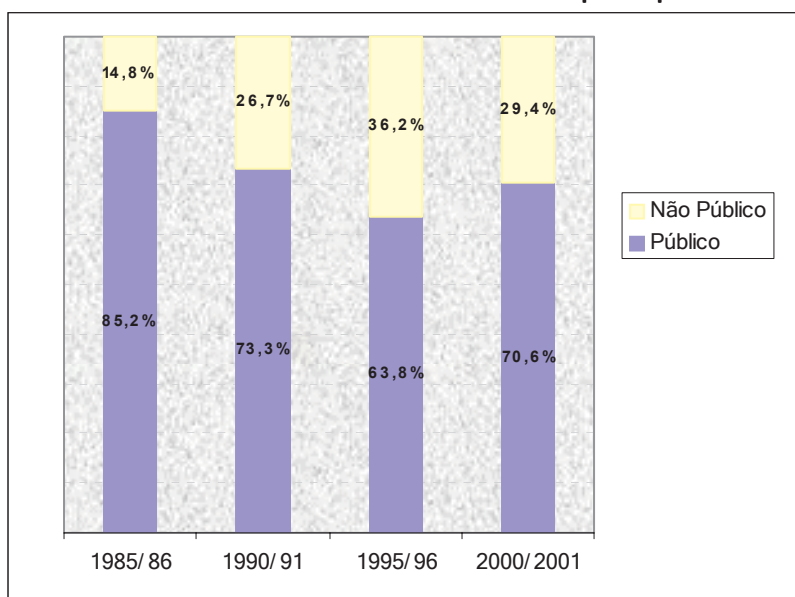
“a escolha de cursos de ensino superior é fortemente influenciada pelas representações interiorizadas pelos estudantes sobre os empregos e áreas de estudo

mais ou menos adequados para rapazes e raparigas, numa expressão clara de processos de socialização sexual que ocorrem desde o nascimento e que influenciam as opções dos jovens no momento do ingresso no ensino superior” (Alves, 2003: 64).

Por outro lado, a procura do ensino superior caracterizou-se ainda pela importância crescente do sector não público, cuja oferta foi dinamizada a partir de finais dos anos 80, como vimos, vindo dar resposta a uma procura até aí não satisfeita de ensino superior, dada a insuficiência da oferta pública perante o número de candidatos (Grácio, 2001). O Gráfico 2 permite-nos constatar o peso crescente do ensino privado no conjunto dos inscritos em instituições do ensino superior até finais da década de noventa,

“movimento que ficou a dever-se ao aumento dos rendimentos reais das famílias, que alterou rapidamente as suas perspectivas, e as dos jovens, no que toca à continuação ou cessação dos estudos” (Grácio, 2001: 11).

**Gráfico 2. Peso dos alunos inscritos no ensino superior público e não público**

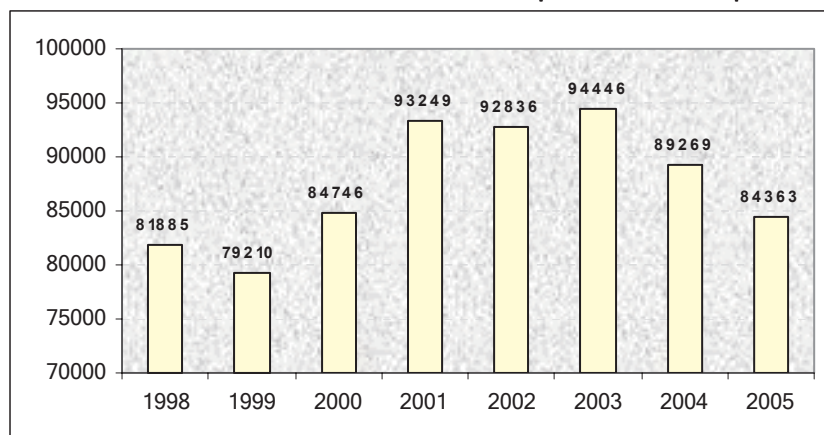


**Fonte:** INE, Séries Cronológicas

Atentando agora, de forma mais específica, no número de inscritos em instituições do ensino superior no 1º ano pela 1ª vez, indicador que nos parece mais expressivo da procura social de educação deste nível de ensino, e tendo por referência o período compreendido entre 1998 e 2005, verificamos que o crescimento da procura abrandou fortemente nos anos recentes. Depois de uma

primeira quebra das inscrições em 1999, seguida de uma recuperação até 2001, dá-se nova queda, mais ligeira do que a de 1999, em 2002, e, a partir de 2004, verifica-se a perda de mais de 10000 alunos por referência ao pico atingido em 2003 (Gráfico 3).

**Gráfico 3. Nº de alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez entre 1998 e 2005**



Fonte: Oces, 2006

Ao abrandamento global da procura entre 1998 e 2005, e mesmo queda nos dois últimos anos em análise, não são indiferentes, obviamente, as dinâmicas que atravessaram a economia portuguesa e, em particular o sistema de emprego/trabalho, com repercussões nas aspirações e na projecção dos trajectos de vida dos jovens. Como veremos no próximo capítulo, o desemprego aumentou fortemente a partir de 2001, afectando em particular os escalões etários mais jovens e incidindo também sobre os diplomados do ensino superior e não apenas sobre as camadas menos escolarizadas da população portuguesa, fenómeno cujos efeitos sobre a procura social de ensino vieram a ser diferidos no tempo, provavelmente à medida que o carácter desta crise de emprego foi começando a ser encarado como durável.

Por outro lado, Arroiteia (2002) realça que a diminuição do número de alunos no ensino superior, tendo começado em 1996, resulta da implementação do regime de exames nacionais por disciplina no termo do 12º ano e da possibilidade conferida às instituições de ensino superior para definirem notas mínimas de acesso.

Procurando caracterizar melhor as variações na estrutura desta procura, constatamos que o sexo feminino, mantendo-se preponderante em todo o período considerado, viu o seu peso diminuir ligeira mas gradualmente a partir de 2002 (Tabela 2). Já no que se refere às inscrições por tipo de tutela, o ensino não público que, como vimos anteriormente, vira o seu peso aumentar significativamente a partir de meados dos anos oitenta, viu o número de inscritos diminuir a partir de 1999 (Tabela 3). Este facto parece indicar que a quebra observada no número de inscrições no 1º pela 1ª vez no ano de 1999 terá sido devida em parte às restrições das inscrições no ensino não público.

Ao mesmo tempo, registam-se maiores variações por tipo de ensino, uma vez que, embora no período considerado se patenteie alguma perda de peso das inscrições no ensino politécnico, este tipo de ensino foi aumentando de representatividade até 2002 (com excepção de 1999), observando-se, a partir de 2003, a perda gradual de inscritos, quando comparados com o ensino público (Tabela 4). De qualquer forma, o ensino universitário tem sido sempre maioritário no nosso país, facto a que não é alheia a imagem social e profissional diferenciada associada a este tipo de ensino, quando comparado com o politécnico, como atrás referimos. Com efeito, cursos com características mais técnicas e profissionalizantes, tendo em vista uma ligação mais imediata às necessidades sentidas pelo sistema de emprego/trabalho, têm sido tradicionalmente desvalorizados, do ponto de vista simbólico, na sociedade portuguesa, não obstante a sua eficácia do ponto de vista da integração profissional.

**Tabela 2. Alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez por sexo (%)**

Ano	Sexo	
	Feminino	Masculino
1998	57,3	42,7
1999	57,4	42,6
2000	59,6	40,4
2001	60,9	39,1
2002	60,7	39,3
2003	60,1	39,9
2004	59,3	40,7
2005	58,4	41,6

Fonte: Oces, 2006

**Tabela 3. Alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez por tipo de tutela (%)**

Tipo de tutela \ Ano	Público	Não Público
1998	68,6	31,4
1999	69,7	30,3
2000	69,7	30,3
2001	70,7	29,3
2002	71,0	29,0
2003	71,6	28,4
2004	72,6	27,4
2005	75,1	24,9

Fonte: Oces, 2006

**Tabela 4. Alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez por tipo de ensino (%)**

Tipo de ensino \ Ano	Politécnico	Universitário
1998	38,4	61,6
1999	33,7	66,3
2000	37,9	62,1
2001	39,8	60,2
2002	40,1	59,9
2003	38,5	61,5
2004	37,5	62,5
2005	36,7	63,3

Fonte: Oces, 2006

No que se refere à área científica, apontaríamos, em síntese, as tendências seguintes (Tabela 5):

- Uma diminuição gradual da importância relativa da procura dos cursos ligados às áreas da Agricultura, da Educação e das Ciências Sociais, Comércio e Direito, não obstante esta última área continuar a representar uma parte muito significativa das preferências dos alunos que entram para o ensino superior. Esta situação estará relacionada com a perspectivação, por parte dos estudantes que no final do ensino secundário ponderam as suas escolhas a efectuar no seu percurso académico posterior, das dificuldades de empregabilidade dos diplomados nestas áreas científicas;
- Alguma estabilidade na procura de cursos das áreas das Artes e Humanidades e das Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção;
- O aumento significativo do peso da procura dos cursos de Saúde e Protecção Social e mais moderado da procura de cursos ligados aos Serviços.

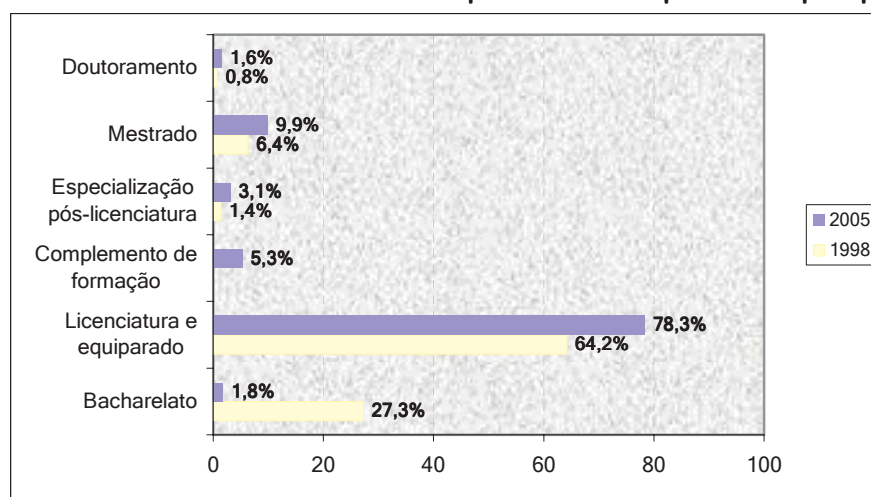
**Tabela 5. Alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez por área científica (%)**

Área \ Ano	Área							
	A	B	C	D	E	F	G	H
1998	2,7	9,3	34,5	9,0	13,9	17,9	8,2	4,4
1999	2,7	10,0	32,1	9,5	13,4	18,8	8,5	5,1
2000	2,0	9,5	30,5	8,2	18,2	16,8	9,8	5,1
2001	1,8	9,2	29,3	8,0	17,2	16,3	12,8	5,3
2002	1,5	8,9	29,1	7,5	15,7	15,5	16,1	5,6
2003	1,3	9,1	30,3	7,5	14,1	15,9	16,2	5,7
2004	1,1	9,3	30,1	7,5	12,4	16,6	17,3	5,6
2005	1,3	9,2	31,2	7,5	9,8	16,7	18,9	5,5

**Legenda:**

A - Agricultura; B - Artes e Humanidades; C - Ciências Sociais, Comércio e Direito; D - Ciências, Matemática e Informática; E - Educação; F - Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção; G - Saúde e Protecção Social; H - Serviços

**Fonte:** Oces, 2006

**Gráfico 4. Alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez por tipo de curso (%)**

\* Inclui as licenciaturas bi-etápicas

**Fonte:** Oces, 2006

No que diz respeito aos tipos de cursos procurados pelos indivíduos (Gráfico 4), regista-se, naturalmente, a queda de expressão dos bacharelatos, na sequência da sua transformação em licenciaturas, que ganharam peso, representando em 2005 mais de 75% do total da procura de ensino superior. Destaca-se ainda o aumento da representatividade das formações pós-graduadas, especialmente do mestrado que, em 2005, constituía cerca de 10% da procura de ensino superior, factor bastante elucidativo do fenómeno de prolongamento da escolarização para um número crescente de indivíduos.



**Tabela 6. Alunos inscritos no ensino superior no 1º ano pela 1ª vez por regiões - NUTS II (%)**

Região \ Ano	Alentejo	Algarve	Centro	Lisboa	Norte	R.A. Açores	R.A. Madeira
1998	5,4	2,4	21,1	39,0	30,5	1,1	0,6
1999	5,5	2,7	21,6	38,7	29,6	1,0	0,9
2000	5,9	2,9	21,5	37,7	30,1	1,1	0,8
2001	5,8	2,5	21,2	38,5	30,0	1,1	0,8
2002	5,4	2,6	20,6	38,3	31,1	1,2	0,8
2003	5,1	2,5	21,5	39,0	30,0	1,1	0,9
2004	4,5	2,8	21,6	38,3	30,9	1,0	0,8
2005	4,9	2,8	20,0	39,1	30,9	1,2	1,1

Fonte: Oces, 2006

Finalmente, quando observamos a distribuição dos alunos inscritos por regiões (Tabela 6), constatamos que existe uma desigualdade geográfica persistente no acesso ao ensino superior, dado que as regiões de Lisboa, do Norte e do Centro se mantêm entre 1998 e 2005 como as principais polarizadoras da procura, factor obviamente relacionado com desigual distribuição da rede de ensino superior, mais concentrada nos centros urbanos de maior densidade populacional.

Descrita no geral a evolução da procura do ensino superior em Portugal nos anos mais recentes, parece-nos relevante tentar caracterizar agora a população estudantil deste nível de ensino no que se refere às suas origens sociais, no sentido de captar até que ponto tem vindo a efectivar-se uma democratização do ensino por via do alargamento da base social do seu recrutamento.

Para tal, socorremo-nos de dados referentes ao ano lectivo de 2002/2003 e ao conjunto dos estudantes do ensino superior em Portugal (Martins e outros, 2005) e que apontam para a persistência de uma base social de recrutamento pouco alargada, embora a presença de várias camadas sociais possa indicar alguma expansão. Concretizando a análise, Martins e outros (2005) observam que mais de metade dos estudantes do ensino superior são provenientes das duas categorias socioprofissionais mais equipadas em termos de recursos económicos, culturais e sociais, ou seja, os profissionais técnicos e de enquadramento (40,4%), por um lado, e os empresários, dirigentes e profissionais liberais (17,6%), por outro. Por comparação com as categorias socioprofissionais da população portuguesa entre os 40 e 60 anos, faixa etária que presumivelmente enquadra os pais dos estudantes, torna-se evidente a distorção observada nas origens sociais

dos estudantes do ensino superior, dada a sobre-representação dos profissionais técnicos e de enquadramento e a sub-representação das categorias assalariadas com menores recursos profissionais e qualificacionais, particularmente a dos operários industriais, indicadores de uma base social de recrutamento pouco alargada. No entanto, verifica-se a presença de estudantes cujos grupos domésticos têm uma representatividade próxima da verificada no conjunto da população portuguesa na faixa etária dos 40 aos 60 anos, designadamente os empresários, dirigentes e profissionais liberais, os trabalhadores independentes e os empregados executantes. Por este facto, os autores consideram que “a presença de outras categorias sociais mostra um sistema de ensino em expansão a outras camadas sociais” (Martins e outros, 2005: 37).

Contudo, ainda com base no trabalho referido, outros indicadores levam à consideração de que a entrada no ensino superior não deixou ainda de obedecer a condições persistentes de desigualdades de oportunidades, designadamente quando se considera o nível de habilitações dos grupos domésticos de origem da população estudantil. Com efeito, mais de 2/3 desta população é originária de famílias com uma escolaridade de nível superior, quando a população portuguesa entre os 40 e 60 anos que atingiu esse grau não chega aos 10%. Inversamente, o peso de pais que têm até ao 1º ciclo do ensino básico, embora sendo de 22%, é muito reduzido quando novamente se compara com a percentagem - 62,5% - de população portuguesa (entre os 40 e 60 anos) com esse nível de escolaridade.

Para os mesmos autores, acrescem ainda outras diferenciações de relevo entre os alunos do ensino superior, nomeadamente entre aqueles que frequentam, por um lado, o subsistema universitário público ou o particular e cooperativo - onde a abertura social é menor, dada a predominância de alunos provenientes de grupos domésticos socioeducativamente mais qualificados - e, por outro lado, o politécnico - com uma base de recrutamento mais diversificada e mais frequentemente associada a origens populares e médias.

As conclusões deste estudo, apontando para a continuidade de uma base social de recrutamento pouco alargada embora com tendência para a expansão, vêm aliás reforçar os resultados a que várias outras pesquisas anteriores chegaram. A

investigação de Martins e outros (2002), por exemplo, partindo de uma amostra de 1191 diplomados da Universidade de Aveiro entre os anos de 1995/96 e 1999/2000, demonstrou como a presença de alunos com pais habilitados com diplomas do ensino superior era significativa (8,8%), quando comparada com os níveis de instrução da população portuguesa em geral (4,5%), tal como era expressivo que apenas 1,3% dos pais dos alunos não soubessem ler nem escrever, quando em Portugal o conjunto de pessoas nessa situação atingia os 12,8%. Assim sendo,

“este facto vem confirmar que não obstante a democratização do ensino ter ocorrido de forma significativa entre nós, é ainda significativa a correlação entre a origem social e a frequência universitária (...) quando se verifica que os filhos de pais sem qualquer instrução e aqueles com as profissões mais baixas, do ponto de vista da renda e do estatuto social, dificilmente frequentam a Universidade e os daqueles em situação oposta têm mais probabilidade da sua frequência” (Martins e outros, 2002).

Por seu turno, Mauritti (2003a), por exemplo, com base numa amostra de 2000 estudantes do ensino superior em Portugal, ao analisar as posições socioprofissionais de origem dos estudantes, encontrou duas tendências de sentidos opostos. Por um lado, era significativo o peso dos oriundos das categorias de empresários, dirigentes e profissionais liberais (20,2%) e também dos profissionais técnicos e de enquadramento (33,7%). Embora correspondendo a segmentos diferenciados entre si, estas categorias socioprofissionais constituem aquelas que mais apetrechadas estão, quer económica, quer culturalmente, e que, portanto, reúnem maiores possibilidades de fazer os seus descendentes ingressar no ensino superior. Neste sentido, a expressão estatística significativa destas duas categorias socioprofissionais parecia indicar alguma continuidade da selecção social presente no acesso ao ensino superior. Por outro lado, entre as categorias socioprofissionais mais desprovidas de recursos, os empregados executantes atingiam o peso de 24,7%, factor que apontava para uma tendência contrária à anterior, ou seja, para o alargamento da base social de recrutamento da população estudantil.

A mesma autora destacava ainda a sub-representação dos estudantes oriundos dos segmentos menos escolarizados no acesso ao ensino superior, a par da

sobre-representação dos alunos provenientes de grupos domésticos com os níveis secundário e superior, confirmando, portanto, a existência de uma selectividade social no acesso ao ensino superior também por via do capital escolar dos grupos domésticos.

#### 2.4. A evolução do número de diplomados e a questão da mobilidade social

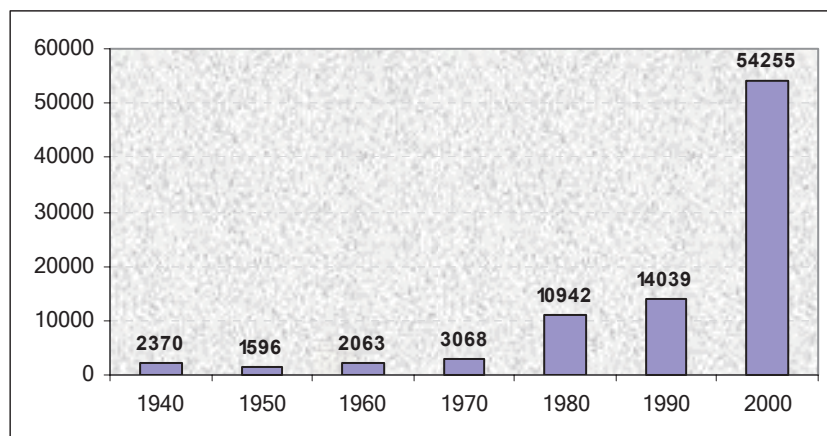
Não obstante a democratização do sistema educativo português ocorrida nas últimas décadas e, conseqüentemente, o aumento da frequência do sistema escolar e dos níveis de escolaridade da população portuguesa, persistem ainda hoje, diferenças assinaláveis entre os padrões de escolaridade do nosso país e dos outros países europeus. De acordo com Martins (2005), ainda que o espaço europeu<sup>3</sup> seja extremamente diversificado, Portugal destaca-se por ocupar o último lugar em termos dos níveis de escolaridade: por exemplo, apenas 13% dos indivíduos têm o ensino secundário, quando na Alemanha esse nível escolar caracteriza 60,7% da população, atingindo a percentagem de 35,1% na Grécia e de 17,2% em Espanha. No que se refere ao ensino superior, era de 11,4% a percentagem de portugueses com esse nível de instrução, somente superior à dos italianos (10,4%), quando a média da UE15 atinge os 21,7%.

Apesar destas distâncias relativamente aos países europeus, é incontestável o aumento do número de diplomados observado no nosso país desde os anos setenta do século XX, de forma congruente com a ascensão da procura social de educação atrás caracterizada: mantendo-se reduzido até 1970, ano em que pouco ultrapassava os 3000 efectivos, o número de diplomados passou para 10942 em 1980, 14039 em 1990 e, astronomicamente, para 54255 em 2000 (Gráfico 5).

#### Gráfico 5. Nº total de diplomados entre 1940 e 2000

---

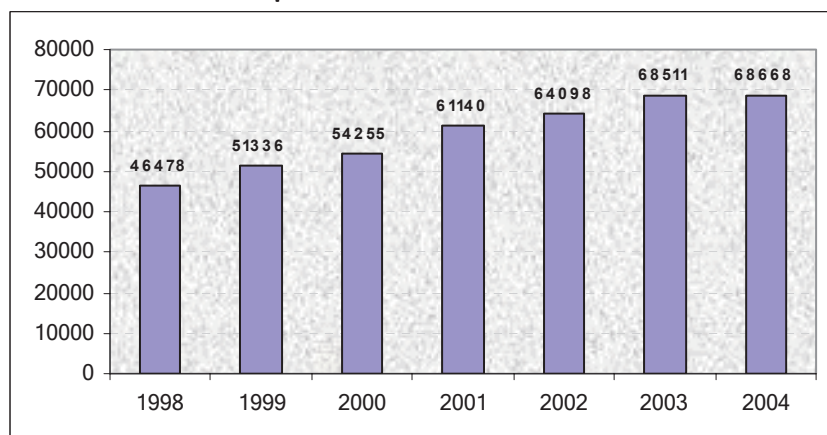
<sup>3</sup> Trata-se da Europa dos 15.



Fonte: INE, Estatísticas da Educação (até 1990) e OCES, 2005 (para 2000)

Analisando de forma mais específica os anos mais recentes (Gráfico 6), constatamos que a quebra do número de inscritos atrás identificada não se reverteu ainda, naturalmente, numa quebra dos diplomados, cujo número cresceu continuamente, assinalando-se, contudo, um abrandamento deste crescimento entre 2003 e 2004.

Gráfico 6. Nº total de diplomados entre 1998 e 2004



Fonte: OCES, 2005

No que respeita à caracterização dos diplomados em termos de género, tipo de tutela dos estabelecimentos em que concluíram os seus cursos (Tabela 8), tipo de ensino (Tabela 9), área científica (Tabela 10), tipo de curso e região (Tabela 11), mantêm-se as evidências assinaladas relativamente aos inscritos, mas com algumas particularidades.

Tabela 7. Diplomados do ensino superior por sexo (%)

Sexo	Feminino	Masculino
1998	63,8	36,2
1999	64,3	35,7
2000	65,6	34,4
2001	67,1	32,9
2002	67,2	32,8
2003	67,2	32,8
2004	65,9	34,1

Fonte: OCES, 2005

Com efeito, embora predominem as mulheres nos dois casos, a representatividade das mulheres aumenta ainda mais entre os diplomados, sugerindo a ideia de que o sucesso escolar é maior no sexo feminino, provavelmente em resultado dos processos de socialização não só familiares como também escolares, que sabemos serem diferenciados em termos de género (Tabela 7).

Por tipo de tutela (Tabela 8), manifesta-se nitidamente o peso crescente dos diplomados do subsistema público a partir de 1999, apesar da diferença relativamente ao subsistema não público não se apresentar tão vincada como no caso dos inscritos, o que indica, naturalmente, que a tendência será para se acentuar esta diferença à medida que os alunos inscritos no 1º ano pela 1ª vez forem concluindo os seus cursos. O ensino universitário (Tabela 9), apesar de predominante, acusou uma quebra de diplomados entre 1998 e 2004, o que, em função dos dados relativos aos inscritos (apontando para o aumento da procura deste tipo de ensino), poderá significar que o abandono escolar é aqui maior do que no ensino politécnico, com um peso de diplomados crescente.

**Tabela 8. Diplomados do ensino superior por tipo de tutela (%)**

Tipo de tutela	Público	Não Público
1998	60,0	40,0
1999	58,7	41,3
2000	59,7	40,3
2001	63,2	36,8
2002	65,8	34,2
2003	67,9	32,1
2004	68,2	31,8

Fonte: OCES, 2005

**Tabela 9. Diplomados do ensino superior por tipo de ensino (%)**

Tipo de ensino \ Ano	Politécnico	Universitário
1998	36,3	63,7
1999	40,9	59,1
2000	43,8	56,2
2001	47,7	52,3
2002	47,9	52,1
2003	48,2	51,8
2004	47,1	52,9

Fonte: OCES, 2005

Relativamente à área científica (Tabela 10), confirmam-se as tendências para o decréscimo da representatividade das áreas ligadas à Agricultura, às Ciências Sociais, Comércio e Direito e, concomitantemente, para o aumento de peso das áreas da Saúde e Protecção Social. No caso dos cursos de Ensino, a queda da sua representatividade no conjunto dos diplomados, que continua a ser importante, iniciou-se apenas no ano de 2003, em consequência da quebra dos inscritos verificada em 1998 e 1999.

**Tabela 10. Diplomados do ensino superior por área científica (%)**

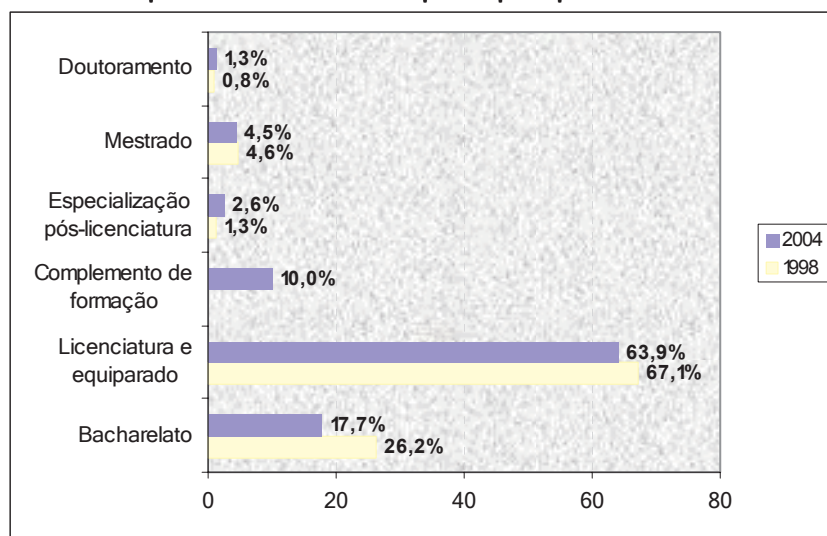
Área \ Ano	A	B	C	D	E	F	G	H
1998	2,6	10,1	39,0	6,7	14,3	13,2	9,5	4,4
1999	2,3	9,2	38,9	5,8	16,2	13,2	10,0	4,4
2000	2,2	8,9	35,1	5,9	17,7	12,9	12,8	4,5
2001	2,2	7,9	31,9	5,6	19,7	11,7	16,7	4,3
2002	2,1	8,3	28,5	5,9	22,0	12,9	15,4	4,8
2003	2,0	8,3	28,0	6,1	21,9	13,0	15,5	3,6
2004	1,9	8,8	28,6	6,5	17,7	13,9	17,0	5,6

**Legenda:**

A - Agricultura; B - Artes e Humanidades; C - Ciências Sociais, Comércio e Direito; D - Ciências, Matemática e Informática; E - Educação; F - Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção; G - Saúde e Protecção Social; H - Serviços

Fonte: OCES, 2005

Quanto ao tipo de curso de que os diplomados são titulares (Tabela 11), de forma concordante com a análise relativa aos inscritos, destaca-se o aumento de peso das especializações após a licenciatura e também dos doutoramentos.

**Gráfico 7. Diplomados do ensino superior por tipo de curso**

Fonte: OCES, 2005

Finalmente, mantêm-se nos diplomados do ensino superior em Portugal as mesmas clivagens em termos das regiões onde residem, com Lisboa, Centro e Norte a concentrar a sua maioria. Não obstante esta desigualdade territorial, é contudo de assinalar o aumento de peso dos diplomados em todas as regiões do nosso país, à excepção de Lisboa, no período considerado.

**Tabela 11. Diplomados do ensino superior por regiões - NUTS II (%)**

Região \ Ano	Alentejo	Algarve	Centro	Lisboa	Norte	R.A. Açores	R.A. Madeira
1998	5,3	2,4	18,1	42,1	31,1	0,6	0,9
1999	4,8	2,9	17,4	41,7	31,4	0,8	0,9
2000	4,5	2,3	18,5	40,1	32,8	1,0	0,8
2001	5,4	2,7	19,4	35,9	34,7	1,0	1,0
2002	5,4	3,0	20,1	36,9	32,8	0,8	1,0
2003	5,8	2,7	20,6	37,1	31,9	1,0	0,9
2004	5,4	3,0	20,8	36,3	32,8	0,9	0,9

Fonte: OCES, 2005

No final deste ponto do nosso trabalho, não podemos ignorar que a educação formal constitui hoje em dia um dos principais eixos de hierarquização da distribuição de poderes, recursos e oportunidades. Com efeito,

“Os processos de recomposição social - nomeadamente no que têm a ver com mobilidade social, qualificação profissional, capacitação cultural e mutação dos estilos de vida - têm sido em grande medida impulsionados pelas dinâmicas de alargamento



da escolarização, quanto à amplitude dos universos sociais abrangidos e quanto aos níveis de escolarização atingidos” (Costa e outros, 2000).

Querá isto dizer que a expansão escolar nas sociedades industrializadas, sendo acompanhada de alguma redução das desigualdades de oportunidades escolares segundo as origens sociais - embora persista uma hierarquia das diferenças, como vimos no ponto anterior - tem consequências concretas em termos de mobilidade social intergeracional?

Colocamos algumas reservas a esta ligação directa, recorrendo à perspectiva das teorias da reprodução, desenvolvidas na década de 70, num contexto caracterizado pela extensão massiva da escolarização, a par do desenvolvimento das ideologias de democratização e de luta contra as desigualdades sociais, bem como pelo desemprego. Nesta época, as análises de autores como Bourdieu e Passeron (1970) ou Baudelot e Establet (1971) centraram-se nas relações entre as desigualdades de acesso ao ensino e as desigualdades sociais, acentuando a participação do aparelho escolar na reprodução das relações sociais. Os diplomas académicos, apesar da sua desvalorização no mercado de trabalho, teriam uma importante função social: a de legitimar o acesso às diferentes posições sociais. Quanto à universidade, caber-lhe-ia o papel de tituladora das classes sociais portadoras de um capital cultural que já lhes havia permitido sobreviver no sistema educativo até esse nível, ao mesmo tempo que, veiculando uma ideologia meritocrática, jogaria um efeito de promoção nas representações sociais. Desta forma, o aumento de alunos no ensino superior não constituía sinónimo de um incremento das oportunidades de mobilidade social. Com efeito, para Bourdieu e Passeron (1970), é necessário ter em conta que, por detrás do crescimento do volume global da população escolarizada no ensino superior e aparente democratização do público das faculdades, pode ocorrer uma perpetuação do *status quo* ou mesmo, em certos casos, uma regressão das classes desfavorecidas, tão bem como um alargamento da base social do recrutamento.

De forma mais específica, para Bourdieu e Passeron (1964, 1970), o crescimento dos diplomados do sistema escolar teria provocado, como anteriormente

apontámos, uma inflação dos títulos académicos e, conseqüentemente, a sua desvalorização. Isto significa que os diplomados dos diversos níveis de ensino, mesmo do ensino superior, terão passado a ter cada vez mais possibilidades de ocupar um emprego de nível inferior ao que as gerações anteriores, com as mesmas habilitações, ocupavam. Neste processo, os diplomas, ao invés de contribuírem para a constituição de trajectórias sociais ascendentes, não evitarão a desclassificação social, que sucederá em cascata: parte dos diplomados de determinado nível educativo ocupará os postos de trabalho cujas habilitações requeridas, antes do fenómeno de inflação dos títulos, se situavam no nível imediatamente inferior, entrando em concorrência com os indivíduos dotados de um diploma deste último nível, os quais, por sua vez, poderão ser forçados a integrar os postos de trabalho imediatamente inferiores. Assim sendo, o contributo dos diplomas académicos para a mobilidade social dos indivíduos seria muito reduzido, relevando-se, antes, o peso dos processos de reprodução social.

Parece-nos, de acordo com Lucie Tanguy (1986), que as teorias da reprodução social excluíram da sua análise certo tipo de questões, acentuando quase exclusivamente, na articulação entre aparelho escolar e sistema produtivo, a dominação cultural e ideológica. Fenómenos como a regressão de certas categorias socioprofissionais, a par da extensão de outras, principalmente daquelas que se denominam de médias (Tanguy, 1986), como os engenheiros, os técnicos, os gestores, têm alimentado os estudos sobre a mobilidade social e relevado o impacto da educação escolar sobre as alterações da estrutura social. Com efeito, não podemos escamotear a complexidade de que o espaço social se reveste e que Olin Wright (1989) pretendeu captar levando em consideração a importância das diversas categorias de classe incluídas no sector dos assalariados e que nos permite ultrapassar a dicotomia rígida que Bourdieu opera entre os detentores do capital económico ou social e os que deles são excluídos. Assim sendo, entre uns e outros, existe uma multiplicidade de grupos, correspondentes a uma crescente diferenciação da classe média assalariada, para cuja formação não contribui certamente a transmissão dos capitais

equacionados por Bourdieu, mas, possivelmente o acesso a níveis escolares convertíveis na ocupação de posições sócio-profissionais mais favoráveis.

Por seu turno, Petitat (1994) ilustra as diferentes formas através das quais a escola participa na produção social: participa activamente nas transformações da estrutura de relações entre os grupos sociais; em períodos de mutação da ideologia dominante, exerce um papel de produção-difusão de novas representações e visões do mundo; em contacto com progressivas transformações, contribui para a produção-difusão de adaptações culturais dos grupos sociais; enfim, a escola é produtora de mobilidade e imobilidade individuais.

A questão, quanto a nós, passa por não entender as relações de dependência entre o sistema escolar e o sistema produtivo como sendo mutuamente exclusivas, porque a autonomia resultante da separação entre as instituições escolares e económicas não impossibilita que nos interroguemos sobre as suas relações mútuas, que se estabelecem de forma indirecta, através de uma longa cadeia de mediações (Tanguy, 1986).

### **3. “Velhos” e “novos” desafios da Universidade**

#### **3.1. Universidade, Estado e sociedade**

No momento actual, as sociedades ocidentais atravessam, como sabemos, profundas alterações estruturais, delineadas a partir de meados da década de 80, e que se consubstanciam em fenómenos como a importância do conhecimento e das novas tecnologias para a evolução individual e social, a globalização e internacionalização da vida social e, em particular, da economia, as reestruturações no sector do trabalho e das qualificações, o desemprego e as dificuldades de inserção profissional dos jovens, as alterações dos modos de vida familiar e das próprias configurações de família.

A partir da segunda metade do século XX, a evolução económica e social dos países ocidentais, por efeito quer da expansão da economia, quer do estado do Bem-Estar, determinou o aparecimento, no âmbito da universidade, da importância da formação técnica do trabalho, bem como da aplicação na produção dos resultados da investigação. Separada apenas temporalmente do mundo do trabalho, a educação universitária passou a integrar, para além da formação geral e da investigação, o ensino de conhecimentos utilitários necessários ao desenvolvimento tecnológico no espaço da produção (Santos, 1994). À medida que, na esfera do trabalho, se assistia à importância crescente do trabalho qualificado, produto de uma formação mais ou menos prolongada, a Universidade assumia um protagonismo crescente no desenvolvimento económico, passando então a ser agente de política industrial e desempenhando esse papel a nível nacional e regional, num fenómeno que constituiu, para Etzkowitz (1990), a segunda revolução académica, sucedendo à revolução operada em inícios do século XX, altura em que teria nascido a universidade de investigação. É assim que, por todo o mundo ocidental, se regista, a par do aumento de alunos, docentes e instituições universitárias, uma diversificação destas instituições e dos cursos que oferecem.

Referindo-se à universidade europeia actual, Strömholm (1996) considera que aquilo que a diferencia da universidade do século XIX não é tanto uma questão de grau, mas uma questão de tipo: ter-se-á completado a transição do artesanato para a indústria, sendo certo que um dos factores básicos para esta mudança é a explosão quantitativa do sistema, por vários autores denominada de *massificação*.

As universidades hoje têm múltiplos objectivos, como a produção de profissionais e cientistas, através do ensino e da investigação; a inovação social; a promoção de conhecimentos no sistema cultural; o desenvolvimento económico; a selecção profissional; a mobilidade social; a prestação de serviços regionais; a liderança na sociedade.

Portanto, às funções de ensino e de investigação vieram juntar-se a de prestação de serviços para os utilizadores e para a comunidade e a de qualificação profissional, sendo claramente importante o objectivo do crescimento económico.

Assim, as instituições de ensino superior realizam actualmente diversas actividades para a indústria, nomeadamente de formação, de I&D, de consultoria, de transferência de tecnologia, de prestação de serviços e, mais recentemente, até mesmo de apoio à criação de empresas.

Para Boaventura Sousa Santos (1994), esta multiplicidade de funções conduz-nos ao questionamento da compatibilidade entre elas. Assim, o autor aponta três domínios em que as contradições têm vindo a verificar-se:

- Produção da alta cultura e formação das elites/produção de padrões culturais médios e formação da força de trabalho qualificada;
- Hierarquização dos saberes através das restrições de acesso e da credencialização das competências/democratização e igualdade de oportunidades;
- Autonomia das universidades na definição de valores e objectivos institucionais/submissão a critérios de eficácia e de produtividade de origem e natureza empresarial.

Estas contradições geram inevitavelmente tensões, quer no interior das próprias universidades, quer no seu relacionamento com o Estado e a sociedade.

Para Amaral e Magalhães (2000), o que está em jogo é a própria transformação do conceito moderno de universidade, o conceito humboldtiano de independência relativamente aos interesses sociais, económicos e políticos que perspectivava o Estado como o garante de tal independência. No contexto actual,

”o ambiente social e económico deixa de ser visto como um conjunto de interesses, por vezes mesmo conflitantes, para ser considerado como uma teia dentro da qual as instituições de ensino superior se têm e se devem integrar se pretenderem sobreviver enquanto organizações” (Amaral e Magalhães, 2000: 16).

Neste novo paradigma de universidade, em que a sua relevância para a sociedade se torna central, o conceito de *stakeholder* tem vindo a ganhar centralidade nos discursos políticos sobre o ensino superior, consideram os

autores referidos. Aquele conceito diz respeito à intervenção de “terceiros” que, actuando entre a comunidade universitária e os interesses da sociedade,

“dão supostamente voz aos interesses da sociedade na qual as instituições se integram, tendo como função activar a sua sensibilidade em relação ao meio envolvente, isto é, garantir em última análise que a instituição se torne relevante” (Amaral e Magalhães, 2000: 16).

### 3.2. A internacionalização

O processo de internacionalização das universidades, ou dos estabelecimentos de ensino superior em geral, embora posto em marcha na União Europeia já nos finais do século passado, através nomeadamente dos programas de mobilidade e intercâmbio de estudantes, é hoje mais discutido do que nunca, na sequência da Declaração de Bolonha, em 1999. Convém referir que a reflexão sobre este processo, a nível europeu, iniciara-se já em 1997, em Lisboa, tendo o primeiro documento (Declaração da Sorbonne) sido assinado em 1998 pelos Ministros da Educação da Alemanha, França, Reino Unido e Itália. A Declaração de Bolonha, subscrita por 29 países, entre os quais Portugal, na sequência das ideias que já vinham da Declaração da Sorbonne, atribui uma importância fundamental à construção de uma “Europa do Conhecimento”, que assimila a uma Europa abrangente nos domínios intelectual, cultural, social, científico e tecnológico. Reservando às universidades um papel fundamental no desenvolvimento das dimensões culturais, defende a criação de um “espaço europeu do Ensino Superior” como chave para promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos. Os objectivos concretos que os países subscritores se propuseram atingir em 2010 dizem respeito à adopção, nos sistemas educativos nacionais, de um conjunto de mecanismos que tornem possíveis a comparabilidade e a mobilidade internacionais (graus, ciclos de estudos, critérios e metodologias de avaliação da qualidade), bem como ao reforço da promoção da mobilidade do pessoal docente e não docente.

Este cenário não deixa de colocar dificuldades, dadas as diferenças que compõem o mosaico de culturas europeu, e ainda mais se considerarmos, com Peter Scott (1998), que os fluxos de mobilidade dos estudantes universitários têm sido particularmente intensos entre os países desenvolvidos, e muito mais reduzidos entre estes e os países em desenvolvimento. Não deixa, por isso, de ser um desafio quase radical para as universidades portuguesas, que terão de se tornar atractivas para os estudantes estrangeiros.

Mais globalmente, a tendência para a internacionalização pode entrar em tensão com a massificação que caracteriza a universidade actual, na medida em que a primeira exige uma orientação “para fora”, através do envolvimento de estudantes e cientistas em redes internacionais, ao passo que a segunda se orienta “para dentro”, no sentido do alargamento do acesso aos vários grupos sociais e da satisfação das necessidades das economias e das comunidades locais e nacionais (Scott, 1998).

### 3.3. As novas tecnologias

As inovações no campo das técnicas de informação e comunicação estão a colocar novos problemas às universidades.

Por um lado, é um dado praticamente adquirido que a maioria das actividades que as universidades desempenham estão relacionadas com o manuseamento da informação, que muitas vezes não são elas a produzir. Para Ferraté Pascual (1998), a questão que se coloca não é tanto a disponibilidade e funcionalidade das tecnologias que está em causa, mas, sobretudo, a capacidade dos membros da comunidade universitária para criar um “novo marco político, pedagógico, administrativo e financeiro em que as potencialidades tecnológicas encontrem sentido” (Pascual, 1998: 174).

Por outro lado, o actual momento de passagem para uma sociedade da informação implica que, embora as novas tecnologias da informação estejam a dar lugar a novas actividades, processos e produtos, estas não tenham um

carácter determinístico, sendo falíveis se não forem acompanhadas de alterações ao nível da estrutura dos saberes e dos processos sociais (Martins, 1999). A responsabilidade das universidades, neste sentido, converte-se numa responsabilidade social em matéria de formação dos seus alunos enquanto utilizadores avançados das novas tecnologias, o que difere substancialmente de uma mera alfabetização informática (Pascual, 1998). Acresce que as exigências técnicas para o desempenho das funções profissionais mudam a uma velocidade tal que a Universidade não pode deixar de reflectir sobre a pertinência cada vez maior de dois factores:

- dos curricula e programas de estudos *generalistas*, que dotam os alunos de um valor adaptativo maior face ao mercado de trabalho do que os programas de estudos estritamente especializados;
- da *educação permanente*, já que é irreal supôr que, numa sociedade onde as mudanças técnicas e sociais ocorrem a uma velocidade nunca antes verificada, a preparação profissional possa dar-se por concluída com a obtenção do diploma universitário. Assim, de acordo com Bricall (1998), a formação contínua não é somente um direito a que podem aspirar os cidadãos em qualquer período da sua vida, mas uma necessidade do sector produtivo e das instituições da vida cultural e política.



## CAPÍTULO II

---

o mundo do trabalho



Neste capítulo, pretendemos, inicialmente, enquadrar as dinâmicas globais que terão contribuído para as mudanças que têm vindo a ocorrer no mundo do trabalho ao longo da segunda metade do século XX. Para tal, explicitaremos de forma crítica o contexto relacionado com a globalização da economia, a evolução tecnológica, a sociedade da informação e a terciarização da sociedade, avançando depois para a caracterização do efeito conjugado destes fenómenos sobre a organização dos processos produtivos e do trabalho e sobre as exigências colocadas aos diplomados do ensino superior.

O ponto seguinte incide sobre as mutações a que o trabalho e o emprego, enquanto actividades sociais, e sob o efeito das tendências enquadradoras analisadas, têm estado sujeitos, equacionando o surgimento de novas modalidades de emprego e sugerindo que esta análise não é susceptível de ser feita no enquadramento do mercado de emprego, mas do sistema de emprego, ou mesmo do sistema de trabalho. Prosseguimos depois a análise com a problematização das novas modalidades de trabalho/emprego em termos de flexibilidade, precariedade e da centralidade do trabalho nas sociedades actuais e futuras.

Este capítulo encerra com a análise das dinâmicas que caracterizam o sistema de emprego e trabalho em Portugal, nos anos recentes.

## **1. Tendências de enquadramento**

### **1.1. Globalização e mutações do sistema capitalista**

O conceito de globalização, apesar de generalizado nos meios políticos, na comunicação social, na classe empresarial e entre os académicos, não é unívoco. Com efeito, a sua utilização generalizada não implica a existência de consenso

acerca do seu conteúdo, que assume significados muito diferenciados em diversos contextos (Kovacs, 2001). Embora o conceito de globalização não se restrinja apenas ao domínio da economia, apresentando-se como um fenómeno social total (Mauss, 1973), e portanto imbricado nas dinâmicas sociais, culturais e políticas, neste estudo iremos desenvolver apenas o domínio mais relevante para a nossa problemática, isto é, o da economia.

Nesta perspectiva, assinalamos desde logo a sua distinção relativamente à ideia de mundialização da economia, na esteira de Castells (2005: 123), para quem “uma economia global é uma nova realidade histórica, diferente da economia mundial”. Designando a tendência para a expansão contínua do modo capitalista de produção e de acumulação do capital, e conseqüentemente para a universalização da economia, a economia mundial não encerra, no entanto, a capacidade para “funcionar como unidade em tempo real, à escala planetária” (Castells, 2005: 124). Esta capacidade, permitida pela sofisticação das tecnologias de informação e comunicação e pelas políticas de desregulamentação e de liberalização postas em prática por governos e instituições internacionais nas décadas finais do século XX, seria então a marca da economia globalizada. No seu âmago, cinco componentes fundamentais - mercados financeiros, comércio internacional, produção transnacional, ciência e tecnologia e ainda o trabalho especializado - ao funcionarem, cada um, de forma global, garantem a interligação do sistema económico à escala global. Assim sendo, chegamos a uma noção de economia global enquanto

“... economia cujas componentes nucleares têm a capacidade institucional, organizacional e tecnológica para trabalharem como uma unidade em tempo real ou num tempo convencionado, a uma escala planetária” (Castells, 2005: 124).

Parece-nos, de facto, que a globalização compreende dimensões outrora ausentes dos processos económico-sociais de relacionamento internacional, marcando uma ruptura com o passado, na medida em que assistimos não só à extensão de um conjunto de processos actuando mundialmente, como à intensidade de intensificação dos canais de internacionalização e de transnacionalização em redes de grande densidade (Moura e Castro, 1998: 146).

Para nós, não se trata aqui de um fenómeno de transformação na continuidade, mas antes de uma nova fase do capitalismo:

“Nestes termos, o processo de globalização da economia mundial respeita à transição do capitalismo para uma fase - porventura terminal - que designamos por capitalismo de mercado global” (Murteira, 2003: 26).

Outra clarificação do conceito de globalização refere-se ao facto deste fenómeno se apresentar como um eixo estruturante das diferenças entre os diversos países no espaço mundial. Com efeito, o processo de internacionalização da vida económica, política e social ocorrido entre 1945 e 1973 marcou uma “crescente e presumivelmente irreversível polarização entre o Norte e o Sul, entre países centrais e países periféricos no sistema mundial” (Santos, 1994: 247), com os países do Norte, como os E.U.A, Canadá, Inglaterra, Alemanha e restantes países do norte europeu, a assumirem-se como os mais desenvolvidos, no centro da vida económica internacional - países do “Primeiro Mundo” na linguagem da época - e uma grande variedade de países “subdesenvolvidos” ao nível económico, periféricos portanto, na quase totalidade do Sul - países do “Terceiro Mundo”. Neste panorama, a posição de Portugal seria a de uma sociedade de desenvolvimento intermédio, isto é, com características sociais mistas, umas aproximando-a das sociedades mais desenvolvidas e outras das menos desenvolvidas, identificando-se, pois, como uma sociedade semi-periférica (Santos, 1994).

Numa outra perspectiva acerca das diferenças do espaço mundial depois da 2ª Guerra Mundial, acentua-se a dicotomia entre dois pólos hegemónicos, designadamente entre

“uma economia planificada a leste e uma economia de mercado a ocidente, a que correspondeu um sistema político centralizado, no primeiro caso, e parlamentar, no segundo” (Martins, 2000: 147).

Para melhor compreendermos o percurso que gerou a era da globalização, precisamos portanto, de recuar ao período compreendido entre a 2ª Guerra Mundial e os anos setenta do século XX, que ficou conhecido como “os trinta

gloriosos” anos devido à prosperidade que a economia mundial então conheceu, período ainda marcado pela hegemonização da economia pelos E.U.A (Martins, 2000). O crescimento económico<sup>1</sup> apoiou-se sobretudo na industrialização, inicialmente ligada à produção de bens de consumo e progressivamente mais complexa, integrando tecnologias mais avançadas, ligadas a indústrias ditas mais pesadas como as metalúrgicas e mecânicas, que

“produzem máquinas e equipamentos necessários ao prosseguimento do processo de industrialização, ou seja, produzem o próprio capital material necessário ao crescimento económico, daí terem sido designadas, sugestivamente, por “indústrias industrializantes”(Murteira, 2003: 36).

Foi também durante esta época que se assistiu à construção do “Estado do Bem-Estar”, ou o Welfare State, sinónimo de protecção dos cidadãos na doença, desemprego ou velhice e de “maior justiça na repartição do rendimento nacional” (Murteira, 2003: 37).

As políticas económicas nacionais pautavam-se pelo “intervencionismo em matéria de gestão da economia nacional e internacional” (Fitoussi e Rosanvallon, 1996: 72) e pelo objectivo do pleno emprego, pelo que a primazia, no âmbito das finanças públicas, era dada ao investimento e à criação de empregos (Murteira, 2003).

Em suma,

“Trata-se, pois, de uma época feliz (ao menos no Primeiro Mundo) em que a economia de mercado parece capaz de assegurar ao mesmo tempo, e harmoniosamente, pleno emprego, crescimento económico e progresso social, entendendo por esta última expressão maior justiça social e maior integração das classes trabalhadoras na economia de mercado” (Murteira, 2003: 38).

Embora o comércio internacional tenha crescido significativamente durante os “trinta gloriosos”, o crescimento económico era bastante “introvertido” (Murteira, 2003). Não obstante, de acordo com Fitoussi e Rosanvallon (1996), teria ocorrido

---

<sup>1</sup> Na acepção de Murteira (2003: 36), o crescimento económico consiste no “aumento regular, sustentado, da produção nacional de bens e serviços”.

um primeiro movimento de abertura das economias nacionais ainda durante a década de sessenta, designado por aqueles autores de “internacionalização organizada”. Tratar-se-ia ainda de um “modelo “alfandegário” de mundialização, assente em classificações dos produtos, dos direitos, dos procedimentos, das negociações entre os Estados” (Fitoussi e Rosanvallon, 1996: 73).

A grande transformação nas relações económicas internacionais viria a ocorrer, contudo, durante os anos setenta, na medida em que foi a partir da crise que se abateu sobre a economia mundial na sequência dos choques petrolíferos<sup>2</sup>, que se configuraram alterações significativas.

“Podemos dizer, simbolicamente, que os choques petrolíferos destes anos significaram um golpe final num modelo de capitalismo que já se encontrava em fase terminal de desenvolvimento, isto é, cujas virtualidades tinham sido completamente exploradas e cujas fraquezas já excediam limites de tolerância aceitáveis” (Murteira, 2003: 41).

De facto, e tendo como pressuposto a perspectiva de que os sistemas económicos não se reproduzem por si, desinseridos de relações sociais e de instituições historicamente mutáveis (Rodrigues, 1988), o que terá sucedido nessa altura terá sido uma ampla crise do regime de acumulação<sup>3</sup> capitalista do pós-guerra (Boyer, 1980). Nesta óptica, trata-se de uma crise da sociedade fordista, caracterizada pela adequação entre uma alta produtividade, possibilitada pelos princípios de organização da produção, assentes na Organização Científica do Trabalho<sup>4</sup>, por um lado, e os princípios de organização do consumo e do modo de vida em geral, assentes no consumo de massa, susceptível de absorver todo o potencial da produção.

---

<sup>2</sup> O primeiro em 1973/74 e o segundo em 1979, resultantes do aumento considerável do preço do petróleo imposto pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

<sup>3</sup> O conceito de regime de acumulação refere-se à forma de repartição e de realocação do produto social ao longo de um determinado período de tempo, integrando a ideia de adequação entre a transformação das condições de produção e a transformação das condições de consumo final.

<sup>4</sup> Forma de organização do trabalho concebida por Taylor no início do século XX, e amplamente difundida nas organizações industriais principalmente na segunda metade deste século, assente num planeamento racional do trabalho por forma a assegurar uma eficácia máxima. Baseava-se em princípios como a separação clara entre execução e decisão, padronização de tarefas e ferramentas, planeamento das tarefas e cargos, estudo do tempo e padrões de produção, entre outros (Chiavenato, 1983).

A situação de crise terá ficado a dever-se a um amplo conjunto de factores, relacionados não apenas com um bloqueio dos mecanismos que tinham gerado o crescimento económico, designadamente

“o esgotamento do sistema técnico, o agravamento das contradições sociais e económicas do próprio fordismo, as limitações do regime de internacionalização e de acumulação e a fragilização da regulação do crescimento” (Santos, 2001),

mas também ligados a todo o meio envolvente e com destaque para a intensificação dos processos de internacionalização e de globalização, “com implicações directas nas regras de concorrência e no aumento das pressões competitivas” (Santos: 2001)

Por um lado, operou-se uma deslocação da produção mundial para a Ásia, com o Japão no centro deste desenvolvimento, rodeado de uma semi-periferia de novos países industriais (Santos: 1994), factor que determinou a perda de hegemonia dos E.U.A no contexto mundial e a emergência de uma nova ordem no relacionamento mundial, com uma tripolarização entre Japão, E.U.A e Europa (Martins, 2000). Simultaneamente, assistiu-se ao declínio progressivo, culminando no colapso, dos sistemas socialistas assentes em economias planificadas e que tinham constituído a única alternativa realmente existente ao capitalismo (Murteira, 2003).

Por outro lado, e em consequência da desregulamentação dos mercados financeiros e da revolução nas comunicações transcontinentais (Kennedy: 1993), as empresas multinacionais ganharam uma primazia crescente (Santos, 1994; Murteira, 2003), no que significa uma expansão e intensificação do sistema económico capitalista à escala global. Este fenómeno, a par da globalização de outros aspectos da vida em sociedade, como o saber e a informação, as tecnologias ou a cultura, contribuiu em muito para o enfraquecimento do estado-nação (Reich, 1993) e, em concreto, para a perda de eficácia do estado na gestão macro-económica, uma vez que as empresas transnacionais não só se convertem nos protagonistas do mercado global, como em actores muito influentes nas políticas dos estados nacionais (Murteira, 2003). Com efeito,



“as multinacionais, dotadas de um poder de intervenção global e beneficiando da mobilidade crescente dos processos de produção podem facilmente pôr em concorrência dois ou mais estados (...) sobre as condições que decidirão da localização do investimento por parte da empresa multinacional. Entre partes com poder tão desigual - actores globais, por um lado e actores nacionais ou subnacionais, por outro - a negociação não pode deixar de ser desigual” (Santos, 1994: 251).

Dada a incapacidade dos estados no processo de regulação das relações internacionais, estamos perante

“uma desterritorialização da vida económica, política, jurídica, cultural, da informação e uma conseqüente diluição das fronteiras nacionais, que se tornarão cada vez mais artificiais” (Martins, 2000: 152).

## 1.2. Novas tecnologias, sociedade da informação e terciarização

A evolução das tecnologias configura-se como um dos factores com mais significado para a compreensão das dinâmicas que atravessam o mundo do trabalho, apesar de estarmos cientes de que “as tecnologias e a sua evolução não podem ser entendidas fora dos quadros sociais de suporte que, obviamente, são atravessados por lógicas dissemelhantes e até contraditórias” (Martins, 1999: 45).

Neste mesmo sentido, e referindo-se em particular às tecnologias da informação, Castells (2005) aponta que a sua evolução foi determinada cultural, histórica e espacialmente por um conjunto de circunstâncias muito específicas. Trata-se de um fenómeno que

“não pode ser entendido sem a interacção entre estas duas tendências relativamente autónomas: o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e a tentativa da antiga sociedade em reequipar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder. Contudo, o resultado histórico dessa estratégia parcialmente consciente é muito indeterminado, visto que a interacção da tecnologia e da sociedade depende de relações fortuitas entre um número excessivo de variáveis parcialmente independentes.” (Castells, 2005: 75).

Na realidade, para este autor terá existido inicialmente, durante os anos setenta, uma dinâmica autónoma de descoberta e difusão tecnológica, incluindo os efeitos sinérgicos entre as tecnologias-chave, na sequência de anteriores descobertas feitas a nível da microelectrónica:

“Assim, o microprocessador tornou possível o microcomputador; os avanços nas telecomunicações (...) permitiram o funcionamento dos microcomputadores em rede, aumentando assim a sua capacidade e flexibilidade. As aplicações destas tecnologias à indústria electrónica aumentaram o potencial para novos projectos e tecnologias de fabrico na produção de semicondutores. O crescente mercado de microcomputadores estimulou a produção de novo software que, por sua vez, explodiu com base nas novas aplicações e tecnologias de fácil utilização, nascidas das mentes dos inventores de software. A ligação em rede dos computadores pôde expandir-se através da utilização de software que tornou possível uma world wide web orientada para o utilizador” (Castells, 2005: 73).

Todavia, o desenvolvimento, aplicações e conteúdo desta revolução tecnológica operada nos anos setenta foram significativamente moldados, a partir dos anos oitenta, pelo processo de reestruturação do próprio sistema capitalista: “por exemplo, o movimento empresarial que conduziu à desregulamentação e liberalização (...) foi decisivo na reorganização e crescimento das telecomunicações (...)” (Castells, 2005: 74).

Relativamente ao impacto das mudanças tecnológicas sobre a sociedade, em geral, bem como no contexto do trabalho, da organização das empresas e da sua estruturação interna, em particular, é forçoso reconhecer a ausência de consensualidade entre as perspectivas de diversos autores, que se têm dividido entre dois pólos.

Por um lado, as teses inseridas no que se pode designar de “determinismo tecnológico”, encaram as tecnologias como algo que se encontra “fora da sociedade” (Serra, 1998), acentuando os efeitos unidireccionais que têm sobre esta. Assim sendo, nesta perspectiva, as tecnologias constituem as forças motrizes do desenvolvimento económico, social e até mesmo cultural (Martins, 1999). Este tipo de análise, de autores como Toffler (1980), Stornier (1983), Masuda (1984), ou Bolter (1993), ignora

“alguns aspectos de extrema importância, tais como o facto das novas tecnologias de informação terem origens sociais que exercem influências decisivas no seu desenvolvimento e de nem sempre serem aceites de forma passiva” (Serra, 1998: 41).

A este respeito, é importante reconhecer que a evolução tecnológica não ocorreu de forma idêntica no espaço mundial. Com efeito,

“os aumentos de produtividade com que são propagandeadas estas novas tecnologias escondem frequentemente o facto de que elas contribuem para a polarização entre o Norte e o Sul, dados os investimentos de capital, os recursos científicos, a mão-de-obra qualificada e a escassez de mão-de-obra que pressupõem” (Santos, 1994: 251).

No âmbito das organizações, existiria um “imperativo tecnológico”, ou seja, a ideia de que

“a mudança organizacional se pode resumir a uma acção específica sobre uma dada tecnologia e que subentende que a introdução de novas tecnologias impõe o aparecimento de quadros organizacionais específicos” (Faria, 1999: 68).

No extremo oposto, encontramos os trabalhos enquadrados no “determinismo social”, que perspectivam as tecnologias como um produto social resultante de uma pluralidade de factores, por vezes contingentes e contraditórios, dentro de determinados quadros sociais. Desenvolvidas por autores como Beniger, Robins e Webster (citados por Serra, 1998), estas teses escamoteiam as consequências sociais da evolução tecnológica, integrando uma componente de crítica à sociedade da informação (Serra, 1998).

É com alguma reserva, quanto a nós, que deve ler-se o impacto das novas tecnologias sobre o tecido social, na medida em que, se têm surgido novas formas e processos sociais induzidos e facilitados pelas novas tecnologias, também não é possível considerar que os efeitos sociais do desenvolvimento tecnológico são previsíveis e universais. É, apesar de tudo, inquestionável o aumento de um leque de diversas actividades relacionadas com a informação, fenómeno que conduziu à ideia de estarmos perante um novo paradigma económico e tecnológico. Segundo Castells (2005), o conceito de paradigma tecnológico foi elaborado por Perez, Freeman e Dosi, e concretiza-se, na actualidade, na centralidade das tecnologias

da informação. Estamos, então, perante o paradigma da tecnologia da informação, com as seguintes características (Castells, 2005):

- a matéria prima é a informação, sobre a qual as tecnologias incidem;
- sendo a informação parte integrante de toda a actividade humana, as novas tecnologias têm um enorme poder de penetração;
- a lógica de redes como forma de adaptação à crescente complexidade;
- a flexibilidade, ou seja, a capacidade de reconfiguração dos processos, organizações e instituições;
- crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado

Para Martins (1999: 47), neste novo paradigma existe uma articulação entre as tecnologias com as actividades humanas, “modificando-se as atitudes, hábitos e comportamentos dos sujeitos, enquanto as tecnologias tendem a adaptar-se e a ir ao seu encontro”, numa perspectiva do homem enquanto utilizador, controlador e responsável pela máquina, ao invés de seu simples complemento.

Podemos considerar que as novas tecnologias da informação perpassam todos os domínios da vida quotidiana, não se circunscrevendo à esfera laboral. Na esfera doméstica, por exemplo, e no que diz respeito às práticas de consumo,

“os consumidores de internet beneficiam do facto de poderem seleccionar um conjunto muito mais alargado de produtos e serviços do que aqueles que existiam nos canais tradicionais. Sem saírem de casa ou do trabalho, os consumidores podem aceder a milhares de sítios na internet e podem obter informação sobre os últimos acontecimentos, sobre novos produtos, e mesmo comprar produtos, desde livros e bicicletas a produtos de mercearia ou ainda conhecer a sua situação financeira” (Kovács, 2001: 10).

Assim sendo, alguns dos eixos fundamentais para que possamos caracterizar a emergência da sociedade da informação consistem na individualização dos modelos de consumo; difusão de tecnologias baseadas na informação; importância, para os agentes económicos, do conhecimento para aumentar a produtividade e competitividade.

O conceito de sociedade da informação refere-se, de forma geral, à centralidade do conhecimento e da informação na economia, por oposição à centralidade anteriormente assumida pela produção industrial. Trata-se, portanto, de

“uma sociedade centrada não tanto na produção de bens, mas na produção de uma grande diversidade de serviços baseada em conhecimentos e na produção, tratamento e transmissão da informação. Trata-se de uma sociedade cujo funcionamento assenta cada vez mais em redes digitais de informação. Conhecimento e informação tornam-se variáveis centrais da economia e, por conseguinte, fontes principais do valor acrescentado” (Kovács, 2001: 17).

Para Naisbitt, citado por Martins (1999: 21), as características da sociedade da informação prender-se-iam com os seguintes aspectos:

- rapidez no ritmo das mudanças em função das inovações nas comunicações e na tecnologia de computadores;
- aplicação inicial das novas tecnologias às tarefas industriais, para, progressivamente, originarem novas actividades, processos e produtos;
- inadequação por parte dos sistemas em termos das exigências crescentes de um ensino de qualidade;
- carácter não determinístico das tecnologias e possibilidade de serem falíveis, quando não acompanhadas de alterações ao nível da estrutura dos saberes e dos processos sociais.

Esta perspectiva, segundo a qual estaremos perante uma sociedade pós-industrial, começou a difundir-se a partir dos anos setenta do século XX, designadamente com os trabalhos de Bell (1974), Touraine (1970), e Toffler (1980).

A perspectiva de Bell (1974: 13) apontava desde logo para o impacto das mudanças na ciência e na tecnologia sobre a sociedade: “the concept of the post-industrial society deals primarily with changes in the social structure, the way in which the economy is being transformed and the occupational system reworked”.

Em concreto, cinco alterações fundamentais estariam a ocorrer:

- tendência para as economias se tornarem produtoras de serviços, ao invés de produtoras de bens;
- crescente importância das classes técnicas e profissionais;
- centralidade do conhecimento teórico para a inovação e formulação de políticas;
- importância de controlo das tecnologias;
- criação de uma nova tecnologia intelectual para gerir a complexidade organizada.

A importância dos serviços decorreria da expansão da procura de serviços pessoais, serviços associados ao mundo dos negócios (banca e finanças, imobiliária, seguros), serviços ligados aos transportes e comunicações, ou ainda relacionados com a saúde, educação, investigação e governo, o que teria tornado todas essas actividades mais produtivas e lucrativas do que as actividades industriais.

Correspondentemente, teria havido alterações na estrutura ocupacional da população, consubstanciadas na maior relevância dos grupos profissionais dos serviços. Bell destacava a importância decisiva de um tipo particular de serviços para o desenvolvimento das sociedades pós-industriais, designadamente o da educação, investigação e governo, composto pelas classes técnicas e científicas - a nova "intelligentsia". Estes profissionais permitiriam o desenvolvimento do conhecimento teórico, que se estaria a tornar um tipo genérico de conhecimento, aplicável a todas as situações da vida, ou seja, dentro e fora da esfera laboral:

"What has now become decisive for society is the new centrality of theoretical knowledge, the primacy of theory over empiricism and the codification of knowledge into abstract systems of symbols that can be translated into many different and varied circumstances. Every society now lives by innovation and growth, and it is theoretical knowledge that has become the matrix of innovation (...)" (Bell, 1974: 343).

Na mesma linha de Bell, encontramos também Galbraith (citado por Ransome, 1999), que acentuava o poder das elites científicas e técnicas, nomeadamente dentro das organizações empresariais, o que levava àquilo que o autor designou de nova tecnoestrutura industrial; e ainda Masuda (1980), para quem as

tecnologias de informação e comunicação seriam a força motriz de um novo tipo de relações sociais, económicas e políticas, consubstanciadas na sociedade da informação. Neste tipo de sociedade, o desenvolvimento económico e social teria como epicentro a informação, pelo que as principais actividades económicas seriam as indústrias intelectuais, e não a indústria transformadora, e os centros de produção deixariam as fábricas para se localizarem na própria informação, isto é, nos bancos de dados e nas redes de informação. Consequentemente, uma das grandes alterações induzidas pela sociedade da informação seria a expansão do sector quaternário, integrando este as indústrias relacionadas com a informação, o conhecimento, as artes e a ética.

Toffler (1980), por seu turno, considerava as sociedades industriais, que integravam o que o autor designou de Civilização de Segunda Vaga, como estando perante uma mudança civilizacional, em função das crises e alterações registadas nos diversos domínios da vida em sociedade - económico, político, familiar e cultural. Concretamente, as características marcantes das sociedades industriais assentavam na uniformidade, dada a massificação da produção, da comunicação, do consumo e da educação. A partir do momento em que toda uma base tecnológica diversificada começou a desenvolver-se, particularmente nas áreas da biologia, da electrónica ou da genética, criaram-se as condições, na perspectiva do autor, para se operar uma desmassificação da sociedade. Uma diversidade de valores, práticas e comportamentos nos modos de vida em geral estaria, portanto, a suceder à uniformidade das sociedades industriais, à medida que emergia a Civilização da Terceira Vaga, ou seja, uma sociedade baseada na informação e na electrónica.

Neste sentido, o autor preconizava que o desenvolvimento e difusão das tecnologias e dos meios de informação permitiria a passagem da standardização para a segmentação, diversidade, descentralização e flexibilidade quer nos estilos de vida, em geral, como, em particular, na esfera do trabalho (unidades de produção auto-geridas, escritórios informatizados, trabalho em casa), da comunicação (quebra da consciência monolítica induzida pelos meios de comunicação de massa, com a diversificação dos meios de comunicação, desde

as emissões via satélite às cassetes de vídeo) e da política (valorização da descentralização da tomada de decisões).

Estas perspectivas optimistas de Bell e Gailbraith (Ransome, 1999) ou de Toffler, Naisbitt ou Masuda (Kovács, 2001) partiam do pressuposto de que as tecnologias de informação e conhecimento condicionariam o futuro das sociedades num sentido positivo, na medida em que se assistiria a uma “generalização do trabalho inteligente realizado em redes flexíveis” (Kovács, 2001: 29).

De forma diferente, a análise de Touraine (1970) assentava na ideia de que as sociedades pós-industriais seriam orientadas para o crescimento económico em função de um conjunto de factores sociais, com destaque para a importância do conhecimento, muito mais do que como um simples resultado da acumulação de capital. Neste sentido, o autor destacava a centralidade de um conjunto de factores que constituiriam as novas forças de produção:

“da investigação científica e técnica, da formação profissional, da capacidade de programar a mudança e controlar as relações entre os seus elementos, de gerir organizações ou de difundir atitudes favoráveis à movimentação e à transformação contínua de todos os factores de produção, todos os domínios da vida social - a educação, o consumo, a informação (...)” (Touraine, 1970: 10).

Contudo, as sociedades pós-industriais seriam sociedades da alienação, não propriamente em função da oposição entre trabalho produtivo e capital - característica das sociedades industriais -, mas dada a impossibilidade dos cidadãos participarem efectivamente na tomada de decisões, sendo antes manipulados, seduzidos e arredados da informação. A oposição entre classes dominantes e dominadas seria determinada, em última instância, pelo controlo da informação, exercido pelas primeiras por dirigirem os aparelhos económicos e políticos, e vedado às segundas, dependentes dos mecanismos de manipulação e dos instrumentos de integração social e cultural.

De acordo com Kovacs (2001), às perspectivas que analisamos, acrescentam-se ainda aquelas que associam a sociedade do conhecimento a uma característica fundamental, a da complexificação, e isto por oposição à racionalização, que



constituiria a principal característica da sociedade industrial. Em concreto, a complexificação das sociedades manifestar-se-ia nos seguintes aspectos:

- expansão dos sectores de actividade onde o trabalho não é rotineiro, apelando antes a uma resposta individualizada ;
- conseqüente exigência de níveis de educação elevados, autonomia, e capacidade de resolução de problemas;
- complexificação dos papeis profissionais, decorrente destes serem mais intensivos em conhecimento, o que leva à necessidade dos profissionais aprenderem continuamente, provocando uma explosão do conhecimento;
- maiores exigências por parte dos consumidores no que se refere à qualidade, inovação e diversificação e individualização dos produtos e serviços.

As conseqüências da evolução das tecnologias sobre a organização do trabalho e sobre o emprego serão analisadas nos pontos seguintes deste capítulo, mas acentuamos desde já que as perspectivas futuristas de onde emergiu o conceito de sociedade da informação, que temos vindo a analisar, apontavam para um sentido unilinear do futuro das sociedades que não parece ter-se concretizado. Com efeito,

“uma análise mais cuidadosa das tendências de evolução com base em estudos empíricos realizados, indica que não há uma única tendência de evolução. Existe, sim, uma diversidade de situações que variam em função de um conjunto de condições macro-económicas, sociais e culturais” (Kovács, 2001: 29).

Apesar do que acabamos de afirmar, o peso crescente do sector dos serviços no conjunto das actividades económicas é uma realidade (Comissão Europeia, 2003), a par da perda de peso da indústria, quer consideremos que estes fenómenos configuram uma passagem para um novo tipo de sociedade, ou não.

Efectivamente, “a progressiva terciarização das economias ocorre em simultâneo com a tendência para uma maior centralidade do conhecimento enquanto factor de produção” (Alves, 2003: 89). Assim sendo, as sociedades actuais

caracterizam-se, entre outros aspectos, por uma economia informacional, na medida em que

“a produtividade e a competitividade das unidades ou agentes nessa economia (empresas, regiões ou nações) dependem basicamente da sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada no conhecimento” (Castells, 2005: 95).

Aliás, se a informação, conhecimento e criatividade são cada vez mais vitais, isso não significa que a produção de bens materiais tenha hoje uma importância menor, mas sim que à medida que se aprofunda a economia de serviços, a sociedade vai deixando de encarar a produção e os serviços como duas entidades separadas. Através da produção integrada de bens e serviços, satisfazem-se as necessidades dos consumidores, exploram-se sinergias e desenvolvem-se novos mercados potenciais.

De facto, a tendência para a terciarização da sociedade implica, para além do aumento dos serviços destinados aos consumidores finais, o crescimento dos serviços destinados ao sistema produtivo, verificando-se ainda que no seio da própria indústria cresce a importância dos serviços como valor acrescentado: “engenharia, aconselhamento de gestão, contabilidade, marketing, estudos de mercado, manutenção, serviços de pós-venda, serviços relacionados com os computadores e telecomunicações” (Kovácz, 2001: 18). Na mesma linha, vem a opinião de que

“os serviços industrializam-se e a indústria terciariza-se, isto é, os serviços bebem na indústria os novos modelos de organização e de produção (...) e, em contrapartida, quase desaparece na indústria o peso da produção, que fica subordinada aos serviços que a envolvem e nos quais se cria o principal valor” (Cerdeira e outros, 2000: 23).

### **1.3. Impactos sobre os processos produtivos e a organização do trabalho**

Nas últimas décadas do século XX, para além de profundas transformações económicas globais e tecnológicas, como temos vindo a referir, rompeu-se com o

modelo de industrialização típico do fordismo e, “numa tentativa de resposta à crise, surgem novas formas de organização industrial e novos modelos de produção” (Santos, 2001: 11), verificando-se igualmente profundas alterações nos espaços de industrialização.

Um primeiro aspecto relaciona-se com o abandono da lógica de produção em massa e a adopção de uma lógica de flexibilidade (Santos, 2001). A competitividade, e a necessidade, por parte das empresas, de manterem vantagens competitivas, exigiram a capacidade para mudanças rápidas nos produtos e processos, no sentido de se adequarem constantemente às variações dos mercados.

Deste modo, na medida em que a procura já não é estável nem homogênea, mas antes segmentada e instável (Santos, 2001), passa-se de uma economia de escala para uma economia de gama ou economia de flexibilidade (Kovács e Castillo, 1998). Neste sentido, “visão estratégica, capacidade de inovação e flexibilidade tornaram-se nos elementos-chave para lidar com a crescente complexidade da envolvente” (Santos: 2001: 11).

Em termos de estratégia, torna-se necessário referir a importância crescente da orientação para o cliente, a capacidade de inovação e a qualidade do serviço como requisitos fundamentais (Santos: 2001). Dadas as variações dos mercados, manifestou-se cada vez mais a necessidade de detectar e prever as necessidades dos consumidores, apostando na constante inovação e modificação nos produtos, bem como na sua qualidade.

Para além do posicionamento competitivo das empresas, cada vez mais centrado no cliente, as empresas enfrentaram igualmente a necessidade de se reestruturarem internamente, do ponto de vista da organização produtiva, bem como da organização do trabalho. De acordo com Santos (2001), entre múltiplos factores podem destacar-se as tendências para: o aumento dos níveis de produtividade, através da obtenção de melhores standards de produção (designadamente através, por exemplo, da redução dos ciclos de produção); a obtenção de maior eficiência dos custos directos (e aqui, com relevância para as

despesas com os recursos humanos) e indirectos da produção; o reforço da performance produtiva; a concentração das actividades em áreas de negócio fundamentais; a racionalização dos factores de produção, que inclui, para a autora citada, a deslocalização das actividades produtivas, através da qual as empresas rentabilizam as diferenças de localização do custo dos factores de produção.

Ao nível das formas de organização produtiva, o primeiro grande movimento a assinalar foi no sentido contrário à crescente integração vertical verificada no período fordista. Quer isto dizer que a flexibilização foi operada através da redução da dimensão das empresas, que segmentaram as suas actividades, delegando algumas delas a outras empresas, ou seja, através da designada descentralização produtiva. Deste modo, as empresas concentraram-se nas suas actividades centrais (frequentemente designadas de “core business”), descentralizando e exteriorizando serviços:

“assistiu-se a um processo de desintegração vertical e espacial das empresas por via da segmentação produtiva e da exteriorização de actividades, multiplicando-se os processos de outsourcing e intensificando-se o recurso às subcontratações” (Santos, 2001: 12).

As grandes empresas operaram, portanto, uma descentralização e exteriorização das suas actividades, transformando-se em redes empresariais, geralmente lideradas por uma empresa núcleo (Castells, 2005).

No entanto, como assinala Santos (2001), a tendência para a flexibilização, conseguida à custa da descentralização, tem sido acompanhada por uma outra, a de integração crescente, dada a necessidade de internacionalização e de intervenção a um nível cada vez mais global. Neste sentido, surgiram as estratégias de parceria, passando pela cooperação, joint-ventures, franchising, que “vão no sentido da manutenção das vantagens decorrentes de um grande domínio de influência, sem contudo se perder a flexibilidade adquirida” (Santos, 2001: 13).

Daqui resulta uma nova configuração para a estruturação das empresas, que passa então pelo estabelecimento e desenvolvimento de redes interempresariais.

No entanto, apesar desta tendência para a actividade económica se processar a um nível cada vez mais global, manifestou-se também um movimento no sentido da concentração espacial das empresas, que procuram tirar partido de economias de aglomeração.

“Apesar de estarmos inseridos numa economia mundial cuja infra-estrutura produtiva está composta de fluxos de informação que facilitam a sua separação geográfica, também é um facto que se assiste a processos de concentração das actividades em determinados espaços/territórios” (Santos, 2001: 15).

Estes sistemas territoriais de produção (Barquero: 1999) consistem em redes de relações interempresariais estruturadas por processos de trocas de produtos, serviços e conhecimentos (Santos: 2001), gerando economias externas que beneficiam as empresas que delas fazem parte.

As empresas também têm vindo a flexibilizar as suas estruturas internamente, através não só da utilização de novas tecnologias, como através da adopção de novos modelos de organização do trabalho. Este facto decorre da constatação de que, para responder positivamente às mudanças do mercado, as estratégias empresariais necessitam tomar em consideração que a mudança tecnológica e a mudança organizacional são duas vertentes de um mesmo processo (Dias, 1998: 177).

As mudanças organizacionais nas empresas têm sido profundas, tendo vindo a emergir um conjunto de novos modelos que, para Alves (2003) têm assumido diferentes designações - antropocêntrico, orgânico, flexível ou adaptativo, “high thrust” -, por oposição aos modelos tradicionais do trabalho - fordista, mecânico, burocrático ou baseado em princípios fordistas e tayloristas.

É necessário salientar que, na fase de transformação social e a todos os níveis que temos vindo a viver desde as décadas finais do século XX, os modelos tradicionais coexistem com os modelos emergentes, inclusivamente dentro de uma mesma organização.

Na medida em que nos parece importante acentuar as tendências para a flexibilização interna das organizações e da produção, não é nosso objectivo desenvolver a temática dos modelos tradicionais de organização da produção, mas caracterizá-los de forma breve. Estes modelos implantaram-se progressivamente a partir da 2ª Guerra Mundial, no âmbito das organizações industriais e o seu desenvolvimento deveu-se um conjunto de teorias ligadas, por um lado, à Organização Científica do Trabalho, e por outro lado, à organização burocrática e de racionalização das organizações (Martins: 1999).

De uma forma geral, as organizações assentes em modelo tradicionais pautam-se pelos seguintes princípios (Alves, 2003):

- especialização e individualização dos trabalhadores;
- planeamento inicial do trabalho;
- envolvimento limitado dos trabalhadores;
- controlo hierárquico;
- distribuição do conhecimento limitado ao topo da organização;
- comunicação vertical e directiva.

A tendência para a flexibilidade foi aumentando à medida que foram sendo adoptados os modelos neo-taylorista/fordista, “lean production” ou antropocêntrico (Kovács e Castillo, 1998).

No modelo “neo-taylorista/fordista”, que pode ser visto como um modelo de transição, procura-se a flexibilidade através da automação e da integração dos processos produtivos, como forma de compatibilização com as flutuações do mercado. Os princípios organizativos tradicionais rígidos - mecânico-burocráticos - mantêm-se, mas com a introdução de novas tecnologias, o que conduz a uma perspectiva tecnocêntrica da organização. Nesta perspectiva, as empresas, procurando maximizar o controlo centralizado do sistema, optam por uma estratégia de introdução das novas tecnologias em que os aspectos técnicos são sobrevalorizados ou privilegiados relativamente aos aspectos humanos. As principais características deste modelo podem resumir-se nos seguintes aspectos (Kovács, 1994):

- introdução de novas tecnologias como forma de reduzir os custos com a mão-de-obra;
- redução da mão-de-obra recorrendo ao emprego a tempo parcial e temporário, bem como à externalização;
- centralização da decisão, informação e controlo;
- princípios rígidos de trabalho (separação horizontal e vertical de funções e tarefas);
- hierarquização rígida;
- ao nível operacional destina-se a execução de tarefas simples.

O uso das novas tecnologias apoia-se, portanto, numa simples mecanização do trabalho humano, não tendo permitido uma acréscimo de autonomia ou de qualificação significativa por parte dos trabalhadores, pelo que

“as potencialidades facultadas pelas novas tecnologias são grandemente reduzidas já que um sistema desta natureza apresenta grande nível de inflexibilidade e de reduzida capacidade de adaptação, não compatível com a complexidade crescente da envolvente em que a empresa actua” (Faria, 1999: 71).

O modelo de “lean production” (produção magra), normalmente seguido pelas empresas japonesas (Faria, 1999), associa a competitividade das empresas a uma preocupação de racionalidade contínua, baseada numa maximização e flexibilização da produção. A filosofia de base a este modelo consiste na redução: redução nos postos de trabalho (menos custos com a mão-de-obra), nos stocks (menos custos com o espaço e menores investimentos em material e ferramentas), nos defeitos, redução ainda no tempo de concepção, de desenvolvimento e de fabrico, no lixo (menos poluição), nos papeis (menor burocracia). Os princípios de gestão da produção sintetizam-se da seguinte forma (Faria, 1999; Santos, 2001):

- orientação para a obtenção de qualidade total (associada à inexistência de defeitos, de avarias, de atrasos, de absentismo e de papel);
- eliminação de desperdícios;
- estandardização e intensificação do trabalho;

- envolvimento dos trabalhadores nas decisões relativas ao processo produtivo;
- responsabilização e polivalência ao nível da execução;
- envolvimento directo dos principais fornecedores e clientes;
- gestão pela cultura de empresa.

Neste modelo, mantém-se a dependência dos interesses humanos aos factores técnicos, razão pela qual alguns autores o encaram como uma forma mais evoluída da Organização Científica do Trabalho, apontando que

“a característica fundamental dos sistema de gestão japonês é o facto de reconhecer a importância da cooperação e da selecção contínuas numa bem sucedida gestão científica (Wood, citado por Faria, 1999: 73).

Assim, o modelo de “lean production” não supera totalmente o fordismo, embora se distancie dele nalguns aspectos fundamentais, chegando mesmo a ser considerado, por exemplo, como ainda mais explorador do trabalho operário do ponto de vista da intensificação do trabalho que o modelo implica, e que resulta num elevado dispêndio de esforço físico e intelectual (Stoleroff e Casaca, 1998).

As estratégias antropocêntricas de produção, por seu turno, inspiradas na abordagem sociotécnica<sup>5</sup> (Faria, 1999), implicam um sistema de produção flexível, onde se combinam as potencialidades das tecnologias avançadas com as capacidades dos recursos humanos, no âmbito de organizações descentralizadas. Os princípios organizacionais baseiam-se na autonomia, criatividade, profissionalização, descentralização, participação e cooperação, assumindo, de forma concreta, as seguintes características, de acordo com Kovács (1994):

- introdução de novas tecnologias como forma de obter flexibilidade funcional;

---

<sup>5</sup> Esta abordagem encara a organização como um sistema aberto em interacção constante com o seu ambiente, mas também composta por dois subsistemas: o técnico, envolvendo a tecnologia, o território e o tempo, é responsável pela eficiência potencial da organização; o social, que compreende os indivíduos, as relações sociais e a estrutura formal e informal, transforma a eficiência potencial em eficiência real (Chiavenato, 1983)



- aposta na qualidade dos recursos humanos através da formação e da estabilidade de emprego;
- soluções técnicas descentralizadoras;
- descentralização e polivalência nas práticas de trabalho;
- ausência de rigidez nas fronteiras hierárquicas e profissionais;
- autonomia na realização das tarefas, capacidade de resolução de problemas e de auto-organização;
- integração da empresa pela formação, comunicação-coordenação, acessibilidade das informações, participação nas decisões e auto-controlo.

A flexibilidade obtém-se, portanto,

“através da utilização de tecnologias de ponta, associada ao desenvolvimento do saber-fazer individual e colectivo e das capacidades dos trabalhadores, em termos das suas qualificações, polivalência e atitude participativa” (Santos, 2001: 15).

Assim, as novas tecnologias, por si só, nada significam; apenas com uma adequada eficácia sócio-organizacional poderão ser potenciadas e desde que centradas no factor humano. Corroboramos, pois, a ideia de que

“se é verdade que as novas tecnologias possibilitam uma produção de mais elevada qualidade e, sobretudo, mais flexível, não o é menos que a maximização do aproveitamento das suas potencialidades só se consegue num quadro organizacional igualmente flexível e que tome em consideração a utilização flexível do factor humano (...)” (Dias, 1998: 177).

Na continuidade daquilo que assinalámos anteriormente relativamente à coexistência entre os modelos tradicionais e os emergentes, acrescentamos agora que estes últimos modelos, que temos vindo a caracterizar, coexistem na actualidade, mesmo dentro de uma mesma empresa, naquilo que Castillo (Kovács e Castillo: 1998) designa de estrutura organizacional em “manchas de leopardo”.

#### 1.4. Implicações para a formação dos diplomados do ensino superior

Na sequência dos pontos anteriores, pode apontar-se, no que toca à organização do trabalho, que a tendência delineada a partir dos finais do século passado é para o abandono do modelo taylorista em favor de um sistema de produção flexível, caracterizado por um alto nível de inovação, pela produção de produtos de qualidade, pela diversificação, pelo recurso a equipamentos multifuncionais programáveis (Martins, 1999). Paralelamente, torna-se mais importante o exercício de tarefas mais amplas e complexas, assim como o trabalho em equipa, a interligação das tarefas de concepção/controlo/avaliação, a autonomia, a iniciativa e a capacidade de adaptação às mudanças permanentes. Assiste-se a uma renovação das competências profissionais que, no grupo dos quadros superiores, se caracterizam por uma maior predisposição para inovar ao nível dos produtos, dos processos e das escolhas organizacionais, o reforço da capacidade técnica de forma a melhorar a optimização dos processos produtivos e de gestão, cada vez mais complexos, a preparação específica para gerir recursos humanos e, por último, a formação informática. Resumindo, assiste-se à necessidade de uma *formação não profissional para um desempenho pluriprofissionalizado* (Santos, 1994). Estamos perante uma nova realidade, na qual já não existe tão clara e directamente, como no passado, uma correspondência entre título académico e competência profissional.

Referindo-se aos desafios sócio-económicos colocados ao ensino superior nas últimas décadas do século XX, Teichler (1996) aponta a tensão gerada entre duas tendências concomitantes. Por um lado, aponta a “cientifização” do emprego e trabalho, na medida em que não só os processos produtivos e os serviços se baseiam crescentemente em resultados da investigação científica, como aumentou o nível das exigências científicas das profissões mais qualificadas. Por outro lado, alude à função de formação de profissionais de nível médio, a qual decorre da necessidade das instituições de ensino superior demonstrarem eficiência através do desenvolvimento de formações visivelmente úteis à sociedade e à economia. Ora, para o autor referido,

“At times of problems in general employment or at times of rapid expansion of the graduate proportion among the whole labour force, i.e., at times of the most visible mismatch between the output of education and employment, higher education is strongly under pressure to provide a response to presumed socio-economic demands. At times when the concerns of this kind are less, external pressures tend to be weaker” (Teichler, 1996: 97).

Concordamos com Jorge Arroiteia (1996) quando considera estarmos hoje perante um conjunto de desajustamentos entre as qualificações necessárias aos diferentes sectores da economia e as qualificações que uma larga faixa da população possui, apontando que, possivelmente, o sistema educativo é em parte responsável por esta situação, ao produzir qualificações desadequadas ou insuficientes às necessidades do mercado de trabalho.

As universidades portuguesas não têm ignorado estas mutações, tendo encetado ao longo dos anos 90 e até hoje processos de reestruturações curriculares que visam, entre outros factores, melhorar a adequação dos seus currícula às exigências do sector produtivo. No entanto, Quintanilha (1998) considera ser necessária uma nova organização do saber, que passa por considerar que competências académicas e competências profissionais não têm que coincidir: um mesmo título académico pode servir para aceder a competências profissionais muito diferentes, assim como uma mesma competência profissional pode ser desempenhada por vários tipos de competências académicas. Destaca-se, portanto, a importância de formações abertas, generalistas, as quais, promovendo a aquisição de competências de banda larga, permitam uma adaptabilidade dos diplomados, e da educação ao longo da vida, que possibilite aos indivíduos, já em contexto profissional, o aprofundamento de uma especialização. Com efeito,

“A natureza das novas profissões, a complexidade e mutabilidade dos sistemas a que estão ligadas as empresas, e a autonomia-responsabilização atribuída aos sujeitos, como resultado da necessária flexibilidade da empresa, exigem uma estrutura de saberes pluri-facetada (saberes específicos e linguísticos, saber fazer, saberes científicos e conhecimentos gerais) que permitam a entrada no sistema de emprego e a sua reciclagem através da auto-aprendizagem” (Martins, 1996: 122).

Por outro lado, a organização de um currículo aberto às exigências da sociedade actual requer também a cooperação de várias especialidades académicas, numa perspectiva de inter e transdisciplinaridade, o que por sua vez implica uma alteração das estruturas organizacionais das universidades, no sentido de se tornarem mais ágeis.

## 2. Do mercado de trabalho ao sistema de trabalho... ou à sociedade sem trabalho

### 2.1. O surgimento de novas modalidades de emprego

Começamos por referir que as tendências para o surgimento e difusão de novas formas de trabalho observadas nos finais do século XX apontam para uma nova cultura do trabalho e do emprego, distinta do modelo de emprego clássico que vigorou nos trinta gloriosos anos que se seguiram à 2ª Guerra Mundial.

Neste modelo, dada a expansão assinalável do emprego por conta de outrem, assimilava-se a ideia de trabalho à ideia de emprego a tempo inteiro, regulado por um contrato de duração indeterminada, associado a regalias sociais. A própria sociedade era estruturada em torno do trabalho (assalariado), associando este, como estava, às ideias de protecção social e de cidadania. Neste sentido, o trabalho consistia no fundamento tanto da cidadania económica, quanto da cidadania social:

“Wage employment society fostered further development of that interaction between the economic, sociological and legal dimensions of work. Work was integrated in a system of rights and duties determined by collective utility, and no longer only by the economic utility of market transactions. It is no doubt these social, public and collective characteristics which explain how work became the basis of social citizenship. Just like political citizenship, social citizenship is a status comprising rights and duties based on collective membership of a community” (Castel, 1996: 618).

Estávamos perante um modelo de sociedade que, construída com base no sistema capitalista de produção, procurava regular as relações entre o capital e o trabalho por meio da mediação do estado, procurando, para tal, estabelecer

“regulações colectivas que se sobrepujassem à estrita relação contratual privada de compra e venda da força de trabalho no mercado” (Toni, 2003: 252).

Contudo, o mercado de trabalho era encarado como o lugar onde se efectuava uma troca de uma mercadoria entre aqueles que oferecem e aqueles que procuram (Gambier e Vernières, 1991), situando o trabalho como um bem idêntico aos outros bens de mercado. Era esta a perspectiva das teorias neoclássicas, que, assentando no modelo de equilíbrio entre oferta e procura de trabalho, viam o mercado de trabalho como o lugar onde, por confronto entre uma procura e uma oferta, se estabelece uma taxa de salário e uma quantidade de trabalho equilibrada. As curvas da oferta e da procura de trabalho seriam o resultado da simples soma das ofertas e das procuras individuais. Os trabalhadores escolheriam o tipo e o nível de esforço de trabalho que maximizasse o seu bem-estar. As empresas, por seu turno, contratariam os trabalhadores desde que a sua contribuição marginal à produção representasse o equivalente salário em vigor.

A análise reduzia-se, assim, à escala individual, colocando-se a tónica na escolha feita pelos trabalhadores e nas decisões marginais de contratação do empregador. A abordagem neoclássica pressupunha, portanto, que as decisões /escolhas são feitas em função de uma igualdade de poder de negociação e que os sindicatos se reduzem a desvios que deformam os princípios de base da teoria, sem, contudo, transformar.

A teoria do capital humano, embora colocasse já a questão da qualidade do trabalho, e não apenas a da quantidade, continuava a fazê-lo no quadro do modelo de equilíbrio entre oferta e procura. O capital humano, adquirindo-se fundamentalmente através da educação, constituía para os indivíduos um investimento cuja rentabilidade residia na desigualdade das remunerações que correspondem às diferenças de capital humano em cada trabalhador. Para o empregador, a formação aumentava a produtividade e, conseqüentemente, a remuneração oferecida estava directamente ligada ao capital humano do assalariado.

Estabelecendo uma relação estreita entre a qualificação e a produtividade obtida, por um lado, e as variações da produtividade e do salário, por outro, esta abordagem ignorava o facto de que a força de trabalho não é produzida somente na perspectiva de uma troca. Supunha ainda a existência de uma população homogénea, com livre e idêntico acesso a todas as formas de educação, sem influência da origem social.

No entanto, os anos setenta vieram demonstrar precisamente o contrário: a ruptura entre a determinação dos salários e a afectação dos empregos, bem como a heterogeneidade dos trabalhadores. Então, o capital humano não parece ser um capital análogo aos demais bens do mercado.

Em virtude da crise do regime de acumulação fordista, em que o crescimento económico estava articulado aos movimentos dos trabalhadores e ao desenvolvimento do estado de bem-estar social, ocorreram, como vimos anteriormente, mudanças qualitativas nos domínios da produção e do trabalho, concretamente em função da introdução das novas tecnologias, de novos padrões de gestão e de formas de organização do trabalho. Neste domínio, como vimos, a palavra de ordem passou a ser a flexibilidade.

Este processo viu-se facilitado pelas mudanças que terão ocorrido simultaneamente no domínio político-ideológico, com a predominância da ideologia neo-liberal, que entende o mercado como instância reguladora da vida em sociedade. A este propósito, Correia (2003) refere que houve um período de extensão dos direitos e regalias dos trabalhadores registado na Europa nos anos sessenta e setenta, resultante das lutas sindicais, durante o qual se operou uma rigidez progressiva das condições existentes no mercado de trabalho, nomeadamente ao nível da legislação do trabalho. Contudo, sobretudo nos anos oitenta,

“em consequência das transformações históricas e dos resultados eleitorais favoráveis ao movimento neoliberal, iniciou-se um ciclo ainda mais propício aos agentes e forças do mercado, o que teve por consequência um recuo dos princípios e normas que haviam vigorado nos anos anteriores. A tradicional hostilidade dos sindicatos transformou-se numa desistência das estratégias ofensivas anteriormente concebidas e na prossecução

de uma tática defensiva, protectora dos direitos e regalias até então obtidos” (Correia, 2003: 33).

Tudo parece indicar, portanto, que para captar a heterogeneidade patente entre a oferta e a procura de trabalho, a noção de sistema parece mais adequada, dado que, para compreender o emprego, é necessário não só compreender o sistema económico, mas o sistema social como um todo (Rodrigues, 1988). O emprego aparece como o suporte institucional, mais ou menos favorável ao trabalhador segundo o estado de relação das forças, à troca da força de trabalho. Assim sendo, chegamos ao conceito de sistema de emprego enquanto

“conjunto organizado das estruturas, dos agentes e dos mecanismos económicos e sociais que moldam a utilização e a circulação da mão-de-obra em interacção com os processos de reprodução desta mão-de-obra” (Rodrigues, 1988).

Consideramos, de acordo com a óptica de Cerdeira e outros (2000), que o surgimento de novas modalidades de emprego foi provocado pela interacção de vários fenómenos, desde as transformações da actividade produtiva no sentido de uma crescente terciarização, aos desenvolvimentos tecnológicos, particularmente no que se refere à articulação entre telecomunicações e informática, passando pela alteração das características do trabalho em termos do seu conteúdo, tempo e espaço onde é realizado, aspectos que analisámos no ponto anterior. Com efeito,

“as alterações no conteúdo das actividades de trabalho constituem um elemento altamente facilitador das novas formas de emprego. Muitas das actividades, próprias das sociedades de informação, ao apelarem a um tipo de trabalho de carácter relacional, abstracto e assente na manipulação de símbolos, em detrimento de uma produção tangível, libertam os trabalhadores dos condicionalismos temporais e espaciais face à empresa e implicam, por vezes, maior autonomia ao nível da própria relação contratual” e ainda “o desenvolvimento de novas formas de trabalho desconectadas das empresas, pondo em causa um dos quadros de referência base do tradicional conceito de trabalho subordinado, ou se quisermos de emprego, o qual está associado ao lugar onde aquele se desenvolve” (Cerdeira e outros, 2000: 24).

Em função dos factores anteriormente analisados, as mudanças mais significativas que têm vindo a ocorrer no mundo do trabalho consubstanciam-se

na sua fragmentação e heterogeneidade, levando ao surgimento de “novas formas de estar empregado” (Martins, 1999). Referimo-nos, em concreto, a uma tendência para a diversificação das modalidades de flexibilidade sobre os postos de trabalho.

Diferentes autores têm adoptado diferentes tipologias para captar as várias dimensões da flexibilidade. Boyer (1987), por exemplo, classificou-as da seguinte forma:

- Flexibilidade do ponto de vista dos aspectos institucionais, englobando o direito do trabalho e os instrumentos de regulamentação colectiva, patente na fraqueza das restrições legais que regem o contrato de trabalho; e integrando igualmente a mobilidade laboral entre empresas ou profissões;
- Flexibilidade na cobertura social, através da eliminação de disposições desfavoráveis ao emprego, em termos de fiscalidade e transferências sociais;
- Flexibilidade da organização da produção como forma de adaptação às oscilações do mercado;
- Flexibilidade na hierarquia de qualificações, dizendo respeito à adaptabilidade dos trabalhadores para mudar de posto de trabalho ou para executar tarefas variadas;
- Flexibilidade na formação de salários, caracterizada pela sensibilidade da remuneração à situação económica das empresas e do mercado de trabalho, ou seja, pela diferenciação de salários em função da situação da empresa e da produtividade individual.

Considerando que a “procura crescente de flexibilidade tem sido desenvolvida a vários níveis e em particular na forma como os recursos humanos são geridos, em função das estratégias de mão-de-obra utilizadas pelas empresas” (Cerdeira e outros, 2000: 28), esta autora associa as diferentes dimensões da flexibilidade a formas muito diversas de trabalho/emprego:

- a flexibilidade quantitativa externa, referindo-se ao ajustamento dos efectivos em função das necessidades da empresa, consubstancia-se no aparecimento dos contratos colectivos de duração limitada (por exemplo,



- contratos de curta duração, trabalho temporário, recrutamento para a duração de um projecto), bem como no desenvolvimento do trabalho a tempo parcial;
- a flexibilidade através da externalização dos serviços consegue-se recorrendo à subcontratação e à utilização de trabalhadores independentes;
  - a flexibilidade quantitativa interna, referente ao ajustamento interno do trabalho em função das variações do mercado, pode assumir diversas configurações, como por exemplo o trabalho por turnos, a variação do tempo de trabalho ou a utilização do tempo de férias e dos dias móveis;
  - a flexibilidade funcional, ou seja, a polivalência dos trabalhadores numa equipa de trabalho, pode assumir a forma da cedência de trabalhadores designadamente de um estabelecimento para outro dentro da mesma empresa
  - a flexibilidade salarial operacionaliza-se através de modalidades como o salário a tempo completo com um “suplemento” ligado às quantidades produzidas pelo trabalhador, ou pela equipa de trabalho, os prémios ligados aos resultados obtidos em relação aos objectivos, ou a participação nos lucros da empresa.

A variedade de formas que a flexibilidade pode assumir remete para as ideias de fluidez, instabilidade e insegurança como principais características das transformações no trabalho e emprego, por oposição àquilo que aconteceu durante o período fordista, dado que

“o ciclo de vida activa se balizava pela escassa mobilidade de emprego, de estatutos de emprego, pela uniformização e rigidez dos horários de trabalho e pela efectividade do laço contratual (...)” (Falcão Casaca: 2005: 12).

As teorias da segmentação vieram fornecer um quadro explicativo para a compreensão de alguns destes fenómenos, principalmente por remeterem para ideia de que as estratégias de gestão da mão-de-obra exercem uma função activa com vista a segmentar, a dividir, e portanto, a flexibilizar o trabalho, criando espaços técnicos e sociais que determinam e encaminham os percursos dos

trabalhadores. De acordo com Carnoy (1981), para autores como Piore, Gordon, Reich e Edwards, o sistema de emprego encontrava-se fragmentado em grupos, apresentando os trabalhadores que fazem parte de cada grupo modos de vida activa diferentes, não redutíveis à escolha individual ou à avaliação individualizada por parte do empregador, mas que obedecem à lógica estruturalmente descontínua do próprio sistema de emprego. Nesta óptica, existem vários segmentos de emprego, cada um com os seus critérios de contratação, promoção, métodos de supervisão, níveis de salário e grupos de trabalhadores. O segmento “primário rotineiro” caracteriza-se pela existência de uma certa estabilidade, salários relativamente elevados e aumentando com a antiguidade, promoções, empregos a tempo inteiro. O segmento “primário independente” engloba os empregos que exigem iniciativa e criatividade por parte dos trabalhadores. Dado que as tarefas não são rotineiras nem repetitivas, não se aprendem com a prática. Então, a condição essencial à produtividade é a utilização do raciocínio dedutivo e de princípios abstractos, pelo que a formação escolar é o critério de ingresso por excelência. Os empregos encontram-se hierarquizados, mas existe uma grande mobilidade dentro da empresa e uma ligação forte em relação ao mercado exterior, nomeadamente quanto à fixação de salários, atribuição de tarefas e de formação. O segmento “secundário” é constituído pelo conjunto dos empregos que exigem um mínimo de aptidões ou capacidades gerais. As tarefas são muito simples, os salários e as condições de trabalho insuficientes, não existindo, frequentemente, promoções.

Hoje, contrariamente àquilo que sucedia no período fordista, assistimos a fenómenos como a descontinuidade dos percursos laborais dos indivíduos, a alternância entre estatutos de emprego e tempos de trabalho, a sucessão de vários empregos e de relações com diferentes empregadores (Falcão Casaca, 2005), o que conduz a uma dissociação entre as noções de trabalho e de emprego.

Podemos, neste sentido, equacionar a passagem de uma sociedade assente no modelo do emprego para um modelo de actividade, que engloba todo o tipo de actividades socialmente úteis e potencialmente capazes de facultar rendimentos,

utilidade e status social (Ferry, citado por Rebelo, 2002), não enquadráveis no conceito de emprego clássico.

É nesta perspectiva que

“começa a colocar-se a questão da pertinência do próprio conceito de sistema de emprego, pelo menos como tradução de uma certa realidade cujos conteúdos estão a extinguir-se ou transfigurar-se” (Martins, 1999: 88).

Assim sendo, se o facto de se estar a trabalhar não significa necessariamente que se tem um emprego, dado que a flexibilidade atinge todas as dimensões “clássicas” relativas ao emprego - contratual, de tempo de trabalho, de espaço e de estatutos (Falcão Casaca, 2005) -, poderemos estar perante a configuração de um novo conceito, o de sistema de trabalho, mais adequado às novas realidades.

A multiplicidade de formas de trabalho/emprego sobre as quais temos vindo a escrever refere-se a situações que abrangem não apenas questões de subordinação jurídica e económica - como os contratos de duração determinada -, mas também o recurso a outras formas de relacionamento laboral, como o trabalho independente, o trabalho em tempo parcial, a prestação de serviços, o trabalho temporário, a subcontratação, os empregos de inserção e o teletrabalho (Cerdeira e outros, 2000). Aliás, no âmbito daquilo que podemos considerar como emprego, constata-se que

“as múltiplas formas de emprego flexível e a atomização dos tempos e dos locais de trabalho vieram dispersar ainda mais (geografica e temporalmente) a relação de emprego, pelo que a pertença a uma empresa far-se-á cada vez mais pela ideia de subordinação económica, gerando formas de trabalho frágeis do ponto de vista social” (Falcão Casaca, 2005: 4).

## 2.2. Flexibilidade, precariedade e futuro do emprego

As questões que pretendemos discutir aqui prendem-se, por um lado, com a correspondência entre as novas modalidades de emprego, caracterizadas pela flexibilidade, e os conceitos de atipicidade e de precariedade do emprego e, por outro lado, com as diferentes perspectivas sobre o lugar do trabalho nas sociedades contemporâneas e futuras.

As transformações registadas no mundo do trabalho, e concretamente as novas modalidades de trabalho/emprego assinaladas no ponto anterior têm levado a que, frequentemente, se considere estarmos perante formas de trabalho “atípicas”. Esta ideia de atipicidade surge, necessariamente, por referência aos anteriores esquemas “típicos” de estar empregado, ou seja,

“esquemas que os actores sociais desenvolvem nas interacções e dependências mais ou menos consolidadas que estabelecem entre si, em determinado momento histórico” (Sampaio, 2002: 40).

O que hoje em dia parece estar a acontecer é que o trabalho assume valores e dimensões completamente distintos do regime de trabalho assalariado característico da sociedade industrial, ao focalizar-se no indivíduo (e não tanto na organização) e ao flexibilizar-se o enquadramento espaço-temporal da relação laboral. Neste sentido, não faz sentido falar em trabalho/emprego atípico “já que a norma que subjaz à determinação da atipicidade (o espaço-tempo do modelo fordista e do estado-providência) não é a mesma dos contextos actuais” (Sampaio, 2002: 43).

Por outro lado, se observarmos a tendência para o crescimento das novas formas de trabalhar ou de estar empregado, constatamos que se vão tornando cada vez mais típicas. Além disso, de acordo com Pollert (1994), dicotomizar de forma radical o emprego entre típico - o do passado - e atípico - o do presente -, equivale a admitir que todos os trabalhadores do passado, ou pelo menos uma grande maioria, teriam beneficiado de contratos seguros e favoráveis, quando na realidade isso nem sempre aconteceu. Por exemplo, Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger (2001), no contexto da sociedade francesa e durante os “trinta gloriosos”, apontam como os jovens trabalhavam quase sempre à margem da relação salarial moderna:

“Si les jeunes actifs entrent en masse dans le salariat, ils ne bénéficient pas pour autant des avantages du rapport salarial moderne et, pour la plupart, fréquentent des emplois qu’il faut quitter pour s’y rapprocher” (Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger, 2001: 71).

Barbier (citado por Falcão Casaca, 2005) confirma a ideia de que os trabalhadores com contratos de trabalho de duração ilimitada, com regularidade de salário e com direitos laborais e sociais não constituam a generalidade das situações de trabalho.

Neste enquadramento, a nossa preferência vai para a utilização do conceito de trabalho/emprego flexível.

Para Bryant (2000), o que está em causa quando nos referimos ao conceito de atipicidade é o facto de a ele estar associada a ideia de precariedade, quando, como vimos, nem todos os trabalhadores típicos têm experiências profissionais estáveis, sendo que o reverso, para aquela autora, também é verdadeiro, isto é, as reestruturações do emprego não prejudicam todos os trabalhadores, beneficiando alguns.

Chamamos, pois, a atenção para o facto de que o trabalho/emprego flexível poder revestir-se de precariedade ou não, o que nos leva a tentar clarificar a própria noção de precariedade.

Para Rebelo (2003), a precariedade da actividade laboral é um termo polissémico, que resulta de um conjunto variado de factores que levam à fragilização do vínculo contratual de trabalho, podendo definir-se da seguinte forma:

“Actividade humana de carácter provisório ou não duradouro, consistindo no exercício de uma função heterónoma ou na prestação de serviço autónomo (trabalho independente), com utilidade social e valor económico, cuja estabilidade se encontra condicionada quer por factores objectivos de trabalho (dimensão ou robustez física da empresa), quer por factores subjectivos (formas de contratação não duradouras e/ou impostas por ausência de alternativa no mercado de trabalho” (Rebelo, 2003: 3).

Esta autora encontra, ainda, três características nas formas de emprego precário:

- relação contratual não permanente e condicional entre trabalhador e empregado, que se traduz por vezes na ausência de subordinação jurídica, como é o caso da subcontratação e do trabalho independente;
- dimensão calendarizada e incerta;
- fraca protecção social dos trabalhadores

Nesta óptica, aborda a questão do trabalho independente enquanto trabalho precário, o que acontece quando os trabalhadores (falsos independentes) trabalham na realidade por conta de outrem, mediante uma actividade tipicamente subordinada, pela qual passam recibos (em Portugal, os recibos verdes), embora em termos de protecção social se declarem como trabalhadores independentes.

“Numa óptica de redução do custo da mão-de-obra, a contratação destes trabalhadores independentes tende a excluir uma parte significativa de trabalhadores dos benefícios da protecção social. Em consequência, e para o trabalhador, a sua actividade não assenta em nenhum investimento pessoal, mas sim numa acentuada desvalorização. A sua independência limita-se à assunção da inteira responsabilidade do trabalho e dos riscos de exploração que lhe transfere o dador de trabalho (...)” (Rebelo, 2003: 16).

A abordagem de Paugam (2000) leva-o a distinguir a precariedade do emprego da precariedade do trabalho. A primeira diz respeito ao estatuto contratual e correspondente estatuto legal e social da situação de emprego, enquanto a segunda é mais abrangente, por incidir também naquilo que os indivíduos desejam e nas suas trajectórias. A conjugação das duas dimensões da precariedade é susceptível de conduzir a uma precariedade social, na medida em que o indivíduo tem incertezas quanto à sua empregabilidade futura, sente os seus recursos qualificacionais e económicos com escassos, perde a auto-estima e a motivação para procurar alternativas, entrando portanto num processo de fragilização.

A perspectiva de Paugam remete-nos ainda para a distinção entre precariedade objectiva e subjectiva (Barbier, citado por Falcão Casaca, 2005). A precariedade objectiva refere-se aos aspectos formais e jurídicos da relação de trabalho, englobando as relações contratuais não permanentes e com fraca protecção social, como é o caso dos contratos de duração limitada, as prestações de

serviços esporádicas. No entanto, a dimensão subjectiva da precariedade não pode ser esquecida, o que significa:

“apreender a (in)voluntariedade que subjaz a essa relação, a percepção subjectiva da mesma (insegurança subjectiva ou incerteza); o grau de (in)satisfação com as condições de trabalho em geral (incluindo, obviamente, com a tipo de contrato), e as próprias motivações e recompensas intrínsecas decorrentes da situação de trabalho.” (Falcão Casaca, 2005).

No seguimento destas perspectivas, pensamos que é importante entender o conceito de precariedade não apenas como insegurança formal, resultante da instabilidade da relação de trabalho, mas também, e fundamentalmente, como o sentimento de insegurança experimentado pelos trabalhadores nas suas situações concretas de trabalho, ou seja, colocando-nos na esfera das motivações e constrangimentos por eles interiorizados:

“Parece então mais adequado não fazer depender o conceito de precariedade apenas da relação contratual mais ou menos duradoura a tempo inteiro, mais ou menos subordinada, mais ou menos salarialmente enquadrável, mas sobretudo das perspectivas de continuidade do trabalho, independentemente das formas de enquadramento actuais ou futuras” (Sampaio, 2002: 47).

As alterações operadas na esfera do trabalho, no sentido da sua flexibilização e precarização, têm ainda sido profusamente analisadas numa dimensão crítica quanto ao que o futuro nos reserva. Encontramos na literatura sociológica sobre este tema, designadamente, posições que postulam a perda de centralidade do trabalho como elemento fundador das relações sociais e da construção identitária dos indivíduos, a par com perspectivas que enfatizam as implicações sociais das transformações no trabalho, com base no pressuposto de que a diminuição do emprego assalariado não é sinónimo do fim do trabalho.

No primeiro caso, aponta-se para o tendencial desaparecimento do binómio trabalho e correspondente emprego típico da sociedade industrial, num quadro de desestruturação da sociedade fordista. A questão central reside no facto de que a identidade social dos indivíduos foi construída com base na relação laboral subjacente ao trabalho assalariado da sociedade industrial, assim como a

integração social foi promovida pelas políticas de regulação por parte do estado (Castel, 1996). O indivíduo definia-se pelo trabalho, o que significava ter um emprego, residindo nesta identificação o significado de estar socialmente inserido. Hoje, dada a “flexibilização do enquadramento espaço-temporal da relação laboral” (Sampaio, 2002: 42), processada em ambientes cada vez complexos, estará a ocorrer o fim dos esquemas de integração sociolaboral de tipo fordista e, portanto, também da centralidade do trabalho e da sua capacidade integradora do indivíduo no tecido social, com efeitos na estrutura do sujeito enquanto ser em equilíbrio pleno.

As análises de Gorz (1997) são representativas das teses que enunciam o fim do trabalho. Assente numa concepção de trabalho enquanto trabalho assalariado, este autor apresenta uma perspectiva crítica face a fenómenos como a redução do emprego industrial, a ampliação das actividades ligadas aos serviços, a diminuição do tempo de trabalho diário ou o aumento do desemprego, na medida em que conduzem à impossibilidade de se restabelecer o pleno emprego.

Face a esta situação, que parece conduzir a uma “sociedade do desemprego”, Gorz vislumbra uma alternativa desejável para gerir a abolição do trabalho, que consiste numa superação da lógica capitalista através da constituição de uma “sociedade do tempo livre”, na qual as actividades autónomas seriam preponderantes. Surgiria, desta maneira, uma “não classe de não trabalhadores”, distinta dos trabalhadores independentes pós-fordistas, por não se enquadrar na relação de oposição entre capital e trabalho que estes ainda integram, por vezes em muito piores condições do que os trabalhadores assalariados.

Rifkin (1995) veio ampliar a discussão sobre o fim do trabalho, traçando um cenário sombrio, o de um mundo sem trabalhadores, um mundo de desempregados, no qual se expandiria a pobreza, se agravariam as desigualdades e a exclusão sociais, e onde as máquinas seriam o novo proletariado. Seria este o resultado da introdução das novas tecnologias no mundo do trabalho: as empresas apostariam na redução de custos com mão-de-obra como estratégia para aumentar a produtividade e a competitividade, provocando a queda do emprego formal de tipo fordista, o aumento do



desemprego e a expansão dos empregos precários. Neste contexto, apenas uma pequena elite, integrada no sector do conhecimento, teria os seus postos de trabalho assegurados.

A alternativa de Rifkin passaria pelo estabelecimento de um novo contrato social, baseado numa expansão do trabalho no terceiro sector (actividades sociais ou comunitárias), que absorveria os trabalhadores eliminados dos sectores tradicionais.

Manifestando as mesmas preocupações de Rifkin quanto aos impactos desfavoráveis das novas tecnologias sobre a redução de trabalho necessário aos processos produtivos, Beck (1992) considera que o actual momento é o de transição da tradicional sociedade do trabalho para uma “sociedade de risco”, pautada pela insegurança na vida dos trabalhadores e pela ameaça da exclusão social. Este autor utiliza o conceito de individualização como factor explicativo da referida transição, por considerar que as formas de identidade colectiva típicas da sociedade fordista - família, classe, etnia, género - estão a esboroar-se, sendo progressivamente substituídas por práticas mais abertas, de escolha pessoal e reflexividade. No entanto, se os indivíduos se libertam das estruturas colectivas, vêem o seu quotidiano tornar-se mais complexo, dado que este se converte num processo infinito de tomada de decisões pessoais, com reflexos na manutenção dos equilíbrios sociais e económicos.

No que diz respeito ao trabalho, a tendência para a individualização identifica-se com a intensificação da competitividade e da mobilidade, as exigências crescentes de educação/formação e o declínio das estruturas colectivas, factores que minaram a estabilidade característica da era fordista. O mercado de trabalho é mesmo emblemático dos riscos que vieram abalar as estruturas sociais e as práticas culturais estabelecidas, dado que a emergência do desemprego e da instabilidade de emprego não afectam apenas os grupos mais desfavorecidos económica ou academicamente, mas todas as classes sociais, tornando-se, portanto, uma ameaça generalizada.

Neste sentido, Beck é levado a concluir que, por um lado, a lógica do risco acarreta o surgimento de novas desigualdades sociais, baseadas já não nas posições de classe, mas nas “posições de risco”; por outro lado, que as nações pós-industriais se encaminham para um “capitalismo sem trabalho”.

No entanto, tal como Rifkin via o trabalho no terceiro sector como uma solução social para a exclusão dos trabalhadores, também Beck considera que a substituição do trabalho humano por produção automatizada pode abrir novas oportunidades, desde que se estabeleça um contrato social que aprofunde a democracia para além da sociedade centrada no trabalho e que se centre, antes, no “trabalho público”, ou seja, actividades artísticas, culturais, e políticas auto-organizadas.

Contrariamente às perspectivas anteriores, um outro conjunto de autores considera que, embora o emprego assalariado esteja a diminuir, é exagerado concluir daí que estejamos perante o fim do trabalho, quer no que diz respeito à redução do tempo que lhe é dedicado, quer quanto à perda do seu valor social. Nesta óptica, os diferentes autores vêem no trabalho um vector ainda fundamental de estruturação das sociedades, procurando libertá-lo “do determinismo que lhe é conferido pelo vínculo laboral característico do capitalismo industrial” (Sampaio, 2002: 45).

Numa posição crítica face a Rifkin e Gorz, Grozelier (1998), por exemplo, considera que a evolução das sociedades não tem demonstrado a tendência para o fim do trabalho em geral, nem do trabalho assalariado, em particular, apontando que é necessário ultrapassar a perspectiva de trabalho apenas no contexto da sociedade industrial. Neste sentido, o que está em causa não é fim do trabalho, mas a transformação da sua natureza e das relações sociais do trabalho.

Também Schnapper (1998: 15) se manifesta contrária à ideia de fim do trabalho:

“Essa ideia parece-me absurda. Se ela significa que se deixou de trabalhar, é falsa; se pretende que já não se quer trabalhar, todas as investigações demonstram o contrário; se afirma que vamos a caminho de uma sociedade em que não se trabalhará mais, isto também não é verdade”.

Esta autora considera, portanto, que o trabalho continua a ter centralidade nas sociedades nas sociedades da informação:

“O que me aflige no caso daqueles que anunciam e ao mesmo tempo pregam o fim ou a morte do trabalho, é o facto de misturarem as constatações e as normas. Que hoje se trabalha no decurso da vida menos horas do que trabalhavam os nossos pais e os nossos avós, é um facto. Mas daqui não se pode dizer que o trabalho deixou de ser uma norma, de ter valor, de organizar a vida colectiva (...) É a maneira de assegurar a vida material, de estruturar o tempo e o espaço, é o lugar da expressão da dignidade de si próprio e das permutas sociais”(Schnapper, 1998: 18).

A posição de Castel (1996) também se apoia nesta centralidade do trabalho, por considerar o trabalho não enquanto relação técnica, mas enquanto suporte privilegiado de inscrição na estrutura social:

“The fact that work has become scarcer or less secure does not mean that it has become less usefull and less necessary. On the contrary; for evidence one need look no further than the distress experienced by most welfare recipients and most of the long-term unemployed. Inasmuch as their joblessness threatens their very place in society, they bear witness, paradoxically, to the vital importance of work” (Castel, 1996: 619).

Castel acentua ainda as implicações sociais das transformações no trabalho. Para este autor, a “civilização do trabalho” encontra-se desestabilizada pela instabilidade das situações de trabalho, constituindo esta a grande questão contemporânea, porque remete para o problema da integração social.

Face aos fenómenos da precariedade do trabalho, que na sociedade industrial funcionava como a forma dos indivíduos se encontrarem integrados, a sociedade actual enfrenta problemas crescentes de vulnerabilidade e exclusão de largos segmentos da população. Trata-se daquilo que Castel designa de processos de desfiliação, que originam um novo tipo de trabalhadores, os trabalhadores sem trabalho, ou seja, os trabalhadores às margens do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas. Mais do que não trabalhadores, estes indivíduos são não actores sociais, não forças sociais, dado que se encontram desqualificados, desfiliaados nos planos cívico e político.

O fenómeno da desfiliação, que se torna visível através do aumento do desemprego e da precarização do trabalho, é resultante da degradação da relação salarial, comandada pelas exigências tecnológico-económicas da evolução do capitalismo moderno. No entanto, a este fenómeno, Castel junta o da individualização negativa, isto é, uma tendência para a sociedade ser atravessada por um individualismo sem referências, por via da desinstitucionalização da vida social.

### 3. Evolução recente das situações de trabalho em Portugal

Procuraremos neste ponto caracterizar a evolução recente do sistema de trabalho, emprego e desemprego em Portugal, através de vários estudos que foram sendo feitos no nosso país e que incidem principalmente na década de noventa, para depois nos debruçarmos nos anos mais recentes, partindo de dados recolhidos junto do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Desde logo, referimos que este tipo de análise vê-se dificultado pela dispersão dos dados por múltiplas fontes, nacionais e internacionais, e pelos diferentes critérios relativos à construção das amostras, às metodologias, aos métodos de recolha e tratamento da informação. Nesta medida, a dificuldade na obtenção de dados estatísticos adequados acaba por se evidenciar em diversas investigações que consultamos (Cerdeira e outros, 2000; Kovács, 2004), onde se refere tal obstáculo ao rigor dos estudos quantitativos.

Por outro lado, a evolução das dinâmicas de emprego e desemprego em Portugal encontra-se intimamente ligada ao contexto macroeconómico internacional, particularmente europeu, revelando grande dependência relativamente à conjuntura económica, com uma relação produto-emprego particularmente forte, assim como uma expressiva rapidez de ajustamento (DGEEP/MTSS, 2005).

De acordo com Gonçalves (2000), apoiado em informações do INE, a evolução do emprego e desemprego em Portugal durante a década de noventa atravessou

períodos distintos, designadamente de 1992 a 1995, de 1995 a 1997 e entre 1998 e o final da década.

Do ponto de vista do emprego, assistiu-se entre 1992 e 1995, num quadro de recessão económica, a uma redução do volume global de emprego e da respectiva taxa. Esta redução de postos de trabalho foi mais acentuada para os homens do que para as mulheres, verificando-se decréscimos em todos os sectores de actividade, à excepção da Electricidade, Água e Gás, com particular destaque para a Indústria e para a Agricultura, Silvicultura e Pesca.

Houve, no entanto, uma fase de inversão desta tendência entre 1995 e 1997, período de recuperação da economia portuguesa, consolidando-se no final da década uma evolução positiva, quer da criação líquida de emprego, quer da própria taxa de emprego, em consequência de um maior dinamismo da actividade económica<sup>6</sup>. Não obstante estas variações, a taxa de actividade manteve-se elevada ao longo dos anos noventa e inclusivamente superior à média europeia, facto “para o que concorre principalmente a importância absoluta e relativa da população agrícola, predominantemente feminina” (Gonçalves, 2000: 5).

No período em análise, isto é, na década de 90, a população empregada apresentou diferenciações importantes. Por exemplo, em termos de género, verificou-se que até 1995 os homens perderam mais postos de trabalho proporcionalmente à população feminina. Até ao final da década, o crescimento de emprego, particularmente no período de 1995 a 1997, fez-se sentir de forma mais expressiva para as mulheres, facto que se deve em grande parte ao crescimento de emprego no sector da Agricultura, Silvicultura e Pescas, diferentemente ao que acontecia no resto dos países da CE (UE, 1998, citado por Gonçalves, 2000). No entanto, o emprego global neste sector viria a reduzir-se nos dois últimos anos da década de noventa, assim como o emprego na indústria.

---

<sup>6</sup> No entanto, deve sublinhar-se que o Inquérito ao Emprego do INE, fonte das informações estatísticas utilizadas para esta análise, iniciou uma nova série no ano de 1998, com alterações na metodologia de recolha e tratamento dos dados, pelo que “não é possível estabelecer qualquer comparação metodológica válida com os anos anteriores” (Gonçalves, 2000:4).

Uma outra característica importante consistiu na persistência do peso do trabalho por conta de outrem, apesar das flutuações ocorridas ao nível da oferta de empregos na década em análise, assim como o crescimento das formas precárias de emprego, como os contratos de trabalho não permanentes, os falsos independentes e o emprego a tempo parcial, fenómeno que atingiu principalmente as mulheres e os jovens com baixas qualificações escolares e profissionais (Gonçalves, 2000).

A precariedade do emprego parece ainda ter vindo a acentuar-se, na medida em que os contratos não permanentes foram perdendo o seu carácter de período de experiência, que funcionava como um processo de “pré-recrutamento” para o trabalho efectivo, deixando de significar uma via de acesso a um emprego estável (Kovács, 2004), donde resulta que, para muitos indivíduos, os trajectos profissionais se constituam numa sucessão de contratos precários.

Por seu turno, o trabalho independente é uma categoria que integra uma multiplicidade de situações muito heterogéneas, nela se incluindo aqueles trabalhadores que na realidade não são autónomos, mas trabalham para uma entidade empregadora - os falsos independentes - sem ou com fraca protecção sindical ou da segurança social, com baixas remunerações e que são forçados a aceitar essa situação de precariedade por falta de alternativas. Trata-se assim, de um “assalariamento oculto” (Gonçalves, 2000), resultante das estratégias de gestão da mão-de-obra das empresas, no sentido da externalização do trabalho, com o objectivo de acréscimo da competitividade, dado permitir uma redução considerável dos custos de mão-de-obra.

Quanto ao trabalho a tempo parcial, apesar de menos difundido em Portugal do que nos países do Norte da Europa, também cresceu nos últimos anos do século XX: os dados do Eurostat (2002) apontam para um aumento do seu peso de 7,9%, em 1991 (média da União Europeia neste ano: 13,6%), para 10,7%, no ano 2000 (média da União Europeia neste ano: 18,2%).

Refira-se ainda, a tendência, nos anos noventa, para o crescimento do emprego qualificado, embora, como refere Rodrigues (2002), os dados do INE apresentem

resultados divergentes desta tendência, o que parece justificar-se em função do início de uma nova série do Inquérito ao Emprego a partir de 1998, como anteriormente apontámos. Baseando-se noutra fonte<sup>7</sup>, a autora considera que o crescimento do emprego qualificado entre 1995 e 1999 foi assinalável: por exemplo, o emprego dos diplomados cresceu 10% ao ano e no sector das tecnologias de informação e comunicação, 12% ao ano.

A par desta situação ressalta o baixo nível de instrução da população empregada, cuja maioria, pelo final do século apresentava apenas o 2º ciclo do Ensino Básico ou nível inferior, destacando-se o maior peso das mulheres para esta percentagem.

**Tabela 1. Indicadores globais sobre o trabalho em Portugal (%)**

Indicadores	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Taxa de Actividade a)</b>								
Homens	57,4	57,5	57,9	58,4	58,7	58,4	58,1	58,0
Mulheres	43,7	44,0	44,8	45,5	46,1	46,6	46,7	47,6
<b>Total</b>	<b>50,3</b>	<b>50,5</b>	<b>51,1</b>	<b>51,7</b>	<b>52,2</b>	<b>52,3</b>	<b>52,2</b>	<b>52,6</b>
<b>Taxa de Emprego b)</b>								
Homens	75,9	75,8	76,5	77,0	76,5	75	73,7	73,4
Mulheres	58,2	59,4	60,5	61,3	61,4	61,4	62,1	61,9
<b>Total</b>	<b>67,1</b>	<b>67,6</b>	<b>68,5</b>	<b>69,2</b>	<b>69,0</b>	<b>68,2</b>	<b>67,8</b>	<b>67,6</b>
<b>Taxa de Desemprego a)</b>								
Homens	3,9	3,9	3,1	3,2	4,1	5,5	5,8	6,7
Mulheres	6,2	5,0	4,9	5,0	6,0	7,2	7,6	8,9
<b>Total</b>	<b>4,9</b>	<b>4,4</b>	<b>3,9</b>	<b>4,0</b>	<b>5,0</b>	<b>6,3</b>	<b>6,7</b>	<b>7,7</b>

a) Para 2005, os dados são relativos ao 3º trimestre

b) Para 2004, os dados são relativos ao 4º trimestre; para 2005, referem-se ao 2º trimestre

Fonte: Eurostat (European Labour Force Survey); DGEEP-MTSS (2005); INE (Inquérito ao Emprego)

Analisando agora estas dinâmicas desde 1998 até ao momento presente, é possível identificar duas fases: na primeira, à conjuntura de crescimento da economia balizada entre 1998 e 2000 correspondeu uma expansão global do emprego (com efeitos ainda em 2001) e de redução do desemprego; na segunda, como reflexo da conjuntura internacional desfavorável, sentida a partir de 2001, a economia portuguesa sofreu uma forte desaceleração, o que, apesar de indícios de uma lenta recuperação a partir de 2004, provocou uma queda do emprego

<sup>7</sup> Quadros de Pessoal/OCT, em Sociedade da Informação: Principais Indicadores Estatísticos.

entre 2002 e 2005 e um acréscimo do desemprego desde 2001, conforme dados apresentados na Tabela 1.

Concretizando a análise dos indicadores globais do emprego, verifica-se entre 1998 e 2001 um acréscimo da taxa de emprego de 67,1% para 69,2% (Tabela 1), reflectindo, naturalmente, o aumento do volume de emprego em cerca de 268 mil postos de trabalho, o que representa uma variação de 5,5% (Tabela 2). Relativamente ao desemprego, depois de uma queda até 2000, expressa na descida da taxa de desemprego de 4,9% para 3,9% (Tabela 1), a que corresponde uma diminuição de 177,1 mil efectivos (Tabela 2), no ano de 2001 dá-se um ligeiro aumento, que virá a acentuar-se nos anos seguintes.

Entre 2002 e 2005, inverteram-se as tendências anteriores no que se refere ao emprego, cuja taxa veio continuamente a cair (Tabela 1). A variação do volume de emprego entre aquelas duas datas foi de - 0,1%, sendo de destacar a queda observada no ano de 2003, com uma diminuição de 19,3 mil postos de trabalho relativamente ao ano anterior (Tabela 2). Quanto ao desemprego, reforçou-se ano a ano o agravamento iniciado em 2001, em que a taxa era de 4,0%: 5,0% em 2002, 6,3% em 2003, 6,7% em 2004, e 7,7% em 2005 (Tabela 1). O volume total de desempregados sofreu, desta forma, uma expressiva variação de 101,4% passando de 213,5 mil para 429,9 mil (Tabela 3).

**Tabela 2. População empregada entre 1998 e 2005 segundo o sexo**

Sexo		1998	1999	2000	2001	Tx Var 98/01	2002	2003	2004	2005a)	Tx Var 02/05
Homens	N	2694,4	2709,2	2765,2	2809,7	4,3%	2816,4	2787,1	2784,2	2767,6	-1,7%
	%	55,6	55,2	55,1	55,0	--	54,8	54,5	54,3	53,9	--
Mulheres	N	2149,4	2201,1	2255,7	2302	7,1%	2320,9	2330,9	2338,6	2362,5	1,8%
	%	44,4	44,8	44,9	45,0	--	45,2	45,5	45,7	46,1	--
<b>Total</b>		4843,8	4910,3	5020,9	5111,7	5,5%	5137,3	5118	5122,8	5130	-0,1%

a) Dados relativos ao 3º trimestre

Fonte: Até 2004, INE (Inquérito ao Emprego); para 2005, INE (Estatísticas Trimestrais do Emprego)



**Tabela 3. População desempregada entre 1998 e 2005**

Sexo		1998	1999	2000	Tx Var 98/00	2001	2002	2003	2004	2005a)	Tx Var 01/05
Homens	N	110,6	108,9	89,3	-19,3%	91,6	121,4	160,9	172,9	199,4	117,7%
	%	43,9	48,2	43,5	--	42,9	44,9	47,0	47,4	46,4	--
Mulheres	N	141,3	116,9	116,2	-17,8%	122	149,1	181,4	192,2	230,5	88,9%
	%	56,1	51,8	56,5	--	57,1	55,1	53,0	52,7	53,6	--
<b>Total</b>		251,9	225,8	205,5	-18,4%	213,5	270,5	342,3	365	429,9	101,4%

a) Dados relativos ao 3º trimestre

Fonte: Até 2004, INE (Inquérito ao Emprego); para 2005, INE (Estatísticas Trimestrais do Emprego)

É aqui de destacar, mais uma vez, a diferenciação entre os sexos, já que a população feminina viu a sua taxa de emprego aumentar continuamente entre 1998 e 2001, reduzindo o diferencial relativamente à taxa de emprego masculina (Tabela 1). Mesmo no período seguinte, a taxa de emprego feminina manteve-se, registando uma quebra apenas em 2005, ao invés dos homens, que sofreram uma queda contínua da taxa de emprego a partir de 2002. Desta forma, o emprego masculino é o responsável pela quebra do emprego global, sendo que a composição de género da população empregada evoluiu no sentido de acréscimo do peso das mulheres e correspondente perda de peso da população empregada masculina (Tabela 2).

É importante referir que estas variações quantitativas do volume de emprego e da taxa de emprego dos homens e das mulheres foram sendo acompanhadas por um crescimento da população activa, com uma intensidade significativa por parte das mulheres (Tabela 1). Estamos, pois, perante a consolidação de uma tendência que vem, desde os anos sessenta, apontando para a feminização da população activa e do emprego (Gonçalves, 2000), e que encontra a sua explicação num conjunto de fenómenos sociais que têm ocorrido na sociedade portuguesa, com destaque para o aumento da escolarização das mulheres, a litoralização, a urbanização, a consolidação das classes médias de matriz urbana e a emergência de novos estilos de vida (Costa e outros, 1994).

Por outro lado, deve realçar-se que, da conjugação entre o crescimento sistemático da população activa e o aumento ténue ou negativo do emprego, resultou o acentuado aumento do desemprego (DGEEP/MTSS, 2005). Neste âmbito, voltam a manifestar-se diferenciações entre os homens e as mulheres, uma vez que estas apresentam ao longo do período em análise taxas de desemprego mais elevadas (Tabela 1) e um maior peso no conjunto da população desempregada (Tabela 3), não obstante o aumento do desemprego ter sido mais acentuado entre os homens (variação de 117,7% entre 2001 e 2005, cf. Tabela 3).

Isto significa que o desemprego continua a ser maioritariamente feminino e, portanto,

“se uma das tendências pesadas da estrutura social portuguesa tem sido a feminização crescente da população activa, é igualmente importante realçar que em períodos de recessão económica (...) as mulheres, comparativamente aos homens, foram mais vulneráveis ao fenómeno do desemprego” (Gonçalves, 2000: 7).

Este autor acrescenta ainda que a maior vulnerabilidade da população feminina ao desemprego decorre do facto de grande parte das mulheres ocuparem postos de trabalho precários e pouco qualificados, precisamente os mais afectados pelas reduções de mão-de-obra efectuadas pelas empresas.

Analisados alguns aspectos globais da evolução recente do sistema de trabalho em Portugal, importa agora determo-nos sobre os principais factores subjacentes às dinâmicas do emprego, para posteriormente clarificarmos os aspectos atinentes ao desemprego.

Centrando-nos sobre a estrutura do emprego em função da idade (Tabela 4), destacamos desde já a perda significativa de peso dos indivíduos pertencentes à faixa etária dos 15 aos 24 anos. De 13,4% em 1998, os jovens empregados reduzem para 9,3% em 2005, sendo notório o acentuar da diferença de proporções entre os sexos: o peso dos rapazes aumenta e o das raparigas baixa, situação perfeitamente inversa à que se constata em todos os outros escalões etários.

**Tabela 4. População empregada por escalão etário e sexo (%)**

Escalão	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005a)
<b>15-24 anos</b>								
Homens	55,5	56,0	57,5	57,2	57,2	56,1	56,8	57,2
Mulheres	44,5	44,0	42,5	42,8	42,8	43,9	43,2	42,8
<b>Total</b>	13,4	13,0	12,3	12,0	11,5	10,3	9,6	9,3
<b>25-34 anos</b>								
Homens	54,1	53,9	53,6	53,3	53,3	52,7	52,8	53,1
Mulheres	45,9	46,1	46,4	46,7	46,7	47,3	47,2	46,9
<b>Total</b>	25,8	25,8	25,9	25,9	26,0	26,2	26,7	26,3
<b>35-44 anos</b>								
Homens	54,7	54,0	53,3	53,9	54,1	53,6	53,3	53,6
Mulheres	45,4	46,0	46,7	46,1	45,8	46,4	46,7	46,4
<b>Total</b>	24,3	24,5	24,6	24,7	24,7	25,1	25,4	25,3
<b>45 anos e mais</b>								
Homens	57,4	56,5	56,5	56,1	55,6	55,8	55,5	54,0
Mulheres	42,6	43,5	43,5	43,9	44,4	44,2	44,5	46,0
<b>Total</b>	36,4	36,6	37,1	37,4	37,9	38,4	38,3	39,1

a) Dados referentes ao 3º Trimestre de 2005

Fonte: Até 2004, INE (Inquérito ao Emprego); para 2005, INE (Estatísticas Trimestrais do Emprego)

Esta evolução do emprego dos jovens - que significa, obviamente, existir um retardamento da sua inserção profissional - poderá em parte ser explicada pelo aumento da escolarização, designadamente do nível superior e por parte dos indivíduos do género feminino, mas, também, pelas dificuldades de inserção profissional sentidas pelos jovens em geral, e dentre estes dos menos escolarizados.

Nas outras faixas etárias, a evolução é muito semelhante entre si: ligeiros acréscimos da população empregada, no global, com pequenas diminuições no peso da população masculina e concomitante aumento de peso na população empregada feminina (Tabela 4).

Quanto à estrutura do emprego em função dos sectores de actividade (Tabela 5), destaca-se, entre 1998 e 2005, uma diminuição do peso da Indústria, Construção e Água (de 13,5% para 12,0%), bem como do sector da Agricultura, Silvicultura e Pesca (de 35,1% para 30,6%), e o aumento no sector dos serviços que, no mesmo período, passou de 51,4% para 57,4%.

**Tabela 5. População empregada por sector de actividade (%)**

Sector de actividade	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 a)
Agricultura, Silvicultura e Pesca	13,5	12,7	12,7	12,8	12,4	12,5	12,1	12,0
Indústria, Construção e Água	35,1	34,4	34,5	33,8	33,6	32,3	31,2	30,6
Serviços	51,4	52,9	52,8	53,4	54,0	55,2	56,8	57,4

a) Dados referentes ao 3º Trimestre de 2005

Fonte: Até 2004, INE (Inquérito ao Emprego); para 2005, INE (Estatísticas Trimestrais do Emprego)

Esta evolução representa uma tendência para a terciarização da sociedade portuguesa que, de acordo com a análise anteriormente efectuada relativamente à década de noventa, se desencadeou a partir do seu final, embora por quase todas as sociedades ocidentais tenha vindo a ocorrer há mais tempo. Esta expansão do sector terciário encontra-se em parte ligada à crescente importância das actividades ligadas à tecnologia, ao conhecimento e à informação, associando-se

“quer ao aumento da riqueza global e individual, quer à reprodução do capital em novas áreas ligadas ao lazer e ao aumento da mobilidade geográfica dos indivíduos e das mercadorias, quer ainda ao aumento da longevidade e à necessidade, por parte da sociedade, de mais ensino-formação” (Martins, 1999: 77).

É necessário também acentuar aqui que o crescimento dos serviços se interliga com as alterações registadas no sector industrial, tendo aumentado os serviços prestados às empresas,

“como resultado da alteração de todo o processo pela introdução de novas tecnologias, particularmente da informação, pela alteração da tipologia dos produtos, da organização da produção e da forma como são geridos os recursos humanos” (Martins, 1999: 78).

Este movimento de terciarização, segundo o Diagnóstico Prospectivo de preparação do PNDES 2000-2006 (AA.VV, 1998) para Portugal, consubstanciou-se nos seguintes aspectos:

- Crescimento rápido dos serviços com forte componente de conhecimento e informação;
- Transformação dos serviços em consequência da sua transformação pelas tecnologias da informação;

- Crescimento da indústria centrada na dinâmica da produção e emprego das indústrias com maior intensidade tecnológica;

Os sectores dos serviços tornam-se os principais utilizadores da maioria das produções das indústrias com maior intensidade tecnológica, levando a uma nova articulação no interior das economias (substituindo uma articulação privilegiadamente interindustrial): o peso dos inputs de serviços no funcionamento da indústria tende a aumentar e, em paralelo, aumenta a parte do investimento em “capital imaterial” e nos equipamentos associados ao processamento da informação, no total do investimento da indústria.

Apesar destas considerações, Kovács e Casaca (2004) alertam-nos para alguns factores relevantes: o desenvolvimento do sector terciário consolidou-se também em função da expansão dos serviços a particulares; os subsectores onde o crescimento foi maior são normalmente associados a empregos pouco qualificados, mal remunerados e precários; o sector terciário cresceu abaixo da média europeia, que, em 2001, atingia já os 67%.

Quanto à estrutura de emprego em função da profissão principal (Tabela 6), o maior destaque vai para o aumento do peso das profissões mais qualificadas: no seu conjunto, os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa, os especialistas das profissões intelectuais e científicas e os técnicos e profissionais de nível intermédio passaram de 21,1% em 1998 para 25,9% em 2005. Trata-se de uma evolução em sintonia com a própria terciarização da economia, dado que a expansão das actividades ligadas à sociedade da informação implica, naturalmente, o crescimento de profissões que requerem mais e melhores qualificações escolares e profissionais, pese embora algum necessário cuidado a manter nesta análise, em função das diferenciações internas ao sector terciário anteriormente assinaladas. Consta-se ainda uma diminuição do peso de profissões ligadas a sectores em crise, como a agricultura e a indústria, tendo-se mantido relativamente estável o peso das profissões ligadas ao sector administrativo e aos serviços comerciais, por um lado, e por outro lado, dos trabalhadores não qualificados.

**Tabela 6. População empregada segundo a profissão principal (%)**

Profissão	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 a)
1+2+3	21,1	21,5	21,0	21,3	21,5	23,2	25,7	25,9
4+5	22,3	22,9	22,9	23,2	23,2	23,2	23,3	23,8
6+7+8	43,0	41,7	41,6	41,4	41,0	40,3	38,0	37,8
9	12,8	13,2	13,9	13,3	13,6	12,7	12,3	12,0
10	0,8	0,7	0,6	0,7	0,6	0,7	0,7	0,5

1- Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa; 2- Especialistas das profissões intelectuais e científicas; 3- Técnicos e profissionais de nível intermédio; 4- Pessoal administrativo e similares; 5- Pessoal dos serviços e vendedores; 6- Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; 7- Operários, artífices e trabalhadores similares; 8- Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; 9- Trabalhadores não qualificados; 10- Forças Armadas  
a) 3º Trimestre de 2005

Fonte: Até 2004, INE, Inquérito ao Emprego; 3º Trimestre de 2005, INE, Estatísticas Trimestrais do Emprego

A par da evolução registada ao nível das profissões mais qualificadas, a análise da composição da população activa por nível de ensino completo (Tabela 7) permite constatar uma importância crescente das habilitações de nível secundário e superior entre 1998 e 2005, pese embora o ainda elevado peso dos indivíduos apenas com o 1º Ciclo do Ensino Básico (30% em 2004) ou o 2º Ciclo do Ensino Básico (cerca de 20%).

**Tabela 7. População activa por nível de ensino completo (%)**

Nível de instrução	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Sem instrução	9,5	9,8	9,0	8,7	7,9	7,4	6,1
1º Ciclo	36,8	35,0	34,5	33,5	33,4	32,0	30,0
2º Ciclo	20,4	20,4	20,6	20,4	20,2	20,0	19,9
3º Ciclo	13,6	13,8	14,5	15,3	16,1	16,1	17,3
Até ao 3ºC	70,7	69,2	69,6	69,3	69,6	68,1	67,2
Secundário	11,0	11,7	12,0	12,4	12,6	13,2	13,7
Superior	8,8	9,3	9,3	9,7	9,9	11,3	13,0

Fonte: INE (Inquérito ao Emprego)

No que diz respeito à estrutura do emprego em relação à situação na profissão (Tabela 8), realce-se o aumento do peso dos trabalhadores por conta de outrem, tendência já observada na década de 90, e uma diminuição nas restantes situações, destacando-se a situação de “isolado”, cujo peso no conjunto da população empregada diminuiu quase 2% entre 1998 e 2005. Esta situação pode ser lida como uma consequência de parte destes “isolados” serem “falsos trabalhadores independentes”, isto é, indivíduos que na realidade não são

autónomos, trabalhando por exemplo a recibo verde, como os bolsiros de investigação, e que em momentos de recessão económica facilmente são dispensáveis pelas empresas e organizações. A este propósito, refira-se que

“as empresas recorrem a este tipo de contratação, de forma directa (externalizando actividades através do ajuste directo mediante recibos verdes) ou de forma indirecta (cadeia de empresas em subcontratação), com o objectivo de contornarem a legislação do trabalho e reduzirem os encargos fiscais e sociais do trabalho” (Rebelo, 2003: 5).

No entanto, é de assinalar que, no conjunto da União Europeia, Portugal tem assumido, em conjunto com a Grécia, a Itália e Espanha, valores de trabalho independente<sup>8</sup> mais elevados comparativamente com os restantes países (Rebelo, 2003), e com especial significado no sector terciário. Se é nos países da Europa do Sul, como o nosso, que a importância do trabalho independente é maior, tal parece ficar a dever-se, para Supiot (1999) a três factores: as mudanças nas políticas de gestão dos recursos humanos no sentido de externalizarem ou subcontratarem o trabalho (factor que leva à existência dos referidos “falsos” isolados e que corrobora a ideia de que o decréscimo dos isolados no nosso país pode estar relacionado com estratégias de gestão de pessoal assentes na redução dos custos da mão-de-obra mais vulnerável, nos períodos de crise económica); o trabalho independente ligado a profissões indiferenciadas no sector do comércio e serviços e consideradas menos prestigiantes em termos sociais; o desenvolvimento do trabalho independente como actividade profissional secundária, na procura de garantir a subsistência.

**Tabela 8. População empregada segundo a situação na profissão (%)**

Situação na profissão	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005a)
Conta de outrem	71,3	72,3	72,7	72,6	73,0	73,0	73,8	74,7
Isolado	19,5	18,6	17,5	18,4	18,6	18,6	17,8	17,6
Empregador	6,2	6,1	6,0	6,2	6,2	6,4	6,4	5,7
Trab.familiar não remunerado	3,0	3,0	3,8	2,8	2,3	2,0	2,0	2,0

a) Dados referentes ao 3º Trimestre de 2005

**Fonte:** Até 2004, INE (Inquérito ao Emprego); para 2005, INE (Estatísticas Trimestrais do Emprego)

<sup>8</sup> Convém lembrar que a designação de trabalho independente integra, para o Eurostat e a OCDE, a categoria dos empresários, a par dos isolados, contrariamente ao INE, que distingue essas duas situações.

Quanto à estrutura do emprego em relação ao tipo de contrato (Tabela 9), verifica-se, no período em análise, um aumento assinalável do contrato com termo (de 12,2% para 15,5%), embora o contrato sem termo seja o predominante.

**Tabela 9. População empregada por conta de outrem por tipo de contrato (%)**

Tipo de contrato	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005a)
Sem termo	82,8	81,3	80,1	79,6	78,5	79,4	80,6	80,1
Com termo	12,2	13,1	13,7	15,1	*	*	14,9	15,5
Outros	5,0	5,6	6,2	5,3	*	*	4,5	4,5

a) Dados referentes ao 3º trimestre de 2005

\* Dados não disponíveis

**Fonte:** Até 2003, INE (Inquérito ao Emprego); para 2004 e 2005, INE (Estatísticas Trimestrais do Emprego)

Convém recordar que o Código do Trabalho em vigor na actualidade<sup>9</sup> determina que os contratos não permanentes podem ser renovados até três vezes, com uma duração máxima de seis anos, quando anteriormente a limitação era de duas renovações e de 36 meses, o que, do ponto de vista dos trabalhadores, se concretiza no prolongamento temporal da situação precária. Por outro lado, é importante acentuar que se

“inicialmente, este tipo de relação contratual cobria maioritariamente mão-de-obra pouco qualificada, (...) indicadores recentes mostram que o nível das qualificações dos trabalhadores com contrato de duração determinada tende a aumentar” (Kovács, 2004: 37).

É efectivamente isso que parece ressaltar de diversos estudos empíricos com incidência sobre os indivíduos diplomados pelo ensino superior. Num estudo realizado sobre os diplomados da Universidade de Aveiro entre os anos de 1995/96 e 1999/2000 (Martins e outros, 2002), constatou-se que, no ano de 2001, o contrato de trabalho sem termo e o contrato com termo tinham pesos equiparáveis, na ordem dos 40%. Constatou-se ainda que, por comparação com dados anteriormente recolhidos e analisados (Arroteia e Martins, 1998), referentes aos diplomados pela mesma Universidade até ao ano lectivo de 1994/95, os indivíduos com contratos sem termo viram o seu peso decrescer e,

<sup>9</sup> Lei nº 99/2003, de 27 de Agosto, regulamentada pela lei nº 35/2004, de 29 de Julho



concomitantemente, os contratados com termo aumentaram de proporção, no que parece significar um alastrar das situações de precariedade laboral também a este segmento da população. Alves (2003), por seu turno, estudando os percursos de inserção profissional de diplomados da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, também constatou essa precariedade contratual, considerando, no entanto, que esta se vai atenuando consideravelmente com o evoluir das trajectórias; ainda assim, em 2003, a percentagem de diplomados com contratos sem termo, a rondar os 60%, era menor do que para o conjunto da população empregada em Portugal e o peso daqueles que trabalhavam com contratos de duração limitada, cerca de 22%, era maior. Também no estudo de Alves (2000, 2001), baseado numa amostra dos diplomados da Universidade de Lisboa entre os anos de 1994 e 1998, se notava a precariedade do 1º emprego destes indivíduos, dado o peso dos contratos a termo certo e dos recibos verdes como modalidades de relação contratual dominantes entre os diplomados, atingindo, em conjunto, 69,9%.

Realce-se, ainda, segundo dados do Eurostat para o ano de 2002, a proporção superior dos contratos com termo em Portugal (21,8%) relativamente à média da União Europeia (13,1%).

Ocorrem variações em relação ao género (Tabela 10) dado que o contrato sem termo tem um peso mais marcante para os homens, quer relativamente ao total de empregos com este tipo de contrato, quer relativamente ao total de homens empregados, verificando-se, assim uma tendência para que a precariedade contratual afecte mais o género feminino. Neste sentido, o facto de a taxa de emprego feminino ter vindo a crescer nos últimos anos, como anteriormente assinalamos, não significa necessariamente uma situação global mais positiva para as mulheres, na medida em que estas parecem estar crescentemente sujeitas a uma maior precariedade laboral.

**Tabela 10. Tipo de contrato por sexo (%)**

Tipo de contrato		1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005a)
% total de cada tipo de contrato									
Sem termo	Homens	55,6	55,4	55,5	55,2	*	*	53,5	53,6
	Mulheres	44,4	44,5	44,5	44,8	*	*	46,5	46,4
Com termo	Homens	47,6	46,4	46,2	47,0	*	*	48,6	49,5
	Mulheres	52,4	53,6	53,8	53,0	*	*	51,4	50,5
% total da população empregada									
Sem termo	Homens	83,9	82,8	81,8	81,4	*	*	81,6	80,8
	Mulheres	81,4	79,5	78,2	77,4	*	*	79,6	79,2
Com termo	Homens	10,6	11,2	11,6	13,1	*	*	13,7	14,4
	Mulheres	14,2	15,4	16,1	17,3	*	*	14,5	16,7

a) Dados referentes ao 3º trimestre de 2005

\* Dados não disponíveis

Fonte: Até 2003, INE (Inquérito ao Emprego); para 2004 e 2005, INE (Estatísticas Trimestrais do Emprego)

Os últimos dados anteriormente analisados levam-nos a corroborar a ideia de que,

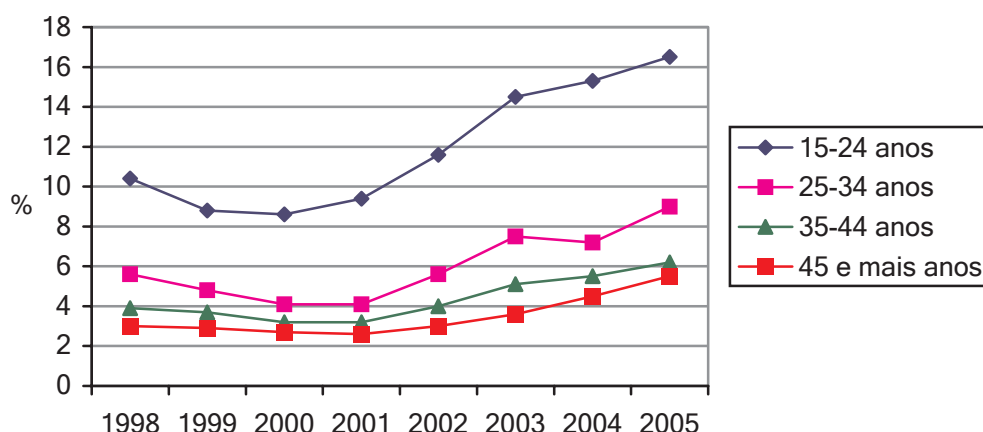
“a leitura conjugada das quebras recentes verificadas no emprego por conta própria e nos contratos não permanentes confirma a tendência para em momentos de crise o ajustamento (leia-se, a contracção de novos empregos) se fazer, em primeiro lugar, nas formas mais atípicas de trabalho face aos empregos que estão associados a contratos permanentes” (DGEEP/MTSS, 2005: 8).

É importante acrescentar que também tem vindo a aumentar em Portugal uma outra forma flexível de trabalho, a saber, o trabalho temporário, isto é, aquele em que existe uma relação triangular entre o trabalhador, a empresa empregadora (a empresa de trabalho temporário) e a empresa utilizadora. Este tipo de trabalho “atinge sobretudo jovens, mulheres e indivíduos portadores de baixos níveis de escolaridade e com poucas (ou mesmo sem) qualificações” (Kovács, 2004: 38) e o seu crescimento tem sido superior relativamente média da União Europeia. As informações do Eurostat (2002) indicam que, entre 1991 e 2002, o trabalho temporário em Portugal passou de 15,7% para 21,8%, enquanto entre os mesmos anos, a média europeia evoluiu de 8,3 para 13,1%.

Passando a uma análise da evolução do desemprego desde 1998, recordamos a tendência acentuada para o seu crescimento desde 2001, bem como a

prevalência de uma taxa mais elevada para a população feminina. Apesar de tudo, a taxa de desemprego em Portugal tem-se mantido abaixo da média europeia, que, em 2004, atingia os 9% (DGEEP/MTSS, 2005).

No que diz respeito à relação entre a taxa de desemprego e o escalão etário (Gráfico 1) é de assinalar que a subida da taxa de desemprego se verificou em todos os escalões etários, particularmente a partir do ano de 2001. No entanto, no escalão etário dos jovens (15-24 anos) verifica-se uma situação de grande vulnerabilidade ao desemprego, dado que a sua taxa de desemprego é a mais alta ao longo de todo o período considerado, atingindo os 16,5% em 2005, taxa seguida pela dos indivíduos entre os 25 e os 34 anos (9%), pela do escalão dos 35-44 anos (6,2%) e pela dos indivíduos com 45 e mais anos (5,5%) (Gráfico 1). O desemprego afecta em particular os jovens, apesar de, no conjunto da população desempregada, o seu peso ter vindo a diminuir (Anexo I, Tabela 1), factor explicável pela diminuição dos indivíduos desta faixa etária no conjunto da população activa. Isto significa que os jovens, para além de enfrentarem maiores dificuldades de inserção profissional, como verificamos anteriormente, estão também ainda mais sujeitos do que no passado recente aos riscos do desemprego. Os dados avançados pelo Plano Nacional de Emprego para 2005-2008 (DGEEP/MTSS, 2005) apontam também para um aumento da incidência do desemprego sobre os mais jovens, com relevância para os detentores de qualificações mais elevadas, isto é, de nível secundário e superior. Acresce, ainda, o facto de a população feminina mais jovem apresentar uma taxa consideravelmente superior que a da população masculina, ao mesmo tempo que o seu peso no conjunto da população desempregada nesta faixa etária é igualmente mais elevado (Anexo 1, Tabela 1).

**Gráfico 1. Taxa de desemprego por escalão etário entre 1998 e 2005**

\* Para 2005, os dados referem-se ao 3º trimestre

Fonte: Até 2004, INE (Inquérito ao Emprego); para 2005, INE (Estatísticas Trimestrais do Emprego)

De qualquer forma, nos restantes escalões etários, as mulheres apresentam quase sempre taxas de desemprego superiores às masculinas, à excepção daquilo que acontece entre os desempregados com mais 45 e mais anos, a partir de 2003 (Anexo I, Tabela 1).

Por outro lado, embora a taxa de desemprego entre os trabalhadores mais velhos assuma um valor relativamente baixo, assinala-se o seu crescimento entre 1998 e 2005 (Anexo I, Tabela 1), exprimindo as dificuldades de reintegração profissional destes trabalhadores no mercado de trabalho, não só em função da sua idade, como também do baixo nível de escolarização que em grande parte apresentam.

O crescimento do desemprego neste segmento da população activa contribuiu, portanto, para a evolução manifestada no que diz respeito ao desemprego de longa duração (DLD), cujo peso aumentou de forma considerável (Tabela 11).

**Tabela 11. População desempregada por duração da procura de emprego entre 1998 e 2005 (%)**

Duração	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005a)
- 1 ano	54,4	58,7	56,3	58,5	61,7	61,8	53,4	50,1
+ 1 ano (DLD)	45,6	41,3	43,7	40,0	37,2	37,8	46,3	49,1

a) Para 2005, os dados referem-se ao 3º trimestre

Fonte: Até 2004, INE (Inquérito ao Emprego); para 2005, INE (Estatísticas Trimestrais do Emprego)

A estrutura da população desempregada segundo o tipo de procura de emprego (Tabela 12) permite confirmar a importância do desemprego causado pela perda do posto de trabalho, com um peso preponderante ao longo do período considerado.

**Tabela 12. População desempregada segundo o tipo de procura de emprego (%)**

Tipo de procura	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005a)
Procura de. 1º emprego	17,8	14,9	13,3	16,2	15,2	13,5	13,5	15,6
Procura de novo	82,2	85,1	86,7	83,8	84,8	86,5	86,5	84,4

a) Para 2005, os dados referem-se ao 3º trimestre

**Fonte:** Até 2004, INE (Inquérito ao Emprego); para 2005, INE (Estatísticas Trimestrais do Emprego)

Em síntese, é possível afirmar que as formas flexíveis de trabalho têm vindo a ganhar representatividade em Portugal, à semelhança daquilo que se tem verificado por toda a Europa. Referimo-nos não só ao crescimento dos empregos com contratos de duração limitada, mas também ao trabalho temporário, ao trabalho independente e ao trabalho a tempo parcial, que acabam por se revestir de grande precariedade, situações a que acresce o aumento das taxas de desemprego e a sua dependência da conjuntura económica.



CAPÍTULO III  
o mundo da família

---





Neste capítulo, pretendemos perspectivar a família sob diversos pontos de vista, designadamente do ponto de vista histórico e antropológico, para depois nos determos numa abordagem sociológica da família, através dos contributos teóricos que alguns autores trouxeram para a sua análise científica. Posteriormente, discutimos criticamente a noção de família na actualidade, para, no final, apresentarmos alguns dados concretos sobre as estruturas familiares em Portugal.

## 1. Da diversidade de famílias à diversidade de abordagens

### 1.1. Perspectiva histórica e antropológica

Caracterizada por uma forte variabilidade histórica e cultural e atravessada por uma complexidade de relações e dimensões, a família não é uma realidade homogénea, unívoca e universal. A dificuldade em encontrar uma definição não ambígua de família reside em parte na relação que as famílias, em cada momento histórico e em cada sociedade concreta, estabelecem com a sociedade global. Partilhamos da perspectiva segundo a qual a família é “um fenómeno histórico e deve ser considerada como um fenómeno social total, conforme a expressão de Marcel Mauss” (Michel, 1978: 16). Significa isto que, à semelhança daquilo que acontece com o sistema de trabalho ou com o sistema educativo, também a família não é um sistema fechado em si mesmo, mas sim mergulhado em múltiplos processos interactivos com a sociedade em que se insere. Interagindo com as esferas económica, social, política e cultural, à medida que a dinâmica histórica e social de cada sociedade se vai processando, a família não é puramente passiva nem absolutamente autónoma, mas “um dos actores sociais que contribuem para definir as formas e os sentidos da própria mudança social, ainda que com diferentes graus de liberdade e segundo as circunstâncias” (Saraceno, 1997: 14). Assim, a família portuguesa do século XXI, por exemplo,

não é igual à família portuguesa do passado, como não será certamente idêntica, quanto ao tipo, estrutura e funções, à família moçambicana ou à família indiana da actualidade. No entanto, a afirmação anterior parte ainda de um pressuposto errado, o de que em cada sociedade, num dado momento, existirá “uma família” homogénea, com um conjunto de características em torno das quais os membros de uma sociedade são facilmente identificáveis. Sendo certo que a família conjugal monogâmica se tornou o tipo de família predominante nas sociedades ocidentais, é forçoso reconhecer que se trata de um tipo de família entre outros, como as famílias unipessoais, monoparentais ou recompostas. Existem, pois, no momento actual como no passado, famílias e não “uma família”, não obstante a expressão estatística que a família conjugal monogâmica tem conhecido ao longo dos séculos.

Por outro lado, a imagem de “naturalidade” e de “espontaneidade” de que a família se reveste, por constituir o grupo que envolve os indivíduos desde o nascimento e os acompanha ao longo da vida, contribui também para a dificuldade em defini-la. De facto, embora as relações familiares sejam fundadas, em muitos casos, em laços biológicos ou de sangue, encontram-se inseridas em sistemas simbólicos e de significado que lhes dão sentido. Concordamos, pois, com a consideração de que

“This is not to say that many kinship relations do not have some sort of biological base - many do - but the fact that not all of them do, and that the type of base is highly variable, means that it cannot be assumed that there is some universal biological base to kinship”  
(Gittins, 1993: 66).

Neste sentido, perspectivamos a família como um espaço físico, relacional e simbólico socialmente construído e, portanto, como um dos lugares privilegiados da construção social da realidade, a partir da construção social de acontecimentos e de relações que aparentemente são naturais.

As pesquisas etnográficas e antropológicas demonstraram que os laços de sangue não têm o mesmo significado social para todos os povos, como pode ser exemplificado através da diferença na atribuição do papel de pai ao tio materno, em determinadas sociedades matrilineares, e ao pai biológico, nas sociedades

ocidentais. Neste caso concreto, observa-se como a noção de paternidade é socialmente construída, variando em função da cultura, mas o mesmo é verdade para a maternidade, não obstante esta noção, talvez ainda mais do que a de paternidade, estar profundamente associada à imagem de comportamento instintivo e “natural”. Actualmente, e tal como tem acontecido ao longo da história, existem também laços de parentesco entre pessoas sem qualquer tipo de relação de consanguinidade, não deixando essas pessoas de pertencer simbolicamente à mesma família, situação de que é exemplo o “padrinho” ou a “madrinha”, ainda comum em determinadas regiões menos urbanizadas do nosso país.

Em todo o caso, não perdendo de vista a variabilidade que no tempo e no espaço tem afectado a realidade familiar, partimos aqui do pressuposto de que a família consiste num grupo de indivíduos reunidos por laços de parentesco que, em muitos casos, são determinados por laços de sangue, através dos quais, por exemplo, os progenitores se convertem em pais, os filhos dos mesmos progenitores em irmãos, constituindo o conjunto de parentes dos progenitores a parentela. No entanto, como já foi assinalado, nem sempre a base dos laços que unem os membros da família é biológica, correspondendo antes a uma construção social, altamente variável de cultura para cultura.

Por outro lado, desde Murdock (Barata, 1975; Gittins, 1993; Castellan, 1996), a noção de família tem-se encontrado associada a algumas ideias centrais: uma imagem de intimidade, consubstanciada na partilha de uma residência comum ou, pelo menos, de um mesmo conjunto de habitações próximas, uma ideia de cooperação económica e uma representação da família enquanto célula de reprodução humana, por integrar dois adultos de sexos diferentes mantendo um relacionamento sexual socialmente aprovado. Contudo, parece-nos que esta noção de família, por não problematizar a diversidade de formas segundo as quais as famílias se têm organizado, é de alguma forma redutora. Relativamente à co-residência, trata-se da ideia de “lar” que, como veremos adiante neste capítulo, é histórica e socialmente situada. Não podemos esquecer que na sociedade contemporânea, existem numerosos exemplos de famílias que não residem juntas, ou em que isso acontece apenas em determinados períodos: famílias em que, durante a semana de trabalho, os filhos permanecem em casa dos avós,

famílias em que o homem ou a mulher, por motivos profissionais, só residem no chamado “lar” durante o fim-de-semana. Estas pessoas consideram-se da mesma família sem realmente residirem juntas durante alguns períodos de tempo, assim como existem indivíduos que podem co-residir sem se considerarem como fazendo parte da mesma família. Quanto à ideia de unidade de cooperação económica, é forçoso reconhecer a relação económica implicada nas relações familiares, uma vez que ocorrem processos de produção, distribuição e alocação de recursos variados no âmbito da família, desde a comida à educação ou aos cuidados com as crianças ou aos idosos. Contudo, a ideia de cooperação pressupõe a existência de uma partilha igualitária das diversas responsabilidades e direitos, quando o que efectivamente se verifica é uma divisão de tarefas - usualmente baseada no sexo e na idade - e, daí decorrente, relações de poder. Por outro lado, é necessário ter em consideração que actualmente as actividades domésticas não têm que ser obrigatoriamente desempenhadas pelos membros da família, dentro de casa, pelos menos para sectores da população com possibilidades económicas para recorrer à utilização de serviços externos como restaurantes ou lavandarias. Por último, a definição de Murdock incluía a sexualidade como uma função socialmente importante, associada à procriação. Desde logo, a sexualidade aparece ligada à heterossexualidade e com um objectivo específico, o da reprodução, ignorando-se não só a existência de outras formas de sexualidade, e de outros motivos a ela subjacentes, como também o facto da sexualidade não ser algo específico das famílias, tal como a procriação. Parece-nos, portanto, que esta perspectiva segundo a qual um relacionamento não encaixado numa relação entre adultos de sexos diferentes não é susceptível de configurar uma família se encontra desadequada para dar conta de uma realidade muito diversa, não isenta de ambiguidades e contradições, representando uma visão estática da maneira como as pessoas, nas diversas sociedades e ao longo dos tempos, têm vivido juntas.

No seguimento da análise que temos vindo a efectuar, ressalta a dificuldade em apresentar uma definição clara daquilo que pode ser considerada a família, sendo evidente, para nós, que tal dificuldade decorre da própria multiplicidade das formas de convivência e de interacção de que os laços de parentesco se têm

revestido. Contudo, parece-nos também claro que, nas sociedades ocidentais, veio a desenvolver-se uma perspectiva cultural e historicamente específica acerca das relações familiares, baseada num elevado estatuto das relações duradouras entre homens e mulheres e entre pais e filhos:

“Ideologically, such relations are supposed to be loving and caring, though in reality many are not. They are presented as natural, but (...) they are not. These ideals have become reified and sanctified in the notion of family to exclusion of all other long-term relationships” (Gittins, 1993: 71).

Assim sendo, parece-nos que, acima de tudo, perspectivar a família - ao invés de considerar as famílias na sua diversidade e variabilidade - equivale a ignorar que este conceito, integrando valores e crenças específicos da ideologia ocidental acerca da sexualidade, da reprodução, da parentalidade e das relações de poder entre os sexos e os grupos de idade, constitui um poderoso sistema simbólico.

Por este motivo, os antropólogos têm preferido a noção de sistema de parentesco, que designa os laços existentes entre indivíduos relacionados pelo nascimento (filiação) ou pelo casamento (aliança) e que integra todas as formas pelas quais é socialmente organizada e regulada, por um lado, como é traçada a descendência e classificados os parentes, por outro lado, e como são transmitidos os direitos e deveres entre as gerações. Para além de acentuar o carácter de construção social associado ao parentesco, esta noção permite perceber a variabilidade do parentesco em função da forma como cada sociedade concreta o define (Gittins, 1993).

Se o nosso propósito nesta secção não é tanto o de caracterizar exhaustivamente a(s) família(s) de um ponto de vista diacrónico, mas muito mais o de apontar alguns aspectos que, na sequência do que ficou dito nas linhas anteriores, contribuem para a compreensão da importância do sistema de parentesco para as sociedades anteriores à industrialização, necessitamos, de recorrer, para tal, aos contributos das ciências antropológicas e históricas.

Propondo-se discutir a origem da família, Gough partia de uma definição de família como “um par casado ou outro grupo de parentes adultos que cooperam na vida

económica e na criação dos filhos (as), a maior parte dos quais, ou todos, residem em comum” (Gough, 1977: 46). Contudo, para a autora, era ainda necessário, numa perspectiva já mais problematizada do que a de Murdock, reconhecer a presença de quatro valores universais em si próprios mas com um conteúdo variável de sociedade para sociedade: a proibição das relações sexuais e do casamento entre parentes próximos; a divisão sexual do trabalho; o casamento como relação socialmente reconhecida e duradoura entre homens e mulheres e a partir da qual emerge a paternidade social, vínculo que “parece provir mais da divisão e interdependência de tarefas entre macho e fêmea (...) do que directamente do facto da paternidade biológica, não obstante ser corrente na maior parte das sociedades a presunção de que o pai social de uma criança seja também o seu pai fisiológico” (Gough, 1977: 48); a superioridade do estatuto do homem e da autoridade masculina sobre as mulheres das suas próprias famílias, mesmo tratando-se de sociedades matrilineares, nas quais, apesar da propriedade, da categoria social, dos cargos e da pertença ao grupo serem herdados pela linha feminina, “os chefes de família, de linhagem e dos grupos locais são sempre homens” (Gough, 1977: 50).

Para esta autora, o surgimento da vida familiar estaria associado ao momento em que os humanos desenvolveram a actividade de caça colectiva. Por implicar grandes deslocações, tal actividade era preferencialmente executada pelos machos, dada a necessidade das fêmeas cuidarem da prole, ficando portanto próximas do acampamento. A caça teria conduzido então a uma cooperação de grupo e à divisão sexual do trabalho, que punha a função de defesa a cargo do homem e o cuidado dos filhos a cargo da mulher.

“Mas entre os humanos esta divisão sexual de funções tornou-se crucial para a produção de alimentos e desta forma assentaram-se as bases para uma futura especialização e cooperação económicas” (Gough, 1977: 80).

A reunião de homens, mulheres e crianças num “lar” próprio, onde se armazenava a carne e se preparavam os alimentos, veio consolidar a divisão sexual do trabalho, estabelecendo ao mesmo tempo um dos critérios, o de co-residência,

que, como vimos anteriormente, veio a considerar-se como fundamental para definir uma família (Castellan, 1996; Gittins, 1993).

Relativamente a esta questão - a importância da divisão sexual do trabalho para o surgimento da família -, a perspectiva de Lévi-Strauss é uma referência obrigatória, por ter vindo introduzir a visão de que tal divisão decorre muito mais de necessidades sociais e culturais do que de necessidades naturais, facto sublinhado pelo autor através de numerosos exemplos:

“É verdade que em cada grupo humano as mulheres são quem pare e cuida dos filhos e os homens quem se especializa na caça e nas actividades guerreiras. Mas, mesmo neste campo, existem casos ambíguos: não há dúvida que os homens não podem dar à luz, mas em muitas sociedades (...) são obrigados a simulá-lo. E, realmente, há uma grande diferença entre o pai namicuara que cuida do seu bebé quando este se suja e o nobre europeu de não há muito tempo, a quem os filhos eram apresentados de modo formal de vez em quando, estando confinados durante o restante tempo às habitações das mulheres até atingirem a idade em que podiam cavalgar e praticar esgrima” (Lévi-Strauss, 1977: 27).

O que Lévi-Strauss pretendia acentuar, para além da base sócio-cultural da divisão sexual do trabalho, é a distinção entre o seu carácter universal e as formas concretas que ela pode assumir. Mais: independentemente da maneira segundo a qual as diferentes tarefas são atribuídas a um ou outro sexo, a divisão sexual do trabalho “não é mais do que um dispositivo para instituir um estado recíproco de dependência entre o sexos” (Lévi-Strauss, 1977: 28) e que os leva a fundar uma família. Por outro lado, a proibição do incesto revelava-se, para o autor, como outra regra fundamental das estruturas familiares e portadora do mesmo carácter de universalidade:

“A estrutura da família, sempre e em toda a parte, faz com que certo tipo de relações sexuais não sejam possíveis ou que, pelo menos, sejam confundidas. É verdade que as limitações podem variar enormemente de um lugar para outro, segundo o tipo de cultura considerado (...) O único dado seguro é que cada sociedade conhecida, do presente ou do passado, proclama que se a relação marido-esposa (...) implica direitos sexuais, existem outras relações igualmente derivadas da estrutura familiar, que são inconcebíveis, pecaminosas ou legalmente puníveis como relações sexuais” (Lévi-Strauss, 1977: 29)

Para o autor, à semelhança do que foi apontado relativamente à divisão sexual do trabalho, a explicação para este fenómeno não se encontrava na natureza, “com base em motivos puramente naturais de procriação, instinto materno e sentimentos psicológicos entre homem e mulher e pais e filhos” (Lévi-Strauss, 1977: 31), mas na cultura. O processo natural de descendência transformou-se num processo social de afinidade dado o reconhecimento da influência isoladora da consanguinidade, isto é, o reconhecimento de que uma família biológica não poderia existir como unidade fechada e auto-suficiente. Através do estabelecimento sistemático de regras proibindo o incesto e determinando os tipos de alianças matrimoniais preferenciais garantiu-se uma dependência mútua entre as famílias, uma interdependência vital para a subsistência e perpetuação dessas famílias. Nesta perspectiva, Lévi-Strauss encarava a proibição do incesto como o princípio da organização social, porque implicou o domínio sobre o instinto sexual por parte do homem “primitivo”, domínio este expresso e conseguido através da regra de reciprocidade que preside às trocas humanas. A importância da proibição do incesto não se resumia, portanto, à própria proibição, devendo entender-se em função do tipo de alianças que fomentava, dado que a proibição era instaurada para garantir e fundar as trocas entre as famílias.

Em consequência da proibição do incesto e das regras de reciprocidade, a exogamia permitia assegurar a integração das famílias biológicas no seio do grupo social e constituiu a forma como a sociedade humana começou a organizar-se. O casamento, por conseguinte, tornou-se um dos aspectos fundamentais da troca entre os grupos humanos, inserido num sistema de prestações e contra-prestações que visava assegurar o equilíbrio entre eles. Contudo, realçamos de novo que, apesar da proibição do incesto constituir uma regra mais ou menos geral (Barata, 1975), as formas que concretamente ela tem assumido não são exactamente universais e imutáveis:

“In medieval Europe it was considered incestuous to have sexual relations with anyone less than a seventh cousin, and marriage between cousins was proscribed. Now it is possible to marry first cousins. In Egypt during the Pharaonic and Ptolomaic period sibling marriages were permitted, and, in some cases, father-daughter marriages. This



was seen as a way of preserving the purity of royalty and was not endorsed for the hole of society (...)" (Gittins, 1993: 63).

Neste sentido, a variabilidade e a diversidade apresentam-se como as principais características dos grupos familiares que, em cada sociedade e dependendo de um conjunto de factores sócio-culturais, se foram estruturando de forma específica em torno da exogamia e da divisão sexual do trabalho. Por outro lado, durante muitos séculos, as famílias constituíram os núcleos onde se assegurava a reprodução, garantindo a continuidade das gerações, como também unidades produtivas, nas quais se geravam os recursos necessários à sobrevivência. Assim sendo, reportando-nos à sociedades europeias do Antigo Regime, anteriores ao processo de industrialização, as funções de produção e de reprodução não se encontravam separadas, sendo realizadas ao mesmo tempo e no mesmo espaço, com uma importância relativamente reduzida das segundas (Saraceno e Naldini, 2003).

Tratavam-se, portanto, de unidades económicas, quer consideremos as famílias camponesas e de artesãos, que produziam grande parte dos bens que consumiam, quer as famílias patrimoniais da burguesia ou da aristocracia, para as quais a transmissão da propriedade representava a principal base do casamento (Giddens, 2002) e que apresentavam um carácter "empresarial", quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista político (Saraceno, 1997). Contudo, não podemos deixar de apontar que

"a estrutura e a amplitude da família dependia em larga escala dos recursos materiais, legais, culturais que nas diversas épocas e classes existiam para fazer frente a estes deveres: disponibilidade de terra, grandeza do património, recursos políticos, modelos de herança, etc" (Saraceno, 1997: 23)

Parece-nos, portanto, que uma característica das estruturas familiares antes da industrialização parece ser a da diversidade em função de factores geográficos (cidade/campo), da pertença a classes sociais distintas, das formas de acesso à propriedade e sua distribuição (Saraceno e Naldini, 2003; Saraceno, 1997; Segalen, 1996; Shorter, 1975).

Shorter (1975), por exemplo, sublinhando a impossibilidade de analisar as famílias na sociedade tradicional - anterior à industrialização - como se de uma realidade indiferenciada se tratasse, correlacionou a complexidade no tamanho e composição dos locais de residência das famílias com a sua pertença ao mundo urbano ou rural, o seu rendimento e a sua condição social. Assim, nas cidades, os lares, para empregar a expressão do próprio autor, eram tanto mais complexos quanto mais elevados fossem os rendimentos, e portanto, a posição social das famílias, integrando, portanto, vários parentes e eventualmente alguns empregados que auxiliavam os membros da família nas suas ocupações profissionais. Era esta, por exemplo, a situação das classes médias, em larga medida constituídas pelos proprietários independentes da pequena burguesia, contrariamente aos trabalhadores assalariados urbanos, que não dispunham de espaço nem de recursos para albergar um grande número de pessoas. Nos meios rurais, a situação era mais complexa: se, por um lado, os lares apresentavam frequentemente a presença de membros de diferentes gerações, por outro lado, quer nas famílias mais abastadas - de proprietários rurais - quer naquelas que eram assalariadas rurais, o número de parentes não era muito elevado. Desde logo, tal acontecia em virtude das altas taxas de mortalidade infantil, factor que determinava a presença de poucas crianças em casa, não obstante as mulheres darem à luz um elevado número de filhos. Por outro lado, pese embora a variabilidade que este fenómeno apresente no espaço europeu, nas famílias mais pobres, as crianças, principalmente do sexo masculino, deixavam precocemente a casa dos pais para irem trabalhar em quintas agrícolas, em oficinas de artesãos ou como criados, por exemplo. As famílias proprietárias de terras, por seu turno, dada a importância da indivisibilidade do património, raramente apresentavam vários filhos casados a viver na mesma residência dos pais.

Na mesma óptica, Segalen (1996) faz notar que, no que se refere aos grupos domésticos agrícolas do Antigo Regime, a organização do modo de produção era determinante do tipo de estrutura familiar, dada a estreita ligação entre grupo familiar e unidade de produção. Através de alguns exemplos, como o das famílias da Baixa Bretanha, onde coexistem grupos domésticos complexos - de agricultores abastados - com grupos domésticos conjugais simples - de jornaleiros

sem condições económicas para manter consigo os ascendentes idosos nem as crianças, cedo enviadas para trabalhar em quintas -, a autora conclui que

“As determinantes da dimensão e da estrutura dos grupo domésticos não é pois simples de estabelecer. A sua natureza é múltipla: demográfica (idade do casamento, fecundidade, migrações), económica (tipo de exploração agrícola, relações com a economia englobante), cultural (tipo de relações entre as gerações e os parentes), jurídica (práticas legais e práticas consuetudinárias)” (Segalen, 1996: 48).

Se, com efeito, a variedade de situações de vida dos indivíduos e das famílias era muito grande nas sociedades pré-industriais, é forçoso reconhecer que

“They depended on age, sex and economic circumstances. There were sharp differences in land, wealth, and skills and the differences became more pronounced as capital became more consolidated and wage labour widespread. The differences between men and women were also marked, and became more so” (Gittins, 1993: 20).

De uma maneira geral, pois, a família “tradicional” assentava numa desigualdade entre os sexos, com a mulher subordinada ao marido ou ao pai, bem como numa desigualdade entre as gerações, sendo as crianças dependentes da autoridade parental.

Apesar das considerações que temos vindo a fazer acerca da diversidade das estruturas familiares anteriores à industrialização, uma característica aparentemente comum às famílias do passado consiste na sua elevada instabilidade, o que acontecia em parte devido à alta taxa de mortalidade - com destaque para a mortalidade feminina, devido aos riscos associados à gravidez e ao parto, bem como para a mortalidade infantil - e à baixa esperança de vida para a maior parte das pessoas (Gittins, 1993; Segalen, 1996; Saraceno, 1997). As repercussões desta situação para a dimensão, estrutura e ciclo de vida das famílias eram assinaláveis. Com efeito, mesmo com taxas elevadas de fertilidade - que só começaram a decair a partir da segunda metade do século XIX -, eram poucas as probabilidades de todos os filhos de um casal chegarem à idade adulta, assim como era comum a dissolução do casamento, por morte de um - ou mesmo de ambos - dos progenitores, antes das crianças crescerem, pelo que as famílias estavam muito sujeitas à desagregação:

“a dispersão da família na parentela - como os orfãos tomados a cargo por vários parentes - (...) ou, pelo contrário, a sua recomposição numa nova família, através de um novo casamento do progenitor tornado viúvo, eram fenómenos comuns no passado, cuja possibilidade de acontecer estava ligada, não apenas à casualidade da morte, mas também ao sexo do progenitor que morria, à idade e ao sexo daquele que sobrevivia, ao número e idade dos filhos, aos recursos económicos, etc” (Saraceno, 1997: 30).

De acordo com Segalen (1996), a ocorrência de um novo casamento após o falecimento do cônjuge não só era comum, como extremamente rápida, dado estar em causa a sobrevivência do “lar”, baseada na complementaridade do trabalho do homem e da mulher, e ainda mais frequente entre os homens viúvos do que de viúvas. Contudo, o que a autora destaca, relativamente ao recasamento, é o seguinte:

“Assim, para manter um grupo doméstico identificado com a unidade de produção, multiplicavam-se as uniões, o que faz lembrar os divórcios e as coabitações em catadupa da época contemporânea. (...) Estes reconsórcios afirmavam o primado da organização económica sobre a organização familiar” (Segalen, 1996: 58).

As afirmações citadas significam que uma família dificilmente poderia prescindir de um dos adultos, porque isso torná-la-ia ineficaz do ponto de vista produtivo, na medida em que a divisão do trabalho rural e artesanal assentava na participação, quer dos homens, quer das mulheres. Contudo, “viúvos e viúvas não se encontravam em igual posição relativamente à possibilidade de se casarem novamente” (Saraceno, 1997: 30), com os homens em vantagem devido às suas maiores possibilidades de acesso à propriedade e aos meios de subsistência, e as mulheres, principalmente as que se apresentassem com filhos e sem recursos deixados pelo marido - terras, loja, oficina -, com mais dificuldades.

Por outro lado, também os fenómenos migratórios contribuía para a grande instabilidade das estruturas familiares do passado, particularmente entre as famílias camponesas mais pobres que, de acordo com a já referida análise de Shorter (1975), frequentemente mandavam algum dos seus filhos menores para casas de camponeses mais abastados ou de famílias urbanas, assim conseguindo equilibrar os seus recursos. Aliás, no que se refere aos assalariados rurais, os

camponeses dependentes do trabalho em terras arrendadas, todo o grupo doméstico estava sujeito à mobilidade, desde que os proprietários das terras, procurando maiores rendimentos, decidissem arrendá-las a outra família. Finalmente, certos trabalhos, como os pastores ou os vendedores ambulantes, tinham intrinsecamente um carácter de mobilidade.

Contudo, nem sempre se associa esta imagem de instabilidade às estruturas familiares do passado:

“ A nossa ideologia contemporânea compraz-se em cristalizar a imagem da família de outrora à semelhança dos quadros de Millet ou de Le Nain. Num interior rústico limpo, pobre (se bem que não miserável), homens, mulheres, crianças e animais estão reunidos à volta de uma mesa (frugal, mas suficiente). Olham-nos desde há cem ou trezentos anos e parecem nunca abandonar o espaço onde os observamos” (Segalen, 1996: 59).

Do que ficou até agora explícito, parece-nos que tudo leva a crer que, contrariamente a uma imagem de família estável e homogénea, as estruturas familiares do passado seriam marcadas por uma grande instabilidade e heterogeneidade. É esta a posição de Goode (1969), por exemplo, que, discordando da ideia de se viver, na segunda metade do século XX, uma crise da família, por oposição à harmonia e felicidade que caracterizaria as famílias do passado, via na diminuição da mortalidade e na melhoria das condições de vida que ocorreram a partir do século XIX um forte contributo para uma maior estabilidade das estruturas familiares. É também na mesma linha que Segalen (1996; 1999) aponta que o grupo doméstico antigo é tão instável quanto a célula conjugal contemporânea - por referência ao fenómeno do divórcio -, numa posição crítica face ao discurso de crise sobre a família contemporânea.

## 1.2. A formação da família moderna

O intento desta secção consiste na exposição de alguns quadros teóricos que, na nossa óptica, e por motivos diferentes, marcaram o pensamento científico sobre as famílias. Nas análises de Engels, de Durkheim e de Parsons, não obstante as

diferentes filiações teóricas e os próprios contextos históricos que os afastam, encontramos a mesma preocupação, relacionada com a necessidade de perspectivar as estruturas familiares a partir do seu enquadramento social, político e económico. Se Engels e Durkheim, contemporâneos de um final do século XIX profundamente marcado pelos fenómenos da industrialização e da urbanização, bem como pelas teorias evolucionistas - tanto nas ciências naturais como nas ciências sociais -, se debruçavam sobre a família nuclear como uma estrutura resultante de um processo de evolução histórica das sociedades culminando na industrialização, as suas semelhanças terminam aí. Com efeito, Engels encarava tal processo como a consequência das tensões conflituais que opunham as classes sociais, identificando, na predominância da família conjugal monogâmica, a dominação das classes possuidoras de propriedade privada sobre as outras e, de forma correspondente, a dominação do homem sobre a mulher, numa perspectiva inspiradora das análises feministas sobre a família surgidas quase um século depois. Durkheim, pelo contrário, considerava a família nuclear como aquela que derivava das modificações da sociedade como um todo, ao acentuar-se a divisão social do trabalho e a passagem para formas orgânicas de solidariedade social. Com um forte impacto nas abordagens antropológicas da instituição familiar, dada a sua insistência no carácter social e histórico desta instituição, a perspectiva de Durkheim assinalava ainda a tendência crescente para o individualismo, concomitante da ampliação do meio social circundante dos indivíduos, visão que se torna quase surpreendentemente actual quando nos lembramos de autores como Giddens (1994,1995) ou Beck (1992), para quem globalização e reforço da individualização caminham a par nas sociedades pós-modernas ou de modernidade tardia. A influência de Durkheim estendeu-se ainda às perspectivas estruturo-funcionalistas que, já em meados do século XX, no contexto de estabilização que se seguiu à 2ª Guerra Mundial, viam a família nuclear como a mais adaptada às exigências da sociedade industrial. Em particular, a teoria de Parsons tornou-se um referencial que dominou profundamente a sociologia da família e que simultaneamente, com a explicitação sobre a especialização de papéis dentro da família, veio a tornar-se

“ (...) fundamento a uma visão sobre a legitimidade de desempenho de funções dentro da família, de acordo com o sexo, que extravasou largamente o campo disciplinar, transformando-se mesmo numa espécie de saber comum invasor e pervasivo” (Torres, 2001: 40).

Se nos detemos em Engels, Durkheim e Parsons, pelos contributos que trouxeram para a análise científica da família enquanto instituição - os dois primeiros - e pelo avanço no conhecimento proporcionado com a vasta e complexa abordagem da família enquanto subsistema da estrutura social - o último -, não ignoramos a existência de outras perspectivas teóricas de relevo tendo por objecto a família. Algumas, como a perspectiva interaccionista de Burgess sobre o casamento ou as teses do individualismo de Giddens e Beck, serão abordadas no capítulo 5, por nos parecerem as mais adequadas para enquadrar e problematizar a questão da inserção familiar dos jovens. Outras, com um alcance microsociológico, constituindo um dos domínios de investigação que mais se desenvolveu na sequência das críticas ao estruturo-funcionalismo parsoniano, a partir dos anos sessenta do século XX, não se encontram directamente relacionadas como o nosso objecto de estudo - que apela muito mais à articulação das dinâmicas familiares com a estrutura social, em particular com o sistema educativo e com o sistema de trabalho, do que à análise intensiva das relações intra-familiares - razão pela qual não as desenvolveremos, não obstante o seu indiscutível interesse. É o caso da teoria dos recursos, de Blood e Wolfe, da abordagem centrada na nova economia doméstica, desenvolvida por Becker, ou da perspectiva situacional de, por exemplo, Coverman, ou ainda das análises sobre as interacções no casal, de autores como Kellerhals, Kaufmann, Bozon ou Singly.

Apesar destas considerações, a nossa perspectiva não é a de que os quadros teóricos que optamos por expor de forma mais detalhada são isentos de críticas, uma vez que apresentaremos posteriormente visões alternativas ao evolucionismo que lhes está subjacente e que, de forma talvez ainda mais importante, problematizam a associação entre o desenvolvimento económico e a nuclearização familiar. Por outro lado, as próprias transformações que as sociedades sofreram no decurso das últimas décadas do século XX vieram pôr em causa as possibilidades explicativas da teoria parsoniana, como veremos.

Finalmente, parece-nos importante referir a variedade de discursos sobre as famílias modernas - características das sociedades industriais - que foram surgindo ao longo do século XIX. Os pensadores sociais deste século encaravam a família como “a célula básica da sociedade”, numa expressão que acabou por se perpetuar até aos nossos dias na linguagem quotidiana, embora desligada do seu significado inicial. De entre aqueles autores, Le Play, imbuído de objectivos reformadores face a uma pretensa desorganização da instituição familiar ocorrida na sequência das alterações legais que, em França, teriam levado a uma fragmentação da propriedade e a um enfraquecimento da autoridade paterna, constituiu um marco importante pela sua perspectiva de que só a partir da designada família tronco<sup>1</sup> poderia fundar-se e ser preservada a ordem social. Não obstante a exaustividade das pesquisas empíricas de Le Play, baseadas em monografias familiares, as fronteiras entre ciência e ideologia são muito ténues, dada a sua expressa valorização de um modelo de família - baseado na autoridade do homem sobre a mulher e as crianças - sobre os outros no restabelecimento da organização social. Proudhon, por seu turno, destacava a necessidade de justiça e complementaridade no “pacto conjugal”, com base nos mesmos pressupostos de Le Play, os de subordinação e dependência da mulher relativamente ao homem.

Contudo, no que toca ao pensamento sobre a família, “foi preciso esperar por Morgan e Engels para que aparecesse um espírito novo, caracterizado por uma atitude científica, já não dogmática” (Michel, 1978: 34), com base num conceito de família como fenómeno histórico e diverso.

### 1.2.1. Família conjugal monogâmica: Engels

A perspectiva de Engels sobre a família constituiu um dos primeiros esforços de teorização científica sobre o tema, revelando uma forte preocupação histórica e de comparação das instituições familiares nas diferentes civilizações e realçando a influência da sociedade na sua forma e estrutura. Esta influência passava,

---

<sup>1</sup> Casal residindo com o filho mais velho, eventualmente já casado.



sobretudo, pelo peso determinante dos factores ligados à produção e reprodução dos meios necessários à subsistência humana, isto é, pela infra-estrutura económica, pelo que se identifica em Engels a mesma concepção materialista da história que Marx celebrou.

Por outro lado, Engels partiu da mesma base evolucionista utilizada por Morgan, que analisou o desenvolvimento da família como um processo histórico de passagem gradual de formas muito simples e elementares - inferiores - para formas mais complexas - superiores -, acompanhando a própria evolução da técnica e da economia.

De maneira consonante com os pressupostos teóricos expostos, a perspectiva de Engels sobre a família traduzia-se no entendimento de que, com o desenvolvimento da técnica e da economia, os laços de parentesco teriam assumido diferentes configurações, perdendo ao longo da evolução histórica grande parte da sua importância, quer para o indivíduo, quer para a própria organização social. Assim sendo, nas sociedades menos desenvolvidas, com uma economia e um sistema de produção pouco desenvolvido, os grupos de parentesco seriam a própria base de estruturação da organização social. Tratava-se daquilo que Engels designava por regime gentílico, ou seja, uma organização social baseada na “gens”, “ (...) esse grupo que se gaba de constituir uma descendência comum (...) e que está unido por certas instituições políticas e religiosas, formando uma comunidade particular (...)” (Engels, 1980: 112). Contrariamente, nas sociedades mais desenvolvidas, com estruturas de produção mais complexas, as famílias seriam muito pouco - ou mesmo nada - determinantes das instituições políticas e económicas. Assim sendo, a organização familiar teria evoluído através de três etapas<sup>2</sup> até culminar na última, a da família baseada no casamento monogâmico, típica das sociedades civilizadas.

---

<sup>2</sup> A partir do “comércio sexual sem obstáculos”, ou seja, uma situação de promiscuidade sexual em que não haveria propriamente uma organização familiar, ter-se-iam sucedido a “família consanguínea”, a “família punuluana” e a “família sindiásmica”. Esta evolução seria caracterizada pela “redução constante do círculo em cujo seio prevalece a comunidade conjugal entre os sexos, círculo que originariamente abarcava a tribo inteira” (Engels, 1980: 63).

Para o autor em análise, o surgimento do casamento monogâmico encontrava-se intimamente ligado a um patamar preciso na evolução das sociedades, o da produção comercial, e da concomitante ascensão da propriedade privada como forma de estruturação do espaço social. Com efeito, seria esta a característica distintiva das famílias da antiguidade grega, onde inicialmente se difundiu:

“Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições económicas, e concretamente, no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente” (Engels, 1980: 85).

De uma forma global, a passagem para a civilização seria caracterizada pela consolidação e reforço da divisão social do trabalho surgida já no anterior estado de barbárie. Inicialmente, a criação de gado pelas tribos pastoris permitiu o intercâmbio regular de produtos e o posterior desenvolvimento da agricultura e dos ofícios manuais domésticos, tornando-se “ (...) a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção” (Engels, 1980: 213) e, surgindo, em consequência, a escravidão como forma de aumentar a produtividade do trabalho e afirmando-se, portanto, a primeira divisão social do trabalho, consubstanciada na diferença entre exploradores e explorados. Posteriormente, com a separação entre artesanato e agricultura, dada a crescente especialização e produtividade de cada uma destas actividades, incrementou-se a produção directamente para a troca e com ela surgiu nova divisão social do trabalho, entre ricos e pobres. De acordo com Engels, se a civilização vem acrescentar a estas divisões do trabalho já existentes uma terceira, ao criar uma classe que não se ocupa da produção mas, exclusivamente, da troca dos produtos - os comerciantes -, também fez surgir um novo tipo de riqueza, para além da riqueza em mercadorias e em escravos, a riqueza em terras. A propriedade da terra tornou-se privada e susceptível de constituir uma mercadoria como as outras, podendo ser vendida ou penhorada. Assim sendo,

“Com a expansão do comércio, o dinheiro, a usura, a propriedade territorial e a hipoteca, progrediram rapidamente a centralização e a concentração das riquezas nas mãos de uma classe pouco numerosa, o que se fez acompanhar do empobrecimento das massas e do aumento numérico dos pobres” (Engels, 1980: 222).

Neste contexto, o regime gentílico teria sido destruído pela divisão do trabalho, que operou a diferenciação da sociedade em classes, sendo substituído pelo Estado, que surge, pois, como um produto da sociedade, em determinado grau do seu desenvolvimento. No entender de Engels, a cisão entre as classes exploradoras e exploradas, tendo-se iniciado ainda antes da civilização, manteve-se durante todo o período civilizado:

“A escravatura é a primeira forma de exploração, a forma típica da antiguidade; sucedeu-lhe a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado nos tempos modernos. São três as formas de avassalamento que caracterizam as três grandes épocas da civilização” (Engels, 1980: 233).

Quanto à forma de família que corresponde à civilização é aquela que se caracteriza pela monogamia, pela supremacia do homem sobre a mulher e pela família individual como unidade económica da sociedade. No entender de Engels, uma das primeiras ocorrências com impacto na constituição da família monogâmica teria sido o desmoronamento, durante o período da barbárie, do direito materno, no seio da família sindiásmica, aquando do início da escravidão e do surgimento das riquezas privadas. A passagem ao patriarcado seria, então, uma consequência da necessidade de assegurar a paternidade dos filhos, para que estes pudessem herdar a posse dos bens do seu pai. Desta maneira, “ (...) os únicos objectivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para deles herdarem” (Engels, 1980: 86).

As principais características desta família monogâmica seriam, em síntese, a predominância masculina, a exigência de fidelidade por parte da mulher como garantia de sucessão dos bens paternos a filhos efectivamente gerados pelo marido, a grande solidez dos laços conjugais que, por regra, apenas podiam ser rompidos pelo homem, e o direito à infidelidade conjugal por parte dos homens.

Engels, advertia, contudo, que a família monogâmica não assumiu, em todas as épocas e em todos os lugares, as características da família grega. Para os romanos, por exemplo, a mulher podia romper o vínculo matrimonial à sua vontade e para os povos germanos as mulheres gozavam de uma elevada

consideração. Em todo o caso, o matrimônio constituiu sempre, ao longo da evolução da civilização, um casamento de conveniência para as classes dominantes, na medida em que visava, antes de tudo, garantir a transmissão da propriedade privada aos descendentes. Assim acontecia como o casamento burguês, o casamento das sociedades modernas e industrializadas - um casamento baseado na posição social dos contraentes.

A situação das classes dominadas - o proletariado, na era industrial -, por sua vez, era inteiramente diferente, uma vez que nestas era possível encontrar aquilo que Engels designou de “amor sexual com paixão” nas relações - oficializadas ou não - entre homens e mulheres, situação que o autor justificava por referência à inexistência, nestas classes sociais, de bens a transmitir por herança. Assim sendo, não existia entre os operários o fundamento histórico da monogamia e da supremacia masculina dentro da família, pelo que o casamento entre as classes exploradas seria monogâmico no sentido etimológico, em contraste com o casamento monogâmico no sentido histórico das classes exploradoras:

“Assim, a família do proletário não é monogâmica no sentido estrito da palavra, nem mesmo com o amor mais apaixonado e a fidelidade mais absoluta dos cônjuges, e apesar de todas as bênçãos espirituais e temporais possíveis. Por isso, o heterismo<sup>3</sup> e o adultério, eternos companheiros da monogamia, desempenham aqui um papel quase nulo; a mulher reconquistou, na prática, o direito de divórcio e os esposos preferem separar-se quando já não se podem entender um com o outro.” (Engels, 1980: 94).

A perspectiva de Engels, em geral, e particularmente esta última visão das relações de género dentro da família burguesa foi uma inspiração importante para os movimentos feministas surgidos décadas mais tarde, já a partir dos anos sessenta do século XX.

---

<sup>3</sup> Na esteira de Morgan, Engels define heterismo como as relações extraconjugais entre homens e mulheres não casadas.

### 1.2.2. Família nuclear: Durkheim

O pressuposto essencial da sociologia da família deste autor consistia, como sabemos, na consideração de que os factos sociais e as instituições sociais são o resultado de causas sociais. Nesta perspectiva, a família era vista não simplesmente como um agrupamento natural, mas como uma instituição social resultante de

“um processo centrípeto, que vai da periferia ao centro; de modo que é o agrupamento doméstico que emerge do agrupamento político e não o político que é procedente, por dilatação do doméstico” (Michel, 1978: 44).

Uma das linhas de força da perspectiva de Durkheim, tão conhecida quanto criticada, reside na relação que o autor estabeleceu entre o sistema familiar que lhe era contemporâneo e os sistemas familiares de outras sociedades. Descrevendo de forma extremamente minuciosa e cuidada os tipos de famílias do passado, Durkheim procurou encontrar modelos familiares e as condições de produção que, em cada época, determinaram o surgimento desses modelos (Michel, 1978; Saraceno, 1997; Segalen, 1999; Torres, 2001). Assim sendo, influenciado pelo evolucionismo característico dos finais do século XIX, o autor considerava ter havido, ao longo da história, uma contracção progressiva da família<sup>4</sup>, resultante do alargamento do meio social de enquadramento dos indivíduos e dos grupos. Contudo, contrariamente a outras análises evolucionistas no campo da família, como a de Morgan, já referida, a evolução assinalada pelo autor em discussão não comportava uma escala de valores, na medida em que não atribuía à forma familiar resultante dessa evolução - a família conjugal moderna - um maior grau de perfeição comparativamente aos tipos familiares anteriores.

Procurando caracterizar com mais detalhe a sociologia da família de Durkheim, parece-nos relevante começar por compreender a forma como a família conjugal moderna - constituída pelo marido, pela mulher e seus filhos menores e solteiros - seria o resultado do processo de intensificação da divisão social do trabalho. A

---

<sup>4</sup> A evolução seria a seguinte: “clã exogâmico amorfo”; “clã diferenciado”; “família diferenciada”; “família indivisa”; “família patriarcal romana”; “família paternal germânica”

crescente especialização do trabalho operada não apenas na esfera da produção industrial, mas em todas as áreas da vida social - no governo, nas ciências, nas artes - seria uma característica das sociedades mais complexas, contribuindo para a expansão do individualismo, por possibilitar o desenvolvimento de talentos, capacidades e atitudes específicas de grupos distintos no interior da sociedade. Assim sendo, as sociedades teriam passado de uma coesão colectiva, fundada numa consciência comum, organizada quanto a um conjunto de crenças e sentimentos, sobreposta à consciência individual - solidariedade mecânica - para uma coesão baseada na diferença entre os indivíduos e grupos nas suas crenças e acções - solidariedade orgânica. Este declínio da consciência colectiva e a concomitante expansão do individualismo, que acompanharam a crescente divisão do trabalho, teriam sido facilitados por um aumento dos contactos diversificados entre as sociedades e entre os indivíduos, ou seja, pela ampliação do meio social no qual os indivíduos se inserem:

“Nous avons vu, en effect, que si là où les sociétés ont peu d'étendue, grâce au contact plus intime de leurs membres, à la communauté plus complète de la vie, à la identité presque absolue des objects de la pensée, les ressemblances l'emportent sur les différences et par conséquent le tout sur les parties ; au contraire, à mesure que les éléments du groupe deviennent plus nombreux sans cesser d'être en relations suivies, sur ce champ de bataille agrandi où l'intensité de la lutte croit avec le nombre de combattants, les individus ne peuvent se maintenir que s'ils se différencient, si chacun choisit une tâche et un genre de vie propre ; et la division du travail devient ainsi la condition primaire de l'équilibre social. L'accroissement simultané du volume et de la densité des sociétés, voilà en effect la grande nouveauté qui sépare les nations actuelles de celles d'autrefois; voilà probablement un des principaux facteurs en tous cas, la cause que explique les transformations par lesquelles a passé la solidarité sociale" (Durkheim, 1888: 2).

Estas premissas básicas da perspectiva durkheimiana permitem-nos perceber que a contracção da família é correlativa da expansão do meio social da aldeia à cidade, da cidade ao Estado, pois a ampliação das redes relações dos indivíduos provoca um esbatimento da anterior fusão do grupo doméstico no colectivo. Assim, relativamente ao último tipo de família, no termo do desenvolvimento histórico, “família e comunidade são colocadas numa posição de antinomia” (Segalen, 1999: 27), porque se trata de um grupo inserido numa organização social onde o

consenso deriva da diferenciação entre os indivíduos e não da sua semelhança. Quer isto dizer que os grupos familiares, reduzindo-se por acção da divisão social do trabalho, característica das sociedades de solidariedade orgânica, obedecem a uma lógica de valorização do papel do indivíduo e não à adesão a um conjunto de sentimentos e valores comuns. No âmbito da família conjugal, cada membro tem a sua individualidade, a sua esfera de acção própria. Como explicou o próprio autor,

“La loi de contraction ou d’émergence progressive a pu être vérifiée jusqu’au bout. De la manière plus régulière, nous avons vu des groupes primitifs émerger des groupes de plus en plus restreints qui tendent à absorber la vie familiale tout entière. (...) À mesure que le milieu devient plus vaste, il laisse un plus libre jeu aux divergences privées, et, par conséquent, celles qui sont communes à un plus petit nombre d’individus cessent d’être contenues, peuvent se produire et s’affirmer. En même temps d’ailleurs, en vertu d’une loi générale déjà observée en biologie, les différences d’individus à individus se multiplient par cela seul que le milieu est plus étendue” (Durkheim, 1892: 7).

Desta forma, para Durkheim, com a contracção da família opera-se uma modificação na sua própria constituição, com a afirmação da individualidade de cada membro e com o concomitante desaparecimento do comunitarismo familiar:

“ A l’origine, il s’étend à tous les rapports de parenté; tous les parents vivent en commun, possèdent en commun. Mais dès qu’une première dissociation se produit au sein des masses amorphes de l’origine, dès que les zones secondaires apparaissent, le communisme s’en retire pour se concentrer exclusivement dans la zone primaire ou centrale. (...) Enfin, peu à peu, il est entamé jusqu’à l’intérieur du cercle primaire de parenté. (...) Enfin, dans la famille conjugale, il n’en reste plus que des vestiges (...)” (Durkheim, 1892: 8).

Ao tentarmos compreender este processo de evolução da família, num contexto de individualização crescente e de declínio da importância da consciência colectiva, parece-nos útil fazer uma referência às características da família paternal, típica das sociedades germânicas, uma vez que “la famille conjugale résulte d’une contraction de la famille paternelle” (Durkheim, 1892: 4). Neste tipo de família, as lógicas de funcionamento já assentavam numa certa igualdade entre os homens e as mulheres, pelo menos no que se refere aos bens do casal (de que ambos eram proprietários) e comparativamente com a situação anterior (da família

patriarcal romana), em que o marido era o senhor absoluto dos bens comuns, dada a sua condição de patriarca. Por outro lado, registava-se também uma abertura relativamente à autonomização dos filhos casados relativamente aos seus ascendentes, pelo menos em termos de residência, uma vez que era já comum que um novo casal fundasse a sua própria habitação, não obstante a dependência da autoridade paterna continuar a fazer-se sentir. Finalmente, as famílias de tipo paternal apresentavam um maior respeito pelos direitos das crianças, bem como pelos parentes da linha materna, do que acontecia com as famílias de tipo patriarcal. No entanto, Durkheim sublinhou que, na base da família paternal, se encontrava o estado de dependência perpétua dos filhos relativamente aos pais. Contrariamente, na família conjugal, depois dos filhos atingirem a maioridade, cessam as obrigações paternais de alimentação e educação, mesmo que pais e filhos continuem a coabitar, na medida em que a partir desse momento “l'enfant est a désormais sa personnalité propre, ses intérêts distincts, sa responsabilité personnelle” (Durkheim, 1892: 4). De qualquer forma, para o autor, o mais habitual é a coabitação cessar com a maioridade e, em particular, com o casamento dos filhos, que irão assim fundar nova família conjugal, sendo que as únicas obrigações jurídicas que subsistem das formas familiares anteriores são as que se ligam aos deveres recíprocos de assistência aos pais idosos e de herança de parte dos bens dos pais. Desaparece, portanto, a dependência perpétua dos ascendentes relativamente aos progenitores, não obstante poder manter-se a ligação afectiva entre pais e filhos, mas como um facto “purement morale; elle n'a plus aucune des conséquences juridiques qu'elle avait dans la famille paternelle” (Durkheim, 1892: 4).

No seguimento das ideias anteriores, releva que, no desenvolvimento da família, o par matrimonial se teria consolidado cada vez mais, atingindo o apogeu do seu desenvolvimento com a família conjugal. Afinal, neste tipo de família os únicos elementos permanentes eram o marido e a mulher, uma vez que todos os filhos deixavam a casa mais tarde ou cedo. Para Durkheim, a importância desta “société matrimonial” era demonstrada não só pelo facto de o casamento ter deixado de ser simplesmente um contrato pessoal para se tornar um acto público, juridicamente sancionado, como ainda pela organização interna das relações



conjugais apresentar uma particularidade completamente nova relativamente a todas as outras formas familiares, consubstanciada no aparecimento do regime de “comunidade de bens” entre os parceiros do casal. Assim sendo, “tandis que le communisme se retirait de a société domestique, il apparaissait dans la société matrimoniale” (Durkheim, 1892: 12).

Finalmente, a perspectiva de Durkheim sobre a família moderna contemplava ainda um aspecto fundamental, relacionado com aquilo que o autor considerava ser o seu traço mais distintivo. Referimo-nos à intervenção crescente do Estado no interior da família, a tal ponto que “on peut dire que l’État est devenu un facteur de la vie domestique” (Durkheim, 1892: 5). O facto que melhor ilustraria tal evidência consistiria na impossibilidade, consagrada no direito, de se dissolverem as relações de parentesco. Com efeito, enfatizava Durkheim, o Estado havia tomado essas relações sob a sua alçada, retirando aos particulares o direito de as extinguir, como era possível no seio das famílias agnáticas, paternais ou patriarcais, no que se referia às relações entre pais e filhos. Adicionalmente, Durkheim indicava, como já salientámos, que o casamento teria passado a ser um contrato regido por normas específicas, e que as próprias relações de filiação seriam reguladas por normas e deveres exteriores à família, estabelecidas pelo Estado que, por exemplo, exercia “ (...) le droit de correction du père quand il dépasse certaines limites (...)” ou de “(...)protection de le mineur orphelin tant que le tuteur n’est pas nommé (...)”(Durkheim, 1892: 5).

Pareceu-nos importante acentuar esta relevância atribuída por Durkheim, em geral, ao papel do Estado, na medida em que, se à sua época esta ideia era bastante inovadora, parece por outro lado extremamente adequada nos dias de hoje, ainda mais se a ela acrescentarmos a já referida tendência para a centralidade do indivíduo e dos interesses pessoais concomitante à expansão da solidariedade orgânica. Efectivamente,

“Cada vez mais se faz sentir esta mudança dupla e paralela: à medida que aumenta a liberdade de acção e se acentua a afirmação da individualidade no contexto da família, maior é, simultaneamente, a capacidade de intervenção do Estado. Esta faz-se sentir quer pela positiva - na defesa do que se vai considerando ser, a cada momento, o respeito pelos direitos elementares dos indivíduos no contexto privado - quer correctiva

e compensadora de desequilíbrios de poder existentes no contexto das relações familiares” (Torres, 2001: 15).

Na sequência das linhas anteriores, chamaríamos a atenção para a surpreendente actualidade que os escritos deste autor têm, a propósito da sua concepção da relação do indivíduo com a sociedade global, que deixa de ser mediada pelos interesses comuns ao grupo, neste caso, familiar. Foi exactamente nesta perspectiva que surgiram, nos finais do século XX, teorias que partem do pressuposto de que as principais alterações na esfera familiar se encontram relacionadas com a crescente individualização da sociedade e, concretamente, dos membros da família. Referimo-nos às teorias da individualização (Beck, 1992, 1994; Giddens, 1994, 1995; Bauman, 2001), que abordaremos no Capítulo IV, dada a sua pertinência para a análise da conjugalidade nos dias actuais, mas relativamente às quais se impunha a presente observação. Com efeito, a longínqua perspectiva durkheimiana poderia muito bem ter inspirado estes autores contemporâneos nas suas análises, quando apontam a prioridade que hoje em dia parece atribuir-se ao bem-estar individual e à auto-determinação, nas variadas dimensões - profissional, afectiva, familiar - que integram a vida numa sociedade cada vez mais globalizada. Este é também o entendimento de Torres, quando afirma, a propósito da perspectiva de Durkheim sobre a dilatação do meio social envolvente dos indivíduos:

“Ocorre de imediato a proposta muito semelhante de Giddens: na modernidade tardia a globalização desenvolve-se, em simultâneo com a intensificação dos processos de reforço e de intervenção sobre a identidade individual” (Torres, 2001: 14).

Tendo até aqui procurado esboçar o essencial da sociologia da família de Durkheim, cabe agora efectuar uma análise mais crítica, que direccionamos fundamentalmente para a sua concepção evolucionista da família. Efectivamente, as perspectivas de Durkheim - tal como as de Engels - são globalmente marcadas pelo evolucionismo que caracterizou o pensamento científico nos finais do século XIX. Num contexto em que a própria ciência sociológica procurava a sua afirmação, o impacto das obras de Darwin acerca da evolução biológica foi enorme, estimulando a elaboração de teorias estabelecendo a analogia entre o funcionamento social e o funcionamento evolutivo do reino animal - analogia

orgânica. Durkheim foi inspirado sem dúvida por tal analogia, o que não significa que deduzisse as propriedades da vida social directamente das da vida orgânica, dado que entre a vida do organismo animal e a vida da sociedade existia, para ele, uma diferença fundamental, consubstanciada no carácter mecânico das leis regentes do primeiro, contrariamente ao fundamento da sociedade, regida por laços de ideias. Contudo, a mudança social operar-se-ia, para o autor, através de estádios evolutivos, à semelhança do reino animal.

Ora, como veremos mais adiante neste capítulo, vários estudos levaram a algumas importantes evidências que contrariam esta perspectiva de Durkheim, por terem evidenciado que, por um lado, as diferentes sociedades não registaram uma evolução idêntica, assim como, por outro lado, a evolução dentro de cada sociedade também não foi unilinear.

### **1.2.3. Família nuclear e isolamento estrutural: Parsons**

A perspectiva parsoniana sobre a família referia-se a uma sociedade concreta - a americana -, num contexto específico - os anos cinquenta do século XX -, dominado pela intensificação dos processos de industrialização, com impactos sobre a estrutura social. Não obstante as influências da sociologia da família de Durkheim, como veremos, as teses de Parsons partem de um entendimento do grupo familiar como um subsistema interdependente relativamente aos outros subsistemas e face ao sistema social global, numa perspectiva estática, acentuando portanto as suas funções, e não tanto o seu carácter de instituição social, como acontecia em Durkheim, com a sua perspectiva histórica e comparativa da evolução familiar.

No entender de Parsons, as transformações observadas nas gerações americanas que lhe eram anteriores, no sentido do aumento do divórcio, de alterações na “velha moralidade sexual” ou do declínio da taxa de nascimentos, não indiciavam uma tendência para uma desorganização permanente do sistema familiar. Inversamente, tais fenómenos constituíam apenas os sintomas - que

acabariam por se tornar residuais - de uma mudança estrutural que a sociedade estava a atravessar, e que conduzia a família para um novo modelo de organização. Com efeito, o autor considerava que

“(...)major structural changes in social systems always involve strain and disorganization, so the question of evaluating symptoms of disorganization (...) involves the question of how much is a general trend to disorganization as such, how much is what may be called disorganization of transition” (Parsons, 1955a: 4).

Assim sendo, para o autor, por efeito dos processos de desenvolvimento industrial, a sociedade encaminhava-se para uma estabilização da família nuclear isolada, um tipo de família que, por ser de dimensão reduzida, se encontrava adaptado às exigências da moderna sociedade industrial, a qual requeria dos seus membros uma mobilidade geográfica dificilmente compatível com a vivência em famílias alargadas. Este tipo de família era radicalmente diferente de qualquer outro tipo conhecido nas sociedades não industrializadas:

“It is above all the process of modern occupational system and its mode of articulation with the family which accounts for the difference between the modern, especially American, kinship system and any found in non-literate or even peasant societies” (Parsons, 1955a: 11).

Infere-se da citação anterior que o processo de segmentação da família, como forma de adaptação às exigências do desenvolvimento económico, não ocorreria apenas por uma questão de dimensão. Com efeito, para Parsons, tal segmentação decorreria ainda de toda uma transformação do sistema de valores que a sociedade industrial crescentemente vinha implantando e que, em larga medida, eram conflituosos com o tipo de valores característicos dos tipos familiares alargados. Assim, no contexto da empresa industrial moderna privilegiar-se-ia o valor da competência profissional, isto é, aquilo que Parsons considerava como o conjunto das qualidades adquiridas, e que detêm um carácter universalista na medida em que são independentes da posição social ou do estatuto de parentesco. Desta forma, os indivíduos, no contexto profissional, seriam recrutados e promovidos com base em critérios universais e impessoais, ligados às qualidades da competência e da eficiência. Nestas condições, “o apoio

em esquemas de parentesco tende a ter (...) reduzida utilidade para a generalidade dos indivíduos” (Barata, 1975: 51), dado o carácter particularista, dependente de qualidades ligadas ao nascimento, inerente aos valores de orientação das relações de parentesco. Assim sendo, numa sociedade constituída predominantemente por famílias nucleares, isoladas da rede de parentesco mais vasta, evitar-se-ia o conflito passível de ocorrer com a invasão dos valores familiares na esfera do trabalho, dado que as relações emocionais mais intensas - e todo o sistema de valores a elas associado -estariam confinadas no seu interior. Simultaneamente, os valores do trabalho também estariam à margem do funcionamento interno da família, não perturbando a sua solidariedade, na medida em que apenas um dos membros, o marido, estava integrado no sistema económico. Nesta perspectiva, seria precisamente através da actividade profissional masculina que se efectuaria a ligação entre a família e a estrutura social.

Como se caracterizaria, em concreto, esta família nuclear isolada que, na óptica de Parsons estava a tornar-se a configuração cada vez mais usual dos arranjos domésticos americanos?

Por um lado, em linha de continuidade com a perspectiva de Durkheim sobre a importância do par matrimonial como base da família conjugal, Parsons referia que o casamento constituía o elemento estrutural do parentesco nas sociedades mais desenvolvidas. Este facto significa que, num sistema de parentesco bilateral<sup>5</sup> como o americano, o relacionamento familiar estruturante da sociedade seria aquele que se encontrava no âmbito da família de procriação - aquela que é fundada através do casamento dos indivíduos -, e não da família de orientação, na qual o indivíduo nasce. Daqui decorria que, com o casamento, se operava um isolamento da família nuclear relativamente às famílias de orientação dos cônjuges, ou seja:

---

<sup>5</sup> Isto significa que os parentes da linha paterna e da linha materna têm igual importância para os elementos da família nuclear, o que é patente, por exemplo, em caso de herança: “(...) so far as the property is inherited, the pattern calls for equal division between children regardless of birth order or sex, so that the fact or expectation of inheritance does not typically bind certain children to their families of orientation more closely than others” (Parsons, 1955a: 11).

“This isolation is manifested in the fact the members of the nuclear family, consisting of parents and their still dependent children, ordinarily occupy a separate dwelling not shared with members of the family of orientation of either spouse, and that this household is in the typical case economically independent, subsisting in the first instance from the occupational earnings of the husband-father” (Parsons e Bales, 1955b: 10).

Uma das características fundamentais desta família seria, portanto, o facto de se constituir como uma unidade económica e residencial auto-suficiente, autónoma relativamente à rede de parentesco mais vasta. Quer isto dizer que a família via a sua subsistência assegurada, sem recurso às famílias de orientação, pela actividade profissional do homem (marido/pai), e que apresentava uma residência neo-local, ou seja, fundada pelo casal conjugal que, ao casar, ia ocupar uma habitação diferente daquelas onde até aí cada um dos cônjuges residia com a sua respectiva família de orientação. Nas palavras do próprio autor, “thus independent sources of income, independent residence and independent basis of position in the community have come to be the rule” (Parsons e Bales, 1955a: 354), na medida em que, como vimos, seria esta independência económica da pequena família nuclear em relação ao parentesco que permitiria responder às novas exigências da sociedade industrial.

Por outro lado, esta família nuclear isolada constituía um subsistema altamente especializado no âmbito da sociedade global, tendência que, para Parsons, se enquadrava num processo amplo de diferenciação e especialização crescente das sociedades à medida que se iam desenvolvendo, e que se caracterizaria pelo desempenho diferenciado, por parte de grupos sociais específicos, das variadas funções necessárias ao funcionamento social. Neste sentido, se antes o grupo familiar concentrava as funções de procriação, produção económica, política, religiosa e de socialização, encontrando-se na base da estrutura social, parte dessas funções teria vindo a ser gradualmente transferida para agentes sociais externos à família:

“In comparative perspective it is clear that in the more ‘advanced’ societies a far greater part is played by non-kinship structures. States, churches, the larger business firms,

universities and professional associations cannot be treated as mere 'extensions' of the kinship system" (Parsons, 1955a: 9).

Assim sendo, nas sociedades modernas, a família deixava de constituir uma unidade de produção, uma vez que novas estruturas de produção enquadrariam os indivíduos nas suas actividades diárias, inclusivamente em sectores aparentemente tão privados como a preparação dos alimentos, o tratamento do vestuário ou as actividades recreativas. Contudo, na óptica de Parsons, o esvaziamento de funções da família - e concomitante perda de importância da estrutura de parentesco como fundamento da estrutura social, papel que passava ser desempenhado pela estrutura ocupacional - não significava o declínio deste grupo, no sentido de esgotamento do seu papel no conjunto do sistema social, bem pelo contrário. Efectivamente, porque o grupo familiar manteria e intensificaria duas funções fundamentais para o equilíbrio social, ou seja, a socialização das crianças e a estabilização da personalidade do adulto, constituiria crescentemente um subsistema altamente especializado indispensável ao sistema social:

"We think the trend of the evidence points to the beginning of the relative stabilization of a new type of family structure in a new relation to a general social structure, but not in any general sense less important, because the society is dependent more exclusively on it for the performance of its vital functions (Parsons, 1995a: 9).

Na sequência da análise que temos vindo a fazer, parece-nos importante acentuar a relevância que a socialização das crianças assume, na perspectiva parsoniana. Como vimos, existiria uma descoincidência entre os valores característicos da sociedade industrial e o sistema de valores familiares, problema que Parsons entendia ser funcionalmente resolvido com a nuclearização e isolamento da família, que manteria a sua ligação ao sistema social através da actividade profissional masculina. Este é um aspecto fundamental, dado que a família "guarda o dever de transmitir à criança valores opostos aos seus e só o pode fazer se pelo menos um dos seus membros participar na actividade económica (...)" (Michel, 1978: 83). Quer isto dizer que a manutenção do equilíbrio do sistema social dependeria da interiorização da cultura da sociedade - designadamente dos

valores característicos da sociedade industrial avançada - por parte dos seus membros, sendo a família responsável por tal processo. Efectivamente,

“(...) the parents, as socializing agents, occupy not merely their familial roles, but these articulate, i.e., interpenetrate, with their roles in other structures of the society, and this fact is a necessary condition (...) of their functioning effectively as socializing agents (...)” (Parsons, 1955b: 35).

Concretizando um pouco mais a afirmação anterior,

“(...) this means that the adult members must have roles other than their familial roles which occupy strategically important places in their own personalities. In our own society the most important of these roles, though by no means the only one, is the occupational role of the father” (Parsons, 1955a: 19).

Neste sentido, a socialização, enquanto processo de transmissão às crianças de todo um conjunto de valores e de atitudes necessário ao desempenho dos papéis sociais, tornava-se uma função essencial da família no contexto do sistema social. Contudo, esta função seria operada de forma indirecta, na medida em que, já não consistindo a família no principal agente de integração social, a socialização visaria, desde logo, actuar sobre a personalidade dos indivíduos, de forma a capacitá-los para o desempenho dos seus papéis sociais, na sua qualidade de indivíduos, precisamente, e não na sua qualidade de membros de uma família. Parsons exprime-o da seguinte maneira:

“(...) the functions of the family in a highly differentiated society are not to be interpreted as functions directly on behalf of the society, but on behalf of personality. (...) It is because the human personality is not ‘born’ but must be ‘made’ through the socialization process that in the first instance families are necessary. They are ‘factories’ which produce human personalities” (Parsons, 1955a: 16).

Esta mesma ideia - a de que a funcionalidade que a família realiza no conjunto da estrutura social é indirecta - é válida para a outra função primordial da família nuclear, a estabilização da personalidade do adulto, uma vez que, para o autor em análise, não podia esperar-se que, uma vez produzida, a personalidade dos indivíduos permanecesse duradouramente estável em aspectos vitais para o funcionamento social. Desta forma, esta segunda função encontrar-se-ia



concentrada na relação conjugal, através da qual se operaria a regulação da personalidade dos adultos de ambos os sexos, dado que com o isolamento estrutural da família conjugal, os laços com as famílias de orientação ficariam enfraquecidos, pelo que recairia sobre os cônjuges a tarefa de apoio recíproco.

Profundamente interligados, estes dois imperativos funcionais determinavam, pois, na óptica de Parsons, que todo o adulto fosse membro de uma família nuclear e que toda a criança começasse o seu processo de socialização no seio de uma família nuclear. Para o autor,

“Their connection goes back to the fact that it is control of the residua of the process of socialization wich constitutes the primary focus of the problem of stabilization of the adult personality” (Parsons, 1955a: 17).

Por outro lado, ambas estas funções vitais se encontravam profundamente determinadas pela própria estrutura interna da família. Ainda que, como assinala Michel (1978), Parsons seja especialmente conhecido - e de igual forma criticado, acrescentaríamos - pela sua perspectiva dos papéis familiares ligados ao sexo, o seu modelo de análise baseava-se na ideia de que, correspondentemente à diferenciação e especialização que teria ocorrido no subsistema familiar no contexto do sistema social global, dentro da própria família teria ocorrido uma diferenciação das funções desempenhadas pelos seus membros, não apenas em termos de sexo, como de geração. Desta forma, a família estaria estruturada em dois eixos, um deles respeitante à hierarquia ou poder, diferenciando as duas gerações em presença na família nuclear, os pais e os filhos, e atribuindo aos primeiros a primazia do seu exercício; o outro respeitante às funções de instrumentalidade e de expressividade, respeitante à diferenciação e especialização entre os sexos. Verificava-se então uma especialização dos papéis masculinos e femininos: ao homem caberia o papel instrumental, relacionado com o exercício de uma actividade profissional, através da qual era possível a obtenção do sustento material para a família e que simultaneamente permitia determinar o estatuto da família na sociedade; à mulher, competiria a função expressiva dentro da própria família, relacionada com o apoio afectivo e emocional prestado aos membros.

“The father role is, relative to others, high both on power and on ‘instrumentality’ - hence low on expressiveness. The mother role is high on power and on ‘expressiveness’, thus low on ‘instrumentality’. The son role is low on power but high on ‘instrumentality’, the daughter role low on power but high on ‘expressiveness’ - hence low on ‘instrumentality’.” (Parsons, 1955b: 45).

Sendo certo, para o autor em análise, que esta diferenciação entre os papéis de género tenderia, na moderna sociedade americana, para ser reforçada, a sua explicação para o estabelecimento de tal diferenciação tinha como ponto de partida os factores psicológicos e biológicos associados à maternidade, que seriam responsáveis pela ligação mais íntima e prolongada da mulher/mãe às crianças:

“In our opinion the fundamental explanation of the allocation of the roles between the biological sexes lies in the fact that the bearing and nursing of children establish a strong presumptive primacy of the relation of mother to the small child and this in turn establishes a presumption that the man, who is exempted from these biological functions, should specialize in the alternative instrumental direction” (Parsons, 1955a: 23)

Não obstante a consideração anterior, Parsons avançava que a prevalência do tipo familiar nuclear isolado, com a sua especialização interna em termos de género, constituía a forma familiar funcionalmente mais adaptada às exigências da moderna sociedade industrial, por três motivos. Por um lado, porque a articulação entre o sistema ocupacional e a família se baseava de forma central na responsabilidade instrumental do homem adulto, impedia-se que a rede de parentesco mais alargada interferisse no campo profissional; por outro lado, de forma complementar, recaíndo a responsabilidade relacionada com o papel maternal sobre a mulher adulta, reforçava-se o seu isolamento face à potencial ajuda de outras mulheres da sua rede de parentesco; finalmente, em resultado da ausência do homem da residência familiar durante grande parte do tempo, a mulher ficava com a responsabilidade de tratar das crianças e da casa.

Na sequência das ideias anteriores, percebemos que existe uma complementaridade entre os papéis masculinos e femininos, necessária ao equilíbrio social, na medida em que ambos são fundamentais para o

funcionamento da família e sua articulação com o sistema social. Se, por hipótese, as mulheres, especialmente com filhos, desempenhassem o papel instrumental, tal como o homem, através de um trabalho remunerado no exterior, poderia gerar-se uma situação de competição dentro da família e, conseqüentemente, o desequilíbrio instalar-se-ia.

Esta diferenciação entre papéis masculinos e femininos que temos vindo a caracterizar constituía, para Parsons, um vector central na socialização das crianças, na medida em que remetia, desde logo, essa tarefa para as mulheres/mães, fornecendo ainda um modelo de diferenciação sexual que ia sendo precocemente inculcado aos mais novos, preparando-os, portanto, para o desempenho futuro de papéis especializados em função do sexo, tão vitais à harmonia social.

Este aspecto da teoria de Parsons sobre a família, ou seja, a perspectiva segundo a qual as mulheres teriam um papel exclusivamente materno, centrado no contexto familiar, arredado do campo profissional, foi dos que mais duramente foram criticados, designadamente pelas autoras feministas. Para estas autoras, como Dorothy Smith ou Andrée Michel, por exemplo, o funcionalismo parsoniano justificava a dominação das mulheres pelos homens, legitimando, de forma “pseudo-científica”, práticas discriminatórias, dado que as apresentava como necessidades funcionais para a sociedade, bem como soluções de actuação para as identidades dos indivíduos.

De uma forma geral, poderíamos apontar a importância, em Parsons, da ideia de manutenção da ordem social e do equilíbrio, para o qual os sistemas sociais tendiam naturalmente, à semelhança dos organismos vivos. Nesta perspectiva,

. “Os sistemas sociais eram interdependentes uns dos outros e não só tendiam para o equilíbrio como “deveriam” fazê-lo sob pena de produzirem uma desagregação crescente” (Torres, 2001: 53).

## 2. Dinâmicas sociais e reconfigurações das estruturas familiares

### 2.1. Perspectivas críticas à ideia de nuclearização da família

Vimos no ponto anterior como nas análises de Engels, de Durkheim e de Parsons se detecta, apesar das grandes diferenças de base que separam principalmente o primeiro dos outros dois autores, a mesma ligação entre o desenvolvimento das estruturas familiares e o desenvolvimento económico. Em Engels e Durkheim, a preocupação ligada ao conhecimento histórico das sociedades anteriores à revolução industrial justificava-se na medida em que os ligava uma concepção evolucionista da sociedade, segundo a qual a família seria uma das instituições cujas características dependiam de cada etapa concreta da evolução social. Contudo,

“(…) há poucas possibilidades de que a evolução se tenha produzido de modo idêntico em todas as sociedades. Além disso, numa mesma sociedade, a evolução não se produziu de um modo unilinear (…) (Michel, 1978: 44).

Assim sendo, a ideia de que, no passado, as famílias seriam de estrutura múltipla, caminhando ao longo da história para a nuclearização, viu-se contrariada por autores como Bloch (citado em Michel, 1978), para quem se constata a alternância, determinada por factores políticos, sociais e económicos, entre ciclos de dilatação e ciclos de contracção dos grupo familiares, ou ainda pela forma como as investigações do grupo de Cambridge<sup>6</sup> demonstraram que a estrutura nuclear conjugal constituía o modelo predominante em diversos países da Europa do Norte século antes da industrialização. Com efeito,

“a conjugalidade-nuclearidade da família ocidental, mais do que representar uma consequência, parecia antes uma das constâncias favoráveis à industrialização, na medida em que, justamente, esta se desenvolvera em primeiro lugar nas zonas onde predominava este tipo de família” (Saraceno, 1997: 24).

Os investigadores do grupo de Cambridge vieram lançar um debate que deu origem a várias outras investigações sobre a diversidade da estrutura das famílias

---

<sup>6</sup> Grupo de demógrafos e historiadores da Universidade de Cambridge que se dedicaram ao estudo das estruturas familiares do passado e que publicaram, entre outras obras: Laslett (coord.) (1972), *Household and the Family in the Past Time*. Cambridge: Cambridge University Press

européias do passado, e que apontam para um sentido não linear e não unívoco na evolução das estruturas familiares europeias. Peter Laslett (1972) apontou, por exemplo, que nos lares rurais ingleses do Antigo Regime praticamente não viviam parentes colaterais (tios e tias) nem avós. Também Flandrin (1975) demonstrou que, num dado momento, não existe um único tipo de família. Reportando-se à sociedade francesa anterior à industrialização, este autor apontou a coexistência de famílias de tipo nuclear-conjugal, em várias regiões do Sul, com as famílias-tronco.

Também para Segalen (1996) é frágil a ligação evolucionista entre industrialização e nuclearização do grupo doméstico, apontando que em várias cidades em vias de industrialização, no século XIX, a estrutura dos grupos domésticos continuava a ser complexa e que, em muitos casos, se teria mesmo operado o aumento da co-residência entre pais e filhos casados, em resultado das dificuldades que o trabalho industrial levantava. Assim, problemas relacionados com o acolhimento das crianças - uma vez que o trabalho das mulheres, numa fase inicial da industrialização, era uma constante -, com as apertadas condições económicas de vida, em função dos baixos salários, ou ainda com a falta de alojamento conduziam a que

“Na ausência de leis sociais realmente eficazes em caso de doença ou de indigência, o indivíduo não tinha outra solução a não ser virar-se para os seus parentes mais próximos, constituindo grupos domésticos alargados no seio dos quais funcionava uma entreatajuda recíproca” (Segalen, 1996: 48).

Goode (1969), por seu turno, ainda no quadro estruturo-funcionalista, perspectivou a articulação entre a família e o processo de industrialização como sendo susceptível de uma análise em dois sentidos, isto é, não tomando a família unicamente como um agente social passivo, cuja estrutura e funções são estritamente dependentes do sistema social, mas enfatizando a sua possibilidade de intervenção sobre a realidade social. Na sua óptica, através da comparação entre os sistemas familiares de diversas sociedades, era possível identificar as influências do subsistema familiar, em concreto, de certas formas de organização familiar, sobre a industrialização.

Relativamente à sociedade portuguesa, note-se que alguns estudos apontam precisamente para as mesmas conclusões, isto é, para a existência em simultâneo de várias configurações familiares. Wall (1998), incidindo sobre a região do Baixo-Minho, destacou a importância das famílias-tronco como forma de garantir a transmissão da propriedade aos herdeiros, numa região tão dependente da propriedade fundiária como aquela. Mas, por exemplo, Rowland (1997) apontou a predominância que, no passado, a família nuclear já tinha, não obstante algumas diferenciações regionais, com a região do noroeste a apresentar mais frequentemente agregados domésticos complexos.

Na sequência destas considerações, pretendemos relevar que a análise das relações entre a industrialização, a urbanização e as mudanças familiares não pode deixar de ser feita num quadro de pluralidade de situações e de configurações possíveis, dadas as diferenciações entre os diversos países e os ritmos diferenciados de entrada no processo de industrialização. Para além desta consideração, é forçoso reconhecer o desenvolvimento de

“uma grande variedade de tipos familiares, tão diversos quanto as hierarquias do trabalho, as imposições da produção e as categorias sociais cuja classificação estática é incessantemente perturbada pelos complexos processos de mobilidade social” (Segalen, 1999: 8).

Ainda que a família nuclear já existisse em diversas zonas da Europa antes da industrialização, como vimos, é a partir deste processo que aquele tipo de estrutura familiar se difundiu mais rapidamente. Saraceno (1997) alerta, contudo para o facto de que

“no início não é tanto a família camponesa que se transforma, mas são também alguns estratos rurais que abandonam os campos para ir morar nas cidades e se tornam proletários urbanos” (Saraceno, 1997: 33).

Quer isto dizer que as famílias das zonas rurais mantiveram os seus modos de produção e de organização familiar, muito embora num contexto de alteração da própria composição social da população e da sua distribuição entre campo e cidade. Relativamente à população urbana, os impactos da industrialização foram mais profundos, embora não homogêneos quanto à época e quanto aos sectores

produtivos. Em traços gerais, cresceram quer a burguesia quer o operariado urbanos, difundindo-se aquilo que Tilly e Scott (citados por Saraceno, 1997) apelidaram de “economia familiar assalariada”. Esta expressão refere-se às famílias das classes trabalhadoras que, já não constituindo unidades produtivas, não deixaram de ser unidades económicas, já que todos ou quase todos os seus membros contribuíam com o seu trabalho e correspondente rendimento para a bolsa comum da casa: “Embora os rendimentos ganhos sejam individuais, o direito de os gastar e administrar é colectivo - é um direito da família” (Saraceno e Naldini, 2003: 247).

No âmbito desta unidade familiar ocorreram alterações assinaláveis na divisão do trabalho. As actividades reprodutivas e produtivas dissociaram-se crescentemente, na medida em que o local de trabalho se deslocou do interior da casa familiar para a fábrica. Progressivamente, com os homens adultos e os jovens de ambos os sexos a tornarem-se os trabalhadores fabris preferenciais, as mulheres, as crianças e os mais velhos foram-se dedicando mais às tarefas informais de apoio: preparação das refeições, arranjo do vestuário, limpeza da casa, trabalhos agrícolas complementares... Deste modo, configurou-se uma nova divisão do trabalho e de separação das tarefas, dos deveres e dos espaços para os homens e para as mulheres, para os mais jovens e para os mais velhos, dentro da família.

No entanto, não há dúvidas acerca do forte impacto da industrialização sobre as famílias, ao nível da chamada “transição demográfica”, ou seja, a passagem de altas taxas de mortalidade e de fecundidade para taxas baixas de mortalidade e de fecundidade. A melhoria dos salários, ocorrida já a partir dos finais do século XIX, determinando melhores condições de vida e de habitação para as populações urbanas, aliada aos progressos da medicina, implicou, portanto, uma diminuição da mortalidade em todas as idades e um aumento da esperança média de vida. Simultaneamente, com a mortalidade infantil a diminuir, também começam a nascer menos crianças mas com grandes probabilidades de chegar à idade adulta, factor que leva Gittins (1993) a considerar que as famílias se tornaram mesmo maiores. Em todo o caso, estes factores parecem apontar para

uma situação em que as famílias conhecem uma maior estabilidade do que no passado. Não só, ao longo do seu ciclo de vida, o número de parentes se tornou mais constante, como as próprias relações intergeracionais tiveram a oportunidade de durar mais tempo do que no passado. Acresce ainda o facto de ter recuado a idade ao casamento, possibilitado pelo aumento do trabalho assalariado - antes, os jovens tinham que esperar pela posse da terra do pai para casar, ou, em alternativa, prestar serviços até conseguir reunir economias suficientes. Isto significa que

“The ideal of a married couple setting up an independent household at marriage was widespread in early modern society - as it remains, although economic circumstances meant that it often could not be realised” (Gittins, 1993: 19).

Problematizada, de alguma forma, a associação entre industrialização e nuclearização da família, incidiremos agora num aspecto frequentemente apontado como crítica às teorias estruturo-funcionalistas sobre a família, em particular a Parsons. Referimo-nos ao problema de, ao procurar captar as grandes tendências globais de transformação da família no quadro da industrialização, Parsons tender a homogeneizar a família segundo um modelo único, o modelo das classes médias, escamoteando que “sob configurações de forma aparentemente idêntica se escondiam realidades bem diferentes” (Torres, 2001, 50).

A perspectiva histórica de Ariès (1973), por exemplo, esclarece-nos quanto ao carácter socialmente diferenciado das transformações familiares. Com efeito, este autor referiu-se à privatização crescente da família e concomitante crescimento do sentimento de infância, que teriam ocorrido a partir do século XVIII, como processos resultantes da urbanização e da separação progressiva entre lugar de trabalho e lugar de residência, já que tal separação teria implicado uma erosão das sociabilidades anteriormente existentes nas comunidades rurais. Nestas, as trocas afectivas eram asseguradas fora da família, no seio de uma densa rede que a envolvia, compreendendo vizinhos, amigos, companheiros de trabalho no campo.



“A densidade social não deixava lugar para a família. Isto não quer dizer que a família não existísse enquanto realidade vivida - seria paradoxal negá-lo. Mas não existia enquanto sentimento ou valor (Ariès, 1973: 316).

Da segregação de funções entre lugares de trabalho e sectores de residência resultaria, então, um recolhimento da família dentro de si própria, um afastamento relativamente à sociedade, tendo passado portanto as necessidades de apoio afectivo e emocional a ser satisfeitas dentro da própria família e as relações familiares a ser extremamente valorizadas, designadamente no que se refere às relações entre pais e filhos. Assim sendo,

“A família moderna subtraiu à vida colectiva não apenas as crianças, mas uma grande parte do tempo e das preocupações dos adultos. Esta nova família corresponde a uma exigência de intimidade e também de identidade: os seus membros encontram-se unidos pelo sentimento, pelo hábito e pelo modo de vida” ((Ariès, 1973: 323).

Contudo, e este é o aspecto que mais pretendíamos vincar, Ariès sublinhou a origem burguesa e aristocrática de tal mudança, que se teria iniciado nos nobres, burgueses e artesãos e lavradores ricos. Não se tratou, portanto de um processo afectando de igual modo e ao mesmo tempo todas as camadas sociais:

“No início do século XIX, grande parte da população, a mais pobre e a mais numerosa, vivia ainda como as famílias medievais, e os filhos não ficavam em casa dos seus pais. O sentimento do lar, do ‘chez soi’, do ‘home’, não existia para eles (Ariès, 1973: 312).

Numa perspectiva próxima, Shorter (1975) apontou a grande variabilidade das estruturas domésticas na Europa e América do Norte para sublinhar o facto de que, se efectivamente a família nuclear já existia antes da Revolução Industrial, é igualmente errado considerá-la como uma constante histórica. Assim, este autor referia uma maior prevalência da família-tronco e alargada na Europa oriental, por um lado, e em meios mais abastados, por outro lado, enfatizando contudo que “em muitas outras áreas da Europa ocidental e central, a família ampliada era comum e a família sem outros parentes uma anomalia” (Shorter, 1975: 38). A família nuclear, por sua vez, seria a mais característica de algumas regiões da América do Norte, da Inglaterra rural ou dos Países Baixos. Para este autor, e é aqui que se aproxima de Ariès, em nosso entender, a família nuclear ter-se-ia

consolidado de forma desigual, temporalmente falando, no espaço social tendo sido condicionada por uma alteração da imagem da criança e da relação entre mãe-bebé. Desta forma, “a prise de conscience do bem-estar do bebé ocorreria primeiro nas classes médias e a domesticidade seguiria na sua esteira” (Shorter, 1975: 221). Se no Antigo Regime, de uma forma geral, não predominava o sentimento de família, ou seja, não existia propriamente uma ideia de domesticidade e de privacidade associada aos parentes residentes numa mesma habitação, tal devia-se à circunstância de os membros da família se relacionarem prevalentemente com grupos de pares - ou, como afirmava Ariés, as sociabilidades eram públicas. Esses grupos abrangiam configurações muito diversas, conforme o país, a classe social, o género ou a idade dos seus membros, embora a título de exemplo, se possa designar que os mais jovens se reuniam com colegas de trabalho (aprendizes dos ofícios urbanos ou trabalhadores rurais), os mais velhos, já casados, encontravam-se na taberna, e as mulheres apresentavam as *veillés*<sup>7</sup>. O que é importante relevar é que, para os indivíduos, o papel da comunidade se sobrepunha ao da família, situação que o desenvolvimento do amor materno, nas classes médias, veio modificar, ao implicar uma maior dedicação do tempo dispendido pelas mulheres com os cuidados às crianças e, portanto, o seu afastamento das sociabilidades comunitárias. Por arrastamento, o clima afectivo dentro da família passaria a ser mais valorizado, integrando também a relação entre mulher e marido, o qual progressivamente também viria a centrar-se mais no lar, deste processo resultando o desenvolvimento do sentimento de domesticidade e a consolidação da família nuclear.

Também Segalen (1999) acentuou o carácter socialmente determinado do modelo familiar conjugal. Partindo da perspectiva segundo a qual “a força da instituição familiar não é somente objecto passivo das duras leis do destino económico e social mas antes, pelo contrário, um local de resistência que consegue adaptar-se às diversas situações” (Segalen, 1999: 5), a autora não deixa de concordar com Foucault, que, no que poderia ser considerada uma actualização da perspectiva

---

<sup>7</sup> A *veillée* era um grupo de solidariedade de mulheres casadas, cujo “modelo habitual consistia na presença de mulheres casadas ao lado das filhas casadoiras, com os pretendentes à janela” (Shorter, 1975: 227).

de Engels, via no capitalismo nascido da industrialização a origem de um modelo burguês de família, baseado na importância do casamento, no centramento dentro de casa, da divisão sexual das tarefas e na grande atenção dispensada às crianças. Discordando de Foucault quanto à ideia de que tal modelo teria sido imposto às classes operárias, reestruturando os seus modos de vida, por acção da Igreja, do Estado, do patronato e das associações de caridade, na medida em que a ideologia operária se demarcaria dos valores burgueses designadamente na “ (...) insistência quanto à natureza gratuita da ligação do homem à sua companheira, admitindo a união livre” (Segalen, 1999: 22), a autora admite que, na prática, se operou uma transformação dos modelos familiares a partir dos finais do século XX, acentuada no início do século XX, no sentido de uma separação entre a esfera privada e a esfera pública. Esta cultura de valorização dos cuidados prestados ao interior seria a cultura das classes médias, uma fusão entre a ideologia burguesa e as novas aspirações das classes operárias:

“No início do século XX, a classe operária adquire estratégias contraceptivas, e os filhos, menos numerosos, mais bem cuidados e educados, passam a ser objecto de um intenso investimento afectivo, pois, a prazo, será através deles que se efectuará a ascensão social da família” (Segalen, 1999: 22).

No seguimento do raciocínio de Segalen, forjava-se, desta maneira, uma oposição ideológica entre dois mundos opostos: o “lar”, símbolo de todas as virtudes, constituía o espaço familiar e representava o tempo de lazer, das relações pessoais e íntimas, da proximidade, do amor e sexualidade legítima, do sentimento e da irracionalidade, da moralidade, da harmonia; o mundo exterior, enquanto espaço das relações não familiares, era sinónimo de tempo de trabalho, das relações pessoais e anónimas, de distância, da sexualidade ilegítima, da racionalidade e da eficácia, da imoralidade, da dissonância.

Importa, neste momento, acentuar o carácter histórico e socialmente específico da ideologia associada à família conjugal. Se, como já destacamos, este tipo de família existia antes da industrialização, parece-nos que a sua valorização ocorreu principalmente daí em diante, largamente devido à difusão do modelo burguês, inicialmente junto das classes médias, posteriormente junto das classes operárias

assalariadas. Neste sentido, nas sociedades industrializadas, ter-se-á assistido a duas distinções emergentes: por um lado, a distinção entre as actividades claramente reprodutivas, anteriormente reduzidas, e as actividades produtivas, decorrente do facto de deixarem de ser realizadas ao mesmo tempo e no mesmo espaço; por outro lado, e em consequência da primeira, uma separação entre o espaço público e o espaço privado. No entanto, de forma diferente à equacionada por Parsons, estas distinções começaram por ser delineadas no âmbito da burguesia, estendendo-se progressivamente às classes trabalhadoras (Saraceno e Naldini, 2003). Para Gittins (1993), o desenvolvimento das classes médias, na sequência da industrialização, terá sido mesmo fulcral para a expansão da ideologia burguesa da família, baseada na fixação da mulher em casa e no trabalho masculino como forma assegurar a subsistência familiar. Desta forma, com o desenvolvimento do capitalismo, cada vez mais famílias começaram a ficar dependentes unicamente do trabalho assalariado e, em muitos casos, era necessário que todos ou quase todos os membros da família - independentemente do sexo ou da idade - trabalhassem para poder sobreviver. Contudo, para as novas classes médias, com mais poder económico, social e político, as remunerações dos homens permitiam-lhes manter as mulheres e crianças em casa, à semelhança das classes burguesas, numa situação que passou a ser vista, progressivamente, como desejável e natural. Assim sendo, também a visão acerca da progressiva diversificação dos ciclos de vida dos homens - organizados em torno da sua vida de trabalho remunerado - e das mulheres - organizados em torno das fases de procriação e de desenvolvimento das crianças - acabou por se naturalizar.

Finalmente, parece-nos ser importante evidenciar criticamente o postulado parsoniano relativo ao isolamento estrutural da família nuclear. Como vimos, o modelo funcionalista apontava a família nuclear, constituída por dois companheiros adultos vivendo com os seus filhos, como sendo o resultado das exigências de flexibilidade colocadas pela sociedade industrial. Nesta medida, tratava-se de um grupo que funcionava de forma relativamente autónoma, com poucos contactos com o exterior e que assegurava as tarefas fundamentais para a integração social dos indivíduos, especialmente através da socialização. Também

esta perspectiva, que apontava para uma progressiva perda da força social das relações de parentesco mais vastas e para um isolamento das famílias de procriação relativamente ao conjunto da parentela acabou, para alguns autores, por não se concretizar inteiramente. É neste sentido que Litwak (citado por Barata, 1975), considerando a existência, mesmo nos meios urbanos, de uma densa rede de parentesco que constitui um suporte de entreajuda mútua, utiliza o conceito de família extensa modificada, referindo-se ao conjunto das famílias de orientação dos cônjuges de cada família de procriação, bem como aos seus irmãos e respectivas famílias de procriação. Não se trata da família extensa no seu tipo convencional, implicando a co-residência, mas não deixa de constituir uma rede de parentesco relevante no plano económico, social e afectivo, que actua como um recurso essencial na vida quotidiana dos indivíduos.

Nesta perspectiva, a família nuclear, ainda que residencialmente autónoma, não se encontra no isolamento descrito por Parsons, vivendo no interior de uma densa rede de relações e trocas, que fornece apoio e protecção, rede esta longe, portanto, de estar desactivada como recurso económico-social e como forma de controlo e, constituindo, pelo contrário, uma agência de mediação social importante nas sociedades industrializadas (Segalen, 1999). As relações intergeracionais assumem uma relevância particular no âmbito desta família extensa modificada, e em fases diferenciadas do ciclo de vida dos indivíduos, com os pais a prestarem auxílio financeiro ou até apoio em tarefas concretas como o cuidado aos netos pequenos na fase inicial do casamento dos filhos que, por sua vez, assumem a assistência aos pais na velhice. Se estas relações têm como base a afectividade, não deixam de se evidenciar os aspectos instrumentais que comportam, ou seja, o valor prático, social, económico, de muitas das trocas que se realizam.

Para rematar este ponto do nosso trabalho, não podemos deixar de acrescentar que as variações e mudanças nas estruturas familiares, expressas nas estatísticas demográficas dos países industrializados, assim como na mutação dos valores e das normas, também contribuíram para o abalar do modelo funcionalista. Referimo-nos ao aumento das taxas de divórcio, à diminuição das taxas de

casamento e de fertilidade, bem como ao surgimento de novas situações familiares, desde as famílias monoparentais aos casais homossexuais, passando pela união de facto, pelas famílias recompostas, fenómenos que iremos analisar com mais detalhe de seguida. Contudo, não podemos deixar de concordar com René e outros (2002), quando referem o peso normativo do modelo familiar descrito por Parsons nas sociedades ocidentais no período do pós-guerra, um modelo fora do qual tudo é desvio, desde o divórcio às mães solteiras, passando pela união de facto.

## 2.2. Tendências recentes das estruturas familiares nas sociedades ocidentais

As mudanças assinaláveis que a família do mundo industrializado atravessou a partir dos anos setenta têm a peculiar característica de apresentarem traços comuns em países muito diversos do ponto de vista cultural, político ou mesmo religioso (Segalen, 1999; Giddens, 2002), não podendo isolar-se de um conjunto de fenómenos sociais e demográficos entretanto ocorridos, pelo que é inevitável considerar que “à différent niveaux, changements de société et changements familiaux sont étroitement liés” (Dandurand, 1992: 5). As alterações a que temos vindo a assistir nas estruturas familiares dizem respeito a uma variedade de aspectos, entre os quais destacaremos a dimensão, a composição e o tipo.

Nesta perspectiva, são de assinalar algumas tendências demográficas que percorreram as sociedades ocidentais, ainda que com ritmos diferenciados, como o aumento da esperança de vida, forte nos finais do século XIX e moderado a partir de meados do século XX, e a diminuição dos nascimentos, e que tiveram um forte impacto sobre as unidades familiares. Com efeito, o aumento do número de famílias registado desde meados do século XX resulta, em parte, do envelhecimento da população, na medida em que aumentaram as famílias constituídas por idosos vivendo sem os filhos que, já adultos, entretanto se autonomizaram da família de orientação. Entre as famílias de idosos, destacam-se as famílias unipessoais de idosos, usualmente resultantes da morte do cônjuge do indivíduo que vive sozinho - sobretudo a mulher.

Por outro lado, se as famílias aumentaram em número, manifestou-se a tendência para diminuir em dimensão, não só por ser hoje mais corrente que os casais atinjam o ciclo de vida caracterizado pela ausência dos filhos, mas também devido à quebra da taxa de natalidade, que se reverte em menos filhos para o casal, logo, em menos elementos dentro de uma mesma família. O nascimento de menos crianças encontra-se ligado, como vimos, a uma visão diferenciada sobre a infância hoje em dia relativamente ao passado: de investimento permitindo auxiliar no sustento económico da família, as crianças passaram cada vez mais a ser vistas como um bem de consumo afectivo, a quem se deve proporcionar um conjunto de condições necessárias - educação, vestuário, alimentação, amor - a uma vivência feliz. A opção por ter menos filhos, para lhes dar mais e melhor, foi obviamente facilitada pela difusão dos métodos contraceptivos, particularmente da pílula, a partir dos anos sessenta. A pílula contraceptiva, permitindo a dissociação entre sexualidade e procriação, facilitou igualmente o controlo do número e do momento dos nascimentos, funcionando portanto como

“(…) un moyen que les couples ont utilisé pour avoir les enfants désirés et pour rajuster la dimension de leur progéniture au contexte de la société contemporaine” (Dandurand, 1992: 7).

É possível perceber, na continuação do que temos vindo a observar, a grande variedade das mudanças provocadas pela passagem de uma sociedade com alta fertilidade e alta mortalidade para uma sociedade de baixa fertilidade e baixa mortalidade. Os aspectos mais globais relacionados com o aumento do número de famílias e da redução na sua dimensão, parecem apontar para um reforço da nuclearização familiar, comportando esta a difusão do modelo da família conjugal neolocal, quer entre os mais jovens, quer entre os mais velhos, o que acaba por ter impactos sobre os próprios ciclos da vida familiar:

“(…) mais casais iniciam a sua vida familiar sozinhos, do ponto de vista da convivência; e mais idosos, particularmente idosos, terminam a sua história familiar e pessoal vivendo sozinhos em sua própria casa” (Saraceno e Naldini, 2003: 61).

Constata-se ainda que o aumento de longevidade, implicando um aumento do número de gerações vivas, fez prolongar a duração de determinados papéis de

parentesco, como o de marido ou de mulher, pai de filhos não dependentes, de avô ou de avó, ao mesmo tempo que se reduziu a probabilidade de ocorrência de outros papéis, como o de irmão. Por outro lado, observou-se também o envelhecimento de algumas transições de vida: aumento da idade ao casamento, ao deixar a casa parental, ao ter o primeiro filho, factos que acontecem a par da tendência para a diminuição da idade necessária para a assumpção de determinados papéis no sistema social (por exemplo, direito de voto, carta de condução). No entanto, o que parece é que os indivíduos preferem adiar alguns dos acontecimentos que significam a entrada efectiva na idade adulta: independência económica relativamente aos pais, união adulta formal (através do casamento ou da coabitação “a longo prazo”), entrada na parentalidade. Por sua vez, este adiamento das transições familiares por parte dos mais jovens conduz a um subsequente adiamento das transições de outros membros, já que, por exemplo, adiar o nascimento do primeiro filho conduz a um maior espaçamento temporal entre as gerações, e, obviamente, a uma transição para a condição de pai ou de avô mais tardia do que no passado (Harper, 2003).

Em todo o caso, se a nuclearização da família nas sociedades ocidentais significa que também se deu um recuo das famílias extensas - não obstante a manutenção dos laços de solidariedade entre os parentes -, não é menos evidente que ao grupo doméstico conjugal (casal com filhos), dominante até à década de sessenta do século XX, se tem vindo a acrescentar, com uma visibilidade estatística crescente, uma variedade de novos tipos de modelos familiares.

Os agregados unipessoais, como já destacamos anteriormente, são resultantes do aumento da esperança média de vida, mas relacionam-se também com o fenómeno de instabilidade crescente do casamento, de que decorre o aumento do divórcio e, portanto, o aumento de pessoas não idosas - particularmente do sexo masculino - a viver sozinhas. Por outro lado, aumentaram a sua representatividade, igualmente, os casais sem filhos, seja por efeito do retardamento da idade ao nascimento das crianças, ou mesmo da opção de não as ter, ou ainda devido à saída de casa dos filhos já adultos, gerando-se neste caso uma fase familiar por alguns designada de “ninho vazio”. Embora deixemos



para o capítulo 5 uma análise mais detalhada dos comportamentos de conjugalidade, não deixa de ser pertinente acentuar desde já as modificações afectando a própria estrutura do casal, patentes designadamente no aumento da união de facto. Para Kaufmann (1993), no que se refere à Europa, a tendência para o casal se tornar uma realidade menos institucionalizada, através da experiência de viver informalmente a dois, anteriormente excepcional, tornou-se crescentemente legítima a partir dos anos sessenta, inicialmente nos países do Norte e estendendo-se depois ao Centro e ao Sul. Aliás, as estatísticas oficiais não contabilizam na união de facto - que implica a co-residência - uma categoria específica dos casais informais, a saber, os casais não coabitantes, o fenómeno do “living together apart”, ou seja, a situação dos

“ (...) casais que partilham uma relação sexual e afectiva estável sem contudo partilharem um espaço de vida, como os jovens que numa parte da semana estão juntos e que durante o resto do tempo vivem em casa dos pais (...) ou de casais divorciados em vias de reconstrução” (Segalen, 1999: 62).

Evidenciam-se ainda outros tipos de família com peso crescente nas sociedades ocidentais. É o caso das famílias monoparentais, ou seja, constituídas por apenas um dos progenitores, frequentemente a mãe, com filhos dependentes (crianças ou jovens adultos solteiros). Se, na origem da monoparentalidade, podem estar ocorrências como a viuvez, a procriação fora da conjugalidade, as separações ou os divórcios, o grande aumento deste tipo de famílias no decurso das últimas décadas do século XX e princípios do século XXI parece encontrar as suas principais causas explicativas no aumento das separações e divórcios (Saraceno e Naldini, 2003), factor que não colide, apesar de tudo, com a grande heterogeneidade de situações identificáveis dentro de tal designação. Assim, as situações mais classicamente conotadas com a noção de mãe solteira (mulher com um ou mais filhos de relações não duradouras), e associadas, pelo menos na Europa, aos estratos mais jovens e menos escolarizados - mais fragilizados - da população, para quem a maternidade geralmente não foi voluntária (Ferreira e Aboím, 2002), coexistem com as situações dos casais (de facto ou casados) que se separaram ou divorciaram depois do nascimento do(s) filho(s). Por outro lado, e precisamente na sequência de processos de separação ou de divórcio, surgiram

ainda as famílias recompostas, integrando, portanto, adultos separados ou divorciados e os respectivos filhos, relativamente às quais Segalen (1999) se refere como introduzindo profundas inovações no domínio do social, pois

“ (...) cobrem realidades sociais e familiares muito diversas, de acordo com a categoria social e o nível cultural dos parceiros, a idade destes, a idade, o número e o sexo dos filhos, as condições de ruptura e da nova união, etc.” (Segalen, 1999: 64).

Com efeito, é possível equacionar, em função dos factores enunciados por esta autora, uma grande variedade de combinações possíveis para as famílias recompostas: um ou ambos os parceiros podem ter filhos de anteriores casamentos; as experiências anteriores de conjugalidade podem ser diferentes para cada um deles (casamento ou união de facto); a nova união pode configurar-se como casamento ou não; dela podem resultar eventualmente mais filhos.

Mais controversa, não pode deixar de ser referida a situação dos casais homossexuais, que, em alguns países, nem sequer é equiparável legalmente às uniões de facto heterossexuais<sup>8</sup> e que, em ainda menos, é reconhecida através do casamento. Na origem da imagem controversa sobre os casais homossexuais, que conduz à própria ausência, na linguagem quotidiana, da expressão “família homossexual”, encontra-se precisamente

“(…) o tipo de sexualidade que propõem que contrasta com qualquer ideia de família, porque não heterossexual e não potencialmente criativa. De facto, é a relação homossexual que desafia radicalmente a ideia de família simultaneamente como pacto de solidariedade entre gerações e de procriação (Saraceno e Naldini, 2003: 78).

Sem dúvida, estas e outras alterações nas dinâmicas familiares encontram-se relacionadas com factores de ordem cultural, política e económica ocorridos nas últimas décadas do século XX, para além das já referidas alterações demográficas. Neste sentido, é importante assinalar o impacto de fenómenos como o aumento da escolarização das crianças de jovens, designadamente ao nível do ensino superior, assim como a participação crescente das mulheres no sistema de trabalho ou ainda a influência do Estado-Providência sobre a vida

---

<sup>8</sup> Em Portugal, a Lei das Uniões de Facto (Lei 7/2001, de 11 de Maio) reconhece as uniões homossexuais.

privada das famílias através, por exemplo, da adopção de medidas relativas à maternidade, da expansão da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar, das alterações legislativas no que se refere ao divórcio ou à união de facto.

Neste contexto, é importante destacar a importância crescente das famílias de dupla carreira, isto é, das famílias nas quais o homem e a mulher desempenham carreiras profissionais a par da vida familiar. Ainda que se possa distinguir este conceito do de famílias de trabalho duplo, nas quais o trabalho feminino é encarado como necessário para a subsistência familiar mas não como parte integrante da identidade da mulher, as sociedades ocidentais têm assistido a uma participação crescente no sistema de trabalho por parte das mulheres de todos os escalões etários, a não apenas das mais jovens e solteiras, como acontecia predominantemente nas décadas que se seguiram ao pós-guerra.

### 3. Estruturas familiares em Portugal: a realidade recente

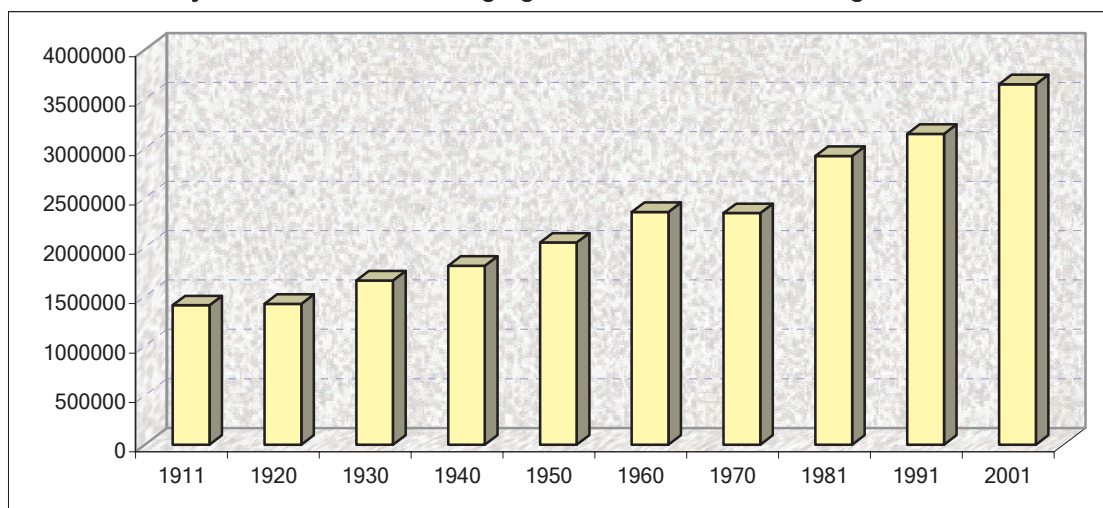
De acordo com as tendências verificadas na maioria dos países ocidentais ao longo do século XX, assistiu-se em Portugal a um aumento constante do número de famílias. Com efeito, o Gráfico 1 permite-nos observar, no nosso país, uma tendência para o crescimento contínuo da formação de novas famílias, já que, aos 1411327 agregados domésticos<sup>9</sup> registados em 1911 se foram acrescentando sucessivamente novos agregados, ultrapassando-se a barreira dos 2000000 em 1950 (2047439) e dos 3000000 em 1991 (3147403), até se atingir um total de 3650757 em 2001. Apenas em 1970 se constata uma quebra ligeira deste crescimento, facto atribuível, em nosso entender, às dinâmicas de emigração da população portuguesa durante os anos sessenta, que fizeram deslocar para fora do nosso país um conjunto alargado não só de indivíduos isolados como de

---

<sup>9</sup> Empregamos a expressão “agregado doméstico” na acepção de Laslett (1972), ou seja, enquanto grupo de indivíduos que, vivendo na mesma residência, também partilham recursos ou actividades (critério funcional), podendo estar ligados por laços de parentesco (sangue ou aliança) ou não. O INE, fonte dos dados estatísticos que apresentamos, utiliza o conceito de “família clássica” partindo dos mesmos critérios (co-residência e funcional), como unidade de alojamento onde residem ou uma pessoa independente ou um conjunto de pessoas com relações de parentesco de direito ou “de facto”, podendo integrar indivíduos que, mesmo sem relações de parentesco, tenham em comum a alimentação ou os rendimentos.

famílias inteiras, conjugadas com os efeitos da Guerra Colonial sobre a formação de novas famílias, dado os contingentes militares serem constituídos maioritariamente por jovens que, sendo enviados compulsoriamente para o Ultramar, viram os seus percursos de vida interrompidos e alguns projectos adiados, designadamente no que se refere ao casamento.

**Gráfico 1. Evolução do número total de agregados domésticos em Portugal**



Fonte: INE, séries cronológicas

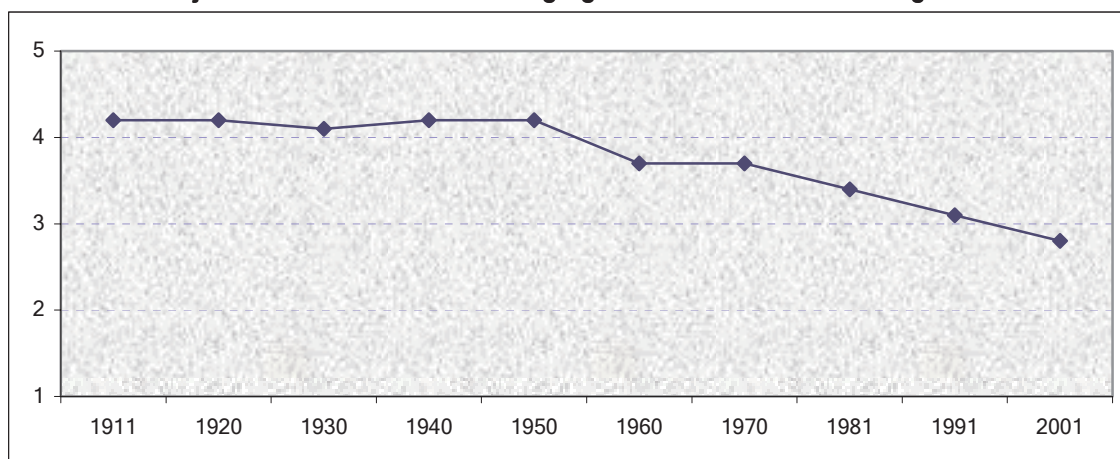
Relativamente a este aumento do número de famílias observado em Portugal, que acabámos de referir, poderíamos, numa leitura apressada, associá-lo a uma evolução positiva dos casamentos celebrados, em consequência do acréscimo populacional registado ao longo do século passado. Nesta perspectiva, as famílias aumentariam em número devido ao facto de a própria população aumentar, sucedendo a ocorrência de mais casamentos e originando-se assim mais agregados domésticos. No entanto, sabemos que a explicação para este fenómeno não se encontra numa evolução positiva dos indicadores demográficos referentes à nupcialidade observáveis ao longo do século XX, dado que, na realidade, estes indicadores evoluíram em sentido contrário, particularmente a partir dos anos setenta, como veremos com mais detalhe no Capítulo IV<sup>10</sup>. Isto significa que a referida evolução quantitativa das estruturas familiares é o fruto de profundas mudanças no seu arranjo interno, originadas pelos processos de transformação, aos mais diversos níveis, que a sociedade portuguesa foi

<sup>10</sup> A taxa bruta de nupcialidade decaiu de 9,4 por mil em 1970 para 5,7 por mil em 2001 (INE, Censos 1970 e 2001).

conhecendo ao longo do século XX, e que se aceleraram acentuadamente depois da revolução do 25 de Abril.

No seguimento da afirmação anterior, consideramos importante, desde logo, atentar na constatação de que, se as famílias clássicas aumentaram em número, como vimos, os elementos que delas fazem parte, pelo contrário, vieram a decrescer sucessivamente, como indica quer a evolução da dimensão média das famílias (Gráfico 2), quer a evolução das famílias por número de elementos (Tabela 15).

**Gráfico 2. Evolução da dimensão média dos agregados domésticos em Portugal**



Fonte: INE, Séries Cronológicas

Observamos com clareza que a dimensão média das famílias, depois de um longo período de relativa estabilidade até meados do século (à volta de 4,2 indivíduos por agregado familiar), começou a diminuir progressivamente a partir de então: de 3,7 indivíduos em 1960 reduziu-se para 2,8 indivíduos em 2001. Contudo, as famílias portuguesas, em conjunto com as espanholas e irlandesas, apresentam ainda uma dimensão superior à média da União Europeia<sup>11</sup>, que em 2000 era de 2,4 pessoas (Eurostat, 2002).

<sup>11</sup> Neste caso, UE15.

**Tabela 1. Evolução do número de elementos de cada agregado doméstico em Portugal (%)**

Nº elementos	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
1	9,8	8,7	7,8	7,6	7,6	10,8	10	13,0	13,8	17,3
2	16,2	16,2	*	16,3	17,0	19,6	21,94	23,5	25,3	28,4
3 a 5	47,4	48,8	*	51,1	53,3	52,6	52,19	52,9	54,2	51,0
+ 5	26,6	26,3	*	24,8	22,2	17,1	15,87	10,6	6,6	3,3

\* Dados não disponíveis

Fonte: INE, séries cronológicas

Por seu turno, a análise da Tabela 1 permite-nos realçar várias tendências: o aumento das famílias unipessoais a partir de meados do século e, particularmente, a partir dos anos oitenta; a representatividade igualmente ganha pelas famílias de duas pessoas; a perda de peso das famílias constituídas mais de cinco elementos; a constância relativa da representatividade das famílias de três a cinco elementos no conjunto das famílias clássicas portuguesas.

A explicação para as tendências apontadas tem, necessariamente, de recorrer a múltiplos factores, entre os quais destacamos, por enquanto, a redução do número de filhos por casal. Este fenómeno tem subjacentes profundas mudanças relacionadas com a alteração dos papéis de género na sociedade portuguesa, designadamente no que se refere à entrada das mulheres no mercado de trabalho, acentuada a partir dos anos setenta, e que condicionou a prevalência das famílias de dupla carreira na actualidade. A este propósito, note-se que Portugal se apresenta como um dos países europeus com mais altas percentagens deste tipo de famílias (73,5% dos casais com filhos, em 2000<sup>12</sup>), como tem sido demonstrado por vários estudos (Almeida e outros, 1998; Torres e outros, 2004), por oposição ao modelo mais tradicional, baseado no trabalho unicamente masculino, ainda maioritário em Itália, Espanha, Irlanda e Luxemburgo.

É necessário ter presente que, no nosso país, já durante a década de sessenta se havia gerado um conjunto de condições favoráveis a uma integração da população feminina no trabalho remunerado, com o desenvolvimento económico a impulsionar a expansão das actividades do sector terciário e a oferta de empregos

<sup>12</sup> Percentagem relativa ao total de casais com filhos menores de 15 anos, em que pelo menos um dos parceiros trabalhava mais de 30 horas semanais)

neste sector, a par da já mencionada Guerra Colonial que, ao fazer sair para fora do país um elevado número de jovens do sexo masculino, favoreceu a necessidade de recrutamento da mão-de-obra disponível, a feminina. No entanto, eram sobretudo as mulheres mais jovens e solteiras que integravam a força de trabalho feminina., dado que, com o casamento e sobretudo com o nascimento dos filhos, era frequente abandonarem a actividade remunerada. Foi, portanto, a partir do 25 de Abril de 1974 que ocorreram as mudanças mais significativas para a participação cada vez maior das mulheres portuguesas no sistema de trabalho. Por um lado, o processo de democratização do sistema educativo conduziu a uma elevação das habilitações escolares das mulheres, gerando, neste grupo, não apenas maiores possibilidades de obtenção de empregos mais qualificados, como também novas aspirações de vida, expressas na importância crescente do trabalho remunerado para a identidade social feminina. Evidentemente, a este fenómeno não foram alheias as profundas alterações culturais que entretanto percorreram a sociedade portuguesa, relativas à visão do papel da mulher na sociedade e ao seu direito ao trabalho. Por outro lado, mas de forma interligada com os aspectos anteriores, as mudanças políticas ocorridas com a abertura da sociedade também se concretizaram em medidas facilitadoras do trabalho feminino, nomeadamente no que toca aos aspectos legais da protecção à maternidade das mulheres trabalhadoras, bem como à expansão da oferta de infantários e creches. Concomitantemente, o trabalho feminino contribuiu para o aumento dos rendimentos das famílias, o que, a par do aumento dos salários reais registado nas últimas décadas do século XX, terá ainda determinado uma elevação do nível de vida das famílias, mas também uma elevação das exigências e aspirações a satisfazer no seu âmbito, designadamente no campo do consumo, factores que acabam por transformar o trabalho feminino imprescindível para a economia familiar.

A todos estes factores associa-se, evidentemente, a possibilidade de as mulheres e os casais limitarem o número de filhos, com a generalização do uso dos métodos contraceptivos.

Todos os factores que acabámos de enunciar jogaram um papel fundamental na redução do número de filhos por casal<sup>13</sup>, decorrendo daqui, em parte, a tendência para a diminuição da dimensão média das famílias portuguesas e concomitante aumento de peso das famílias com menos elementos e menor representatividade das famílias de maior dimensão. Não obstante, outros fenómenos concorreram para que os núcleos familiares tenham vindo a integrar cada vez menos membros. Neste contexto, é importante acentuar que é a própria composição da família (e não apenas a quantidade de membros) que tem vindo a sofrer alterações significativas, em consequência da interacção conjunta das dinâmicas demográficas da população portuguesa, no sentido do seu envelhecimento, e de profundas mudanças no âmbito sócio-cultural, com relevo para as tendências para a individualização das relações sociais e para a privatização da família, cuja análise faremos em seguida.

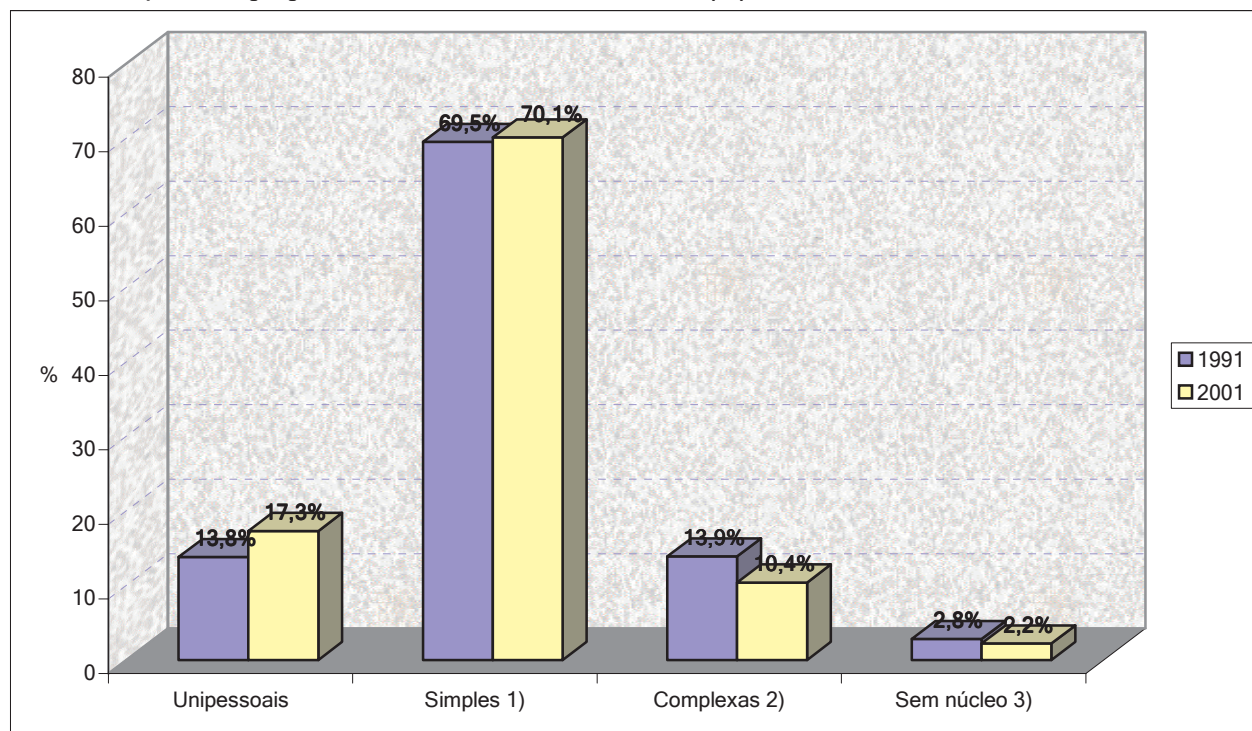
Com este objectivo, procuraremos caracterizar as mudanças operadas na composição dos agregados familiares, na última década.

Da observação do Gráfico 3 retira-se, desde logo, o peso das famílias simples no conjunto dos agregados domésticos em Portugal, a par da redução da representatividade das famílias complexas e do aumento, já atrás assinalado, das famílias unipessoais na década em apreço.

---

<sup>13</sup> O índice sintético de fecundidade, por exemplo, era superior a 3 crianças por mulher em 1960, tendo-se reduzido até 1995, ano a partir do qual estabilizou, à volta dos 1,5 filhos por mulher. A partir de 1983, tornou-se mesmo inferior ao nível mínimo de substituição das gerações (2,1 filhos por mulher) (INE, Estatísticas demográficas).



**Gráfico 3. Tipos de agregados domésticos em 1991 e 2001 (%)**

1) Famílias de 1 núcleo (casal com ou sem filhos e famílias monoparentais); 2) Famílias com mais de 1 núcleo (alargadas ou múltiplas); 3) Pessoas partilhando a mesma residência, sem laços conjugais ou parentais.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

A interpretação para este último dado deve, quanto a nós, partir do impacto provocado pelo aumento da esperança de vida da população portuguesa e do conseqüente envelhecimento populacional<sup>14</sup>. Com efeito, se as famílias unipessoais foram aquelas cujo acréscimo foi mais significativo entre 1991 e 2001, passando de 13,8% para 17,3% (variação de 45%, de acordo com Leite, 2003a), é de realçar o número significativo de pessoas idosas no conjunto deste tipo de famílias, à semelhança do que as estatísticas referentes à generalidade dos países mais industrializados também têm vindo a apontar. Em Portugal, efectivamente, 50,8% das famílias unipessoais são compostas por indivíduos com 65 ou mais anos, com maior peso para as mulheres do que para os homens (Leite, 2003a), diferenciação provocada pela maior esperança de vida da população feminina.

<sup>14</sup> A esperança média de vida à nascença em Portugal era, em 1960, de 60,7 anos para os homens e de 66,4 anos para as mulheres, e, em 2002, de 73,7 e 80,6 anos, respectivamente; as pessoas com 65 e mais anos de idade representavam, em 1960, 8,0% e, em 2001, 16,4% da população residente (INE, Séries Cronológicas). Entre estas duas datas, o índice de envelhecimento passou de 27 idosos por 100 jovens para 103 idosos por 100 jovens (INE, 2002).

Procurando tornar esta análise mais fina, tomemos agora em linha de conta que as famílias unipessoais incluem tanto as pessoas que efectivamente vivem sozinhas num alojamento, como aquelas que, embora partilhem uma determinada habitação com outros indivíduos, são destes autónomas em termos de alimentação e rendimentos (Magalhães, 2003; Guerreiro, 2003). Centrando-nos no primeiro caso, isto é, nas pessoas que vivem de facto sós, chamamos desde já a atenção para o facto de Portugal, no conjunto de países da UE 15, apresentar das mais baixas percentagens de pessoas nesta situação (5% em 2000, ano em que a média comunitária era de 12%), bem como registar percentagens reduzidas de pessoas com 65 e mais anos (3% em 2000), quando comparadas com os valores comunitários (5% em 2000) (Eurostat, 2002).

Por outro lado, particularizando a análise das pessoas que vivem sós em Portugal, parece-nos claro que, apesar da predominância dos idosos, o aumento mais significativo se registou nos escalões etários mais baixos, que integram os indivíduos até aos 49 anos, e nos quais são os homens que mais frequentemente apresentam a situação de viver sozinhos, inversamente ao que se verifica nos os indivíduos com mais idade (Tabela 2).

**Tabela 2. Pessoas sós em 1991 e 2001, por escalões etários (%)**

Escalões	1991	2001
<b>15-29 anos</b>		
Homens	3,8	6,1
Mulheres	3,6	5,6
<b>Total</b>	<b>7,4</b>	<b>11,7</b>
<b>30-49 anos</b>		
Homens	6,9	10,7
Mulheres	6,5	7,7
<b>Total</b>	<b>13,4</b>	<b>18,4</b>
<b>50-64 anos</b>		
Homens	7,1	6,5
Mulheres	16,3	12,5
<b>Total</b>	<b>23,3</b>	<b>19,0</b>
<b>65 e mais anos</b>		
Homens	12,2	11,3
Mulheres	43,5	39,5
<b>Total</b>	<b>55,7</b>	<b>50,9</b>

Fonte: Censos 1991 e 2001

O que os dados anteriores parecem sugerir é que, juntando-se ao envelhecimento da população e ao aumento da esperança média de vida, com impacto principalmente nas mulheres e que justificam que uma elevada percentagem de idosos vivam sozinhos, outras alterações, de índole não estritamente demográfica, têm vindo a condicionar o aumento de peso das famílias unipessoais. Referimo-nos a um conjunto de dinâmicas que, agindo na esfera sócio-cultural, são responsáveis, em nosso entender, pela importância crescente dos indivíduos mais novos a viver sós: as tendências para o afrouxamento dos constrangimentos institucionais sobre o comportamento dos indivíduos e sobre as relações sociais por eles estabelecidas com os outros. Embora o desenvolvimento das teorias da individualização, como anteriormente apontámos, tenha lugar noutro capítulo deste trabalho (Capítulo IV), em função da sua pertinência para a análise das alterações nos comportamentos de conjugalidade, faz sentido acentuar desde já que, de acordo com autores como Beck (1992, 1994), Giddens (1994, 1995) ou Bauman (2001), temos vindo a assistir a uma valorização crescente das identidades pessoais e da autonomia dos indivíduos relativamente à instituição familiar. Nesta óptica, os projectos de vida dos actores sociais passam mais pela decisão e escolha individual, e não tanto pelas obrigações e solidariedades para com a família, que perderia assim a sua importância em termos de coesão.

Se, de acordo com este enquadramento, os indivíduos baseiam muito mais as suas opções de vida por referência aos seus desejos e aspirações pessoais, designadamente relacionados com uma vivência satisfatória dos afectos e com os interesses profissionais, as implicações deste fenómeno para o aumento dos agregados mono-residenciais, que estamos a procurar explicar, parecem-nos diferenciadas em função da idade e do ciclo de vida dos indivíduos. Assim sendo, junto dos mais jovens (15-29 anos), a situação de viver sozinho faz parte de um processo mais vasto de autonomização da família de origem, de procura de uma identidade pessoal que não passa pela construção imediata de uma nova família, pela via da conjugalidade (Galland, 1991). Esta autonomização pode inclusivamente ver-se facilitada, quando não mesmo determinada, pelos imperativos de mobilidade profissional que nas sociedades actuais se fazem sentir sobre os jovens no início dos seus percursos profissionais (Beck, 1992). Aliás, o

aumento da idade média ao casamento tem vindo a ser uma constante, não só em Portugal, como por toda a Europa<sup>15</sup>, constituindo um indicador das alterações que têm vindo a afectar os processos de transição para a vida adulta. No entanto, consideramos que a análise destes processos tem necessariamente de incidir na complexidade que os atravessa. Concretamente, vários estudos relativos à sociedade portuguesa têm demonstrado a prevalência dos modos tradicionais de transição familiar entre jovens, ou seja, da transição baseada na simultaneidade dos principais acontecimentos que a marcam, a saída de casa dos pais e o casamento (Guerreiro e Abrantes, 2005; Almeida, 2003; Almeida e Guerreiro, 1993). Assim, este modelo tradicional continuaria a ser dominante, mas retardado no trajecto de vida dos indivíduos, complexificando-se e diversificando-se, gerando uma pluralidade de situações e de trajectos (Guerreiro e Abrantes, 2005). Não podemos, portanto, deixar de sublinhar a heterogeneidade que parece estar subjacente à passagem dos jovens à condição adulta, quando estamos perante tendências aparentemente tão contraditórias quanto o crescimento de peso dos jovens a viverem sozinhos, por um lado, e o retardamento da idade ao casamento num quadro de manutenção das representações e práticas tradicionais concernentes à formação de família, por outro. O que, de facto, consideramos que está aqui em questão é a não homogeneidade inerente à categoria social dos jovens portugueses, na medida em que, se para alguns, com um peso crescente nos últimos anos, a saída da residência familiar de origem acontece com vista à concretização de uma autonomia pessoal, para outros, ainda a maioria, esse acontecimento é sinónimo de constituição de uma nova família, mas retardado no tempo. Variáveis como o sexo, a origem social ou as habilitações escolares marcarão, possivelmente, tais diferenciações entre os jovens.

Por sua vez, para os indivíduos entre os 30 e os 49 anos, a condição de monoresidência assume outros significados, não menos relacionados, quanto a nós, com as lógicas de individualização. Assim, de um lado, trata-se de uma situação

---

<sup>15</sup> Em Portugal, a idade média ao 1º casamento era, em 1991, de 28,0 anos para os homens e de 25,3 anos para as mulheres e, em 2001, de 29,8 anos para os homens e de 27,4 anos para as mulheres (INE, Censos 1991 e 2001). Conjuntamente com a Bélgica e a Grécia, o nosso país apresentava as médias mais baixas da União Europeia em 2002 (média da UE 15 para os dois sexos: cerca de 30 anos), apresentando a Suécia e a Dinamarca as médias mais altas (Eurostat, 2005).

que parece justificar-se por relação com o aumento da divorcialidade na sociedade portuguesa<sup>16</sup>, numa tendência a que a grande generalidade dos países ocidentais assistiu nas décadas finais do século XX e que encontra a sua explicação num vasto conjunto de factores, de entre os quais destacamos as mudanças operadas na própria lógica do casamento. Com efeito, tendo como referência a passagem de um tipo de casamento “institucional” para o casamento “companheirismo” (Burgess, Locke e Thomas, 1960)<sup>17</sup>, poderemos acentuar que, sendo o relacionamento afectivo que actualmente funda e permite a manutenção da união conjugal, na medida em que é através dele que cada parceiro busca a sua própria felicidade, quando o sentimento amoroso desaparece, e dada a perda da importância dos constrangimentos colectivos sobre a acção individual, é o próprio casamento que deixa de fazer sentido.

Esclarecida, de alguma forma, a problemática das famílias unipessoais, passamos agora à análise de dois outros fenómenos intimamente relacionados entre si e cuja relevância se encontra patente no Gráfico 6, anteriormente apresentado. Referimo-nos à continuidade do peso significativo, na sociedade portuguesa, das famílias simples (constituídas por um só núcleo), concomitantemente com a perda de relevância das famílias complexas (com mais do que um núcleo). Convém ter presente que, em Portugal, as formas complexas de organização familiar sempre foram minoritárias (Vasconcelos, 2003)<sup>18</sup>, ao contrário da ideia muito frequentemente veiculada segundo a qual, no nosso país e em particular no norte, predominaria um sistema familiar multigeracional e alargado. Não obstante este facto, a importância relativa e absoluta deste tipo de famílias tem vindo a decair,

---

<sup>16</sup> Entre 1991 e 2001, o número de divórcios decretados passou de 10047 para 18851, o que representa um aumento de 87,6% e a subida da taxa de divorcialidade de 1,0 por mil para 1,8 por mil; em cada 100 casamentos, havia 14 divórcios em 1991, passando esse número para 32 em 2001.

<sup>17</sup> Esta perspectiva será desenvolvida e criticada no Capítulo IV, mas apontamos desde já que a passagem do casamento “instituição” ao casamento “companheirismo” se deve, para os autores referidos, à passagem de um tipo de produção agrícola e artesanal para uma economia industrial. No primeiro tipo de casamento, as finalidades económicas constituem o princípio de legitimação da união, que é em grande parte acordada entre as famílias dos cônjuges, existindo grande abertura e integração do grupo familiar na comunidade e, portanto, uma sujeição a regras de conduta ditadas do exterior; no segundo tipo, as finalidades da união estão ligadas à prossecução da realização pessoal no casal, sendo portanto a escolha dos cônjuges baseada numa livre escolha e a relação do casal menos condicionada pela família alargada e pela comunidade.

<sup>18</sup> Em 1960, por exemplo, representavam 15% do total de agregados domésticos (INE, Censos 1960).

registando-se, entre 1991 e 2001, uma diminuição de 13,9% para 10,4% (Gráfico 6), expressando uma queda de cerca de 439000 famílias para cerca de 379000 (INE, Censos 1991 e 2001).

Desde logo, estes dados encontram-se associados a uma tendência de fundo para uma privatização das famílias que tem vindo a perpassar a generalidade dos países ocidentais, no sentido de um isolamento progressivo da família nuclear (casal com ou sem filhos) relativamente ao grupo de parentesco mais vasto. Acrescem ainda os fenómenos de urbanização e de litoralização a que o nosso país tem vindo a assistir, bem como a facilidade de um número crescente de famílias na compra de habitação própria, decorrente da melhoria das condições de vida da população e ainda da criação de condições mais generalizadas de acesso ao crédito bancário, factores que podem “ter retirado peso a estratégias de concentração doméstica como resposta às dificuldades de acesso à habitação própria” (Vasconcelos, 2003: 85).

Se, como vimos (Gráfico 3), a esta tendência de evolução das famílias complexas corresponde a manutenção sustentada da representatividade elevada do conjunto de famílias simples (69,5% em 1991; 70,1% em 2001)<sup>19</sup>, não deixam de se evidenciar algumas diferenciações internas neste grande grupo.

**Tabela 3. Tipos de famílias simples em 1991 e 2001**

Tipo de família	1991	2001
Casal sem filhos	28,8	31,4
Casal com filhos	63,2	58,7
Monoparental	8,0	9,9

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Com efeito, pela Tabela 3 verifica-se entre 1991 e 2001 um decréscimo das famílias constituídas por casal com filhos (em 4,5 pontos percentuais), apesar de este continuar a ser o tipo de família com maior peso, quer no conjunto das

<sup>19</sup> Em 1960, as famílias simples já representavam 68% do total de agregados domésticos (INE, Censos 1960).

famílias simples, quer no total de todos os tipos de agregado doméstico<sup>20</sup>, a par de um crescimento dos núcleos constituídos por casal sem filhos (2,6 pontos percentuais)<sup>21</sup> e das famílias monoparentais (1,9 pontos percentuais)<sup>22</sup>. Desta análise retira-se, no essencial, que a composição interna das famílias simples, o tipo de organização familiar continuamente predominante na sociedade portuguesa, se alterou durante a década de noventa, em função da diminuição das famílias de casal com filhos e do aumento das famílias de casal sem filhos e monoparentais.

Para estas tendências terá contribuído inevitavelmente o já referido envelhecimento populacional, ao fazer aumentar o número de casais numa fase do ciclo de vida marcada pela ausência dos filhos já adultos da sua residência, mas também o decréscimo e adiamento da fecundidade<sup>23</sup>, ao provocar o aumento dos casais mais jovens sem filhos. Por outro lado, as famílias monoparentais apresentam uma evolução estatística positiva que pode ser interpretada como o reflexo do aumento do fenómeno de divorcialidade, particularmente acentuado em Portugal a partir precisamente dos anos noventa do século XX.

No seguimento do que temos vindo a referir relativamente às famílias monoparentais, e de uma forma que confirma a complexidade de que as organizações familiares se revestem, é importante apontar que as famílias monoparentais não existem apenas sob a forma de famílias simples, isto é, não se circunscrevem à situação de co-residência apenas de mãe ou pai com filhos, embora, na realidade, esta seja a situação mais frequente. Assim sendo, encarando estas famílias numa perspectiva mais abrangente, incluindo portanto aquelas que se encontram inseridas em famílias complexas, obtemos uma representação mais real deste tipo de famílias na sociedade portuguesa.

---

<sup>20</sup> Relativamente ao conjunto dos agregados domésticos em Portugal, os casais com filhos representavam 41,1% em 2001 e 43,9% em 1991 (INE, Censos 1991 e 2001).

<sup>21</sup> Os casais sem filhos constituíam 20% dos agregados domésticos em 1991 e 22% em 2001 (INE, Censos 1991 e 2001).

<sup>22</sup> As famílias monoparentais constituíam 5,6% dos agregados domésticos em 1991 e 7,0% em 2001 (INE, Censos 1991 e 2001).

<sup>23</sup> Acrescentando-se à diminuição do índice sintético de fecundidade, anteriormente apontado, junta-se o aumento da idade média das mulheres ao nascimento dos filhos: 25,2 anos em 1993 e 27,4 anos em 2002, no que se refere ao primeiro filho; 27,5 anos em 1993 e 29,2 nos em 2003, para o total de filhos (Carrilho e Patrício, 2004)

**Tabela 4. Famílias monoparentais por sexo do progenitor e por tipo de agregado doméstico (%)**

Famílias monoparentais		1991	2001
Sexo	Pai com filhos	13,8	13,6
	Mãe com filhos	86,2	86,4
Agregado doméstico	Famílias simples	69,0	71,9
	Famílias complexas	31,0	28,1
<b>Total</b>		9,2	11,5

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

A Tabela 4 permite-nos constatar que, não obstante o aumento das famílias monoparentais de 9,2% para 11,5% entre 1991 e 2001, a grande maioria delas é constituída por mãe com filhos (à volta dos 86% em ambas as datas), em linha de continuidade com aquilo que tem acontecido na sociedade portuguesa relativamente ao progenitor que fica a residir com os filhos quando o outro não se encontra presente (Wall, 2003). Por outro lado, apercebemo-nos também que grande parte das famílias monoparentais reside autonomamente do grupo de parentesco mais vasto, ou seja, em famílias simples (69% em 1991 e 71,9% em 2001), de forma consonante com a tendência de fundo para a privatização. Contudo, se adoptarmos a perspectiva de Wall (2003), para quem é útil fazer a distinção entre as famílias monoparentais com filhos de todas as idades e aquelas que incluem apenas filhos menores de 18 anos, observamos que entre estas últimas a co-residência com a família mais vasta, em agregados complexos, é muito mais frequente, atingindo uma percentagem próxima dos 40%. Para a autora referida, este aspecto sugere que, entre estas famílias monoparentais mais jovens, o grau de dependência económica e social relativamente aos familiares mais próximos é muito maior do que nas outras.



**Tabela 5. Famílias monoparentais por estado civil do pai/mãe só (%)**

Estado civil	1991	2001
Solteiro	14,4	25,9
Casado 1)	1,5	11,8
Separado	32,2	15,5
Divorciado	21,7	30,3
Viúvo	30,1	16,5

1) Integram-se aqui os casados sem e com registo  
**Fonte:** INE, Censos 1991 e 2001

Finalmente, e para concluir a caracterização das famílias monoparentais, parece-nos interessante comentar a distribuição por estado civil do pai ou mãe que vive com os filhos, na medida em que se trata de uma análise que nos leva a problematizar o aumento do divórcio como única causa explicativa para o aumento de famílias monoparentais na sociedade portuguesa nos finais do século XX. Efectivamente, constatamos (Tabela 5) que, se realmente aumentaram as famílias monoparentais na sequência da dissolução do casamento (de 21,7% em 1991 para 30,3% em 2001), também se acentuou significativamente o peso destas famílias com o pai ou mãe na condição de solteiro(a) (de 14,4 em 1991 para 25,9 em 2001). Esta evolução parece traduzir uma alteração significativa da monoparentalidade em Portugal, associando-se a transformações operadas ao nível da própria formação da família no sentido da sua informalidade crescente<sup>24</sup>, já que pode ser interpretada como a consequência de trajectórias centradas “na conjugalidade de facto, tratando-se nesse caso de pais ou mães sós que viveram uma união de facto, tiveram um filho que nasceu fora do casamento e se separaram” (Wall, 2003: 64). Não correspondendo apenas à situação mais clássica de “mãe solteira”<sup>25</sup>, estas famílias monoparentais vêm confirmar as tendências de mudança global que afectam as estruturas familiares e que, como atrás indicamos, têm como possível enquadramento o movimento de

<sup>24</sup> Estamos a pensar, em concreto, numa das formas que esta informalidade pode assumir, a união de facto. De acordo com o INE, nos Censos 1991 e 2001, os indivíduos casados sem registo passaram de 194315 para 381120, ou seja, viram a sua representatividade no conjunto da população casada aumentar de 3,9% para 6,9% e, no conjunto da população residente, de 2,0% para 3,7%.

<sup>25</sup> Ou seja, a situação em que um filho nasce de um relacionamento entre pessoas solteiras, ficando usualmente a viver com a mãe.

individualização das sociedades ocidentais a que a sociedade portuguesa parece não estar imune.

A caracterização das dinâmicas recentes que envolvem as estruturas familiares portuguesas não ficaria completa sem uma referência ao conjunto das famílias reconstruídas. A este propósito, apenas dispomos das informações fornecidas pelos Censos de 2001, ano em que pela primeira vez o INE procedeu a uma recolha de dados relativos a este tipo de famílias, pelo que se vê inviabilizada a sua análise de um ponto de vista diacrónico, à semelhança do que temos vindo a fazer até agora. Ainda assim, sendo crescentes tanto a divorcialidade como a monoparentalidade, e na perspectiva de que a família nuclear continua a ser a forma de organização doméstica central na sociedade portuguesa, como já destacamos, em torno da qual se estruturam os relacionamentos afectivos e as actividades quotidianas mais comuns dos indivíduos, é de supor que a reconstrução familiar após situações de ruptura do casamento, com ou sem filhos, seja também crescente. Salvaguardamos, obviamente, algumas reservas a este raciocínio, pela ausência de comprovação empírica. Em todo o caso, deixamos alguns dados de caracterização destas famílias, em 2001 (Leite, 2004), ano em que se registaram 46786 núcleos reconstituídos, correspondendo a 1,5% do total de núcleos familiares e a 2,7% do total de núcleos familiares com filhos. A maioria destes núcleos (55,9%) formou-se através da união de facto (contrastando com a reduzida percentagem de casais de facto face ao seu universo - 6,5%) e, observando a sua distribuição regional, constata-se uma maior predominância no Sul do país, designadamente no Algarve (5,1%), seguido de Lisboa (4,2%) e do Alentejo (3,5%).

## CAPÍTULO IV

---

### processos de inserção social dos jovens



Temos por objectivo, neste capítulo, esclarecer a configuração dos processos de inserção social dos jovens, que entendemos, de acordo com o nosso objecto de estudo, ser estruturada por dois movimentos fundamentais: a passagem da universidade para o mundo do trabalho e a transição entre a família de origem e a formação de uma unidade familiar própria. Tendo presente que os processos de inserção social, nesta dupla acepção, são enquadrados e condicionados por dinâmicas sociais mais globais, que procurámos caracterizar nos capítulos anteriores, importa agora incidir de forma mais específica sobre um conjunto de contributos teóricos que os elucidam.

Referimo-nos, por um lado, às perspectivas conceptuais sobre a inserção profissional, as quais abordaremos na sequência da análise das principais referências teóricas sobre a relação entre a educação e o trabalho/emprego que as enquadram. Por outro lado, esclareceremos teoricamente os contributos que a Sociologia do Casamento trouxe para a compreensão para os processos de inserção familiar, apontando igualmente algumas tendências que na sociedade portuguesa têm vindo a verificar-se neste domínio.

Antes, porém, por estarmos a incidir sobre uma categoria específica de indivíduos, os jovens, e um movimento particular, a transição à vida adulta, pareceu-nos começar por reflectir sobre estes conceitos.

### **1. Juventude e transição à vida adulta: da mutação da realidade à mutação dos conceitos**

Parece ser claro que o período correspondente à juventude tem vindo a alongar-se nas gerações mais recentes - o retardamento da idade do casamento e da entrada na parentalidade assim o indicam - mas não se trata aqui apenas de uma questão temporal. São as próprias configurações das passagens de estatuto que se encontram em alteração: o jovem tornar-se-á adulto mais tarde do que a

geração dos seus pais, mas também de uma forma diferente, e os papéis sociais que vai assumindo têm igualmente um conteúdo modificado.

Convém desde logo precisar, na esteira de Ariés (1973) que a juventude, entendida como condição social não redutível aos constrangimentos da infância nem às exigências e responsabilidades da idade adulta, foi, durante muito tempo, privilégio de algumas classes sociais, nomeadamente as que detinham a riqueza, o poder e a cultura. Foi a partir da implantação e difusão da escola moderna que veio a generalizar-se essa fase da vida a todos os estratos sociais, constituindo-se assim, cultural e socialmente, a categoria da juventude.

Na mesma linha de pensamento, Coleman e Husén (1985) vêem o aparecimento da juventude enquanto fase distinta no percurso de vida dos indivíduos como um fenómeno próprio da sociedade complexa e industrializada, na qual um longo período de estudos e de preparação antecede a entrada no mundo dos adultos.

Uma das primeiras teorizações sociológicas construídas em torno da juventude foi a de Talcott Parsons (Martín Criado, 2002; Galland, 1991, 2001) que, reportando-se à sociedade americana da década de 40 do século passado, legitimou na literatura sociológica o conceito de “cultura juvenil”. Para este autor, quatro factores teriam levado ao surgimento de uma cultura específica dos jovens, totalmente distinta da cultura adulta, e marcada por incerteza e indeterminação crescentes (Galland, 1991): o alongamento da duração média do tempo de escolarização; o isolamento estrutural da família nuclear; uma maior liberdade das representações e das práticas sexuais; a reorganização perpétua do sistema normativo. Para Parsons, esta “cultura juvenil”, em que todos participariam sem distinção de classe, seria funcional para a integração na sociedade, ou seja, para a continuidade do sistema social, na medida em que constituiria uma preparação para a conformidade aos papéis sociais futuros. Contudo, a adopção de uma cultura juvenil radicalmente contrastante com os modelos normativos dos papéis masculinos e femininos dos adultos poderia revelar-se disfuncional.

Volvidos cerca de sessenta anos, assistimos ainda a algumas lógicas, particularmente nas esferas do consumo e da cultura, assentes nesta

homogeneidade de base postulada por Parsons. Mas é também consensual entre os diversos autores a necessidade de romper com o pressuposto ideológico destas lógicas: o pressuposto de que em cada sociedade, em cada momento histórico, a juventude é só uma, negando-se a existência de classes sociais. É neste sentido que Bourdieu (1980) considera que a juventude não é mais do que uma palavra, não existindo simplesmente uma juventude, mas juventudes. É também neste âmbito que Manheim e Rosenmayr (citados por Coleman e Husen, 1985) mostraram que os jovens pertencem não só a classes sociais diferentes como a gerações diferentes, o que influencia bastante o seu modo de pensar e de agir. É, finalmente, nesta mesma linha de pensamento que Martín Criado afirma que

“Só o esquecimento da estruturação da sociedade em classes sociais pode permitir que um conjunto de idades se constitua como grupo social, como resultado de um discurso sobre a sociedade que ignoraria as diferentes condições materiais e sociais de existência associadas às diferentes posições na estrutura social” (Martín Criado, 2002:1).

Não pondo em causa a divergência, socialmente condicionada, de valores e de práticas entre os jovens, Coleman e Husen (1985) apontam que é possível pensar numa cultura de juventude, tendo em linha de conta a segregação do mundo dos jovens e do mundo dos adultos, fundada quer nas relações objectivas estabelecidas entre uns e outros, quer nas suas crenças e opiniões. Desta forma, estes autores sublinham a importância de algumas transformações ocorridas a partir da década de sessenta do século XX, nas sociedades urbanizadas contemporâneas, para tal segregação: a expansão das famílias de dupla carreira, a separação das crianças e dos jovens do mundo do trabalho, e, fundamentalmente, o prolongamento dos estudos.

Contudo, estes fenómenos não teriam sido vividos da mesma maneira por todos os jovens, em função da sua pertença social. Assim, Coleman e Husen (1985) consideram que o movimento de democratização dos sistemas educativos que conduziu ao prolongamento das carreiras escolares dos jovens não absorveu, na realidade, todos os jovens. Surgiu, assim, na sua óptica, uma nova “subclasse educacional”, constituída por aqueles que abandonam a escola antes de

concluírem a escolaridade obrigatória e que, dada a centralidade do ensino nas sociedades - cada vez mais meritocráticas -, enfrentam sérios riscos de exclusão social. Por oposição, os jovens oriundos de famílias com níveis de instrução mais elevados e com melhores rendimentos, mais facilmente prolongam a duração dos seus estudos.

Por outro lado, os mesmos autores referem que os valores dos jovens vieram a polarizar-se em torno de dois conjuntos. De um lado, os jovens com níveis de instrução elevados, mais activistas, a par dos oriundos das classes desfavorecidas, desvalorizando o trabalho como elemento central da identidade pessoal, rejeitariam a ideia de competição na carreira profissional, privilegiando antes a possibilidade de ter tempos livres enriquecedores e de alternar entre períodos de trabalho e de não trabalho, estes últimos coincidentes, por vezes, com o retorno à escola. Manifestando alguma rebeldia contra as instituições sociais, no âmbito do trabalho rejeitariam ainda a autoridade hierárquica e as tarefas penosas ou rotineiras, e no âmbito da família adiariam o momento de “assentar”. De outro lado, um conjunto de valores teria surgido em reacção ao primeiro, e de forma interligada com a explosão tecnológica, particularmente no campo da micro-informática. Para os autores em análise, esta actividade, muito desenvolvida pelos jovens nas suas variadas vertentes - como a criação de hardware e software, gestão e comercialização de produtos informáticos - embora ligada ao primeiro conjunto de valores, por exemplo ao proporcionar trabalhos com uma reduzida subordinação à autoridade ou que não implicam a execução de tarefas muito limitadas, acabou por suscitar valores radicalmente opostos, particularmente entre as classes médias. Seria o caso da competitividade, da procura do sucesso imediato

Partindo da perspectiva segundo a qual a juventude, encerrando diferenciações importantes, deve ser entendida como uma categoria social com um ciclo de vida temporalmente delimitado por acontecimentos sociais significativos (Martins, 1993), coloca-se a questão de saber como balizar as suas fronteiras.

De um ponto de vista psicossociológico, Erikson (1972, 1976) equacionou a juventude como um período “moratório” da vida marcado por uma crise de



identidade e durante o qual o indivíduo está à procura de si próprio, experimentando-se em diversos papéis. Tendo por base a noção de que, na construção da identidade pessoal, interagem as dimensões biológica, psicológica e social, este autor via na complexidade subjacente à sociedade pós-industrial uma dificuldade acrescida ao processo de identificação, em função da perda das fontes originais de um sentimento de identidade (Martins, 1993). Sendo assim,

“(…) a moratória deve ser entendida por um período de transitoriedade onde a componente individual se assume por uma liberdade institucionalizada (…) ou por algum desregramento social” (Martins, 1993: 12).

Do ponto de vista sociológico, entendemos a juventude como uma fase da vida dos indivíduos que se traduz num período intermédio entre a infância ou adolescência e o estatuto social de adulto, entendendo-se como uma fase não completamente autónoma, na medida em que se define por não já conter as características da primeira e não apresentar ainda o conjunto de condições que são próprias do segundo (Braga da Cruz e outros, 1984; Mauger, 1998). Tratar-se-á de uma fase biográfica indeterminada não apenas em termos de estatuto mas também no que se refere ao posicionamento social, já que o indivíduo jovem estará entre, por uma lado, a posição social definida pela família de origem e pelo capital escolar que detém ou está a construir e, por outro lado, uma posição social que ainda não atingiu.

Galland (2001) considera a juventude como uma fase normal e funcional que prepara o acesso progressivo aos papéis adultos, insistindo menos na diferenciação cultural deste período de vida relativamente ao que se segue, do que na sua especificidade sociológica do ponto de vista da organização do ciclo de vida. Este autor opõe-se, desta forma, àquilo que designa de teses da “pós-adolescência”, período que consistiria numa exacerbação das características da adolescência, principalmente da irresponsabilidade, para além dos limites da adolescência psicológica (Galland, 2001)

Por referência a estas noções de juventude, é necessário definir os processos que estruturam a transição para a condição adulta.

Começamos por retomar a perspectiva de Galland (1991), que parte do pressuposto de que o estatuto de adulto está intimamente ligado à independência económica do indivíduo e à formação de uma família própria (de procriação), distinta da família de origem (de orientação). Para este autor, registou-se em qualquer destes domínios um alongamento das fases de transição para tal estatuto:

“La passage de l'école au travail s'effectue dorénavant au gré de toute une série d'étapes transitoires dont la définition emprunte à la fois à la formation, au chômage et à l'activité professionnelle; de la même manière, la transition de la famille d'origine à la formation d'un couple stable s'étale sur une période de plus en plus longue durant laquelle apparaissent de nouveaux modes de vie (vie en couple non marié, vie entre amis, vie solitaire)" (Galland, 1991: 147)

Desta forma, ter-se-á passado de um modo instantâneo a um modo progressivo de acesso à idade adulta, caracterizado por um processo de ajustamento entre as ambições sociais, a identidade sócio-profissional e a posição social. Trata-se, portanto, de um período durante o qual a construção da identidade adulta se constitui através de aproximações sucessivas o que, no entender de Galland, se deve principalmente a três factores.

Por um lado, a inflação e desvalorização dos diplomas escolares, resultantes da democratização e massificação do ensino, terão conduzido a uma elevação das aspirações sociais, mas simultaneamente, a crescentes dificuldades no acesso às posições sócio-profissionais ambicionadas, na medida em que, como demonstraram Bourdieu e Passeron (1964, 1970)<sup>1</sup>, o crescimento dos diplomados do ensino superior não foi acompanhado pelo crescimento do número de posições às quais os seus títulos dão acesso. Este processo leva então a que os jovens

“peuvent vivre une période moratoire, parfois longue de plusieurs années, avant de définir une relation satisfaisante entre leurs ambitions et un objectif professionnel crédible (...)" (Galland, 1991: 150)

---

<sup>1</sup> A posição destes autores quanto ao processo de inflação e desvalorização dos diplomas académicos foi desenvolvida no Capítulo I deste trabalho, no âmbito da reflexão sobre o aumento da procura social de educação.

Por outro lado, também as novas atitudes femininas terão contribuído para a constituição de uma nova forma de entrada na vida adulta. Para Galland, sendo as raparigas as principais beneficiadas pela massificação escolar, foram orientadas, mais frequentemente do que os rapazes, para as fileiras de formação mais desvalorizadas. Em função disto, as raparigas teriam sido levadas a “inventar” os seus papéis profissionais e também os seus papéis sociais, retardando a constituição das uniões e dando origem a novas formas de vida conjugal.

Finalmente, Galland aponta ainda a “juvenilização” crescente da sociedade como um processo responsável pelo alongamento da transição para a idade adulta. Referindo-se aos aspectos simbólicos associados à juventude, o autor considera que, contrariamente à visão negativa predominante no Antigo Regime, por exemplo, nas sociedades actuais a imagem dos jovens está associada a traços muito valorizados, como a beleza, a vivacidade, ou o espírito de decisão e de competição. Contudo, não deixa de advertir que

“(…) cette évolution de l’usage symbolique de la jeunesse permet ou accompagne son extension pratique: il est évidemment plus facile de prolonger un état dont on célèbre partout les vertus” (Galland, 1991: 153).

A estas vertentes definidas por Galland - a autonomia no plano profissional e no plano familiar - alguns autores acrescentam ainda a autonomia residencial como critério de inclusão no mundo dos adultos. Com base nestes eixos, um que vai da escola ao trabalho, outro da família de origem à formação de unidade familiar própria, outro ainda que se concretiza na passagem para uma unidade residencial autónoma, constroi-se a transição para a autonomia social dos indivíduos. É assim que Coles (citado por Evans, 1998) refere serem importantes as relações entre as três transições da fase jovem - educação, formação e carreira no mercado de trabalho; carreira doméstica; carreira residencial -, e que Mauger (1998) identifica o duplo processo de inserção - no mercado de trabalho e no mercado matrimonial.

Para Esteves (1995), a sociedade industrial e urbana, com a tendencial universalização da escola, o trabalho assalariado e a política social de reforma na velhice, reorganizou o tempo de vida em segmentos institucionais distintos, com

uma centralidade do segmento “trabalho” nas biografias individuais. Existem então dois momentos de preparação para a inserção na estrutura de trabalho e de emprego (na família e na escola) e um de saída (a reforma), o que, traduzindo-se nos processos biográficos de transição para a idade adulta, resulta na ordenação ou padrão “tradicional”: saída da escola, entrada no trabalho, entrada no matrimónio, entrada na parentalidade. O mesmo autor assinala a tendência, nas sociedades pós-industriais, para uma alteração dos padrões da transição, consubstanciada numa pluralidade de combinações dos diferentes eventos. Segundo esta a perspectiva, assiste-se hoje em dia à emergência de um novo modelo de entrada na vida adulta na maioria das classes sociais nos países europeus ao longo deste século, sucedendo ao modelo de reprodução social e profissional, centrado numa herança quase obrigatória dos comportamentos dos pais. O traço distintivo e definidor deste novo modelo reside no processo de construção identitária que o indivíduo vai fazendo por aproximações sucessivas, à medida que vai passando por diferentes experiências profissionais e sociais. A “biografia-padrão” pode ver-se completamente invertida, na medida em que as combinações são múltiplas; um indivíduo sai de casa dos pais para ir viver sózinho, apesar de se encontrar ainda a estudar; outro, que já trabalha, casa-se mas decide voltar a estudar com o apoio financeiro dos pais... Atingir o estatuto de adulto e ver-se reconhecido como tal é um acontecimento que se dá em tempos diferentes e em domínios diferentes da vida, já que aquele estatuto diz respeito a uma multiplicidade de papéis.

Este fenómeno leva a caracterizar a inserção no mundo adulto como um processo caracterizado por uma grande ambiguidade social, durante o qual os jovens transaccionam as suas procuras de identidade e as ofertas de identidade disponíveis (Aubert e Sylvestre, 1998). Um dos aspectos mais importantes da referida ambiguidade parece-nos ser o de que

“ a emancipação e o estatuto de cidadão derivam da independência económica, mas o reconhecimento da emancipação e o acesso a alguns direitos de cidadania são, em parte, necessários para atingir a independência económica” (James e Wallace, citados por Evans, 1998: 110).

Não se trata, portanto, apenas de uma dilatação temporal da transição, mas de uma alteração quer dos períodos intermediários que dela fazem parte como da clareza de fronteiras que os separam. De acordo com Mauger (1998), é tanto mais difícil definir onde “termina” a juventude, quanto determinar o que é deter uma posição estável no mercado de trabalho, dada a precarização crescente da relação salarial, ou delimitar a noção do que é formar uma unidade familiar estável, dada a precaridade da relação conjugal. Os limites da transição são portanto cada vez mais indefinidos, dada a própria reversibilidade dos processos.

Estas incertezas são também realçadas, senão mesmo levadas mais longe, por Beck (1992), que aborda a problemática da juventude nas sociedades contemporâneas, como um processo que afecta todos os indivíduos ao longo de todo o trajecto de vida. A argumentação deste autor baseia-se na crescente “individualização” de que as sociedades ocidentais são palco, conceito relacionado com a necessidade do indivíduo produzir, ensaiar e agregar por si próprio a sua biografia. As tensões entre as exigências do mercado de trabalho (mobilidade, flexibilidade, empenho profissional) e as exigências da esfera doméstica (dada a idealização do amor que sucederá à função instrumental da união conjugal) forçam os indivíduos a um longo processo de escolhas e decisões durante os seus trajectos de vida, daqui resultando a pouca nitidez da distinção entre as diferentes fases desses trajectos.

## **2. A passagem para o trabalho: o eixo profissional da inserção**

No que se refere aos processos de transição para a vida adulta, o eixo da inserção no trabalho, que passamos agora a abordar, tem vindo a ganhar uma visibilidade crescente, em virtude das dificuldades cada vez maiores de integração e permanência no mercado de trabalho por parte dos jovens, o que o tem tornado, mais do que uma problemática, um problema social, alvo da atenção de políticos e investigadores.

Com efeito, foi a partir dos anos 70 que as transformações económicas provocadas pela crise mundial das economias, favorecendo o desemprego particularmente selectivo para os jovens, fomentaram a procura e a estruturação institucional do campo de pesquisa sobre as questões associadas ao emprego dos jovens. A um período de crescimento económico preocupado com a prospecção de recursos intelectuais, onde a elevação dos níveis de escolarização era pensada como uma das condições necessárias ao desenvolvimento das sociedades, sucedeu um período de crise. A extensão da escolarização avivou certas tensões no mercado de trabalho, na medida em que se assistia a uma contracção geral do emprego.

Concordamos, assim, com Alves (2003: 136), quando afirma que

“A análise das relações entre educação e trabalho/emprego, bem como dos fenómenos a que se referem os termos de inserção, transição e integração, só adquire sentido e pertinência num dado momento da evolução societal quando, para a maior parte da população, os espaços de trabalho e educação começam a estar dissociados e, por estarem dissociados, se coloca a questão da passagem entre eles”.

No domínio da investigação científica, o traço mais marcante será talvez a diversidade de perspectivas adoptadas para o seu estudo, a par da multiplicação de investigações empíricas verificada particularmente a partir de finais dos anos 70, na Europa (França é um exemplo desta proliferação, com os estudos do Cereq), e a partir dos anos 90, em Portugal. Assim sendo, poderíamos caracterizar este campo de análise como sendo um terreno em que

“os paradigmas aceites para explicar as realidades do passado (...) perdem as suas capacidades heurísticas, enquanto as realidades emergentes ainda não apresentam solidez suficiente para permitir construções teóricas credíveis” (Martins, 1999: 15).

No nosso país, várias têm sido as instituições de ensino superior a desencadear estudos com o intuito de conhecer o percursos profissionais dos seus diplomados, assim como diversos os investigadores que se têm centrado na mesma temática (por exemplo, Alves, 2003; Alves, 2001; Arroiteia e Martins, 1998; Gonçalves, 1998; Gonçalves, 2001; Oliveira, 1998; Marques, 2006; Martins e outros, 2002).

Na nossa perspectiva, não é possível desenquadrar a temática das relações entre os jovens e o mundo do trabalho do impacto provocado pelo prolongamento da escolarização, mas também das alterações verificadas na esfera do trabalho, aqui entendido enquanto actividade posta em prática no contexto específico das relações sociais em que ocorre.

Neste sentido, consideramos que, ao longo da história, as condições gerais de reprodução, de valorização, de gestão da força de trabalho vão-se transformando e afectando não apenas aqueles que se encontram dentro do mercado de trabalho, como aqueles que dele se aproximam e pretendem integrá-lo.

Sustentando precisamente esta ideia, Charlot e Glasman (1998) elaboraram uma tipologia da entrada dos jovens no trabalho ao longo da história comportando quatro tipos diferenciados.

O primeiro tipo corresponde ao quadro da economia familiar, dentro do qual a criança simplesmente “trabalhava”, já que a distância entre a infância e a fase adulta era muito ténue e que o trabalho se processava na esfera doméstica. O segundo tipo surgiu com o desenvolvimento da mão-de-obra assalariada e a deslocação do trabalho para fora das instâncias familiares, pelo que “o jovem ia trabalhar”; com a dissociação dos espaços e dos tempos (privado ou familiar/profissional ou de trabalho) provocada pela extensão do capitalismo, aparece a necessidade das passagens de umas esferas para as outras. O terceiro tipo desenvolveu-se com o período de desenvolvimento fordista, em que a reprodução, valorização e gestão da mão-de-obra eram regulados pelo estado e durante o qual, dada a expansão da escolarização, a passagem para o trabalho passou a ser mediada pela escola. A entrada no trabalho passou a ser uma “inserção”, o momento em que à saída da escola o jovem encontrava um lugar no mercado de trabalho, não se tratando já de uma passagem contínua, mas do ultrapassar de uma fronteira. A escola era o espaço e o tempo de preparação para o trabalho, não uma preparação apenas no sentido profissional, mas também como um pré-posicionamento na hierarquia social.

Finalmente, com a crise do desenvolvimento fordista, inaugurou-se o último tipo de entrada no trabalho, o “processo de inserção”, que exprime não apenas o alongamento da inserção, como uma alteração da sua própria lógica: não mais se trata de um período iniciático, no qual as deslocações no mercado de trabalho seriam voluntárias, correspondendo ao desejo de encontrar um lugar de acordo com as aspirações profissionais, financeiras, sociais, mas de uma fase em que essas deslocações são impostas para aceder ao mundo do trabalho e na qual a marca fundamental é a precariedade, a instabilidade, a insegurança.

As diferenças entre estes dois últimos tipos de entrada para o trabalho correspondem aos dois conceitos diferentes de inserção que têm dividido as análises dos investigadores nesta área, ou seja, a inserção profissional vista como um momento e como um processo. Subjacentes a cada um deles, encontram-se quadros teóricos mais amplos, que problematizam as relações entre a educação e trabalho/emprego e que se torna necessário, por conseguinte, clarificar.

### **2.1. Perspectivas teóricas sobre a relação entre educação e o trabalho/emprego**

Optámos, nesta parte do trabalho, por abordar aqueles que nos parecem ser os referenciais mais pertinentes para a compreensão da evolução das perspectivas teóricas sobre a inserção profissional. Desta forma, não procuramos ser exaustivos, assim como não efectuámos uma divisão das teorias segundo os seus domínios disciplinares, nem uma apresentação cronológica das mesmas. A nossa opção recaiu, então, sobre a apresentação, inicialmente, de um conjunto de teorias que, perspectivando a relação entre a educação e o trabalho com base em pressupostos de equilíbrio social, neutralidade do sistema educativo e racionalidade dos indivíduos, têm sido enquadradas no paradigma do consenso. Em seguida, passamos à elucidação das teorias que, encarando a relação entre a educação e trabalho como conflitual, porque as sociedades manifestam desigualdades entre os grupos sociais, que se repercutem em ambas as esferas desta relação, são conhecidas como teorias do conflito. Finalizamos com duas abordagens - segmentação e regulação - que contribuiram, quanto a nós, para um



entendimento mais abrangente dos mecanismos subjacentes à oferta e procura de trabalho, ao revelarem a sua heterogeneidade e o seu carácter sistémico.

### 2.1.1. Educação e trabalho no quadro do consenso: a teoria do capital humano e o funcionalismo tecnológico

Representadas por autores como Schultz (1960, 1977), Becker (1964) e Denison (1962) as primeiras teorizações da teoria do capital humano, nos anos sessenta do século XX, retomavam e aprofundavam as ideias de Adam Smith, para quem, já no século XVIII, as qualificações dos indivíduos eram determinantes do progresso económico, constituindo um bem de investimento, e de Marshall, economista nascido no século XIX, que via no investimento em capital humano - os “capitais pessoais” - tanta importância como no investimento nos “capitais físicos” (Cerdeira, 1999). Constituindo, assim, um desenvolvimento da teoria neo-clássica da repartição, a teoria do capital humano apoiava-se ainda no seu postulado de universalidade dos comportamentos de maximização, segundo o qual os indivíduos procurariam obter o maior benefício possível com o menor esforço (Grácio, 1997a).

Desenvolvida num contexto caracterizado pela forte expansão escolar e pela aceleração do crescimento económico e do desenvolvimento tecnológico, e em que não se colocava a questão da falta de emprego, a teoria do capital humano equacionava as relações entre a educação e mercado de trabalho em termos de adequação directa. Assim, a sua ideia central assentava no pressuposto de que a educação, mais do que um bem de consumo, constituía uma forma de investimento. De forma mais específica, as diferenças de produtividade entre os indivíduos ficavam a dever-se à quantidade de capital humano por eles detida, sendo este capital humano adquirido através do investimento em educação, designadamente através da escolarização, antes da integração no sistema de emprego/trabalho, e da própria formação no posto de trabalho. Becker (1964), por exemplo, assimilava a noção de capital humano às características qualitativas dos indivíduos, nela integrando não apenas a escolarização e a formação pós escolar,

que constituíam os investimentos fundamentais em capital humano, mas também aspectos como as despesas de saúde, a pontualidade ou a honestidade. Também Shultz (1977) integrava, como dimensões do capital humano, para além da educação formal, da formação profissional e da educação de adultos, aspectos como os serviços de saúde - “...broadly conceived to include all expenditures that affect the life expectancy, strength and stamina, and the vigor and vitality of a people...” (Shultz, 1977: 318) - ou até os movimentos migratórios dos indivíduos e suas famílias como forma de adaptação às oportunidades profissionais. Contudo, como adverte Carnoy (1981: 25) relativamente aos factores que não dizem directamente respeito à educação, “aucun chercheur n’ait encore tenté de quantifier les effects de cês différences”.

Em todo o caso, a educação era vista como um dos factores da produtividade física dos trabalhadores. Desta forma, como começámos por indicar, o processo de aquisição de aptidões e conhecimentos através da educação constituía um investimento produtivo, não uma forma de consumo, sendo que os indivíduos investiriam na sua educação na medida em que os proveitos futuros que daí resultassem compensassem o que deixavam de auferir por prolongar a sua escolarização. Ao conjunto de todas estas decisões individuais tomadas pelos agentes corresponderia, então, a oferta de trabalho. Do lado da procura de trabalho, dada a concorrência dos mercados e na tentativa de maximizar os seus lucros, os empregadores recrutariam os trabalhadores mais escolarizados, desde que os custos com os seus salários não ultrapassassem os custos de manutenção de uma mão-de-obra sem qualificações, acrescidos do valor da produção suplementar possibilitada pelo nível de educação adicional desses trabalhadores. Isto significa que trabalhadores com elevados níveis de instrução garantiriam mais produtividade, assim se justificando que auferissem salários mais elevados.

Do que acabámos de expor, decorre que entre a oferta e a procura de mão-de-obra existiria uma adequação, quer em quantidade quer em qualidade, mantida pelas leis do mercado (Martins, 1996), pressupondo-se portanto um estado de equilíbrio segundo o qual

“Les travailleurs offrent ce que les employeurs demandent: le capital humain (...) C’est alors que les années de scolarité et d’expérience deviennent des indices révélateurs de la capacité de la capacité de production d’un individu et de ces aptitudes intellectuelles et techniques. En outre, il est facile aux employeurs de s’assurer de ces années de scolarité et d’expérience professionnelle, en sorte qu’ils peuvent relier, sans difficulté, le facteur fourni, le capital humain à la capacité de production” Carnoy (1981: 26).

Na sequência dos aspectos que acabámos de enunciar, na óptica teórica do capital humano os investimentos escolares eram entendidos como propiciadores de benefícios tanto individuais como colectivos.

No primeiro caso, uma escolarização acrescida incrementaria as oportunidades profissionais de cada indivíduo, medidas em termos de salário e de carreira. Quer isto dizer que mais estudos permitiriam obter melhores empregos, ou seja, empregos mais qualificados e melhor remunerados (Cerdeira, 1999). Do ponto de vista colectivo, às sociedades com populações mais escolarizadas corresponderia a formação de uma força de trabalho susceptível de aumentar a produtividade, promovendo o crescimento económico e a evolução tecnológica. Ilustrando esta perspectiva, Shultz (1977: 314), equacionando o valor económico do conhecimento, adiantava:

“This knowledge and skill are in great part the product of investment and, combined with other human investment, predominantly account for the productive superiority of the technically advanced countries. To omit them in studying economic growth is like trying to explain soviet ideology without Marx”.

Quanto ao primeiro aspecto que referimos, embora possa aceitar-se, geralmente, uma associação entre o grau de instrução e o nível de rendimento individual,

“(…) sendo que os rendimentos mais baixos são obtidos pelos indivíduos sem qualquer instrução enquanto os rendimentos mais elevados se associam à formação de nível superior” (Martins, 1996: 152),

não deixam de existir alguns limites a esta relação. Cherkaoui (1986), por exemplo, adverte para outros factores correlativos do rendimento, para além do nível de instrução, tais como a idade, o sexo, ou a classe social de origem, acentuando que este último se faz sentir desde logo sobre os processos de

escolarização dos indivíduos, que por sua vez condicionam diferentes posições na estrutura ocupacional e, portanto, salários diferenciados. Contudo, se mesmo em teoria a associação imediata entre uma escolarização mais prolongada e a obtenção de salários mais elevados deve ser questionada, a própria evolução da realidade acabou por demonstrar a sua fragilidade. Referimo-nos às consequências conjuntamente provocadas pela crise económica despoletada nos anos 70 e pelo aumento da escolarização em patamares mais elevados dos sistemas educativos, designadamente no ensino superior: produção de conjuntos alargados de indivíduos altamente escolarizados mas excedentários num mercado de trabalho que não os consegue absorver e que, portanto, ficam desempregados ou sujeitos à integração em empregos com remunerações não coadunadas com o seu grau de instrução (Martins, 1999).

Por outro lado, também a correlação entre o investimento em capital humano e o crescimento económico se torna problemática. De acordo com vários autores que consultámos (Carnoy, 1981; Cherkaoui, 1986; Martins, 1996; Grácio, 1997a; Cerdeira, 1999; Alves, 2003), foram feitas durante os anos sessenta e princípios dos anos setenta várias tentativas no sentido de medir os efeitos da educação sobre a economia. Para Grácio (1997), as pesquisas de Denison foram marcantes, uma vez que este autor, para além de distinguir dois efeitos da educação sobre a produtividade individual, já que os trabalhadores com mais educação incorporada não só apresentavam maior eficácia no desempenho das mesmas tarefas, como ainda demonstravam maior adaptabilidade a ideias e tarefas novas, encarava a educação escolar como um factor essencial do crescimento económico, com um efeito directo sobre a elevação do produto nacional bruto dos países. Contudo, como advertem Grácio (1997a) e Cherkaoui (1986), esta correspondência entre o acréscimo dos ganhos individuais e o acréscimo do ganho colectivo carece de solidez empírica, nada provando que o aumento dos rendimentos individuais devidos a mais educação quantifique exactamente o aumento da produtividade. Por outras palavras,

“L’investissement dans la scolarité favorise l’individu dans la mesure où il lui permet d’accéder à des emplois stables et bien rémunérés, mais il ne contribue en rien à son

comportement dans son emploi, et n'augmente pas le stock global des ressources de production de la société " (Carnoy, 1981: 28)

Assim sendo, uma das críticas dirigidas às teorias do capital humano fundamenta-se na ligação directa, por elas efectuado, entre o investimento em educação e uma maior produtividade dos indivíduos, convertível por sua vez em aceleração do crescimento económico, isto é, na consideração da educação enquanto factor de crescimento com mais importância do que outros factores, como o capital, por exemplo (Cherkaoui, 1986). Não negando a importância da educação para o desenvolvimento das sociedades, concordamos com Martins (1999: 151) quando a considera inserida num vasto conjunto de

“factores diferenciados (que) têm capacidade para imprimir nos países dinâmicas que conduzem a um (sub)desenvolvimento económico característico que a educação acompanha sem capacidade por si para alterar “.

Em função dos argumentos que acabámos de expor, não nos parece apenas que a teoria do capital humano partia do pressuposto simplista de que uma competição perfeita no mercado de trabalho garantiria mais produtividade, reflectindo-se esta em maiores ganhos, ignorando que muitos factores determinam as formas de afectação dos salários, entre os quais não é de negligenciar, como vimos, a estrutura social estratificada ou a influência das alterações económicas e dos sistemas educativos sobre o funcionamento do mercado de trabalho. Parece-nos, também, não ser possível isolar a educação enquanto motor do desenvolvimento social, dissociando-a do

“crescimento da força de trabalho, acumulação de capital físico, aumento do conjunto do conhecimento, qualificações profissionais, posse de informação e capacidade de a utilizar, e situação do país em causa nas relações políticas e económicas internacionais” (Martins, 1999: 151).

Embora algumas teorias que surgiram na esteira do capital humano tenham vindo responder a algumas das críticas que a esta foram apontadas, continuaram, na nossa óptica, a desvalorizar a importância da estratificação social para a relação entre a educação e o mercado de trabalho. Referimo-nos, em concreto, às teorias

do sinal e do filtro<sup>2</sup>, as quais, quebrando com a visão neoclássica que enformava a teoria do capital humano, não só perspectivavam o funcionamento do mercado de trabalho como sendo imperfeito, como ainda puseram em causa a ligação directa entre produtividade do trabalho e remuneração (Cerdeira, 1999).

Assim, de modo global, estas teorias assentavam no pressuposto de que as credenciais educativas, mais do que traduzirem uma capacidade produtiva específica, espelhariam as capacidades inatas dos seus possuidores, servindo portanto para identificar diferenças pré-existentes à educação, de que esta constitui um sinal.

De acordo com este modelo geral, Spence (1973) considera que a correlação positiva entre os níveis salariais e os níveis de escolarização induziria os indivíduos a investir em mais educação. Contudo, esta relação não é directa. Os empregadores, na impossibilidade de conhecer a capacidade produtiva de um trabalhador antes da sua contratação, estariam atentos a um conjunto de características pessoais, quer fixas, como o sexo ou a raça, que o autor designa de índices, quer variáveis, ou seja, sujeitas a manipulação por parte dos indivíduos, como é o caso da educação, e que constituem os sinais (Espejo, 1998). Assim sendo, os diplomas escolares constituem sinais da capacidade produtiva que os indivíduos poderão ter e serão valorizados pelos empregadores nessa medida, quer no momento da contratação, quer no estabelecimento do salário:

“(…) um indivíduo acaba por receber determinado salário, não directamente pelos seus estudos, mas porque ele possui um sinal que permite ao empregador classificá-lo numa certa categoria” (Cerdeira, 1999: 49).

Quando o empregador recebe novas informações, após a contratação e subsequente observação da capacidade produtiva dos seus trabalhadores, vai ajustando a valorização que faz dos índices e dos sinais.

---

<sup>2</sup> Por vezes abordadas conjuntamente sob a designação de modelos de selecção, por entenderem a educação como um mecanismo através do qual os empregadores identificam os indivíduos mais aptos, distinguem-se por ênfases diferenciadas: o uso da educação por parte dos trabalhadores, como meio de sinalizar a sua produtividade (teoria do sinal); a utilização da educação por parte dos empregadores como mecanismo de selecção (teoria do filtro) (Espejo, 1998).

Por seu turno, Arrow (1973), referindo-se à relação entre a educação de nível superior e o mercado de trabalho, considerava a educação como um instrumento que permitiria aos empregadores classificar os trabalhadores no momento da contratação, já que dificilmente dispunham de outras informações nas quais pudessem basear as suas decisões. Assim, as credenciais educativas funcionariam como facilitadoras da passagem por um filtro, constituindo ao mesmo tempo a base do salário.

De um modo geral, a teoria do capital humano e suas derivações, tal como procurámos explicar, perspectivavam os investimentos escolares, por parte dos indivíduos que oferecem o seu trabalho, como uma fonte de benefícios pessoais. Desta forma, as decisões individuais para prosseguir estudos corresponderiam a intenções racionais, desenquadradas da pertença social dos indivíduos e das lógicas nem sempre consensuais subjacentes à relação entre trabalhador e empregador:

“Aplicada às decisões individuais, esta teoria cria uma falsa ilusão (...): um trabalhador não faz frutificar como tal o seu saber profissional e este saber não se transforma em capital a não ser pelo intermédio do seu empregador, aos olhos do qual o assalariado só é um factor de produção entre outros” (Haecht, 1992: 13)

Se, do ponto de vista da ciência económica, a teoria do capital humano e suas derivações associavam a educação ao crescimento económico das sociedades, bem como ao sucesso individual, escamoteando factores de ordem social e cultural que agem na esfera tanto colectiva quanto pessoal, do ponto de vista sociológico, as perspectivas funcionalistas, desenvolvidas no mesmo contexto - desenvolvimento económico e tecnológico; expansão escolar assinalável -, assentavam nos mesmos pressupostos:

“Reflecting the spirit of the period in which it came to prominence, functionalist theory, particularly as formulated by American scholars, placed undue emphasis on consensus and equilibrium in society. Technological functionalism also served to justify educational growth in the post-war period.” (Karabel e Halsey, 1977).

Assim, o entendimento da sociedade como tendendo para o consenso e equilíbrio traduzia-se, no que se refere à oferta e procura de educação, na perspectiva de

que os indivíduos rentabilizam as suas capacidades, através da educação, dentro de um mercado único. Com efeito, a visão funcionalista da relação entre educação, trabalho e estratificação social partia da ideia de que a estrutura ocupacional gerava a procura de tipos específicos de qualificações, sendo a educação uma forma de satisfazer essa procura. Desta forma, a expansão e diferenciação crescentes dos sistemas educativos eram vistas como consequências inevitáveis das mudanças tecnológicas operadas na estrutura ocupacional, por estas requererem competências cada vez mais complexas (Karabel e Halsey, 1977). Em tal contexto, a educação formal fornecia os conhecimentos técnicos e gerais imprescindíveis para a integração dos trabalhadores no mundo do trabalho, cujas crescentes exigências de qualificação levavam proporções cada vez maiores da população a frequentar a escola durante mais tempo.

Era precisamente este o entendimento de Trow (1977: 111) quando, referindo-se ao aumento assinalável do número de alunos inscritos no ensino secundário e no ensino superior, nos E.U.A., depois da 2ª Guerra Mundial, afirmava:

“The immediate force behind these trends in both secondary and higher education are changes in public sentiment - in people's ideas of what they want for their children in the way of formal education (...) Behind these changes in sentiment are other social forces, not least among which is another change in our occupational structure, parallel to the massive growth in the white collar population which underlay the growth of the public secondary system. The current change is the immense growth of demand for more highly trained and educated people of all kinds”.

Nesta perspectiva, do ponto de vista da estratificação social, a ideia central era de que existia um conjunto fixo de posições a serem ocupadas pela força de trabalho na estrutura ocupacional, correspondendo tais posições a diferentes funções necessárias ao desenvolvimento (noção de exigências funcionais) e estando a alocação a cada uma delas dependente das qualificações procuradas pelos empregadores e detidas pelos trabalhadores. A mudança social era então explicada pela forma como as exigências funcionais das sociedades se iam transformando e gerando, conseqüentemente, alterações na esfera educativa.



Neste sentido, as necessidades colectivas seriam determinantes dos comportamentos e das recompensas individuais.

Contudo, como assinala Collins (1977), cuja análise iremos apresentar com mais detalhe em seguida, as exigências das posições ocupacionais não são fixas, representando antes o comportamento negociado entre quem as ocupa e quem as controla. Desta forma, factores como a origem social, a etnia, a religião ou o género, que nas perspectivas funcionalistas constituíam apenas categorias residuais, exprimindo os erros do mecanismo funcional de alocação profissional, jogariam efectivamente um papel fundamental no que se refere ao posicionamento dos indivíduos na estrutura sócio-ocupacional.

### **2.1.2. Educação e trabalho na perspectiva do conflito: a perspectiva credencialista e as teorias da reprodução social e cultural**

Para compreender os pressupostos subjacentes às perspectivas teóricas que estamos a analisar, não podemos deixar de apontar que:

“(…) just as technological functionalism seems to fit the social conditions of the 1950s, conflict theory was likely to have come into greater prominence in the 1960s. For if social stability was the dominant mood of the 1950s, change and upheaval expressed the spirit of the 1960s” (Karabel e Halsey, 1977: 28).

A perspectiva de Collins (1977) apresenta-se, como referimos no final do ponto anterior, contrária às teorias funcionalistas da estratificação social, vistas por aquele autor como sobrestimando, na explicação da expansão dos sistemas educativos, em particular nos E.U.A., a importância das crescentes exigências tecnológicas para o desenvolvimento económico (Karabel e Halsey, 1977).

Em contrapartida, Collins entendia que o aumento da procura e da oferta de educação resultava fundamentalmente dos interesses conflituosos dos diversos grupos sociais, competindo entre si pela riqueza, poder e prestígio.

Concretizando mais a perspectiva de Collins, é importante referir que a conflitualidade entre os diversos grupos, na procura de atingir mais e melhor educação, teria origem na própria organização do mercado de trabalho, com a utilização dos requisitos educativos como critério de alocação aos diferentes postos de trabalho (Karabel e Halsey, 1977). Ora, estes requisitos não funcionariam simplesmente como indicadores das competências técnicas, traduzindo principalmente a pertença a determinadas culturas de status, noção que, em Collins, engloba

“(…) el vocabulário, estilos de vestir, gustos estéticos, valores y costumbres, mediante las cuales se pueda distinguir entre los que son miembros de un determinado grupo social y los que no lo son, es decir, la educación provee fundamentalmente de capital cultural no cognitivo” (Espejo, 1998: 31)

Quer isto dizer que os diplomas escolares funcionariam, antes de mais, como credenciais educativas no mercado de trabalho, constituindo um mecanismo permitindo aos indivíduos pertencentes aos grupos de status mais elevados controlar o acesso aos melhores empregos (Espejo, 1998). Nesta óptica, os diferentes grupos de status lutariam pela obtenção das credenciais educativas que lhes permitissem ora monopolizar as suas posições de privilégio - no caso dos grupos de status superiores - ora aceder a tais posições - no caso dos grupos de status mais baixo. Assim se explicava, para Collins, a espiral educativa, ou seja, a inflação das credenciais educativas ocorrida com a massificação crescente dos sistemas educativos.

Uma outra crítica mais importante à ideia de que a educação constitui num instrumento de igualdade social, característica da perspectiva funcionalista, provem das teorias da reprodução (Espejo, 1998). Foi nesta linha que autores como Baudelot e Establet (1971), Bowles e Gintis (1977) ou Bourdieu e Passeron (1970) desenvolveram as suas investigações, entendendo

“(…) ser ilusório o carácter unificador da escola, sustentada que é pela aparência de um tipo único de escolaridade, não diferindo os diversos graus de ensino se não pela duração dos mesmos” (Pardal, 1991: 11).

Tendo-se desenvolvido e consolidado a partir de finais dos anos sessenta e durante a década de setenta do século XX, num contexto marcado pela extensão da escolarização, mas também pelo alargamento do insucesso escolar e pelas dificuldades crescentes de inserção profissional dos jovens, estas teorias, no geral, assentavam no pressuposto de que as desigualdades escolares só podiam entender-se por relação com as desigualdades sociais no quadro das sociedades de classes, isto é, sociedades que “(...) se edificam com base numa linha primária de divisão entre duas classes antagónicas, uma classe dominante e uma classe dominada” (Giddens, 1984: 72). Em concreto, a escola constituiria um instrumento ao serviço da reprodução das classes sociais dominantes, e portanto, uma via de assegurar a manutenção da sua dominação e da estrutura social desigual.

Nesta óptica, ao reproduzirem-se no interior da escola, as desigualdades sociais traduzir-se-iam em desigualdades escolares, existindo portanto uma associação intensa entre as origens sociais e o sucesso escolar, isto é, “sejam quais forem os indicadores das duas variáveis utilizadas, quando o nível do estatuto social da família se eleva, o êxito dos filhos aumenta igualmente” (Cherkaoui, 1986: 43).

Tendo atravessado percursos escolares desiguais e socialmente condicionados, à saída do sistema escolar os indivíduos estariam destinados a ocupações profissionais também elas diferenciadas e socialmente determinadas. Assim sendo,

“The educational system, both through class-linked inequality of academic success and through differential socialization by social class, reinforces inequalities based on the production process” (Karabel e Halsey, 1977: 34)

A pesquisas de Bowles e Gintis tiveram também um forte impacto à época, particularmente devido à sua teoria segundo a qual a escola, nas sociedades capitalistas, seria responsável pela formação da mão-de-obra requerida pelo modo de produção capitalista, ao gerar entre os alunos a obediência e a disciplina necessárias ao funcionamento das empresas (Espejo, 1998).

Na perspectiva destes autores, o elemento chave para a transmissão das desigualdades sociais residiria no princípio de correspondência entre a escola e

as relações sociais de produção<sup>3</sup>. Desta maneira, posicionavam-se contrariamente à óptica funcionalista e do capital humano que, justificando a estrutura hierarquizada do mundo laboral como uma consequência das diferentes capacidades cognitivas dos trabalhadores, mensuráveis através do quociente de inteligência (Karabel e Halsey, 1977), desvalorizavam as instituições sociais subjacentes ao sistema de estratificação (Bowles e Gintis, 1977), designadamente a escola. Com efeito, para Bowles e Gintis, os factores cognitivos desempenhavam um papel muito secundário no que diz respeito à alocação dos indivíduos às diferentes posições da estrutura de classes, embora as evidências empíricas das suas pesquisas apontassem para uma correlação positiva entre o quociente de inteligência e o sucesso económico dos indivíduos. Por um lado, para os autores, a classe social de origem e o funcionamento da instituição escolar é que eram determinantes na explicação de tal correlação, na medida em que na escola se operava um tratamento diferencial dos estudantes de acordo com as suas classes sociais de origem, conduzindo a um sucesso académico, também ele, socialmente diferenciado. Por outro lado, os factores não cognitivos desenvolvidos na própria escola seriam muito mais importantes para o posicionamento dos indivíduos na hierarquia das relações sociais de produção:

“Schools, which treat students of varying social origins differently, reinforce those class-based personality traits that, much more than cognitive differences, explain why the children of the privileged tend to occupy the higher positions in the social division of labour” (Karabel e Halsey, 1977: 34).

Contudo, a importância do quociente de inteligência não era de negligenciar, no sentido de que a ideologia criada à sua volta - a da meritocracia - permitiria a legitimação da estrutura social desigual e o conformismo dos indivíduos relativamente ao seu posicionamento em tal estrutura: “(...) the I.Q. ideology is a major factor in legitimating these social relations in the consciousness of workers” (Bowles e Gintis, 1977: 225)

---

<sup>3</sup> Na esteira do pensamento marxista, Bowles e Gintis (1974, 1977) entendiam o conceito de relações sociais de produção como o sistema de direitos, responsabilidades, deveres e recompensas que está subjacente à interação entre os indivíduos envolvidos actividades produtivas organizadas.

Também as análises de Baudelot e Establet (1971) se tornaram marcantes por perspectivarem todo o sistema escolar como um agente das relações sociais de produção, na medida em que aquele não só promovia uma diferenciação dos alunos necessária à diferenciação da mão-de-obra, como o fazia inculcando ao mesmo tempo a ideologia da classe dominante:

“A reprodução das relações de produção seria assegurada pelo aparelho escolar, repartindo socialmente os indivíduos (...) destinados à ocupação de postos distintos na sociedade, e inculcando a ideologia necessária à manutenção do domínio por parte da classe hegemónica” (Pardal, 1991: 14)

Nesta perspectiva, operar-se-ia precocemente uma divisão dos indivíduos ainda no interior da escola primária, onde os alunos seriam encaminhados para um de dois canais opostos de escolarização, em função da sua pertença social: o canal primário profissional, no caso dos alunos oriundos das classes dominadas, e o secundário superior, destinado aos provenientes das classes dominantes. Desta maneira, todo o percurso escolar posterior seria diferenciado, tendo essa diferenciação em vista a ocupação de posições distintas na estrutura ocupacional e, obviamente, social. Por um lado, o canal primário profissional - entendido como a escolaridade obrigatória ou formações profissionais curtas - dava acesso a postos de trabalho desqualificados e sujeitos ao desemprego, ou seja, reconduzia os indivíduos para as classes dominadas, de onde já provinham. Por seu turno, o canal secundário superior - correspondente à titularidade de graus do ensino secundário ou superior - levava à integração nas profissões mais qualificadas e socialmente valorizadas, permitindo, portanto, a reprodução social das condições de existência das classes dominantes.

Bourdieu e Passeron (1970), por seu turno, consideravam a educação como um instrumento de reprodução da cultura das classes sociais dominantes, sendo que através dessa reprodução se asseguraria a manutenção das estruturas sociais desiguais. Colocando o acento tónico no campo cultural, e já não nas relações sociais de produção, como o conjunto de autores anteriores, desenvolveram as suas análises em torno do conceito de violência simbólica, através da qual e

fundamentalmente na escola as classes dominantes imporiam os seus interesses, gostos, conhecimentos e experiências.

De forma mais específica, estes autores perspectivavam as sociedades como estruturalmente diferenciadas em termos do capital cultural, isto é, do conjunto de bens culturais e simbólicos possuídos e valorizados pelos indivíduos. Integrando na noção de capital cultural não apenas o capital escolar, ou seja, o nível de instrução dos indivíduos, mas todo um conjunto de gostos e de práticas “aussi étrangers à l’enseignement scolaire que la musique ou la peinture, sans parler du jazz ou du cinema” (Bourdieu, 1976: 16), atribuíam à escola o papel de reprodução da estrutura de distribuição desse capital cultural entre as classes sociais, na medida em que a cultura aí transmitida seria a cultura dominante, ou seja, das classes dominantes. Assim sendo, a escola

“(…) puts into practice an implicit pedagogic action, requiring initial familiarity with the dominant culture, and which proceeds by imperceptible familiarization, offers information and training which can be received and acquired only by subjects endowed with the system of predispositions that is the condition for the success of the transmission and of the inculcation of the culture” (Bourdieu, 1977: 494).

Esta afirmação de Bourdieu encerra o próprio significado da violência simbólica através da qual no sistema escolar se impõe uma cultura dominante apenas acessível a alguns: é que esta imposição é feita subtilmente, através do exercício de um poder simbólico, quase imperceptível:

“O mesmo sistema satisfaz-se em dar uma informação e uma formação que não podem ser plenamente assimiladas, a não ser por aqueles que beneficiam já de uma formação que ele não dá por si próprio” (Haecht: 1992).

Todavia, para que este processo de reprodução cultural funcione, deve produzir-se precisamente de forma oculta, ocultação esta que se obtém através do recurso ideológico à autonomia relativa e universalidade da escola (Espejo, 1998). Desta forma, o fracasso escolar dos indivíduos não pertencentes às classes dominantes, sendo socialmente condicionado mas de forma subtil, é encarado de forma meritocrática pelos diferentes grupos:

“(…) the negative predispositions towards the school which result in the self-elimination of most children from the most culturally unfavoured classes (….) must be understood as an anticipation, based upon the unconscious estimation of the objective probabilities of success (…). The system of dispositions towards the school (…) tends to redouble the symbolic and economic effects of the uneven distribution of cultural capital, all the while concealing it and, at the same time, legitimating it” (Bourdieu, 1977: 495).

Em função da análise que temos vindo a fazer, conclui-se que, na perspectiva da reprodução cultural, o sistema de ensino teria uma dupla missão (Haecht: 1992): a de assegurar a sua própria função de auto-reprodução e de inculcação, por um lado, e a de garantir a perpetuação das estruturas sociais (reprodução social externa), através da reprodução de um arbitrário cultural do qual não é produtor.

As abordagens da reprodução social e cultural, que acabámos de expor, foram criticadas pelo seu pendor determinista, na medida em que, centrando-se no “triumvirato família, escola e trabalho” (Karabel e Halsey, 1977), postulavam existir um ajustamento perfeito entre estas instituições na transmissão das desigualdades de geração para geração, num processo quase inevitável, em que a mobilidade social não tinha, portanto, lugar.

### 2.1.3. Do mercado de trabalho ao sistema de emprego: teorias da segmentação e teoria da regulação

Embora tenha sido no quadro da teoria do capital humano que surgiram, como vimos, os primeiros esforços de problematização teórica da passagem dos jovens ao mundo do trabalho, aquela proposta não explicava a emergência, verificada a partir dos anos 70, de fenómenos como o desemprego nos grupos de formação média e superior, a multiplicação dos empregos precários em diferentes categorias de trabalhadores, ou a diferenciação de salários sem necessária correspondência com o aumento do “capital humano”.

As teorias da segmentação surgiram na tentativa de explicar estes fenómenos, vindo operar uma ruptura teórica face a alguns postulados fundamentais da teoria neoclássica em que a teoria do capital humano se baseava. Especificamente, os

autores na linha da segmentação, como Piore e Berger (de acordo com Carnoy, 1981 ou Gambier e Vernières, 1991) tentaram ultrapassar:

- a perspectiva de homogeneidade do trabalho, segundo a qual os trabalhadores são intermutáveis;
- a leitura individualista da vida social, da qual resultava a atonicidade da oferta e da procura de trabalho;
- a concepção do salário como regulador da oferta/procura de trabalho;
- a plena mobilidade de trabalho;
- a independência entre a oferta e a procura de trabalho, dependendo a primeira das preferências individuais na arbitragem ganho/tempo livre e resultando a segunda das condições técnicas de produção que definem uma curva de produtividade marginal de trabalho.

Para este quadro teórico, o mercado de trabalho é visto a partir das condições impostas pelas empresas segundo as modalidades de gestão da mão-de-obra, que constituem critérios de selectividade e de categorização dos grupos de trabalhadores. Assim sendo, as empresas criam e gerem aquilo que, para a teoria neoclássica, parece imperfeição do mercado, ou seja, exercem uma função activa com vista a segmentar, a dividir o trabalho, a produzir espaços técnicos que determinam e encaminham os percursos dos trabalhadores. Segundo Gambier e Vernières (1991), as teorias da segmentação procuram, desta forma, recusar um puro e simples determinismo tecnológico, reconhecendo o lugar e o papel das políticas de gestão da mão-de-obra. Neste sentido, não só não reduzem a estratégia do emprego a um cálculo económico, integrando-o numa relação social de produção, como não isolam as políticas de empresa das outras empresas com as quais se estabelecem relações.

Tentando caracterizar mais especificamente as teorias da segmentação, seguimos o raciocínio de Carnoy (1981), para quem estas teorias têm um carácter histórico, porque se baseiam na análise das forças sistemáticas que limitam as opções à disposição dos segmentos da população activa. Por um lado, têm como unidade primária de análise os grupos ou classes que defrontam, de forma objectiva, as diferentes situações do sistema de emprego, as quais condicionam



as opções dos indivíduos que integram tais grupos, limitando a gama das suas escolhas efectivas. Por outro lado, procuram explicar o desenvolvimento das instituições em função das interacções entre os grupos de interesses diferentes.

Destas características decorre que o sistema de emprego se encontra fragmentado em grupos, apresentando os trabalhadores que fazem parte de cada grupo modos de vida activa diferentes, não redutíveis à escolha individual ou à avaliação individualizada por parte do empregador, mas que se devem à estruturação do sistema de emprego/trabalho em grupos de emprego particulares. O mercado é, assim, estruturalmente descontínuo, integrando um conjunto de cadeias de mobilidade nas quais a mão-de-obra se insere (Rodrigues, 1988). De acordo com Oliveira (1994), a forma como os trabalhadores ingressam nesta ou naquela cadeia de mobilidade depende, em certa medida, dos seus itinerários sócio-profissionais que são, eles próprios, largamente determinados pelas empresas, através do modo como reconhecem a formação anterior do trabalhador e da natureza das cadeias de mobilidade que promovem internamente, ou seja, das regras de mobilidade interna.

Por seu turno, as desigualdades salariais são concebidas não como a sanção de um valor económico mas como posições numa hierarquia que exprime, simultaneamente, uma progressão profissional e uma progressão na organização. A relação entre salário e as características dos trabalhadores - como o seu grau de instrução - é apreendida no âmbito mais vasto do processo de socialização profissional que os enquadra.

Como veremos adiante, apesar de existirem algumas variantes da teoria de segmentação, encontra-se o mesmo princípio básico de que o sistema de emprego/trabalho apresentaria vários segmentos de emprego, cada um com os seus critérios de contratação, promoção, métodos de supervisão, níveis de salário e grupos de trabalhadores. Embora os empregos estejam hierarquizados, existe uma grande mobilidade dentro da empresa e uma ligação forte em relação ao mercado exterior, nomeadamente quanto à fixação de salários, atribuição de tarefas e de formação. Os segmentos seriam os seguintes:

- O segmento primário rotineiro caracterizar-se-ia pela existência de uma certa estabilidade, salários relativamente elevados e aumentando com a antiguidade, promoções, empregos a tempo inteiro;
- O segmento primário independente englobaria os empregos que, exigindo iniciativa e criatividade por parte dos trabalhadores, por implicarem tarefas não rotineiras, não se aprendem com a experiência, sendo então condição essencial a utilização do raciocínio dedutivo e de princípios abstractos. Assim, a formação escolar elevada assume-se como um importante critério de selecção para o emprego;
- O segmento secundário seria constituído pelo conjunto dos empregos que exigem um mínimo de aptidões ou capacidades gerais, dada a simplicidade das tarefas, não requerendo, portanto, níveis de escolaridade elevados. Nesta medida, os salários e as condições de trabalho seriam muitas vezes insuficientes, não existindo, frequentemente, promoções.

De uma forma geral, todas as variantes da teoria da segmentação sublinham ainda as interações entre a tecnologia, a organização do trabalho e os traços característicos dos trabalhadores. Contudo, certos autores insistem na importância do papel da tecnologia, portadora de uma dinâmica de desenvolvimento própria que modela os outros factores em função das suas necessidades - explicação tecnológica -, enquanto para outros o desenvolvimento tecnológico é feito na medida do controlo sobre o processo de produção - explicação centrada no controlo social.

A explicação tecnológica encontra-se representada por Piore e Berger (1980), para quem a produtividade é uma relação tecnológica, mais do que social. Desta forma, existe um conjunto de forças tecnológicas que limitam e canalizam os efeitos das forças institucionais e das características da população activa sobre a estrutura do mercado de trabalho. Em concreto, se as necessidades tecnológicas determinam a natureza dos empregos, por sua vez as exigências dos empregos determinam as características dos trabalhadores.

Estes autores apoiam-se numa perspectiva dualista do mercado de produção, segundo a qual em cada indústria existe um número restrito de empresas que

controlam a parte estável da procura, utilizando métodos de produção com elevados coeficientes de capital e de mão-de-obra e, por oposição, uma série de pequenas empresas periféricas que fornecem a oferta para a parte instável da procura. Para passar desta explicação à da segmentação do mercado de trabalho, o autor introduz outra dicotomia, inerente às próprias tarefas: há tarefas específicas, cuja aprendizagem depende fundamentalmente da experiência, e tarefas gerais, que exigem aptidões para deduzir, a partir de uma série de regras gerais, o comportamento apropriado em cada situação específica. Estas últimas aptidões obtêm-se através, quer da formação escolar, quer da passagem por situações de trabalho diferenciadas.

Num outro entendimento, as teorias da segmentação baseadas no controlo social, representadas por autores como Gordon, Reich e Edwards (de acordo com Carnoy, 1981) equacionam a produtividade como uma relação social e não apenas técnica. Com efeito, o rendimento e posição social dos indivíduos que integram os diferentes segmentos do mercado de trabalho dependem do seu controlo sobre o processo de produção, pelo que eles só se interessam pelas transformações tecnológicas que possam reforçar esse controlo. Assim sendo, o desenvolvimento da tecnologia é limitado pela necessidade de reprodução das relações sociais de produção existentes.

Encontra-se subjacente a esta perspectiva o aspecto histórico de que careciam as análises de Piore, criticadas por omitirem as relações de produção, tornando-se estáticas e anti-históricas (Azouvi, 1980). De facto, na óptica do controlo social, a segmentação do trabalho teria surgido como resposta à necessidade de exercer o controlo social na fábrica, num contexto - finais do século XIX e princípios do século XX - em que a extensão do assalariamento da população suscitou uma tomada de consciência progressiva dos operários, gerando alguma agitação social, o que terá levado os empregadores a utilizar determinadas tácticas com o objectivo de segmentar a população activa.

Por seu turno, o desenvolvimento da teoria da regulação retoma a perspectiva marxista segundo a qual os sistemas económicos não se reproduzem por si, independentemente das relações sociais e das instituições historicamente

mutáveis. Desta forma, esta perspectiva teórica privilegia, na definição das condições de uso da força de trabalho, não só o mercado interno, como ainda as condições jurídicas, outras instituições e actores. Trata-se de uma abordagem que, na explicação da reprodução do sistema económico, leva em conta o conjunto das estruturas económicas e das forças sociais que as caracterizam (Rodrigues, 1988).

De uma forma mais específica, no que se refere ao mercado de trabalho, a teoria da regulação, contrariamente à teoria do capital humano, sublinha não existir um ajustamento automático entre a oferta e a procura, atendendo sobretudo ao processo de trabalho e à necessidade de negociação entre as diversas partes que nele tomam parte (empregadores, trabalhadores, sindicatos), necessidade essa que justificaria uma mediação, veiculada por instituições de mediação. Por outro lado, é a própria lógica de acumulação do capital, não equacionada pelos autores da segmentação - principalmente pelos adeptos da explicação tecnológica da segmentação, como Piore -, que permite compreender a tendência do capital para segmentar a força de trabalho. Contudo, esta tendência do capital vê-se acompanhada por uma outra, a da força de trabalho lutando pela sua recomposição, pelo que a heterogeneidade do mercado de trabalho não é perspectivada como incompatível com a unidade das formações sociais em análise (Azouvi, 1980).

Em função da análise que temos vindo a fazer, a teoria da regulação pode ser entendida como um quadro em que

“(…) o mercado deixa de ser perspectivado como um lugar de confrontação entre oferta e procura de trabalho regido pelo princípio da racionalidade económica, como está subjacente à teoria do capital humano, ou ainda como uma realidade em que se distinguem dois segmentos de mercado, como pretende a teoria da segmentação” (Alves, 2003: 157).

Um dos autores representativos da teoria da regulação, Boyer (1980: 492), procura explicar as crises do capitalismo através da diversidade histórica dos modos de regulação do sistema económico, conceito por ele definido como

“(…) tout processus dynamique d’adaptation de la production et de la demande sociale, conjonction d’ajustements économiques associés à une configuration donnée des rapports sociaux, formes institutionnelles et structures ”.

Por outro lado, o conceito de relação salarial, central para os regulacionistas, vê-se definido como

“(…) l’ensemble des conditions qui régissent l’usage et la reproduction de la force de travail, qu’il s’agisse de l’organisation du procès de travail, de la hierarchie des qualifications, de la mobilité de la force de travail ou encore de la formation et de l’utilization du revenu salarial” (Boyer, 1980: 494)

Na óptica de Boyer, o regime de acumulação que marcou o capitalismo até meados do século XX era do tipo intensivo sem consumo de massa, correspondendo-lhe uma relação salarial concorrencial, caracterizada, por um lado, pela insegurança do emprego - resultante da estreita dependência do emprego relativamente às flutuações da produção -, pela sensibilidade dos salários face às conjunturas económicas, e ainda pelo consumo reduzido da produção industrial, por parte dos assalariados.

Contudo, estas características do funcionamento dos mercados de trabalho foram sendo progressivamente alteradas a partir da segunda metade do século XX, à medida que uma nova forma de relação salarial se foi constituindo. Com efeito, para os autores regulacionistas, ter-se-ia desenvolvido, a partir do final da 2ª Guerra Mundial, um regime de acumulação intensiva com consumo de massa, configurando-se então uma relação salarial monopolista. De forma mais específica, estas transformações teriam sido provocadas por vários fenómenos interligados. Assim, de um lado, ter-se-ia assistido à generalização crescente dos métodos de organização científica do trabalho e, simultaneamente, ao crescimento do número de trabalhadores com novas qualificações; de outro lado, os mecanismos de negociação colectiva teriam conduzido a um reconhecimento do direito ao trabalho e à extensão da protecção social. Consequentemente, na nova relação salarial emergente, em que o consumo registava uma expansão regular, os salários nominais sofreriam cada vez menos a influência da conjuntura global, particularmente das taxas de desemprego, verificando-se, a partir dos

finais da década de sessenta, uma quase indexação dos salários ao custo de vida e a constituição do salário indirecto (Boyer, 1980).

Em função daquilo que temos vindo a expor, com a passagem do regime de acumulação intensiva sem consumo de massa e correlativa relação salarial concorrencial para o regime de acumulação intensiva com consumo de massa e correspondente relação salarial monopolista, ter-se-ia evoluído de uma regulação dos mecanismos subjacentes ao funcionamento do mercado de trabalho estritamente determinada pelo mercado, para uma regulação de natureza mais institucional e política (Boyer, 1980).

## 2.2. Da inserção como momento ao processo de inserção

Como acentuámos no início do ponto 2 deste capítulo, foi a partir dos anos 70 que as pesquisas sobre as questões associadas ao emprego dos jovens começaram a multiplicar-se, dada a contracção do emprego em geral, e dos jovens em particular.

A noção de inserção na vida activa, tal como era entendida nos estudos que começaram a surgir a partir desta altura, designava o movimento para uma colocação estável e adequada às capacidades dos jovens num espaço profissional pré-existente e disponível. À saída do sistema de ensino-formação, o indivíduo procurava negociar os saberes adquiridos para aceder ao emprego. Entendendo-se a sociedade como um vasto puzzle de posições hierarquizadas, a inserção consistia no momento em que os jovens encontravam o seu lugar nesse puzzle, imagem que Evans (1998) comparou, recorrendo a uma metáfora, à ocupação de "nichos".

Tendo surgido para explicar a passagem entre duas esferas cada vez mais desarticuladas - educação e trabalho -, a noção de inserção partia ainda do pressuposto da existência de equilíbrio entre elas, sob a influência das teorias funcionalistas e do capital humano. Como vimos, ambas as perspectivas assentavam numa visão consensual e equilibrada da sociedade, que apresentaria

um conjunto fixo de posições sociais cujas exigências deveriam ser satisfeitas pela força de trabalho. A partir desta visão, a teoria funcionalista encarava a expansão e diferenciação crescentes do sistema educativo como uma consequência inevitável das mudanças operadas na estrutura ocupacional e determinada pela evolução tecnológica; a teoria do capital humano considerava o processo de aquisição de aptidões e de conhecimentos através da educação como um investimento produtivo, quer individual, quer colectivamente, e não como uma forma de consumo. Em qualquer dos casos, a procura de qualificações escolares por parte dos indivíduos era assimilada a um acto intencional, racionalizado, com a finalidade de rentabilizar as possibilidades individuais de ter sucesso económico.

De acordo com Tanguy (1986), a noção de inserção profissional deve a sua fundamentação teórica a Jean Vincens, que a perspectivou como sendo estruturada a partir de dois momentos: a entrada dos jovens na vida activa e o projecto de vida, numa acepção económica, enquanto conjunto de actos racionais finalizados e ordenados em cadeia. A esta perspectiva está subjacente a ideia do indivíduo decidir racionalmente o momento de entrada e de saída do emprego, bem como o seu plano de carreira, o que tem originado a crítica segundo a qual é impossível o indivíduo poder escolher o seu lugar no seio de uma variedade de empregos possíveis, dados os constrangimentos estruturais que enformam os processos de inserção. A abordagem de Vincens evoluiu, ao longo dos anos 80 e 90, na medida em que é o próprio autor que se demarca de uma concepção de passagem instantânea para o emprego, mas é de realçar que manteve a sua posição no que se refere à racionalidade dos indivíduos ao longo do seu percurso de inserção (Vincens, 1981, 1997, 1998).

Os limites duma abordagem de inserção como ajustamento quase automático ao emprego estão portanto ligados ao entendimento deste processo de uma forma que o desliga do seu enquadramento, escamoteando que é um fenómeno estruturado pelo espaço familiar, esfera produtiva, agentes de formação, conhecimentos e relações inter-geracionais.

O reconhecimento do carácter estrutural das dificuldades de inserção, bem como do desemprego, esteve certamente na origem da deslocação da perspectiva de inserção para a de processo de inserção, que corresponde a um objecto mais vasto, englobando o conjunto das formas sociais de entrada no trabalho (Bouffartigue e outros, 1989). A esta deslocação não foi também alheio o desenvolvimento, por um lado, das perspectivas teóricas da segmentação e da regulação, ao acentuarem a multiplicidade dos factores que estão subjacentes aos processos de procura e de oferta de trabalho, e pelo contributo que trouxe especialmente a segunda para

“o entendimento sistémico da inserção profissional em que mesma decorre de condições jurídicas e institucionais, cuja formação e manutenção importa analisar” (Alves, 2003: 157).

Por outro lado, as teorias do conflito, designadamente as teorias da reprodução social e cultural e a perspectiva credencialista, vieram alertar para os mecanismos postos em acção pelas classes sociais na luta pela manutenção dos seus privilégios. Em particular, estas últimas abordagens contribuíram para o questionamento de uma determinada perspectiva do sistema educativo, ou seja, aquela em que este era visto meritocráticamente

“(…) como um espaço neutral em que os alunos progrediam (ou não) e obtinham (ou não) diplomas escolares consoante as suas capacidades e características pessoais , ou seja, de acordo com o seu mérito próprio” (Alves, 2003: 152).

Neste contexto, para Evans (1998), durante os anos 80 desenvolveu-se a metáfora das “trajectórias”, que designam destinos no mercado de trabalho determinados pelas forças sociais, fora do controlo dos actores individuais. As abordagens de Rose (1996) e de Vernières (1997) sobre os processos de inserção profissional destacam precisamente a importância das políticas de gestão da mão-de-obra sobre tais processos.

Com efeito, na perspectiva do primeiro autor, é fundamental reconhecer o carácter socialmente estruturado e multidimensional da passagem entre a educação e o trabalho, que terá vindo a sofrer uma institucionalização crescente, pelo que o



termo transição profissional seria o mais adequado para o designar. Assim sendo, as políticas e estratégias dos empregadores (Estado e empresas) sobrepõem-se aos interesses e estratégias individuais dos actores sociais, que se encontram portanto constringidos na sua acção. Considerando ainda a importância crescente de fenómenos estruturais como o aumento de desemprego e da precariedade do emprego, Rose (1996) vê a inserção profissional como um processo cada vez mais longo e complexo, integrando em alternância períodos de emprego, formação e desemprego.

Vernières (1997), por seu turno, encara igualmente a inserção profissional como um processo condicionado macro-socialmente, designadamente através dos modos de gestão da mão-de-obra implementados pelos empregadores. Tal como em Rose, esse processo engloba várias situações possíveis, como a aprendizagem, o emprego e o desemprego. Contudo, não deixa de acentuar que as dificuldades de inserção profissional, sendo determinadas pelos modos de gestão da mão-de-obra, assim como pelas características globais do mercado de trabalho, variam em função da formação do indivíduo, concretamente do nível, área de natureza de tal formação.

Evans (1998) identificou ainda, mais recentemente, o surgimento da metáfora da “navegação”, segundo a qual os indivíduos vão negociando o seu percurso profissional num “mar de incerteza”. O sucesso está dependente da “possibilidade criativa” de cada indivíduo para julgar e enfrentar os riscos exteriores, o que, contudo, não significa que os indivíduos tenham um controlo completo sobre os seus processos de transição, na medida em que, como acentua Giddens (1994), o que está em causa é que os factores que influenciam os comportamentos individuais operam através da subjectividade dos agentes e compreender as dimensões subjectivas da reprodução social ajudará a saber mais sobre as estruturas de oportunidades e a acção individual. A posição de Gottfredson (citado por Evans, 1998) clarifica este tipo de fundamentação: as aspirações profissionais tendem a ocupar aquilo que o autor denomina de “zona de alternativas aceitáveis”, que consiste numa interpretação subjectiva da relação entre as

oportunidades (estruturais) e as capacidades (individuais), interpretação esta que afecta o processo de passagem da educação para o mercado de trabalho.

Neste sentido, as posições de alguns autores sobre os processos de inserção profissional acentuam o carácter de construção pessoal e social de que se revestem. De acordo com Alves (2003: 171), é o caso das abordagens de Vincens (1981, 1997 e 1998) e de Trottier e outros (1998),

“que permitem entender a inserção profissional enquanto processo individual, o qual implica a realização do projecto profissional e de vida do indivíduo que protagoniza esse processo”

Assim, para Vincens (1997, 1998), a inserção profissional consiste no percurso iniciado pelos indivíduos quando se dedicam à procura de um emprego remunerado, deixando as actividades de lazer, estudos e trabalho não remunerado, e que corresponde à intenção de realizar um determinado projecto profissional e de vida, não necessariamente identificável com o primeiro emprego, mas com um emprego durável, isto é, aquele que corresponde às expectativas do indivíduo e que ele vai procurar manter no futuro. Como já referimos anteriormente, tem mantido a sua visão de que os indivíduos têm clara e racionalmente delineado um projecto de vida quando iniciam a sua inserção profissional, aspecto que tem sido criticado, na medida em que nem sempre tal acontece. Mesmo quando os actores sociais têm determinadas expectativas acerca da sua vida profissional futura, elas podem estar sujeitas a mudanças, quer por efeito dos constrangimentos do próprio sistema de emprego/trabalho, quer na sequência das experiências por que os indivíduos vão passando, não só na esfera profissional como pessoal.

Trottier e outros (1998), por seu turno, acentuam o carácter complexo e mutável dos projectos profissionais e de vida dos indivíduos, enquadrando o processo de inserção profissional no quadro mais vasto do processo de socialização e de construção identitária. Para estes autores, a inserção profissional corresponde, então, ao período de ajustamento dinâmico e relacional entre os projectos profissionais e de vida dos indivíduos e os constrangimentos do mercado de trabalho e da conjuntura económica. Neste sentido, apresentam a ideia de que há

uma construção progressiva dos planos profissionais ao longo do processo de inserção, que pode inclusivamente estender-se ao longo de toda a vida profissional.

Independentemente do quadro teórico subjacente, as variadas análises dos percursos ou processos de inserção têm em comum a perspectiva de movimento de deslocação sem referência necessariamente a um ponto terminal, que eventualmente não existe ou é problemático. O carácter mais vincado dos processos de inserção residirá, na actualidade, na sua imprevisibilidade e fragmentação.

Esta mutação de problemática não pode ser elucidada fora do quadro de evolução da relação geral entre a educação-formação e o trabalho, como já assinalámos no início deste ponto 2. De acordo com Alaluf (1986), os sistemas de educação desempenharam um importante papel de regulação social durante o período de desenvolvimento fordista, ao contribuírem para que a descoincidência entre o nível crescente de habilitações escolares dos trabalhadores, a estrutura relativamente estável dos empregos e a organização do trabalho (tendência para a desqualificação e taylorização) fosse uma descoincidência articulada. Como? Através do adiamento do momento da procura do 1º emprego. Os anos 70 e 80 trouxeram não só a crise económica como “a consolidação do reconhecimento da durabilidade da crise” (Correia, 1997: 17), pelo que não só as políticas macro-económicas e sociais se redefiniram, como as regras de organização do trabalho e da relação salarial se questionaram. Deixou de se associar o trabalho ao emprego, em virtude de fenómenos como o desemprego estrutural, o desenvolvimento de formas precárias ou atípicas de emprego, ou a desregulamentação progressiva da relação salarial e das condições de trabalho.

É assim que a flexibilidade passa a ser o

“núcleo estruturador da linguagem que exprime a crise do trabalho moderno” e também “o operador ideológico que mais eficazmente oculta o sentido das medidas preconizadas para a superação desta crise”(Correia, 1997: 19)

Dados estes condicionalismos, Charlot e Glasman (1998) identificam algumas características marcantes dos processos de inserção profissional dos jovens que aqui destacamos: por um lado, o posicionamento do indivíduo na divisão social do trabalho está cada vez menos protegido pela garantia mínima que anteriormente o diploma representava, ainda que ele possa ter alguma eficácia no mercado de trabalho enquanto “recurso”; por outro lado, o custo da adaptação ao mundo do trabalho já não é suportado pelas empresas, mas foi sendo assumido pelos dispositivos públicos (ex: incentivos ao 1º emprego) ou mesmo pelos próprios jovens (ex: estágios não pagos); enfim, o jovem não pode esperar encontrar um trabalho com uma certa estabilidade antes de ter alguma experiência profissional, o que constitui um círculo vicioso, porque esta só se pode obter através do trabalho.

Este último factor tem importância para a reflexão teórica que aqui estamos a fazer sobre as concepções de inserção profissional. É que, se parece actualmente existir consenso entre os autores quanto ao alongamento e dificuldade do processo, já não é tão clara a unanimidade quanto ao momento em que aquele se pode dar como terminado.

A utilização do critério de acesso a um emprego regulado por um contrato sem termo, de duração indeterminada, não parece ser suficiente para determinar o final do período de inserção. Vejamos, então, como os diferentes autores se posicionam relativamente ao momento em que a inserção profissional está completa.

Vincens (1981, 1997 e 1998), por um lado, evoluiu de uma perspectiva em que o final da inserção estava condicionado pela obtenção de um emprego durável, aquele em que o indivíduo pretendia permanecer por traduzir a realização do seu projecto profissional, para a de que, mais do que correspondente a um momento, esse final se traduz no atingir de uma fase em que o indivíduo manifesta a capacidade para permanecer em actividade, independentemente do tipo de contrato de tal actividade, e mesmo que ocorram interrupções - provocadas pelo desemprego, por exemplo - nesse percurso.

Por seu turno, Trottier e outros (1998), numa abordagem próxima da perspectiva inicial de Vincens, exprimem a necessidade de se verificarem conjuntamente três condições para que o processo de inserção profissional possa dar-se como findo: o indivíduo cessa de procurar emprego ou de estudar, porque acedeu a um emprego; esse emprego tem um carácter durável, ou seja, o indivíduo pensa poder mantê-lo num futuro mais ou menos próximo; esse emprego corresponde àquele que o indivíduo considera estar de acordo com o seu projecto de vida, que sofreu a influência das informações que foi obtendo durante o percurso e da percepção dos constrangimentos e da concorrência do mercado de trabalho.

Vernières, por sua vez, define

“a inserção profissional como o processo através do qual os indivíduos que nunca antes pertenceram à população activa acedem a uma posição estabilizada no mercado de trabalho” (Vernières, 1997: 11).

Num ponto de vista próximo da postura mais recente de Vincens, a noção de posição estabilizada é assimilada, neste autor, à capacidade do indivíduo se manter empregado, mesmo que tal implique uma sucessão de empregos com contratos precários. Para Vernières, a aptidão dos indivíduos para se manterem empregados não deixa de constituir uma dimensão importante da sua qualificação, na medida em que contribui para a aquisição de experiência profissional.

Finalmente, no que se refere ainda ao ponto do percurso profissional em que a inserção finda, há a referir o surgimento da ideia de “empregabilidade” como uma dimensão do conceito de estabilidade que tem vindo a tornar-se mais apta para caracterizar esse ponto terminal do que o indicador jurídico do tipo de contrato. Para fundamentar esta ideia, Trottier e outros (1998) argumentam que a posse de um emprego com um contrato sem termo não pode ser a medida exclusiva da estabilidade profissional, dada a raridade crescente deste tipo de empregos e também porque, nos sectores de actividade mais sujeitos às flutuações da economia, esses empregos não são garantia de estabilidade, podendo rapidamente desaparecer.

O indivíduo está então inserido quando desenvolve a capacidade de se manter no mercado de trabalho, evitando o desemprego, mostrando o valor das suas competências e eventualmente da sua polivalência, quer demonstrando que elas correspondem às que um eventual empregador procura, quer criando o seu próprio emprego. Nesta perspectiva,

“o processo de inserção profissional é, também, um período complexo de socialização e de construção identitária ao longo do qual o indivíduo vai formulando o seu projecto de vida” (Alves, 2001: 156).

A noção de empregabilidade integra, pois, a capacidade de mostrar que se pode assumir certas formas relacionais e assumir uma identidade profissional (Charlot e Glasman, 1998) e implica que a identidade do jovem no trabalho já não se constroi através de figuras identificatórias facilmente reconhecíveis no espaço social, mas é construída pelo próprio jovem. Dito de outra forma, num universo que não oferece itinerários claramente balizados mas que impõe constrangimentos extremamente fortes (metáfora da “navegação”), o jovem é obrigado a construir uma objectividade que o torne empregável.

### **3. A passagem para a autonomia: o eixo familiar da inserção**

#### **3.1. Processos de inserção familiar: complexidade e variabilidade**

De acordo com a nossa perspectiva anteriormente apresentada, a transição para a idade adulta, ou seja, o processo de passagem da dependência à autonomia por parte das gerações mais novas, tem-se vindo a alongar no tempo e a complexificar-se. Tal complexidade deve-se em parte

“to the fact that the final result is affected not only by material considerations but also by psychological motives, as well as by elements of a normative, institutional or cultural nature subject to frequent variation in both time and in space” (Sgritta, 2003: 59).

Na opinião de Sgritta (2003), constituindo os modos de autonomização familiar - traduzidos, por exemplo, na separação da família de orientação, no início de uma

união de facto ou do casamento e a entrada na parentalidade - uma das vertentes fundamentais que estruturaram essa transição, tem-se vindo a registar nas últimas décadas uma autêntica revolução a esse nível. Para este autor, são fenómenos como o retardamento do casamento nas biografias dos indivíduos, o decréscimo da taxa de natalidade, o alongamento do período de co-residência dos jovens com os seus pais que atestam tal revolução. Acrescenta ainda que, embora centrando-se na realidade italiana e não esquecendo as diferenças existentes entre as diversas sociedades, a generalização destas tendências por grande parte dos países ocidentais “suggest that there are common forces influencing a person’s individual life course across national boundaries” (Sgritta, 2003: 60).

Esta parece ser, com efeito, uma opinião consensual entre os investigadores que, tanto na Europa como na América do Norte, se têm dedicado ao estudo das dinâmicas de autonomização familiar, tendo sido identificados quer um adiamento da idade para casar, quer um alongamento do período de permanência em casa, por exemplo na Alemanha após a reunificação (Adler, 2004), no Reino Unido (Harper, 2003) nos E.U.A. Elkind (1994) e Cherlin (2004) em vários países europeus e nos E.U.A. (Therborn, 2004) e também em Portugal (Ferreira, 2003; Guerreiro e Abrantes, 2005; Aboim, 2006)<sup>4</sup>. Neste contexto, não deixa de ser um pouco paradoxal a contradição entre as tendências para que, por um lado, a idade com que os indivíduos se casam pela 1ª vez ou se recasam, com que têm filhos ou com que deixam a casa dos pais aumente, e, por outro lado, a idade legal necessária ao exercício de determinados direitos, como o de aceder a uma herança, ao voto ou à carta de condução tenha diminuído (Harper, 2003). Em todo o caso, as consequências do adiamento das transições que marcam a passagem para a vida adulta não parecem ter efeitos apenas sobre os próprios jovens, como sobre outros membros do sistema de parentesco: uma prolongada dependência residencial e económica relativamente aos pais originará nestes a experiência da síndrome do ninho vazio<sup>5</sup>; o retardamento da idade ao nascimento do 1º filho

---

<sup>4</sup> Seleccionámos aqui apenas algumas referências mais recentes da literatura sobre o tema, na medida em que estes fenómenos têm vindo a ser assinalados por variadíssimos autores nas últimas décadas, não fazendo sentido, quanto a nós, a sua elencação exhaustiva.

<sup>5</sup> Fenómeno conotado com a saída dos filhos da casa dos pais, após um prolongado período de convivência, de tal forma que nalgumas sociedades, acaba por ser semelhante a um período de luto, em especial para as mães (Harkins, citado por Harper, 2003).

provocará um intervalo intergeracional maior, assim como uma transição mais tardia ao estatuto de avô/avó (Harper, 2003).

Contudo, é também importante reforçar a ideia, já apresentada no início deste capítulo, de que a transformação dos modos dos jovens se tornarem independentes dos seus pais não passa apenas pela dilatação do período de transição, como pela alteração das suas modalidades, daí advindo a sua complexidade. No que diz respeito ao processo de transição no eixo familiar, esta alteração encontra-se relacionada com a mudança das formas de entrada na conjugalidade e, designadamente, com o corte com o modelo baseado no casamento e conseqüente surgimento de modelos alternativos, em que a união de facto assume especial importância.

De forma concreta, na Europa, esta modificação iniciou-se nos países do Norte, estendendo-se depois ao Centro e ao Sul (Kaufmann, 1993; René e outros, 2002; Therborn, 2004), expressando-se na menor institucionalização e estabilidade dos casais, na legitimidade crescente das experiências de viver informalmente a dois e das mudanças de parceiros, anteriormente consideradas excepcionais. Referindo-se à sociedade francesa, Kaufmann (1993) aponta que o tipo de família composta por um casal casado com crianças tornou-se minoritário e alterou-se: começa mais tarde, acaba mais cedo, nem sempre é formalizado, é cada vez mais interrompido pelo divórcio e menos frequentemente reconstituído por um recasamento, para passar a refazer-se através da união de facto. Também nos E.U.A. a união de facto veio a tornar-se um fenómeno bastante mais prevalente e complexo do que se pensaria quando começou a aparecer, nos anos setenta, altura em que era vista como um arranjo a curto prazo, característico de jovens adultos sem filhos, que rapidamente optariam pelo casamento ou pela separação (Cherlin, 2004). De facto, não só se verificou ter vindo a constituir crescentemente uma modalidade de conjugalidade durável para muitos casais, como uma opção para muitas famílias reconstruídas, que tradicionalmente se fundavam no casamento (Cherlin, 2004).

Também em Portugal, cujos indicadores relativos ao retardamento da idade ao casamento e às modalidades de entrada na conjugalidade analisaremos com



algum detalhe mais à frente, se tem assinalado o cepticismo dos jovens quanto ao casamento e à parentalidade precoces (Guerreiro e Abrantes, 2005). Se, como vimos no Capítulo III, as mudanças ao nível das estruturas familiares foram mais tardias do que nos restantes países europeus (Aboim, 2006), em virtude do longo período de fechamento político, económico, social e cultural vivido até ao 25 de Abril, não deixou de se processar a partir de então, uma mudança assinalável também no que se refere aos tempos e configurações de formação dos casais.

Evidentemente, estas alterações que temos vindo a caracterizar como sendo comuns à generalidade das sociedades ocidentais têm origem, como já defendemos anteriormente, numa multiplicidade de factores, entre os quais têm importância o prolongamento do tempo de escolarização dos jovens, a elevação das suas habilitações escolares, a inserção crescente das mulheres no sistema de emprego/trabalho e as dificuldades de transição para o mundo do trabalho, não só pelo tempo mais demorado que implica, como também pela precariedade e instabilidade que actualmente o caracteriza. Contudo, não ignoramos que aquelas mudanças têm ocorrido com variações - no tempo e na amplitude - nas diversas sociedades, na medida em que são vários os factores específicos a cada país que podem influenciar as decisões acerca das mudanças de papel por parte dos jovens na sua transição para a vida adulta (Sgritta, 2003), designadamente as tradições culturais, a predominância das crenças ligadas à religião, o estado específico dos mercados de trabalho, as políticas de bem-estar social ou a própria organização do sistema educativo.

É neste sentido que Therborn (2004) afirma que o casamento se tornou um fenómeno variado entre as sociedades ocidentais, apontando que as taxas de nupcialidade decaíram, na União Europeia<sup>6</sup>, por cada 1000 habitantes, de 8,0 em 1960, para 7,8 em 1965, 7,7 em 1970, 7,2 em 1975, 6,3 em 1980 e 5,1 em 1995, mantendo-se relativamente estáveis desde então, ao passo que, nos E.U.A. se mantiveram sensivelmente no mesmo período (8,5 em 1960; 8,3 em 1998), em grande parte devido ao elevado número de recasamentos, na sequência do divórcio. Na Europa, este autor justifica a queda das taxas com base em três

---

<sup>6</sup> Neste caso, ainda UE15

factores fundamentais, a saber, o adiamento da idade ao casamento, o aumento das uniões de facto - que podem assumir um carácter temporário, de experimentação, ou constituir uma alternativa durável ao casamento - e a tendência para viver sozinho.

No caso específico do crescimento das uniões de facto, Therborn (2004) destaca o facto de se tratar de um fenómeno em que a Suécia e a Dinamarca foram pioneiras, desde os anos sessenta do século XX, tendo-se estendido aos outros países da Europa Central e do Norte apenas em finais dos anos setenta. Na explicação para tal diferenciação, entram em jogo alguns factores fundamentais. Por um lado, o autor refere as mudanças legislativas iniciadas já nos anos vinte e trinta, no sentido de uma desmontagem da família patriarcal e, portanto de uma concepção mais igualitária e individualista da família, mudanças acompanhadas por uma tendência para o enfraquecimento da moral religiosa sobre os comportamentos. Por outro lado, a coabitação não seria um fenómeno exactamente novo nestes países, tal como o não era a tradição dos jovens saírem precocemente de casa dos seus pais. Ora,

“Youth independence is crucial, because informal cohabitation became a mass phenomenon first among people in their early twenties. In other countries, it was won only later, after violent conflicts, and in southern Europe to this day it remains delimited by youth unemployment and an inaccessible housing market” (Therborn, 2004).

Para Sgritta (2003), esta diferenciação entre os modos de autonomização dos jovens no espaço europeu radica na distinta configuração dos modelos de protecção social característicos de cada país - acentuando em particular o tipo de divisão de responsabilidades entre as diferentes esferas institucionais (família, mercado e estado) -, com base nos quais o autor identifica três tipos de sistemas e uma subsequente polarização entre o norte e o sul da Europa. O primeiro sistema integra a Dinamarca, a Finlândia, a Suécia e a Noruega, países em que a protecção social é um direito de cidadania e em que as obrigações familiares são reduzidas ao mínimo, sendo a acção política normalmente dirigida ao indivíduo. Nestes países, a família é encarada como uma instituição baseada na igualdade e

independência económica dos seus membros. O segundo sistema, no qual se inserem a Áustria, a Bélgica, a França, a Alemanha, o Luxemburgo, a Holanda, a Irlanda e o Reino Unido, não obstante algumas diferenças entre os países não continentais relativamente aos restantes, caracteriza-se pela por uma ideologia individualista pouco desenvolvida, em que é grande a importância dada à família nuclear como garante dos cuidados e apoio aos seus membros e em que, conseqüentemente, os impostos e os benefícios fiscais quase sempre reconhecem as obrigações recíprocas entre marido e mulher e entre pais e filhos, assim como os serviços são quase sempre considerados como auxiliares dos cuidados dados pela família. No terceiro sistema, incluindo os países do sul da Europa - Grécia, Itália, Espanha e Portugal -, com características muito próximas do anterior, acentua-se o papel residual do estado relativamente à protecção e cuidado dos indivíduos mais dependentes, função remetida para a família, numa aceção mais alargada do que a família nuclear. Assim sendo, nestes países, as famílias funcionam muitas vezes como o suporte indispensável em situações de fragilidade social, actuando onde o estado é insuficiente. Esta situação, para Sgritta (2003), fica a dever-se uma inércia propositada por parte da intervenção estatal:

“(…) because the ability of the family to adapt was taken for granted, or at least did not seem problematic for a long period of time. Indeed, the division of labour and family responsibilities between men and women, as well as intergenerational solidarity, were similarly taken for granted (...) the illusion that these ‘natural’ resources are limitless and the family’s capacity for rolling with the punches can be counted on indefinitely” (Sgritta, 2003: 62).

Estes sistemas configuram, para o autor, uma polarização dos modos de transição para a idade adulta no espaço europeu, patenteados por alguns indicadores sócio-demográficos<sup>7</sup>. No que se refere à percentagem de indivíduos entre os 16-29 anos vivendo em união de facto, no Norte da Europa ronda os 50% em países

---

<sup>7</sup> Trata-se de dados obtidos através do 1º inquérito comparativo realizado na União Europeia na altura ainda com 12 membros (1994) - European Community Household Panel -, realizado pelo Eurostat.

como a França ou a Holanda, atingindo os 72% na Dinamarca, enquanto nos países do Sul varia entre os 6% de Itália e os 14% de Espanha. Relativamente à idade com que os jovens deixam de viver com os pais, são igualmente assinaláveis as diferenças: no escalão etário 16-29 anos, as percentagens de jovens residindo com os pais aproximam-se ou ultrapassam mesmo os 50% nos países do Sul, ao passo que no Norte não ultrapassam 1/3. Por outro lado, constata-se que, neste último caso, são os jovens com níveis de escolaridade mais baixos que permanecem durante mais tempo com os pais, contrariamente aos países mediterrânicos, onde são os detentores de diplomas escolares mais elevados que manifestam essa tendência.

A análise deste autor leva-nos, naturalmente, a relativizar a ideia de que o prolongamento da transição para a idade adulta, pelo menos no que respeita à idade de deixar a casa parental, é um dado generalizado, assim como a tentar perceber as razões que a justificam em países como Portugal. Como já acentuámos anteriormente, parece-nos haver um conjunto de razões ligadas a condicionantes económicas estruturais, como a dificuldade de inserção no sistema de emprego/trabalho ou o alto custo da habitação, mas também outras razões relacionadas com as características culturais do nosso país, em que, como analisava Sgritta (2003), o valor simbólico e prático da família se sobrepõe ao desejo de autonomia e individualização dos seus membros. Por outro lado, parece-nos ainda importante acentuar que o adiamento da saída da casa parental, obviamente significando um prolongamento da convivência com os pais, não é necessariamente sinónimo da ausência de relações de conjugalidade, se as entendermos num sentido lato, isto é, não as restringindo à condição de partilha do mesmo espaço de habitação. Referimo-nos ao conceito de “living together apart”, o qual, sendo usualmente mais utilizado para designar um tipo de relacionamento afectivo e sexual entre duas pessoas que vivem sozinhas, pode, na nossa óptica, aplicar-se ao mesmo tipo de relacionamento entre dois adultos jovens que vivem ainda, cada um, com os seus pais.

Deixando para o ponto 3.3 deste subcapítulo uma discussão mais detalhada de alguns indicadores referentes ao nosso país, na medida em que o nosso objectivo

era destacar, com a abordagem que fizemos, a variabilidade e não uniformidade dos padrões de transição à idade adulta no espaço europeu, parece-nos ser relevante incidir em seguida sobre as interpretações de que as transformações das modalidades subjacentes a essa transição têm sido alvo.

### 3.2. Perspectivas teóricas sobre o casamento e a conjugalidade

Na continuidade do último parágrafo que escrevemos, estamos a pensar, especificamente, nas perspectivas que têm sido adoptadas para a problematização da emergência da união de facto como uma forma de entrada alternativa na conjugalidade e, em consequência, da quebra da exclusividade do modelo centrado no casamento.

Esta problemática leva-nos necessariamente a equacionar duas referências centrais na Sociologia do Casamento. Uma delas - a noção de “casamento companheirismo” de Burgess, Locke e Thomes - porque veio clarificar o lugar do sentimento amoroso no seio do casal (casado), fundamentando nas sociedades industrializadas a legitimidade da intimidade afectiva e sexual entre os elementos do casal e tendo dominado no discurso teórico e político durante grande parte da segunda metade do século XX. A outra - expressa nas teorias da individualização - porque, reflectindo sobre as alterações registadas na esfera da formação e do funcionamento das famílias, veio problematizar o carácter institucionalizado das relações conjugais nas sociedades pós-industriais, permitindo-nos equacionar lógicas sociais de fundo subjacentes àquelas alterações.

#### 3.2.1. Do “casamento instituição” ao “casamento companheirismo”

A fundamentação de que o casamento dando origem à família moderna deveria distinguir-se entre o “casamento instituição” e o “casamento companheirismo” foi proposta por Burgess, Locke e Thomes (1960), no contexto dos E.U.A., em

meados do século XX, que assim procuravam dar conta das consequências, sobre a esfera familiar, das alterações evidenciadas no sistema de produção.

Assim sendo, nas sociedades caracterizadas por uma economia agrícola e artesanal predominaria um casamento marcado pela importância das finalidades económicas, relacionadas com a necessidade de assegurar a transmissão do património e a divisão sexual das tarefas, daí resultando o facto de ser uma união combinada entre os pais dos cônjuges, e portanto não sujeita às suas preferências. Tratar-se-ia ainda de um casamento cujo funcionamento estava muito condicionado por regras de conduta impostas do exterior, designadamente pelas famílias de orientação dos cônjuges e pela comunidade envolvente, sendo ainda regido por normas autoritaristas de funcionamento, através das quais o elemento masculino detinha o poder de decisão dentro da família. Este tipo de casamento corresponderia ao “casamento instituição”, oposto ao “casamento companheirismo”, originado pela passagem para uma economia industrial e consequente urbanização.

Neste novo tipo de união, a principal finalidade do casamento consistiria na realização pessoal dos seus membros, pelo que se trataria de uma união resultante da vontade expressa dos cônjuges, com base na afinidade mútua, e na qual as normas de funcionamento seriam mais igualitaristas e pouco dependentes do exterior.

Na óptica de Burgess, Locke e Thomes (1960), teria então sido o processo de assalariamento que teria contribuído para a expansão do companheirismo como nova modalidade de casamento, na medida em que aquele processo, implicando simultaneamente uma ruptura com o meio de origem dos trabalhadores (êxodo rural e urbanização) e uma separação do espaço/tempo de trabalho relativamente ao espaço/tempo doméstico, teria provocado uma erosão das sociabilidades públicas tradicionais. Assim, a vizinhança, os colegas de trabalho, a inserção comunitária já não poderiam satisfazer as necessidades do bem-estar afectivo individual, pelo que se teria dado um centramento progressivo no casal enquanto fonte desse afecto, propiciador da satisfação emocional e do amor romântico.

Ainda que criticados pela sua visão optimista da família, apenas centrada nas funções expressivas, que iludia a persistência de funções instrumentais e, com elas, de desigualdades de género no funcionamento da família (naturalizadas em função das diferenças biológicas), estes autores não deixaram de apontar o sentido em que as relações conjugais evoluíram até ao final do século XX (Torres, 2001), pelo menos em parte, ou seja, no sentido de uma valorização cada vez maior “no quadro da vida individual, como fonte de gratificação e bem estar-afectivo e não tanto como prestadora de serviços ou como unidade de produção de bens económicos” (Torres, 2001: 36).

Contudo, as análises destes autores, desenvolvidas no âmbito de um funcionalismo coadunado com a estabilidade do sistema social - tal como referimos relativamente à óptica do funcionalismo tecnológico, quando abordámos as relações entre a educação e trabalho -, rapidamente se enviesaram, ao divulgarem-se, no plano ideológico e normativo, convertendo-se de teorias em normas acerca de como deveria ser a família e o seu funcionamento.

Em todo o caso, constituindo o “casamento-companheirismo”, sancionado pelo casamento, uma modalidade de conjugalidade considerada adequada ao equilíbrio dos indivíduos, compensatória das dificuldades sentidas nas outras esferas da vida, designadamente profissional, o divórcio - tal como em Parsons - ou as uniões não legalmente legitimadas eram vistos como disfuncionais e, portanto, com tendência para não crescer. Ora, foi precisamente isso que acabou por acontecer.

### **3.2.2. As teses da individualização**

Apesar de não ter começado por ser primária ou exclusivamente acerca dos relacionamentos pessoais, o tema da individualização veio a tornar-se a principal via de análise da sociologia da vida familiar na actualidade, tendo vindo a ser cada vez mais utilizado como forma de captar aquilo que é único nos relacionamentos íntimos, nas sociedades pós-industriais.

O ponto de partida para perceber as teses da individualização apoia-se em constatações como o decréscimo das taxas de casamento, a proliferação do divórcio, o aumento das uniões de facto e das famílias monoparentais ou as mudanças operadas na divisão doméstica das tarefas, no sentido de esbatimento das diferenças de género entre a função instrumental e a função expressiva. A partir destes fenómenos, considera-se que as vidas das pessoas estão a tornar-se mais móveis e frágeis, pautadas pela recusa de planos a longo prazo, laços permanentes, identidades imutáveis (Smart e Shipman, 2004). No plano dos relacionamentos pessoais, reconhece-se uma tendência de fundo para uma privatização e sentimentalização crescente (Ariés, 1973; Shorter, 1975) mas que, contrariamente às previsões dos teóricos do “casamento companheirismo”, acabou por contribuir para uma desinstitucionalização do casamento.

Esta expressão pretende significar o enfraquecimento das normas sociais tradicionais que caracterizam a instituição social casamento na actualidade, em virtude da rapidez e incerteza da mudança social. Produzem-se, assim, situações fora do alcance das normas estabelecidas, não existindo um consenso tácito acerca das formas de agir, pelo que os indivíduos têm de negociar novas formas de comportamento, processo potenciador de conflitos (desacordos, tensões) e de novas oportunidades, uma vez que, por exemplo, a quebra de normas tradicionais no âmbito da instituição familiar poderá levar à criação de relacionamentos mais igualitaristas entre os membros do casal.

No seguimento destas ideias, Roussel (1989), por exemplo, fala de uma dupla desinstitucionalização do casamento, patente nos comportamentos e na lei: maior hesitação para casar por parte dos jovens adultos, combinada com o enfraquecimento da regulação legal do casamento. Cherlin (2004), por seu turno, considera que é a própria união de facto que está a institucionalizar-se, referindo vários exemplos dos EUA e do Canadá, onde o Direito tem vindo a promover a garantia de igualdade de direitos e deveres entre casais unidos de facto e casados ou da França, onde os casais não casados podem integrar “Pactos de Solidariedade Civil”, que lhes conferem a maior parte dos direitos e responsabilidades dos casados, desde que o pacto tenha pelo menos 3 anos.



Subjacente a esta ideia de desinstitucionalização do casamento e sua substituição por relacionamentos não correspondentes a formas fixadas, encontra-se a ideia central aos principais teóricos da individualização (Giddens, 1994, 1995; Beck, 1992; Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Bauman, 1995, 2001): a ideia de que as motivações para a acção se centram no indivíduo, nos seus interesses pessoais, nas suas escolhas e no seu bem-estar, sem as amarras dos condicionalismos da família como instituição (Aboim, 2006). Contudo, nesta perspectiva, não só a individualização se prende com a reflexividade de cada um na construção da sua própria trajectória, a possibilidade de cada um desenvolver o percurso que mais satisfaça os seus anseios, como ainda está ligada à “(...)produção de uma ordem social mais individualizada nas formas de organização do Estado, do mercado de trabalho, dos grupos sociais, da família (...)” (Aboim, 2006: 36). Por outro lado, estes autores perspectivam que as fontes tradicionais da identidade como classe social, religião e comunidade perdem influência à medida que os relacionamentos íntimos se vão tornando centrais nos processos de identidade individual, estando um processo dependente do outro.

No campo específico dos relacionamentos amorosos, Beck e Beck-Gernsheim (2002), por exemplo, argumentam que o amor é hoje muito mais central nas nossas vidas, precisamente quando é também muito mais incerto e arriscado. O declínio das certezas tradicionais produziu indivíduos que procuram significado nos seus relacionamentos mas que, simultaneamente, perseguem a liberdade individual. Assim sendo, são condicionantes sociais - a insegurança, risco e incerteza a todos os níveis - as responsáveis pelo individualismo crescente.

Bauman, por seu turno, acentua a contingência actual dos relacionamentos íntimos, anteriormente sólidos e certos, vendo a disponibilidade da escolha pessoal como a causa para a não existência de relacionamentos fixos, simultaneamente como a alavanca da modernidade:

“Unless the choice is restated daily and ever new actions are taken to confirm it, affinity will wilt, fade and decay until it falls or crawls apart. The intention of keeping affinity alive and well portends a daily struggle and promises no rest to vigilance. For us, the denizens of the liquid modern

world that abhors everything that is solid and durable, that is unfit for instant use and allows no end to effort, such a prospect may be more than one would willingly bargain for” (Bauman, 1995: 29).

Parece-nos, portanto, que Beck e Beck-Gernsheim (2002) e Bauman (1995, 2001) abordam o conceito de individualização como um processo social em que a individualização constitui a motivação pessoal dos indivíduos para moldar os seus próprios estilos de intimidade. Neste sentido, o indivíduo surge como um agente social de mudança, o que assinala um afastamento dos modelos deterministas, em que o indivíduo é visto como reagindo inevitavelmente às forças sociais. Assim, a noção de escolha individual é um elemento crucial nas suas teses. Neste sentido, o indivíduo vive o seu relacionamento íntimo ponderando a sua realização e bem-estar pessoal, nas suas variadas dimensões - afectiva, sexual, psicológica - , sendo que a partir do momento em que não as sente satisfeitas, não sofre o constrangimento de forças institucionais - como os laços rígidos do casamento ou das normas conservadoras provenientes do seu meio familiar de orientação - impedindo-o de o cessar e avançar na sua procura de novo relacionamento mais gratificante.

Giddens (1994,1995), por sua vez, analisa a emergência do “relacionamento puro” como uma extensão lógica do individualismo crescente e da desinstitucionalização do casamento que ocorreram durante o século XX: trata-se de uma união íntima, iniciada voluntariamente, que vale por si própria, e que dura enquanto ambos os parceiros estiverem satisfeitos com as recompensas que dela retiram, em termos de intimidade e de amor que dela retiram. A base deste novo tipo de relacionamento é a comunicação emocional entre os dois parceiros, um processo de confiança activa segundo o qual ouvir e compreender o outro é central

Não se encontrando ligado à instituição casamento nem ao desejo de ter e criar filhos, o relacionamento puro é independente das instituições sociais ou da vida económica, não regulado por laços legais e existe primordialmente em função da procura de emoção e de auto-identidade. Neste sentido, o casamento na actualidade tornou-se muito mais uma escolha do que uma necessidade, por parte

dos adultos que querem intimidade, companheirismo e crianças. Trata-se, então, de uma forma de relacionamento entre uma variedade possível.

Na nossa opinião, alguns problemas podem ser discutidos na sequência destas reflexões.

Por um lado, julgamos ser pertinente questionar a adequação destas teses aos dados empíricos disponíveis. Com efeito, são vários os autores que criticam a ideia dos teóricos individualistas segundo a qual modernidade e individualização aparecem inexoravelmente juntas, quando em sociedades ditas desenvolvidas, as evidências apontam para uma situação diferente. É o caso de McCarthy, Edwards and Gilles (citados por Smart e Shipman, 2004), que, tendo entrevistado membros de famílias reconstruídas, constataram que tais famílias, relacionamentos ou companheirismos não são de todo contingentes, mesmo tendo sido formados através de uniões de facto. Também Kaufmann (1993) assinala que a diversidade de modos de formação das famílias não deve ser entendida estritamente à luz da individualização. No contexto específico da união de facto na sociedade francesa, este autor identifica alguma tendência para a individualização nas franjas mais jovens, que vêem nessa união uma libertação de constrangimentos institucionais, mas assinala que esse relacionamento tanto pode desembocar numa situação de recusa durável do casamento, quanto resultar no casamento com o parceiro. Relativamente aos casais unidos de facto de escalões etários mais elevados, Kaufmann (1993) destaca que o seu modo de funcionamento, interacções e valores pouco diferem dos casais casados.

Neste sentido, concordamos com Smart e Shipman (2004), quando criticam a perspectiva homogénea da família e do casamento apresentada pelos autores da individualização, designadamente por considerarem que se trata de uma visão culturalmente monocromática, excluindo a compreensão das diferentes formas de casamento, relacionamentos e intimidades que se encontram na diversidade e complexidade das sociedades. Desta maneira, concordamos com Aboim (2006: 37), quando considera que

“Sendo verdadeiras as profundas transformações da conjugalidade, é mais duvidosa a ausência de institucionalidade, pois a recusa de comportamentos tradicionalistas não exclui o enquadramento da acção em novos quadros institucionais onde muitas vezes subsistem significativas heranças passadas”.

Finalmente, contrariando a perspectiva subjacente à tendência monolítica para a individualização, consubstanciada na contingencialidade da família e das relações familiares e sua conseqüente fragilidade, Guerreiro e Abrantes (2005: 162) consideram estarmos perante uma transformação mas não desintegração da família, na medida em que “a família permanece a principal referência para a projecção de vivências e identidades dos indivíduos”. Com efeito, centrando-se na realidade portuguesa, estes autores apontam que, não obstante o cepticismo dos indivíduos quanto a casar ou ter filhos cedo, o modelo familiar desejado a longo prazo é aquele que se caracteriza pela existência de uma relação sancionada pelo casamento, estável, em casa própria e com filhos.

Esta perspectiva aponta-nos, portanto, para a persistência de uma elevada valorização simbólica do casamento na actualidade, não obstante o seu retardamento nas histórias de vida individuais. De acordo com Cherlin (2004), tal significa que, embora a importância prática ou concreta do casamento tenha decaído<sup>8</sup>, tornando-se menos dominante e perdendo o carácter de conformidade, o seu peso cultural persiste, por se ter convertido num sinal distintivo de um trajecto que se foi construindo a pouco e pouco e de que constitui, não o seu início, mas o seu culminar. Neste sentido, o casamento seria sinónimo do crescimento pessoal dos parceiros e um estágio do seu auto-desenvolvimento: “(...) people marry now less for the social benefits that marriage provides than for the personal achievement it represents” (Cherlin, 2004: 857).

Por outro lado, na óptica de Guerreiro e Abrantes (2005), o significado importante que a família continua a ter para os indivíduos nota-se ainda no apoio que a família de orientação assegura aos indivíduos ao longo das suas transições para idade adulta e que se manifesta na tendência para os jovens residirem em casa dos pais até bastante tarde. Este prolongamento da co-residência com os pais,

---

<sup>8</sup> O autor refere-se à perda de funções instrumentais da família conjugal, analisada no Capítulo III deste trabalho.

sendo resultante de uma multiplicidade de factores, deriva na maior parte dos casos da insegurança profissional e da precariedade económica, perspectiva que contraria uma justificação fundamentalmente centrada nos aspectos culturais. Em concreto, a ideia de que a conjugalidade e a parentalidade poderão constituir obstáculos às experiências pessoais ou ao sucesso profissional só faz algum sentido junto das “classes qualificadas”, cuja

“grande maioria dos jovens, embrenhados em trajectos escolares e académicos prolongados e demonstrando ambições crescentes de cariz hedonista ou consumista, não vislumbra a hipótese de casar ou ter filhos antes dos 30 anos” (Guerreiro e Abrantes, 2005: 163).

Assim sendo, estes autores concluem que, dada a grande diversidade de vias de transição familiar actualmente disponíveis aos jovens, a escolha individual da mais adequada é fortemente constrangida pelo meio social de origem, quer pelas condições concretas que este proporciona - em termos de educação escolar, por exemplo -, quer pelas disposições culturais que inculca.

### **3.3. Dinâmicas de entrada na conjugalidade em Portugal**

Reportando-nos agora, de forma específica, à sociedade portuguesa, procuraremos caracterizar as principais tendências de transformação da entrada na conjugalidade, através da análise de alguns indicadores demográficos que nos parecem pertinentes, entre 1960 e 2001 (Tabela 1).

Desde logo, parecem-nos ser de destacar alguns indicadores que nos revelam estarmos perante uma mudança muito rápida nos comportamentos de conjugalidade da sociedade portuguesa, como já indicámos no início deste subcapítulo 3. Referimo-nos em concreto às alterações registadas a partir de 1970, que naturalmente foram mais acentuadas depois do 25 de Abril de 1974, no sentido da diminuição da taxa bruta de nupcialidade (de 9,4 p.1000 para 5,7 p.1000), acompanhada de mudanças significativas no tipo de nupcialidade, uma vez que a percentagem de casamentos católicos veio a decair progressivamente,

até se fixar em 62,5% em 2001, ao mesmo tempo que os casamentos civis, obviamente, viram o seu peso aumentar, constituindo naquele ano mais de 1/3 dos casamentos em Portugal.

**Tabela 1. Evolução dos indicadores demográficos de nupcialidade e de fecundidade**

Indicadores	1960	1970	1981	1991	1996	2001
Taxa Bruta de Nupcialidade (p.1000)	7,8	9,4	7,7	7,3	6,3	5,7
Casamentos Civis (%)	9,2	13,4	26,0	27,9	33,5	37,5
Casamentos Católicos (%)	90,8	86,6	74,0	72,1	66,5	62,5
União de Facto (%)	-	-	-	2,0	-	3,7
Idade Média ao 1º Casamento (Homem)	26,9	26,6	25,4	26,3	27,0	27,8
Idade Média ao 1º Casamento (Mulher)	24,8	24,3	23,3	24,4	25,1	26,1
Taxa de Natalidade (p.1000)	24,1	20,1	15,4	11,7	11,0	10,9
Nascimentos fora do Casamento	9,5	7,2	9,5	15,6	18,7	23,8

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Recenseamentos Gerais da População

Simultaneamente, a idade média ao casamento, tanto dos homens como das mulheres, tendo decaído até 1981, registou um avanço significativo até ao final do século, atingindo em 2001 os 27,8 anos no primeiro caso e os 26,1 no segundo, sendo de destacar a diminuição da distância que separava a idade média ao casamento dos homens e das mulheres.

Finalmente, baixou drasticamente a taxa bruta de natalidade (de 24,1 p.1000 em 1960 para 10,9 p.1000 em 2001), sendo acompanhada da subida, também significativa, dos nascimentos fora do casamento.

Destes dados transparecem, portanto, dinâmicas apontando para um retardamento da inserção familiar dos indivíduos na sociedade portuguesa, patentes no adiamento do momento para casar, bem como para uma alteração da forma dominante de encetar a conjugalidade, configurada em 1960 no modelo do casamento católico. Em 2001, continuando este a ser o modelo mais representativo, não assumia já uma percentagem tão significativa.

Em todo o caso, o casamento é a prática de entrada mais usual entre os jovens em Portugal, o que fica a dever-se, na perspectiva de Guerreiro e Abrantes

(2005), ora à sua importância institucional, estatutária e sagrada, no caso dos jovens com menos qualificações escolares e/ou católicos praticantes, ora à sua carga ritual ou ao desejo de não criar conflitos com as respectivas famílias, no caso dos mais escolarizados e/ou sem filiação religiosa. Por sua vez, a parentalidade e o casamento precoces tendem a verificar-se em grupos sociais mais desfavorecidos, em virtude de factores como o abandono escolar, a entrada prematura no mercado de trabalho, constrangimentos económicos e menor liberdade em casa dos pais (Guerreiro e Abrantes, 2005).

Ao mesmo tempo, os escassos dados que é possível obter a partir das fontes estatísticas oficiais acerca da união de facto permitem-nos perceber a sua expressão crescente, contudo ainda diminuta no conjunto da população portuguesa. Neste sentido, o expressivo aumento dos nascimentos fora do casamento parece ser mais o efeito da maternidade/paternidade na condição de solteira(o) do que dos nascimentos ocorridos no âmbito das uniões de facto.

Recorrendo à análise mais fina de Guerreiro e Abrantes (2005) sobre a união de facto em Portugal, e de forma concordante com a alta valorização simbólica de que o casamento continua a revestir-se no nosso país, como já salientámos anteriormente, o que parece acontecer é alguma descoincidência entre os discursos e as práticas. Com efeito, ainda que projectada pelas novas classes médias, a união de facto é muito mais expressiva nas classes mais desfavorecidas:

“As condições de vida impõem a estes grupos práticas mais orientadas para o imediato e transitório, nem sempre compatíveis com os custos e exigências inerentes ao casamento. As carências económicas e a relação distante com os sistemas legais tornam-se entraves à instituição matrimonial.” (Guerreiro e Abrantes, 2005: 164)

Em contrapartida, a união de facto é tradicionalmente vista como uma situação ilegítima nas classes populares e operárias, assim como nas classes médias com baixas qualificações escolares.

Desta análise, parece-nos poderem inferir-se tendências ligeiras para uma individualização dos comportamentos na esfera familiar, principalmente pela

dessacralização do casamento que tem vindo a ocorrer, já que o retardamento da idade em que ele se dá na vida dos indivíduos tende a estar relacionado, de acordo com a análise que já efectuámos no Capítulo III deste trabalho, com as mudanças significativas por que passou a sociedade portuguesa depois do 25 de Abril, nomeadamente o alargamento da escolaridade mínima obrigatória, o prolongamento do período de estudos, principalmente para as raparigas e também com especial incidência no sexo feminino, a terciarização da economia e consequente abertura do sistema de emprego/trabalho para as mulheres. Relembramos a ideia que tentámos vincar ao longo da análise efectuada nos pontos anteriores, ou seja, a perspectiva de que por detrás de tendências comuns a várias sociedades, podem encontrar-se fenómenos morfológicamente diferentes - como é o caso da relação entre permanência em casa dos pais e habilitações escolares, tão oposta nos países do Norte e do Sul da Europa -, com condicionantes diferenciadas.



## 2ª PARTE

---

trajectórias sócio-profissionais dos diplomados na intersecção da  
universidade, do trabalho e da família



## CAPÍTULO V

---

orientações metodológicas



## 1. Metodologia geral da investigação

Iniciaremos esta secção equacionando a perspectiva adoptada relativamente ao actor social e à forma como se situa, age e interage nos contextos e nas estruturas sociais em que está envolvido. Adoptamos como ponto de partida a noção de que as acções humanas, individuais ou colectivas, são estrangidas por uma multiplicidade de factores que lhes são externos, o que não significa, contudo, que os agentes sejam simplesmente passivos perante os estrangimentos a que estão sujeitos. Dotados de capacidade de escolha, dentro de certos limites, os actores sociais não só interiorizam através da socialização o conjunto de normas, padrões e valores do funcionamento social, como são também transformadores e produtores de sentido, pelo que a acção exteriorizada resulta da combinação destes dois processos. Deste modo, torna-se necessário conhecer os “esquemas subjectivos e ocultos de percepção e de avaliação que são socialmente partilhados” (Pinto, 1991: 225), os quais permitem compreender porque, numa situação concreta, a acção social assume uma determinada forma e não outra.

Contudo, distanciamo-nos de um entendimento em que as motivações da acção social se baseiam exclusivamente na racionalidade dos actores, como é o caso de Raymond Boudon (1973), para quem a dimensão estratégica dos sujeitos, em cada contexto social, reveste a forma de um cálculo sobre os riscos, custos e vantagens inerentes às suas decisões. É também nesta linha que Crozier e Friedberg equacionam o actor social, enquanto agente autónomo capaz de cálculo e de manipulação em função das circunstâncias que o rodeiam, ou seja, na perspectiva de que o actor não existe fora do sistema que define a liberdade que é a sua e a racionalidade que ele pode usar na sua acção (Crozier e Friedberg, 1977).

De forma diferente, e em concordância com a acepção weberiana, parece-nos que os fenómenos e os comportamentos sociais são portadores de um sentido subjectivo para os seus agentes individuais (Weber, 1974), sendo nosso

entendimento que esse sentido subjectivo, que Weber retira dos valores culturais das sociedades e dos grupos sociais, não se reduz à dimensão da racionalidade. Assim, sendo, se o actor nem sempre conhece os motivos da sua acção, o investigador tão pouco é capaz de os adivinhar intuitivamente, devendo investigá-los de forma a distinguir entre o verosímil e o verdadeiro (Aron, 1991).

Aproximamo-nos, desta forma, de uma perspectiva construtivista<sup>1</sup> do trabalho sociológico, segundo a qual

“as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e quotidianas dos actores individuais e colectivos; este enredo de construções plurais (...), não derivando necessariamente de uma clara vontade, tende a escapar ao controlo dos diferentes actores em presença” (Corcuff, 1997: 22).

Desta concepção da realidade social decorrem implicações para a metodologia do trabalho científico: se uma estratégia metodológica baseada no estabelecimento de “regularidades” exteriores aos fenómenos sociais não basta, por si só, para tornar inteligíveis os comportamentos humanos, uma abordagem unicamente centrada na interpretação por compreensão da componente subjectiva do sentido dos fenómenos sócio-culturais é igualmente insuficiente (Pinto, 1989). A confluência destas duas posturas parece ter, portanto, virtualidades que gostaríamos de ter capacidade para explorar, nela se enraizando a opção por construir as trajectórias sócio-profissionais dos diplomados, que constituem um instrumento ou um meio para a compreensão do nosso objecto de estudo. De facto, as trajectórias permitem objectivar os processos de inserção, porque traçam o percurso temporal e biográfico concreto seguido pelos indivíduos ao “atravessarem” as diversas instituições sociais (escola, trabalho, família), capacitando-nos para caracterizar as peculiaridades da vida que nos rodeia e na qual nos situamos (Weber, 1974). Mas, ao exprimirem escolhas e decisões,

---

<sup>1</sup> De acordo Philippe Corcuff (1997), a perspectiva construtivista das relações sociais não constitui uma corrente ou escola de pensamento sociológico, uma vez que, para aquele autor, ela pode identificar-se em autores com percursos e trabalhos tão diversos como, citando apenas alguns, Norbert Élias, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Berger e Luckmann, Alfred Schütz, Aaron Cicourel, Luc Boltanski, Laurent Thévenot ou Alessandro Pizzorno. O que de comum unirá estes autores será a tentativa de superar as tradicionais divisões macro/micro, objectivo/subjectivo ou colectivo/individual, que têm marcado a história da sociologia, sendo também essa, portanto, a principal característica de uma visão construtivista dos fenómenos sociais.

obedecendo então a uma capacidade reflexiva<sup>2</sup> dos agentes sociais “constantemente empenhada no fluxo das condutas quotidianas”(Giddens, 1987: 33), as trajectórias são ao mesmo tempo condicionadas pelos recursos familiares, escolares, sociais e culturais de que o agente é portador e pelas condições económicas, políticas, sociais e culturais (sistema de trabalho, políticas de emprego, políticas de família).

Por outro lado, e decorrendo do nosso posicionamento face actor social e à forma como se situa, age e interage nos contextos e nas estruturas sociais em que está envolvido, vemos o processo de construção científica como sendo comandado pela teoria, no sentido de que opera com o objectivo de problematizar a realidade, de enfrentá-la com um determinado quadro conceptual que permita ordená-la e compreendê-la para além das evidências que nos possam aparecer. Enquadramo-nos, assim, no método hipotético dedutivo, que corresponde ao modelo de racionalidade subjacente ao paradigma da ciência moderna (Santos, 1990), na medida em que partimos do pressuposto epistemológico bachelardiano segundo o qual o dado científico não é dado, mas construído na direcção “do racional ao real e de modo algum, ao inverso, da realidade ao geral, como o professaram todos os filósofos, desde Aristóteles até Bacon” (Bachelard, 1978: 8).

Nesta perspectiva, o dado científico constrói-se, antes de tudo, contra as ilusões do saber imediato, das falsas evidências do senso comum (Cot e Mounier, 1974), uma vez que se tratam de dados não problematizados, fruto de uma experiência imediata, de um conhecimento comum sobre a realidade. Isto só é possível, na perspectiva de Santos (1990), entre outros, através de três actos epistemológicos fundamentais, ou seja, a ruptura (com o senso comum), a construção e a verificação.

O acto de romper com o senso comum constitui um processo exigindo ao investigador uma vigilância epistemológica constante (Bachelard, 1978),

---

<sup>2</sup> A noção de capacidade reflexiva, proposta por Anthony Giddens, não se identifica com uma noção de intenção racional, remetendo antes para a ideia, muito mais global, de que os actores são dotados de uma competência para conhecer os fenómenos que os rodeiam, quer de forma discursiva (“tudo o que os actores podem exprimir de forma verbal”), quer de forma tácita (“tudo o que sabem fazer na vida social, sem que o possam exprimir directamente...”) (Giddens, 1987: 440)

particularmente no âmbito das ciências sociais e humanas, dada a grande proximidade do investigador relativamente ao seu objecto de estudo. Para consegui-lo, torna-se necessário adoptar um princípio fundamental, o da não consciência, ou seja, o pressuposto de que o conhecimento das acções e relações sociais não pode ser apreendido a partir das motivações e experiências do próprio investigador, o que, para Quivy e Campenhoudt (1992), pode ser conseguido através de três passos que constituem a fase inicial de uma investigação na área das ciências sociais. Referimo-nos, por um lado, à formulação do problema de partida que, explicitando com clareza o objecto de investigação deverá ser exequível e pertinente. Seguir-se-á a exploração da problemática, com o objectivo de adquirir, aprofundar ou até mesmo ultrapassar os conhecimentos em torno do problema de partida, na perspectiva de se delinearem as bases para uma problemática de investigação, através da recolha de um conjunto de elementos teóricos e/ou empíricos (Pardal e Correia, 1995).

Por se turno, a construção da problemática de investigação, resultante do trabalho realizado na etapa anterior, consiste na elaboração sistemática de todo o sistema conceptual e contextual da investigação, ou seja, na explicitação quer das linhas teóricas adoptadas e correspondente conjunto de conceitos e de relações entre conceitos, assim como das características dos fenómenos ligados ao problema em estudo.

Através destes passos que constam da fase de ruptura com o senso comum, percebemos como, no método hipotético-dedutivo, o conhecimento procede por abstracção, na medida em que avança através de uma construção teórica. Neste sentido, o conhecimento representa, portanto, antes de mais, um quadro conceptual formado categorialmente e não uma transcrição de dados já constituídos do ponto de vista do sujeito. Com efeito, apenas à luz da teoria é que os dados da experiência adquirem importância, assim sendo possível colocar hipóteses dotadas de pertinência científica (Teixeira Fernandes, 1983). Daqui resulta, para este mesmo autor, não haver



“pois, alternativa para a teorização; ela aparece não só como o produto de chegada como ainda como ponto de partida de toda a actividade científica” (Teixeira Fernandes, 1983: 126).

Na sequência das afirmações anteriores, compreendemos que é da própria construção teórica que depende a verificação dos factos, porque é com base na primeira que se constrói um modelo de análise apto à segunda. Assim sendo, a construção do modelo de análise consubstancia o segundo acto epistemológico tendente a dar continuidade à ruptura com o senso comum, visando a tradução dos elementos integrantes do quadro teórico-conceptual em instrumentos aptos à observação empírica, através do desenvolvimento do raciocínio abstracto, ou seja, do estabelecimento de deduções sucessivas. Conduzindo à formulação das hipóteses de investigação a testar, este processo não deixa de exigir uma explicitação dos conceitos centrais que relevam da construção teórica, uma vez que só partindo deles e das relações entre eles é possível construir tais hipóteses, que mais não constituem do que relações entre conceitos (Pardal e Correia, 1995; Quivy e Campenhoudt, 1992). Desta forma, colocando-se em relação dois termos (conceitos), decompostos nas variadas dimensões que podem assumir e nas respectivas variáveis e indicadores a controlar ao longo da investigação, caminha-se sucessivamente para o real, na procura de confirmação, ou alternativamente, de infirmação das suposições deduzidas pelas hipóteses, processo este que, no que se refere à presente investigação, será explicitado na secção seguinte.

Finalmente, o terceiro acto epistemológico de uma investigação conduzida pelo método hipotético-dedutivo, a verificação, compreende as fases de observação, análise das informações e conclusões. A fase da observação, na sequência do modelo de análise estabelecido, consiste no conjunto de procedimentos que visam testar as hipóteses, integrando a escolha e selecção da população a estudar, assim como a selecção das técnicas de investigação, a construção dos respectivos instrumentos, e ainda a sua aplicação e tratamento. No caso do presente trabalho, explicitamos o conjunto de procedimentos activados para a observação dos factos na secção 3 do presente capítulo. Quanto à análise das informações, que nesta tese é feita nos capítulos VI, VII e VIII, consiste na

apresentação e discussão dos resultados observados, tendo por referência às hipóteses formuladas, na perspectiva de confirmá-las ou infirmá-las.

A parte final de uma investigação assente no método que adoptamos consta da apresentação das conclusões do trabalho realizado, englobando não apenas uma problematização dos principais resultados obtidos, como ainda a indicação dos novos conhecimentos a que a investigação terá conduzido, bem como uma análise crítica dos limites concretos e das potencialidades práticas da investigação realizada.

## 2. Construção do modelo de análise

Na sequência do método de investigação que adoptámos, e em sintonia com o quadro teórico que elaborámos e que foi apresentado nos Capítulos I, II, III e IV, construímos sete hipóteses de investigação, após o que procedemos à identificação dos principais conceitos subjacentes a cada uma delas, tendo depois desdobrado cada conceito nas suas várias dimensões, traduzindo-as, finalmente nos indicadores nortearam a construção da técnica de investigação utilizada. Passamos, em seguida, à apresentação deste processo de tradução dos elementos da matriz teórica em elementos operacionais aptos à medida.

### 1ª Hipótese

Na origem do aumento da procura social do ensino superior, ao qual corresponde uma expansão significativa do número de alunos matriculados e do número de diplomados, encontram-se as aspirações de mobilidade social de largos sectores da sociedade portuguesa. Assim se justifica, relativamente à frequência do ensino superior, não ser apenas o número, mas também o tipo de alunos, no que toca à composição social, a sofrer alterações significativas. Quer isto dizer que o acesso à universidade não se encontra hoje reservado às camadas médias-altas e altas da população, mas aberto aos indivíduos de todos os sectores sociais, nomeadamente aqueles que estando privados de capital económico e/ou cultural,

anteriormente dele estavam arredados, aí depositando a esperança de melhorar as suas posições sociais.

A questão que se nos afigura de todo o interesse investigar é a de saber se, na população em análise neste trabalho, se verifica efectivamente mobilidade social ascendente. *Por outras palavras, a posse de um diploma universitário funciona objectivamente, para os indivíduos, como um instrumento que permite a obtenção de posições sócio-profissionais mais favoráveis do que as dos seus pais?* Sendo de esperar essa tendência, colocamos não obstante algumas reservas quanto à amplitude, no conjunto dos indivíduos, da mobilidade ascendente.

Desde logo, a eficácia dos diplomas universitários no acesso às posições sócio-profissionais encontra-se condicionada pelas próprias dinâmicas do mercado de trabalho. Concretizando, verifica-se actualmente quer uma inflação nos requisitos de formação escolar exigidos pelos empregadores para o desempenho de determinadas actividades profissionais, quer uma alteração nas relações laborais, patente, entre outros factores, na instabilidade ou precarização dos vínculos contratuais. Desta forma, obter um status sócio profissional mais favorável do que os ascendentes não constitui tarefa fácil, não só porque não basta ao indivíduo ser possuidor de mais habilitações escolares do que os seus pais, como inclusivamente essa suposta mais valia poderá nem sequer protegê-lo da desclassificação social, ao ingressar nas fileiras do subemprego ou até mesmo do desemprego.

Esta primeira hipótese vem colocar em jogo a noção de mobilidade social possibilitada pela educação escolar, problemática equacionada no Capítulo I deste trabalho. Para operacionalizar a sua análise, tornou-se necessário adoptar uma grelha para a construção dos lugares de classe dos indivíduos. Partindo da perspectiva, com a qual nos identificamos, de que as sociedades contemporâneas se caracterizam pela existência de relações assimétricas de poderes, bem como pela distribuição desigual dos recursos e das oportunidades, a tipologia tripartida de classes (Burguesia, Pequena Burguesia e Operariado<sup>3</sup>) e fracções de classe

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, optámos pelas designações de Classe Dirigente, Classe Média e Classe Popular, respectivamente.

correspondentes lançada por Almeida e outros (1988) e desenvolvida e aperfeiçoada por um grupo de autores como Machado e outros (1989, 1995, 2005), Costa e outros (1990, 2000) pareceu-nos ser adequada aos nossos propósitos. Esta tipologia identifica como principais indicadores diferenciadores das estruturas de classes os indicadores socioprofissionais (profissão e situação na profissão) e socioeducacionais (habilitações escolares), pelo que a localização dos indivíduos no respectivo lugar de classe (posição social) resulta da conjugação destes indicadores; para determinar o lugar de classe dos indivíduos nos grupos domésticos de origem (origem social), confrontam-se os lugares de classe de cada cônjuge (Anexo IIA, Tabelas 1, 2 e 3).

#### 1ª HIPÓTESE: MOBILIDADE SOCIAL ASCENDENTE

Conceitos	Dimensões dos conceitos	Indicadores
Origem social dos indivíduos (posição de classe da família de origem)	1. Económica/profissional 2. Cultural	1. Profissão e situação na profissão dos pais 2. Habilitações escolares dos pais
Composição social da amostra (posição de classe dos indivíduos)	1. Económica/profissional 2. Cultural	1. Profissão e situação na profissão dos próprios 2. Habilitações escolares dos próprios
Valorização dos diplomas académicos	1. Valorização socioeconómica 2. Aspirações associadas à possibilidade de ter um diploma	1. Opiniões relativas à situação geral em 2003 por relação com a situação dos pais; opiniões acerca da importância do diploma para o estatuto social em 2003 2. Motivações de ingresso no ensino superior

#### 2ª Hipótese

De forma decorrente dos aspectos problematizados na hipótese anterior, parece-nos que o peso da origem social dos indivíduos, por via do “capital relacional” a ela associado, pode fazer-se sentir no início da procura de trabalho, condicionando em certa medida as oportunidades de mobilidade. Num contexto sócio-económico em que as dificuldades de inserção profissional são obviamente captadas pelos jovens ao longo do seu percurso académico, *é de supor que a*

*pertença a segmentos sociais com redes alargadas de contactos sociais constitui um mecanismo facilitador da aproximação à vida activa, ao contrário daquilo que acontece quando o indivíduo pertence a classes sociais com redes relacionais mais circunscritas.* cremos que o recurso a este processo de procura de colocação profissional será relativamente reduzido, mas, a provar-se, não deixa de constituir um obstáculo a uma visão optimista, do ponto de vista da promoção social, da integração dos diplomados universitários no mundo do trabalho.

### 2ª HIPÓTESE: RECURSO AO CAPITAL RELACIONAL NA APROXIMAÇÃO À VIDA ACTIVA

Conceitos	Dimensões dos conceitos	Indicadores
Capital relacional	1. Redes de contactos ligados aos grupos de origem  2. Redes de contactos ligados aos grupos de pertença	1. Conhecimentos interpessoais da família e da zona geográfica de origem  2. Conhecimentos interpessoais ligados ao contexto académico ou à família de pertença
Aproximação à vida activa	1. Acesso ao emprego  2. Oportunidades do mercado de trabalho	1. Mecanismos de acesso ao emprego  2. Motivos de ingresso no emprego

### 3ª Hipótese

Sendo certo que um dos pressupostos de partida deste trabalho é o de que a inserção social dos indivíduos se efectua através da passagem por dois eixos, um agindo na esfera profissional e outro na esfera familiar, assinalamos desde logo o carácter complexo deste processo. Na realidade, vários são os acontecimentos que, em cada uma das esferas consideradas, marcam o percurso de vida dos indivíduos, pelo que se impõe uma análise que combine ambos os vectores, na tentativa de identificar padrões de inserção. No entanto, adoptamos uma perspectiva das trajectórias de vida segundo a qual não interessam apenas os acontecimentos e o seu faseamento, mas também o relacionamento entre todas as transições, e a sua contextualização no tempo e no espaço, pelo que os constrangimentos exteriores sobre as biografias individuais jogam um efeito fundamental. Neste sentido, tanto as novas dinâmicas que atravessam o mundo

do trabalho (analisadas no Capítulo II), como as mudanças no campo da família (analisadas no Capítulo III) que caracterizam actualmente as sociedades ocidentais introduzem novo elemento de complexidade, porque dificilmente é possível determinar o momento em que a inserção se dá por terminada, qualquer que seja o vector considerado, dada a própria reversibilidade e instabilidade dos processos. Com este enquadramento é a própria delimitação da condição social da juventude e do “ser adulto” que se vê dificultada.

Assim sendo, privilegiamos na nossa abordagem a noção de processo de inserção, por encerrar uma perspectiva dinâmica sobre as passagens que os jovens efectuam, quer no campo profissional, quer no campo familiar. Como vimos no Capítulo IV, se a inserção profissional deixou de poder ser entendida como uma passagem quase automática a um trabalho regulado por um contrato de trabalho sem termo, sem retorno ao sistema de ensino-formação, também a inserção familiar cada vez menos se concretiza numa passagem quase automática da família de orientação para a família de procriação, num quadro em que o casamento é a modalidade predominante, e perspectivado de forma ritualizada e institucionalizada.

Neste enquadramento, colocamos a hipótese de que *os processos de inserção social dos indivíduos se desviam daquilo que poderíamos considerar o padrão “tradicional” de transição para vida adulta, consubstanciado na passagem quase automática da escola para o trabalho, em sincronia com a igualmente quase automática passagem da família de orientação para a família de procriação. Cremos que o referido desvio não apenas se concretiza num retardamento temporal dos vários acontecimentos do percurso de vida, como também numa alteração das modalidades, significados e sequência de tais acontecimentos.*

Com o objectivo de dar conta da dinâmica subjacente aos processos de inserção profissional dos diplomados, elaborámos uma tipologia de construção das suas trajectórias profissionais. De acordo com o quadro teórico deste trabalho, muitos indicadores se poderiam combinar de forma a dar conta da complexidade que atravessa actualmente os sistemas de emprego-trabalho. Optámos por equacionar três critérios, dois dos quais de forma combinada, referentes às

situações vividas pelos indivíduos no 1º emprego e no emprego ao momento da resposta ao inquérito por questionário, ou, no caso de terem tido apenas um emprego até esse momento, referentes às características iniciais desse emprego e no momento da resposta ao inquérito por questionário:

- Um critério de mobilidade das trajectórias, operacionalizado através do indicador número de empregos até 2003 (1 ou mais do que 1), considerado isoladamente;
- Um critério de estabilidade das trajectórias, operacionalizado através da variável vínculo contratual (indicador de estabilidade: contrato sem termo; indicadores de precariedade: estagiário, contrato com termo, trabalho a “recibo verde”, prestação de serviços ocasionais);
- Um critério de evolução das trajectórias, operacionalizado através da variável remuneração auferida (sendo indicadores os escalões de rendimento mensal ilíquido).

Os dois últimos critérios, utilizados de forma combinada, deram inicialmente origem a uma tipologia com 12 tipos de trajectórias (Anexo IIA, Tabela 4), que posteriormente reduzimos para 6 tipos, de forma a tornar a informação mais agregada e, portanto, mais susceptível de uma análise cruzada com as variáveis independentes:

- Trajectória estável ascendente: o vínculo manteve-se estável ou passou da precariedade para a estabilidade e o rendimento aumentou;
- Trajectória estável estagnada: o vínculo manteve-se estável ou passou da precariedade para a estabilidade e o rendimento manteve-se igual;
- Trajectória estável descendente: o vínculo manteve-se estável ou passou da precariedade para a estabilidade e o rendimento desceu;
- Trajectória precária ascendente: o vínculo manteve-se precário ou passou da estabilidade para a precariedade e o rendimento aumentou;
- Trajectória precária estagnada: o vínculo manteve-se precário ou passou da estabilidade para a precariedade e o rendimento manteve-se igual;
- Trajectória precária descendente: o vínculo manteve-se precário ou passou da estabilidade para a precariedade e o rendimento desceu

**3ª HIPÓTESE: QUEBRA DO PADRÃO TRADICIONAL DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA**

<b>Conceitos</b>	<b>Dimensões dos conceitos</b>	<b>Indicadores</b>
Inserção familiar	1. Independência habitacional relativamente à família de origem  2. Independência financeira relativamente à família de origem  3. Autonomia familiar: tempos e modalidades	1. Unidade convivencial de residência e local de residência durante a semana; unidade convivencial de residência e local de residência ao fim-de-semana 2. Formas de financiamento das despesas com habitação/água, telefone, electricidade, gás/alimentação e vestuário/actividades de lazer 3. Estado civil; idade de entrada na conjugalidade; período temporal entre a conclusão do curso e a entrada na conjugalidade; união de facto antes do casamento; tipo de casamento
Inserção profissional	1. Percurso de formação  2. Situação no sistema de emprego/trabalho  3. Características e qualidade do 1º e do actual emprego/trabalho	1. Prosseguimento de estudos; tipo de estudos; motivo para continuar os estudos; relação temporal entre o prosseguimento dos estudos e o percurso profissional; realização de estágios; duração, instituição e regime dos estágios; admissão no emprego após o seu término 2. Condição perante o trabalho; nº de empregos; nº de vezes no desemprego; tempo total no desemprego 3. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o acesso ao 1º emprego; ocupação profissional; motivos para o acesso ao emprego; tipo de trabalho; vínculo contratual; remuneração média mensal

**4ª Hipótese**

Com base no enquadramento exposto no Capítulo IV, entendemos que a relação ente a educação e o mundo do trabalho é hoje globalmente mais complexa do que no passado, não se processando de maneira uniforme nem idêntica para o



conjunto de diplomados. Quer isto dizer que, à saída da universidade, não se constitui um grupo homogéneo de indivíduos com credenciais portadoras de um peso equivalente no confronto com o mercado de trabalho. Pelo contrário, partindo do pressuposto de as relações entre os sistemas de formação e o mercado de trabalho não se regem apenas, como postulava a teoria do capital humano, por lógicas de ajustamento quantitativo, é de supor a existência de uma valorização diferenciada dos diplomas das diversas áreas científicas, em função das opções de desenvolvimento das empresas ou das instituições empregadoras em geral.

Neste sentido, se concordamos com as perspectivas da segmentação, segundo as quais o sistema de emprego/trabalho se encontra dividido em função dos traços característicos dos trabalhadores, da organização do trabalho e da tecnologia, não deixamos, contudo, de considerar necessário ultrapassar a clássica dicotomia entre um segmento primário - no qual os diplomados do ensino superior se integrariam indiferentemente -, e um segmento secundário.

Objectivamente, equacionamos a hipótese de que *os diplomados experimentam inserções profissionais diferenciadas entre si e, igualmente, percursos profissionais também eles diversificados, em função da área científica do diploma*. Para tal apoiamo-nos na crescente evidência segundo a qual os possuidores de uma formação universitária não vão integrar um único segmento do mercado de trabalho, nomeadamente o segmento primário superior, englobando os empregos mais bem remunerados e mais estáveis. Se as teorias da segmentação não são hoje suficientes para explicar por que motivo os diplomados da universidade não estão imunes aos riscos do desemprego ou do subemprego, desde as duas últimas décadas do século XX e por todos os países ocidentais, não é menos evidente que é nas mutações que atravessam todo o sistema económico em geral e o mercado de trabalho em particular, com implicações para todo o conjunto da mão-de-obra, que devem procurar-se pistas de explicação. Estamos hoje perante um cenário em que a relação salarial não se esgota univocamente no conceito de emprego, dadas as múltiplas formas que pode assumir, nem se enquadra numa lógica de mercado, dada a natureza institucional e política da sua regulação, pelo

que entender como a mão-de-obra é afectada aos diferentes lugares da estrutura ocupacional implica buscar quadros alternativos àqueles que têm como ponto de partida noções como a “mercado de trabalho”, e que apontam, ao invés, para a existência de “sistema de emprego/trabalho”.

#### 4ª HIPÓTESE: TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS DIFERENCIADAS POR ÁREA DE FORMAÇÃO

<b>Conceitos</b>	<b>Dimensões dos conceitos</b>	<b>Indicadores</b>
Inserção profissional	1. Percurso de formação  2. Situação no sistema de emprego/trabalho  3. Características e qualidade do 1º e do actual emprego/trabalho	1. Prosseguimento de estudos; tipo de estudos; motivo para continuar os estudos; relação temporal entre o prosseguimento dos estudos e o percurso profissional; realização de estágios; duração, instituição e regime dos estágios; admissão no emprego após o seu término 2. Condição perante o trabalho; nº de empregos; nº de vezes no desemprego; tempo total no desemprego 3. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o acesso ao 1º emprego; ocupação profissional; motivos para o acesso ao emprego; tipo de trabalho; vínculo contratual; remuneração média mensal
Heterogeneidade social dos diplomados	1. Qualificação  2. Origem social  3. Características sócio-demográficas	1. Área de formação e ano de conclusão do curso 2. Profissão e situação na profissão dos pais; habilitações escolares dos pais 3. Género, idade

#### 5ª Hipótese

Num contexto em que, apesar das mutações atrás identificadas, o trabalho não perdeu a sua centralidade, é possível afirmar que as exigências do mercado de trabalho pressionam os sujeitos para que organizem os seus percursos de vida

em torno das suas actividades profissionais. Neste sentido, as decisões relativas à autonomização da família de origem e à formação de uma família própria - se e quando casar, casar ou viver em união de facto, - parecem estar intimamente relacionadas com as posições dos indivíduos no mercado de trabalho.

Desta forma, interessa-nos investigar a hipótese segundo a qual *o eixo familiar da inserção social é determinado pela inserção profissional, não apenas do ponto de vista temporal, já que supostamente a autonomia financeira precede os outros acontecimentos, mas também no que diz respeito à forma como as características inerentes aos percursos profissionais marcam a assumpção dos papéis nos percursos familiares.*

**5ª HIPÓTESE: AS CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO PROFISSIONAL CONDICIONAM O PERCURSO AO LONGO DO EIXO DE INSERÇÃO FAMILIAR**

<b>Conceitos</b>	<b>Dimensões dos conceitos</b>	<b>Indicadores</b>
Inserção familiar	1. Independência habitacional relativamente à família de origem  2. Independência financeira relativamente à família de origem  3. Autonomia familiar	1. Unidade convivencial de residência de residência durante a semana 2. Formas de financiamento das despesas com habitação/água, telefone, electricidade, gás/alimentação e vestuário/actividades de lazer 3. Estado civil; período temporal entre a conclusão do curso e a entrada na conjugalidade; opiniões subjacentes à importância dos condicionalismos da situação profissional para a manutenção/mudança de estado civil
Inserção profissional	1. Enquanto processo dinâmico 2. Características em 2003	1. Trajectória profissional 2. Condição perante o trabalho; tipo de vínculo contratual; rendimento mensal ilíquido

**6ª e 7ª Hipóteses:**

Do ponto de vista do eixo familiar da inserção social (transição dos indivíduos para unidades familiares independentes das famílias de origem), os desenvolvimentos

recentes da teoria sociológica, nomeadamente as teorias da individualização, parecem-nos susceptíveis de explicar os fenómenos sócio-demográficos que caracterizaram as sociedades ocidentais, Portugal incluído, nas últimas décadas do século XX: queda da fertilidade e da nupcialidade, avanço da idade ao casamento e ao nascimento do primeiro filho, aumento das uniões de facto e dos divórcios. Globalmente, como perspectivámos no capítulo IV, aquelas teorias estabelecem um cenário de mutação das ideias, atitudes e comportamentos que, no que toca à família, será marcado pela ascensão do valor do indivíduo, pela secularização e pelo afrouxamento dos constrangimentos institucionais, como o casamento, sobre a acção do indivíduo. Neste enquadramento, os percursos individuais de vida serão o resultado de uma acção reflexiva dos actores sociais sobre as suas próprias possibilidades ou alternativas e não tanto fruto da pressão tácita ou expressa para a adesão a determinadas regras de comportamento exercida pelos membros dos grupos em que o próprio está inserido.

No entanto, é incontornável que adoptar como referencial teórico as teses da individualização exige alguns cuidados, principalmente devido ao facto de terem sido equacionadas para sociedades, como as nórdicas, apresentando padrões e comportamentos de transição para a vida adulta diferenciados daqueles que caracterizam a sociedade portuguesa, de que é exemplo o tempo de coabitação dos indivíduos com os pais, substancialmente mais prolongado entre os jovens portugueses. Assim, parece-nos que a interpretação de tais padrões e comportamentos na sociedade portuguesa deve articular as tendências para a individualização com outros factores específicos da nossa organização social e política. Se estivesse em causa unicamente a perspectiva que os jovens têm sobre a família e vice-versa, reforçar-se-ia o estereótipo cultural segundo o qual nas sociedades da Europa Mediterrânica existe tradicionalmente um apego aos valores e instituições familiares que prolonga a dependência dos jovens e que, uma vez atingida a autonomia, leva a uma conformidade às regras do jogo das gerações anteriores. A discussão da forma como os jovens portugueses se tornam autónomos das suas famílias de origem terá de passar, em nosso entender, não apenas por equacionar o grau e o tipo de influência exercida pelos “outros” sobre o indivíduo, na esfera cultural e das representações, como ainda

pela análise dos mecanismos que, a nível das políticas da família, da juventude e do mercado de trabalho, objectivamente condicionam - facilitando ou não - essa autonomização.

Estes pressupostos teóricos conduzem a duas hipóteses interligadas:

a) Por um lado, cremos que se os percursos de transição dos jovens diplomados deste estudo são marcados pela dependência económica face à família de origem, dadas as dificuldades de inserção profissional, tal não significa que exista correlativamente uma reprodução nem dos modos de encarar a saída de casa e o casamento, nem dos comportamentos efectivamente adoptados quando a independência económica o permite. A duração prolongada da educação escolar, particularmente na fase final, da frequência da universidade, é susceptível de contribuir para a constituição de um universo de representações e visões do mundo diferenciadas daquelas que a socialização familiar inculcou. Por outras palavras, os jovens desejam a sua autonomia e desejam concretizá-la “à sua maneira”, mas a escassez ou ineficácia de mecanismos institucionais de facilitação da transição protelam-na. Nesta medida, *as relações familiares intergeracionais constituem uma rede de solidariedade que actua particularmente enquanto o indivíduo ainda não dispõe de autonomia económica, sem constituírem, no entanto, vínculos constrangedores das atitudes e dos comportamentos. Esta rede estende-se, quanto a nós, para além da saída de casa e mesmo depois da formação da família de procriação, sob a forma de ajudas mais ou menos sistemáticas, quer no plano económico, quer no plano do desempenho de actividades muito concretas, como os cuidados aos netos.*

6ª HIPÓTESE: AS RELAÇÕES FAMILIARES INTERGERACIONAIS CONSTITUEM UMA REDE DE SOLIDARIEDADE NO PLANO ECONÓMICO MAS NÃO SÃO CONSTRANGEDORAS DOS COMPORTAMENTOS E REPRESENTAÇÕES DOS JOVENS

Conceitos	Dimensões dos conceitos	Indicadores
Autonomização financeira face à família de orientação	1. Capacidade para fazer face às despesas  2. Solidariedade da rede familiar	1. Formas de financiamento das despesas com habitação/água, telefone, electricidade, gás/alimentação e vestuário/actividades de lazer 2. Ajuda dos pais/sogros no quotidiano (financeira e no plano da realização de tarefas concretas)
Autonomização “relacional” face à família de orientação	1. Comportamentos no campo da conjugalidade e residencial  2. Representações sobre o processo de autonomização	1. Estado civil; unidade convivencial de residência e local de residência durante a semana; unidade convivencial de residência e local de residência ao fim-de-semana 2. Opinião relativa à manutenção do estado civil de solteiro

b) Por outro lado, no plano dos relacionamentos entre os parceiros, consideramos que a tendência para a individualização se encontra patente na existência de relações mais contingentes, ou seja, sem uma expectativa de permanência “para sempre”, e “desinstitucionalizadas” nas suas formas. Se a esta tendência juntarmos a importância, para as trajectórias sociais, da posição dos indivíduos no mercado de trabalho (de acordo com a 5ª hipótese), estamos em presença de dois factores que concorrem para que as decisões a tomar nas diversas encruzilhadas dos percursos de vida resultem cada vez mais de processos de negociação e de reconciliação dos interesses de cada um membros do casal. Colocamos então a hipótese de que *não só os tempos, modalidades e significado da inserção familiar (designadamente em direcção à conjugalidade), como também alguns aspectos da interacção no casal, são o resultado de lógicas individualistas, através das quais os indivíduos tentam conciliar interesses individuais potencialmente divergentes.*

**7ª HIPÓTESE: A INSERÇÃO NA CONJUGALIDADE RESULTA DE LÓGICAS INDIVIDUALISTAS**

<b>Conceitos</b>	<b>Dimensões dos conceitos</b>	<b>Indicadores</b>
Inserção na conjugalidade	1. Modalidades  2. Tempos	1. Tipo de conjugalidade; união de facto antes do casamento; tipo de casamento 2. Idade de entrada na conjugalidade; período temporal entre a conclusão do curso e a entrada na conjugalidade
Individualização	1. Representações sobre a conjugalidade  2. Representações sobre o processo de tomada de decisões ao nível profissional	1. Motivo subjacente à opção pelo tipo de conjugalidade  2. Opinião relativa à importância do cônjuge/companheiro e da família nesse processo

**3. Opções da abordagem empírica****3.1. Técnica de investigação: o inquérito por questionário**

Sendo certo que a escolha da técnica de investigação deve adequar-se aos objectivos da pesquisa, a nossa opção recaiu sobre a utilização do inquérito por questionário pelos motivos que passamos a apresentar.

Por um lado, o nosso objecto de estudo incide sobre a tentativa de tornar inteligível a complexidade e multidimensionalidade subjacente aos processos de inserção profissional e familiar, objectivando as formas individuais e colectivas que aqueles assumem. Isto implica, na nossa óptica, o recurso a uma técnica de investigação susceptível de ser aplicada a um conjunto alargado de indivíduos, a partir dos quais se delineiem as regularidades sociais que pretendemos caracterizar e compreender, possibilitando, em consequência, o tratamento extensivo e quantitativo das informações.

Se o inquérito por questionário cumpre estes requisitos, tem por outro lado a potencialidade de permitir o levantamento de todo o conjunto de informações necessárias à comprovação das hipóteses colocadas, as quais, como vimos na

secção anterior, não apenas implicam um desdobramento dos indicadores a analisar, como ainda pressupõem uma recolha de dados relativos a vários momentos diferenciados nos percursos biográficos dos indivíduos. Assim sendo, trata-se de uma técnica que faculta a recolha de toda esta bateria de informações de forma organizada, sistemática e quantificável, passível de concretizar os objectivos a que nos propusemos.

Decidimos, pois, basear a recolha da informação na técnica do inquérito por questionário, como forma de apreender a realidade complexa que consiste na dupla passagem dos diplomados da Universidade ao mundo do trabalho e à autonomia familiar. Pensamos, desta maneira, ser possível reconstruir a posteriori os itinerários de vida dos indivíduos, nas duas dimensões consideradas, alertando, na esteira de Dubar (1994), para o facto de se tratarem de trajectórias em certa medida subjectivas, por partirem da relação que os indivíduos estabelecem com o seu próprio passado e do sentido que eles atribuem ao seu itinerário.

Elucidadas as razões que presidiram à escolha da técnica de investigação, torna-se necessário agora caracterizar o próprio instrumento. O seu processo de construção foi norteado pela tradução das hipóteses em indicadores aptos à verificação, tal como ficou explicitado na secção 2 deste capítulo, os quais procurámos ordenar em núcleos temáticos. A versão final do questionário (Anexo IIB) comporta 83 questões, na sua maioria fechadas, de escolha múltipla em leque aberto, mas também algumas questões abertas e escalas de Likert, organizando-se em cinco partes:

I- Caracterização académica e sócio-demográfica:

16 questões que comportam as principais variáveis independentes da investigação, entre as quais destacamos o curso, ano lectivo de conclusão, anos de duração do curso, nota de conclusão do curso, idade, sexo, local de nascimento e de residência, grau de instrução dos pais e do cônjuge, ocupação profissional dos pais e do cônjuge.



II- Caracterização do percurso de formação:

8 questões relativas ao prosseguimento de estudos académicos depois da conclusão do curso, assim como à realização de estágios.

III- Situação profissional e familiar durante o curso na Universidade de Aveiro:

15 questões através das quais se pretendia conhecer a situação dos diplomados perante o trabalho e perante a família no último ano de frequência do curso superior, caracterizar os percursos de conjugalidade dos diplomados que, nesse momento, eram casados ou viviam em união de facto; identificar os tipos de autonomia residencial e financeira dos diplomados no seu ano de finalistas.

IV- Situação profissional e familiar na actualidade:

37 questões que visavam caracterizar em detalhe a situação dos diplomados perante o trabalho e a família, bem como os tipos de autonomia residencial e financeira, no momento de lançamento do inquérito por questionário; conhecer os seus percursos profissionais e familiares anteriores a esse momento; levantar as características específicas do 1º emprego e do último emprego; identificar os traços subjacentes a cada estado civil e a sua relação com os condicionalismos de ordem profissional. Esta parte do questionário foi organizada de maneira a que os indivíduos fossem sendo orientados para a resposta às questões que diziam respeito à sua situação específica, não tendo, assim de responder a todas as questões.

V- Expectativas profissionais e sociais:

6 questões relacionadas com o grau de satisfação profissional e familiar, a avaliação da importância do diploma académico e expectativas futuras.

### 3.2. Escolha da população em estudo

Os diplomados cujas trajetórias se estudam neste trabalho obtiveram as suas licenciaturas na Universidade de Aveiro, criada pelo Decreto-Lei nº402/73, de 11 de Agosto e com os seus estatutos homologados pelo Ministro da Educação em 1989, através do Despacho Normativo nº52/89. Justificando-se a escolha da população em estudo através de várias razões, estamos cientes de que este processo não deixou de ser o resultado das condições concretas do exercício da nossa actividade de investigação, indo ao encontro da sobejamente conhecida perspectiva de Sedas Nunes (1987), para quem a palavra Ciência designa, para além dos seus produtos, consubstanciados em corpos de teorias e resultados, sistemas de produção, constituídos por todos os meios e relações de produção, de difusão e de desenvolvimento de tais produtos científicos. Nesta perspectiva, se as escolhas feitas ao longo da investigação - com efeito, não apenas no que diz respeito à delimitação da população a estudar - correspondem necessariamente aos interesses científicos e extra-científicos dos investigadores, bem como ao conjunto dos meios disponíveis para o seu desenvolvimento, não poderíamos deixar de apontar a nossa própria ocupação profissional enquanto docente na Universidade de Aveiro como um factor determinante em tal processo.

Assim sendo, por um lado, essa circunstância condicionou o interesse pelo conhecimento das situações de vida, quer do ponto de vista profissional, quer do ponto de vista do percurso familiar, dos ex-alunos desta instituição, alguns dos quais conhecemos na sua condição de estudantes. Por outro lado, não só fazia sentido dar continuidade a estudos anteriormente realizados na Universidade de Aveiro no âmbito das trajetórias de inserção profissional dos seus diplomados (Gonçalves, 1997; Arroiteia e Martins, 1998; Martins e outros, 2002), na tentativa de os aprofundar/actualizar, como ainda rentabilizar os recursos montados e disponibilizados pelas suas estruturas de investigação. De forma particular, a nossa participação na equipa de investigação do último dos estudos referidos - com uma amostra representativa do total de alunos diplomados pela Universidade de Aveiro entre os anos lectivos de 1995/96 e 1999/2000 - forneceu-nos a oportunidade para, na tentativa de constituir uma amostra por conveniência,

apelar à colaboração dos diplomados no nosso próprio trabalho de investigação, partindo dos inquéritos por questionário então enviados, onde lhes era pedido um contacto (nome, morada, telefone ou endereço electrónico).

Assim sendo, dos 1191 inquéritos por questionário recebidos e validados no âmbito do trabalho de Martins e outros (2002), recebemos um total de 531 contactos de diplomados que se disponibilizaram para colaborar na nossa investigação. Ao enviar os inquéritos por questionário a estes diplomados, da forma anteriormente explicada, novamente apelámos à sua colaboração, desta vez no sentido de dar conhecimento a ex-colegas da Universidade de Aveiro da realização deste trabalho, convidando-os igualmente a enviar-nos o seu contacto. Deste apelo resultou a obtenção de mais 38 novos nomes, alguns de diplomados do ano lectivo de 2000/01, que ainda não tinham sido contemplados na investigação de Martins e outros (2002), constituindo-se, portanto uma base com 569 contactos de diplomados da Universidade de Aveiro entre os anos lectivos de 1995/96 e 2000/2001. Uma vez que a pesquisa empírica deste estudo foi lançada em 2003, a incidência sobre estes 6 anos lectivos garantia, assim, uma distância mínima de cerca de 2 anos relativamente à conclusão do curso, indispensável para uma abordagem dinâmica, centrada nos processos, da transição profissional e familiar.

Em síntese, dadas as características do processo de escolha da população que estudámos, dificilmente poderíamos definir como universo do nosso estudo, quer o universo, quer a amostra do estudo de Martins e outros (2002), pelo que o assimilamos ao total de inquéritos por questionário que foram enviados (569), dos quais obtivemos 352 inquéritos validados - 61,9% -, que constituem assim o total da população efectiva em estudo.

Naturalmente, deste processo de escolha da população em estudo decorre alguma fragilidade no que respeita à possibilidade de generalização dos dados para um conjunto mais lato de indivíduos, quer em termos de área de formação, de género, ou de ano de conclusão do curso, pelo que assumimos os dados fornecidos pela investigação empírica como válidos para este grupo de

diplomados, cujas trajectórias procurámos estudar exaustivamente, sem a pretensão de ampliar os resultados para grupos mais alargados.

### 3.3. Recolha e tratamento da informação

Na sequência dos contactos obtidos, da forma que ficou anteriormente explicada, procedemos à aplicação do inquérito por questionário. Para tal, em Maio de 2003, enviámos o questionário aos diplomados que inicialmente nos facultaram o seu contacto, quer por via postal (372 questionários, acompanhados de envelope RSF para a resposta), quer por correio electrónico (159 questionários), dada a disponibilização, pelos indivíduos, desta forma de comunicação. Dado o elevado número de questionários em questão, o seu envio foi efectuado faseadamente durante a primeira semana do mês referido. À medida que íamos obtendo mais contactos, mais questionários foram sendo enviados, das duas formas mencionadas (17 através de correio convencional e 21 através de correio electrónico), o que sucedeu entre a 3ª semana de Maio e a 3ª semana de Julho de 2003.

Como é corrente acontecer quando se administram inquéritos por questionário, a maior parte das respostas deu-se nas semanas seguintes ao seu envio, tendo o número de respostas declinado progressivamente até meados de Julho, altura a partir da qual o número de questionários recebidos deixou de ultrapassar os 5 por semana, também em virtude das férias de Verão. Tendo decidido fechar a recepção dos questionários na última semana do mês de Setembro, de forma a não comprometer o tratamento atempado dos dados, contabilizámos um total de 367 questionários recebidos e de 198 questionários não devolvidos. Entretanto, foram ainda eliminados 15 questionários por não conterem resposta a variáveis fundamentais para a análise, por se encontrarem mal preenchidos ou ainda porque provinham de diplomados do ano lectivo de 2001/2002, demasiado recente para os objectivos do nosso trabalho. Assim sendo, foram validados 352 questionários (61,9% do total de 569 enviados), que constituem assim a base da nossa investigação empírica.

No que se refere ao tratamento dos dados obtidos através do inquérito por questionário, consistiu, numa fase inicial, na codificação das respostas à medida que os questionários iam chegando. As respostas às questões abertas foram tratadas recorrendo à análise de conteúdo<sup>4</sup>, a partir da qual se agregaram em diferentes categorias, que igualmente se codificaram. O passo seguinte constou da construção da base de dados, no programa *STATISTICA for Windows*, versão 5.0, na qual todas as respostas dos questionários validados foram introduzidas. A partir daqui, procedeu-se ao apuramento estatístico dos dados, de acordo com as hipóteses da investigação, tendo aquele consistido, no essencial, na aplicação de instrumentos de estatística descritiva: frequências absolutas e relativas e, no caso de algumas variáveis quantitativas (como as das escalas de opinião), média, amplitude, desvio-padrão, erro-padrão e skewness; cruzamento entre variáveis independentes e variáveis dependentes.

#### 4. Referencial empírico

##### 4.1. Composição da população em estudo

Os 352 diplomados que constituem a nossa amostra distribuem-se por 28 cursos (Anexo IIC, Tabela 1), tendo sido agregados à posteriori em cinco áreas (Gráfico 1):

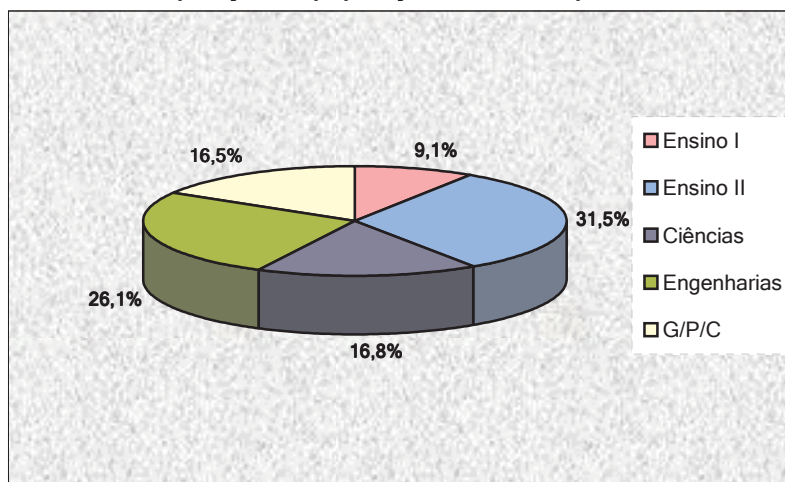
- Ensino I (cursos de bacharelato e de licenciatura em Educação de Infância e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico), com 9,1% dos diplomados;
- Ensino II (licenciaturas em Ensino do 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário), com 31,5% dos diplomados;
- Ciências (licenciaturas em Biologia, Matemática e Matemática Aplicada à computação, Física e Química), com 16,8% dos diplomados;
- Engenharias (licenciaturas em Engenharia do Ambiente, Cerâmica e do Vidro, Electrónica e das Telecomunicações, Física, Geológica, Gestão Industrial, de Materiais e Química), com 26,1% dos diplomados;

---

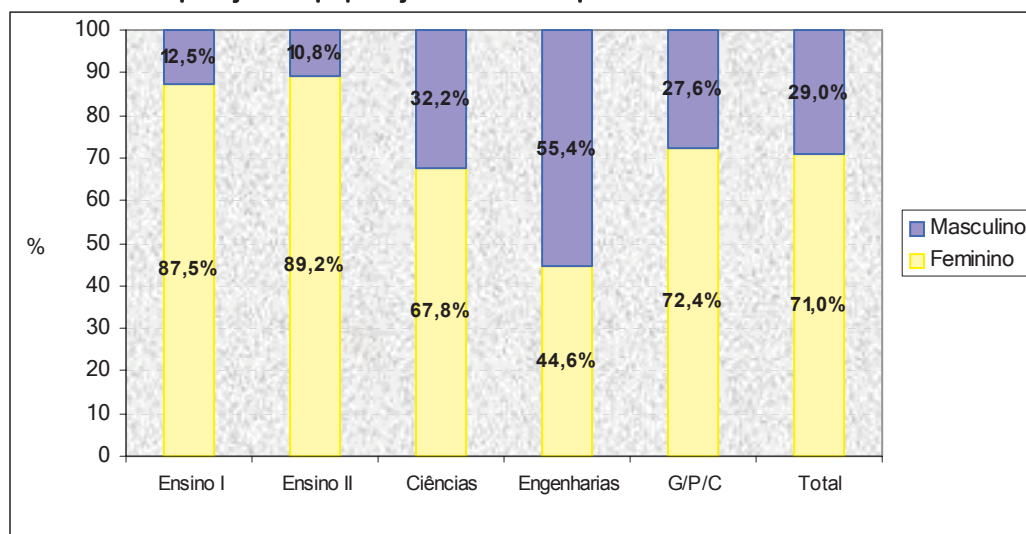
<sup>4</sup> É o caso, por exemplo, da opção “outra situação” que constava de quase todas as questões de escolha múltipla (leque aberto), ou das respostas às questões 16.1, 16.2, 16.3, 26, 83.

- Gestão, Planeamento e Comunicação, com 16,5% dos diplomados (licenciaturas em Gestão e Planeamento em Turismo, Novas Tecnologias da Comunicação e Planeamento Regional e Urbano).

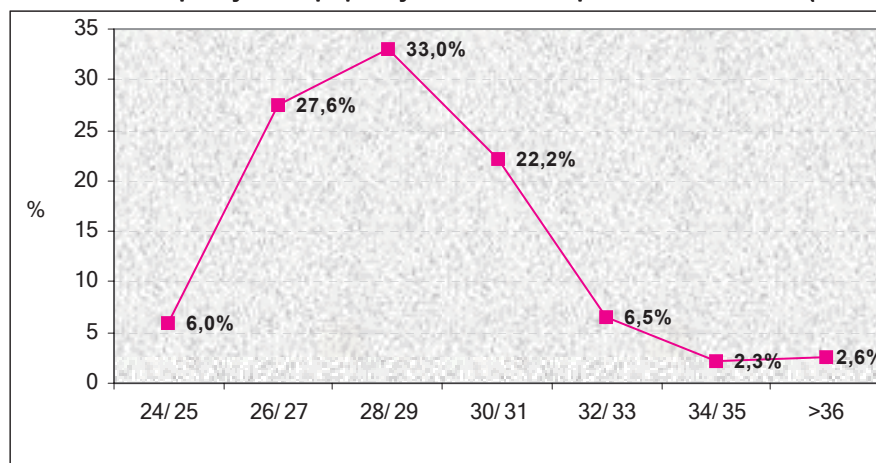
Gráfico 1. Composição da população em estudo por área de formação



A grande maioria dos indivíduos são do sexo feminino (71%), não chegando a um terço os diplomados do sexo masculino (Gráfico 2), diferenciação não muito distante daquela que, a título indicativo, constava da amostra do estudo de Martins e outros (2002), e que apresentava 68,7% de diplomadas e 31,3% de diplomados. Por outro lado, constatamos que a feminização da amostra percorre todas as áreas, mesmo a das Engenharias, onde, apesar da predominância masculina, as raparigas constituem 44,6% do total. Contudo, é nas áreas de Ensino I e II, compostas por cursos tradicionalmente femininos, que a representatividade do sexo feminino é efectivamente mais alta.

**Gráfico 2. Composição da população em estudo por sexo**

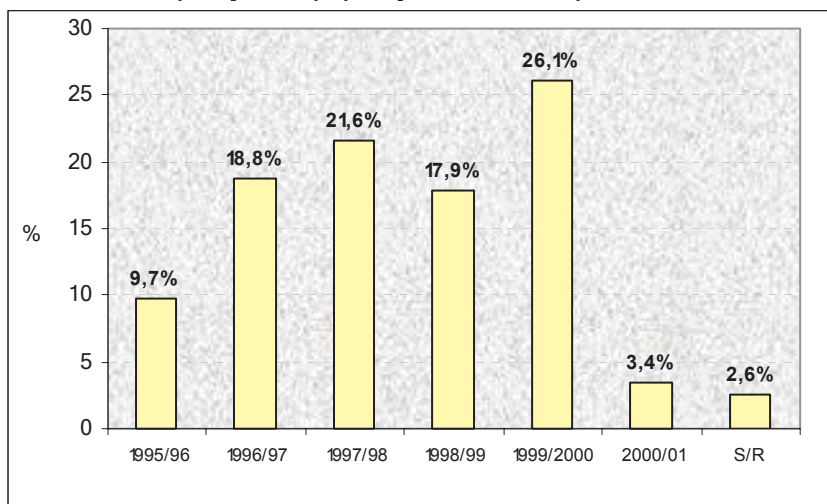
As idades à data de realização do questionário variavam entre os 24 e os 47 anos (Anexo IIC, Tabela 2), tendo sido constituídas à posteriori sete classes etárias, agregando os indivíduos em intervalos de dois anos até aos 36 anos, idade a partir da qual juntámos os diplomados. A partir do Gráfico 3, é possível verificar que as classes etárias mais representativas são as dos 28/29 anos (33%), 26/27 anos (27,6%) e 30/31 anos (22,2%).

**Gráfico 3. Composição da população em estudo por idade em 2003 (em anos)**

No que diz respeito ao ano de conclusão do curso, verifica-se que os diplomados do ano de 1999/2000 são os mais representados no conjunto da amostra (26,5%), seguindo-se os de 1997/98 (21,6%), sendo de realçar a percentagem de apenas 3,4% (12 indivíduos) que terminaram os seus cursos em 2000/2001, os quais, apesar de subrepresentados no conjunto da amostra, optámos por manter em

análise, não obstante encarmos com reservas os resultados que a eles se referem, nos cruzamentos dos diversos indicadores da análise de dados com o ano de conclusão do curso.

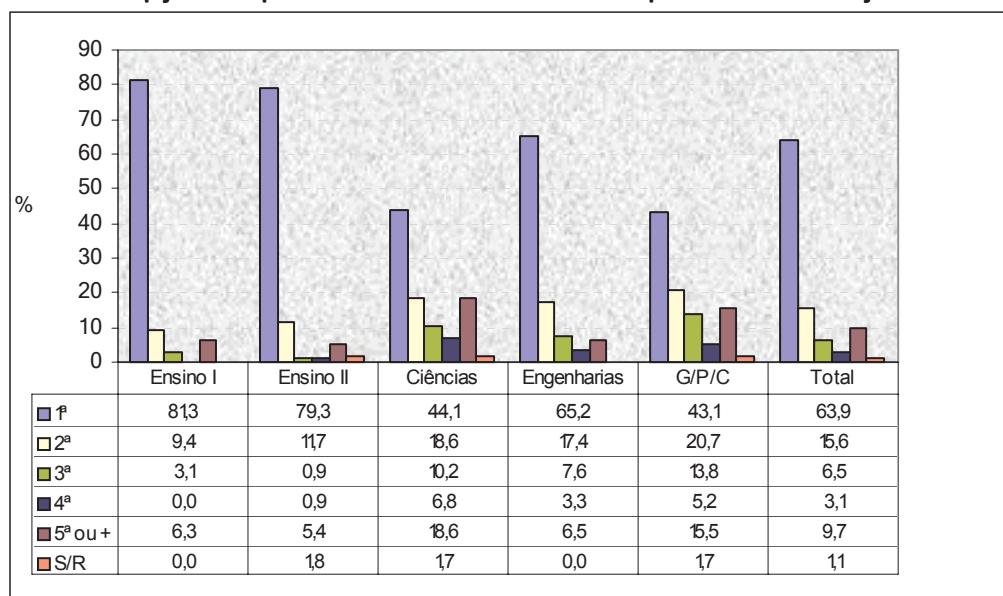
**Gráfico 4. Composição da população em estudo por ano de conclusão do curso**



#### 4.2. Caracterização académica da população em estudo

O conjunto de diplomados em estudo no presente trabalho manifestou, na sua grande maioria, ter escolhido o curso frequentado como 1ª opção na candidatura ao ensino superior (Gráfico 5), o que demonstra ter existido uma elevada concretização das suas aspirações no momento de entrada para a universidade. Contudo, nota-se que nas áreas de Ensino I e II, as percentagens de indivíduos que entraram nos cursos que escolheram em primeiro lugar (respectivamente 81,3% e 79,3%) são bastante mais elevadas do que nas restantes áreas, particularmente em Ciências e em Gestão, Planeamento e Comunicação, onde não atingem metade do total.



**Gráfico 5. Opção em que se situou a escolha do curso por área de formação**

Relativamente ao tempo necessário para a conclusão do curso superior<sup>5</sup> (Tabela 1), foi em média de 5,4 anos para o total da população estudada, variando entre os 3,8 anos de duração média do curso entre os diplomados de Ensino I e os 6,3 anos entre os diplomados das Engenharias.

**Tabela 1. Tempo de conclusão do curso por área de formação (média em anos)**

Área	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão
Ensino I	32	3,8	3-5	0,62
Ensino II	111	5,5	5-9	0,80
Ciências	59	5,4	4-11	1,27
Engenharias	90	6,3	5-9	1,12
G/P/C	57	5,1	4-7	0,92
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>5,4</b>	<b>3-9</b>	<b>1,17</b>

No que diz respeito à classificação média final de curso<sup>6</sup> (Tabela 2), assinala-se que atingiu os 13,5 valores no conjunto da amostra, num intervalo entre os 11 e os 18 valores, oscilando entre os 12,9 valores de média dos diplomados das Engenharias e os 14,2 dos diplomados de Ensino II.

<sup>5</sup> A tabela de frequências absolutas e relativas deste indicador encontra-se no Anexo IIC (Tabela 3)

<sup>6</sup> A tabela de frequências absolutas e relativas deste indicador encontra-se no Anexo IIC (Tabela 4)

**Tabela 2. Classificação final de curso por área de formação (média em valores na escala de 0 a 20)**

Área	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão
Ensino I	32	14,2	12-16	0,90
Ensino II	111	13,9	12-17	1,12
Ciências	59	13,3	11-18	1,13
Engenharias	92	12,9	11-17	0,99
G/P/C	58	13,3	12-16	0,89
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>13,5</b>	<b>11-18</b>	<b>1,13</b>

#### 4.3. Caracterização sócio-demográfica da população em estudo

Avançando alguns elementos relativos à origem sociocultural dos diplomados em estudo, constatamos que, em termos do grau de instrução dos seus progenitores (Gráfico 6), predomina o 1º ciclo do ensino básico (antiga 4ª classe), tanto entre as mães (47,4%) como entre os pais (44,6%), os quais apresentam maiores percentagens nos níveis de instrução mais elevados, designadamente no 3º ciclo do ensino básico (15,3%), no ensino secundário (13,4%) e no ensino superior (8,2%). Encontrando-se coadunada com os dados que foram obtidos no estudo de Martins e outros (2002), esta distribuição diferenciada por género dos graus de instrução dos pais dos diplomados explica-se por referência ao contexto social e político de enquadramento da sua geração<sup>7</sup>, marcado por um sistema educativo ainda não democratizado ou na transição para a democratização, cujos conhecidos efeitos em termos do grande afluxo das mulheres à educação pós-obrigatória não se fizeram sentir, pois, na globalidade das mães dos diplomados da nossa amostra.

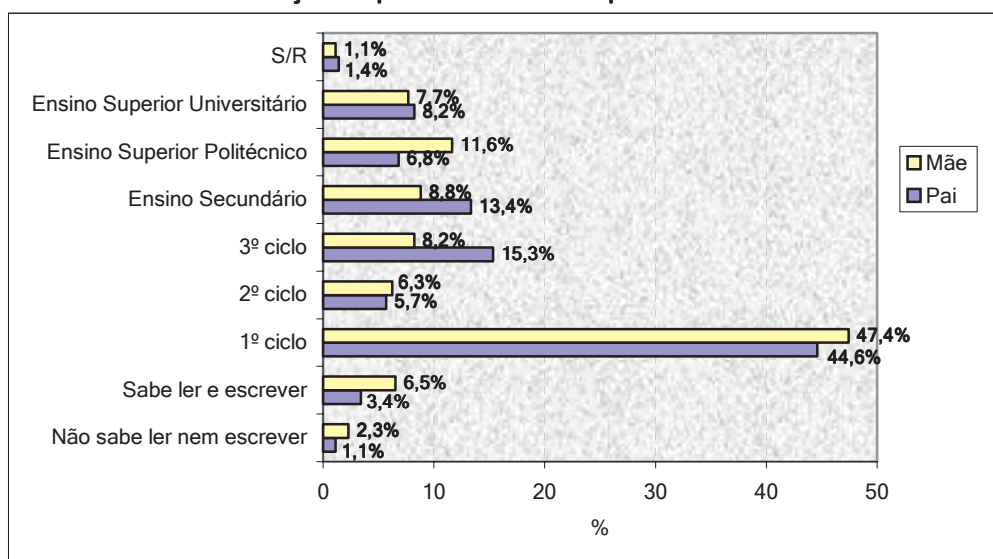
Também no que se refere às ocupações profissionais dos progenitores dos diplomados (Gráfico 7), é de assinalar uma acentuada diferenciação entre os géneros - novamente à semelhança do que se observou no trabalho de Martins e outros (2002) -, destacando-se, por um lado, as elevadas percentagens de mães domésticas (37,5%) ou professoras (13,9%) e, por outro lado, o maior peso dos

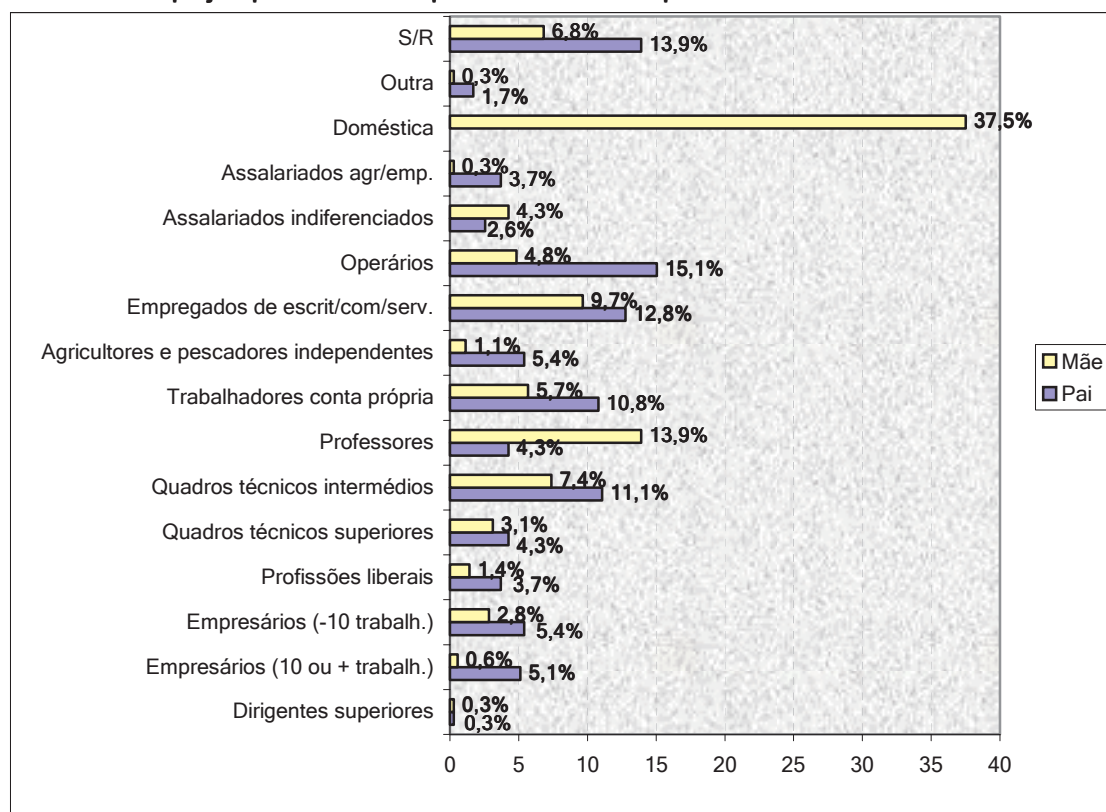
<sup>7</sup> Considerando que cerca de 97,5% dos diplomados tinha entre 24 e 35 anos em 2003, tendo nascido, portanto entre 1968 e 1979, situámos o ano de nascimento dos seus pais entre meados dos anos 1940 e meados dos anos 1950.

pais nas actividades profissionais social e/ou economicamente mais valorizadas, à excepção da actividade docente, como é o caso dos empresários, administradores e dirigentes de empresas, das profissões liberais ou dos quadros técnicos superiores.

Sendo objecto de uma análise detalhada no Capítulo VI deste trabalho, gostaríamos de destacar, por enquanto, que este conjunto de dados, apontando globalmente para uma composição sócio-cultural bastante heterogénea da nossa amostra, parece revelar também que o acesso à universidade terá proporcionado quer a manutenção das origens de parte dos diplomados, aqueles cujos pais já dispunham de níveis educativos e/ou sócio-profissionais elevados - correspondendo, portanto, a uma reprodução das estruturas sociais -, quer uma mobilidade social àqueles diplomados em cujas origens se encontrava um menor capital cultural e/ou posições sócio-profissionais menos valorizadas do ponto de vista social e económico.

**Gráfico 6. Grau de instrução do pai e da mãe dos diplomados**



**Gráfico 7. Ocupação profissional do pai e da mãe dos diplomados**

Incidindo agora numa caracterização dos aspectos ligados à origem e mobilidade geográfica dos diplomados (Tabela 3), verificamos que a sua esmagadora maioria era natural de Portugal, já que apenas 16,5% dos indivíduos manifestavam ter nascido noutros países<sup>8</sup>. Por outro lado, durante a frequência do curso, 44,0% dos diplomados eram oriundos de famílias residentes no distrito de Aveiro, distribuindo-se os restantes indivíduos por uma grande variedade de distritos de origem familiar, com destaque para os 10,2% provenientes do distrito do Porto, os 6,5% do distrito de Leiria, os 5,7% do distrito de Viseu, os 5,4% do distrito de Coimbra e os 5,1% do distrito de Braga, no que nos parece atestar uma forte implantação da Universidade de Aveiro na região centro-norte do nosso país.

<sup>8</sup> Os indivíduos de outras nacionalidades eram originários de diversos países europeus e não europeus, com destaque para países como a França ou a Venezuela, destinos característicos da emigração da faixa costeira em que o distrito de Aveiro se insere, e também de países africanos de expressão portuguesa como Angola e Moçambique (Anexo IIC, Tabela 5).

**Tabela 3. Distritos de naturalidade, residência da família no último ano do curso, residência do próprio em 2003 e trabalho em 2003**

Distritos	Naturalidade		Residência da família		Residência em 2003		Trabalho em 2003	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Aveiro	116	33,0	155	44,0	149	42,3	116	33,0
Açores	1	0,3	1	0,3	5	1,4	5	1,4
Beja	-	-	-	-	2	0,6	3	0,9
Braga	13	3,7	18	5,1	12	3,4	12	3,4
Bragança	7	2,0	7	2,0	5	1,4	6	1,7
Castelo Branco	4	1,1	5	1,4	3	0,9	6	1,7
Coimbra	24	6,8	19	5,4	17	4,8	11	3,1
Évora	2	0,6	1	0,3	2	0,6	1	0,3
Faro	1	0,3	3	0,9	5	1,4	6	1,7
Guarda	6	1,7	11	3,1	6	1,7	7	2,0
Leiria	18	5,1	23	6,5	23	6,5	22	6,3
Lisboa	16	4,5	13	3,7	32	9,1	27	7,7
Madeira	5	1,4	6	1,7	9	2,6	8	2,3
Portalegre	-	-	1	0,3	-	-	3	0,9
Porto	37	10,5	36	10,2	44	12,5	43	12,2
Santarém	18	5,1	16	4,5	9	2,6	15	4,3
Setúbal	1	0,3	1	0,3	1	0,3	1	0,3
Viana	5	1,4	8	2,3	7	2,0	7	2,0
Vila Real	3	0,9	3	0,9	-	-	1	0,3
Viseu	11	3,1	20	5,7	12	3,4	17	4,8
Fora de Portugal	58	16,5	-	-	6	1,7	6	1,7
<i>Sem informação</i>	6	1,7	5	1,4	3	0,9	29	8,2
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>100,0</b>	<b>352</b>	<b>100,0</b>	<b>352</b>	<b>100,0</b>	<b>352</b>	<b>100,0</b>

Continuando a análise da Tabela 3, constatamos ainda que, ao momento do inquérito por questionário, ou seja, algum tempo depois de concluído o curso, os diplomados não demonstraram alterações significativas do seu local de residência relativamente ao distrito de origem, mantendo-se Aveiro como o principal distrito de fixação de residência. Contudo, são de realçar, quanto a este aspecto, algumas perdas mais acentuadas por parte de alguns distritos, como Braga, Santarém ou Viseu e, em compensação, ganhos por parte dos distritos de Lisboa e do Porto. Já no que se refere ao local de exercício da actividade profissional em 2003, observamos que o distrito de Aveiro acusa alguma perda de diplomados, indiciando não ter absorvido parte dos diplomados que de lá eram oriundos, ao mesmo tempo que os distritos de Lisboa e do Porto viram aumentar os diplomados que aí trabalhavam, por relação aos que eram oriundos desses distritos. Estas constatações vão ao encontro da tendência para a deslocação para os centros urbanos, no que se refere à fixação do local de trabalho, já identificada no estudo de Martins e outros (2002) e de Arroiteia e Martins (1998), a qual se encontrará provavelmente relacionada com a maior oferta de emprego aí

disponível, o que arrastará a própria deslocação para esses centros, em termos de fixação residencial.

Finalmente, quanto ao meio de origem dos diplomados (Gráfico 8), observa-se que 46,6% provinham de meios urbanos, repartindo-se os restantes, sem diferenças muito significativas, pelos meios semi-urbanos (24,7%) e rurais (27,4%). Ao avaliar a mobilidade de residência dos diplomados entre o último ano do curso e o momento do inquérito por questionário (Tabela 4), constatamos, de forma concordante com os dados anteriormente apresentados, que a mobilidade com mais significado se registou na direcção dos meios urbanos, quer a partir de meios semi-urbanos (44,8%), quer de meios rurais (41,7%).

Gráfico 8. Meio de origem

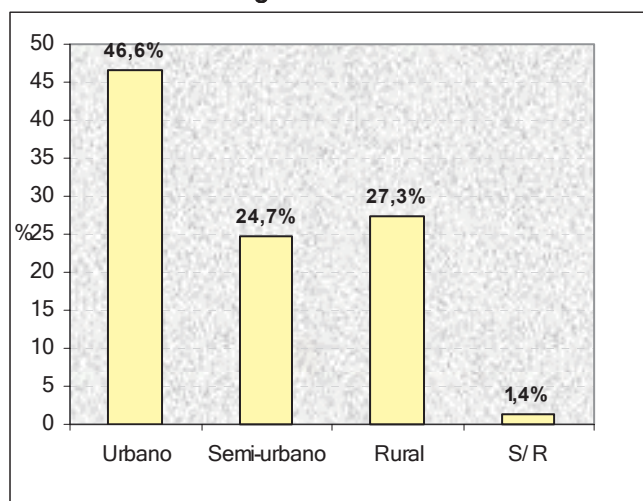


Tabela 4. Meio de residência em 2003 por meio de origem em 2003

Residência \ Origem	Urbano		Semi-urbano		Rural		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Urbano	128	78,0	39	44,8	40	41,7	2	40,0
Semi-urbano	27	16,5	43	49,4	15	15,6	2	40,0
Rural	9	5,5	5	5,7	41	42,7	1	20,0
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>46,6</b>	<b>87</b>	<b>24,7</b>	<b>96</b>	<b>27,3</b>	<b>5</b>	<b>1,4</b>

N=352

## CAPÍTULO VI

---

o eixo profissional da inserção





Ao longo deste capítulo, iremos abordar os percursos dos indivíduos no que se refere à dimensão profissional dos seus trajectos de vida. Em função da noção abrangente de inserção profissional que adoptámos, segundo a qual não apenas é difícil destrinçar o momento em que ela se encontra acabada, como também é complexo definir exactamente onde ela se circunscreve, dado que não se opera apenas através da movimentação dos indivíduos no mundo do trabalho, e ainda na perspectiva de poder seguir a temporalidade dos acontecimentos, fundamental para a caracterização das trajectórias profissionais, optámos por dividir a análise em três secções.

A primeira aborda inicialmente a caracterização dos indivíduos enquanto estudantes, do ponto de vista diacrónico, isto é, quando ainda se encontravam inseridos no mundo universitário, designadamente no último ano do curso, e onde tentamos perceber como eles se posicionavam perante o trabalho. Ainda na primeira secção, debruçamo-nos sobre o percurso formativo dos diplomados depois de terminarem os seus cursos, através da caracterização de duas vertentes, a continuação de estudos pós-graduados e a realização de estágios.

Na segunda secção, preocupamo-nos com a caracterização da situação dos diplomados perante o trabalho no momento do inquérito por questionário, um dos momentos chave das suas trajectórias profissionais, e que nos permitirá depois avaliar os processos de mobilidade social na amostra, análise esta necessária para a verificação da nossa 1<sup>o</sup> hipótese de trabalho, que postulava uma tendência para a mobilidade social ascendente por parte dos diplomados, muito embora limitada na sua amplitude.

Na terceira e última secção, avançamos com alguns elementos para a caracterização do 1<sup>o</sup> emprego dos diplomados, outro dos momentos fundamentais das suas trajectórias, na perspectiva de estudar em que medida a pertença a segmentos sociais com redes alargadas de contactos sociais constituiu um mecanismo facilitador da aproximação ao mundo do trabalho, tal como avançámos na nossa 2<sup>a</sup> hipótese de trabalho. Finalmente, debruçamo-nos sobre a

caracterização das trajetórias profissionais dos indivíduos, que equacionam as características do 1º emprego e do emprego ao momento do inquérito por questionário, procurando encontrar evidências para a avaliação da nossa 4ª hipótese de trabalho, consubstanciada no entendimento de que as trajetórias profissionais dos diplomados serão diferenciadas entre si em função da área de formação.

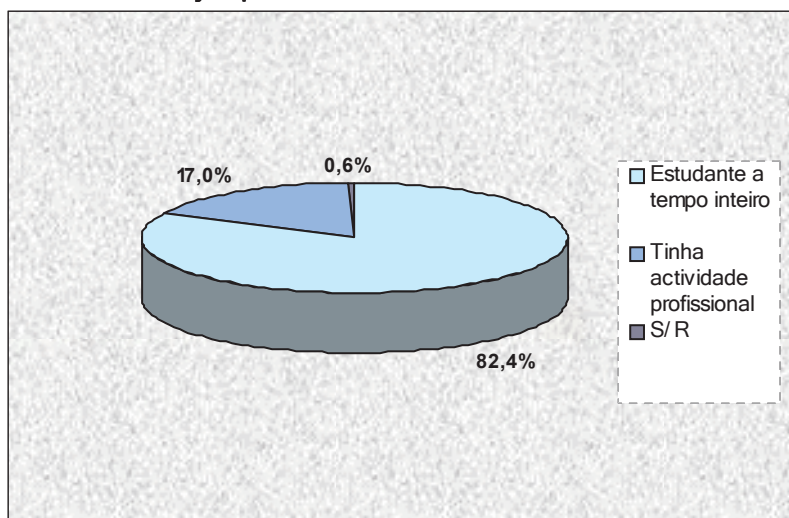
Por fim, no final do capítulo sintetizaremos os dados obtidos, por referência à hipóteses de investigação a que já aludimos, e também com o objectivo de recolher os elementos que nos permitam perceber se, de acordo com a 3ª hipótese de trabalho, assistimos a uma quebra do padrão tradicional de inserção no eixo profissional. Tendo em conta que os processos de inserção profissional não se esgotam no momento do 1º emprego, não podendo tão pouco ser avaliados em função do emprego mais recente, pareceu-nos que só no final do capítulo seria possível proceder a essa análise.

## **1. Caracterização dos diplomados enquanto (ainda) estudantes**

Na perspectiva de que os processos de inserção profissional se têm vindo a revestir de uma complexidade crescente, integrando muitas vezes a alternância entre o emprego e os estudos, tal como o desempenho de actividades remuneradas ainda durante o percurso de formação inicial, pretendemos caracterizar a situação dos diplomados da nossa amostra quanto a estes dois aspectos e iniciando com a situação dos diplomados perante o trabalho no último ano do curso.

### **1.1. Situação perante o trabalho no último ano do curso**

No último ano do curso, os diplomados eram, como se pode constatar no Gráfico 1, maioritariamente estudantes a tempo inteiro, constituindo aqueles que trabalhavam apenas 17,0% da amostra, o que equivale a 60 indivíduos.

**Gráfico 1. Condição perante o trabalho no último ano do curso**

A caracterização destes estudantes trabalhadores por ano de conclusão do curso, idade, sexo e área de formação revela-nos que:

- Os estudantes trabalhadores predominavam nos escalões etários mais elevados, principalmente os dos 32/33 anos (com 34,8%) e dos 34/35 anos (com 37,5%) (Tabela 1);
- Aparentemente, a concomitância entre estudos e trabalho foi mais frequente para os diplomados dos anos mais recentes (Tabela 2), com relevância para o ano de 1999/2000, com 23,9% de indivíduos nessa situação (note-se que o ano de 2000/01 apresenta apenas 12 diplomados, pelo que não relevamos a percentagem aí obtida);
- A representatividade dos estudantes trabalhadores é nitidamente maior entre os homens do que as mulheres (respectivamente, 25,5% e 13,6%) (Tabela 3);
- Verifica-se um maior peso dos estudantes trabalhadores nos diplomados em Engenharias (22,8%), Gestão, Planeamento e Comunicação (22,4%), seguindo-se os diplomados em Ensino I<sup>1</sup> (18,8%), Ciências (13,6%) e Ensino II<sup>2</sup> (10,8%) (Tabela 4).

<sup>1</sup> Área que integra os cursos de bacharelato e de licenciatura em Educação de Infância e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico.

<sup>2</sup> Área que integra os cursos de licenciatura em Ensino do 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário.

**Tabela 1. Situação perante o trabalho por idade em 2003**

Ano \ Situação	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estudante a tempo inteiro	18	85,7	85	87,6	100	86,2	62	79,5	15	65,2	5	62,5	5	55,6
Actividade profissional	3	14,3	11	11,3	16	13,8	15	19,2	8	34,8	3	37,5	4	44,4
<i>Sem informação</i>	-	-	1	1,0	-	-	1	1,3	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>	<b>97</b>	<b>27,6</b>	<b>116</b>	<b>33,0</b>	<b>78</b>	<b>22,2</b>	<b>23</b>	<b>6,5</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N=352

**Tabela 2. Situação perante o trabalho por ano lectivo de conclusão do curso**

Ano \ Situação	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		<i>Sem informação</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estudante a tempo inteiro	31	91,2	59	89,4	63	82,9	54	85,7	69	75,0	7	58,3	7	77,8
Actividade profissional	3	8,8	7	10,6	13	17,1	9	14,3	22	23,9	4	33,3	2	22,2
<i>Sem informação</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,1	1	8,3	-	-
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>9,7</b>	<b>66</b>	<b>18,8</b>	<b>76</b>	<b>21,6</b>	<b>63</b>	<b>17,9</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>12</b>	<b>3,4</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N=352

**Tabela 3. Situação perante o trabalho por sexo**

Situação \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Estudante a tempo inteiro	215	86,0	75	73,5
Actividade profissional	34	13,6	26	25,5
<i>Sem informação</i>	1	0,4	1	1,0
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>71,0</b>	<b>102</b>	<b>29,0</b>

N=352

**Tabela 4. Situação perante o trabalho por área de formação**

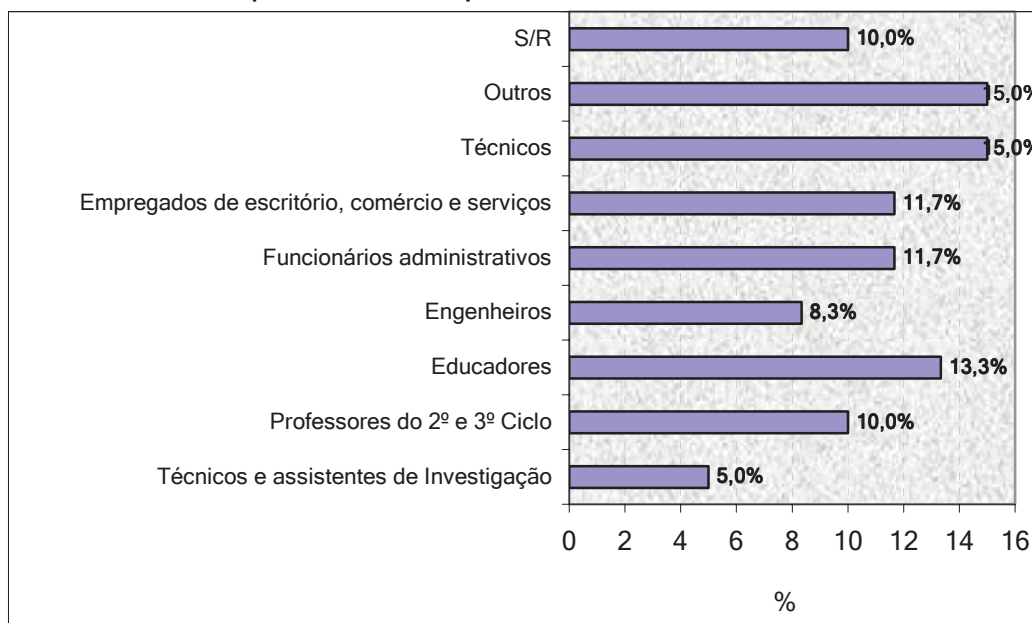
Situação \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estudante a tempo inteiro	26	81,3	99	89,2	50	84,7	70	76,1	45	77,6
Actividade profissional	6	18,8	12	10,8	8	13,6	21	22,8	13	22,4
<i>Sem informação</i>	-	-	-	-	1	1,7	1	1,1	-	-
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N=352

Quanto à actividade profissional desempenhada (Gráfico 2), a diversidade era bastante grande, sendo possível, contudo, observar alguma distinção entre dois subgrupos: por um lado, os funcionários administrativos (11,7%), os empregados de escritório (11,7%) e os técnicos de diversas áreas (15,0%), ou seja, indivíduos que estavam inseridos no sistema de trabalho com ocupações para as quais não é necessária uma habilitação de nível superior e para quem o diploma poderia vir a significar uma melhoria da trajectória profissional; por outro lado, o conjunto de

indivíduos formado pelos técnicos e assistentes de investigação, professores do 2º e 3º ciclo, educadores e engenheiros, que nos parecem configurar uma situação diferente, ou seja, a de indivíduos que, estando já na posse de um diploma académico, retornaram à Universidade como forma de valorizar/reconverter a sua formação.

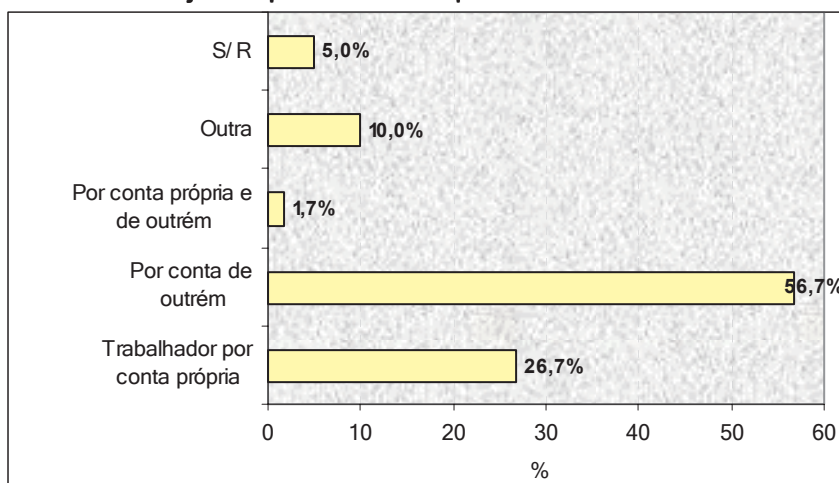
**Gráfico 2. Actividade profissional dos diplomados no último ano do curso**



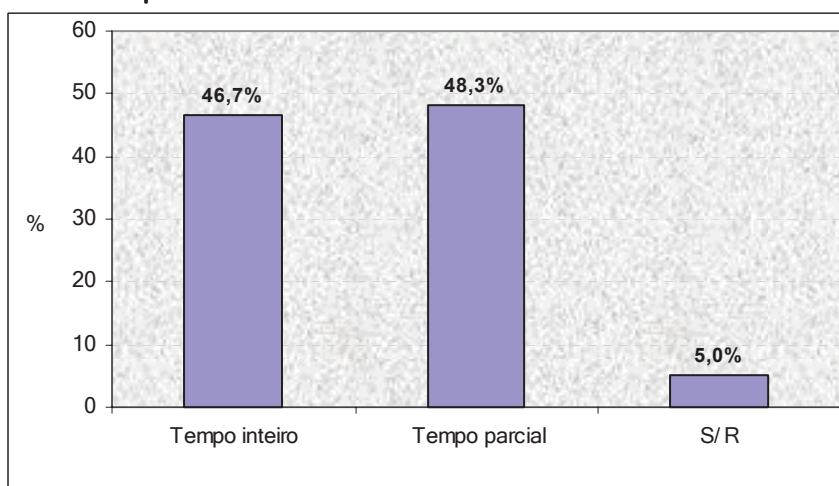
Incidindo, agora, de forma mais específica sobre a natureza e condições das actividades profissionais dos estudantes trabalhadores, observamos que:

- No que diz respeito à situação na profissão (Gráfico 3), predominava o trabalho por conta de outrem, com 56,7%;
- O tipo de trabalho desempenhado (Gráfico 4) repartia-se de forma equilibrada entre o trabalho a tempo parcial (48,3%) e o trabalho a tempo inteiro (46,7%);
- Em termos do vínculo contratual, predominavam as situações enquadradas em alguma precariedade, nomeadamente o trabalho independente (“recibo verde”), com 25,0% e o contrato a termo, com 23,3%, só depois surgindo o contrato sem termo, com 18,3% (Gráfico 5).

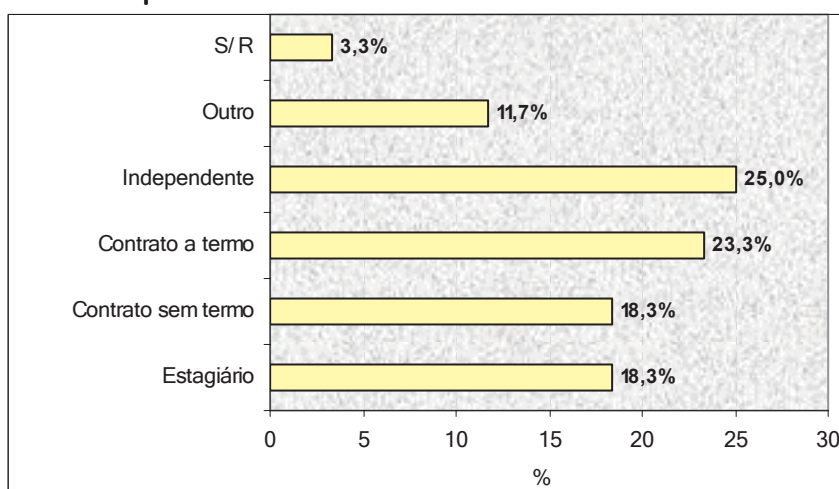
**Gráfico 3. Situação na profissão dos diplomados no último ano do curso**



**Gráfico 4. Tipo de trabalho**

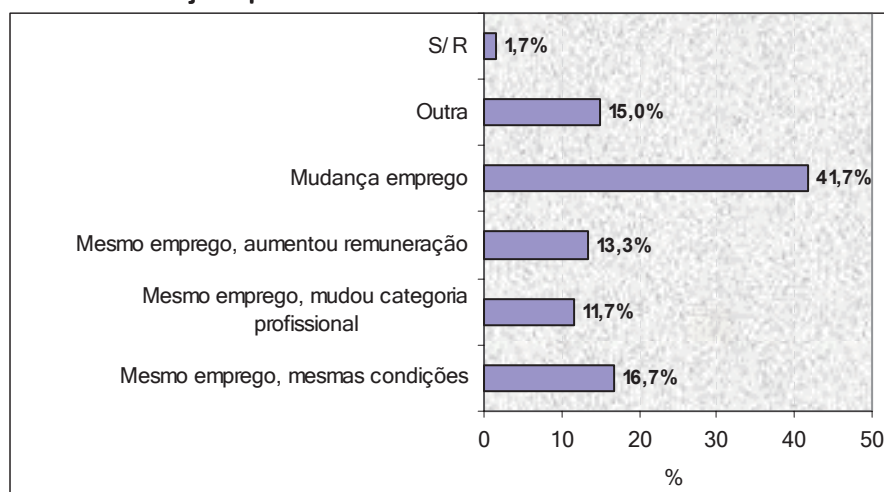


**Gráfico 5. Tipo de vínculo contratual**



Embora a evolução específica da situação profissional dos estudantes trabalhadores seja analisada mais tarde, apontamos desde já que, depois da obtenção do diploma, 41,7% dos estudantes trabalhadores mudaram de emprego, o que parece configurar-se como um impacto significativo para as suas trajetórias (Gráfico 6).

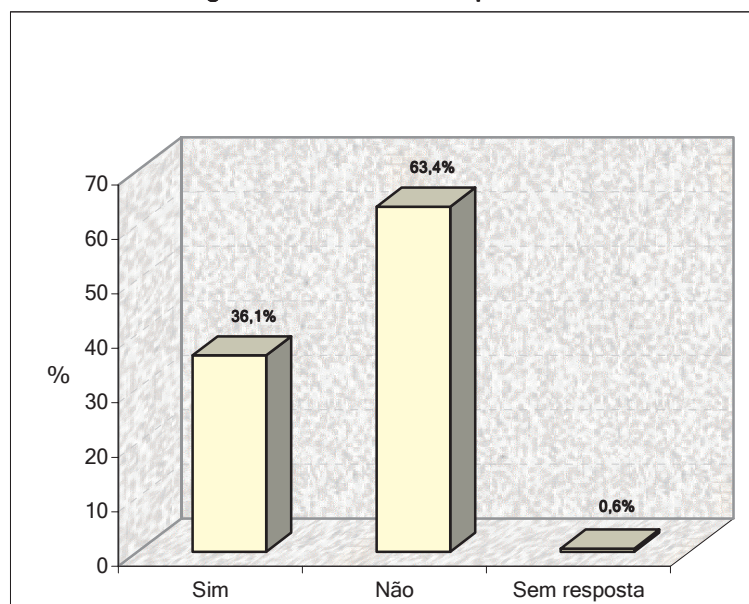
**Gráfico 6. Situação após terminar o curso**



## 1.2. Percurso de formação

A análise dos percursos de formação dos indivíduos faz, quanto a nós, todo o sentido, na medida em que a perspectiva de inserção profissional que adoptámos, abordada no capítulo IV, encara a passagem pelo sistema de ensino-formação, depois da conclusão da formação inicial, como um dos momentos possíveis e mesmo cada vez mais frequentes dos processos de transição para a vida activa. Centramo-nos inicialmente no percurso de formação consubstanciado no prosseguimento de estudos, para depois abordarmos outra vertente que a formação pode assumir já na charneira com o mundo do trabalho, ou seja, a realização de estágios.

A análise do Gráfico 7 evidencia que mais de um terço dos diplomados (127 indivíduos) continuou os seus estudos depois de terminada a formação inicial, realçando-se que a opção por fazê-lo não foi indiferente em termos da idade em 2003, do ano de conclusão do curso, do sexo e da área de formação.

**Gráfico 7. Prosseguimento de estudos após a conclusão do curso de formação inicial**

No que se refere à idade, e excluindo os dois últimos escalões em função da sua baixa representatividade, verifica-se que é nas classes etárias intermédias - entre os 26/27 anos e os 32/33 anos - que o prosseguimento de estudos é mais frequente (Tabela 5). Parece identificar-se igualmente uma tendência para uma diminuição do prosseguimento de estudos à medida que o ano de conclusão do curso superior é mais recente, exceptuando o ano de 1998, em que se regista uma percentagem superior até à de 1996, e o ano de 2001, cujo reduzido peso de indivíduos no conjunto da amostra não permite uma análise fundamentada (Tabela 6).

Por outro lado, se o desequilíbrio entre homens e mulheres é ligeiro, com os primeiros a prosseguirem estudos mais frequentemente (Tabela 7), já entre as várias fileiras de formação se acentuam as divergências, nomeadamente entre os cursos de ensino - aqueles em que as percentagens de diplomados que continuam a estudar são mais baixas - e os de “não ensino”, em que o peso dos que o fazem é significativo (Tabela 8). De forma mais pormenorizada, é possível apontar a área de Ensino I como aquela em que a frequência de continuação dos estudos é mais baixa (cerca de 19%), seguida das áreas de Ensino II, Gestão, Planeamento e Comunicação, Engenharias e Ciências, que aparece com a percentagem mais alta de prosseguimento de estudos, a saber, cerca de 51%.



Tabela 5. Prosseguimento de estudos por idade em 2003

Idade \ Prosseguimento	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	7	33,3	40	41,2	42	36,2	26	33,3	5	21,7	6	75,0	1	11,1
Não	14	66,7	57	58,8	74	63,8	50	64,1	18	78,3	2	25,0	8	88,9
<i>Sem resposta</i>	-	-	-	-	-	-	2	2,6	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>	<b>97</b>	<b>27,6</b>	<b>116</b>	<b>33,0</b>	<b>78</b>	<b>22,2</b>	<b>23</b>	<b>6,5</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N= 352

Tabela 6. Prosseguimento de estudos por ano de conclusão do curso

Ano \ Prosseguimento	1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	14	41,2	24	36,4	32	42,1	21	33,3	29	31,5	6	50,0
Não	20	58,8	42	63,6	43	56,6	42	66,7	63	68,5	5	41,7
<i>Sem resposta</i>	-	-	-	-	1	1,3	-	-	-	-	1	8,3
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>9,9</b>	<b>66</b>	<b>19,2</b>	<b>76</b>	<b>22,2</b>	<b>63</b>	<b>18,4</b>	<b>92</b>	<b>26,8</b>	<b>12</b>	<b>3,5</b>

N= 343

Tabela 7. Prosseguimento de estudos por sexo

Sexo \ Prosseguimento	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Sim	87	34,8	40	39,2
Não	163	65,2	60	58,8
<i>Sem informação</i>	-	-	2	2,0
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>71,0</b>	<b>102</b>	<b>29,9</b>

N= 352

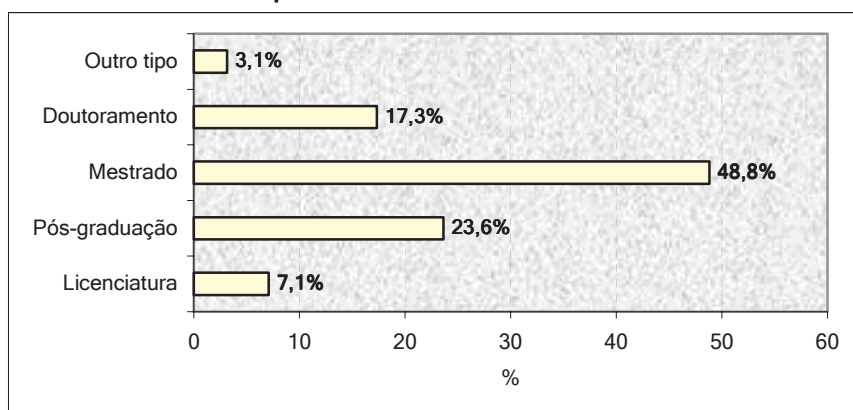
Tabela 8. Prosseguimento de estudos por área de formação

Área \ Prosseguimento	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	6	18,8	31	27,9	30	50,9	37	40,2	23	39,7
Não	26	81,3	80	72,1	29	49,2	53	57,6	35	60,3
<i>Sem resposta</i>	-	-	-	-	-	-	2	2,2	-	-
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N= 352

O tipo de estudos que os diplomados seguiram de forma preferencial foi o mestrado - quase 50% -, seguindo-se a pós-graduação, o doutoramento e a licenciatura (Gráfico 8). Aqui, não são de registar clivagens significativas entre os diplomados em função da idade à data de realização do questionário, do ano de conclusão do curso ou do sexo (Anexo III, Tabelas 1 a 3): o mestrado foi sempre o tipo de estudo mais frequentemente seguido.

Gráfico 8. Tipo de estudos



A análise por áreas de formação, por sua vez, revela alguns dados interessantes (Tabela 9).

Tabela 9. Tipo de estudos por área de formação

Tipo de estudos \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Licenciatura	2	33,3	1	3,2	1	3,3	3	8,1	2	8,7
Pós-graduação	-	-	5	16,1	3	10,0	13	35,1	9	39,1
Mestrado	1	16,7	19	61,3	15	50,0	20	54,1	7	30,4
Doutorado	-	-	6	19,4	11	36,7	1	2,7	4	17,4
Outro tipo	3	50,0	-	-	-	-	-	-	1	4,4
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>4,7</b>	<b>31</b>	<b>24,4</b>	<b>30</b>	<b>23,6</b>	<b>37</b>	<b>29,1</b>	<b>23</b>	<b>18,1</b>

N=127

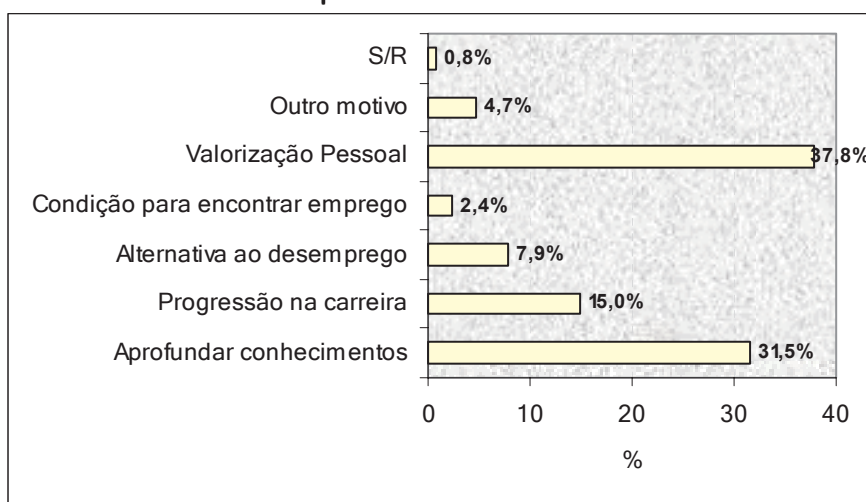
Ensino I, área que integra indivíduos titulares do antigo grau de bacharelato, apresentava uma alta percentagem de estudos de “outro tipo”, o que se encontra relacionado com a frequência dos chamados “Complementos de Formação Científica e Pedagógica”<sup>3</sup>, conducentes à obtenção do grau de licenciatura. Nas restantes áreas, regista-se sempre um peso importante daqueles que seguiram

<sup>3</sup> Os “Complementos de Formação Científica e Pedagógica” para Educadores de Infância e para Professores do 1º CEB foram criados, respectivamente, pelos Despachos nº 10 798/99 (2ª série) de 1 de Junho e nº 12 478/99 (2ª série), de 30 de Junho. Surgiram na sequência da transformação dos cursos de bacharelato em Educação de Infância e em Ensino do 1º CEB da U.A. em cursos de licenciatura e, conseqüentemente, da necessidade de facultar a possibilidade de aquisição do grau de licenciado por parte dos diplomados com o grau de bacharel.

mestrados, mas existem algumas nuances importantes: de 61% em Ensino II, esse peso passa para 54% nas Engenharias - área em que, em contrapartida, a percentagem de indivíduos que frequentaram pós-graduações atinge os 35% -, para 50% na área de Ciências - cujos diplomados são aqueles que seguem mais frequentemente para doutoramento (cerca de 37%) - e para cerca de 30% nos cursos de Gestão, Planeamento e Comunicação, sendo aqui o mestrado ultrapassado pelos estudos de pós-graduação (39%).

Uma questão importante é a de tentar perceber por que motivo tantos diplomados apostaram na continuação dos seus estudos. De acordo com o Gráfico 9, a necessidade de valorização pessoal, independentemente das contrapartidas que o prosseguimento da formação pudesse proporcionar a nível profissional, constituiu-se como uma das motivações mais fortes (cerca de 38%), seguida da vontade de aprofundar os conhecimentos para melhorar o desempenho da profissão (31,5%) e da importância de tal formação para a progressão na carreira (15%). O que estes dados significam é que a continuação dos estudos só foi uma situação de recurso, alternativa ao desemprego ou condicionante da procura de emprego, para uma minoria dos diplomados da nossa amostra.

**Gráfico 9. Motivo para continuar os estudos**



No entanto, é interessante observar que a utilização da formação pós graduada como alternativa ao desemprego foi mais frequentemente apontada pelos indivíduos mais jovens da amostra (Tabela 10), designadamente os que tinham 24/25 anos em 2003, embora, também neste caso, a valorização pessoal

recolhesse a maior parte das opiniões (42,9%); por outro lado, a necessidade de aprofundar os conhecimentos parece aumentar com a idade. Relativamente ao ano de conclusão do curso, não se detectaram tendências específicas (Anexo III, Tabela 4), contrariamente ao que acontece com o sexo, já que a formação pós graduada foi utilizada como alternativa ao desemprego com mais peso por parte das mulheres (10,3%) do que por parte dos homens (2,5%) (Tabela 11). Em termos da área de formação (Tabela 12), reforçamos a elevada percentagem de diplomados de Ensino I - 83,3% - que prosseguiram os estudos para progredir a carreira (novamente em causa os complementos de formação), motivo que, nas outras áreas, não tem quase significado. Com efeito, os diplomados de Ensino I (56,1%), das Engenharias (43,2%) e de Gestão, Planeamento e Comunicação pareceram privilegiar mais a valorização pessoal (39,1%), enquanto os diplomados de Ciências decidiram continuar os estudos, ora como forma de aprofundar os conhecimentos, ora como alternativa ao desemprego (ambos com 33,3%).

Tabela 10. Motivo para continuar os estudos por idade em 2003

Motivo \ Idade	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36oumais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidade de aprofundar os conhecimentos	1	14,3	10	25,0	12	28,6	14	53,9	2	40,0	1	16,7	-	-
Condição para progredir na carreira	1	14,3	7	17,5	6	14,3	2	7,7	2	40,0	1	16,7	-	-
Alternativa ao desemprego	2	28,6	1	2,5	5	11,9	1	3,9	-	-	1	16,7	-	-
Condição para encontrar emprego	-	-	-	-	3	7,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Valorização pessoal	3	42,9	18	45,0	15	35,7	8	30,8	1	20,0	2	33,3	1	100,0
Outro motivo	-	-	4	10,0	-	-	1	3,9	-	-	1	16,7	-	-
<i>Sem resposta</i>	-	-	-	-	1	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>5,5</b>	<b>40</b>	<b>31,5</b>	<b>42</b>	<b>33,1</b>	<b>26</b>	<b>20,5</b>	<b>5</b>	<b>3,9</b>	<b>6</b>	<b>4,7</b>	<b>1</b>	<b>0,8</b>

N= 127

Tabela 11. Motivo para continuar os estudos, segundo o sexo

Motivo \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Necessidade de aprofundar os conhecimentos	29	33,3	11	27,5
Condição para progredir na carreira	13	14,9	6	15,0
Alternativa ao desemprego	9	10,3	1	2,5
Condição para encontrar emprego	1	1,2	2	5,0
Valorização pessoal	32	36,8	16	40,0
Outro motivo	3	3,5	3	7,5
<i>Sem resposta</i>	-	-	1	2,5
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>68,5</b>	<b>40</b>	<b>31,5</b>

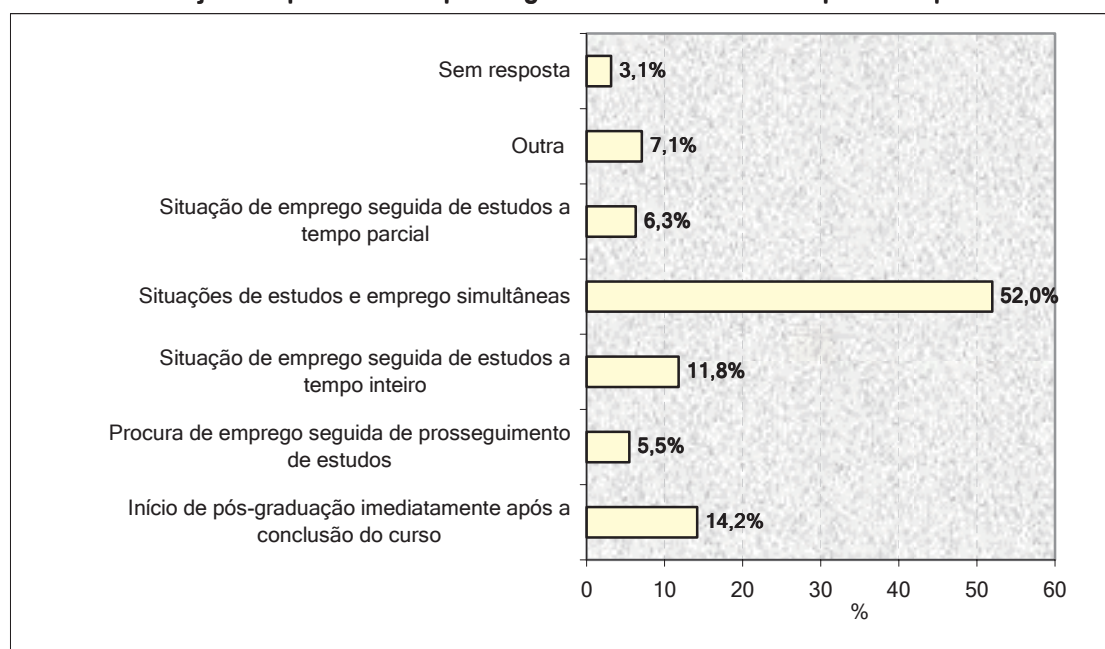
N= 127

**Tabela 12. Motivo para continuar os estudos por área de formação**

Motivo	Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aprofundar os conhecimentos		-	-	10	32,3	10	33,3	12	32,4	8	34,8
Progredir na carreira		5	83,3	3	9,7	4	13,3	3	8,1	4	17,4
Alternativa ao desemprego		-	-	2	6,5	7	33,3	1	2,7	-	-
Condição para encontrar emprego		-	-	-	-	1	3,3	-	-	2	8,7
Valorização pessoal		-	-	16	56,1	7	23,3	16	43,2	9	39,1
Outro motivo		-	-	-	-	1	3,3	5	13,5	-	-
<i>Sem resposta</i>		1	16,7	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>4,7</b>	<b>31</b>	<b>24,4</b>	<b>30</b>	<b>23,6</b>	<b>37</b>	<b>29,1</b>	<b>23</b>	<b>18,1</b>

N= 127

Relativamente à altura em que a formação pós-graduada aconteceu, observa-se que, na maior parte dos casos - 52,0% - os diplomados encontravam-se inseridos no sistema de trabalho, chamando-se, apesar de tudo, a atenção para 14,2% dos indivíduos, que iniciaram essa formação imediatamente a seguir à obtenção do diploma (Gráfico 10).

**Gráfico 10. Relação temporal entre o prosseguimento de estudos e o percurso profissional**

Analisando este indicador pelas diversas variáveis independentes, constatamos que, no que se refere à idade (Tabela 13), há uma maior percentagem da situação

de ingresso na formação pós-graduada na sequência da procura infrutífera para encontrar emprego entre os mais novos, com 24/25 anos (42,9%), escalão a partir do qual ganha predomínio crescente a conjugação dos estudos com a situação de trabalho. De forma congruente, por ano de conclusão do curso, nota-se que esta última situação é mais frequente entre os diplomados mais antigos, diminuindo à medida que o ano de conclusão do curso é mais recente (Tabela 14).

Não se registando nenhuma diferença acentuada no que se refere ao sexo (Anexo III, Tabela 5), resta-nos indicar que, com respeito à área de formação (Tabela 15), se observa que, não obstante a simultaneidade entre estudos e trabalho predominar em todas as áreas, ela é muito elevada no caso dos diplomados de Ensino I (83,3%), ao contrário dos de Ciências, que são aqueles que mais frequentemente seguiram formações pós-graduas logo após a conclusão do curso (26,7%).

**Tabela 13. Motivo para continuar os estudos por idade em 2003**

Relação Temporal	Idade		24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36oumais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Início de pós-graduação imediatamente após a conclusão do curso	-	-	9	22,5	6	14,3	3	11,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Procura de emprego seguida de prosseguimento de estudos	3	42,9	2	5,0	1	2,4	-	-	-	-	-	-	1	16,7	-	-
Situação de emprego seguida de estudos a tempo inteiro	1	14,3	8	20,0	4	9,5	2	7,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Situações de estudo e emprego simultâneas	2	28,6	17	42,5	23	54,8	14	53,9	4	80,0	5	83,3	1	100,0	-	-
Situação de emprego seguida de estudos a tempo parcial	1	14,3	1	2,5	3	7,1	3	11,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra situação	-	-	3	7,5	1	2,4	4	15,4	1	20,0	-	-	-	-	-	-
<i>Sem resposta</i>	-	-	-	-	4	9,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>5,5</b>	<b>40</b>	<b>31,5</b>	<b>42</b>	<b>33,1</b>	<b>26</b>	<b>20,5</b>	<b>5</b>	<b>3,9</b>	<b>6</b>	<b>4,7</b>	<b>1</b>	<b>0,8</b>		

N= 127

**Tabela 14. Relação temporal entre o prosseguimento de estudos e o percurso profissional por ano de conclusão do curso**

Relação Temporal \ Ano	1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Início de pós-graduação imediatamente após a conclusão do curso	2	14,3	2	8,3	7	21,9	5	23,8	1	3,5	1	16,7
Procura de emprego seguida de prosseguimento de estudos	-	-	-	-	-	-	2	9,5	4	13,8	1	16,7
Situação de emprego seguida de estudos a tempo inteiro	2	14,3	2	8,3	3	9,4	5	23,8	2	6,9	1	16,7
Situações de estudo e emprego simultâneas	9	64,3	16	66,7	14	43,8	9	42,9	14	48,3	3	50,0
Situação de emprego seguida de estudos a tempo parcial	-	-	2	8,3	3	9,4	-	-	3	10,3	-	-
Outra situação	1	7,1	1	4,2	3	9,4	-	-	4	13,8	-	-
<i>Sem resposta</i>	-	-	1	4,2	2	6,3	-	-	1	3,5	-	-
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>11,1</b>	<b>24</b>	<b>19,1</b>	<b>32</b>	<b>25,4</b>	<b>21</b>	<b>16,7</b>	<b>29</b>	<b>23,0</b>	<b>6</b>	<b>4,8</b>

N= 126

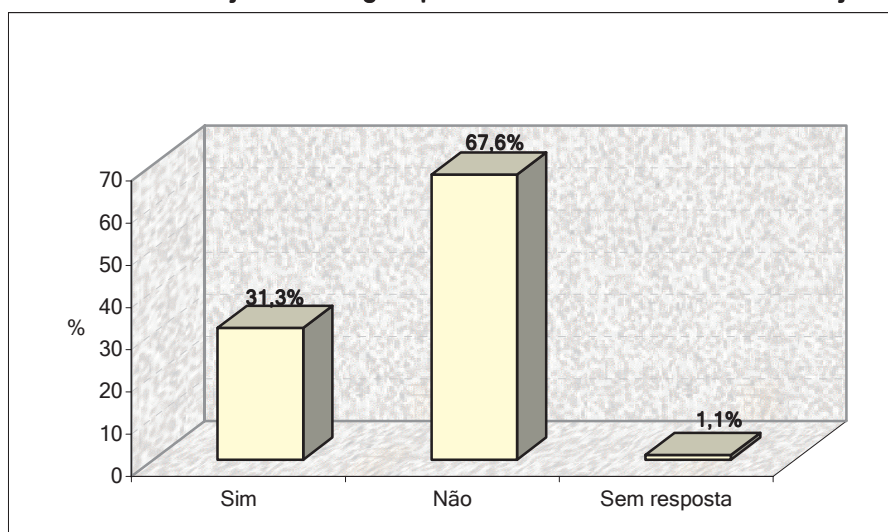
**Tabela 15. Relação temporal entre o prosseguimento de estudo e o percurso profissional por área de formação**

Relação temporal \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Início de pós-graduação imediatamente após a conclusão do curso	-	-	1	3,2	8	26,7	7	18,9	2	8,7
Procura de emprego seguida de prosseguimento de estudos	-	-	3	9,7	4	13,3	-	-	-	-
Situação de emprego seguida de estudos a tempo inteiro			4	12,9	5	16,7	3	8,1	3	13,0
Situações de estudo e emprego simultâneas	5	83,3	19	61,3	10	33,3	19	51,4	13	56,5
Situação de emprego seguida de estudos a tempo parcial	1	16,7	1	3,2	1	3,3	3	8,1	2	8,7
Outra situação	-	-	1	3,2	1	3,3	4	10,8	3	13,0
<i>Sem resposta</i>	-	-	2	6,5	1	3,3	1	2,7	-	-
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>4,7</b>	<b>31</b>	<b>24,4</b>	<b>30</b>	<b>23,6</b>	<b>37</b>	<b>29,1</b>	<b>23</b>	<b>18,1</b>

N= 127

Caracterizados, na generalidade, os percursos de formação dos indivíduos, incidiremos a partir daqui na análise das situações de realização de estágios, uma modalidade de aproximação ao mundo do trabalho que não deve ser ignorada no âmbito da inserção profissional.

Observamos, no Gráfico 11, que também foi elevada a percentagem de diplomados que fizeram estágios (31,3%, equivalente a 109 indivíduos), à semelhança dos que continuaram a estudar.

**Gráfico 11. Realização de estágio após a conclusão do curso de formação inicial**

Não se registando diferenciações nítidas nem por ano de conclusão do curso, nem entre os sexos na realização dos estágios (Anexo III, Tabelas 6 e 7), como principais características dos indivíduos que apostaram nessa experiência, apontaríamos as seguintes:

- No que se refere à idade, parece haver uma tendência para que os estágios tenham sido mais realizados pelos indivíduos mais velhos (Tabela 16);
- Tendo os estágios integrados nos seus cursos, os diplomados de Ensino I e de Ensino II não realizaram, na sua maior parte, outros estágios. Das áreas restantes, foram os diplomados de Gestão, Planejamento e Comunicação aqueles que mais o fizeram (63,8%) (Tabela 17).

**Tabela 16. Realização de estágio por idade em 2003**

Idade \ Estágio	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36oumais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	9,5	26	26,8	41	35,3	30	38,5	9	39,1	1	12,5	1	11,1
Não	19	90,5	71	73,2	74	63,8	47	60,3	13	56,5	6	75,0	8	88,9
Sem resposta	-	-	-	-	1	0,9	1	1,3	1	4,4	1	12,5	-	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>	<b>97</b>	<b>27,6</b>	<b>116</b>	<b>33,0</b>	<b>78</b>	<b>22,2</b>	<b>23</b>	<b>6,5</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N= 352

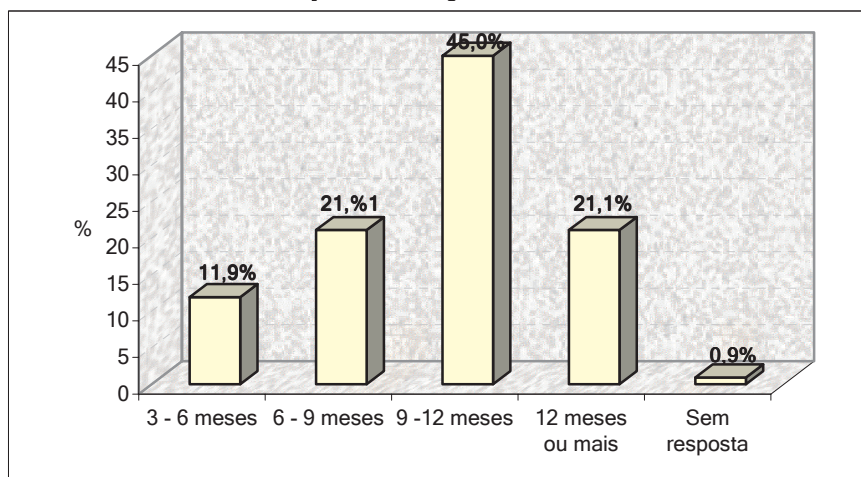


**Tabela 17. Realização de estágio por área de formação**

Estágio \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	3	9,4	5	4,5	23	39,0	42	45,7	37	63,8
Não	28	87,5	106	95,5	35	59,3	48	52,2	21	36,2
Sem resposta	1	3,1	-	-	1	1,7	2	2,2	-	-
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

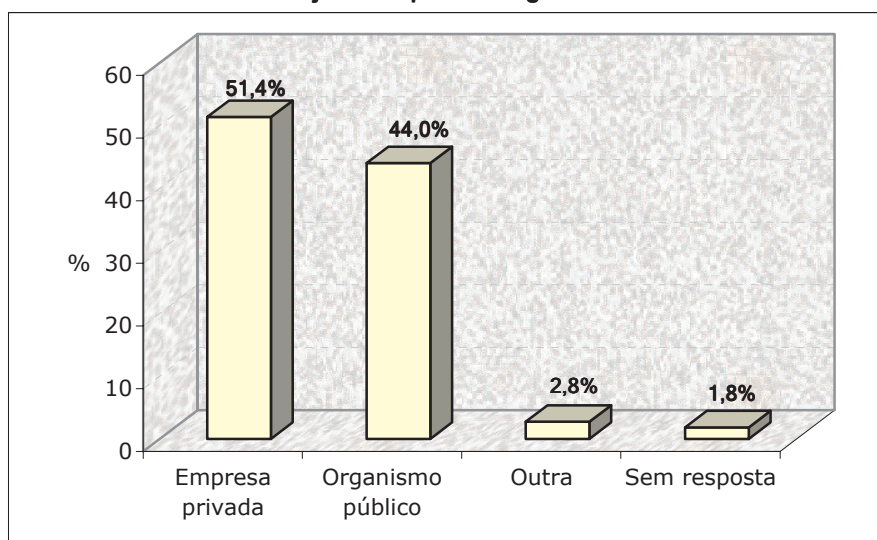
N= 352

Avançando agora alguns elementos para a caracterização do tipo de estágios efectuados, indicamos, através do Gráfico 12, que a sua duração foi desde os 3 aos 12 ou mais meses<sup>4</sup>, tendo, na sua maioria (45,0%) consistido em estágios entre os 9 e os 12 meses, ou seja, com uma duração relativamente prolongada. Por outro lado, as instituições que acolheram os estagiários da nossa amostra (Gráfico 13) apresentam algum equilíbrio entre o sector público e o privado, com um ligeiro predomínio do primeiro (51,4%). Quanto ao regime que regulamentava os estágios dos diplomados, assinalamos os 67,0% que não eram regulamentados por contrato (Gráfico 14).

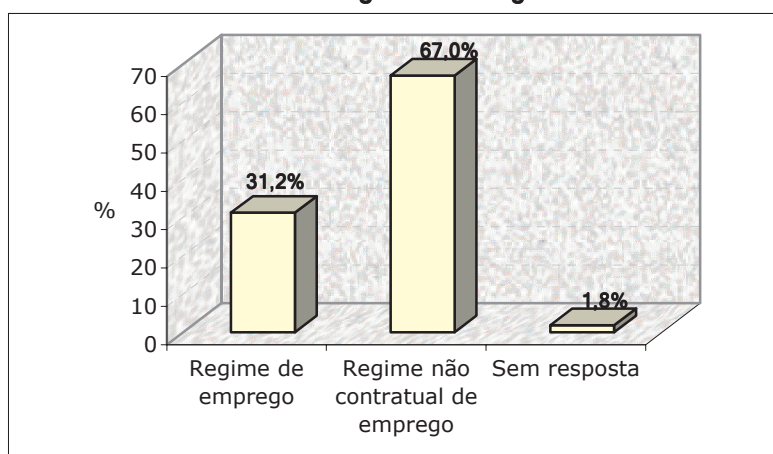
**Gráfico 12. Duração do estágio**

<sup>4</sup> A duração máxima, apontada por 6 indivíduos, foi de 16 meses.

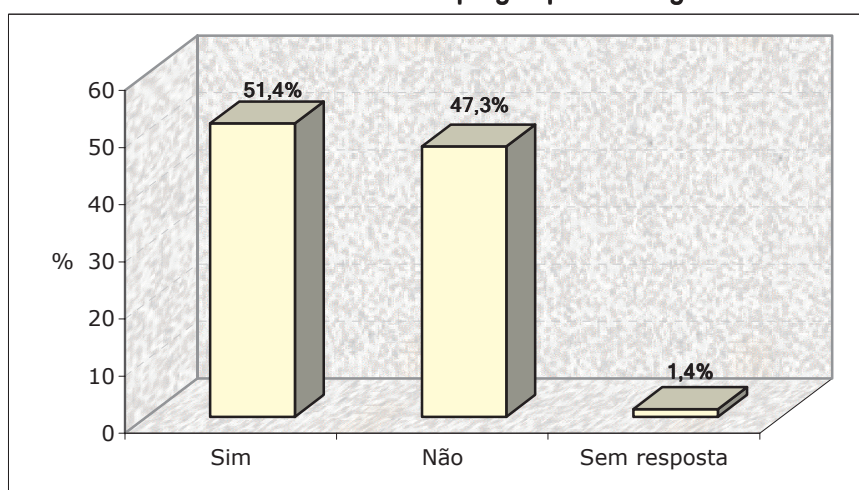
**Gráfico 13. Instituição em que o estágio ocorreu**



**Gráfico 14. Regime do estágio**



**Gráfico 15. Admissão no emprego após o estágio**



Finalmente, constatamos que os estágios constituíram a via de entrada para o 1º emprego para 51,4% dos diplomados que os realizaram (Gráfico 15), apesar da elevada percentagem daqueles que não tinham qualquer regulamentação contratual.

Em jeito de síntese desta secção, pensamos ser importante referir o peso relativamente pouco significativo dos diplomados que, no último ano do curso, apresentavam a situação de estudante trabalhador. Estes dados revelam-se concordantes com os que foram observados em estudos anteriores, quer sobre a mesma população, designadamente o de Martins e outros (2002), quer sobre amostras representativas dos estudantes do ensino superior em Portugal, como o de Balsa e outros (2001), os quais atestam, igualmente, a baixa percentagem de estudantes universitários com algum tipo de trabalho remunerado. De acordo com os elementos que avançámos, a condição perante o trabalho destes estudantes parecia caracterizar-se por alguma precariedade, dada a predominância do trabalho a recibo verde e dos contratos a termo, e também devido ao facto de o trabalho a tempo parcial se apresentar com alguma representatividade. Assim, sendo a mudança de emprego verificada, num conjunto importante destes indivíduos, após a obtenção do diploma, poderá ter constituído uma evolução das suas trajetórias profissionais, em direcção a alguma estabilidade, aspecto que tentaremos comprovar na 3ª secção deste capítulo, e que de resto é expectável em função dos resultados do estudo de Martins e outros (2002), que remetiam para uma avaliação positiva do impacto do diploma académico para quase 70% dos estudantes trabalhadores.

Por outro lado, verificámos que uma parte considerável da nossa amostra apostou na continuação dos estudos após a conclusão do curso, demonstrando como, na actualidade, os processos de formação não se esgotam na formação inicial, mesmo sendo esta de nível superior. Sendo o tipo de estudos, bem como os objectivos, diferenciados em função das áreas de formação, predominava, em todo o caso, a situação de concomitância entre estudo e trabalho, novamente aqui se registando concordância com o trabalho de Martins e outros (2002). Neste aspecto, identificamos alguma quebra do padrão tradicional de inserção

profissional, consistindo este numa passagem para o mundo de trabalho “ sem retorno” ao sistema de ensino-formação. Com efeito, do ponto de vista dos trajectos individuais, a continuação de estudos no momento em que a colocação no sistema de trabalho já aconteceu significa que o processo de inserção profissional não é um processo de sentido único, com a colocação profissional no seu termo, e sofrendo apenas, portanto, a influência dos mecanismos socializadores do mundo do trabalho. Neste sentido, parece-nos ter encontrado um primeiro elemento que poderá contribuir para a confirmação da nossa 3ª hipótese de trabalho, que apontava para que uma quebra dos padrões tradicionais de transição para vida adulta, quer no eixo profissional, quer no eixo familiar.

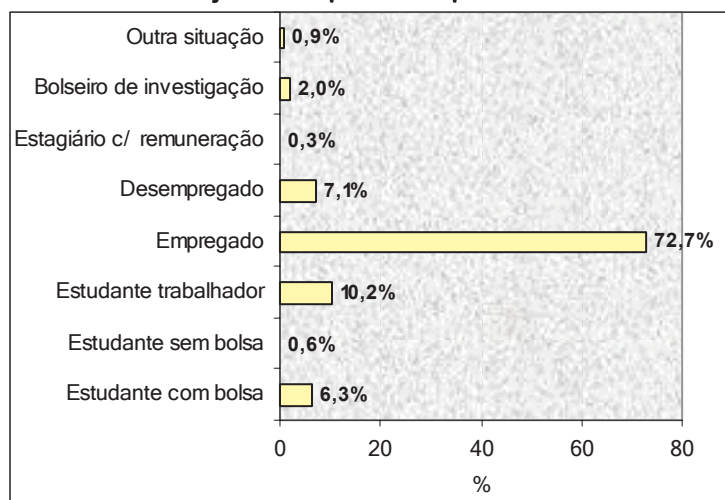
Finalmente, verificámos igualmente uma grande representatividade, no conjunto da amostra, dos indivíduos que realizaram estágios após a conclusão do curso. Marcados pela instabilidade associada ao facto de não serem, na sua maioria, regulados por um contrato, os estágios garantiram, apesar disso, a entrada no 1º emprego para cerca de metade dos indivíduos que os realizaram.

Prosseguiremos a análise, na secção que se segue, com a caracterização dos diplomados em termos da sua situação perante o trabalho ao momento do inquérito por questionário, da qual decorre a sua caracterização em termos sociais, isto é, no que se refere ao seu posicionamento na sociedade de classes.

## 2. Caracterização da situação profissional e social dos diplomados em 2003

### 2.1. A situação perante o trabalho

A condição dos diplomados perante o trabalho em 2003 (Gráfico 16) repartia-se por um amplo conjunto de situações, com um destaque evidente para a situação de empregado, que abrangia 72,7% da amostra (256 indivíduos), seguindo-se a de estudante-trabalhador, com 10,2% (36 indivíduos) e a de desempregado, com 7,1% (25 indivíduos). As situações de trabalho que poderíamos designar de menos convencionais - a dos bolseiros de investigação (2,0%) - e as situações de não trabalho - a dos estudantes a tempo inteiro sem bolsa (0,6%) ou com bolsa (6,3%) - assumiam um peso pouco significativo, o que significa que, na sua larga maioria, os diplomados estavam integrados no sistema de emprego, de forma concordante com em estudos anteriores sobre a mesma população, como o de Martins e outros (2002).

**Gráfico 16. Condição dos diplomados perante o trabalho em 2003**

A análise deste indicador em função das variáveis independentes que seleccionámos revelou-nos algumas diferenciações interessantes.

Com efeito, no que respeita à idade em 2003, nota-se que, dos indivíduos mais novos para os mais velhos, vai baixando o peso das situações de estudante a tempo inteiro com e sem bolsa, ao mesmo tempo que vai aumentando a percentagem dos que estão empregados (Tabela 18).

Relativamente ao ano lectivo de conclusão do curso, embora de forma não linear, manifesta-se uma tendência para que os diplomados que terminaram o curso há mais tempo apresentem maior peso da situação de empregado do que aqueles que o terminaram mais recentemente (Tabela 19).

Quanto ao sexo, os homens empregados (74,5%) apresentam uma percentagem ligeiramente superior à das mulheres empregadas (72,0%), verificando-se, em contrapartida, que a representatividade dos estudantes trabalhadores é maior no género feminino (10,8%) do que no masculino (8,8%), assim como é ligeiramente maior o peso do desemprego nas mulheres (7,2%) do que nos homens (6,9%) (Tabela 20).

Por áreas de formação (Tabela 21), patenteia-se uma nítida clivagem entre, por um lado, os diplomados das áreas de Ensino I, Ensino II, Engenharias e Gestão, Planeamento e Comunicação, os quais apresentam elevadas percentagens da situação de emprego (respectivamente, 81,3%, 73,0%, 80,4% e 79,3%), e, por outro lado, os diplomados na área de Ciências, que não só apresentam a mais baixa taxa de emprego (49,2%), como a mais elevada percentagem de estudantes com bolsa (22, 0%) e de desempregados (10,2%). Contudo, é de chamar a atenção para a percentagem de diplomados desempregados de Ensino II (9,9%), muito próxima dos seus colegas de Ciências.

**Tabela 18. Condição dos diplomados perante o trabalho por idade em 2003**

Estado civil \ Idade	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estudante com bolsa	2	9,5	10	10,3	7	6,0	3	3,8	-	-	-	-	-	-
Estudante sem bolsa	1	4,8	1	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudante trabalhador	3	14,3	9	9,3	11	9,5	8	10,3	3	13,0	1	12,5	1	11,1
Empregado	14	66,7	61	62,9	86	74,1	63	80,8	20	87,0	5	62,5	7	77,8
Desempregado	1	4,8	10	10,3	8	6,9	4	5,1	-	-	2	25,0	-	-
Estagiário com remuneração	-	-	1	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bolseiro de investigação	-	-	2	2,1	4	3,4	-	-	-	-	-	-	1	11,1
Outra situação	-	-	3	3,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem resposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>	<b>97</b>	<b>27,6</b>	<b>116</b>	<b>33,0</b>	<b>78</b>	<b>22,2</b>	<b>23</b>	<b>6,5</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N=352

Tabela 19. Condição dos diplomados perante o trabalho por ano de conclusão do curso

Estado civil	Ano		1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estudante com bolsa	3	8,8	2	3,0	8	10,5	4	6,3	5	5,4	-	-	-	-	-	-
Estudante sem bolsa	-	-	-	-	-	-	1	1,6	1	1,1	-	-	-	-	-	-
Estudante trabalhador	3	8,8	6	9,1	11	14,5	6	9,5	8	8,7	2	16,7	-	-	-	-
Empregado	28	82,4	57	86,4	51	67,1	44	69,8	62	67,4	7	58,3	7	77,8	-	-
Desempregado	-	-	1	1,5	3	3,9	6	9,5	11	12,0	2	16,7	2	22,2	-	-
Estag. com remuner.	-	-	-	-	-	-	1	1,6	0	0,0	-	-	-	-	-	-
Bols. de investig.	-	-	-	-	2	2,6	1	1,6	4	4,3	-	-	-	-	-	-
Outra situação	-	-	-	-	1	1,3	-	-	1	1,1	1	8,3	-	-	-	-
Sem resposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>9,7</b>	<b>66</b>	<b>18,8</b>	<b>76</b>	<b>21,6</b>	<b>63</b>	<b>17,9</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>12</b>	<b>3,4</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>		

N= 352

Tabela 20. Condição dos diplomados perante o trabalho em 2003 por sexo

Condição	Sexo	Feminino		Masculino	
		N	%	N	%
Estudante com bolsa		15	6,0	7	6,9
Estudante sem bolsa		2	0,8	-	-
Estudante trabalhador		27	10,8	9	8,8
Empregado		180	72,0	76	74,5
Desempregado		18	7,2	7	6,9
Estagiário com remuneração		1	0,4	-	-
Bolseiro de investigação		5	2,0	2	2,0
Outra situação		2	0,8	1	1,0
Sem resposta		-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>250</b>	<b>71,0</b>	<b>102</b>	<b>29,0</b>

N=352

Tabela 21. Condição dos diplomados perante o trabalho em 2003 por área de formação

Condição	Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estudante com bolsa		-	-	4	3,6	13	22,0	3	3,3	2	3,4
Estudante sem bolsa		-	-	-	-	2	3,4	-	-	-	-
Estudante trabalhador		4	12,5	13	11,7	4	6,8	9	9,8	6	10,3
Empregado		26	81,3	81	73,0	29	49,2	74	80,4	46	79,3
Desempregado		2	6,3	11	9,9	6	10,2	4	4,3	2	3,4
Estagiário c/ remuneração		-	-	-	-	1	1,7	-	-	-	-
Bolseiro de investigação		-	-	1	0,9	3	5,1	2	2,2	1	1,7
Outra situação		-	-	1	0,9	1	1,7	-	-	1	1,7
Sem resposta		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N=352

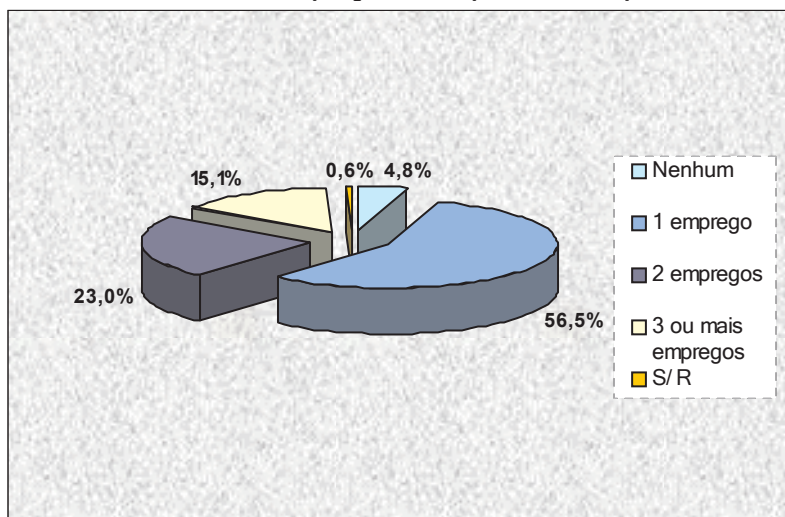
Estes dados indicam-nos, portanto, que as trajetórias dos diplomados apresentam uma maior diversidade de situações quando eles são mais novos e quando terminaram os seus cursos há menos tempo, tornando-se mais centradas no emprego - mais integradas no sistema de emprego/trabalho, portanto - com o



aumento da idade e a antiguidade na posse do diploma, ainda que o emprego seja, em todo o caso, a situação mais frequente. Por outro lado, realçamos a elevada percentagem de diplomados empregados em todas as áreas de formação, à excepção da área de Ciências, na qual era expressivo o peso dos estudantes com bolsa. Quer isto dizer que à baixa taxa de empregados entre os diplomados de Ciências não corresponde uma maioria desempregada (embora seja entre eles que, com efeito, o peso do desempregados é maior), mas sim uma importância estatística dos estudantes de mestrado e de doutoramento, que, como vimos anteriormente, viram no prosseguimento dos estudos uma oportunidade para a sua valorização pessoal e científica ou uma alternativa ao desemprego.

Prosseguindo a análise, observemos os resultados obtidos quanto ao indicador referente ao número de empregos que os diplomados tiveram depois de concluir o curso. O Gráfico 17 mostra-nos que apenas 4,8% dos diplomados (o que equivale a 17 indivíduos) nunca tiveram qualquer emprego, sendo a situação mais comum a de 1 emprego (56,5% - 199 indivíduos), seguida da de 2 empregos (23,0% - 81 indivíduos) e de 3 empregos (15,1% - 53 indivíduos).

**Gráfico 17. Número de empregos dos diplomados depois da obtenção do diploma**



Se o cruzamento deste indicador pela idade em 2003 e pelo ano lectivo de conclusão do curso não permite deduzir tendências nítidas (Anexo III, Tabelas 8 e 9), por sexo e por área de formação aparecem algumas clivagens interessantes. No primeiro caso, assinalamos a menor mobilidade de emprego que parece

caracterizar as mulheres, que, na sua maioria (60,8%) tiveram apenas um emprego, contrariamente aos homens, que não só apresentavam percentagens mais elevadas de 2 empregos (28,4%) e de 3 ou mais empregos (16,7%), como ainda afirmavam, com mais peso do que as suas colegas, nunca terem tido emprego (7,8%) (Tabela 22).

**Tabela 22. Número de empregos dos diplomados por sexo**

Nº empregos \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Nenhum	9	3,6	8	7,8
1 emprego	152	60,8	47	46,1
2 empregos	52	20,8	29	28,4
3 ou mais empregos	36	14,4	17	16,7
<i>Sem informação</i>	1	0,4	1	1,0
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>71,0</b>	<b>102</b>	<b>29,0</b>

N=352

Estes dados encontram-se obviamente relacionados com os que dizem respeito às áreas de formação (Tabela 23), na medida em que, nos diplomados das áreas mais feminizadas - Ensino I e Ensino II - predominava claramente 1 emprego; nas restantes áreas, os diplomados dividiam-se mais equilibradamente pelas diversas situações possíveis, destacando-se os 20,3% que, na área de Ciências, nunca tiveram emprego e que, de acordo com os dados anteriormente analisados, sabemos que integram os estudantes a tempo inteiro.

**Tabela 23. Número de empregos dos diplomados por área de formação**

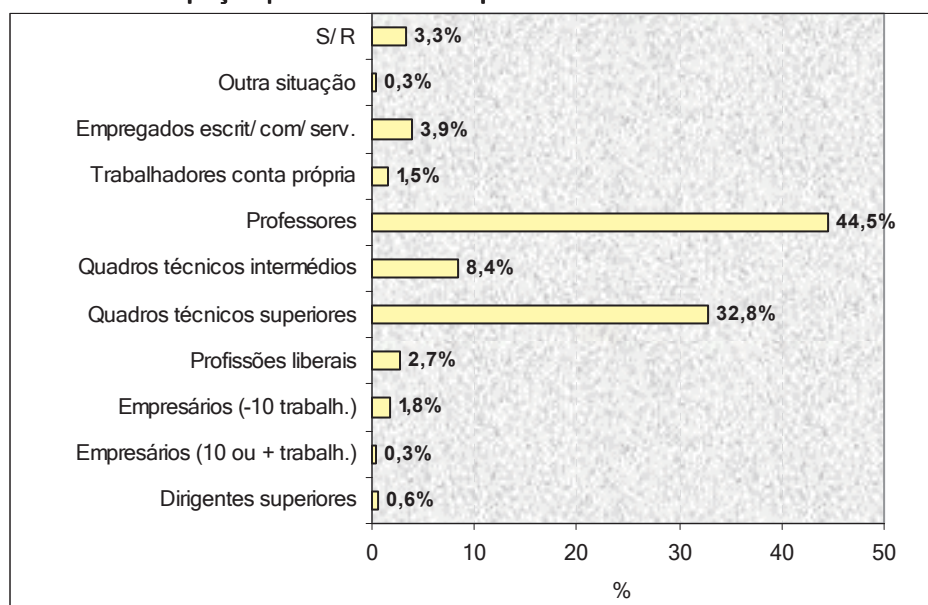
Nº empregos \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhum	-	-	1	0,9	12	20,3	4	4,3	-	-
1 emprego	28	87,5	90	81,1	24	40,7	36	39,1	21	36,2
2 empregos	3	9,4	14	12,6	16	27,1	29	31,5	19	32,8
3 ou mais empregos	1	3,1	5	4,5	7	11,9	22	23,9	18	31,0
<i>Sem informação</i>	-	-	1	0,9	-	-	1	1,1	-	-
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N=352

Esta clivagem entre as áreas estará ainda relacionada com as saídas profissionais e com as características inerentes ao segmento do sistema de trabalho a que cada uma dessas áreas conduz. Na medida em que os diplomados dos cursos de ensino encontram as suas colocações profissionais, maioritariamente, na rede pública do sistema escolar, a eventual mudança de estabelecimento de ensino não implica uma mudança de emprego, dado que a entidade empregadora, o

Estado, é a mesma<sup>3</sup>, assim como a ocupação profissional, que continua a ser a de professor. Por este mesmo motivo, a reduzida mobilidade de emprego dos diplomados destas duas áreas não implica uma reduzida mobilidade geográfica. Já nas outras áreas, a diversidade de entidades e organismos empregadores é muito maior, sendo também muito mais possível a descoincidência entre emprego e ocupação profissional.

**Gráfico 18. Ocupação profissional dos diplomados em 2003**



**Nota:**

A frequência absoluta deste gráfico, assim como dos respectivos cruzamentos, é de 335, ou seja, excluíram-se os 17 indivíduos que nunca tiveram qualquer emprego.

Abordando precisamente a ocupação profissional dos diplomados ao momento do inquérito por questionário, verificamos que, na sua grande maioria (44,5%), tinham como actividade profissional o ensino, seguindo-se os quadros técnicos superiores, com 32,8% e, com uma percentagem muito mais reduzida, os quadros técnicos intermédios (8,4%) (Gráfico 18). Tendo em conta o peso elevado que as duas áreas de Ensino tinham na amostra, não nos surpreende a elevada representatividade dos professores, mas é de acentuar que este dado, em conjunto com a também expressiva percentagem dos quadros técnicos superiores indicia que os diplomados estavam a desempenhar ocupações profissionais

<sup>3</sup> Isto quer dizer que a mobilidade profissional dos diplomados de Ensino I e II deve ser entendida como mobilidade entre o sector público e privado ou, alternativamente, como a alternância entre a actividade docente e actividades não docentes.

congruentes com a sua formação de nível superior, embora não estejamos a equacionar a adequação da área científica da formação à actividade concreta que os indivíduos exerciam (e que, de resto, no caso dos professores, parece ser evidente).

Vejamos, então, como se apresentam as ocupações profissionais dos diplomados quando cruzadas com as nossas variáveis independentes<sup>4</sup>.

A ocupação profissional dos diplomados segundo a idade em 2003 (Tabela 24) apresenta-nos uma constatação interessante: os quadros técnicos superiores aumentam dos escalões etários mais baixos para os mais altos, ao mesmo tempo que os professores diminuem pela mesma ordem (exceptuando os dois últimos escalões, apenas com 17 diplomados no seu conjunto). Contudo, este dado poderá simplesmente estar relacionado com o facto de, na composição da amostra, os diplomados das áreas de Ensino, particularmente de Ensino I (que dão obviamente acesso à profissão de professor) apresentarem uma média etária mais baixa.

No que se refere ao género (Tabela 25), notamos a existência de uma elevada percentagem de raparigas que são professoras (53,1%), à qual corresponde um peso expressivo dos diplomados do género masculino que se integram nos quadros técnicos superiores (52,1%), facto novamente relacionado com a composição da amostra, que apresenta uma maior representatividade feminina nas formações que conduzem à docência e um maior peso dos homens nas áreas que não remetem directamente para essa actividade profissional. Fica, assim, demonstrado como a reprodução dos papéis de género continua a verificar-se.

A análise do mesmo indicador em função da área de formação (Tabela 26) remete para as mesmas considerações que temos vindo a fazer, ou seja, é evidente a ligação entre os diplomados das áreas de Ensino e o desempenho da profissão de professor, assim como nas áreas das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação se estabelece uma relação forte com o desempenho de actividades

---

<sup>4</sup> O cruzamento com o ano lectivo de conclusão do curso não produziu dados que apontem com nitidez para alguma tendência (Anexo III, Tabela 10).

enquadradas no grupo dos quadros técnicos superiores, embora os diplomados desta última área mostrem mais diversidade na sua distribuição pelos diversos grupos ocupacionais do que os das Engenharias, nitidamente concentrados (com 71,6%) no referido grupo dos quadros técnicos superiores. Quanto aos diplomados da área de Ciências, não sendo os cursos desta área directamente vocacionados para a docência, é de chamar a atenção para os 34,0% que eram professores. Esta constatação levou-nos a ter em consideração a possibilidade de se tratarem de professores do ensino superior, dada a importância da componente de investigação que caracteriza os cursos daquela área. Contudo, analisando as profissões específicas dos diplomados por áreas de formação (Anexo III, Tabela 11), notamos que se tratam, sobretudo, de professores do 2º e 3º ciclo do ensino básico/ensino secundário<sup>5</sup>, o que parece sugerir que a docência surge como uma ocupação profissional de recurso, na sequência de dificuldades sentidas na inserção profissional.

Tabela 24. Ocupação profissional dos diplomados por idade em 2003

Idade \ Ocupação	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dirig. superiores	-	-	-	-	1	0,9	-	-	1	4,3	-	-	-	-
Emp. (10 ou+ trab.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12,5	-	-
Emp. (-10 trab.)	-	-	1	1,1	1	0,9	2	2,6	1	4,3	1	12,5	-	-
Profissões liberais	2	10,0	1	1,1	4	3,6	2	2,6	-	-	-	-	-	-
Quad. técn. super.	3	15,0	25	28,7	36	32,1	31	40,8	10	43,5	2	25,0	3	33,3
Quad. técn. interm.	-	-	7	8,0	11	9,9	8	10,5	1	4,3	1	12,5	-	-
Professores	12	60,0	46	52,9	47	42,0	28	36,8	8	34,8	3	37,5	5	55,6
Trab. conta própria	1	5,0	1	1,1	2	1,8	-	-	1	4,3	-	-	-	-
Emp. escr/com/serv.	1	5,0	5	5,7	5	4,5	1	1,3	1	4,3	-	-	-	-
Outra situação	-	-	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem informação	1	5,0	-	-	5	4,5	4	5,3	-	-	-	-	1	11,1
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>6,0</b>	<b>87</b>	<b>26,0</b>	<b>112</b>	<b>33,4</b>	<b>76</b>	<b>22,7</b>	<b>23</b>	<b>6,9</b>	<b>8</b>	<b>2,4</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>

N=335

<sup>5</sup> Pode observar-se uma discrepância entre o número de diplomados em Ciências que apontaram ter a ocupação profissional de professor - 16 - (Questão 47 do inquérito por questionário) e o número daqueles que afirmaram que a sua profissão era a de professor - 17 - (Questão 48.2. do inquérito por questionário), a qual se deve ao facto de 1 destes se ter localizado no grupo dos quadros técnicos superiores.

Tabela 25. Ocupação profissional dos diplomados por sexo

Ocupação	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Dirigentes superiores	1	0,4	1	1,1		
Empresários (10 ou+ trab.)	1	0,4	-	-		
Empresários (-10 trab.)	-	-	6	6,4		
Profissões liberais	3	1,2	6	6,4		
Quadros técn. superiores	61	25,3	49	52,1		
Quadros técn. intermédios	22	9,1	6	6,4		
Professores	128	53,1	21	22,3		
Trab. conta própria	4	1,7	1	1,1		
Empreg. escrit/com/serv.	12	5,0	1	1,1		
Outra situação	1	0,4	-	-		
<i>Sem informação</i>	8	3,3	3	3,2		
<b>Total</b>	<b>241</b>	<b>71,9</b>	<b>94</b>	<b>28,1</b>		

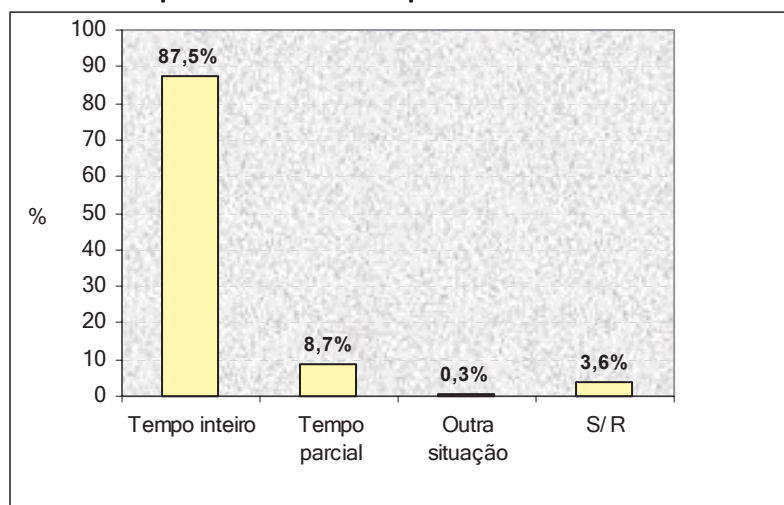
N=335

Tabela 26. Ocupação profissional dos diplomados por área de formação

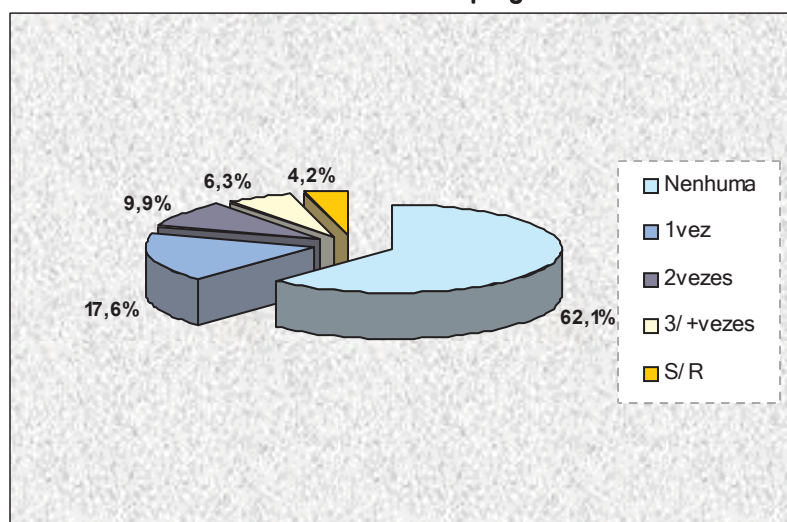
Ocupação	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dirigentes superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3,4
Empresários (10 ou+ trab.)	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,7
Empresários (-10 trab.)	-	-	-	-	-	-	5	5,7	1	1,7
Profissões liberais	-	-	1	0,9	2	4,3	2	2,3	4	6,9
Quadros técn. superiores	-	-	-	-	19	40,4	63	71,6	28	48,3
Quadros técn. intermédios	-	-	5	4,5	7	14,9	8	9,1	8	13,8
Professores	28	87,5	96	87,3	16	34,0	5	5,7	4	6,9
Trab. conta própria	-	-	-	-	1	2,1	2	2,3	2	3,4
Empreg. escrit/com/serv.	1	3,1	4	3,6	-	-	-	-	8	13,8
Outra situação	-	-	1	0,9	-	-	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	3	9,4	3	2,7	2	4,3	3	3,4	-	-
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,6</b>	<b>110</b>	<b>32,8</b>	<b>47</b>	<b>14,0</b>	<b>88</b>	<b>26,3</b>	<b>58</b>	<b>17,3</b>

N=335

Quanto ao tipo de trabalho que os diplomados desempenhavam em 2003 (Gráfico 19), é possível constatar a elevada percentagem do trabalho a tempo inteiro, próxima dos 88% (293 indivíduos), o que nos fez optar por não cruzar este indicador com as variáveis independentes.

**Gráfico 19. Tipo de trabalho dos diplomados em 2003**

Procurámos saber, ainda, se os diplomados já tinham estado alguma vez desempregados depois de terem obtido a sua primeira ocupação profissional depois da conclusão do curso. A este respeito, o Gráfico 20 informa-nos que a 62,1% dos indivíduos (208 sujeitos) nunca estiveram desempregados, repartindo-se os restantes por 1 período (17,6% - 59 indivíduos), 2 períodos (9,9% - 33 indivíduos) e 3 ou mais períodos (6,3% - 21 indivíduos) de desemprego.

**Gráfico 20. Número de vezes no desemprego****Nota:**

A frequência absoluta deste gráfico, assim como dos respectivos cruzamentos, é de 335, ou seja, excluíram-se os 17 indivíduos que nunca tiveram qualquer emprego

Parece-nos ser de assinalar que, sendo verdade que a maioria dos diplomados nunca passou pela experiência do desemprego, não é de desprezar que para

cerca de 1/3 dos indivíduos ela já ocorreu, marcando de instabilidade, inevitavelmente, as suas trajetórias profissionais.

Novamente, este indicador não apresenta diferenciações de realce em função da idade em 2003 e do ano de conclusão do curso (Anexo III, Tabelas 12 e 13), notando-se que, em função do sexo, se geram algumas distinções entre os diplomados, com os homens que nunca estiveram desempregados a apresentar uma frequência relativa mais elevada do que as mulheres (68,1% e 59,8%), e com aqueles que já estiveram desempregados concentrando-se num só período de desemprego (18,1%), de forma diversa das mulheres, as quais revelaram com maior peso ter experimentado o desemprego por mais de uma ocasião (Tabela 27).

Também no que toca à área de formação se exibem algumas diferenciações (Tabela 28). Com efeito, a percentagem de diplomados que nunca estiveram desempregados atinge o seu valor mais alto entre os oriundos da área das Engenharias (69,3%), sendo consideravelmente mais baixa entre os diplomados de Ciências, não ultrapassando aqui os 54% (e recordamos que não estão agora em causa os indivíduos que manifestaram nunca ter tido emprego, grande parte deles estudantes). Nas restantes áreas de formação, essas percentagens são próximas, oscilando entre os 59,4% de Ensino I, os 60,0% de Ensino II e os 63,8% de Gestão, Planeamento e Comunicação.

**Tabela 27. Número de vezes do desemprego por sexo**

Nº vezes	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	144	59,8	64	68,1		
1 vez	42	17,4	17	18,1		
2 vezes	28	11,6	5	5,3		
3 ou mais vezes	17	7,1	4	4,3		
<i>Sem informação</i>	10	4,1	4	4,3		
<b>Total</b>	<b>241</b>	<b>71,9</b>	<b>94</b>	<b>28,1</b>		

N=335

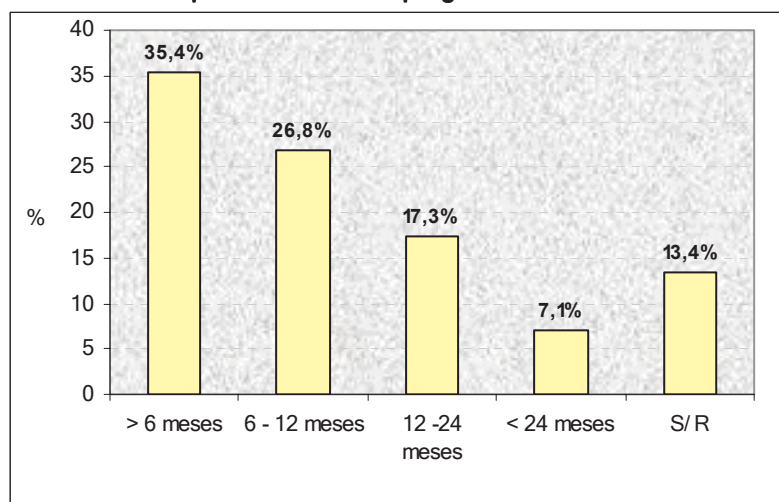


**Tabela 28. Número de vezes no desemprego por área de formação**

Nº vezes	Área									
	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	19	59,4	66	60,0	25	53,2	61	69,3	37	63,8
1 vez	7	21,9	11	10,0	11	23,4	17	19,3	13	22,4
2 vezes	4	12,5	12	10,9	6	12,8	4	4,5	7	12,1
3 ou mais vezes	1	3,1	16	14,5	2	4,3	1	1,1	1	1,7
Sem informação	1	3,1	5	4,5	3	6,4	5	5,7	-	-
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,6</b>	<b>110</b>	<b>32,8</b>	<b>47</b>	<b>14,0</b>	<b>88</b>	<b>26,3</b>	<b>58</b>	<b>17,3</b>

N=335

Quanto ao tempo total de desemprego, observa-se que consistiu, para os diplomados que tiveram essa experiência em dada(s) altura(s) das suas trajectórias, de acordo com o Gráfico 21, num período até 6 meses (35,4% - 45 indivíduos), entre 6 e 12 meses (26,8% - 34 indivíduos), entre 12 e 24 meses (17,3% - 22 indivíduos) ou superior a 12 meses (7,1%)<sup>6</sup>.

**Gráfico 21. Tempo total de desemprego****Nota:**

A frequência absoluta deste gráfico, assim como dos respectivos cruzamentos, é de 127, ou seja, aos 335, excluíram-se os 208 indivíduos que nunca estiveram desempregados.

A observação dos cruzamentos deste indicador pelas diversas variáveis independentes não produziu resultados que evidenciassem alguma especificidade quanto à idade, ao ano de conclusão do curso nem ao género (Anexo III, Tabelas 14,15 e 16), pese embora, neste último caso, que o tempo total de desemprego superior a 24 meses já tenha afectado 9,3% das mulheres (e nenhum homem). No que respeita à área de formação (Tabela 29), registamos por um lado que em

<sup>6</sup> O período máximo de desemprego, referido por 2 diplomados, foi de 30 meses.

Ensino I, Ensino II e nas Engenharias, predomina o período temporal mais curto (53,4%, 31,7% e 44,4%, respectivamente), Conjuntamente com os dados respeitantes ao número de vezes no desemprego, ficamos a perceber que, nas áreas de Ensino, particularmente em Ensino II (onde se notava maior peso do que nas restantes áreas, de 3 ou mais períodos de desemprego) há alguma alternância entre curtos períodos de desemprego e períodos de emprego, factor relacionado com os concursos de colocação de professores, que conduzem aqueles que não são efectivos numa escola, quando não são colocados no início do ano lectivo, a integrar lugares a termo certo; de forma diferente, nas Engenharias pareceu haver menos períodos de desemprego, também rapidamente superados. Por outro lado, na área de Gestão, Planeamento e Comunicação, verifica-se um predomínio do desemprego com uma duração total compreendida entre 6 e 12 meses, indiciando mais dificuldade de reinserção no sistema de trabalho, por parte dos diplomados desta área. O mesmo parece acontecer com os diplomados da área de Ciências, entre os quais tem maior peso o desemprego total superior a 24 meses.

**Tabela 29. Tempo total de desemprego por área de formação**

Tempo \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	> 6 meses	7	53,8	14	31,8	6	27,3	12	44,4	6
6 - 12 meses	3	23,1	10	22,7	6	27,3	6	22,2	9	42,9
12 -24 meses	2	15,4	9	20,5	4	18,2	3	11,1	4	19,0
< 24 meses	-	-	5	11,4	3	13,6	-	-	1	4,8
<i>Sem informação</i>	1	7,7	6	13,6	3	13,6	6	22,2	1	4,8
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>10,2</b>	<b>44</b>	<b>34,6</b>	<b>22</b>	<b>17,3</b>	<b>27</b>	<b>21,3</b>	<b>21</b>	<b>16,5</b>

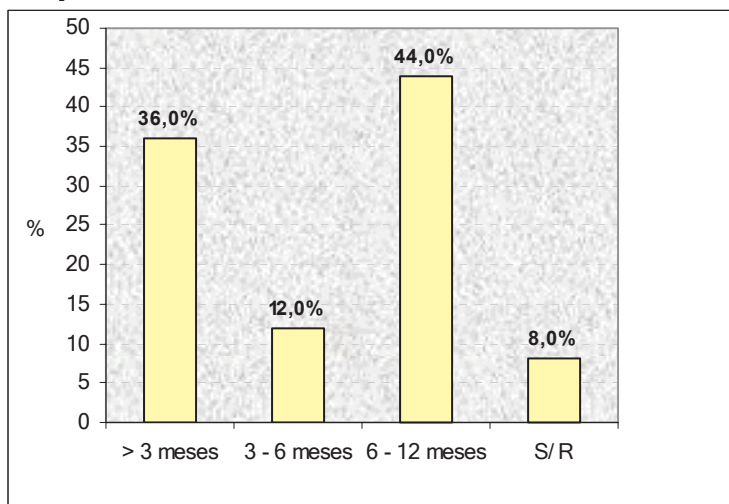
N=127

Rematamos esta caracterização geral das situações dos diplomados perante o trabalho com uma breve referência aos os diplomados que estavam desempregados em 2003, que, como vimos, constituíam uma minoria no conjunto da amostra (7,1% - 25 indivíduos).

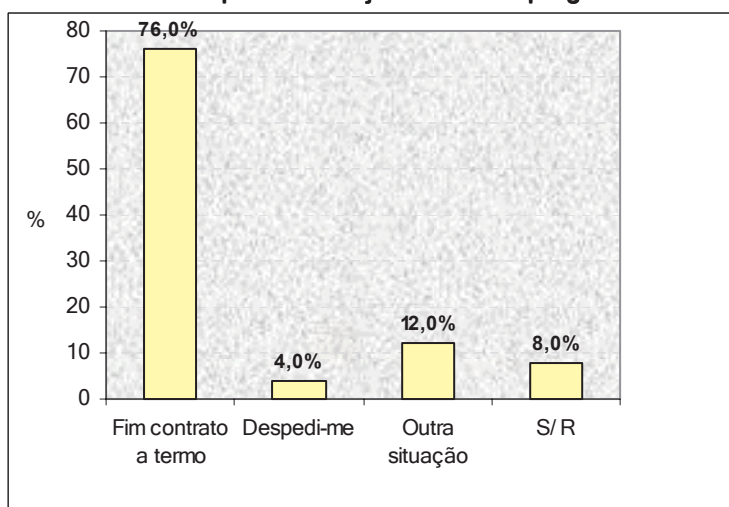
De acordo com o Gráfico 22, verificamos desde logo não estarmos perante qualquer caso de desemprego de longa duração (superior a 12 meses), sendo, apesar disso, significativa a percentagem de indivíduos que já se encontravam no desemprego no período entre 6 e 12 meses (44, 0%). Por outro lado, constata-se

que a razão subjacente a esse desemprego constituiu, para a grande maioria dos casos (76,0%), na cessação do contrato a termo (Gráfico 23).

**Gráfico 22. Há quanto tempo os diplomados desempregados em 2003 se encontravam nessa situação**



**Gráfico 23. Motivo para a situação de desemprego**



No final desta parte, ficamos com uma imagem globalmente positiva<sup>7</sup> acerca das situações profissionais dos diplomados da nossa amostra, em função da elevada percentagem de diplomados que em 2003 se encontravam inseridos no sistema de trabalho, quer esse trabalho fosse assimilável a um emprego, como acontecia na maior parte dos casos, quer não se encaixasse nessa designação, como é o

<sup>7</sup> Trata-se de uma imagem positiva do ponto de vista da inserção profissional ter sido conseguida, ainda independentemente das suas características, que veremos na secção seguinte.

caso dos bolsheiros de investigação e, em certa medida, dos estudantes a tempo inteiro com bolsa, os quais, apesar de formalmente não poderem ser encarados com trabalhadores, acabam muitas vezes por desempenhar actividades nas instituições onde estudam, sendo a bolsa equiparável a uma remuneração. Ao mesmo tempo, o facto da condição de empregado aumentar com a idade e com a antiguidade na posse do diploma indica-nos que, a existirem, as dificuldades da inserção profissional fazem-se sentir no início das trajectórias profissionais dos diplomados, constatação que vai ao encontro do quadro teórico que apresentámos no âmbito do capítulo IV deste trabalho. Reforçando o carácter positivo apontado, acresce ainda o peso diminuto dos diplomados que nunca tiveram qualquer emprego, assim como daqueles que se encontravam desempregados à data do inquérito por questionário. Contudo, alguns aspectos parecem apontar para que alguns subgrupos dos diplomados tenham experimentado inserções profissionais em moldes não congruentes com o padrão tradicional, consubstanciando-se este na passagem directa (ainda que possivelmente mediada por um período mais ou menos longo, aspecto que evidenciaremos na secção seguinte) da Universidade para o sistema de trabalho. Referimo-nos, por um lado, à importância estatística dos diplomados que já experimentaram o desemprego em dada altura da trajectória profissional. Embora este grupo não constitua certamente a maioria, como vimos, ao revelar uma alternância entre períodos de emprego e de desemprego, encaixa-se naquilo que poderíamos considerar um padrão de inserção profissional menos tradicional, marcado por alguma incerteza e instabilidade e que nos parecia acontecer com mais frequência entre os diplomados do sexo feminino e entre os oriundos das áreas das áreas de Ensino II, Gestão, Planeamento e Comunicação e Ciências. Por outro lado, as trajectórias deste último grupo de diplomados parecem ser singulares no conjunto da amostra, apontando precisamente para moldes menos convencionais de inserção profissional, não apenas em função da alternância entre emprego e desemprego, mas também devido ao peso expressivo dos diplomados que, depois de concluírem os seus cursos, continuaram a ser estudantes a tempo inteiro e que, como vimos, optaram por essa situação não apenas pelos constrangimentos inerentes ao sistema de trabalho - a falta de colocações profissionais -, mas como forma de valorização pessoal e científica.

Referimos ainda, no sentido de reforçar o carácter singular que nos parece transparecer das trajectórias destes diplomados, o peso que o desempenho da profissão docente - ainda que os seus cursos não estejam vocacionados para ela - encontrou entre eles.

## 2.2. A mobilidade social

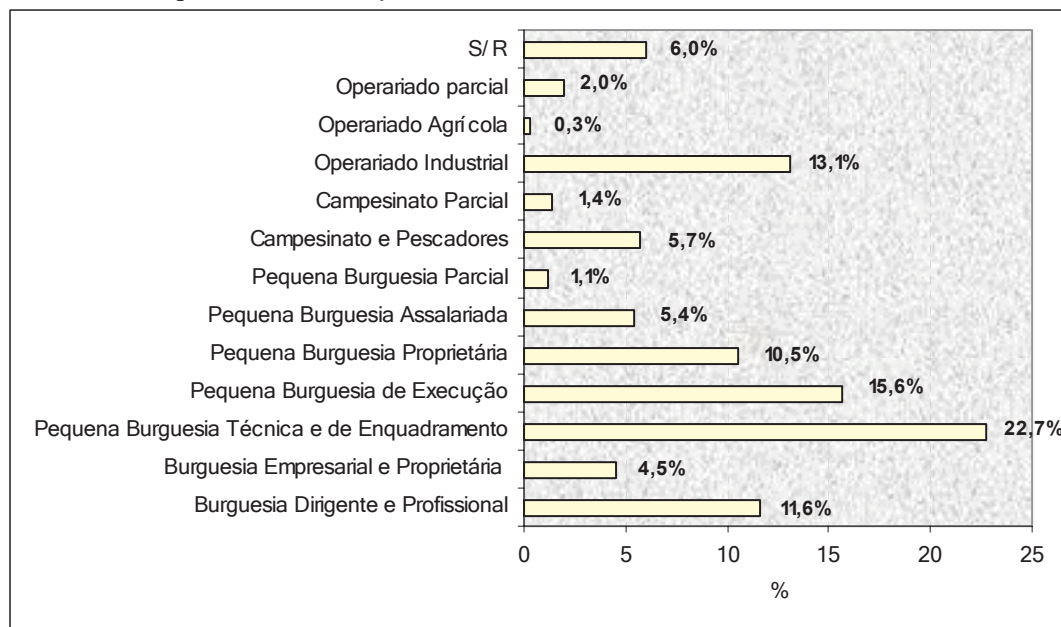
Uma das hipóteses centrais que colocámos neste trabalho dizia respeito à questão da mobilidade social ascendente. Sabendo que as aspirações de mobilidade social por parte dos indivíduos e das suas famílias estão na origem do aumento da procura social do ensino superior, em Portugal tal como por todas as sociedades ocidentais, conduzindo a que a própria composição social dos alunos que o frequentam tenha vindo a diversificar-se, parecia-nos de todo o interesse averiguar até que ponto, no conjunto dos indivíduos da nossa amostra, o diploma universitário teria funcionado como um instrumento para a obtenção de posições sócio-profissionais mais favoráveis do que as dos seus pais.

Com este objectivo, começámos por identificar as origens sociais de classe dos diplomados, de acordo com o referencial teórico-metodológico adoptado, anteriormente exposto no capítulo V deste trabalho<sup>8</sup>.

O Gráfico 24 conduz-nos a observar, desde logo, a grande diversidade das origens sociais dos indivíduos, sendo as fracções de classe com mais representatividade a Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento (22,7% - 80 indivíduos), a Pequena Burguesia de Execução (15,6% - 55 indivíduos), o Operariado Industrial (13,1% - 46 indivíduos), a Burguesia Dirigente e Profissional (11,6% - 41 indivíduos) e a Pequena Burguesia Proprietária (10,5% - 37 indivíduos).

---

<sup>8</sup> Recordamos que, da combinação entre a ocupação profissional (profissão e situação na profissão) e nível de escolaridade do pai e da mãe dos indivíduos, resulta a sua localização nas classes dirigentes (com duas fracções de classe, a Burguesia Dirigente e Profissional e a Burguesia Empresarial e Proprietária), médias (com as respectivas fracções de classe: Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, de Execução, Proprietária, Assalariada e Parcial e ainda Campesinato e Pescadores e Campesinato Parcial) ou populares (integrando o Operariado Industrial, Agrícola e Parcial).

**Gráfico 24. Origem social dos diplomados**

Estes dados levam-nos a considerar o elevado peso que a classe média assume no conjunto da amostra, uma vez que o conjunto de diplomados inseridos nas fracções de classe que dela fazem parte perfaz 62,5%, a que equivalem 220 indivíduos. Por comparação com a classe média, as origens sociais dirigentes (16,2% - 57 indivíduos) e populares (15,4% - 54 indivíduos) são bastante mais reduzidas.

Contudo, aquela constatação não deve iludir as diferenciações internas à classe média, na medida em que as diferentes fracções de classe nela contidas terão, através do investimento escolar dos seus filhos, objectivos distintos. Cingindo-nos às fracções das classes médias com mais peso, distinguimos, por um lado, a Pequena Burguesia de Execução e a Pequena Burguesia Proprietária, cujos efectivos, caracterizados por um capital escolar relativamente baixo, terão investido na educação universitária dos seus filhos com o objectivo de lhes proporcionar a oportunidade de ascenderem socialmente, uma vez que a transmissão do capital económico, impossível no caso da primeira e insuficiente no caso da segunda, não asseguraria esse movimento. Por sua vez, os elementos

da Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, apresentando um capital escolar mais elevado, terão apostado na educação universitária como forma de evitar a desclassificação social dos seus filhos.

Aliás, no seio da classe dirigente, esta tentativa de manutenção do status social poderá caracterizar igualmente o investimento escolar universitário por parte dos oriundos da Burguesia Dirigente e Proprietária, ao passo que, por parte dos indivíduos da Burguesia Empresarial e Proprietária, esse investimento significará mais um ensaio de aquisição status pela via cultural, uma vez que a transmissão do capital económico já permitiria em princípio, sem esse investimento, a manutenção da posição de classe.

Tendo considerado que, nesta análise específica, as variáveis independentes com relevância para uma eventual diferenciação dos diplomados são o sexo, a área de formação e o local de nascimento<sup>8</sup>, passamos em seguida a expor os resultados obtidos através dos cruzamentos entre o indicador que temos vindo a examinar e aquelas variáveis<sup>9</sup>.

Quanto ao sexo (Tabela 30), a distribuição dos diplomados em termos de classes sociais não difere substancialmente, dado o predomínio da classe média quer nas mulheres, quer nos homens, chamando-se apesar de tudo a atenção para o equilíbrio registado nas mulheres, entre as origens sociais dirigentes e populares, que agregam, cada uma, 16,0% das diplomadas, de forma diferente àquilo que acontece com os homens, para quem as origens dirigentes (também cerca de 16%) se sobrepõem às populares (cerca de 14%). As diferenças mais marcadas entre os dois sexos aparecem, contudo, quando se observa em detalhe as fracções da classe média de onde são oriundos: maior peso da Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, no caso das mulheres (24,8%) e maior

---

<sup>8</sup> Por idade em 2003 e ano lectivo de conclusão do curso, o cruzamento não produziu resultados que apontem para alguma tendência específica (Anexo III, Tabelas 16 e 17)

<sup>9</sup> Utilizaremos, a partir daqui, nas diversas tabelas com as fracções de classe, as siglas de cada uma delas: BDP (Burguesia Dirigente e Profissional); BEP (Burguesia Empresarial e Proprietária); PBTE (Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento); PBE (Pequena Burguesia de Execução); PBPR (Pequena Burguesia Proprietária); PBPA (Pequena Burguesia Assalariada); PBP (Pequena Burguesia Parcial); CeP (Campepinato e Pescadores); CP (Campepinato Parcial); OI (Operariado Industrial); AO (Operariado Agrícola); OI (Operariado parcial).



representatividade da Pequena Burguesia de Execução, por parte dos homens (21,6%).

Relativamente às áreas de formação (Tabela 31), não obstante o predomínio das origens sociais médias em qualquer uma delas, observam-se também algumas diferenças assinaláveis:

- As áreas de Ensino I e Ensino II apresentam as mais diminutas percentagens de indivíduos provenientes da classe dirigente (o conjunto das duas fracções de classe agrega, respectivamente, 6,2% e 9,9% dos diplomados de cada uma delas), tendo esta classe social de origem maior expressão entre os diplomados das áreas das Engenharias (22,8%) e de Gestão, Planeamento e Comunicação (20,7%) e de Ciências (18,7%);
- O peso das origens populares é significativamente expressivo precisamente em Ensino I (31,2%), moderado em Ensino II (19,8%) e em Ciências (15,3%) e reduzido nas áreas das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação (8,7% e 8,6%, respectivamente).

Destes dados, poderíamos inferir que as áreas de Ensino I e de Ensino II foram atractivas para uma maioria de indivíduos oriundos das classes populares e médias, enquanto os cursos de Engenharia e de Gestão, Planeamento e Comunicação foram preferidos por uma maioria de indivíduos pertencentes às classes médias e dirigentes. Poderá estar aqui em jogo a possibilidade dos indivíduos das classes populares verem nas profissões de educador de infância/professor a oportunidade de obtenção de um estatuto social que, apesar de desvalorizado socialmente, como sabemos estar, é maior do que aquele que caracteriza o seu grupo doméstico de origem. Correspondentemente a esta ideia, estará a de que, nas classes dirigentes, se procurará manter a posição social através do recurso a fileiras de formação que conduzem a profissões socialmente mais valorizadas, designadamente aquelas que se encontram ligadas à inovação e tecnologia, como é o caso das áreas das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação.

De resto, estas considerações encontram-se em consonância com o estudo de Martins e outros (2002), cujas conclusões, incidindo sobre a mesma população, concediam existir uma correlação entre a origem social e a frequência universitária, tanto em quantidade como em qualidade, apesar da democratização do ensino superior observada em Portugal.

Quanto à área de Ciências, o relativo equilíbrio entre os oriundos da classe dirigente e da classe popular, impede-nos de estabelecer o mesmo raciocínio.

**Tabela 30. Origem social segundo o sexo**

Sexo Fracção	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
BDP	28	11,2	13	12,8
BEP	12	4,8	4	3,9
PBTE	62	24,8	19	18,6
PBE	33	13,2	22	21,6
PBPR	30	12,0	7	6,9
PBP	2	0,8	2	2,0
PBAP	13	5,2	6	5,9
CeP	15	6,0	5	4,9
CP	4	1,6	1	0,9
OI	34	13,6	12	11,8
OA	-	-	1	1,0
OP	6	2,4	1	1,0
<i>Sem informação</i>	11	4,4	10	9,8
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>71,0</b>	<b>102</b>	<b>29,0</b>

N=352

**Tabela 31. Origem social por área de formação**

Área Fracção	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
BDP	1	3,1	8	7,2	9	15,3	16	17,4	7	12,1
BEP	1	3,1	3	2,7	2	3,4	5	5,4	5	8,6
PBTE	5	15,6	26	23,4	17	28,8	17	18,5	15	25,9
PBE	5	15,6	19	17,1	5	8,5	19	20,7	7	12,1
PBPR	3	9,4	12	10,8	7	11,9	6	6,5	9	15,5
PBP	1	3,1	1	0,9	-	-	1	1,1	1	1,7
PBAP	1	3,1	6	5,4	4	6,8	4	4,4	4	6,9
CeP	3	9,4	6	5,4	3	5,1	5	5,4	3	5,2
CP	1	3,1	2	1,8	-	-	2	2,2	-	-
OI	9	28,1	17	15,3	9	15,3	6	6,5	5	8,6
OA	-	-	-	-	-	-	1	1,1	-	-
OP	1	3,1	5	4,5	-	-	1	1,1	-	-
<i>Sem informação</i>	1	3,1	6	5,4	3	5,1	9	9,8	2	3,5
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N=352

Quanto ao local de origem dos diplomados (Tabela 32), sendo certa, como vimos quando caracterizámos a amostra, a maior representatividade do meio urbano entre eles, observa-se uma diferenciação nítida entre, por um lado, as origens urbanas, com uma minoria de indivíduos provenientes da classe popular (cerca de 7%) e uma maior representatividade dos oriundos da classe dirigente (cerca de 23%) e, por outro lado, as origens rurais, que, de forma inversa, apresentam um peso mais significativo de diplomados da classe popular (cerca de 28%) e reduzido no que toca à origem social dirigente (cerca de 4%).

**Tabela 32. Origem social por local de nascimento**

Local Fracção	Meio urbano		Meio semi-urbano		Meio rural		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
BDP	27	16,5	11	12,6	3	3,1	-	-
BEP	10	6,1	5	5,8	1	1,0	-	-
PBTE	44	26,8	23	26,4	13	13,5	-	-
PBE	30	18,3	11	12,6	13	13,5	1	20,0
PBPR	19	11,6	7	8,1	9	9,4	2	40,0
PBP	-	-	1	1,2	3	3,1	-	-
PBAP	7	4,2	8	9,2	4	4,2	-	-
CeP	5	3,1	4	4,6	11	11,5	-	-
CP	1	0,7	1	1,2	3	3,1	-	-
OI	9	5,5	10	11,5	25	26,0	2	40,0
OA	-	-	-	-	1	1,0	-	-
OP	3	1,8	3	3,5	1	1,0	-	-
Sem informação	9	5,5	3	3,5	9	9,4	-	-
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>46,6</b>	<b>87</b>	<b>24,7</b>	<b>96</b>	<b>27,3</b>	<b>5</b>	<b>1,4</b>

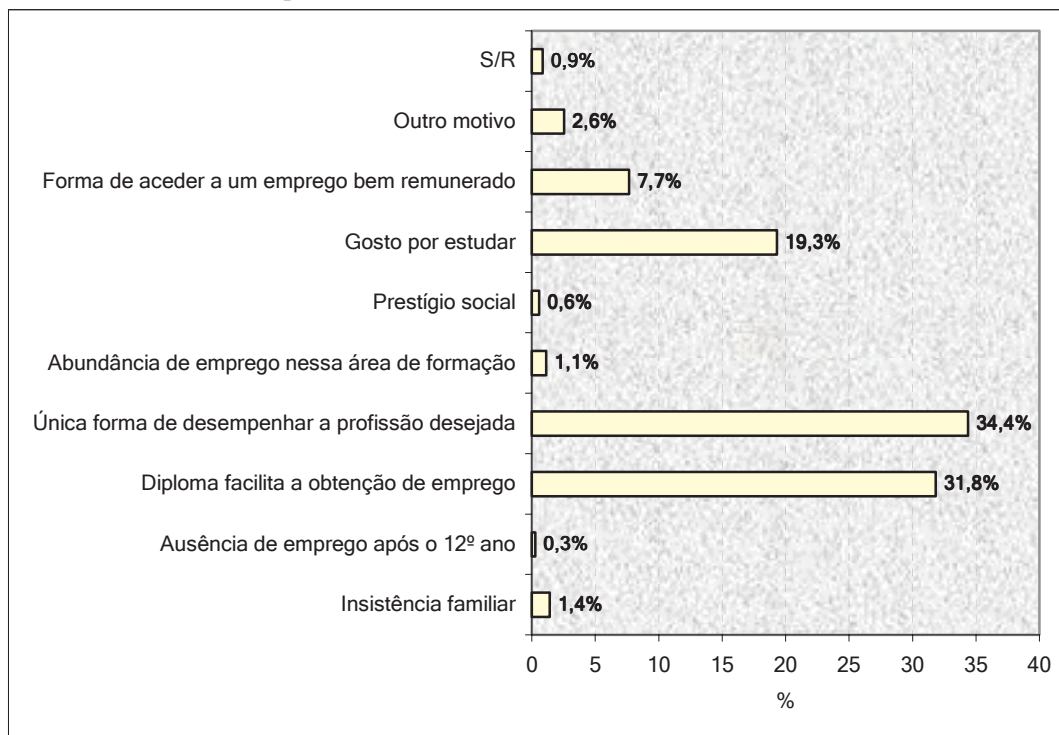
N=352

Uma vez que partimos do pressuposto, decorrente do quadro teórico-metodológico em que nos situamos, de que as diferentes classes sociais recorrem ao ensino superior com objectivos diferenciados, procurámos saber o motivo mais importante na base da decisão de ingressar na Universidade. Interessava-nos, em concreto, perceber se a dimensão subjectiva do diploma, ou seja, o seu valor enquanto portador de prestígio social, teria sido importante para os diplomados como motivação para tal decisão.

Quando observamos o Gráfico 25, constatamos que essa motivação não foi, de todo, aquela que pesou na decisão de prosseguir estudos após o 12º ano. Com efeito, os motivos mais escolhidos foram a ideia que de essa “era a única forma de vir a desempenhar a profissão desejada” (34,4%), a “convicção de que um diploma

académico facilita a obtenção de emprego” (31,8%) e o facto de “sempre ter gostado de estudar” (19,3%).

**Gráfico 25. Motivo de ingresso na Universidade**



No nosso entender, estes resultados traduzem duas visões diferenciadas daquilo que a Universidade representava para os diplomados quando nela ingressaram, embora, naturalmente, não estejamos a esquecer que as suas opiniões foram colhidas num momento muito posterior, e que, portanto, possa haver alguma distorção relativamente à opinião que eles teriam se as tivéssemos recolhido no momento do próprio ingresso no ensino superior.

Passando a explicar a afirmação anterior, os dois primeiros motivos indiciam uma importância instrumental elevada, para os diplomados, dos seus diplomas académicos. Se ingressar na Universidade correspondia ao desejo de vir a desempenhar uma profissão que antecipadamente se pretendia ter e que só na Universidade a ela se poderia ter acesso, isso significa que, para além de estar em jogo uma representação vocacional nítida do futuro profissional, o diploma académico seria um meio para o tornar possível. Por outro lado, no contexto das dificuldades de inserção profissional que os jovens têm vindo a enfrentar desde as

décadas finais do século passado, e não obstante a eficácia dos diplomas no acesso às posições profissionais não ser a mesma que outrora, o diploma acadêmico continuava a ser percebido como um instrumento facilitador dessa inserção profissional. De resto, como vimos no ponto anterior, essa expectativa viu-se confirmada na maior parte dos casos.

Por sua vez, e numa perspectiva não instrumental, na qual o que é valorizado não é o resultado final, mas o caminho para lá chegar, o gosto pelo estudo parece corresponder a um habitus provavelmente inculcado no decurso do prolongado tempo de escolarização que os indivíduos atravessaram até chegar à Universidade, habitus esse ao qual eles não pretendiam renunciar.

Como veremos, estes posicionamentos acerca dos motivos de ingresso na Universidade não são indiferentes ao sexo, à área de formação e também à própria origem social dos diplomados (a variável local de nascimento não produziu diferenciações de realce - Anexo III, Tabela 17).

No que se refere ao sexo (Tabela 33), nota-se que, enquanto as mulheres acentuam mais o motivo relacionado com o desejo de virem a desempenhar a profissão desejada (39,8%), os homens optaram com mais incidência pela facilitação na obtenção de emprego que o diploma poderia proporcionar (44,1%), manifestando, ainda, menos peso da escolha relacionada com o gosto pelo estudo do que as suas colegas.

Em termos da área de formação (Tabela 34), destaca-se o peso acentuado que teve a opção “única forma de aceder à profissão desejada” entre os diplomados de Ensino II (60,4%), seguidos de Ensino I (46,9%), por comparação principalmente com os diplomados das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação. Nestas duas áreas, com efeito, manifesta-se uma maior representatividade do entendimento de que “o diploma facilita a obtenção de emprego” (respectivamente, 43,5% e 39,7%). Parece haver uma nítida distinção entre estes dois conjuntos de áreas, já que tudo indica que grande parte dos diplomados das áreas de Ensino, principalmente de Ensino II, ingressou na Universidade com a clara intenção de serem professores (ou educadores de infância), estando essa

apetência vocacional claramente definida à partida. Por seu turno, para uma percentagem significativa dos diplomados das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação, a entrada na universidade visava a possibilidade de obter emprego mais facilmente. Entretanto, os diplomados na área das Ciências apresentavam algum equilíbrio entre as posições “o diploma facilita a obtenção de emprego” (32,2%) e o gosto pelo estudo (30,5%), opção esta que atinge entre estes diplomados a mais alta percentagem no conjunto das diversas áreas.

Relativamente à origem social (Tabela 35), verificamos que, enquanto os indivíduos da classe dirigente e da classe média se repartiam de forma próxima pelas duas opções que inicialmente designámos de instrumentais - “o diploma facilita a obtenção de emprego” (respectivamente 33,3% e 32,3%) “era a única forma de desempenhar a profissão desejada” (respectivamente, 29,8 e 34,5%), os oriundos da classe popular concentraram-se mais significativamente nesta última, com 40,7% das respostas.

**Tabela 33. Motivo de ingresso na universidade por sexo**

Motivo	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Insistência familiar	2	0,8	3	2,9		
Ausência emprego após 12º ano	-	-	1	1,0		
Diploma facilita obtenção de emprego	67	26,8	45	44,1		
Única forma de desempenhar a profissão desejada	99	39,6	22	21,6		
Abundância de emprego nessa área de formação	1	0,4	3	2,9		
Prestígio social	-	-	2	2,0		
Gosto por estudar	52	20,8	16	15,7		
Forma de aceder a um emprego bem remunerado	21	8,4	6	5,9		
Outro motivo	5	2,0	4	3,9		
<i>Sem informação</i>	3	1,2	-	-		
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>71,0</b>	<b>102</b>	<b>29,0</b>		

N=352

**Tabela 34. Motivo de ingresso na universidade por área de formação**

Motivo \ Área de formação	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Insistência familiar	-	-	1	0,9	-	-	2	2,2	2	3,5
Ausência emprego após 12º ano	-	-	-	-	-	-	1	1,1	-	-
Diploma facilita obtenção de emprego	5	15,6	25	22,5	19	32,2	40	43,5	23	39,7
Única forma de desempenhar a profissão desejada	15	46,9	67	60,4	15	25,4	14	15,2	10	17,2
Abundância de emprego nessa área de formação	-	-	1	0,9	-	-	3	3,3	-	-
Prestígio social	1	3,1	-	-	1	1,7	-	-	-	-
Gosto por estudar	7	21,9	10	9,0	18	30,5	20	21,7	13	22,4
Forma de aceder a um emprego bem remunerado	4	12,5	2	1,8	5	8,5	9	9,8	7	12,1
Outro motivo	-	-	5	4,5	1	1,7	-	-	3	5,2
<i>Sem informação</i>	-	-	-	-	-	-	3	3,3	-	-
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N=352

**Tabela 35. Motivo de ingresso na universidade por origem social**

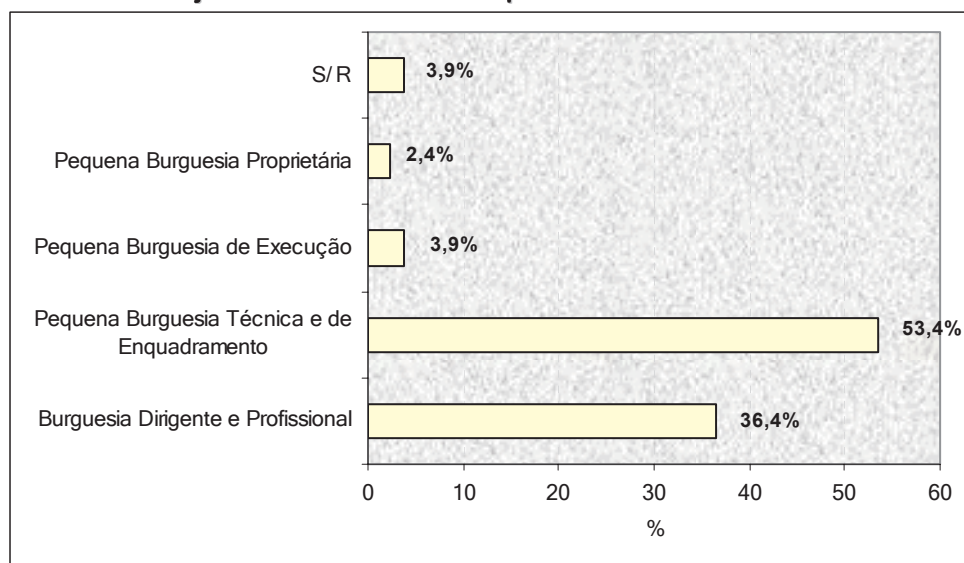
Motivo \ Origens	Dirigentes		Médias		Populares		<i>Sem informação</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Insistência familiar	2	3,5	3	1,4	-	-	-	-
Ausência emprego após 12º ano	-	-	1	0,5	-	-	-	-
Diploma facilita obtenção de emprego	19	33,3	71	32,3	13	24,1	10	47,6
Única forma de desempenhar a profissão desejada	17	29,8	76	34,5	22	40,7	6	28,6
Abundância de emprego nessa área de formação	-	-	2	0,9	1	1,9	-	-
Prestígio social	-	-	2	0,9	-	-	-	-
Gosto por estudar	10	17,5	44	20,0	13	24,1	1	4,8
Forma de aceder a um emprego bem remunerado	4	7,0	16	7,3	4	7,4	3	14,3
Outro motivo	4	7,0	4	1,8	1	1,9	-	-
<i>Sem informação</i>	1	1,8	1	0,5	-	-	1	4,8
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>16,2</b>	<b>220</b>	<b>62,5</b>	<b>54</b>	<b>15,3</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>

N=352

**Nota:**

Agregámos as diferentes fracções de classe nas respectivas classes sociais de forma facilitar a leitura da tabela de cruzamento, ao reduzir a dispersão da informação.

Neste momento, estando cientes de que, por um lado, as origens sociais dos diplomados eram consideravelmente diversas, dada a sua dispersão por variadas fracções de classe, apesar da elevada concentração na classe média, e de que, por outro lado, o desejo de ascensão social não aparecia de forma expressa como motivação para o ingresso na Universidade, passamos, em seguida, à análise da posição social de classe dos diplomados em 2003, para nos determos, por fim, no exame dos seus processos de mobilidade social.

**Gráfico 26. Posição social de classe dos diplomados****Nota:**

Este gráfico tem a frequência absoluta total de 335 indivíduos, na medida em que, do total da amostra, 17 nunca tiveram qualquer ocupação profissional, pelo que não era possível determinar a sua posição social de classe actual. Assim sendo, todos os dados que apresentaremos a partir daqui terão esta mesma frequência absoluta.

Quando observamos a distribuição dos diplomados inquiridos pelas suas posições de classe actual (Gráfico 26), registamos uma diversidade muito menor comparativamente com as origens sociais. Este fenómeno é naturalmente explicado pelo facto dos cursos de ensino superior terem dado maioritariamente acesso a ocupações profissionais enquadráveis na Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento (dirigentes de empresas com menos de 10 trabalhadores, quadros técnicos intermédios e professores), que reúne mais de  $\frac{1}{2}$  da amostra (179 diplomados) e, depois, a ocupações que conduziram à integração dos diplomados na Burguesia Dirigente e Profissional (dirigentes de empresas com 10 ou mais trabalhadores, profissionais liberais e quadros técnicos superiores), que aparece com 36,4% (122 diplomados). Com uma expressão estatística bastante reduzida, assinalamos a Pequena Burguesia de Execução que, integrando os empregados de escritório, do comércio e dos serviços, actividades para as quais os diplomados se encontram sobrequalificados, atinge apenas os 3,9% (13 diplomados) e ainda a Pequena Burguesia Proprietária, com 2,4% (8 diplomados), que agrega os trabalhadores por conta própria no comércio, serviços e actividades industriais.



Observemos, então, as movimentações de classe/fracções de classe dos nossos diplomados, comparando as suas posições sociais de classe em 2003 com as suas origens sociais.

Tabela 36. Posição social de classe dos diplomados por origem social de classe

Posições Origens	BDP		PBTE		PBE		PBPR		Médias		<i>Sem informação.</i>		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
BDP	13	34,2	17	44,7	1	2,6	3	7,9	21	55,3	4	10,5	38	11,3
BEP	6	42,9	6	42,9	1	7,1	1	7,1	8	57,1	-	-	14	4,0
<b>Dirigentes</b>	<b>19</b>	<b>36,5</b>	23	44,2	2	3,8	4	7,7	<b>29</b>	<b>55,8</b>	4	7,7	<b>52</b>	<b>15,5</b>
PBTE	30	40,5	39	52,7	2	2,7	2	2,7	43	58,1	1	1,4	74	22,1
PBE	22	42,3	23	44,2	4	7,7	1	1,9	28	53,8	2	3,8	52	15,5
PBPR	16	43,2	19	51,4	-	-	-	-	19	51,4	2	5,4	37	11,0
PBP	1	25,0	3	75,0	-	-	-	-	3	75,0	-	-	4	1,2
PBAP	7	36,8	11	57,9	1	5,3	-	-	12	63,2	-	-	19	5,7
CeP	6	31,6	11	57,9	-	-	1	5,3	12	63,2	1	5,3	19	5,7
CP	2	40,0	2	40,0	1	20,0	-	-	3	60,0	-	-	5	1,5
<b>Médias</b>	<b>84</b>	<b>40,0</b>	108	51,4	8	3,8	4	1,9	<b>120</b>	<b>57,1</b>	6	2,9	<b>210</b>	<b>62,7</b>
OI	7	15,9	32	72,7	3	6,8	-	-	35	79,5	2	4,5	44	13,1
OA	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,3
OP	1	14,3	6	85,7	-	-	-	-	6	13,6	-	-	7	2,1
<b>Populares</b>	<b>9</b>	<b>17,3</b>	38	73,1	3	5,8	-	-	<b>41</b>	<b>78,8</b>	2	3,8	<b>52</b>	<b>15,5</b>
<i>Sem informação</i>	10	47,6	10	47,6	-	-	-	-	-	-	1	4,8	21	6,3

N=335

**Nota:**

Esta tabela, por dificuldades de espaço, apresenta-se de forma inversa àquela que adoptámos ao longo de toda a análise, pelo que as percentagens devem ser lidas em linha.

A Tabela 36 suscita uma análise cuidada, que desdobramos em duas partes, a primeira mais geral, em que nos detivemos apenas nos movimentos entre as classes sociais, e a segunda, mais específica, procurando dar conta das movimentações entre as diferentes fracções de classe.

No que diz respeito aos movimentos entre as classes sociais, constatamos desde logo que os diplomados oriundos da classe dirigente, na sua maioria, não se mantiveram nessa classe, tendo transitado para a classe média (55,8%), pelo que estamos perante alguma importância estatística da mobilidade descendente. Por outro lado, a maior parte dos diplomados com origens na classe média mantiveram-se nessa classe (57,1%), mas são também aqueles que manifestam maior peso na transição para a classe dirigente (40%). Por fim, os diplomados provenientes da classe popular, dado que nenhum veio a posicionar-se nessa mesma classe, apresentam, na sua totalidade, mobilidade social ascendente, especialmente para a classe média (78,8%).

Por sua vez, a análise específica dos movimentos entre as diversas fracções de classe permite-nos destacar os aspectos que a seguir passamos a explicar.

Na origem social dirigente, nota-se que os oriundos da Burguesia Empresarial e Proprietária se dividem de forma equilibrada (42,9%) entre a Burguesia Dirigente e Profissional e a Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, pelo que, aparentemente, o capital económico que caracteriza a sua fracção de classe de origem terá protegido, pelo menos uma parte desses diplomados, da mobilidade descendente, mantendo-se na classe dirigente, agora por via do capital escolar. Por seu turno, os diplomados com origem na Burguesia Dirigente e Profissional apresentam menos peso da manutenção na mesma classe (34,2%), o que parece corresponder à ideia de que, no contexto actual, dado o aumento das exigências de formação escolar por parte dos empregadores, se torna difícil que os indivíduos, mesmo com as mesmas habilitações do que os seus pais, obtenham um status sócio-profissional idêntico.

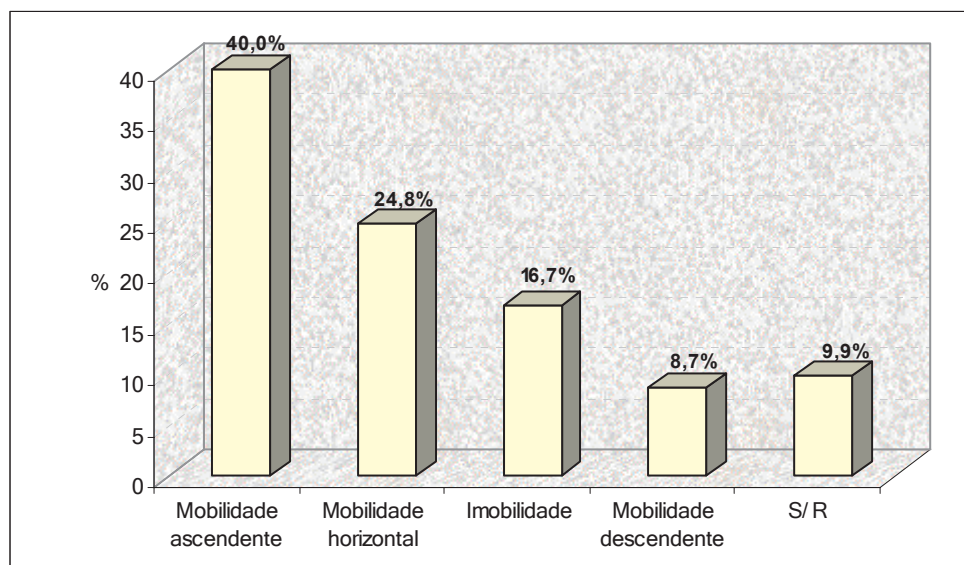
No que respeita à classe média, as suas fracções com mais expressão estatística eram, como sabemos, a Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, a Pequena Burguesia de Execução e a Pequena Burguesia Proprietária, pelo que nos centraremos na análise destas fracções. Por um lado, verificamos que apenas no caso dos diplomados com origem na Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento é significativo o peso da manutenção da situação de classe (52,7%) - tratando-se, portanto de uma situação de imobilidade -, sendo esse peso extremamente reduzido ou mesmo inexistente nos diplomados oriundos das outras duas fracções. Estes últimos deslocaram-se, com percentagens significativas, para a Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento (44,2% dos diplomados provenientes da pequena Burguesia de Execução e 51,4% da Pequena Burguesia Proprietária), pelo que aqui estamos perante situações de mobilidade horizontal, ou seja, movimentações para fracções de classe diferentes das de origem, dentro da mesma classe social.

Quanto aos diplomados provenientes da classe popular, já identificámos o fenómeno de mobilidade ascendente que os caracteriza, restando apontar que a grande maioria dos diplomados transitou para a Pequena Burguesia Técnica e de

Enquadramento (73,1%). É ainda de destacar que, no conjunto de todos os diplomados, estes são os que estão menos representados na Burguesia Dirigente e Profissional (17,3%).

Ficamos, assim, com uma imagem global de uma intensa movimentação entre diferentes classes e fracções de classe, apresentando-se os nossos diplomados, portanto, com todo o tipo de situações possíveis: imobilidade (permanência na mesma fracção de classe), mais patente nos oriundos da Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, mobilidade ascendente ou vertical (da classe popular para a classe média e para a classe dirigente; e da classe média para a classe dirigente), mobilidade horizontal (da Burguesia Empresarial e Proprietária para a Burguesia Dirigente e Profissional; da Pequena Burguesia de Execução e da Pequena Burguesia Proprietária para a Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento).

Estas situações encontram-se sistematizadas no Gráfico 27, a que se segue a sua análise em função das variáveis sexo, área de formação e local de nascimento. É possível identificar, no conjunto da amostra, a importância estatística das situações de mobilidade, principalmente da mobilidade ascendente, que caracteriza 40,0% dos diplomados (134 sujeitos), enquanto a mobilidade horizontal foi experimentada por 24,8% dos indivíduos (83). A permanência dentro da mesma fracção de classe aconteceu em 16,7% dos casos (56 indivíduos) e a mobilidade descendente, em 8,7% dos casos (29 indivíduos).

**Gráfico 27. Movimentos da posição de classe inicial para a posição de classe em 2003**

Do ponto de vista da eficácia dos diplomas universitários no acesso às posições sócio-profissionais, estes dados, apontando para uma percentagem importante da mobilidade social ascendente, ou seja, de indivíduos que melhoraram as suas posições sociais por comparação com as dos seus pais, são globalmente positivos. Para esta ideia contribui igualmente a baixa percentagem de mobilidade descendente identificada. Contudo, não devemos ignorar o conjunto de diplomados (da classe média) que, apesar do seu diploma, não se movimentaram para a classe social dirigente, tendo ora permanecido na mesma fracção, ora mudado de fracção dentro da mesma classe. Tanto numa situação como noutra, isto indica que o diploma académico não foi suficiente (pelo menos até à data do inquérito por questionário) para transitar de classe social, fosse essa habilitação idêntica à dos pais dos inquiridos (no caso da Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento), ou mesmo superior (no caso da Pequena Burguesia de Execução e da Pequena Burguesia Proprietária), concluindo-se, que essa mais-valia não foi, para estes diplomados, garante de uma ascensão social.

Desta forma, e pelos motivos que acabámos de expor, confirmamos a nossa 1ª hipótese de trabalho, segundo a qual a posse do diploma universitário teria funcionado tendencialmente, para os diplomados, como um instrumento para a

mobilidade social ascendente, fenómeno que seria, contudo, limitado na sua expressão.

Observando os movimentos entre as posições de classe de origem e dos próprios indivíduos pelas variáveis independentes seleccionadas, detectam-se algumas situações interessantes:

- A mobilidade ascendente foi notoriamente mais frequente entre os homens (51,1%) do que entre as mulheres (35,7%), que, em grande parte, permaneceram na mesma classe social (Tabela 37);
- Nas áreas de Ciências, Engenharias e Gestão, Planeamento e Comunicação, mais de metade dos diplomados ascenderam socialmente (respectivamente, 51,1%, 54,6% e 51,7%), enquanto em Ensino I e Ensino II, a situação com mais peso é a da mobilidade horizontal (40,6% e 36,4%) (Tabela 38);
- Foi nos diplomados oriundos dos meios rurais que a mobilidade ascendente foi mais notória (52,6%), seguindo-se os dos meios semi-urbanos (41,5%) e os dos meios urbanos (32,0%) (Tabela 39).

**Tabela 37. Movimentos da posição de classe inicial para a posição de classe em 2003 por sexo**

Sexo \ Movimento	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Mobilidade ascendente	86	35,7	48	51,1
Mobilidade horizontal	64	26,6	19	20,2
Imobilidade	48	19,9	8	8,5
Mobilidade descendente	24	10,0	5	5,3
<i>Sem informação</i>	19	7,9	14	14,9
<b>Total</b>	<b>241</b>	<b>71,9</b>	<b>94</b>	<b>28,1</b>

N= 335

**Tabela 38. Movimentos da posição de classe inicial para a posição de classe em 2003 por área de formação**

Área de formação \ Movimento	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Mobilidade ascendente	8	25,0	24	21,8	24	51,1	48	54,6	30	51,7
Mobilidade horizontal	13	40,6	40	36,4	8	17,0	9	10,2	13	22,4
Imobilidade	5	15,6	27	24,6	6	12,8	12	13,6	6	10,3
Mobilidade descendente	2	6,3	11	10,0	4	8,5	5	5,7	7	12,1
<i>Sem informação</i>	4	12,5	8	7,3	5	10,6	14	15,9	2	3,5
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,6</b>	<b>110</b>	<b>32,8</b>	<b>47</b>	<b>14,0</b>	<b>88</b>	<b>26,3</b>	<b>58</b>	<b>17,3</b>

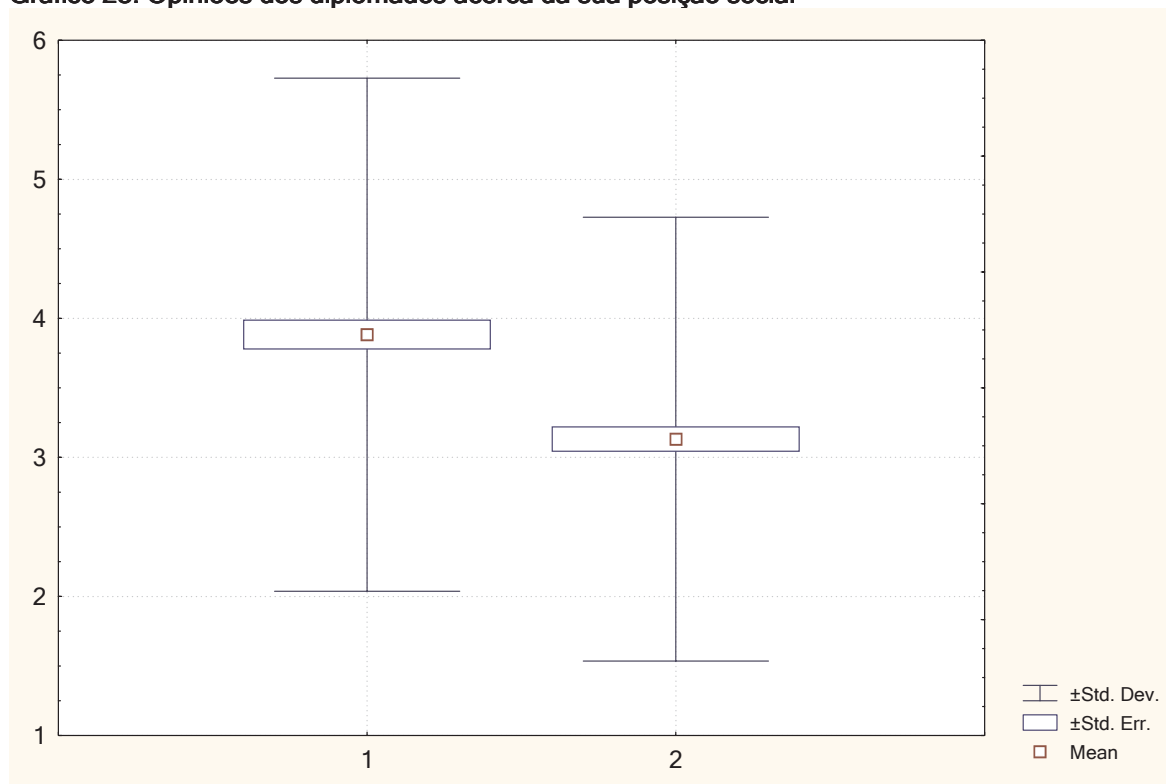
N= 335

**Tabela 39. Movimentos da posição de classe inicial para a posição de classe em 2003 por local de nascimento**

Movimento	Local		Meio urbano		Meio semi-urbano		Meio rural		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Mobilidade ascendente	49	32,0	34	41,5	50	52,6	1	20,0		
Mobilidade horizontal	41	26,8	21	25,6	20	21,1	1	20,0		
Imobilidade	28	18,3	15	18,3	13	13,7	-	-		
Mobilidade descendente	18	11,8	8	9,8	3	3,2	-	-		
Sem informação	17	11,1	4	4,9	9	9,5	3	60,0		
<b>Total</b>	<b>153</b>	<b>45,7</b>	<b>82</b>	<b>24,5</b>	<b>95</b>	<b>28,4</b>	<b>5</b>	<b>1,5</b>		

N=335

Finalmente, para rematar o presente ponto em que nos encontramos, considerámos importante ainda averiguar como os diplomados perspectivavam a sua posição social por relação com a dos seus pais, bem como a importância do seu diploma para a obtenção do seu estatuto social<sup>10</sup>.

**Gráfico 28. Opiniões dos diplomados acerca da sua posição social****Legenda:**

1. "A minha situação geral melhorou relativamente aos meus pais"
2. "O diploma foi fundamental para eu ter o estatuto social que hoje tenho"

<sup>10</sup> Esta análise baseia-se nas respostas à questão 81.5 e 81.9 do inquérito por questionário, onde era pedido ao indivíduo para manifestar o seu grau de concordância com as afirmações, numa escala de 1 (mínimo de concordância) a 6 (máximo de concordância).

O Gráfico 28 (completado pela Tabela 18 do Anexo III) indica-nos que a média de concordância com o item 1 (“A minha situação melhorou relativamente aos meus pais”) se situa em 3,9. Não se trata, portanto de uma média que expresse uma concordância elevada com aquela afirmação, para além do facto de apresentar uma desvio-padrão relativamente alto, sinónimo da dispersão das opiniões, como se nota no gráfico respectivo (Anexo III, Gráfico 1). Tentámos, por isso, perceber como variavam as opiniões dos diplomados quanto a este aspecto, tendo registado que:

- Os homens manifestavam maior concordância com a afirmação (média de 4,2), o que se encontra relacionado, quanto a nós, com a maior mobilidade ascendente que apresentavam (Tabela 40);
- Os diplomados que apresentavam maior concordância com o item 1 eram os de Ensino I, seguidos de Ensino II (respectivamente, com médias de 4,3 e 4,0), apesar de, como vimos, serem estes grupos aqueles que demonstravam menos mobilidade ascendente. No nosso entender, estas opiniões indicam que a mobilidade horizontal se traduziu, para estes indivíduos, numa melhoria efectiva das suas condições de vida, relativamente aos seus pais (Tabela 41);
- No que se refere ao local de nascimento (Tabela 42), a concordância aumenta à medida que se passa do meio urbano (3,7), com maior peso da classe dirigente, para o meio semi-urbano (3,8) e para o meio rural, com mais representatividade da classe popular (4,3), cujos diplomados, na sua totalidade, ascenderam socialmente;
- Tendo anteriormente constatado algum peso da mobilidade descendente junto dos oriundos da classe dirigente, não surpreende a baixa média de acordo com a afirmação em causa - 2,5 -; concomitantemente, nas classes média e popular, com mais movimentações verticais e horizontais, a média atinge um valor elevado, em ambas 4,1 (Tabela 43).

**Tabela 40. "A minha situação geral melhorou relativamente aos meus pais" por sexo**

Sexo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Feminino	224	3,8	1-6	1,82	0,12	-0,24
Masculino	91	4,2	1-6	1,89	0,20	-0,61

**Tabela 41. "A minha situação geral melhorou relativamente aos meus pais" por área de formação**

Área	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Ensino I	31	4,3	1-6	1,81	0,33	-0,80
Ensino II	104	4,0	1-6	1,82	0,18	-0,35
Ciências	45	3,8	1-6	1,90	0,28	-0,24
Engenharias	84	3,9	1-6	1,89	0,21	-0,39
G/P/C	51	3,5	1-6	1,77	0,25	-0,14

**Tabela 42. "A minha situação geral melhorou relativamente aos meus pais" por local de nascimento**

Local	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Urbano	147	3,7	1-6	1,85	0,15	-0,17
Semi-urbano	79	3,8	1-6	1,87	0,21	-0,30
Rural	85	4,3	1-6	1,80	0,20	-0,69

**Tabela 43. "A minha situação geral melhorou relativamente aos meus pais" por origem social**

Origens	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Dirigentes	55	2,7	1-6	1,62	0,22	0,51
Médias	193	4,1	1-6	1,80	0,13	-0,51
Populares	48	4,1	1-6	1,84	0,27	-0,62

Retomando o Gráfico 28, notamos que os diplomados concordaram ainda menos com a afirmação segundo a qual o diploma foi fundamental para obterem o seu estatuto social, do que com a afirmação anterior, dado que as respostas se concentram na média de 3,1.

Como se diferenciarão as opiniões dos diplomados em termos de sexo, área de formação, local de nascimento e origem social, uma vez que, no geral, não parecem atribuir demasiada importância ao diploma enquanto instrumento de valorização social?

Notamos que as diferenciações encontradas nas respostas a este item seguem, em traços gerais, as do item anterior no que se refere ao género e à área de formação: foram os homens que mais concordaram com essa importância (média



de 3,3) (Tabela 44); a média mais alta, 3,6, foi recolhida entre os diplomados de Ensino I (Tabela 45). Quanto ao local de nascimento (Tabela 46), foram, desta vez, os diplomados vindos dos meios semi-urbanos que mais concordaram com a afirmação em causa (média de 3,4), existindo, por fim, grande unanimidade nas respostas por origem social (Tabela 47).

**Tabela 44. “O diploma foi fundamental para eu ter o estatuto social que hoje tenho” por sexo**

Sexo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Feminino	226	3,1	1-6	1,58	0,11	0,29
Masculino	94	3,3	1-6	1,63	0,17	0,07

**Tabela 45. “O diploma foi fundamental para eu ter o estatuto social que hoje tenho” por área de formação**

Área	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Ensino I	29	3,6	1-6	1,78	0,33	0,05
Ensino II	105	3,2	1-6	1,65	0,16	0,25
Ciências	45	2,8	1-6	1,60	0,24	0,38
Engenharias	88	3,3	1-6	1,50	0,16	0,06
G/P/C	53	2,7	1-6	1,41	0,19	0,26

**Tabela 46. “O diploma foi fundamental para eu ter o estatuto social que hoje tenho” por local de nascimento**

Local	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Urbano	149	3,1	1-6	1,52	0,12	0,31
Semi-urbano	81	3,4	1-6	1,54	0,17	0,00
Rural	85	3,0	1-6	1,77	0,19	0,37

**Tabela 47. “O diploma foi fundamental para eu ter o estatuto social que hoje tenho” por origem social**

Origens	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Dirigentes	53	3,2	1-6	1,52	0,21	0,15
Médias	197	3,2	1-6	1,58	0,11	0,20
Populares	49	3,2	1-6	1,77	0,25	0,17

Em síntese, notamos que, do ponto de vista simbólico, relacionado com o seu valor enquanto portadores de prestígio social, os indivíduos não pareciam atribuir uma importância acentuada aos diplomas académicos, nem no momento do ingresso no ensino superior, nem posteriormente à conclusão dos seus cursos, estando já integrados no sistema de trabalho. Esta situação pode estar

relacionada com os fenómenos de reprodução social e de mobilidade descendente observados, na medida em que para os diplomados por ela afectados, possivelmente, o curso superior não terá significado uma melhoria ao nível profissional comparativamente com os seus pais, designadamente no que se refere às remunerações auferidas. Por outro lado, é necessário ter em conta que os meios de comunicação social, veiculando por vezes notícias alarmistas e desanimadoras acerca da capacidade de absorção, pelo sistema de emprego/trabalho, dos indivíduos com formação de nível superior, acabam por contribuir para uma imagem socialmente depreciada deste tipo de formação, factor que pode contribuir para a desvalorização simbólica que os inquiridos neste estudo parecem conceder ao seu diploma.

Contudo, os diplomas académicos parecem ter funcionado objectivamente como facilitadores da mobilidade ascendente, o que aconteceu em 40% dos casos, referentes à movimentação dos indivíduos das classes populares para as classes médias e para as classes dirigentes, bem como dos indivíduos das classes médias para as classes dirigentes. Simultaneamente, também assinalamos situações que se encaixam no conceito de reprodução social, ou seja, aqueles casos de imobilidade que identificámos principalmente no âmbito da Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, mas que poderíamos estender também às movimentações entre as outras fracções da classe média, na medida em que, neste último caso, a posse de uma credencial como o diploma académico, tendo contribuído para alguma elevação do status, não foi suficiente para a mudança de classe social. Por fim, referimos ainda a mobilidade social descendente registada apenas em 8,7% dos casos e respeitante à passagem de alguns indivíduos das duas fracções da classe dirigente para a classe média, principalmente para a Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, relativamente aos quais é possível afirmar que a credencial académica não foi suficiente para evitar alguma desclassificação social.

### 3. Tempos e modalidades da inserção profissional

#### 3.1. O 1º emprego dos diplomados

Na óptica da inserção profissional em que nos situamos, os processos de transição para o trabalho são fenómenos socialmente estruturados pela interacção entre espaço familiar, esfera produtiva, agentes de formação e relações inter-geracionais, constituindo, assim, um conjunto de formas sociais de entrada no trabalho. Ultrapassada que está, como vimos, a perspectiva segundo a qual a entrada dos jovens na vida activa corresponderia a um conjunto de actos racionais e ordenados tendo em vista um determinado plano de carreira, encerrando-se com a obtenção do 1º emprego, encaramos este momento das trajectórias como mais uma fase, a par de outras, como a aquisição de formação, os períodos de procura de emprego, os períodos de desemprego ou a rotação de empregos.

Por outro lado, consideramos que os constrangimentos impostos pelo sistema de trabalho limitam a possibilidade de escolha do emprego, por parte dos indivíduos, quer aquando da sua entrada no processo de trabalho concreto, da sua inscrição no 1º emprego, quer nos outros momentos das suas trajectórias profissionais. Interessa-nos, por enquanto, centrarmos a análise em algumas características dessa fase inicial dos percursos de trabalho, ainda mais se tivermos em linha de conta que, à saída da Universidade, não existe homogeneidade entre os diplomados, no sentido de serem portadores de credenciais com um peso equivalente no sistema de trabalho.

Iniciaremos a análise<sup>12</sup> com o exame do tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego, na tentativa de captar a temporalidade subjacente aos processos de transição para o trabalho.

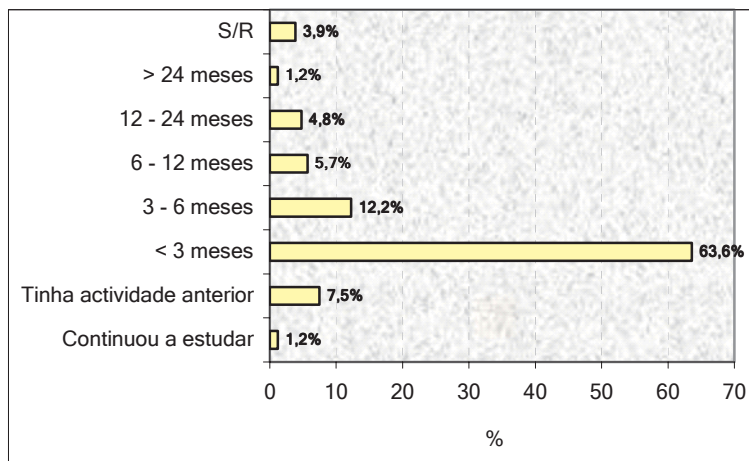
A este propósito, o Gráfico 29 demonstra que, na sua grande maioria, os diplomados acederam rapidamente ao seu 1º emprego, ou seja, 63,6% (213

---

<sup>12</sup> Toda esta análise baseia-se em 335 indivíduos, ou seja, retirando aos 352 os 17 que referiram nunca ter tido emprego.

indivíduos) fizeram-no nos 3 meses imediatos à conclusão do curso e 12,2% (41 indivíduos) entre 3 e 6 meses depois.

**Gráfico 29. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego**



O cruzamento deste indicador com as variáveis independentes idade em 2003, ano de conclusão do curso, sexo e área de formação permite-nos destacar alguns aspectos.

Tendo em consideração a idade (Tabela 48), aparentemente, o acesso ao 1º emprego foi mais rápido (até 3 meses) para os indivíduos mais velhos, à excepção daqueles que têm 32/33 anos (não estamos a considerar os dois últimos escalões, com pouca representatividade), indicando uma possível dilatação do período moratório entre os mais jovens.

De forma concordante, os indivíduos que se diplomaram há mais tempo parecem ter-se inserido no sistema de trabalho com mais rapidez (Tabela 49).

Por género, identifica-se uma grande semelhança na duração da procura do 1º emprego, já que tanto os homens como as mulheres se concentram no período até 3 meses, registando-se apenas que a percentagem dos primeiros é ligeiramente superior à das mulheres (respectivamente, 67,0% e 62,2%) (Tabela 50).

Relativamente às áreas de formação (Tabela 51), assinala-se o peso mais elevado que a inserção mais rápida (até 3 meses) tem nas áreas de Ensino I e II

(principalmente nesta, com 72,7%). Das restantes áreas, onde também predomina essa duração da espera pelo 1º emprego, temos a destacar o peso que os outros períodos também têm, para os diplomados de Gestão, Planeamento e Comunicação: 19,0% (entre 3 e 6 meses) e 12,1% (entre 12 e 24 meses).

**Tabela 48. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego por idade em 2003**

Tempo	Idade		24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Continuou a estudar	-	-	2	2,3	-	-	1	1,3	-	-	1	12,5	-	-	-	-
Tinha actividade anterior	2	10,0	4	4,6	11	9,8	5	6,6	3	13,0	-	-	-	-	-	-
< 3 meses	10	50,0	56	64,4	73	65,2	54	71,1	12	52,2	3	37,5	5	55,6	-	-
3 - 6 meses	3	15,0	12	13,8	15	13,4	5	6,6	4	17,4	1	12,5	1	11,1	-	-
6 - 12 meses	2	10,0	4	4,6	6	5,4	4	5,3	1	4,3	1	12,5	1	11,1	-	-
12 - 24 meses	1	5,0	8	9,2	1	0,9	2	2,6	3	13,0	1	12,5	-	-	-	-
> 24 meses	1	5,0	1	1,1	-	-	1	1,3	-	-	1	12,5	-	-	-	-
Sem informação	1	5,0	0	0,0	6	5,4	4	5,3	-	-	-	-	2	22,2	-	-
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>6,0</b>	<b>87</b>	<b>26,0</b>	<b>112</b>	<b>33,4</b>	<b>76</b>	<b>22,7</b>	<b>23</b>	<b>6,9</b>	<b>8</b>	<b>2,4</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>		

N=335

**Tabela 49. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego por ano lectivo de conclusão do curso**

Tempo	Ano		1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Continuou estudos	1	2,9	1	1,6	-	-	1	1,7	1	1,2	-	-	-	-	-	-
Actividade anterior	2	5,9	2	3,1	5	7,0	4	6,8	6	7,0	4	33,3	2	22,2	-	-
< 3 meses	25	73,5	41	64,1	48	67,6	44	74,6	46	53,5	4	33,3	5	55,6	-	-
3 - 6 meses	2	5,9	9	14,1	8	11,3	3	5,1	18	20,9	1	8,3	0	0,0	-	-
6 - 12 meses	2	5,9	5	7,8	3	4,2	2	3,4	4	4,7	2	16,7	1	11,1	-	-
12 - 24 meses	1	2,9	1	1,6	2	2,8	4	6,8	6	7,0	1	8,3	1	11,1	-	-
> 24 meses	-	-	-	-	2	2,8	-	-	2	2,3	-	-	-	-	-	-
Sem informação	1	2,9	5	7,8	3	4,2	1	1,7	3	3,5	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>10,1</b>	<b>64</b>	<b>19,1</b>	<b>71</b>	<b>21,2</b>	<b>59</b>	<b>17,6</b>	<b>86</b>	<b>25,7</b>	<b>12</b>	<b>3,6</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>		

N= 335

**Tabela 50. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego por sexo**

Tempo	Sexo	Feminino		Masculino	
		N	%	N	%
Continuou a estudar		3	1,2	1	1,1
Tinha actividade anterior		16	6,6	9	9,6
< 3 meses		150	62,2	63	67,0
3 - 6 meses		30	12,4	11	11,7
6 - 12 meses		17	7,1	2	2,1
12 - 24 meses		12	5,0	4	4,3
> 24 meses		3	1,2	1	1,1
Sem informação		10	4,1	3	3,2
<b>Total</b>		<b>241</b>	<b>71,9</b>	<b>94</b>	<b>28,1</b>

N=335

**Tabela 51. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego por área de formação**

Tempo \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	Continuou a estudar	-	-	-	-	-	-	3	3,4	1
Tinha actividade anterior	1	3,1	6	5,5	2	4,3	12	13,6	4	6,9
< 3 meses	22	68,8	80	72,7	29	61,7	51	58,0	31	53,4
3 - 6 meses	3	9,4	12	10,9	3	6,4	12	13,6	11	19,0
6 - 12 meses	2	6,3	5	4,5	4	8,5	5	5,7	3	5,2
12 - 24 meses	1	3,1	2	1,8	4	8,5	2	2,3	7	12,1
> 24 meses	-	-	1	0,9	3	6,4	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	3	9,4	4	3,6	2	4,3	3	3,4	1	1,7
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,6</b>	<b>110</b>	<b>32,8</b>	<b>47</b>	<b>14,0</b>	<b>88</b>	<b>26,3</b>	<b>58</b>	<b>17,3</b>

N=335

Procurámos ainda equacionar a importância da nota final de curso na variabilidade deste indicador. Assim, de acordo com a Tabela 52, parece notar-se uma tendência para que o período de inserção mais rápido, embora sempre predominante, aumente com o próprio aumento da classificação final de curso.

**Tabela 52. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego por nota final de curso**

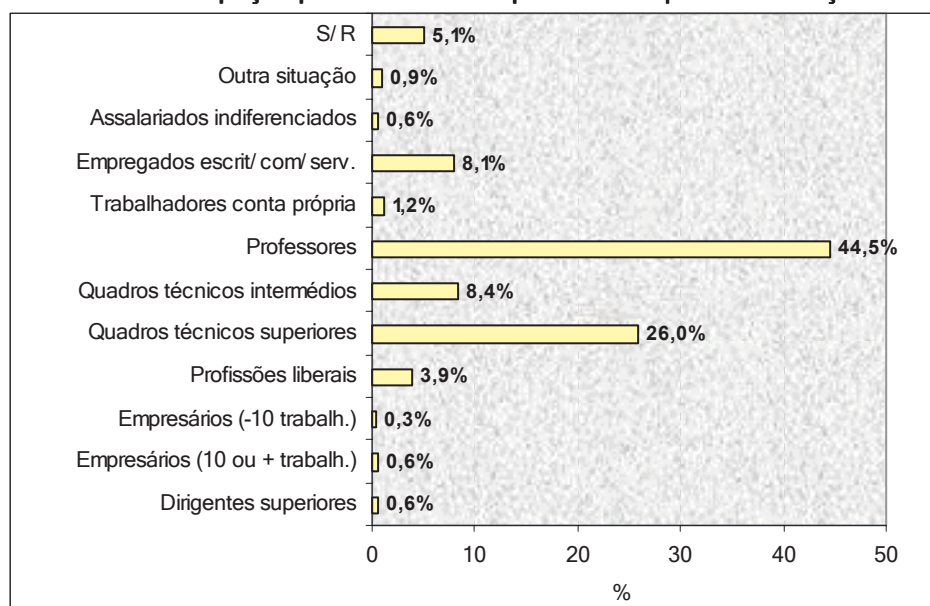
Tempo \ Nota	11		12		13		14		15		16		17	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Continuou estudos	-	-	1	1,6	2	1,5	1	1,1	-	-	-	-	-	-
Actividade anterior	1	33,3	7	11,3	10	7,7	4	4,2	1	3,6	2	14,3	-	-
< 3 meses	2	66,7	35	56,5	81	62,3	58	61,1	23	82,1	11	78,6	3	100,0
3 - 6 meses	-	-	8	12,9	20	15,4	12	12,6	1	3,6	-	-	-	-
6 - 12 meses	-	-	3	4,8	8	6,2	8	8,4	-	-	-	-	-	-
12 - 24 meses	-	-	3	4,8	8	6,2	4	4,2	1	3,6	-	-	-	-
> 24 meses	-	-	2	3,2	-	-	1	1,1	1	3,6	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	-	-	3	4,8	1	0,8	7	7,4	1	3,6	1	7,1	-	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>0,9</b>	<b>62</b>	<b>18,5</b>	<b>130</b>	<b>38,8</b>	<b>95</b>	<b>28,4</b>	<b>28</b>	<b>8,4</b>	<b>14</b>	<b>4,2</b>	<b>3</b>	<b>0,9</b>

N=335

Incidindo agora sobre a primeira ocupação profissional dos diplomados, presenciámos, através do Gráfico 30, uma distribuição bastante semelhante à observada ao momento do inquérito por questionário, que analisámos na secção anterior: grande peso dos professores (44,5% - 149 indivíduos) e dos quadros técnicos superiores (26,0% - 87 indivíduos). Notamos, apesar de tudo, algumas diferenças entre estes dois momentos, designadamente, o menor peso dos quadros técnicos superiores e das profissões liberais no 1º emprego, a par de uma maior percentagem de empregados de escritório, do comércio e dos serviços.

Tendo em consideração, conjuntamente com este dado, que, como vimos na secção anterior, a rotação entre empregos não foi muito elevada, particularmente nas áreas de Ensino, pensamos que, do ponto de vista das ocupações profissionais, as trajectórias dos diplomados são extremamente regulares. Especificando, temos o caso dos diplomados que iniciaram a inserção profissional sendo professores, ocupação que mantinham em 2003, apresentando-se, por outro lado, um outro conjunto de diplomados, que no momento do 1º emprego, já tinham ocupações no geral congruentes com a sua formação de nível superior e que mantiveram (mudando ou não de emprego) até ao momento do questionário. Aqueles para cujas ocupações profissionais estariam sobrequalificados (como os empregados de escritório, do comércio e dos serviços, assim como os assalariados indiferenciados) no 1º emprego vieram, aparentemente a integrar postos de trabalho mais adequados, do ponto de vista da qualificação necessária, com a sua formação de nível superior.

**Gráfico 30. 1ª Ocupação profissional dos diplomados depois da obtenção do diploma**



Devido à referida regularidade que apontámos, em função das variáveis independentes que temos vindo a utilizar detectamos sensivelmente os mesmos aspectos destacados quanto à ocupação profissional ao momento do inquérito por questionário, incluindo a não existência de tendências específicas em função do ano de conclusão do curso (Anexo III, Tabela 19).

Por idade em 2003 (Tabela 53), os quadros técnicos superiores tinham menos peso nos escalões etários mais baixos, aumentando nos mais altos, ao mesmo tempo que os professores tinham mais representatividade entre os mais jovens pela mesma ordem (exceptuando os dois últimos escalões, apenas com 17 diplomados no seu conjunto).

Relativamente ao género (Tabela 54), acentuamos o peso da ocupação de professor entre as mulheres (51,9%) e a de quadro técnico superior entre os homens (44,7%)

**Tabela 53. 1ª Ocupação profissional dos diplomados por idade em 2003**

Ocupação	Idade		24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dirigentes superiores	-	-	-	-	1	0,9	-	-	1	4,3	-	-	-	-	-	-
Empresários (10 ou+ trab.)	1	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12,5	-	-	-	-
Empresários (-10 trab.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12,5	-	-	-	-
Profissões liberais	2	10,0	4	4,6	4	3,6	3	3,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Quadros técnicos superiores	3	15,0	20	23,0	29	25,9	24	31,6	9	39,1	1	12,5	1	11,1	-	-
Quadros técnicos intermédios	-	-	8	9,2	8	7,1	10	13,2	1	4,3	1	12,5	-	-	-	-
Professores	10	50,0	41	47,1	52	46,4	29	38,2	9	39,1	3	37,5	5	55,6	-	-
Trabalhadores p/ conta própria	-	-	1	1,1	2	1,8	-	-	1	4,3	-	-	-	-	-	-
Empregados escrit/com/serv.	3	15,0	9	10,3	8	7,1	5	6,6	1	4,3	1	12,5	-	-	-	-
Assalariados indiferenciados	-	-	1	1,1	1	0,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra situação	-	-	1	1,1	1	0,9	1	1,3	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	1	5,0	2	2,3	6	5,4	4	5,3	1	4,3	-	-	3	33,3	-	-
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>6,0</b>	<b>87</b>	<b>26,0</b>	<b>112</b>	<b>33,4</b>	<b>76</b>	<b>22,7</b>	<b>23</b>	<b>6,9</b>	<b>8</b>	<b>2,4</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>		

N=335

**Tabela 54. 1ª Ocupação profissional dos diplomados por sexo**

Ocupação	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Dirigentes superiores	1	0,4	1	1,1	-	-
Empresários (10 ou+ trab.)	2	0,8	-	-	-	-
Empresários (-10 trab.)	-	-	1	1,1	-	-
Profissões liberais	10	4,1	3	3,2	-	-
Quadros técnicos superiores	45	18,7	42	44,7	-	-
Quadros técnicos intermédios	17	7,1	11	11,7	-	-
Professores	125	51,9	24	25,5	-	-
Trabalhadores p/ conta própria	4	1,7	-	-	-	-
Empregados escrit/com/serv.	20	8,3	7	7,4	-	-
Assalariados indiferenciados	2	0,8	-	-	-	-
Outra situação	3	1,2	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	12	5,0	5	5,3	-	-
<b>Total</b>	<b>241</b>	<b>71,9</b>	<b>94</b>	<b>28,1</b>		

N=335



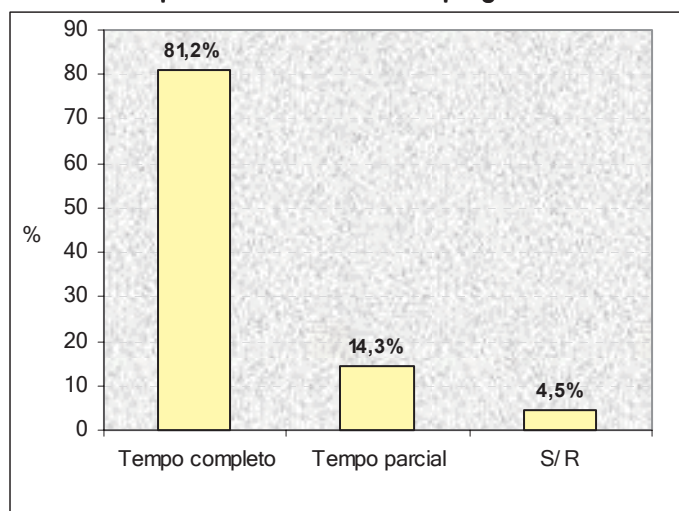
Por áreas de formação (Tabela 55), destaca-se, evidentemente, o peso dos professores nos diplomados de Ensino I (78,1%) e Ensino II (87,3%), mas também em Ciências (31,9%). Aliás, neste último caso, a representatividade dos professores até aumentou entre os dois momentos analisados, parecendo indicar que essa situação de recurso - por não se tratar de uma profissão para a qual os cursos de Ciências sejam especificamente vocacionados, mas à qual os indivíduos recorrem eventualmente pela falta de oferta de emprego científico - se tornou uma solução durável. Nota-se, apesar disto, que o peso dos quadros técnicos superiores era, nesta área de formação, mais reduzido no momento do 1º emprego (21,3%), vindo, posteriormente, a suplantar o peso dos professores. Por sua vez, tanto os diplomados de Engenharia como de Gestão, Planeamento e Comunicação apresentavam uma predominância das ocupações técnicas superiores logo no início da trajectória (com 60,2% e 39,7%), embora os últimos denotassem alguma diversidade, com destaque para os 20,7% de diplomados que eram empregados de escritório, do comércio e dos serviços.

Tabela 55. 1ª Ocupação profissional dos diplomados por área de formação

Área \ Ocupação	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dirigentes superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3,4
Empresários (10 ou+ trab.)	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3,4
Empresários (-10 trab.)	-	-	-	-	-	-	1	1,1	-	-
Profissões liberais	-	-	3	2,7	3	6,4	2	2,3	5	8,6
Quadros técnicos superiores	-	-	1	0,9	10	21,3	53	60,2	23	39,7
Quadros técnicos intermédios	-	-	-	-	9	19,1	14	15,9	5	8,6
Professores	25	78,1	96	87,3	15	31,9	8	9,1	5	8,6
Trabalhadores p/ conta própria	-	-	-	-	-	-	2	2,3	2	3,4
Empregados escrit/com/serv.	4	12,5	4	3,6	6	12,8	1	1,1	12	20,7
Assalariados indiferenciados	-	-	-	-	1	2,1	-	-	1	1,7
Outra situação	-	-	2	1,8			1	1,1	-	-
Sem informação	3	9,4	4	3,6	3	6,4	6	6,8	1	1,7
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,6</b>	<b>110</b>	<b>32,8</b>	<b>47</b>	<b>14,0</b>	<b>88</b>	<b>26,3</b>	<b>58</b>	<b>17,3</b>

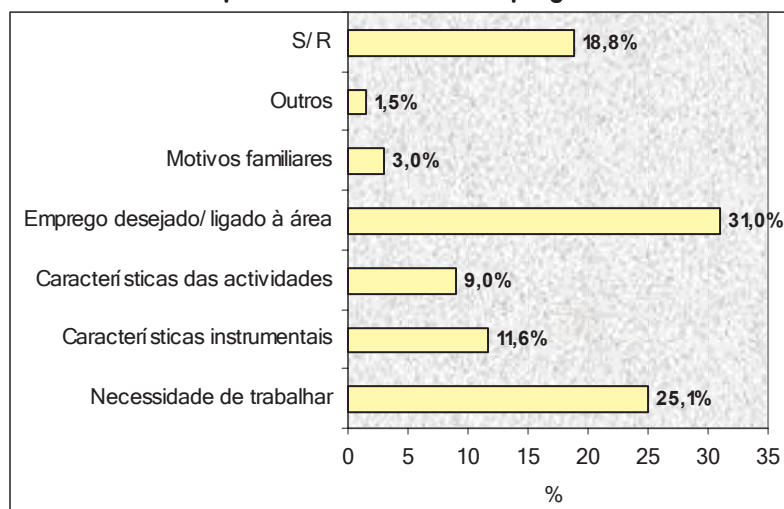
N=335

Do ponto de vista do tipo de emprego experimentado no início do trajecto profissional (Gráfico 31), realçamos o elevado peso do trabalho a tempo inteiro (81,2%), que veio a reforçar-se ainda mais, como vimos, com o evoluir da inserção profissional.

**Gráfico 31. Tipo de trabalho no 1º emprego**

Prosseguimos agora a análise com o exame daquilo que mais pesou na “escolha” do primeiro emprego, procurando captar eventuais diferenciações entre os diplomados, para depois avançarmos com a investigação dos mecanismos de acesso ao primeiro emprego, na tentativa de confirmar se os jovens procuraram rentabilizar o seu capital relacional enquanto mecanismo facilitador da aproximação ao sistema de trabalho. Como indicámos na nossa 2ª hipótese de trabalho, acreditamos que o recurso a tal mecanismo foi bastante circunscrito, não deixando de, a existir, limitar as oportunidades de promoção social dos diplomados.

Quando observamos o Gráfico 32, não obstante o peso considerável das não respostas, percebemos que se destacam dois motivos na escolha do 1º emprego: o facto de se tratar do emprego que sempre se desejou ou que estava ligado à área de formação dos diplomados, com 31,0% (104 indivíduos), por um lado, e a necessidade de trabalhar (ainda que numa ocupação aparentemente não apetecida), com 25,1% (84 indivíduos). Realçamos ainda que as características instrumentais do emprego ocupado (com 11,6%) se sobrepuseram às características das próprias actividades (com 9,0%).

**Gráfico 32. Motivo para a escolha do 1º emprego<sup>13</sup>**

Estes dados indicam-nos, portanto, uma predominância das situações em que o 1º emprego obtido correspondia às expectativas dos diplomados, ajustando-se quer à profissão que teriam idealizado, quer à sua área de formação, constituindo, nesta medida, um resultado bastante positivo do ponto de vista da adequação entre as referidas expectativas e o posto de trabalho concreto. Contudo, não é de desprezar que cerca de ¼ dos diplomados tenha optado por um emprego que não era exactamente o desejado, mas o emprego possível, dada a necessidade de assegurar a sobrevivência económica, num quadro de escassez da oferta de empregos mais apetecíveis.

Procurando evidenciar algumas diferenças entre os diplomados, passamos a apresentar os resultados dos cruzamentos deste indicador com as variáveis idade em 2003, anos de conclusão do curso, sexo e área de formação.

No que diz respeito à idade em 2003, os dados da Tabela 56 parecem indicar que o recurso ao “1º emprego possível” aumenta entre os indivíduos mais velhos da

<sup>13</sup> Os dados deste gráfico e respectivos cruzamentos foram obtidos através das respostas à questão 55 do inquérito por questionário, cujo tratamento requer aqui dois esclarecimentos. Por um lado, dado o elevado número de opções disponíveis (19), as respostas encontravam-se extremamente dispersas, pelo que decidimos agregá-las em 5 categorias, o que facilita a leitura dos dados (os resultados referentes às 19 opções e sua conversão nas 5 categorias encontram-se no Anexo III, Tabela ???). Por outro lado, pedíamos aos inquiridos para escolherem o 1º e o 2º motivos mais importantes para a escolha do emprego, mas nem todos escolheram dois motivos, ou então não indicaram a ordem de preferência. Optamos, então, por anular todas as respostas que não apresentavam essa hierarquização, assim como o 2º motivo (para quem o indicou), mantendo como válidas as respostas que consistiam na indicação de um só motivo.

amostra, a partir do escalão dos 30/31 anos, enquanto nos mais novos predomina a escolha do 1º emprego em função da correspondência às suas expectativas. Por outro lado, por ano lectivo de conclusão do curso (Tabela 57), o peso deste último motivo tende a aumentar dos anos lectivos mais distantes para os mais próximos, pelo menos até 1998/99, ao mesmo tempo que a representatividade da necessidade de trabalhar vai diminuindo. Conjuntamente, estas constatações poderão indicar, de forma congruente com o levantamento que fizemos da evolução do sistema de trabalho em Portugal (Capítulo II), que as dificuldades de inserção profissional, designadamente devidas à escassez da oferta de trabalho, eram maiores, no nosso país, em meados da década de 90, atenuando-se a partir daí e até ao final do século XX, altura em que voltaram a aumentar.

Relativamente ao género (Tabela 58), são bastante evidentes as diferenças entre as mulheres e os homens. Com efeito, se nas primeiras, o motivo para escolha do 1º emprego mais frequentemente apontado foi o facto de ser o emprego que sempre desejaram/ligado às suas áreas de formação (37,3%), seguido da necessidade de trabalhar (24,5%), os segundos repartiram-se de forma mais equilibrada entre este último motivo (com 26,6%) e as características instrumentais do próprio emprego (a remuneração, as perspectivas de carreira, o contrato sem termo), com 23,4%. Correspondendo a necessidade de trabalhar a alguma escassez na oferta dos empregos, os homens sentiram, portanto, ligeiramente mais dificuldades na inserção profissional do que as mulheres.

**Tabela 56. Motivo para a escolha do 1º emprego por idade em 2003**

Motivo \ Idade	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidade de trabalhar	4	20,0	18	20,7	28	25,0	20	26,3	9	39,1	2	25,0	3	33,3
Características instrumentais	2	10,0	11	12,6	16	14,3	7	9,2	3	13,0	-	-	-	-
Caract. das actividades	1	5,0	7	8,0	6	5,4	10	13,2	4	17,4	2	25,0	-	-
Emprego desejado/ligado à área	7	35,0	33	37,9	38	33,9	19	25,0	4	17,4	1	12,5	2	22,2
Motivos familiares	1	5,0	-	-	4	3,6	4	5,3	-	-	-	-	1	11,1
Outros	-	-	1	1,1	3	2,7	1	1,3	-	-	-	-	-	-
Sem informação	5	25,0	17	19,5	17	15,2	15	19,7	3	13,0	3	37,5	3	33,3
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>6,0</b>	<b>87</b>	<b>26,0</b>	<b>112</b>	<b>33,4</b>	<b>76</b>	<b>22,7</b>	<b>23</b>	<b>6,9</b>	<b>8</b>	<b>2,4</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>

N=335

Tabela 57. Motivo para a escolha do 1º emprego por ano lectivo de conclusão do curso

Motivo \ Ano	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidade de trabalhar	11	32,4	16	25,0	17	23,9	10	16,9	22	25,6	5	41,7	3	33,3
Características instrumentais	5	14,7	4	6,3	10	14,1	8	13,6	7	8,1	3	25,0	2	22,2
Características das actividades	1	2,9	11	17,2	10	14,1	3	5,1	5	5,8	-	-	-	-
Emprego desejado/ligado à área	10	29,4	21	32,8	24	33,8	22	37,3	22	25,6	1	8,3	4	44,4
Motivos familiares	1	2,9	3	4,7	1	1,4	2	3,4	2	2,3	1	8,3	-	-
Outros	1	2,9	-	-	1	1,4	2	3,4	1	1,2	-	-	-	-
Sem informação	5	14,7	9	14,1	8	11,3	12	20,3	27	31,4	2	16,7	-	-
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>10,1</b>	<b>64</b>	<b>19,1</b>	<b>71</b>	<b>21,2</b>	<b>59</b>	<b>17,6</b>	<b>86</b>	<b>25,7</b>	<b>12</b>	<b>3,6</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>

N= 335

Tabela 58. Motivo para a escolha do 1º emprego por sexo

Motivo \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Necessidade de trabalhar	59	24,5	25	26,6
Características instrumentais	17	7,1	22	23,4
Características das actividades	15	6,2	15	16,0
Emprego desejado/ligado à área	90	37,3	14	14,9
Motivos familiares	7	2,9	3	3,2
Outros	5	2,1	-	-
Sem informação	48	19,9	15	16,0
<b>Total</b>	<b>241</b>	<b>71,9</b>	<b>94</b>	<b>28,1</b>

N=335

Tabela 59. Motivo para a escolha do 1º emprego por área de formação

Motivo \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidade de trabalhar	6	18,8	15	13,6	16	34,0	28	31,8	19	32,8
Características instrumentais	2	6,3	6	5,5	7	14,9	17	19,3	7	12,1
Características das actividades	1	3,1	2	1,8	4	8,5	14	15,9	9	15,5
Emprego desejado/ligado à área	14	43,8	62	56,4	7	14,9	13	14,8	8	13,8
Motivos familiares	3	9,4	3	2,7	-	-	1	1,1	3	5,2
Outros	-	-	4	3,6	1	2,1	-	-	-	-
Sem informação	6	18,8	18	16,4	12	25,5	15	17,0	12	20,7
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,6</b>	<b>110</b>	<b>32,8</b>	<b>47</b>	<b>14,0</b>	<b>88</b>	<b>26,3</b>	<b>58</b>	<b>17,3</b>

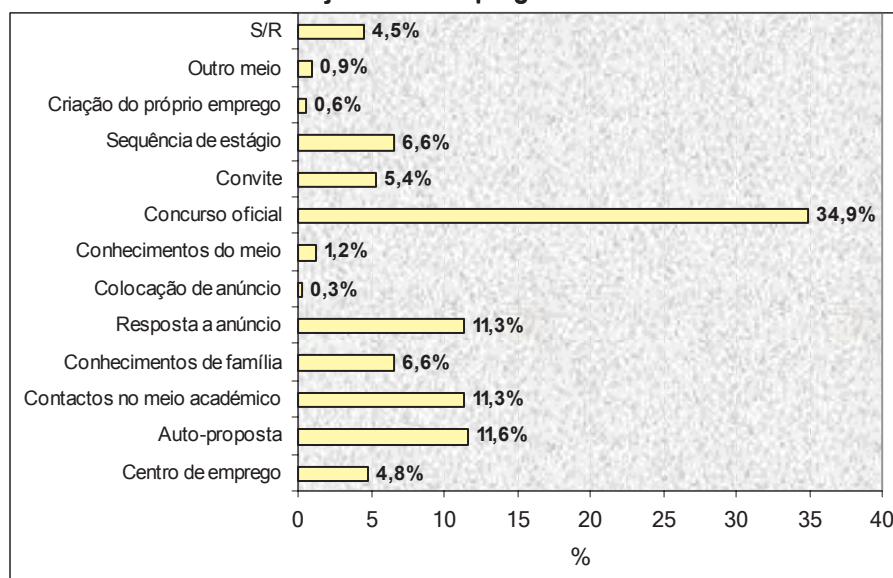
N=335

Finalmente, por área de formação (Tabela 59), acentuam-se ainda mais as diferenças entre os diplomados. Verificamos na Tabela que nas duas áreas de Ensino, os diplomados ingressaram, com grande peso, no emprego directamente relacionado com as suas expectativas/com a sua formação (respectivamente 43,8% e 56,4%), o que, se recordarmos o motivo de ingresso na Universidade mais escolhido (para ter acesso à profissão desejada), constitui um dado bastante positivo, porque significa que as expectativas profissionais destes diplomados

foram correspondidas. Nas restantes, a escolha do 1º emprego ficou a dever-se, em maior percentagem, à necessidade de trabalhar, apontada por 34,0% dos diplomados de Ciências, 31,8% dos de Engenharias e 32,8% dos de Gestão, Planeamento e Comunicação.

Passemos agora aos mecanismos utilizados pelos diplomados para obterem o seu 1º emprego, patenteados no Gráfico 33.

**Gráfico 33. Meios de obtenção do 1º emprego**



A constatação mais imediata é a de que o meio mais utilizado - em 34,9% dos casos - foi o concurso oficial, distribuindo-se os restantes diplomados por uma grande variedade de mecanismos de acesso ao 1º emprego. Se, à percentagem indicada para o concurso público, acrescentarmos as referentes à obtenção do emprego através do centro de emprego, resposta a anúncio e na sequência de estágio, obtemos um peso expressivo - quase 58% - das vias formais como modalidade de acesso ao 1º emprego, o que à partida, parece ir ao encontro da nossa expectativa (2ª hipótese) de que o recurso ao capital relacional não seria maioritário na nossa amostra. Contudo, o conjunto das modalidades que podem configurar uma rentabilização das redes de contactos sociais dos indivíduos<sup>14</sup> - contactos no meio académico, conhecimentos de família, conhecimentos do meio

<sup>14</sup> Partimos aqui do pressuposto de que o convite para um determinado emprego não corresponde à utilização do capital relacional dos indivíduos, porque, nesse caso, teriam optado pelos conhecimentos familiares, do meio académico ou de origem.

e convite - atinge os 24,5%, uma percentagem não muito reduzida. Procuremos, então, descortinar quais os diplomados que mais as utilizaram.

Por idade em 2003 e ano de conclusão do curso não se manifestam resultados evidenciando algum tipo de tendência (Anexo III, Tabelas 21 e 22). Quanto ao género (Tabela 60), nota-se, por um lado, a predominância do concurso oficial como mecanismo de acesso ao emprego por parte das mulheres (41,5%), o que estará relacionado com a predominância deste género na profissão docente, cujo ingresso é feito precisamente através dos concursos públicos. Por seu turno, os homens apresentam uma maior percentagem da resposta a anúncios (23,4%), que era muito minoritária nas mulheres. Em termos do uso das redes relacionais, os dados não são muito conclusivos, na medida em que, os diplomados de ambos os géneros, com percentagens não muito díspares, parecem ter rentabilizado o seu capital relacional principalmente no meio académico (13,8% no caso dos homens e 10,4% no das mulheres), seguido dos conhecimentos da família (5,3% e 7,1% pela mesma ordem).

**Tabela 60. Meios de obtenção do 1º emprego por sexo**

Meios	Sexo		Masculino	
	Feminino		N	%
	N	%	N	%
Centro de emprego	12	5,0	4	4,3
Auto-proposta	26	10,8	13	13,8
Contactos meio académico	25	10,4	13	13,8
Conhecimentos de família	17	7,1	5	5,3
Resposta a anúncio	16	6,6	22	23,4
Colocação de anúncio	1	0,4	-	-
Conhecimentos do meio	4	1,7	-	-
Concurso oficial	100	41,5	17	18,1
Convite	9	3,7	9	9,6
Sequência de estágio	16	6,6	6	6,4
Criação do próprio emprego	1	0,4	1	1,1
Outro meio	3	1,2	-	-
<i>Sem informação</i>	11	4,6	4	4,3
<b>Total</b>	<b>241</b>	<b>71,9</b>	<b>94</b>	<b>28,1</b>

N=335

**Tabela 61. Meios de obtenção do 1º emprego por área de formação**

Meios	Área									
	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Centro de emprego	1	3,1	1	0,9	1	2,1	3	3,4	10	17,2
Auto-proposta	5	15,6	6	5,5	6	12,8	14	15,9	8	13,8
Contactos meio académico	2	6,3	3	2,7	8	17,0	15	17,0	10	17,2
Conhecimentos de família	3	9,4	5	4,5	6	12,8	5	5,7	3	5,2
Resposta a anúncio	-	-	5	4,5	6	12,8	24	27,3	3	5,2
Colocação de anúncio	-	-	-	-	1	2,1	-	-	-	-
Conhecimentos do meio	1	3,1	-	-	-	-	1	1,1	2	3,4
Concurso oficial	14	43,8	82	74,5	13	27,7	5	5,7	3	5,2
Convite	3	9,4	2	1,8			4	4,5	9	15,5
Sequência de estágio	-	-	1	0,9	4	8,5	10	11,4	7	12,1
Criação do próprio emprego	-	-	-	-	-	-	1	1,1	1	1,7
Outro meio	-	-	-	-	-	-	2	2,3	1	1,7
<i>Sem informação</i>	3	9,4	5	4,5	2	4,3	4	4,5	1	1,7
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,6</b>	<b>110</b>	<b>32,8</b>	<b>47</b>	<b>14,0</b>	<b>88</b>	<b>26,3</b>	<b>58</b>	<b>17,3</b>

N=335

Em termos da área de formação (Tabela 61), confirma-se que o concurso oficial foi o mecanismo mais utilizado pelos diplomados de Ensino I (43,8%) e Ensino II (74,5%), e também por 27,7% dos diplomados de Ciências. Nas restantes áreas, destaca-se um maior peso da resposta a anúncios por parte dos diplomados das Engenharias (27,3%), indicando que a oferta de emprego era maior para as actividades enquadradas nesta área do que nas restantes. Nota-se ainda que o recurso aos conhecimentos do meio académico teve mais peso entre os diplomados de Ciências, Engenharias e Gestão, Planeamento e Comunicação (com percentagens próximas, rondando os 17%).

Com respeito à origem social (Tabela 62), constata-se, com bastante evidência, como a utilização do capital relacional foi socialmente determinada, na medida em que a rentabilização dos conhecimentos do meio académico foi feita de forma decrescente da classe dirigente para a classe média e desta para a popular (respectivamente, 13,5%, 11,4% e 7,7%), tal como os conhecimentos familiares (7,7%, 7,6% e 3,8%, pela mesma ordem).



Tabela 62. Meios de obtenção do 1º emprego por origem social

Meios	Origens							
	Dirigentes		Médias		Populares		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Centro de emprego	1	1,9	11	5,2	2	3,8	2	9,5
Auto-proposta	6	11,5	24	11,4	5	9,6	4	19,0
Contactos meio académico	7	13,5	24	11,4	4	7,7	3	14,3
Conhecimentos de família	4	7,7	16	7,6	2	3,8	-	-
Resposta a anúncio	8	15,4	24	11,4	4	7,7	2	9,5
Colocação de anúncio	-	-	1	0,5	-	-	-	-
Conhecimentos do meio	-	-	4	1,9	-	-	-	-
Concurso oficial	11	21,2	69	32,9	30	57,7	7	33,3
Convite	3	5,8	13	6,2	1	1,9	1	4,8
Sequência de estágio	5	9,6	14	6,7	2	3,8	1	4,8
Criação do próprio emprego	1	1,9	1	0,5	-	-	-	-
Outro meio	1	1,9	1	0,5	1	1,9	-	-
Sem informação	5	9,6	8	3,8	1	1,9	1	4,8
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>15,5</b>	<b>210</b>	<b>62,7</b>	<b>52</b>	<b>15,5</b>	<b>21</b>	<b>6,3</b>

N=335

Assim sendo, verifica-se que a origem social foi determinante do recurso às redes informais de acesso ao 1º emprego. Embora não seja maioritário no conjunto da amostra, o conjunto dos mecanismos que apelavam ao campo relacional dos indivíduos, encontrando-se em relação directa com a sua origem social (mais intenso na classe dirigente e mais reduzido na classe popular) vem desmentir a ilusão de livre mobilidade da mão-de-obra, dado que as redes sociais informais constituem-se em cadeias de mobilidade socialmente determinadas que canalizam a afectação profissional. Confirmando-se, desta maneira, a nossa 2ª hipótese, reforçamos o carácter limitado destes mecanismos informais socialmente específicos, como de resto ficou patente quando analisámos a mobilidade social da nossa amostra, demonstrando que ficou o peso da mobilidade social ascendente.

No final deste do ponto, gostaríamos ainda de sintetizar alguns aspectos que nos levam a encarar o 1º emprego dos diplomados como um momento das suas trajectórias globalmente bem sucedido, pelo menos em função dos indicadores até aqui utilizados. Em concreto, não só se verificou que o período de transição entre a obtenção do diploma e o acesso ao 1º emprego foi bastante rápido para a generalidade dos inquiridos, como ainda ficou constatada a adequação do grau de formação inicial aos grupos ocupacionais que os indivíduos vieram a integrar. Assim sendo, se cerca de ¼ dos diplomados ingressaram em empregos tendo como motivação a necessidade de trabalhar, num quadro de alguma escassez da

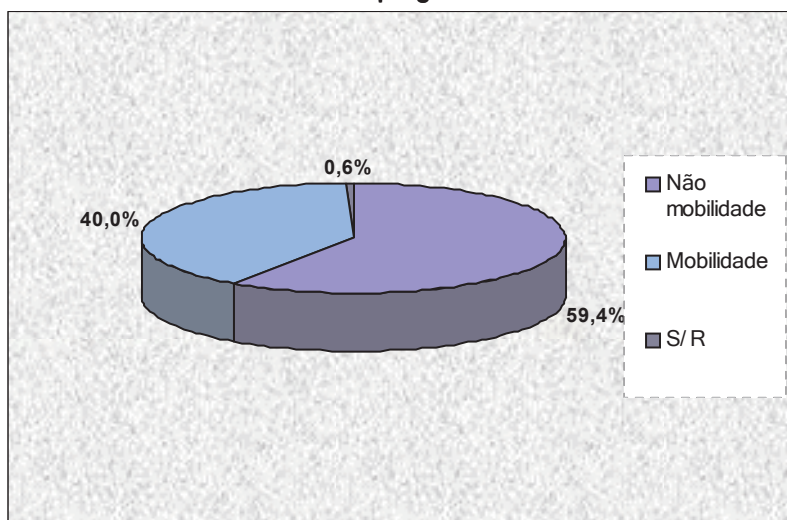
oferta de emprego, esses empregos - apesar de serem “de recurso” - não pareciam consistir, na globalidade das situações, em actividades para as quais os diplomados se encontravam sobrequalificados. Refira-se, ainda, para reforçar a imagem positiva que o ingresso no 1º emprego nos deixou, o peso destacado dos diplomados que referiram ter-se incorporado em actividades profissionais que estavam relacionadas com as suas áreas de formação e que correspondiam às suas expectativas.

Contudo, não equacionámos ainda a qualidade dos próprios empregos experimentados pelos diplomados. A nossa perspectiva é a de que o ingresso rápido num emprego concordante com a qualificação inicial poderá não ser sinónimo, necessariamente, de qualidade de emprego. Para avaliar esta última, torna-se necessário equacionar os indicadores de estabilidade/precariedade do emprego, tanto no momento da primeira passagem para o sistema de trabalho, como decorrido algum tempo depois dela. Esta será, então, a questão que nos ocupará no ponto seguinte, onde procuraremos captar o sentido de evolução das trajectórias profissionais dos diplomados.

### 3.2. As trajetórias profissionais dos diplomados

De acordo com dados já analisados na secção precedente, sabemos que, sendo pouco representativa a percentagem de diplomados que nunca estiveram empregados, dos restantes, a maioria (59,4% - 199 indivíduos) teve apenas 1 emprego até ao momento do inquérito por questionário - não mobilidade de emprego -, embora o desequilíbrio relativamente àqueles que tiveram 2 ou mais empregos (40,0% - 134 indivíduos) - mobilidade de emprego - não se revele desmedido, como procurámos sintetizar no Gráfico 34.

Gráfico 34. Mobilidade entre empregos

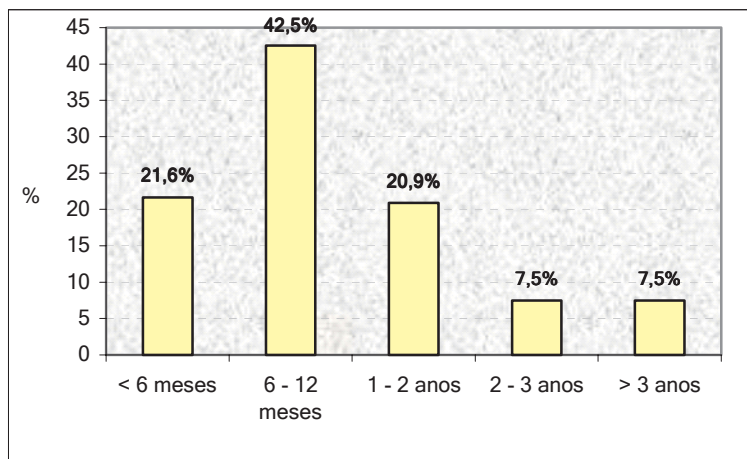


Centrando-nos nos diplomados que apresentaram mobilidade de emprego, a qual sabemos que era mais frequente entre os homens e nas áreas de Ciências, das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação, interessa-nos, agora, perceber em que moldes se deu o movimento de passagem, por parte destes diplomados, do 1º emprego para os momentos posteriores da trajetória, através do exame do tempo de permanência no 1º emprego e dos motivos subjacentes à entrada no último emprego dos indivíduos até à data da realização do inquérito por questionário.

Relativamente ao tempo de permanência no 1º emprego (Gráfico 35), constatamos que, na maior parte das situações - 42,5% -, esse emprego ocupou os diplomados entre 6 e 12 meses, seguindo-se o período até 6 meses (21,6%).

Quer isto dizer que o peso dos diplomados que se mantiveram no primeiro emprego num período não superior a 1 ano é bastante elevado.

**Gráfico 35. Tempo de permanência no 1º emprego (diplomados com mobilidade de emprego)**

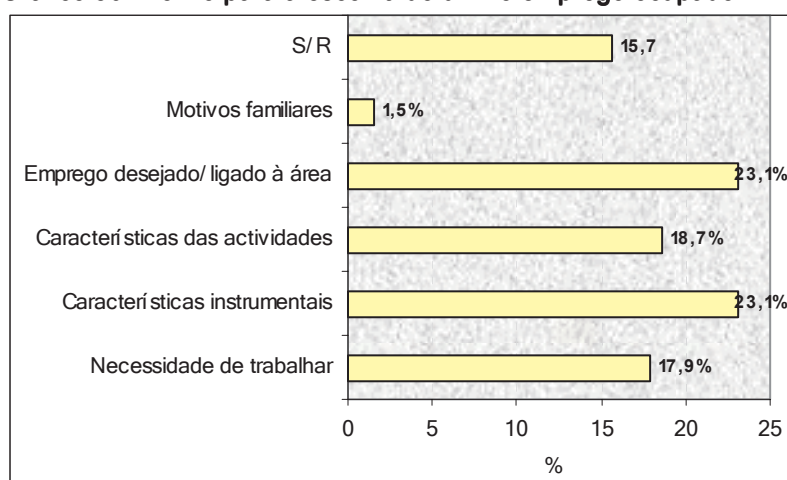


O cruzamento deste indicador com a idade em 2003, ano de conclusão do curso, sexo e área de formação não introduziu diferenças significativas na amostra, dado que, em qualquer caso, é sempre nítida a preponderância da duração compreendida entre os 6 e os 12 meses (Anexo III, Tabelas 23, 24, 25 e 26). Passamos, por isso, à análise dos motivos para a mudança de emprego de emprego.

A observação do Gráfico 36 indica-nos imediatamente ter existido uma mudança das razões para aceder ao emprego, comparativamente com aquelas que os indivíduos apontavam no que se refere ao 1º emprego. Concretamente, a importância estatística do facto de se tratar de um emprego que se desejava/ligado à área de formação viu-se igualada pela da valorização das características instrumentais do emprego, já que ambos estes motivos reúnem 23,1% das respostas. Este facto, quanto a nós, indica que, com o evoluir da trajectória profissional se vai assistindo, simultaneamente, a um desejo de estabilização, por parte dos indivíduos, possível de corresponder, pelos empregadores, devido à acumulação de experiência profissional que os indivíduos apresentam. Significa, também, de forma concordante com o enquadramento teórico que perfilhámos, que a inserção profissional não se dá por finda no momento da entrada no primeiro emprego, correspondendo a um processo de

procura de uma posição estabilizada no sistema de trabalho, no qual a aquisição de experiência profissional é fundamental. Este mesmo argumento explica a percentagem mais elevada da valorização das características inerentes às próprias actividades (18,7%), na medida em que, sendo certo que a escolha de emprego, como já enfatizámos, nunca é completamente livre, a possibilidade de seleccionar uma ocupação mais ajustada às preferências individuais vê-se acrescida quando o indivíduo já acumulou alguma experiência profissional, a qual procura rentabilizar.

**Gráfico 36. Motivo para a escolha do último emprego ocupado<sup>15</sup>**



A observação do Gráfico 36 suscita ainda outro comentário, designadamente de que diminui o peso daqueles que ingressaram num emprego (independentemente das suas características serem apetecíveis ou não) pela necessidade de trabalhar (17,9%), sugerindo que a dificuldade de encontrar emprego diminui precisamente com a aquisição de experiência.

Analisando este indicador em função das variáveis independentes que temos vindo a utilizar (por ano de conclusão do curso, não se detectou nenhuma tendência de realce - Anexo III, Tabela 28), constatamos que:

<sup>15</sup> Tal como explicámos relativamente ao motivo de ingresso no 1º emprego, os dados deste gráfico e respectivos cruzamentos foram obtidos através das respostas à questão 55 do inquérito por questionário, tendo sido tratados da mesma forma, ou seja, agregando as 19 opções em 5 categorias e anulando as respostas sem hierarquização, assim como as referentes ao 2º motivo, quando estava indicado (Anexo III, Tabela 27).

- No que se refere à idade (Tabela 63), as características instrumentais do emprego parecem aumentar dos diplomados mais novos para os mais velhos, o que é concordante com as considerações que atrás fizemos acerca da importância do acumular da experiência para a estabilização da trajectória profissional;
- Por sexo, assinala-se um equilíbrio relativo entre os motivos apontados pelas mulheres, destacando-se que o peso da necessidade de trabalhar foi, neste género, muito maior do que entre os homens (respectivamente, 21,6% e 10,9%), cujo motivo predominantemente apontado foi o das características instrumentais (28,3%) (Tabela 64)
- Em termos da área de formação (Tabela 65), regista-se um peso com algum significado da necessidade de trabalhar entre os diplomados de Ensino I, Ensino II e Gestão, Planeamento e Comunicação (respectivamente, 25,0%, 32,6% e 21,6%), não obstante, nas duas primeiras áreas, o motivo mais frequentemente apontado para a escolha do emprego ter sido o emprego desejado/ligado à área de formação. Este último motivo foi o mais escolhido pelos diplomados de Ciências (30,4%), enquanto os das Engenharias apresentam maior representatividade do motivo ligado às características instrumentais do emprego (37,3%)

**Tabela 63. Motivo para a escolha do último emprego ocupado por idade em 2003**

Motivo	Idade		24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidade de trabalhar	-	-	5	16,7	9	21,4	4	12,1	3	21,4	2	40,0	1	20,0	-	-
Características instrumentais	-	-	3	10,0	13	31,0	8	24,2	6	42,9	1	20,0	-	-	-	-
Características das actividades	1	20,0	7	23,3	6	14,3	8	24,2	-	-	1	20,0	2	40,0	-	-
Emprego desejado/ligado à área	2	40,0	8	26,7	10	23,8	8	24,2	3	21,4	-	-	-	-	-	-
Motivos familiares	1	20,0	-	-	-	-	-	-	1	7,1	-	-	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	1	20,0	7	23,3	4	9,5	5	15,2	1	7,1	1	20,0	2	40,0	-	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>3,7</b>	<b>30</b>	<b>22,4</b>	<b>42</b>	<b>31,3</b>	<b>33</b>	<b>24,6</b>	<b>14</b>	<b>10,4</b>	<b>5</b>	<b>3,7</b>	<b>5</b>	<b>3,7</b>	<b>5</b>	<b>3,7</b>

N=134

**Tabela 64. Motivo para a escolha do último emprego ocupado por sexo**

Motivo \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Necessidade de trabalhar	19	21,6	5	10,9
Características instrumentais	18	20,5	13	28,3
Características das actividades	16	18,2	9	19,6
Emprego desejado/ligado à área	20	22,7	11	23,9
Motivos familiares	-	-	2	4,3
<i>Sem informação</i>	15	17,0	6	13,0
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>65,7</b>	<b>46</b>	<b>34,3</b>

N=134

**Tabela 65. Motivo para a escolha do último emprego ocupado por área de formação**

Motivo \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidade de trabalhar	1	25,0	6	31,6	3	13,0	6	11,8	8	21,6
Características instrumentais	-	-	2	10,5	2	8,7	19	37,3	8	21,6
Características das actividades	-	-	2	10,5	5	21,7	13	25,5	5	13,5
Emprego desejado/ligado à área	2	50,0	7	36,8	7	30,4	6	11,8	9	24,3
Motivos familiares	-	-	-	-	-	-	1	2,0	1	2,7
<i>Sem informação</i>	1	25,0	2	10,5	6	26,1	6	11,8	6	16,2
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>3,0</b>	<b>19</b>	<b>14,2</b>	<b>23</b>	<b>17,2</b>	<b>51</b>	<b>38,1</b>	<b>37</b>	<b>27,6</b>

N=134

O conjunto de dados até aqui avançados parece apontar no sentido de que, com o evoluir da trajectória, os diplomados vão valorizando mais as oportunidades de emprego que lhes tragam alguma estabilidade ao nível contratual, bem como financeiro. Contudo, esta constatação global não impede que se detectem diferenciações importantes entre os diplomados, na medida em que, sendo a procura de emprego um processo multidimensional, que não depende apenas das características e dos desejos individuais de cada um, mas do jogo da oferta e da procura de emprego, aparentemente alguns sectores da nossa amostra depararam-se com essas oportunidades mais facilmente do que outros. Naturalmente, esta leitura dos dados pode sugerir outras interpretações, mas os dados que avançámos quanto a este indicador, por áreas de formação, parecem indicar que os diplomados das áreas das Engenharias tiveram mais oportunidades de mudança de emprego em direcção à estabilidade profissional (ainda que pudesse não se tratar do emprego desejado) do que os das restantes áreas, que, ora privilegiaram o facto de se tratar do emprego desejado/ligado à área de formação (embora pudesse não significar estabilidade), ora a necessidade de

trabalho, independentemente das suas características. Nesta situação, é possível enquadrar principalmente os diplomados de Ensino I e Ensino II; os de Gestão, Planeamento e Comunicação enquadram-se parcialmente, devido ao peso que as características instrumentais obtiveram nas respostas. Quanto aos diplomados de Ciências, apresentam diferenças internas que dificultam a interpretação, parecendo contudo desenhar-se com alguma nitidez que o que mais conta na mudança de emprego é o binómio emprego desejado/ligado à área de formação e características das próprias actividades, o que a par da percentagem relativamente baixa de indivíduos que indicaram a necessidade de trabalhar, nos leva a crer que estes diplomados, mais do que as características instrumentais de que uma determinada actividade se possa revestir, valorizam os seus conteúdos. Não esquecemos ainda que as diferenças internas a cada área podem ainda estar ligadas às diferenciações registadas por sexos., para além do valor que o diploma que cada uma delas tem no jogo da oferta/procura de trabalho.

Parece-nos, assim, que se desenham algumas clivagens no conjunto da nossa amostra, indo ao encontro daquilo que supúnhamos no âmbito da nossa 4ª hipótese de trabalho. No entanto, para confirmá-lo, passamos a apresentar as trajectórias profissionais dos diplomados, construídas de acordo com a tipologia apresentada no capítulo da metodologia<sup>16</sup>.

Se a construção das trajectórias profissionais, ao combinar dois indicadores fundamentais da qualidade dos empregos experimentados pelos indivíduos (tipo de vínculo com a entidade empregadora e retribuição mensal líquida), nos permite uma caracterização simultaneamente mais simples e mais completa do sentido da evolução entre o 1º e o último emprego dos diplomados (ou entre as características do emprego à sua entrada e as suas características ao momento do inquérito por questionário, no caso dos diplomados que tinham tido só um emprego), também oculta os dados concretos referentes a cada um daqueles momentos de emprego. Por esta razão, optámos por apresentar previamente a

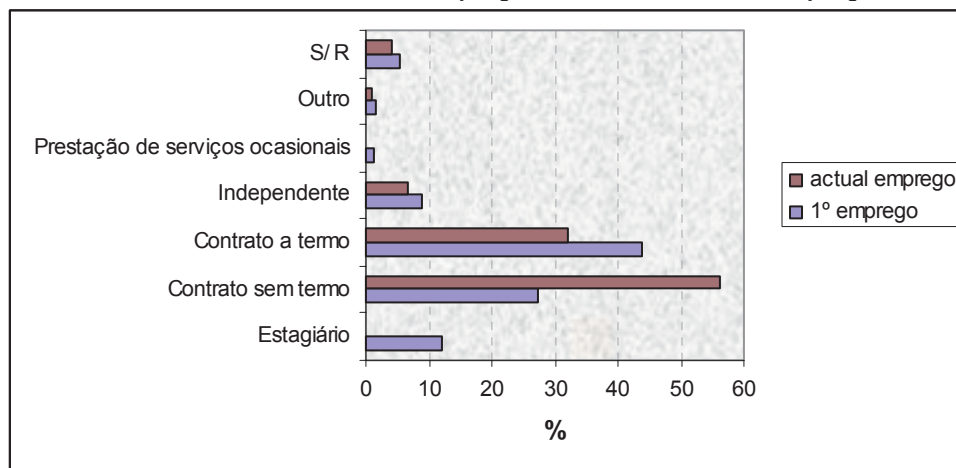
---

<sup>16</sup> Recordamos, com brevidade, que a tipologia das trajectórias profissionais combina o sentido de evolução do vínculo (critério exclusivo da estabilidade/precariedade) e da remuneração entre o 1º emprego e o último emprego, resultando em 6 tipos de trajectórias: estável ascendente, estável estagnada, estável descendente, precária ascendente, precária estagnada e precária descendente.



distribuição dos diplomados pelos tipos de vínculo e pelos escalões de retribuição, no 1º emprego (ou à entrada no emprego) e no último emprego (ou ao momento do questionário)<sup>17</sup>.

**Gráfico 37. Vínculo com a entidade empregadora nos 1º e actual emprego**

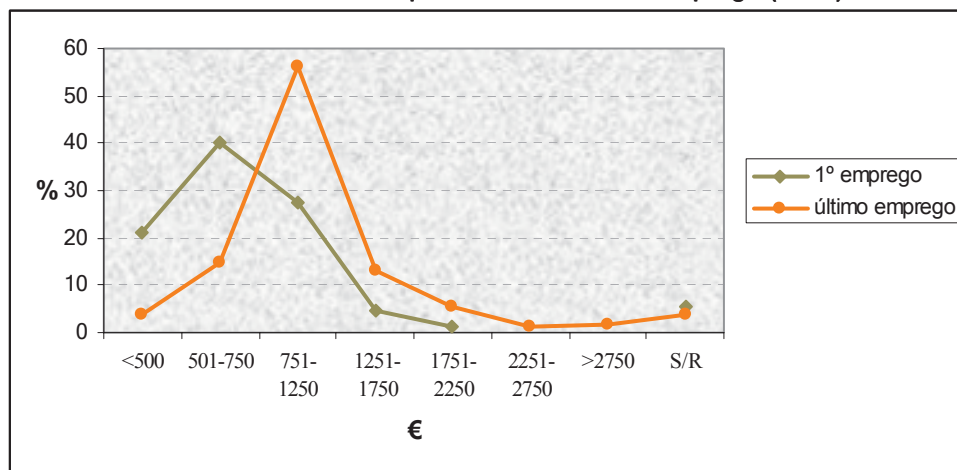


No que diz respeito ao vínculo contratual, a observação do Gráfico 37 permite-nos constatar que, entre o 1º emprego e o último emprego, houve uma alteração significativa, consubstanciada no recuo do peso dos contratos a termo de 43,9% para 31,9%, e também das outras situações que configuram precariedade, ou seja, os estágios (de 11,9% para 0,3%), o trabalho independente, vulgarmente conhecido como trabalho “recibo verde” (de 9,0% para 6,6%) e a prestação de serviços ocasionais, que desapareceu mesmo. Simultaneamente, os contratos sem termo passaram de 27,2% para 56,1%, passando a constituir o tipo de contrato preponderante na amostra, o que constitui, sem dúvida, um dado muito positivo, ao demonstrar que as situações de precariedade que acontecem no início da trajectória, tendem a diminuir com o seu evoluir, sendo substituídas por situações de maior estabilidade. Relativamente à qualidade do 1º emprego, ao qual os diplomados acediam de forma globalmente rápida, como vimos anteriormente, do ponto de vista do vínculo tratava-se, efectivamente de um emprego precário, na generalidade dos casos. Neste sentido, a inserção rápida no

<sup>17</sup> No intuito de facilitar a fluência do texto, referir-nos-emos ao 1º emprego e ao último emprego, mas, na realidade estes dois momentos também correspondem, no caso dos diplomados só com 1 emprego, à fase inicial, da entrada no emprego e à fase correspondente ao momento em que responderam ao inquérito por questionário.

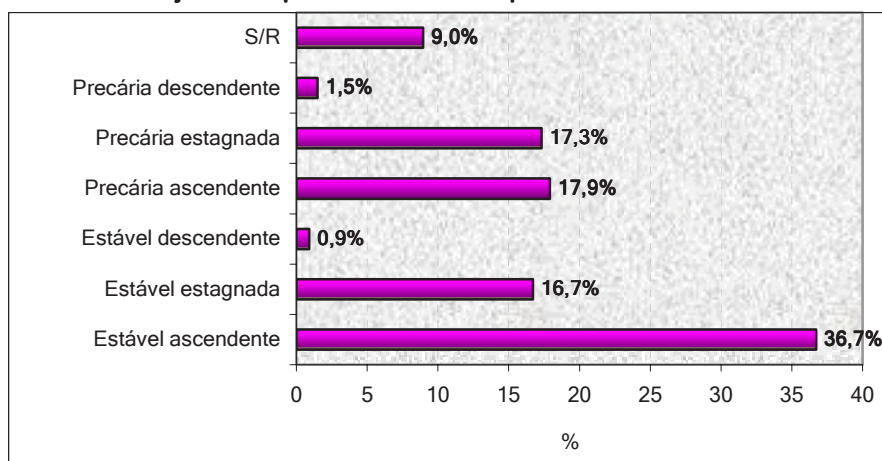
1º emprego não significa que a “moratória” não tenha existido, nem tão pouco que o processo de inserção profissional estivesse terminado nesse momento, na medida em que o contrato a termo tornava esse 1º emprego um momento algo incerto e indefinido.

**Gráfico 38. Rendimento mensal líquido nos 1º e último emprego (em €)**



Relativamente à retribuição financeira do trabalho prestado, nota-se igualmente uma evolução no sentido positivo, dado que o escalão onde os diplomados se situavam de forma predominante no 1º emprego era o escalão dos 501-750€ (40,3%), passando a ser, no último emprego, o dos 751-1250€ (56,0%). Concomitantemente, diminuiu drasticamente o peso dos diplomados que auferiam os rendimentos mais baixos, ou seja, do escalão de rendimentos até 500€ (de 21,2% para 3,9%) (Gráfico 38)

Da combinação entre estes dois indicadores, construiu-se, pois, as trajetórias profissionais dos diplomados, representadas no Gráfico 39.

**Gráfico 39. Trajectórias profissionais dos diplomados**

A primeira observação que nos surge é a do peso significativo, por comparação com todas as outras situações, das trajectórias estáveis ascendentes (36,7%), isto é, das trajectórias caracterizadas pela evolução positiva quer do vínculo contratual (da precariedade para a estabilidade) quer da retribuição mensal. Depois, parecem-nos ser de assinalar as percentagens extremamente reduzidas das trajectórias descendentes, quer na estabilidade, quer na precariedade (0,9% e 1,5%). Em conjunto, estes dados apontam para uma evolução bastante positiva das situações de emprego dos diplomados. Contudo, subsiste ainda um largo grupo de diplomados com trajectórias precárias (ou seja, que se iniciaram na precariedade e nela continuaram, ou que, tendo iniciado na estabilidade, evoluíram para a precariedade), quer ascendentes (tendo aumentado de escalão de rendimento, portanto), quer estagnadas (mantendo-se no mesmo escalão de rendimento) e que caracterizam, respectivamente, 17,9% e 17,3% dos diplomados.

Se juntarmos a estes dados aqueles que dizem respeito à mobilidade de emprego (Tabela 66), entendemos que se delineiam algumas tendências interessantes.

Tabela 66. Trajectórias profissionais dos diplomados por situação de mobilidade no emprego

Trajectória \ Situação de emprego	Imobilidade		Mobilidade		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%
Estável ascendente	66	33,2	57	42,5	-	-
Estável estagnada	45	22,6	11	8,2	-	-
Estável descendente	-	-	3	2,2	-	-
Precária ascendente	31	15,6	29	21,6	-	-
Precária estagnada	41	20,6	17	12,7	-	-
Precária descendente	-	-	5	3,7	-	-
Sem informação	16	8,0	12	9,0	2	100,0
<b>Total</b>	<b>199</b>	<b>59,4</b>	<b>134</b>	<b>40,0</b>	<b>2</b>	<b>0,6</b>

N=335

Parece-nos que, por um lado, embora em ambos os casos (mobilidade/não mobilidade) o peso das trajectórias estáveis ascendentes seja preponderante, o facto de ser mais significativo nas situações em que há mobilidade de emprego (42,5% contra 33,2%) traduz a ideia de que esta última constituiu um factor positivo para os diplomados que por ela passaram. Por outras palavras, nota-se que, ao mudarem de emprego, os indivíduos melhoram a sua qualidade numa percentagem superior à da melhoria da qualidade de emprego entre os indivíduos sem mobilidade de emprego. Também se evidencia que as mudanças de emprego ocorreram, ainda que na precariedade, para situações financeiramente mais vantajosas (o caso das trajectórias precárias ascendentes dos indivíduos com mobilidade de emprego, com 21,6%). Em síntese, estes dados indicam que, embora o peso conjunto das trajectórias estáveis seja semelhante em ambos os casos (mobilidade/imobilidade), a estagnação de rendimentos ocorreu mais frequentemente entre os diplomados com um só emprego, contrariamente aos diplomados que mudaram de emprego, ao verem o seu rendimento aumentar com essa mudança.

Vejamos então como as trajectórias profissionais se diferenciam em função das nossas variáveis independentes.

No que diz respeito à idade em 2003 (Tabela 67), verifica-se uma estabilização crescente das trajectórias (aumento de peso das trajectórias estáveis

ascendentes) desde o escalão etário mais baixo até ao escalão dos 34/35 anos, e simultaneamente um maior peso das trajectórias precárias, principalmente estagnadas, entre os mais jovens, o que poderá estar relacionado com o facto dos indivíduos mais novos estarem inseridos há menos tempo no sistema de trabalho, tendo tido ainda pouco tempo para que as suas trajectórias tenham evoluído. Esta interpretação parece confirmar-se através do cruzamento das trajectórias com o ano de conclusão do curso (Tabela 68), na medida em que as trajectórias estáveis ascendentes diminuem precisamente dos anos mais distantes para os anos mais recentes, ao mesmo tempo que as trajectórias precárias, principalmente as estagnadas vão aumentando.

Tabela 67. Trajectórias profissionais dos diplomados por idade em 2003

Trajectória \ Idade	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estável ascendente	3	15,0	23	26,4	39	34,8	38	50,0	12	52,2	5	62,5	3	33,3
Estável estagnada	5	25,0	12	13,8	27	24,1	6	7,9	5	21,7	-	-	1	11,1
Estável descendente	-	-	1	1,1	2	1,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Precária ascendente	4	20,0	20	23,0	17	15,2	13	17,1	3	13,0	1	12,5	2	22,2
Precária estagnada	7	35,0	24	27,6	14	12,5	11	14,5	1	4,3	-	-	1	11,1
Precária descendente	-	-	2	2,3	3	2,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem informação	1	5,0	5	5,7	10	8,9	8	10,5	2	8,7	2	25,0	2	22,2
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>6,0</b>	<b>87</b>	<b>26,0</b>	<b>112</b>	<b>33,4</b>	<b>76</b>	<b>22,7</b>	<b>23</b>	<b>6,9</b>	<b>8</b>	<b>2,4</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>

N=335

Tabela 68. Trajectórias profissionais dos diplomados por ano lectivo de conclusão do curso

Trajectória \ Ano	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estável ascendente	20	58,8	35	54,7	31	43,7	13	22,0	19	22,1	1	8,3	4	44,4
Estável estagnada	2	5,9	11	17,2	10	14,1	16	27,1	13	15,1	2	16,7	2	22,2
Estável descendente	-	-	-	-	1	1,4	-	-	1	1,2	1	8,3	-	-
Precária ascendente	7	20,6	8	12,5	16	22,5	17	28,8	11	12,8	-	-	1	11,1
Precária estagnada	1	2,9	6	9,4	7	9,9	8	13,6	28	32,6	7	58,3	1	11,1
Precária descendente	1	2,9	-	-	-	-	-	-	4	4,7	-	-	-	-
Sem informação	3	8,8	4	6,3	6	8,5	5	8,5	10	11,6	1	8,3	1	11,1
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>10,1</b>	<b>64</b>	<b>19,1</b>	<b>71</b>	<b>21,2</b>	<b>59</b>	<b>17,6</b>	<b>86</b>	<b>25,7</b>	<b>12</b>	<b>3,6</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>

N=335

No que diz respeito ao sexo (Tabela 69), regista-se um maior peso das trajectórias estáveis ascendentes entre os homens (43,6%) do que entre as mulheres (34,0%), que, em contrapartida, manifestam um peso conjunto das trajectórias precárias (39,5%) muito superior ao dos homens (28,7%). Pensamos que estas diferenças estarão principalmente relacionadas com a própria composição de género das áreas de formação dos diplomados, visto que cada uma delas conduz a segmentos diferenciados do sistema de emprego.

**Tabela 69. Trajectórias profissionais dos diplomados por sexo**

Trajectória	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Estável ascendente	82	34,0	41	43,6		
Estável estagnada	42	17,4	14	14,9		
Estável descendente	-	-	3	3,2		
Precária ascendente	51	21,2	9	9,6		
Precária estagnada	40	16,6	18	19,1		
Precária descendente	5	2,1	-	-		
<i>Sem informação</i>	21	8,7	9	9,6		
<b>Total</b>	<b>241</b>	<b>71,9</b>	<b>94</b>	<b>28,1</b>		

N=335

Apoiamos esta afirmação com as evidências da Tabela 70, que nos mostra como nos cursos das Engenharias (mais masculinizados) as trajectórias profissionais estáveis e, dentro destas, as estáveis ascendentes, com 51,1%, são mais preponderantes do que nas restantes áreas de formação. Esta evidência conduz-nos a pensar que, no sistema de emprego, esta fileira de formação é efectivamente muito valorizada, talvez porque a concepção de trabalho ainda dominante por parte dos empregadores, não obstante a tendência para a sua desmaterialização, ainda seja a do trabalho economicamente rentável a curto prazo, ao invés da de trabalho socialmente útil, com efeitos a longo prazo. Assim se explicaria a maior facilidade por parte dos diplomados das Engenharias, dotados de competências técnicas, tecnicamente mensuráveis, de integração no segmento primário superior.

**Tabela 70. Trajectórias profissionais dos diplomados por área de formação**

Trajectória	Área									
	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estável ascendente	13	40,6	35	31,8	14	29,8	45	51,1	16	27,6
Estável estagnada	6	18,8	20	18,2	5	10,6	14	15,9	11	19,0
Estável descendente	-	-	-	-	2	4,3	-	-	1	1,7
Precária ascendente	1	3,1	26	23,6	8	17,0	11	12,5	14	24,1
Precária estagnada	9	28,1	18	16,4	10	21,3	10	11,4	11	19,0
Precária descendente	-	-	3	2,7	1	2,1	1	1,1	-	-
<i>Sem informação</i>	3	9,4	8	7,3	7	14,9	7	8,0	5	8,6
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,6</b>	<b>110</b>	<b>32,8</b>	<b>47</b>	<b>14,0</b>	<b>88</b>	<b>26,3</b>	<b>58</b>	<b>17,3</b>

N=335

As considerações anteriores não equivalem a afirmar que, nas restantes áreas de formação, estamos perante trajectórias profissionais desfavoráveis. Com efeito, em todas elas o peso das trajectórias estáveis é preponderante, chegando mesmo, no caso de Ensino I, no que diz respeito às trajectórias estáveis

ascendentes, a atingir os 40,6%. Contudo, é nítido como em todas elas os diplomados estão muito mais sujeitos à precariedade de emprego, demonstrando que, no conjunto destas áreas, o acesso aos segmentos superiores do sistema de trabalho se revela mais difícil do que parece acontecer no caso dos diplomados das Engenharias.

Obviamente, cada área apresenta as suas especificidades que justificarão aquelas dificuldades. Nas áreas de Ensino, conducentes à profissão docente, estamos perante uma desvalorização social acentuada desta profissão (Neto-Mendes, 1999), tanto devido à sua massificação, traduzida no enorme número de professores formados desde as décadas finais do século XX, quanto à degradação das condições de exercício da profissão, factores que, acrescidos aos complexos mecanismos dos concursos de colocação, convergem para que uma colocação estável seja difícil de obter. Os diplomados da área de Ciências, por seu turno, deparam-se com dificuldades relacionadas com a visibilidade, junto dos empregadores, da utilidade da sua formação, dada a anterior concepção de trabalho que apontámos dominar ainda no nosso país e, conseqüentemente, a fraca aposta em actividades de I&D fora do meio universitário, onde alguns destes diplomados ainda vão conseguindo trabalho, ainda que precário, como é o caso dos bolseiros de investigação. Noutros casos, como apontámos na secção anterior, recorrem ao ensino, dada a escassez de oferta de emprego directamente ligado à sua área de formação. Finalmente, na área de Gestão, Planeamento e Comunicação existe alguma heterogeneidade, já que integra cursos bastante diferentes<sup>18</sup>, sendo de supor que a sua análise em separado produzisse resultados diferenciados.

Na sequência destas considerações, parece-nos ser de confirmar a nossa 4<sup>a</sup> hipótese de trabalho, segundo a qual os diplomados experimentaríamos percursos profissionais diversificados em função da área científica do diploma.

---

<sup>18</sup> Ou seja, Gestão e Planeamento em Turismo, Planeamento Regional e Urbano e Novas Tecnologias da Comunicação.

Tabela 71. Trajectórias profissionais por situação perante o trabalho no último ano do curso

Trajectória	Situação		Estudo tempo inteiro		Actividade profissional		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Estável ascendente	96	35,2	26	43,3	1	50,0	-	-
Estável estagnada	53	19,4	3	5,0	-	-	-	-
Estável descendente	2	0,7	1	1,7	-	-	-	-
Precária ascendente	54	19,8	6	10,0	-	-	-	-
Precária estagnada	45	16,5	12	20,0	1	50,0	-	-
Precária descendente	4	1,5	1	1,7	-	-	-	-
Sem informação	19	7,0	11	18,3	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>273</b>	<b>81,5</b>	<b>60</b>	<b>17,9</b>	<b>2</b>	<b>0,6</b>		

N=335

Tabela 72. Trajectórias profissionais dos diplomados por origem social

Trajectória	Origens		Dirigentes		Médias		Populares		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estável ascendente	14	26,9	80	38,1	19	36,5	10	47,6		
Estável estagnada	10	19,2	33	15,7	11	21,2	2	9,5		
Estável descendente	-	-	2	1,0	-	-	1	4,8		
Precária ascendente	10	19,2	39	18,6	7	13,5	4	19,0		
Precária estagnada	9	17,3	37	17,6	10	19,2	2	9,5		
Precária descendente	1	1,9	4	1,9	-	-	-	-		
Sem informação	8	15,4	15	7,1	5	9,6	2	9,5		
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>15,5</b>	<b>210</b>	<b>62,7</b>	<b>52</b>	<b>15,5</b>	<b>21</b>	<b>6,3</b>		

N=335

Por outro lado, importa ainda dar sequência aos dados apontados na secção 1, referentes aos estudantes que, no último ano do curso, exerciam actividades remuneradas, que, como vimos, eram muito marcadas pela precariedade. Tendo verificado que em cerca de 42% dos casos, a obtenção do diploma foi seguida da mudança de emprego, restava-nos tentar perceber qual impacto do diploma nas trajectórias profissionais posteriores, para a globalidade dos estudantes trabalhadores. Verificamos, através da Tabela 71, que esse impacto foi positivo para uma parte significativa destes indivíduos, ao apresentarem trajectórias estáveis ascendentes (43,3%). Todavia, assinalamos o peso relativamente elevado da manutenção das situações de precariedade já existentes, uma vez que 20,0% desses indivíduos tiveram trajectórias precárias estagnadas (sem aumento da remuneração) ou ascendentes (com aumento da remuneração).

Finalmente, procurámos ainda averiguar se, de alguma forma, se verificava algum peso da origem social sobre as trajectórias profissionais dos indivíduos. Através



da Tabela 72 podemos constatar dois dados interessantes: por um lado, o peso das trajetórias estáveis ascendentes é mais reduzido nos indivíduos provenientes das classes dirigentes do que nas outras; por outro lado, o peso das trajetórias precárias, no seu conjunto, é mais reduzido nas classes populares do que nas restantes. Estes dados são concordantes com os resultados que obtivemos quando analisámos, na secção anterior, os processos de mobilidade social dos diplomados, já que constatámos a existência de uma significativa mobilidade social, por parte dos diplomados das classes populares, a par da regressão social de alguns sectores da classe dirigente, pelo que podemos afirmar que a origem de classe não determinou as trajetórias profissionais dos indivíduos, o que indicia um prolongamento, para lá da universidade, dos efeitos da democratização do ensino.

#### 4. Síntese

Para rematar esse capítulo, gostaríamos de acentuar a imagem globalmente positiva que as inserções profissionais dos nossos diplomados nos deixaram, e para a qual contribuíram várias constatações.

Em primeiro lugar, gostaríamos de referir o elevado peso da mobilidade social ascendente que verificámos, comprovando a nossa 1ª hipótese de trabalho, segundo a qual esperávamos uma tendência para que tal efectivamente acontecesse. Este factor leva a encarar os diplomas académicos como efectivamente possibilitadores da ascensão social, e isto apesar da desvalorização que, do ponto de vista simbólico, os indivíduos pareciam atribuir-lhes, quer à entrada na Universidade, quer ao momento do inquérito por questionário.

Por outro lado, acentuamos o carácter de rapidez de que se revestiu a inserção no 1º emprego para a generalidade dos diplomados, ao qual é ainda de acrescentar a adequação do grau de formação inicial aos grupos ocupacionais que os indivíduos vieram a integrar. Aliás, este último aspecto, para além de constatado objectivamente, através da análise das ocupações profissionais dos diplomados,

viu-se confirmado pelo facto dos diplomados, com um peso considerável, terem apontado que o seu 1º emprego correspondia àquele que desejavam/relacionado com as suas áreas de formação. Contudo, não deixa de ser necessário acentuar que cerca de ¼ dos diplomados referiram ter-se incorporado em determinados empregos devido à necessidade de trabalhar, num contexto em que as oportunidades de emprego/trabalho não seriam abundantes.

Ainda no que se refere à incorporação no 1º emprego, notámos que não ficou a dever-se, na maior parte das situações, à utilização de mecanismos informais de colocação, accionados através do campo relacional dos indivíduos. Com efeito, comprovámos a nossa 2ª hipótese de trabalho, onde prevíamos uma utilização relativamente circunscrita dos referidos mecanismos, ao constatar que o conjunto de meios constituído pelo concurso público, centro de emprego, resposta a anúncio e estágios foi aquele que permitiu a colocação no 1º emprego para mais de metade dos diplomados. Contudo, não deixámos de observar que, mesmo circunscrita a uma percentagem menor de diplomados, a rentabilização dos mecanismos informais de colocação no emprego encontrava-se na relação directa com a origem social dos indivíduos, diminuindo a sua intensidade da classe dirigente para a classe média e desta para a classe popular. Esta constatação vem ao encontro da perspectiva de inserção profissional que defendemos, na medida em que remete para o entendimento das relações entre os sistemas de formação e os sistemas de trabalho como não sendo apenas determinadas pelas lógicas de ajustamento quantitativo, mas também como relações socialmente estruturadas na interacção dos espaços familiar, produtivo, de formação, dos conhecimentos e das relações intergeracionais. Neste sentido, a mobilidade da mão-de-obra não é inteiramente “livre”, o que, contudo, no caso dos nossos diplomados, não significa que estejamos perante um imobilismo social, como já atrás demonstrámos, ao constatar o peso da mobilidade social ascendente.

Relativamente à situação profissional dos diplomados ao momento do inquérito por questionário, destacamos a elevada percentagem daqueles que se encontravam integrados no sistema de trabalho, na sua maioria com empregos que consideravam ser os que desejavam/ligados às suas áreas de formação, ou,

alternativamente, que tinham valorizado pelas suas características instrumentais (contrato sem termo, salário, perspectivas de carreira). É de referir ainda o peso relativamente reduzido dos diplomados que nunca tinham tido emprego, bem como o grupo minoritário dos que se encontravam desempregados.

Também em termos das trajectórias profissionais dos diplomados, em que equacionávamos a qualidade dos seus empregos, há que referir o seu sentido positivo para um conjunto importante de diplomados, na medida em que o peso das trajectórias estáveis ascendentes sobrepõe-se ao de todas as outras, revelando uma evolução do vínculo contratual para a estabilidade e um crescimento dos rendimentos auferidos pelos diplomados. De resto, pudemos observar concretamente como, entre o 1º e o último emprego, diminuía os vínculos representativos de precariedade laboral, ao mesmo tempo que se elevavam os rendimentos. Somando às trajectórias estáveis ascendentes as igualmente estáveis mas estagnadas, em que apesar dessa estagnação (salarial) o indicador “vínculo” é positivo, constatamos que as trajectórias em direcção à estabilidade caracterizam mais de metade dos diplomados.

Apesar de tudo, é importante apontar a subsistência de um grupo de diplomados que apresentavam trajectórias precárias, quer ascendentes, quer estagnadas, tendo-se notado ainda uma diferenciação na distribuição dos diplomados por estas trajectórias em função da área de formação. Concretamente, assinalou-se que, não obstante a predominância das trajectórias estáveis ascendentes em todas as áreas de formação, as trajectórias precárias eram mais frequentes nas duas áreas de Ensino, em Ciências e em Gestão, Planeamento e Comunicação. Por oposição, na área das Engenharias, não só seu peso era mais reduzido, como também o peso das trajectórias estáveis ascendentes se revelava mais significativo do que nas restantes áreas de formação. Desta forma, confirmámos a nossa 4ª hipótese de trabalho, segundo a qual as trajectórias profissionais dos diplomados seriam diferenciadas por áreas de formação, atribuindo essas diferenciações a uma valorização distinta de que cada uma dessas áreas é alvo no sistema de trabalho.

Finalmente, resta-nos equacionar a 3ª hipótese que colocámos, e que integrava a perspectiva de que, dado o carácter complexo de que a inserção profissional se reveste no momento actual, aspecto que foi discutido quer no Capítulo II, quer no Capítulo IV deste trabalho, assistiríamos a uma quebra do padrão tradicional de transição para a vida adulta, consubstanciado este numa passagem automática (e sem retorno) da universidade para o trabalho.

Começamos por apontar um dado que contraria evidentemente esta hipótese, ou seja, a rápida passagem dos nossos diplomados ao 1º emprego. Contudo, se tivermos em linha de conta a qualidade desse emprego, o conjunto de diplomados com situações de precariedade a nível contratual aproxima-se da metade dos indivíduos. Naturalmente, pode objectar-se que é igualmente elevada a percentagem daqueles que obtiveram contratos sem termo logo no 1º emprego, o que é verdade, mas não vem desmentir que a precariedade inicial das trajectórias marcou os percursos profissionais de um conjunto importante de diplomados. Por outro lado, sabemos que tendo diminuído o peso dessas situações de precariedade com o evoluir da trajectória, subsiste um grupo de indivíduos com vínculos contratuais mais precários, como já atrás acentuámos. Estes dados significam que a inserção no 1º emprego, apesar de rápida, na generalidade dos casos, foi acompanhada de alguma instabilidade para um grupo significativo da nossa amostra, instabilidade essa atenuada com o decorrer da trajectória, mas mantendo-se para cerca de 37% dos diplomados (correspondentes à soma de todas as trajectórias precárias), os quais ainda se encontravam, portanto, no processo de inserção profissional. Assim sendo, afirma-se aqui uma característica importante dos processos de inserção profissional não tradicionais, aquela que pressupõe que a inserção não se dá por finda no momento do 1º emprego, sendo necessário ao indivíduo manter constantemente as suas competências de empregabilidade, na incerteza quanto ao que o seu futuro profissional lhe reserva.

Por outro lado, estas considerações vêm-se confirmadas por um outro dado, com o qual os contratos mais precários estão evidentemente relacionados, que consiste na importância estatística da ocorrência do desemprego em dada altura das trajectórias profissionais dos indivíduos. Terminado o contrato, ocorreu o

desemprego, iniciando-se um período de procura de novo emprego, um período de incerteza e de instabilidade. Novamente, verificou-se aqui uma diferenciação por áreas de formação, já que a ocorrência do desemprego foi mais frequente entre os diplomados de Ensino II, Ciências e Gestão, Planejamento e Comunicação.

Finalmente, um último aspecto, acrescentando-se aos anteriores, leva-nos a confirmar parcialmente a nossa 3ª hipótese, e escrevemos parcialmente porque a quebra do padrão tradicional de passagem para o trabalho não se verificou para a globalidade dos indivíduos, como vimos. Referimo-nos à continuação dos estudos após a conclusão do curso, facto que se deu, este sim, para uma parte considerável da nossa amostra. Predominando a situação de concomitância entre estudos e trabalho, a continuação de estudos no momento em que a colocação no sistema de trabalho já aconteceu significa que o processo de inserção profissional não é um processo de sentido único, com a colocação profissional no seu termo, e sofrendo apenas, portanto, a influência dos mecanismos socializadores do mundo do trabalho.



## CAPÍTULO VII

---

### o eixo familiar da inserção





Neste capítulo, procuraremos caracterizar a situação dos diplomados perante a família em dois momentos distintos, ou seja, quando ainda se encontravam na condição de estudantes, no último ano de frequência do curso universitário, e no momento em que foi aplicado o inquérito por questionário, em Maio de 2003.

Tratando-se de uma caracterização geral, tentaremos avançar com alguns elementos que nos permitam tentar perceber qual o padrão de inserção familiar presente na amostra, verificando em que medida estamos perante uma quebra do padrão tradicional de transição para vida adulta no que se refere ao eixo familiar da inserção, que constituía uma dimensão importante de uma das nossas hipóteses de trabalho (3ª hipótese). Simultaneamente, iremos lançar algumas pistas para a análise do impacto que as características da inserção profissional tiveram sobre os percursos familiares dos indivíduos, de acordo com o que avançámos na 5ª hipótese de trabalho, aspecto que será discutido com mais especificidade no Capítulo VIII.

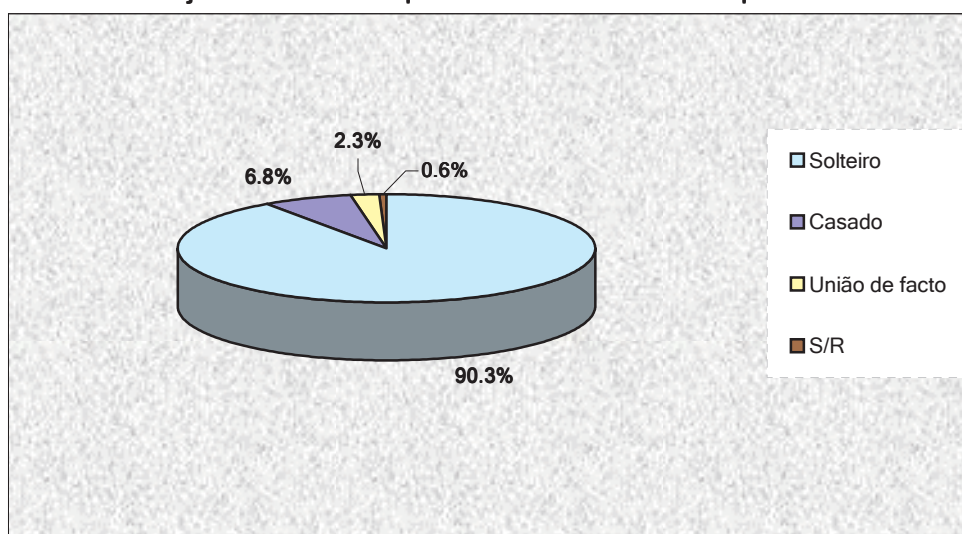
### 1. A situação familiar no último ano do curso

Iniciaremos a análise dos percursos de inserção familiar dos indivíduos com a caracterização das situações por eles experimentadas durante o último ano de frequência do curso superior na Universidade de Aveiro. Trata-se de um momento em que, ainda na condição de estudantes - pelo menos para a maioria -, os indivíduos projectam como serão as suas vidas num futuro próximo, após a obtenção dos seus diplomas. Interessa-nos, em concreto, perceber se, antes de iniciar o processo de inserção profissional, os jovens ensaiam a sua autonomia do ponto de vista familiar, quer em termos da adopção de práticas tendentes ao estabelecimento de relacionamentos afectivos com um carácter duradouro, quer no que se refere à independência face à família de orientação, do ponto de vista residencial e do ponto de vista financeiro.

### 1.1. Caracterização da situação perante a família dos estudantes finalistas

Como seria de esperar, em função da relação entre prolongamento dos estudos e retardamento da assunção de papéis no sistema familiar anteriormente documentada, a larga maioria dos jovens na etapa de conclusão da formação inicial encontrava-se na condição de solteiro, representando os indivíduos em união de facto apenas 2,3% (o que equivale a 8 indivíduos) e os casados 6,8% (24 indivíduos) do total (Gráfico 1).

Gráfico 1. Situação familiar dos inquiridos no último ano de frequência da U.A.



Partindo desta constatação global, que aponta para uma grande homogeneidade dos indivíduos no que se refere à sua situação familiar, verificamos contudo que a amostra em análise apresenta algumas diferenciações interessantes. Com efeito, se não existe relação aparente entre o estado civil e o ano de conclusão do curso (Anexo III, Tabela 29), já parece identificar-se alguma ligação entre a situação familiar e a idade dos indivíduos, tendo os casados mais peso percentual entre os mais velhos (escalões etários dos 32/33 anos, 34/35 anos e 36 ou mais anos) e, inversamente, apresentando os solteiros maior representatividade nos escalões mais baixos (24/25 anos e 26/27 anos), apesar de dominantes em qualquer idade (Tabela 1). Por outro lado, a influência da variável género é ainda mais expressiva, constatando-se que as mulheres casadas apresentam uma percentagem muito superior à dos homens em idêntica situação e que,

curiosamente, ainda que em qualquer dos géneros a situação da união de facto seja muito reduzida, esta encontra-se ainda menos entre o grupo feminino do que entre o grupo masculino (Tabela 2). Concomitantemente, verifica-se que o casamento antes da conclusão do curso ocorreu com mais frequência precisamente nas áreas de formação mais feminizadas - ligadas ao ensino -, com destaque para Ensino I, cuja percentagem de indivíduos casados (15,6%) é superior ao dobro da percentagem global de casados da amostra em análise, ao passo que a união de facto sucedeu mais frequentemente entre os sujeitos das áreas de Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação (Tabela 3).

**Tabela 1. Estado civil dos indivíduos no último ano do curso por idade em 2003**

Idade \ Estado civil	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiro	21	100,0	92	94,9	104	89,7	71	91,0	19	82,6	6	75,0	5	55,6
Casado	-	-	2	2,1	9	7,8	5	6,4	3	13,0	1	12,5	4	44,4
União de facto	-	-	2	2,1	3	2,6	1	1,3	1	4,4	1	12,5	-	-
Sem informação	-	-	1	1,0	-	-	1	1,3	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>	<b>97</b>	<b>27,6</b>	<b>116</b>	<b>33,0</b>	<b>78</b>	<b>22,2</b>	<b>23</b>	<b>6,5</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N=352

**Tabela 2. Estado civil dos indivíduos no último ano do curso por sexo**

Estado civil \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Solteiro	223	89,2	95	93,1
Casado	21	8,4	3	2,9
União de facto	5	2,0	3	2,9
Sem informação	1	0,40	1	1,0
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>71,0</b>	<b>102</b>	<b>29,0</b>

N=352

**Tabela 3. Estado civil dos indivíduos no último ano do curso por área de formação**

Estado civil \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiro	27	84,4	101	91,0	56	94,9	82	89,1	52	89,7
Casado	5	15,6	9	8,1	2	3,4	5	5,4	3	5,2
União de facto	-	-	1	0,9	-	-	4	4,4	3	5,2
Sem informação	-	-	-	-	1	1,0	1	1,0	-	-
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N=352

No último ano do curso existia, portanto, uma larga maioria de estudantes solteiros, a par de uma baixa percentagem de indivíduos casados - situação mais frequente, ainda que sempre minoritária, nas mulheres e nas áreas de ensino, particularmente em Ensino I - e de uma ainda menor proporção de sujeitos

vivendo em união de facto, situação esta todavia, aparentemente, mais experimentada pelos indivíduos do sexo masculino e das áreas de Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação.

Para além destas diferenças entre os indivíduos casados e em união de facto, sublinham-se ainda outras clivagens entre estes dois grupos<sup>1</sup>. Por um lado, a idade média ao casamento - 22,1 anos - é mais baixa do que à união de facto - 23,4 anos - (Tabela 3 e Anexo III, Gráfico 3), ainda que maioritariamente aquele tenha ocorrido durante a frequência do curso superior (Anexo III, Gráfico 4).

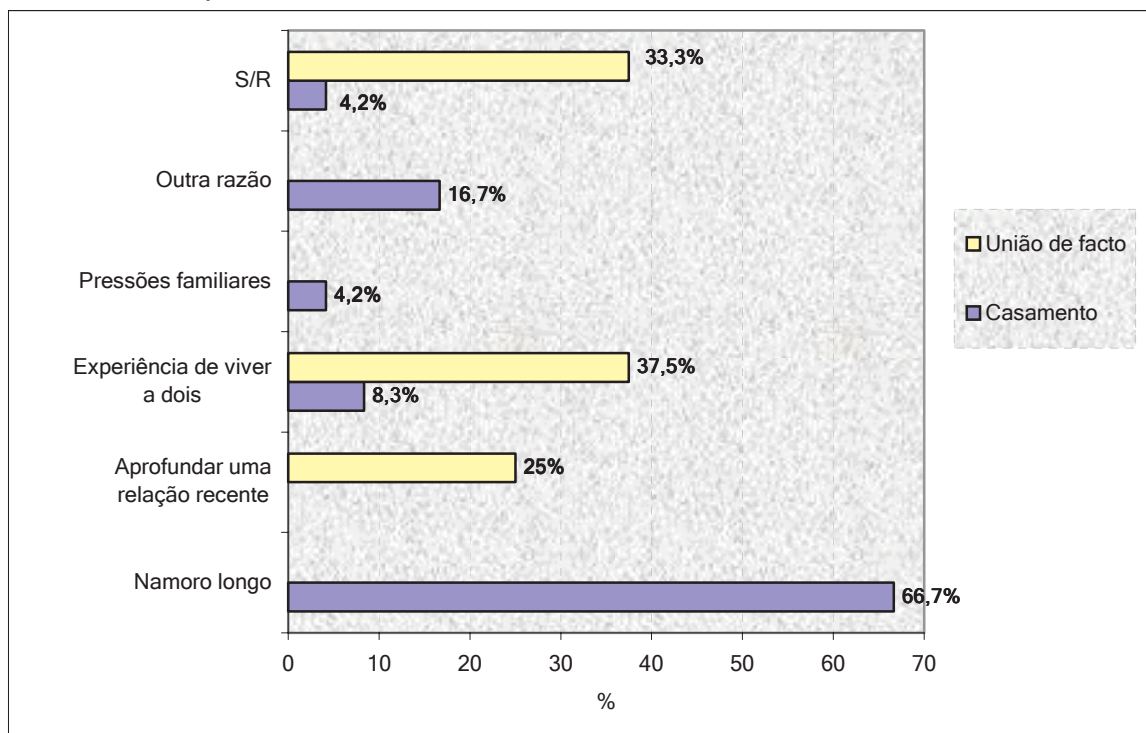
**Tabela 4. Idade média ao casamento/união de facto**

Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
Casamento	24	22,1	22	19-25	3,82	1,95	0,40	-0,20	-1,21
União de facto	7	23,4	23	22-25	0,95	0,98	0,37	0,28	0,04

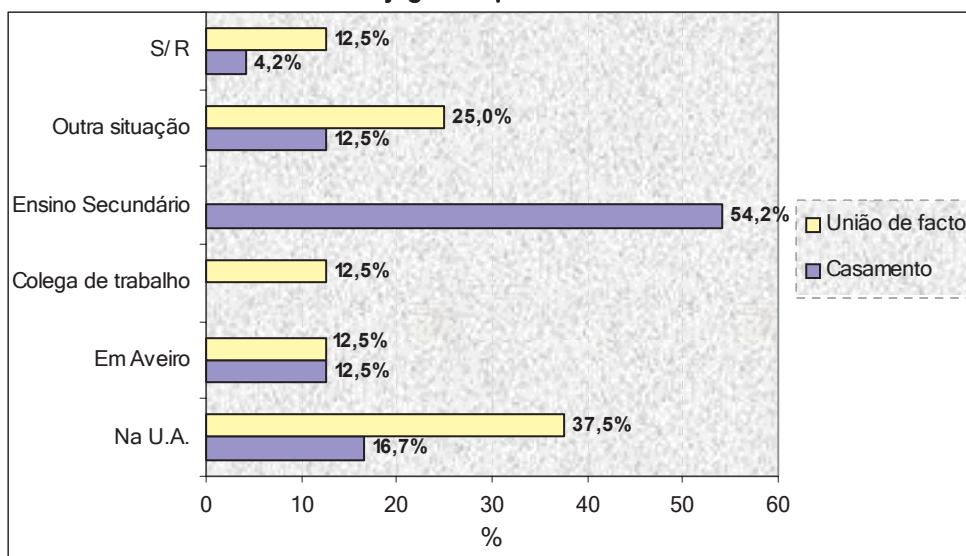
Por outro lado, também as razões subjacentes à decisão de casar parecem diferir daquelas que levaram os indivíduos a viver em união de facto: para os primeiros, tratou-se principalmente de um acontecimento na sequência de um namoro longo (66,7%), de forma oposta aos segundos, que viram na união de facto uma oportunidade para fazer a experiência de viver a dois (37,5%) ou para aprofundar uma relação recente (25%) (Gráfico 43). Assim sendo, compreende-se que os indivíduos casados tenham conhecido os cônjuges, na sua maioria, em contextos anteriores ao da universidade, designadamente no do ensino secundário (52,4%), e que vários dos indivíduos (37,5%) em união de facto, pese embora maior diversidade nas suas respostas, tenham apontado a Universidade de Aveiro como o local onde conheceram o seu par (Gráfico 3). Em qualquer dos casos, assinala-se a importância dos contextos escolares como propiciadores do conhecimento entre os elementos do casal e do posterior desenvolvimento de relações afectivas com um carácter de mais comprometimento do que o simples namoro.

<sup>1</sup> Pese embora o reduzido número de indivíduos em união de facto no último ano do curso, consideramos relevante, de qualquer forma, a caracterização desta situação, por comparação com a dos casados.

**Gráfico 2. Razão para o casamento/união de facto**



**Gráfico 3. Como conheceu o cônjuge/companheiro\***

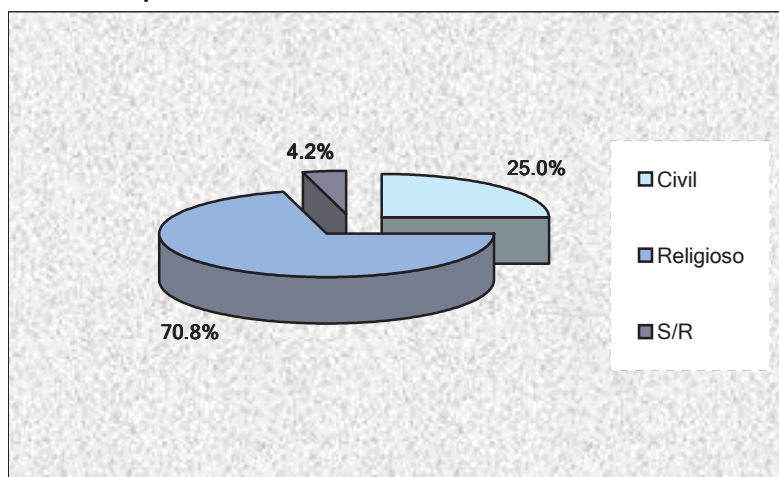


\*Este gráfico exprime as respostas dos inquiridos à questão 69 do inquérito por questionário. Embora o “Ensino Secundário” não constituísse uma opção de resposta, o elevado número de indivíduos que, em “Outra situação”, indicaram essa resposta levou-nos a especificá-la, acrescentando-a às opções existentes.

Se, como vimos, os indivíduos casados antes do final do curso parecem seguir um padrão tradicional de transição para a condição adulta - dada a idade relativamente baixa ao casamento e o facto de terem experimentado namoros

longos, em muitos casos desde o ensino secundário -, a opção, pela grande maioria (70,8%), pelo casamento religioso (Gráfico 4) vem reforçar ainda mais esta leitura.

Gráfico 4. Tipo de casamento



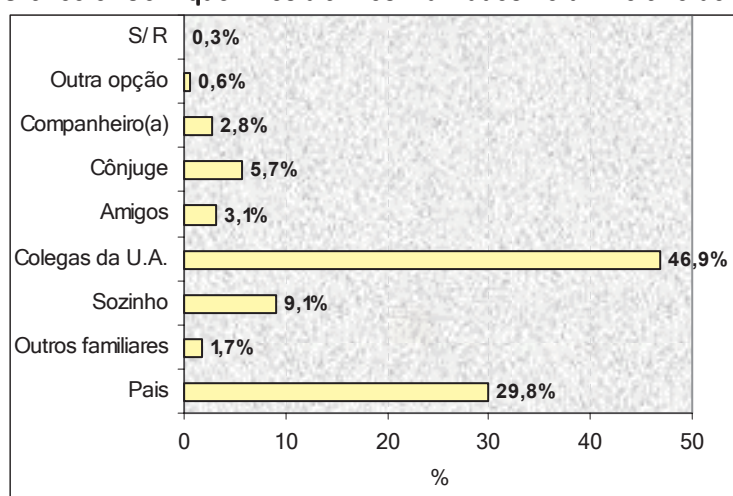
## 1.2. Tipos de autonomia residencial e financeira

Uma outra dimensão do processo de autonomização dos jovens passa, como sabemos, pela separação residencial face à família de orientação. Contudo, por si só, o facto de os jovens residirem num determinado local, independente da casa onde habitam os seus pais, não é necessariamente um indicador de estarmos perante indivíduos (plenamente) autónomos no que se refere à habitação, na medida em que, por um lado, essa situação pode ocorrer apenas durante a semana, no caso de estudantes cuja zona de origem é distante da cidade de Aveiro e devido à circunstância, por outro lado, desse local de habitação poder não ser financiado pelo próprio indivíduo - situação provável, dado apenas uma minoria dos estudantes no último ano do curso apresentar um trabalho remunerado, como vimos anteriormente. Desta forma, para além de considerarmos importante averiguar com quem e onde residiam os sujeitos da nossa amostra no termo da sua formação inicial, atentamos igualmente na principal forma de financiamento das suas despesas com habitação, assim como de outras despesas importantes na vida de um estudante: propinas, outros gastos

relacionados com os estudos (livros ou fotocópias, por exemplo), despesas ligadas à manutenção da casa (gás, comida) e às deslocações para a Universidade, e com actividades de lazer, como idas ao cinema ou a bares, por exemplo.

No que se refere à unidade convivencial dos nossos estudantes no último ano dos seus cursos, deparamo-nos com uma elevada percentagem de coabitação com outros colegas da Universidade de Aveiro (46,9%), seguindo-se a coabitação com os pais (29,8%) e a residência unipessoal (9,1%) (Gráfico 5)<sup>2</sup>.

**Gráfico 5. Com quem residiam os indivíduos no último ano do curso**



Estes dados encontram-se obviamente relacionados com a distribuição dos indivíduos pelas zonas geográficas de proveniência que, quando caracterizámos a amostra, revelou bastante diversidade, não obstante o elevado peso dos oriundos do distrito de Aveiro. Assim, percebe-se que durante a semana, os estudantes de fora do distrito de Aveiro viviam preferencialmente com colegas em Aveiro (68,8%) e que alguns daqueles cuja zona de proveniência era o distrito de Aveiro, dado provavelmente a sua família residir em concelhos mais distantes da cidade, optaram também por viver com colegas da universidade durante a semana (20,6%) (Tabela 5). Naturalmente, os finalistas universitários da nossa amostra

<sup>2</sup> Chama-se a atenção para o facto de 2 dos indivíduos solteiros referirem viver durante a semana com o companheiro(a), situação que parece indicar a existência de um relacionamento afectivo implicando coabitação mas não assimilável, na óptica destes sujeitos, à condição da união de facto. De qualquer forma, na análise que se segue, denotar-se-á sempre a descoincidência entre o número de indivíduos que referiram viver em união de facto (8) e os que apontaram viver com o companheiro(a) (10) no último ano do curso.

apresentam situações residenciais diferentes em função do seu estado civil, com cerca de metade dos solteiros a viver com colegas e quase 1/3 com os pais, ao passo que a grande maioria dos indivíduos casados (83,3%) e em união de facto (75%) residiam com o seu par (Tabela 6).

**Tabela 5. Com quem residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por distrito de origem\***

Origem geográfica Com quem residia	Aveiro		Fora Aveiro		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%
Pais	91	58,7	13	6,8	1	20,0
Outros familiares	3	1,9	3	1,6	-	-
Sozinho	12	7,7	19	9,9	1	20,0
Colegas da U.A.	32	20,6	132	68,8	1	20,0
Amigos	1	0,6	10	5,2	-	-
Cônjuge	13	8,4	6	3,1	1	20,0
Companheiro(a)	2	1,3	7	3,6	1	20,0
Outra opção	1	0,6	1	0,5	-	-
<i>Sem informação</i>	-	-	1	0,5	-	-
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>44,0</b>	<b>192</b>	<b>54,5</b>	<b>5</b>	<b>1,4</b>

N=352

\* Para simplificar a informação, agregámos todos os distritos diferentes de Aveiro numa só coluna

**Tabela 6. Com quem residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por estado civil**

Área Com quem residia	Solteiro		Casado		União de facto		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	104	32,7	-	-	-	-	1	50,0
Outros familiares	6	1,9	-	-	-	-	-	-
Sozinho	31	9,7	1	4,2	-	-	-	-
Colegas da U.A.	160	50,3	2	8,3	2	25,0	1	50,0
Amigos	11	3,5	-	-	-	-	-	-
Cônjuge	-	-	20	83,3	-	-	-	-
Companheiro(a)	4	1,3	-	-	6	75,0	-	-
Outra opção	1	0,3	1	4,2	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	1	0,3	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>318</b>	<b>90,3</b>	<b>24</b>	<b>6,8</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>2</b>	<b>0,6</b>

N=352

Por outro lado, a caracterização das unidades residenciais dos indivíduos no termo do curso segundo a idade à data de administração do inquérito por questionário (Tabela 7) indica-nos que a coabitação com os pais diminui à medida que avança o escalão etário (à excepção do escalão dos 34/35 anos, composto apenas por 8 indivíduos), o que poderia ser interpretado como uma tendência para que as gerações mais recentes da nossa amostra demonstrem menos autonomia face à família de origem, pelo menos ao nível residencial. Contudo, parece tratar-se simplesmente do efeito provocado pelo facto de, na nossa amostra, os



estudantes oriundos do distrito de Aveiro terem maior peso relativo precisamente nos escalões mais baixos (Anexo III, Tabela 30).

**Tabela 7. Com quem residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por idade em 2003**

Idade \ Com quem residia	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	8	38,1	34	35,1	36	31,0	20	25,6	3	13,0	3	37,5	1	11,1
Outros familiares	-	-	-	-	5	4,3	1	1,3	-	-	-	-	-	-
Sozinho	1	4,8	15	15,5	6	5,2	6	7,7	2	8,7	1	12,5	1	11,1
Colegas da U.A.	11	52,4	40	41,2	53	45,7	44	56,4	12	52,2	1	12,5	4	44,4
Amigos	1	4,8	4	4,1	4	3,4	2	2,6	-	-	-	-	-	-
Cônjuge	-	-	1	1,0	9	7,8	3	3,8	3	13,0	1	12,5	3	33,3
Companheiro(a)	-	-	1	1,0	3	2,6	2	2,6	2	8,7	2	25,0	-	-
Outra opção	-	-	2	2,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,3	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>	<b>97</b>	<b>27,6</b>	<b>116</b>	<b>33,0</b>	<b>78</b>	<b>22,2</b>	<b>23</b>	<b>6,5</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N=352

A mesma análise em função do ano lectivo de conclusão do curso não parece acrescentar diferenças relevantes entre a amostra (Anexo III, Tabela31), mas levando em consideração o género (Tabela 8), constata-se que, embora as percentagens de raparigas e de rapazes a coabitar com os pais e com colegas da universidade sejam muito próximas, a residência unipessoal assume maior peso no caso dos indivíduos do sexo masculino. De forma concordante com a análise do estado civil anteriormente efectuada, verifica-se ainda ser maior a representatividade dos rapazes que habitavam com a sua companheira (em união de facto), e mais elevada a percentagem de raparigas vivendo com o marido.

**Tabela 8. Com quem residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por sexo**

Com quem residia	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Pais	75	30,0	30	29,4
Outros familiares	6	2,4	-	-
Sozinho	20	8,0	12	11,8
Colegas da U.A.	119	47,6	46	45,1
Amigos	8	3,2	3	2,9
Cônjuge	17	6,8	3	2,9
Companheiro(a)	3	1,2	7	6,9
Outra opção	1	0,4	1	1,0
Sem informação	1	0,4	-	-
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>71,0</b>	<b>102</b>	<b>29,0</b>

N=352

Relativamente à influência da área de formação na caracterização das unidades de convivência dos sujeitos (Tabela 9), registam-se alguns dados interessantes:

- Em sintonia com a distribuição dos indivíduos pelo estado civil no último ano do curso, nas áreas de ensino, com destaque para Ensino I, a representatividade da coabitação com o cônjuge é superior à apresentada pelas restantes áreas de formação, ao passo que nas áreas das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação a percentagem de indivíduos coabitando com o companheiro(a) assume maior relevância;
- Existe maior peso relativo da coabitação com os pais por parte dos estudantes das áreas de ensino, particularmente de Ensino I, única área em que é superior à coabitação com colegas;
- Nota-se maior peso relativo da coabitação com os colegas da universidade por parte dos estudantes das áreas de Ciências e das Engenharias.

Tabela 9. Com quem residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por área de formação

Com quem residia \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	13	40,6	40	36,0	12,0	20,3	24	26,1	16	27,6
Outros familiares	-	-	3	2,7	-	-	1	1,1	2	3,4
Sozinho	4	12,5	8	7,2	9,0	15,3	6	6,5	5	8,6
Colegas da U.A.	7	21,9	51	45,9	33,0	55,9	48	52,2	26	44,8
Amigos	3	9,4	1	0,9	3,0	5,1	3	3,3	1	1,7
Cônjuge	5	15,6	7	6,3	2,0	3,4	3	3,3	3	5,2
Companheiro(a)	-	-	-	-	-	-	6	6,5	4	6,9
Outra opção	-	-	1	0,9	-	-	1	1,1	-	-
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,7
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59,0</b>	<b>16,8</b>	<b>92,0</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

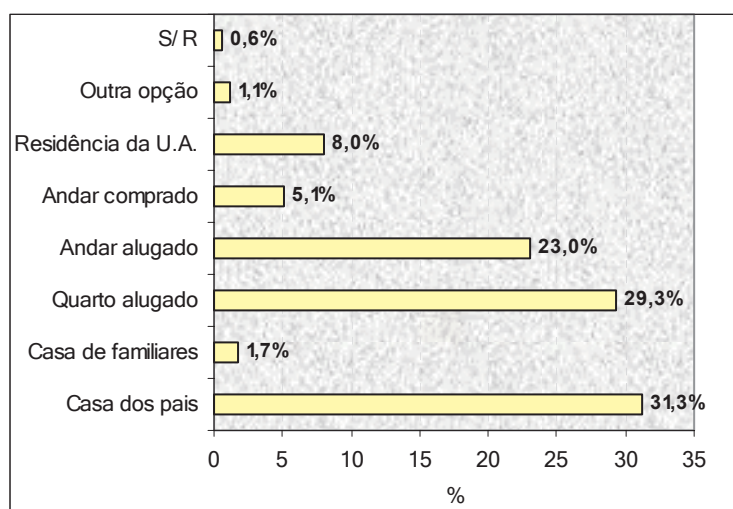
N=352

À semelhança do que apontámos relativamente à idade, poderíamos inferir destas duas últimas constatações uma diferença entre as áreas de formação no que se refere ao grau de autonomia residencial dos sujeitos, com os estudantes de Ensino I mais dependentes dos pais e os de Ciências e das Engenharias com maior autonomia. Todavia, novamente deve ter-se em conta que é a proveniência dos indivíduos das diferentes áreas de formação (Anexo III, Tabela 32) que interfere na sua situação residencial, já que, na nossa amostra, a grande maioria dos alunos de Ensino I (78,1%) é oriunda do distrito de Aveiro, acontecendo o mesmo com mais de metade dos estudantes de Ensino II (57,7%) e invertendo-se esta situação nos indivíduos de Ciências, Engenharias e Gestão, Planeamento e Comunicação, cuja maior parte (respectivamente 76,3%, 62,0% e 63,8%) provêm

de outros distritos. Assim sendo, a questão central parece ser a de que as áreas de formação têm origens geográficas de recrutamento diferenciadas, o que, por sua vez, condiciona a situação residencial dos indivíduos, com aqueles que são oriundos do distrito de Aveiro a manter a coabitação com os seus pais, inversamente àqueles cuja família reside noutros distritos e que recorrem, na sua maioria, à partilha de habitação com colegas da universidade.

Por sua vez, a análise do local de residência dos nossos inquiridos no último ano do curso, de forma congruente com os dados apresentados relativamente às pessoas que com eles residiam, revela que 31,3% dos indivíduos habitava na casa dos pais, 29,3% em quartos alugados, 23,0% em andares alugados, sendo apenas de 8,0% e de 5,1% a proporção de estudantes que viviam, respectivamente, em residências da Universidade de Aveiro e em andares comprados (Gráfico 5).

**Gráfico 5. Onde residiam os indivíduos no último ano do curso**



Parece-nos que a caracterização do local de residência se encontra obviamente ligada à análise das unidades de convivência atrás efectuada, pelo que optámos por cruzar as informações relativas a estas duas dimensões da situação residencial, o que nos permitiu obter uma panorâmica global desta questão, remetendo para anexo as tabelas de cruzamentos entre local de residência e estado civil, idade, ano de conclusão do curso e área de formação (Anexo III, Tabelas 33, 34, 35, 36, 37). Assim, a Tabela 10 possibilita a apreensão de alguns

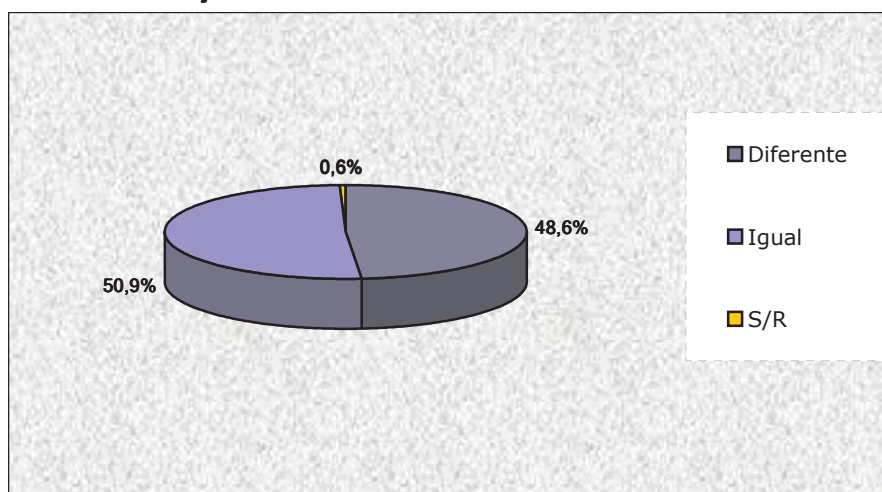
dados interessantes, para além da evidente constatação de praticamente a totalidade dos estudantes a viver com os pais o fazer na casa paterna: os indivíduos coabitando com colegas preferiam fazê-lo em quartos alugados (47,3%) ou em andares alugados (37,0%); os estudantes casados apresentavam alguma diversidade no que toca ao local de habitação, realçando-se os 15% que viviam com o seu cônjuge na casa dos pais; os indivíduos que viviam sozinhos apresentam a percentagem mais alta de todos os grupos de permanência em residências da Universidade de Aveiro (18,8%), embora predomine no seu caso o quarto alugado (50%).

**Tabela 10. Com quem e onde residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso**

	Pais		Outros		Sozinho		Colegas		Amigos		Cônjuge		Comp.		Outra opção		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	104	99,0	1	16,7	1	3,1	-	-	-	-	3	15,0	-	-	1	50,0	-	-
Casa de familiares	-	-	4	66,7	-	-	-	-	-	-	2	10,0	-	-	-	-	-	-
Quarto alugado	1	1,0	-	-	16	50,0	78	47,3	5	45,5	-	-	2	20,0	-	-	1	100,0
Andar alugado	-	-	-	-	3	9,4	61	37,0	6	54,5	5	25,0	6	60,0	-	-	-	-
Andar comprado	-	-	1	16,7	5	15,6	4	2,4	-	-	8	40,0	-	-	-	-	-	-
Residência da U.A.	-	-	-	-	6	18,8	21	12,7	-	-	-	-	1	10,0	-	-	-	-
Outra opção	-	-	-	-	1	3,1	-	-	-	-	2	10,0	-	-	1	50,0	-	-
Sem informação	-	-	-	-	-	-	1	0,6	-	-	-	-	1	10,0	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>29,8</b>	<b>6</b>	<b>1,7</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>165</b>	<b>46,9</b>	<b>11</b>	<b>3,1</b>	<b>20</b>	<b>5,7</b>	<b>10</b>	<b>2,8</b>	<b>2</b>	<b>0,6</b>	<b>1</b>	<b>0,3</b>

N=352

Finalmente, para concluir a análise da situação residencial dos indivíduos no último ano do curso, interessava-nos ainda saber se durante o fim-de-semana se mantinha a situação identificada para o período semanal, na medida em que poderiam surgir pistas a indiciar se os estudantes tendiam para uma autonomização face à família de orientação, designadamente no caso daqueles que residiam em locais e com pessoas diferentes da casa dos seus pais durante a semana.

**Gráfico 6. Situação residencial ao fim-de-semana**

A este respeito, o gráfico 6 demonstra que a amostra se divide quase equitativamente: cerca de 51% dos indivíduos mantinha a mesma residência ao fim-de-semana e perto de 49% não o fazia. Por si só, estes dados não são muito esclarecedores, uma vez que sabemos que a origem geográfica dos diplomados constitui uma variável importante da sua situação residencial (tendo optado, por este motivo, por enviar para os anexos as tabelas de cruzamentos com as restantes variáveis - Anexo III, Tabelas 38, 39, 40, 41 e 42). Assim sendo, quando temos esta variável em consideração, constatamos que a grande maioria dos indivíduos oriundos de Aveiro (cerca de 70%) tinha a mesma situação durante a semana e ao fim-de-semana e que quase 2/3 daqueles que não eram de Aveiro tinham uma situação diferente (Tabela 11), o que, na nossa óptica, aponta para a relevância da manutenção dos laços de ligação à família de orientação dos estudantes.

**Tabela 11. Situação residencial dos indivíduos (durante o fim-de-semana) no último ano do curso por distrito de origem**

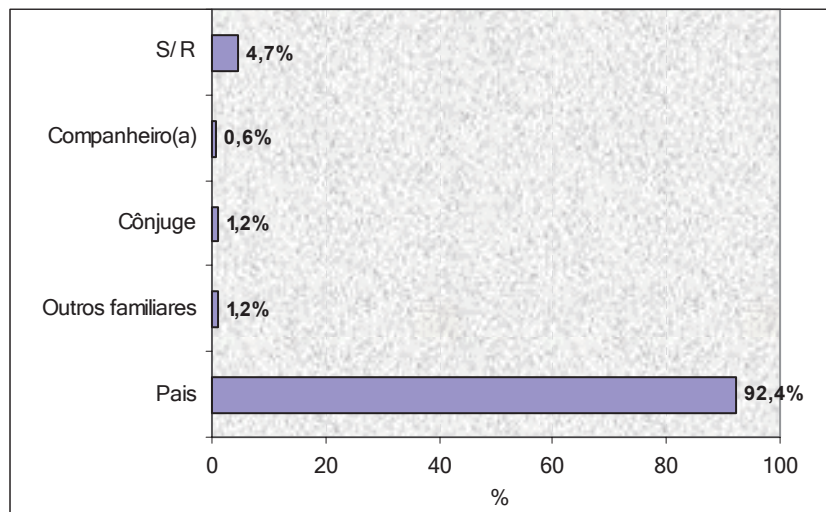
Com quem residia \ Origem	Aveiro		Fora Aveiro		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%
Diferente	45	29,0	125	65,1	1	20,0
Igual	109	70,3	66	34,4	4	80,0
Sem informação	1	0,6	1	0,5	-	-
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>44,0</b>	<b>192</b>	<b>54,5</b>	<b>5</b>	<b>1,4</b>

N=352

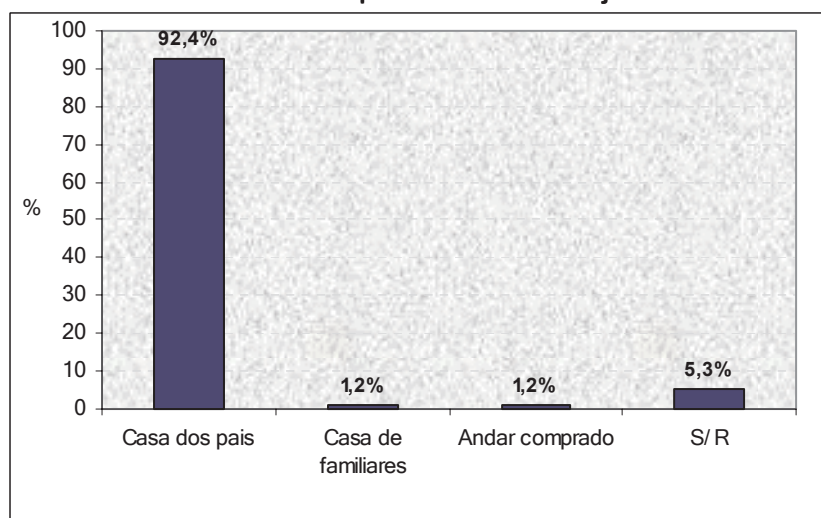
Com efeito, esta perspectiva vê-se confirmada quando nos apercebemos de que a esmagadora maioria dos estudantes que apresentava uma situação residencial

diferente, passava os fins-de-semana com os pais (Gráfico 7) em casa destes (Gráfico 8).

**Gráfico 7. Com quem residiam os diplomados com situação diferente ao fim-de-semana**



**Gráfico 8. Onde residiam os diplomados com situação diferente ao fim-de-semana**



No seguimento da análise até aqui efectuada, somos levados a reconhecer que duas situações - por um lado, o grande peso dos estudantes que, no último ano do curso, viviam com os seus pais, designadamente dos estudantes oriundos do distrito de Aveiro e, por outro lado, o retorno maciço aos fins-de-semana à casa dos pais por parte dos indivíduos que durante a semana apresentavam uma situação residencial diferente - delineiam um perfil de pouca autonomia por parte

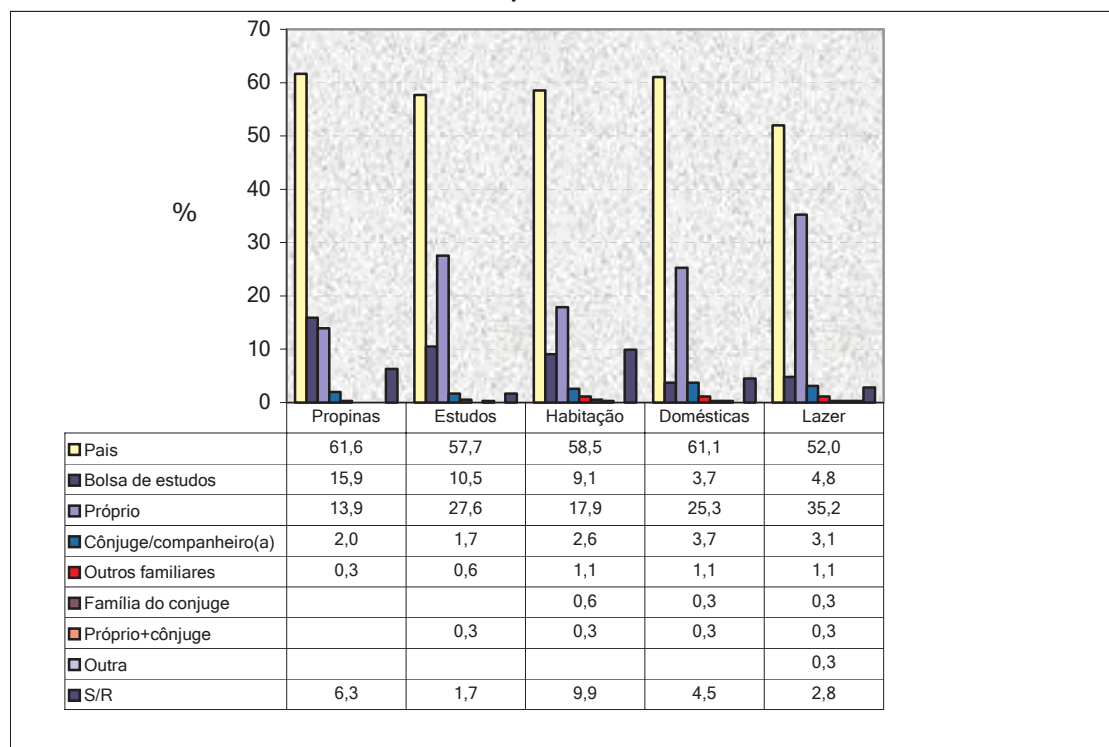
de grande parte dos indivíduos da nossa amostra no último ano do curso, pelo menos nas dimensões até aqui analisadas.

Contudo, a questão de saber se os indivíduos da nossa amostra, enquanto estudantes no ano de finalização do seu curso, tendiam para alguma autonomização face à sua família de orientação não poderia deixar de passar ainda pela consideração das formas de financiamento de todo um conjunto de despesas inerentes à frequência de um curso do ensino superior - designadamente com propinas ou com livros e fotocópias -, bem como de gastos indispensáveis com o aluguer ou compra de habitação, com alimentação e transportes, ou ainda das despesas com actividades de lazer, como idas ao cinema ou a bares.

Em função da análise da situação residencial até aqui efectuada, e tendo em conta que, como vimos no capítulo anterior, a percentagem de estudantes finalistas com algum tipo de actividade remunerada - e portanto, com alguma capacidade para financiar algumas das suas despesas de forma autónoma - se quedava pelos 17,0%, pensamos que o exame das formas de financiamento da vida dos estudantes apontará para a importância da família de origem para uma grande parte dos indivíduos, corroborando a perspectiva de autonomia reduzida entre eles já antes evidenciada. E, com efeito, o gráfico 9 vem confirmar esta perspectiva, na medida em que, para todas as despesas consideradas, os pais constituíam o garante financeiro para mais de metade dos estudantes finalistas: 61,6% no caso das propinas, 57,7% no que se refere a outros gastos relacionados com os estudos, 58,8% relativamente às despesas com habitação, 61,1% no caso de despesas que designámos de domésticas (gás, comida, deslocações) e 52,0% em relação aos gastos com actividades de lazer. Concretizando um pouco mais esta análise, verificamos que as propinas são os gastos que maioritariamente são suportados por outros que não o próprio, dado que, aos pais, acrescentam-se as bolsas de estudos (15,9%) como forma de financiamento. No caso de todas as outras despesas, a seguir aos pais, são os próprios indivíduos que asseguram o seu financiamento, facto que não deixa de surpreender um pouco, em função da já assinalada percentagem relativamente reduzida de estudantes com actividades

remuneradas. Esta descoincidência é particularmente evidente nas despesas com os estudos, nos gastos domésticos e com actividades de lazer, suportados, respectivamente por 27,6%, 25,3% e 35,2% dos indivíduos, pelo que consideramos interessante averiguar a razão a ela subjacente. Para tal, escolhemos o tipo de despesa que apresentava a percentagem mais elevada de financiamento pelo próprio - com actividades de lazer - e tentamos determinar a existência de diferenças na amostra em função, não apenas da condição perante o trabalho no último ano do curso, como também das restantes variáveis independentes que assumimos como importantes na caracterização dos percursos de vida dos nossos inquiridos.

**Gráfico 9. Forma de financiamento das despesas no último ano do curso**



Assim sendo, observamos que, como seria de esperar, a grande maioria dos estudantes que trabalhavam no último ano do curso asseguravam as suas próprias despesas com actividades de lazer; contudo, cerca de  $\frac{1}{4}$  dos estudantes sem actividade remunerada referiram também garantir o pagamento dessas despesas por si sós (Tabela 12), o que nos leva a supor estarmos possivelmente perante situações em que alguns dos estudantes a tempo inteiro no final do curso



desempenharam algum tipo de trabalho de forma esporádica e com características de informalidade (sem recibo, por exemplo), não enquadrável, na perspectiva deles, na designação de “actividade profissional” que constava da questão 25 do inquérito por questionário, mas que lhes garantia amealhar algum dinheiro para as suas despesas pessoais.

**Tabela 12. Forma de financiamento das despesas com actividades de lazer no último ano do curso por condição perante o trabalho**

Quem financiava	Trabalhava		Não		Sim		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	177	61,0	5	8,3	1	50,0	-	-
Bolsa de estudos	16	5,5	1	1,7	-	-	-	-
Próprio	73	25,2	50	83,3	1	50,0	-	-
Cônjuge/companheiro(a)	9	3,1	2	3,3	-	-	-	-
Outros familiares	4	1,4	-	-	-	-	-	-
Família do cônjuge	1	0,3	-	-	-	-	-	-
Próprio+cônjuge	1	0,3	-	-	-	-	-	-
Outra	1	0,3	-	-	-	-	-	-
Sem informação	8	2,8	2	3,3	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>290</b>	<b>82,4</b>	<b>60</b>	<b>17,0</b>	<b>2</b>	<b>0,6</b>		

N=352

Por outro lado, o exame das formas de financiamento das despesas com actividades de lazer em função da área de formação (Tabela 13) patenteia interessantes diferenças: os estudantes de Ensino II apresentam a mais baixa percentagem de financiamento por parte dos pais (31,5%) e a mais alta de utilização de recursos próprios (58,6%) - podendo tratar-se, a ser verdade a suposição que apresentámos, de recursos obtidos através de explicações, por exemplo -; os estudantes de Ensino I são aqueles que dispõem de menos recursos próprios (15,6%) e que mais apresentam a bolsa de estudos como meio de financiamento das despesas de lazer; nas áreas de Ciências, Engenharias e Gestão, Planeamento e Comunicação os indivíduos contavam em percentagens importantes com o apoio dos pais neste tipo de despesas.

Tabela 13. Forma de financiamento das despesas com actividades de lazer no último ano do curso por área de formação

Quem financiava	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	15	46,9	35	31,5	40	67,8	57	62,0	36	62,1
Bolsa de estudos	6	18,8	3	2,7	2	3,4	4	4,3	2	3,4
Próprio	5	15,6	65	58,6	12	20,3	26	28,3	16	27,6
Cônjuge/companheiro(a)	2	6,3	3	2,7	2	3,4	3	3,3	1	1,7
Outros familiares	-	-	-	-	1	1,7	2	2,2	1	1,7
Família do cônjuge	-	-	1	0,9	-	-	-	-	-	-
Próprio+cônjuge	-	-	1	0,9	-	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	1	1,7	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	4	12,5	3	2,7	1	1,7	-	-	2	3,4
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N=352

Por sua vez, o cruzamento das formas de financiamento com as variáveis estado civil, idade, ano de conclusão do curso e sexo (Anexo III, Tabelas 43, 44, 45 e 46) não nos revelou diferenças significativas entre a amostra.

Em síntese, destacamos a reduzida autonomia vivida pelos diplomados da nossa amostra quando se encontravam no último ano dos seus cursos. Mais visível no plano residencial, esta autonomia era também limitada no que se refere à dimensão financeira, dados os pais constituírem o principal garante financeiro de todas as despesas consideradas. Contudo, as formas de financiamento de um dos tipos de despesas - com actividades de lazer - eram diferentes em função da área de formação dos indivíduos, notando-se menor autonomia por parte dos estudantes de Ciências, Engenharias e Gestão, Planeamento e Comunicação - que contavam com o apoio dos pais - e de Ensino I - para quem, além dos pais, tinham importância as bolsas de estudos - e maior autonomia por parte dos estudantes de Ensino II, que, numa percentagem significativa, próxima dos 60%, asseguravam por si mesmos as suas próprias despesas.

## 2. Caracterização da situação familiar dos diplomados em 2003

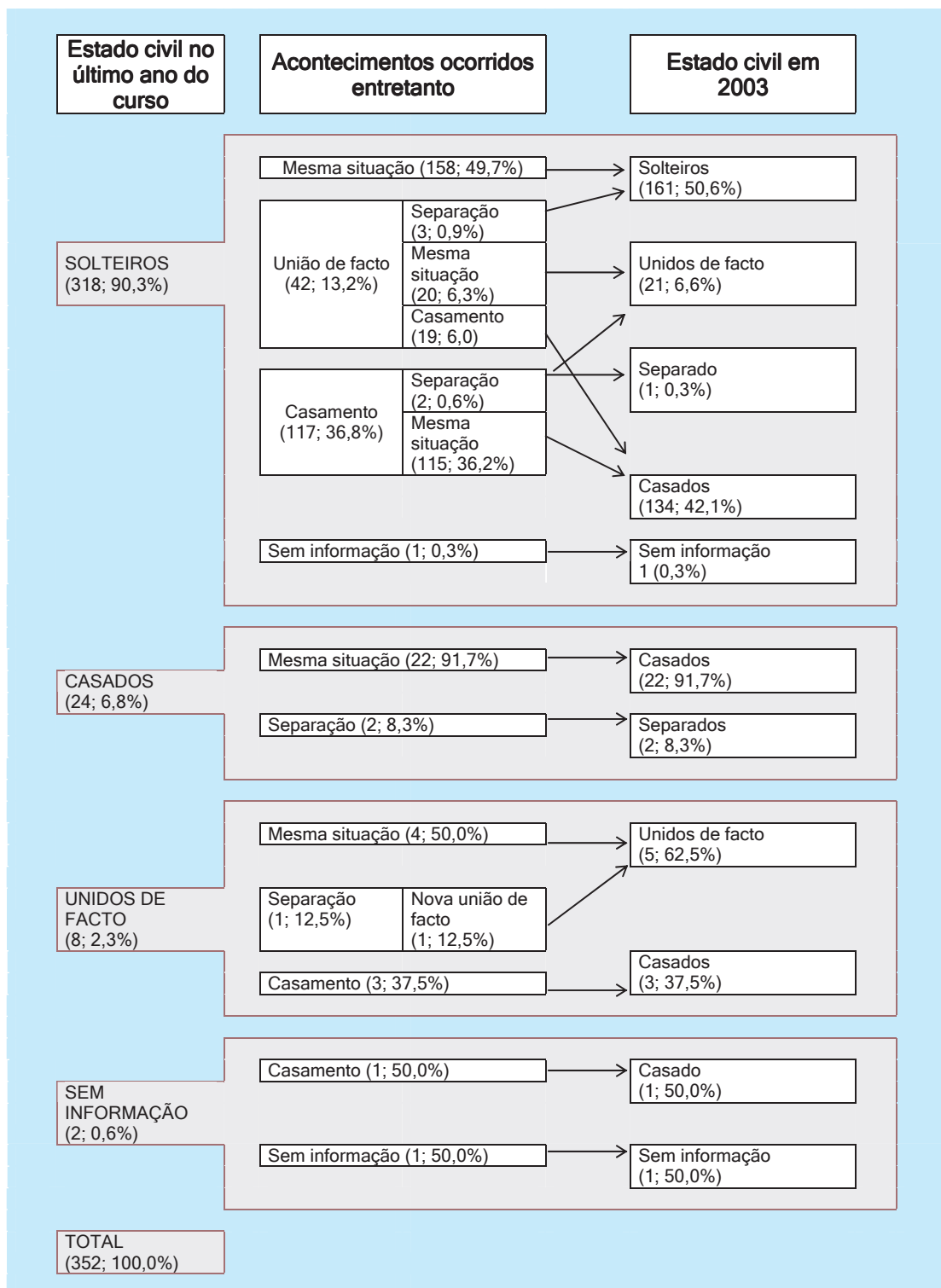
De acordo com os nossos objectivos, tornava-se importante levar em consideração tanto a caracterização dos indivíduos no que se refere à sua situação perante a família ao momento do inquérito por questionário, como todo o processo anterior a esse momento. Queremos referir-nos ao conjunto dos percursos familiares, numa perspectiva mais dinâmica, com dois marcos temporais importantes, o primeiro no último ano do curso superior e o segundo em 2003.

A observação do Diagrama 1 permite-nos dar conta de dois factos, nomeadamente, a grande diversidade de trajetórias possíveis no conjunto da população em estudo e, em simultâneo, a manutenção das situações familiares iniciais por parte de percentagens significativas quer do grupo dos solteiros (que em cerca de 50% continuam solteiros), quer do grupo dos casados (que na sua esmagadora maioria continuam casados) ou dos que viviam em união de facto, metade dos quais mantêm essa relação.

Quanto à diversidade dos percursos familiares, exceptuando as já referidas situações de manutenção do estado civil inicial, é possível identificar as seguintes combinações:

- Solteiro/união de facto
- Solteiro/união de facto/casamento
- Solteiro/casamento
- Solteiro/casamento/separação
- Solteiro/casamento/separação/união de facto
- Casado/separação
- Unido de facto/separação/nova união de facto
- Unido de facto/casamento

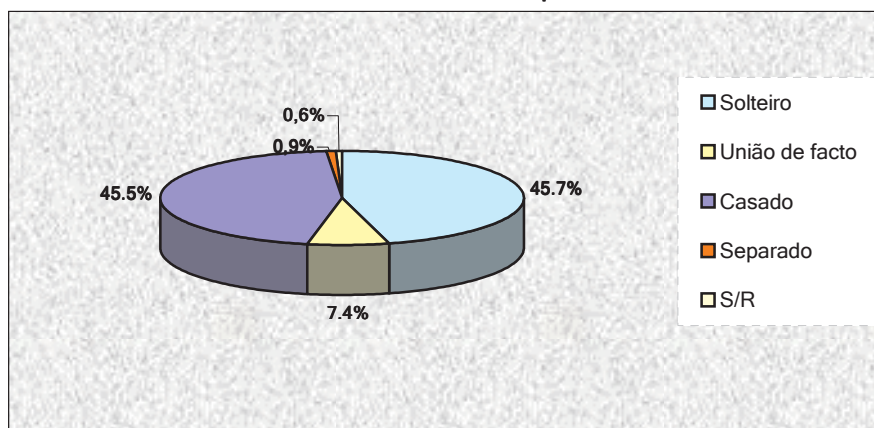
Diagrama 1. Percursos familiares dos diplomados



No conjunto de trajectórias em que houve algum tipo de movimentação relativamente ao estado civil inicial, evidencia-se o peso da trajectória solteiro/casamento relativamente a todas as outras trajectórias, assim como a percentagem relativamente circunscrita de indivíduos inicialmente solteiros e que

entretanto iniciaram uniões de facto. Estas situações serão analisadas em mais detalhe no capítulo seguinte, mas, por contribuírem para uma imagem de alguma tradicionalidade das trajectórias familiares dos nossos diplomados, não poderiam deixar de ser realçadas neste momento.

Gráfico 10. Estado civil dos diplomados em 2003



Por sua vez, a observação das situações familiares em 2003, através da distribuição dos indivíduos por estado civil (Gráfico 10) suscita, desde logo, duas constatações:

- Existe uma distribuição muito semelhante dos diplomados pelas situações de casado (45,5%, o que representa 160 indivíduos) e de solteiro (45,7%, ou seja, 161 indivíduos);
- É reduzida a proporção de indivíduos vivendo em união de facto (7,4%, o que significa 26 indivíduos) e ainda mais a de separados ou divorciados (0,9% - apenas 3 indivíduos).

Comentando a primeira constatação, poderemos atribuir esta situação à heterogeneidade etária da amostra. De facto, quando observamos a distribuição dos indivíduos pelos diversos estados civis em função da idade (Tabela 14), notamos que os solteiros predominam nos escalões etários mais baixos, diminuindo progressivamente até aos 32/33 anos, contrariamente ao que sucede com os casados, cuja representatividade aumenta de escalão para escalão até atingir o seu máximo precisamente no escalão dos 32/33 anos.

**Tabela 14. Estado civil dos diplomados por idade em 2003**

Estado civil \ Idade	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiro	17	81,0	55	56,7	57	49,1	23	29,5	2	8,7	2	25,0	5	55,6
União de facto	1	4,8	8	8,3	10	8,6	4	5,1	2	8,7	1	12,5	-	-
Casado	3	14,3	31	32,0	48	41,4	51	65,4	18	78,3	5	62,5	4	44,4
Separado/ divorciado	-	-	2	2,1	-	-	-	-	1	4,4	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	-	-	1	1,0	1	0,9	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>	<b>97</b>	<b>27,6</b>	<b>116</b>	<b>33,0</b>	<b>78</b>	<b>22,2</b>	<b>23</b>	<b>6,5</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N=352

Mas, não deixa de ser interessante o facto da proporção de indivíduos casados cair a partir dessa idade, principalmente por não parecer tratar-se de um efeito da dissolução dos casamentos. Com efeito, convindo não esquecer que os escalões etários mais elevados são os que têm menos representatividade no conjunto da amostra, podendo ocorrer por este motivo alguma distorção dos dados, nota-se apesar de tudo, a representatividade novamente ganha pelos solteiros nos dois últimos escalões, principalmente no dos 36 ou mais anos. Questionando as razões subjacentes a este facto, coloca-se a possibilidade de estes indivíduos verem as suas trajectórias familiares condicionadas por constrangimentos inerentes às suas situações profissionais, seja por não estarem inseridos de forma segura no mercado de trabalho e, conseqüentemente não disporem de condições materiais suficientes para firmar laços de conjugalidade, seja porque as exigências colocadas pelos desempenhos profissionais os levam a adiar os projectos do foro pessoal. A este propósito, embora se trate de um problema de investigação reservado para o capítulo VIII, se levarmos em consideração os dados já apresentados no capítulo VI, não deixamos de constatar um interessante paralelismo entre a distribuição dos diplomados pela condição perante o trabalho segundo a sua idade em 2003 e a sua caracterização em termos de estado civil segundo a mesma variável, que temos vindo a discutir: o peso da situação de empregado vai aumentando dos 26/27 anos até aos 32/33 anos, decaindo nos dois últimos escalões, não obstante manter-se elevada. Acresce ainda o facto de nos indivíduos com pelo menos 36 anos se encontrar o único estagiário de toda a amostra.

Não é ainda de desprezar, na nossa perspectiva, a questão das representações associadas ao casamento, podendo estar em causa uma visão dos relacionamentos afectivos, por parte destes indivíduos, que não passe pela sua

institucionalização, possibilidade que procuraremos aprofundar na secção seguinte dedicada aos diplomados solteiros.

Continuando a análise da equidade aparente entre diplomados solteiros e casados, a Tabela 15 mostra-nos uma relação clara entre estado civil e antiguidade na posse do diploma, com os diplomados mais “antigos” a apresentar predominantemente a situação de casado, e com a situação de solteiro a caracterizar os diplomados mais recentes. A variável sexo também nos permite diferenciar os diplomados, na medida em que a percentagem de mulheres casadas (47,2%) é superior à de solteiras (43,6%), inversamente àquilo que acontece com os homens (com 41,2% de casados e 51,0% de solteiros) (Tabela 16). Relativamente à área de formação, evidencia-se a mesma clivagem observada nas situações familiares dos indivíduos quando frequentavam o último ano do curso, ou seja, nas áreas de Ensino I e Ensino II, as percentagens de diplomados casados (53,1% e 52,3%, respectivamente) são mais altas do que nas restantes áreas de formação, onde se destacam Ciências e Gestão, Planeamento e Comunicação pelo facto do peso dos solteiros (respectivamente de 55,9% e de 48,3%) ser superior ao dos casados (37,3% e 39,7% pela mesma ordem) (Tabela 17).

**Tabela 15. Estado civil dos diplomados por ano de conclusão do curso**

Estado civil \ Ano	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		<i>Sem informação</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiro	8	23,5	23	34,9	35	46,1	27	42,9	57	62,0	7	58,3	4	44,4
União de facto	1	2,9	5	7,6	4	5,3	6	9,5	9	9,8	-	-	1	11,1
Casado	25	73,5	37	56,1	37	48,7	29	46,0	23	25,0	5	41,7	4	44,4
Separado	-	-	1	1,5	-	-	1	1,6	1	1,1	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2,2	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>9,7</b>	<b>66</b>	<b>18,8</b>	<b>76</b>	<b>21,6</b>	<b>63</b>	<b>17,9</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>12</b>	<b>3,4</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N= 352

Tabela 16. Estado civil dos diplomados por sexo

Estado civil \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Solteiro	109	43,6	52	51,0
União de facto	19	7,6	7	6,9
Casado	118	47,2	42	41,2
Separado/ divorciado	3	1,2	-	-
Sem informação	1	0,4	1	1,0
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>71,0</b>	<b>102</b>	<b>29,0</b>

N=352

Tabela 17. Estado civil dos diplomados por área de formação

Estado civil \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiro	12	37,5	49	44,1	33	55,9	39	42,4	28	48,3
União de facto	1	3,1	4	3,6	3	5,1	12	13,0	6	10,3
Casado	17	53,1	58	52,3	22	37,3	40	43,5	23	39,7
Separado/ divorciado	2	6,3	-	-	-	-	-	-	1	1,7
Sem informação	-	-	-	-	1	1,7	1	1,1	-	-
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N=352

Relativamente ao facto de, no conjunto da população analisada, a proporção de indivíduos vivendo em união de facto (e ainda mais a de separados ou divorciados) ser bastante menor do que a de casados e de solteiros, trata-se de uma constatação requerendo alguns cuidados para evitar simplismo na análise. Por um lado, sendo certo que tínhamos alguma expectativa de que os resultados demonstrassem mais veementemente padrões de conjugalidade não tradicionais, não é menos certo que a percentagem apurada neste estudo é nitidamente superior à percentagem de indivíduos portugueses que, no conjunto da população residente, vivem em união de facto - 3,7%. Por outro lado, os diplomados apresentam diferenciações internas com interesse, não tanto no que diz respeito às variáveis idade - ainda que se note uma proporção ligeiramente maior de uniões de facto nos indivíduos com 34 e 35 anos (Tabela 14) -, ano de conclusão do curso (Tabela 15) ou sexo (Tabela 16), mas naquilo que se refere à área de formação (Tabela 17). Efectivamente, os diplomados das diferentes áreas distribuem-se de forma desigual pela união de facto, situação com mais peso entre os de Engenharia (13%), Gestão, Planeamento e Comunicação (10,3%) e com percentagens muito menores nas áreas de Ensino I (3,1%) e Ensino II (3,6%).



Em função deste conjunto de dados que tem vindo a ser apresentado, parece-nos existir um padrão tradicional de entrada na conjugalidade por parte dos diplomados das duas áreas de Ensino - dada a predominância dos casados sobre os solteiros e as baixas percentagens de indivíduos vivendo em união de facto - e uma quebra de tal padrão nas restantes áreas, em função das elevadas percentagens de indivíduos solteiros (Ciências e Gestão, Planeamento, Comunicação) e da maior representatividade das uniões de facto (Engenharias e Gestão, Planeamento, Comunicação). Como apontámos anteriormente, uma explicação cabal para estes dados requer que se equacionem variáveis ligadas quer ao tipo de inserção profissional experimentada pelos sujeitos, quer ao seu universo de representações sobre a família e o casamento, largamente determinado pelas suas origens sociais e culturais.

Desde logo, no que se refere à situação profissional dos diplomados em 2003, que apurámos no capítulo anterior, os dados apontavam para a predominância da situação de emprego em todas as áreas de formação, à excepção da área onde o peso relativo dos solteiros é mais significativo, ou seja, a área de Ciências, na qual se detectavam também as percentagens mais altas de diplomados desempregados, de estudantes com ou sem bolsa e de bolseiros de investigação. Verificámos igualmente que tanto em Ciências como em Gestão, Planeamento e Comunicação, esta última caracterizada por uma elevada percentagem de indivíduos solteiros e com as uniões de facto a assumirem alguma relevância, encontravam-se percentagens importantes de trajectórias precárias estagnadas. Se estas constatações nos permitem associar, de alguma forma, o adiar da conjugalidade ou a sua informalidade a uma certa instabilidade profissional vivida pelos diplomados destas duas áreas, esta ligação já não é clara no caso dos diplomados das áreas de Ensino I e II e das Engenharias. Com efeito, para além de nestas três áreas não se registarem diferenças substanciais relativamente à condição perante o trabalho, dado que os diplomados empregados constituíam, sempre uma maioria em cada área, acrescenta-se que, no caso das Engenharias - com a mais alta taxa de uniões de facto - predominam claramente as trajectórias estáveis ascendentes, ao passo que nas áreas de Ensino I e II - com percentagens elevadas de indivíduos casados - o peso dos indivíduos com esse

tipo de trajectórias é menor e o das trajectórias precárias maior. Assim sendo, somos levados a considerar que as dificuldades de inserção profissional, por si só, não constituem o único factor condicionante das trajectórias de inserção familiar, e que, portanto, as perspectivas e atitudes sobre o casamento e a família terão um impacto efectivo sobre as práticas dos diplomados. Vejamos, então, se esta inferência se confirma quando cruzamos o estado civil dos diplomados com os seus tipos de trajectórias profissionais.

**Tabela 18. Estado civil dos diplomados por tipo de trajectória profissional**

Estado civil \ Trajectória	Estável ascendente		Estável estagnada		Estável descendente		Precária ascendente		Precária estagnada		Precária descendente		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiro	45	36,6	29	51,8	2	66,7	28	46,7	34	58,6	1	20,0	14	4,2
União de facto	10	8,1	2	3,6	1	33,3	4	6,7	3	5,2	-	-	3	0,9
Casado	65	52,8	24	42,9	-	-	28	46,7	20	34,5	4	80,0	13	3,9
Separado	2	1,6	1	1,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem informação	1	0,8	-	-	-	-	-	-	1	1,7	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>36,7</b>	<b>56</b>	<b>16,7</b>	<b>3</b>	<b>0,9</b>	<b>60</b>	<b>17,9</b>	<b>58</b>	<b>17,3</b>	<b>5</b>	<b>1,5</b>	<b>30</b>	<b>9,0</b>

N=335

**Nota:**

Esta tabela integra um total de 335 indivíduos, dado que dos 352 inquiridos, 17 nunca trabalharam, não apresentando, portanto, qualquer tipo de trajectória profissional

A observação da Tabela 18 demonstra-nos que a ligação entre o estado civil dos diplomados e a sua evolução profissional não é directa. Com efeito, por um lado, o peso dos indivíduos casados é preponderante entre aqueles que apresentam trajectórias estáveis ascendentes (52,8%) e, inversamente, são os solteiros que mais se encontram representados nas trajectórias precárias estagnadas (58,6%), o que permitiria associar a estabilidade da trajectória à ocorrência da conjugalidade. Contudo, duas evidências vêm contrariar esta associação, ou seja, o peso dos solteiros no conjunto das trajectórias estáveis estagnadas, que é importante (51,8%), e o facto de existir equilíbrio entre solteiros e casados nas trajectórias precárias ascendentes (46,7% para ambos os estados civis). Por outro lado, as uniões de facto, sempre minoritárias, parecem assumir maior representatividade quando as trajectórias são ascendentes, quer na estabilidade (8,1%), quer na precariedade (6,7%).

Em função destes dados, parece-nos legítimo atender à possível influência que a origem social dos diplomados possa ter tido sobre as diferenciações internas detectadas na amostra.

Nesta perspectiva, é interessante notar (Tabela 19) que é nos diplomados oriundos das classes dirigentes que a união de facto assume um peso mais expressivo (12,3%), ainda mais quando sabemos - pela análise efectuada no capítulo anterior - que esta origem social é mais frequente, precisamente, entre os diplomados das áreas das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação, ou seja, naquelas que apresentam maiores percentagens de indivíduos em união de facto. Por outro lado, esta constatação, que sugere alguma ligação entre as classes sociais de origem e o grau de formalidade dos relacionamentos afectivos, vê-se corroborada pelo facto de, entre as classes populares, as uniões de facto serem muito pouco expressivas (1,9%) e de os solteiros apresentarem uma percentagem relativamente elevada (59,3%). Estes dados indicam, aparentemente, que, para os indivíduos oriundos das classes populares, o casamento constitui a via privilegiada - quase exclusiva - para encetar uma vida a dois, e, que, portanto, eles permanecem solteiros, não optando por uma solução intermédia, digamos, enquanto tal acontecimento não ocorrer.

**Tabela 19. Estado civil dos diplomados por origem social**

Origens de classe	Dirigentes		Médias		Populares		Sem Informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Estado civil</b>								
Solteiro	23	40,4	93	42,3	32	59,3	13	61,9
União de facto	7	12,3	16	7,3	1	1,9	2	9,5
Casado	26	45,6	107	48,6	21	38,9	6	28,6
Separado/ divorciado	1	1,8	2	0,9	-	-	-	-
Sem informação	-	-	2	0,9	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>16,2</b>	<b>220</b>	<b>62,5</b>	<b>54</b>	<b>15,3</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>

N=352

Se, juntando a esta leitura dos dados, recordarmos que as áreas de Ensino I e II concentravam percentagens significativas de diplomados oriundos das classes populares (capítulo VI), parece-nos ser possível entender as diferenças entre os tipos de inserção familiar, atrás realçadas, como o produto, em primeiro lugar, dos constrangimentos inerentes à posição de classe inicial dos diplomados e, em segundo lugar, dos condicionalismos de ordem profissional que se colocam aos diplomados.

Neste sentido, a força com que o universo cultural associado à origem social dos indivíduos parece sobrepor-se à influência que a situação profissional tem sobre as suas práticas, no domínio da família, é particularmente visível no caso dos diplomados cujas condições de instabilidade no trabalho não os impedem de casar, ou, alternativamente, os levam a retardar tal acontecimento.

### 3. Síntese

O conjunto de dados que foi apresentado ao longo deste capítulo leva-nos a considerar que a hipótese segundo a qual assistiríamos a trajectórias familiares não enquadráveis naquilo que designámos de padrões tradicionais de inserção familiar, consistindo estes principalmente numa alteração das modalidades e dos tempos que caracterizam o processo de autonomização face à família de origem, não se confirma para a generalidade dos diplomados.

Com efeito, verificámos que, no final do curso, a situação maioritária era da condição de solteiro, sendo reduzida a percentagem de indivíduos em união de facto, situação que revela a concomitância, nas trajectórias familiares, entre o acontecimento formação superior e a dependência face à família de origem, numa simultaneidade associada a transições de tipo convencional para a idade adulta. De resto, aquela dependência confirma-se no plano residencial, com o peso elevado dos estudantes que viviam com os pais durante a semana e daqueles que, sendo originários de zonas mais distantes de Aveiro e que aí permaneciam durante a semana, retornavam aos fins-de-semana à casa dos seus pais. Também no plano financeiro se apontou uma autonomia limitada, ainda que superior às nossas expectativas, e diferenciada entre as diversas áreas de formação.

Por outro lado, na passagem para o momento em que o inquérito por questionário foi realizado, não obstante a diversidade de trajectórias que identificámos, aquelas que apresentam mais expressão estatística são as de manutenção dos estados civis iniciais, bem como a de solteiro-casado sem passagem pela união de facto.

Relativamente à manutenção do estado civil de solteiro, como vimos, ela parece ter sido provocada por diferentes condicionalismos. Efectivamente, o peso significativo dos solteiros entre os indivíduos originários da classe popular, a par da reduzida percentagem de indivíduos em união de facto, levou-nos a considerar que o casamento seria, nesta classe social, a via privilegiada de acesso à conjugalidade, sendo o retardamento de tal acontecimento, possivelmente, o resultado de representações tradicionais sobre a conjugalidade. Tendo em conta que a classe popular se vê mais representada nos diplomados de Ensino I e Ensino II, precisamente as áreas em que a união de facto era menos expressiva e o casamento mais preponderante, pensamos que a condicionante sócio-cultural para a manutenção do estado civil de solteiro nos diplomados daquelas duas áreas foi fundamental.

Por outro lado, verificámos que a expressão estatística dos indivíduos solteiros entre os diplomados de Ciências e também de Gestão, Planeamento e Comunicação aparece associada à expressão estatística das trajectórias profissionais precárias, constatações que nos permitem ligar, de alguma forma, o adiar da conjugalidade, no caso destas áreas, a uma certa instabilidade profissional.

Por outro lado, a reduzida expressão da união de facto, no conjunto da amostra, não pareceu ficar a dever-se tanto aos constrangimentos de ordem profissional, dado assumir um peso mais elevado nas trajectórias estáveis ascendentes e também nas trajectórias precárias ascendentes, sendo muito mais clara a ligação com a classe social de origem. Como vimos, a união de facto acontecia mais entre os indivíduos oriundos das classes dirigentes; ora, era também mais frequente entre os diplomados das áreas das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação, precisamente aquelas que têm mais expressão de indivíduos provenientes das classes dirigentes.

Em função das considerações que temos vindo a fazer, parece-nos que as dinâmicas de inserção familiar serão o produto conjunto de condicionalismos de ordem sócio-cultural, ligados à classe de origem dos diplomados e dos condicionalismos de ordem profissional que se lhes impõem. Neste sentido,

delineia-se com alguma clareza uma clivagem entre os diplomados das diversas áreas. Por um lado, os diplomados de Ensino I e II, apresentando maior peso da classe popular, denotam processos de inserção mais tradicionais (reduzido peso da união de facto por comparação com o casamento) apesar das suas trajectórias profissionais serem marcadas por alguma precariedade (maior no caso de Ensino II) Por outro lado, os diplomados da área das Engenharias, com um peso mais acentuado de indivíduos da classe dirigente, apresentam processos de transição menos tradicionais (dada a maior representatividade da união de facto), pese embora a nítida estabilidade das suas trajectórias profissionais. Os diplomados de Gestão, Planeamento e Comunicação, também com algum peso da classe dirigente e com alguma diversidade de trajectórias profissionais, nas quais as de precariedade têm algum peso, parecem atravessar igualmente padrões menos tradicionais de inserção familiar (maior representatividade da união de facto e alguma expressão da condição de solteiro) Entretanto, os diplomados das áreas de Ciências, em cujas origens sociais os pesos da classe dirigente popular e da classe dirigente não são muito díspares, parecem apresentar trajectórias familiares marcadas pelo peso de alguma precariedade profissional (manutenção da condição de solteiro).

Desta análise, evidencia-se, então, a existência de padrões de inserção familiar diferenciados, e não uma tendência única e unívoca, como pressupunhamos na nossa 3ª hipótese, diferenciação esta que, tal como outros aspectos ligados às restantes hipóteses de trabalho será esclarecida com a análise mais específica dos diplomados em cada estado civil que segue.

## CAPÍTULO VIII

---

as trajetórias dos diplomados na encruzilhada da  
família e do trabalho





Tendo, até este momento do trabalho, abordado em separado os trajectos dos diplomados no campo profissional (Capítulo VI) e no campo familiar (Capítulo VIII), o presente capítulo visa efectuar a ligação entre estes dois campos. A metodologia por que optámos consiste na apresentação, em separado, das características específicas dos indivíduos em cada estado civil, designadamente naquilo que se refere às suas representações sobre o seu estado civil e a conjugalidade, aos seus tipos de autonomia residencial e financeira e, no caso dos diplomados casados e em união de facto, aos tempos e modalidades de entrada na conjugalidade.

Ao longo da análise que agora iniciamos, procuraremos ir dando resposta a diversas hipóteses de trabalho:

- A 5ª hipótese, segundo a qual as características da inserção profissional condicionam o percurso ao longo do eixo de inserção familiar;
- A 6ª hipótese, onde propusemos a possibilidade de se verificar um papel importante da família de orientação enquanto promotora de uma rede de solidariedade económica aos diplomados;
- A 7ª hipótese, que apontava para que as trajectórias familiares sejam o resultado de lógicas individualistas agindo sobre os comportamentos.

Na medida em que esta metodologia de trabalho implica que cada hipótese de trabalho vá sendo abordada, por diversas vezes, no âmbito de cada secção, faremos uma síntese, no final de cada uma delas, com as principais evidências da análise.

## 1. Os diplomados solteiros

De acordo com os dados apresentados no capítulo anterior, sabemos que dos 318 indivíduos solteiros no último ano do curso, 161 (50,6%) permaneciam nessa situação à data do inquérito por questionário, representando 45,7% do total de 352 indivíduos que constituem a nossa amostra. Sabemos ainda que os diplomados solteiros:

- São mais representativos nos escalões etários mais baixos, diminuindo essa representatividade até aos 32/33 anos e aumentando novamente a partir dos 34/35 anos;
- Vêm o seu peso aumentar com o ano lectivo de conclusão do curso;
- Diferenciam-se por género, na medida em que a percentagem de solteiros do sexo masculino é superior à de raparigas solteiras;
- Têm maior peso entre os diplomados de Ciências e de Gestão, Planeamento e Comunicação, áreas em que - ao contrário das restantes - são mais numerosos do que os indivíduos casados;
- Apresentam maior expressão entre os diplomados oriundos das classes populares do que das classes médias ou das classes dirigentes.

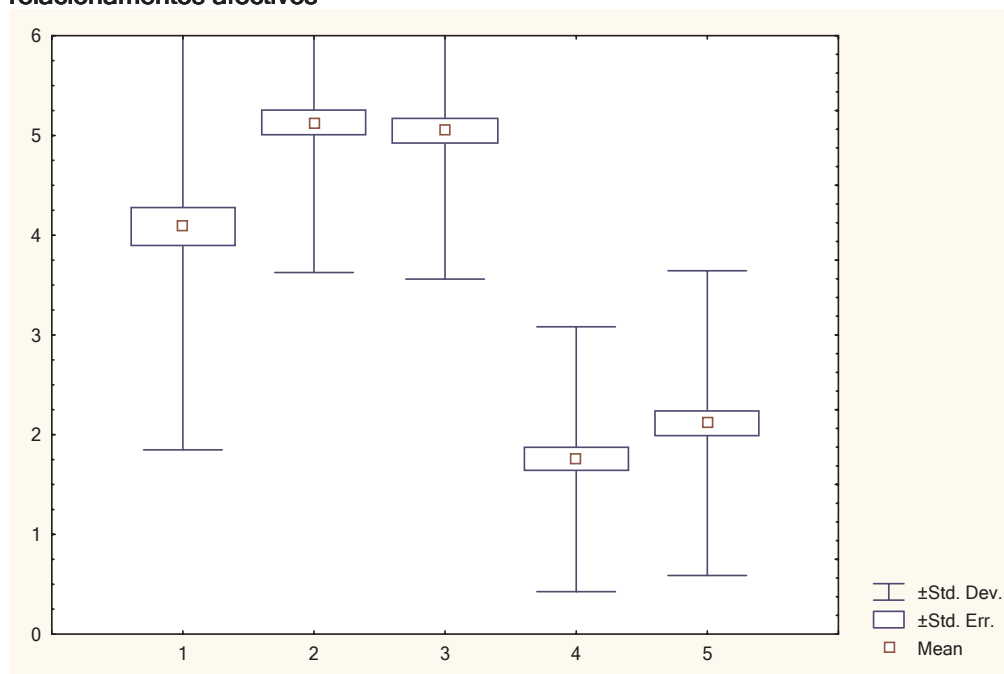
Tendo anteriormente assinalado aquilo que nos parece constituir uma clivagem entre os padrões de inserção familiar dos indivíduos, em certa medida determinada pela sua origem social, interessava-nos averiguar o tipo de representações que os diplomados solteiros apresentavam sobre a conjugalidade, bem como sobre a sua vivência de “ser solteiro” e dos motivos subjacentes a estar nesta condição.

### 1.1. Representações sobre a condição de solteiro e sobre a conjugalidade

Para concretizar este objectivo, começaremos por analisar a forma como os diplomados solteiros se posicionam face a um conjunto de afirmações respeitantes aos seus relacionamentos afectivos à data do inquérito por questionário, ao seu desejo de estabelecer relações de conjugalidade - no sentido

de maior ou menor formalidade -, às suas perspectivas sobre o casamento, bem como à sua posição relativamente à condição de solteiro<sup>1</sup>

**Gráfico 1. Opiniões dos diplomados solteiros relativamente a alguns aspectos relacionados com os relacionamentos afectivos**



**Legenda:**

- Não sou casado nem vivo em união de facto  
 1- Mas tenho um relacionamento estável com alguém  
 2- Mas gostava de casar um dia  
 3- Mas um dia gostava de viver com alguém  
 4- E não acredito no casamento  
 5- Para quê mudar se estou bem assim?

A observação do Gráfico 1 (com as estatísticas descritivas detalhadas no Anexo III, Tabela 47) leva-nos a constatar globalmente que os indivíduos solteiros da nossa amostra não só mantêm relacionamentos afectivos que consideram estáveis (item 1: média de 4,1) - relações de namoro -, como exprimem o desejo de vir a casar (item 2: média de 5,1) ou de viver com alguém (item 3: média de 5,1), manifestando poucas reservas face ao casamento (item 4: média de 1,8) e encarando a situação de solteiro como susceptível de mudança (item 5: média de 2,1).

<sup>1</sup> Estas afirmações correspondem aos itens 1, 5, 7, 9 e 10 da questão 77 do inquérito por questionário, onde era pedido aos indivíduos para manifestarem o seu grau de concordância com cada afirmação numa escala de 1 (mínimo de concordância) a 6 (máximo de concordância).

Concretizando um pouco mais estas observações, no que diz respeito à questão de saber se os diplomados mantêm relações de namoro (item 1), verifica-se que eles se posicionam preferencialmente nos extremos da escala de opinião, dado que, relativamente a este item, 45,9% manifestam um acordo máximo (posição 6) e 27,4% um acordo mínimo (posição 1) - que presumimos estar associado à inexistência, naquela altura, de relacionamentos afectivos -, sendo reduzidas as percentagens de indivíduos que se localizaram nas posições intermédias entre os dois extremos (Anexo III, Gráfico 4). Estes dados apontam, no nosso entender, para duas ilações: por um lado, obviamente, grande parte dos inquiridos (mais de metade, se somarmos as respostas na posição 5 e 6) tem relações de namoro; por outro lado, a maior parte dos diplomados manifesta com clareza que a sua representação acerca da estabilidade dos seus relacionamentos afectivos dificilmente é mensurável em graus, ou seja, ou a relação é estável ou não é (e neste caso, reforçamos parecer-nos não existir relação alguma).

Este indicador das vivências amorosas dos indivíduos denota alguma diferenciação pela variável idade<sup>2</sup>, na medida em que a posição média das respostas diminui com o aumento da idade, se excluirmos os escalões etários mais elevados (a partir dos 32/33 anos), com poucos diplomados solteiros (Tabela 1), o que equivale a afirmar que a frequência de relacionamentos afectivos considerados como estáveis pelos solteiros é mais elevada naqueles que são mais novos. Relativamente às variáveis ano de conclusão do curso e sexo não se registam distinções que possam indicar alguma tendência específica (Anexo III, Tabelas 48 e 49), ao contrário da variável área de formação, relativamente à qual se assinala a média elevada obtida pelos solteiros de Ciências (4,9) e a média relativamente baixa dos diplomados de Ensino I (2,5) (Tabela 2). Verifica-se, igualmente, uma variação das respostas a este item em função da origem social, com os diplomados oriundos das classes dirigentes apresentando uma média de concordância mais alta (4,6) e os provenientes das classes populares uma média mais baixa (3,7) (Tabela 3).

---

<sup>2</sup> Ao longo desta secção, com o intuito de não tornar a análise demasiado pesada, decidimos efectuar cruzamentos com as variáveis independentes apenas para os itens em que as respostas não eram homogêneas, isto é, que apresentavam um desvio padrão alto e em que a soma das posições 1,2,3 ou 4,5,6 era inferior a 60%.

**Tabela 1. “Tenho um relacionamento estável com alguém” por idade em 2003**

Idade	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
24/25	11	4,3	1-6	2,00	0,60	-0,73
26/27	46	4,1	1-6	2,30	0,34	-0,54
28/29	39	4	1-6	2,38	0,38	-0,44
30/31	17	3,5	1-6	2,12	0,52	-0,18
32/33	1	6,0	6-6	-	-	-
34/35	-	-	-	-	-	-
36 ou mais	3	4,7	2-6	2,31	1,33	-1,73

**Tabela 2. “Tenho um relacionamento estável com alguém” por área de formação**

Área	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Ensino I	8	2,5	1-6	2,27	0,80	1,13
Ensino II	39	4,1	1-6	2,31	0,37	-0,53
Ciências	23	4,9	1-6	1,98	0,41	-1,46
Engenharias	29	3,8	1-6	2,17	0,40	-0,35
G/P/C	18	3,8	1-6	2,33	0,55	-0,31

**Tabela 3. “Tenho um relacionamento estável com alguém” por origem social**

Origens	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Dirigentes	18	4,6	1-6	1,97	0,47	-1,14
Médias	83	4,1	1-6	2,22	0,24	-0,56
Populares	30	3,7	1-6	2,43	0,44	-0,14

No que diz respeito às perspectivas dos diplomados solteiros face à conjugalidade, registamos uma grande semelhança nas suas posições relativas à sua dimensão mais formal (casamento) ou mais informal (união de facto). Com efeito, tanto o desejo de casar como o de viver com alguém atingem a média de 5,1, conforme anteriormente assinalado (Gráfico 1), o que exprime o elevado grau de concordância de grande parte dos inquiridos (a posição 6 da escala reúne 56,7% e 50,3% da opiniões relativas aos itens 2 e 3, respectivamente) face a qualquer destas formas de viver a conjugalidade (Anexo III, Gráficos 5 e 6). Neste sentido, realça-se que no terreno das aspirações, a condição de solteiro tende a ser transitória para uma parte significativa da nossa amostra, aparecendo a conjugalidade, independentemente da sua forma, como um acontecimento importante a ocorrer no futuro. Estes resultados poderiam apontar para alguma quebra da valorização social da instituição casamento por parte dos nossos inquiridos solteiros - uma vez que a sua importância nas representações dos trajectos de vida dos sujeitos é quase idêntica à da união de facto -, mas tal não

parece acontecer, dado que a afirmação “Não acredito no casamento” (item 4), levou-os a situarem-se de forma expressiva nos graus de menor concordância: 59,2% na posição 1 e 11,5% na posição 2 (Anexo III, Gráfico 7). Desta forma, a maioria dos diplomados solteiros, não sendo avessa à ideia de viver em união de facto, deseja o casamento em dado momento futuro da sua trajectória de vida, não demonstrando descrédito ou reservas face a esta configuração mais formal da conjugalidade.

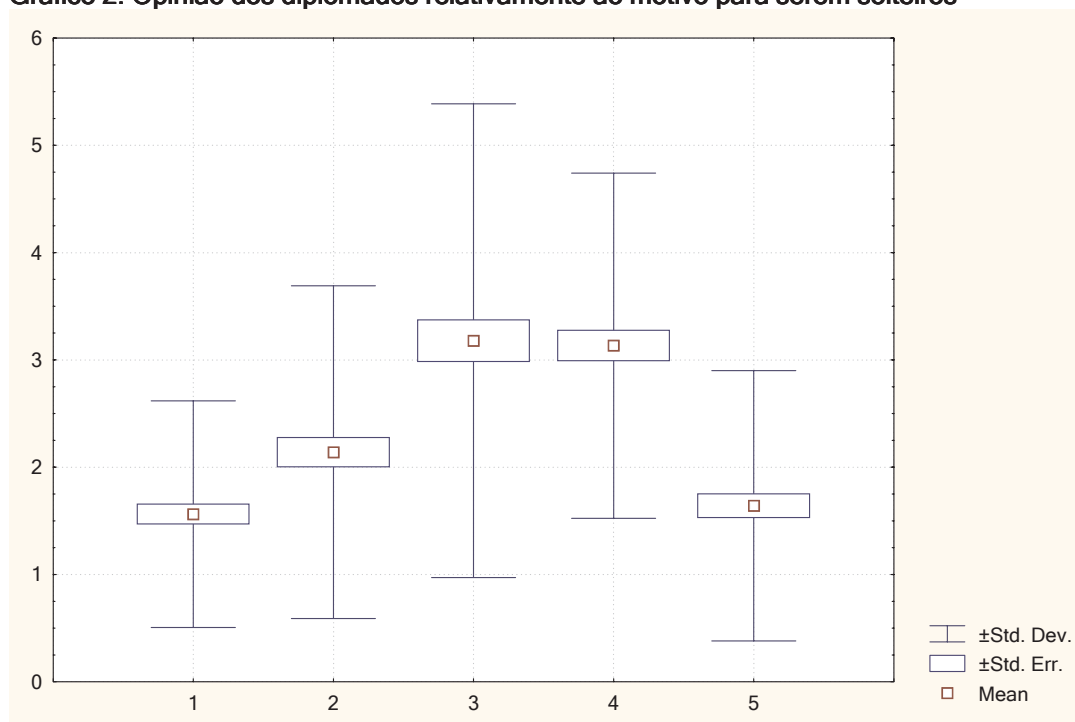
De maneira congruente com os dados que temos vindo a analisar, ao tentar avaliar o posicionamento dos diplomados relativamente à possibilidade de prolongar no tempo a condição de solteiro, por ser esta efectivamente aquela que satisfaz os indivíduos (item 5: “Para quê mudar se estou bem assim?”), constatamos que a média de concordância é baixa, como já foi destacado (Gráfico 1), concentrando-se a maioria das respostas nas posições 1 (45,9%), 2 (17,2%) e 3 (10,2%) (Anexo III, Gráfico 8). Quer isto dizer que os solteiros perspectivam essa sua condição como sendo susceptível de mudança - designadamente para a conjugalidade, como vimos - e não como uma cómoda situação a manter.

Importa-nos, portanto, tentar determinar os motivos que justificam a manutenção da condição de solteiro num grupo de indivíduos que valoriza o casamento e perspectiva a conjugalidade como uma dimensão importante da sua trajectória futura e que, refira-se adicionalmente uma idade média - 28,1 anos - superior à idade média ao casamento em Portugal, que é, como sabemos, de 27 anos. Evidentemente, de acordo com as hipóteses levantadas e alguns elementos avançados nos dois capítulos anteriores, a justificação para tal facto pode encontrar-se em factores ligados à situação profissional, designadamente na precariedade das situações de trabalho (recordemos que os indivíduos solteiros eram percentualmente mais significativos nas áreas de formação nas quais se registaram alguns indicadores de precariedade laboral: Ciências e Gestão, Planeamento e Comunicação). Contudo, preocupa-nos por enquanto perceber melhor como representavam os nossos actores a vivência das relações afectivas ao momento do questionário, sendo certo, como vimos, que valorizavam o

casamento e projectavam, no plano do futuro, a assunção de relações de conjugalidade.

Tentamos apreender estas representações dos diplomados através do seu posicionamento relativamente a cinco afirmações, cada uma delas contendo possíveis motivos subjacentes à manutenção da condição de solteiro. Assim sendo, os inquiridos indicaram-nos o seu grau de concordância relativamente aos facto de serem solteiros porque: as relações afectivas funcionam melhor se cada um viver na sua casa (Item 1); se consideravam novos para esse compromisso (Item 2); ainda não tinham encontrado a pessoa certa (Item 3); acima de tudo prezavam a sua independência (Item 4); preferiam ter relacionamentos que não envolvam tanto compromisso (Item 5)<sup>3</sup>.

**Gráfico 2. Opinião dos diplomados relativamente ao motivo para serem solteiros**



**Legenda:**

Não sou casado nem vivo em união de facto...

- 1- Porque as relações afectivas funcionam melhor se cada um viver na sua casa
- 2- Porque me considero novo para esse compromisso
- 3- Porque ainda não encontrei a pessoa certa
- 4- Porque acima de tudo prezo a minha independência
- 5- Porque prefiro ter relacionamentos que não envolvam tanto compromisso

<sup>3</sup> Estas afirmações correspondem aos itens 3, 4, 6, 8 e 13 da questão 77 do inquérito por questionário, onde era pedido aos indivíduos para manifestarem o seu grau de concordância com cada afirmação numa escala de 1 (mínimo de concordância) a 6 (máximo de concordância).

Sublinhamos que, procurando determinar a eventual importância das representações “individualistas” nos trajectos de vida, caracterizadas por uma visão contingente, efémera e desinstitucionalizada dos relacionamentos amorosos, os itens 1, 4 e 5 constituem algumas das dimensões de que essas representações se podem revestir, respectivamente a perspectiva dos relacionamentos do tipo “living apart together”, a primazia atribuída à independência individual e a opção por relacionamentos com pouco comprometimento (com o outro). Ora, os dados apurados revelam-se contraditórios, de alguma forma, na medida em que as considerações de que “As relações afectivas funcionam melhor se cada um viver na sua casa” (Item 1) e “Prefiro ter relacionamentos que não envolvam tanto compromisso” (Item 5) atingem uma média de concordância baixa - 1,6 - ao contrário da afirmação de que “Acima de tudo prezo a minha independência” (Item 4), cuja média de concordância se situa em 3,2 (Gráfico 2 e Anexo III, Tabela 50). Quer isto dizer que, apesar de os diplomados solteiros concordarem pouco com a perspectiva de que as relações amorosas se vêem facilitadas sem a partilha de um espaço de residência comum e de valorizarem pouco a vivência de relacionamentos que não envolvam tanto compromisso como o casamento ou união de facto - aspectos que reuniram na posição 1 da escala de opinião, respectivamente, 59,2% e 63,8% dos inquiridos solteiros (Anexo III, Gráficos 9 e 13) -, manifestam atribuir importância à sua independência pessoal. Contudo, salientamos neste último item a grande dispersão das respostas pelos diversos graus da escala de opinião, o que nos indica claramente uma não uniformidade das opiniões dos indivíduos (Anexo III, Gráfico 11).

Tentando perceber esta não uniformidade em função das variáveis independentes por nós consideradas como potenciadoras de diferenciações na nossa amostra, verificámos que dificilmente se estabelece alguma relação entre a primazia dada à independência e a idade ao momento do inquérito por questionário (Anexo III, Tabela 50) ou o ano de conclusão do curso (Anexo III, Tabela 51), embora, neste último caso, excluindo os anos de 1995/96 e de 2000/01 - com poucos diplomados solteiros -, a importância da independência individual pareça aumentar com o ano



de conclusão do curso. Já com o sexo, a área de formação e a origem social apurámos algumas diferenciações interessantes, designadamente:

- Os homens apresentam uma média de valorização da sua independência superior às mulheres (3,4 contra 3,1) (Tabela 4);
- É na área de Ensino I que essa valorização é mais forte (3,9) - o que não deixa de surpreender quando nos lembramos que esta é uma das áreas onde, na secção anterior, identificámos padrões tradicionais de inserção familiar - e os diplomados de Ciências são os que menos valorizam a independência individual (2,5), o que vem reforçar a convicção de que são os problemas ligados à instabilidade profissional que os impedem de firmar laços de conjugalidade (Tabela 5);
- A média mais alta para este item (3,4) foi obtida pelos solteiros oriundos das classes populares e a mais baixa (3,1), pelos provenientes das classes dirigentes (Tabela 6).

**Tabela 4. "Acima de tudo prezo a minha independência" por sexo**

Sexo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Feminino	101	3,1	1-6	1,64	0,16	0,26
Masculino	44	3,4	1-6	1,70	0,26	0,07

**Tabela 5. "Acima de tudo prezo a minha independência" por área de formação**

Área	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Ensino I	11	3,9	1-6	1,64	0,49	-0,49
Ensino II	47	3,3	1-6	1,80	0,26	0,31
Ciências	28	2,5	1-6	1,58	0,30	0,61
Engenharias	35	3,4	1-6	1,58	0,27	0,10
G/P/C	24	3,4	1-6	1,41	0,29	-0,03

**Tabela 6. "Acima de tudo prezo a minha independência" por origem social**

Origens	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Dirigentes	20	3,1	1-6	1,5	0,3	-
Médias	84	3,3	1-6	1,6	0,2	0,2
Populares	29	3,4	1-6	1,9	0,4	0,1

Interligando esta análise com a questão dos relacionamentos estáveis, talvez seja possível esclarecer a aparente contradição que atrás apontamos: os diplomados de Ensino I eram os que se situavam em posições mais baixas da escala,

constituindo portanto aqueles que tinham relacionamentos menos estáveis ou não os tinham de todo, compreendendo-se então, que valorizem a sua independência. Os de Ciências, por seu turno, apresentavam a média mais alta de relacionamentos estáveis, sendo simultaneamente os que menos valorizam a independência. Não estamos a inferir a existência de alguma relação de causa-efeito, mas simplesmente uma concomitância entre estes dois factos: os solteiros sem relacionamentos estáveis ou com relacionamentos pouco estáveis prezam mais a sua independência - e isto é visível nos diplomados solteiros de Ensino I - do que os solteiros que consideram ter relações estabilizadas com alguém, que parecem desvalorizar a dimensão da independência - o que é patente nos diplomados solteiros de Ciências.

Os dados até agora lançados levam-nos a pensar que, globalmente, as perspectivas individualistas dos relacionamentos afectivos não predominam entre os solteiros da nossa amostra, dada a média pouco elevada obtida pelos itens 1 e 5, mas também pelo facto de apenas parecer haver uma associação entre os indivíduos sem relacionamentos afectivos estáveis e a primazia dada à independência individual no caso dos diplomados da área de Ensino I.

Por seu turno, o item 2 (“Considero-me novo para esse compromisso”), perspectivando a representação que os indivíduos fazem da adequação da sua idade à assunção de papéis de conjugalidade, destinava-se a averiguar o desejo de prolongamento da condição do estatuto social de jovem no grupo dos solteiros. Relativamente a este aspecto, a média de concordância dos diplomados solteiros, situando-se em 2,3, é relativamente baixa (Gráfico 2 e Anexo III, Tabela 50), indicando-nos não ser exactamente o factor idade - com as representações a ela associadas - que condiciona o estado civil dos inquiridos. Desta forma, não nos parece estarmos perante um grupo de solteiros representando-se a si próprios como pouco ou nada preparados para assumir um dos papéis associados à condição adulta - com a entrada na conjugalidade -, conclusão reforçada pela concentração das respostas nas posições da escala de opinião que exprimem menos concordância (1, 2 e 3, cuja soma perfaz quase 70% das respostas) com o referido item (Anexo III, Gráfico 10).

Finalmente, o item 3 (“Ainda não encontrei a pessoa certa”) contempla, de forma concreta, a questão da escolha pessoal do parceiro, dado que, embora os aspectos relacionados com as motivações que conduzem ao casamento ou à união de facto - ou ao adiamento ou recusa destes acontecimentos - tenham condicionantes sócio-culturais ou sócio-económicas, é legítimo supor a possibilidade de os indivíduos serem solteiros simplesmente porque não encontraram a pessoa que consideram ser ideal para partilhar a conjugalidade. E, com efeito, este foi o item que recolheu a média mais alta de todos os itens deste grupo - 3,3 - (Gráfico 2 e Anexo III, Tabela 50), não obstante a polarização das respostas nos dois extremos da escala, com alguma preponderância das opiniões menos concordantes, como é possível verificar no histograma respectivo (Anexo III, Gráfico 11). À semelhança do que afirmámos relativamente ao item “Tenho um relacionamento estável com alguém”, do grupo de itens que anteriormente analisámos, os diplomados solteiros manifestam relutância em atribuir graus à afirmação em análise, demonstrando estarem preferencialmente numa de duas situações - ou encontraram a pessoa que vêem como certa para si ou tal ainda não aconteceu -, com pouco significado estatístico das posições intermédias entre elas.

De acordo com a metodologia que tem vindo a ser adoptada, cruzámos as respostas a este item 3 com as variáveis idade, ano de conclusão do curso, sexo, área de formação e origem social, tendo constatado que:

- Não se identifica facilmente um padrão de resposta variável em função do aumento da idade ou da antiguidade na posse do diploma (Anexo III, Tabelas 52 e 53);
- As raparigas parecem estar ligeiramente mais de acordo do que os rapazes com a ideia de ainda não terem encontrado a pessoa certa como justificação para o seu estado civil (Tabela 7);
- Existe uma clivagem acentuada entre os diplomados solteiros das diversas áreas de formação, caracterizada novamente, como acontecia relativamente ao item 4 (“Acima de tudo prezo a minha independência”),

por uma média elevada por parte de Ensino I (5,4) e uma média relativamente baixa por parte de Ciências (2,6) (Tabela 8);

- Identifica-se, novamente, uma média de concordância mais alta entre os diplomados solteiros com origens populares (2,4) e menor concordância entre os oriundos das classes dirigentes (3,6) (Tabela 9).

**Tabela 7. “Ainda não encontrei a pessoa certa” por sexo**

Sexo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Feminino	94	3,3	1-6	2,27	0,23	0,13
Masculino	43	3,1	1-6	2,18	0,33	0,33

**Tabela 8. “Ainda não encontrei a pessoa certa” por área de formação**

Área	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Ensino I	11	5,4	3-6	1,03	0,31	-1,58
Ensino II	41	3,2	1-6	2,32	0,36	0,27
Ciências	27	2,6	1-6	2,17	0,42	0,71
Engenharias	34	3,0	1-6	2,15	0,37	0,41
G/P/C	24	3,5	1-6	2,26	0,46	0,08

**Tabela 9. “Ainda não encontrei a pessoa certa” por origem social**

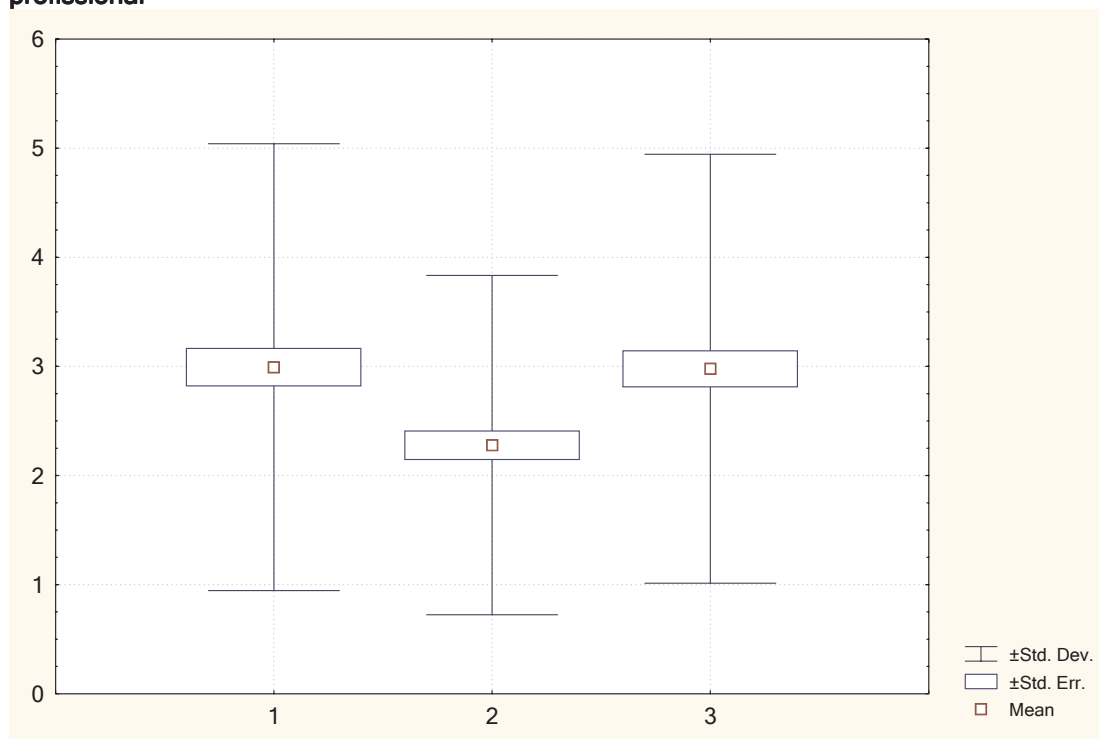
Origens	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Dirigentes	19	2,4	1-6	2,03	0,47	1,03
Médias	81	3,4	1-6	2,24	0,25	0,08
Populares	25	3,6	1-6	2,31	0,46	-0,08

Estas constatações vêm ao encontro, no nosso entender, da perspectiva segundo a qual a nossa amostra de solteiros não apresenta, pelo menos de forma significativamente assinalável, representações individualistas dos relacionamentos afectivos. Concretamente, parece-nos existir uma ligação mais forte entre os indivíduos sem relacionamentos estáveis, a ideia de ainda não terem encontrado a pessoa certa e a única dimensão da “individualidade” (“Acima de tudo prezo a minha independência”) em que se registava uma média digna de realce, ou seja, são os solteiros sem namorado(a) e que consideram não ter encontrado a pessoa certa para entrar em conjugalidade que principalmente valorizam a sua independência. E isto tudo parece acontecer na área de Ensino I, de forma diametralmente oposta a Ciências, com uma importante parte de diplomados a apresentar relacionamentos afectivos estáveis e a desvalorizar quer

a sua independência, quer o não ter encontrado a pessoa certa como motivo para a sua condição de solteiros.

Finalmente, restava-nos tentar avaliar até que ponto, nas perspectivas dos inquiridos, a sua condição de solteiros ficava a dever-se aos constrangimentos impostos pelas características da sua situação profissional, pelo que examinámos o seu posicionamento face às seguintes afirmações: não sou casado nem vivo em união de facto “porque não tenho estabilidade profissional” (item 1), (porque) “a minha actividade profissional deixa pouco tempo para uma relação afectiva” (item 2) e “porque não tenho condições financeiras para comprar casa” (item 3)<sup>4</sup>.

**Gráfico 3. Opinião dos diplomados relativamente aos constrangimentos impostos pela situação profissional**



**Legenda:**

Não sou casado nem vivo em união de facto...

1- Porque não tenho estabilidade profissional

2- A minha actividade profissional deixa pouco tempo para uma relação afectiva

3- Porque não tenho condições financeiras para comprar casa

<sup>4</sup> Estas afirmações correspondem aos itens 2, 11 e 12 da questão 77 do inquérito por questionário, onde era pedido aos indivíduos para manifestarem o seu grau de concordância com cada afirmação numa escala de 1 (mínimo de concordância) a 6 (máximo de concordância).

A observação do Gráfico 3 (com as estatísticas descritivas detalhadas e os histogramas de cada item no Anexo III, Tabela 54 e Gráficos 14, 15 e 16) permite-nos destacar:

- A média baixa atingida pelo item 2 - 2,3 - e a concentração das respostas nas posições menos concordantes da escala de opinião, o que significa que, globalmente, as exigências colocadas pelas actividades profissionais não parecem constituir um impedimento para os relacionamentos afectivos dos diplomados;
- Uma média mais alta para os itens 1 e 3 - 3,0 - mas acompanhada de desvios-padrão elevados (respectivamente, 2,05 e 1,97), indicando-nos a pouca uniformidade das respostas que é visível nos histogramas respectivos.

Estes resultados indicavam-nos, pois, uma concordância mediana com a ideia de que as características concretas do exercício profissional, do ponto de vista da falta, quer de estabilidade, quer de condições financeiras, estariam na base da manutenção do estado civil de solteiro, não sendo por si só muito conclusivos. Optámos então por cruzar com as diversas variáveis independentes as respostas do item 1 (“Não sou casado nem vivo em união de facto porque não tenho estabilidade profissional”), dado apresentar um desvio-padrão mais elevado, tendo constatado que:

- A estabilidade profissional como condição importante para a conjugalidade parece diminuir com a idade, dado que, pelo menos a partir dos 26/27 anos, a média de concordância vai baixando gradualmente (Tabela 10);
- Não se detecta nenhuma tendência nítida em função da variável ano de conclusão do curso (Anexo III, Tabela 55);
- A concordância com a afirmação é maior entre as mulheres (média de 3,1) do que entre os homens (média de 2,7) (Tabela 11);
- A disparidade entre as diversas áreas de formação é evidente, já que a média atingida pelos diplomados de Ensino II (3,7), apesar de não evidenciar um elevado grau de concordância com este item, está bastante acima da média geral, indicando-nos que a falta de estabilidade profissional

é um factor que, como condicionante da não assumpção de papéis conjugais, pesa mais para estes diplomados. De forma oposta, os diplomados da área das Engenharias localizam-se bastante abaixo da média geral (média de 1,9), pelo que aquele factor terá pouco peso na manutenção da condição de solteiro entre eles. Entretanto, as posições dos diplomados das outras áreas são bastante equivalentes (Tabela 12);

- Em termos da origem social, a influência da falta de estabilidade profissional sobre a conjugalidade faz-se sentir de forma mais acentuada para os diplomados provenientes das classes populares (média de 3,1) e médias (3,0) do que para os que derivam das classes dirigentes (média de 2,6) (Tabela 13).

**Tabela 10. “Não sou casado nem vivo em união de facto porque não tenho estabilidade profissional” por idade em 2003**

Idade	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
24/25	13	2,9	1-6	2,29	0,64	0,46
26/27	51	3,3	1-6	2,14	0,30	0,15
28/29	50	3,1	1-6	2,04	0,29	0,28
30/31	22	2,4	1-6	1,68	0,36	0,83
32/33	1	1,0	1-1	-	-	-
34/35	-	-	-	-	-	-
36 ou mais	4	2,0	1-5	2,00	1,00	2,00

**Tabela 11. “Não sou casado nem vivo em união de facto porque não tenho estabilidade profissional” por sexo**

Sexo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Feminino	97	3,1	1-6	2,02	0,20	0,23
Masculino	44	2,7	1-6	2,10	0,32	0,71

**Tabela 12. “Não sou casado nem vivo em união de facto porque não tenho estabilidade profissional” por área de formação**

Área	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Ensino I	11	3,2	1-6	2,09	0,63	0,19
Ensino II	45	3,7	1-6	1,90	0,28	-0,18
Ciências	26	3,1	1-6	2,19	0,43	0,36
Engenharias	34	1,9	1-6	1,73	0,30	1,64
G/P/C	25	3,0	1-6	2,05	0,41	0,34

**Tabela 13. “Não sou casado nem vivo em união de facto porque não tenho estabilidade profissional” por origem social**

Origens	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Dirigentes	18	2,6	1-6	2,04	0,48	0,83
Médias	85	3,0	1-6	2,02	0,22	0,31
Populares	28	3,1	1-6	2,17	0,41	0,35

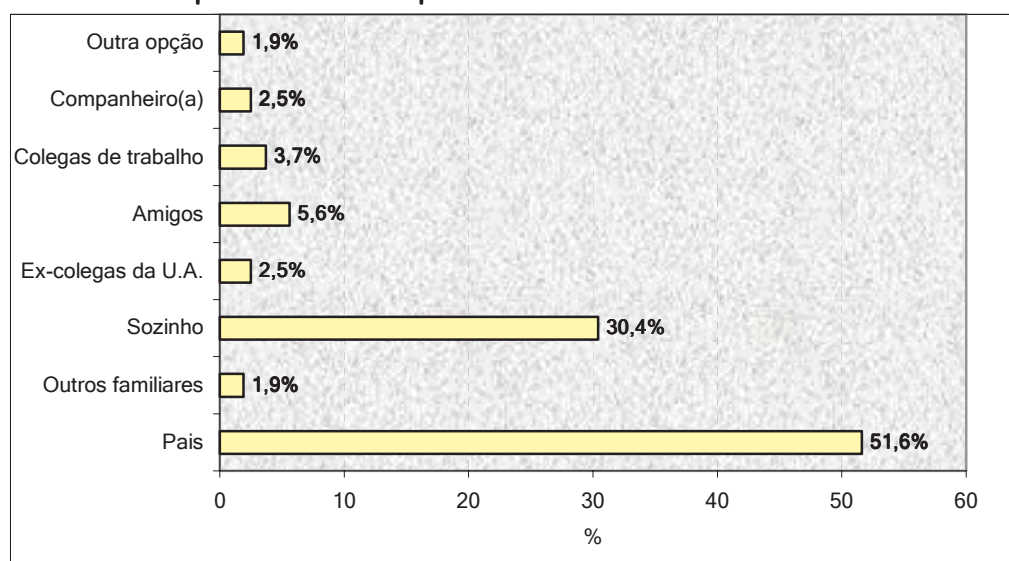
## 1.2. Tipos de autonomia residencial e financeira

Averiguar como se configuram as situações residenciais dos diplomados parece-nos tanto mais importante porquanto estão em análise, nesta secção, os indivíduos solteiros. Por um lado, se tradicionalmente a saída de casa dos pais era concomitante da formação da família de procriação, cada vez mais se verifica, como vimos no capítulo IV, uma dissociação entre estes dois processos, pelo que não é raro os jovens deixarem a casa dos pais para viverem sozinhos ou com amigos. Por outro lado, e num sentido diferente, assistimos igualmente a um retardamento do momento de deixar a casa da família de orientação, prolongando-se, portanto, a dependência dos jovens face a ela.

Também a questão da autonomia financeira relativamente à família de orientação assume especial relevância no caso dos indivíduos solteiros, pois neste campo têm vindo a assinalar-se algumas transformações apontando igualmente para um adiamento da independência económica dos jovens em virtude das dificuldades sentidas no início da vida profissional.

Procuraremos, neste ponto, portanto, dar resposta às hipóteses de que se assistiria a uma tendência para um retardamento da independência económica dos diplomados, em função do qual a família de orientação actuará como suporte económico, sem constringer contudo a autonomia dos comportamentos dos jovens noutros aspectos, por exemplo no aspecto residencial (6ª hipótese); e de que as características da inserção profissional condicionam o percurso ao longo do eixo de inserção familiar (5ª hipótese).



**Gráfico 4. Com quem residem os diplomados solteiros durante a semana**

Relativamente à autonomização residencial, como é possível constatar partindo da observação do Gráfico 4), do total de 161 diplomados solteiros em 2003, era elevada a percentagem daqueles que residiam com os pais - cerca de metade -, quase 1/3 viviam sozinhos, distribuindo-se os restantes de forma dispersa pelas outras situações possíveis<sup>5</sup>. Relativamente à situação residencial dos indivíduos no último ano do curso, analisada no capítulo antecedente, nota-se que aumentou o peso dos indivíduos solteiros que viviam com os pais, tal como o dos indivíduos a viver sozinhos, ao mesmo tempo que a alta representatividade detida pela residência conjunta com colegas da U.A. se diluiu completamente. Estas constatações conduzem-nos a pensar que, uma vez concluído o curso superior, parte dos diplomados retornou à residência paterna ou nela continuou a viver, enquanto uma outra parte optou pela residência unipessoal, não tendo portanto continuidade, de um ponto de vista estatisticamente significativo, a partilha de residência com os seus pares.

<sup>5</sup> Chama-se a atenção para o facto de 4 dos indivíduos solteiros terem apontado residir com o companheiro(a) durante a semana, à semelhança do que já aconteceu quando se analisou a situação familiar e residencial no último ano do curso. Como apontámos nessa secção, o facto dos sujeitos se situarem, em termos de estado civil, na condição de solteiros, referindo depois viver com um(a) companheiro(a) parece indiciar a existência de um relacionamento afectivo implicando coabitação, pelo menos durante a semana, mas não assimilável, na óptica destes sujeitos, à condição da união de facto.

Ao examinar mais em detalhe a questão da autonomia residencial, através do cruzamento com as variáveis independentes definidas, identificamos algumas diferenciações com realce entre a amostra de diplomados solteiros no que se refere à idade, ao género, à área de formação, à origem social e à posição social, ao mesmo tempo que a leitura dos dados relativos ao cruzamento com o ano de conclusão do curso não nos permite identificar de forma clara um padrão de resposta em função desta variável (Anexo III, Tabela 56).

No caso da variável idade (Tabela 14), a leitura dos dados<sup>6</sup> parece apontar como seria de esperar, para uma diminuição acentuada do peso dos indivíduos que viviam com os pais entre os 24/25 anos e os 28/29 anos, voltando este peso a aumentar, um tanto inesperadamente, no escalão dos 30/31 anos. Por outro lado, a situação de residência unipessoal mantém um peso relativamente constante até aos 30/31 anos, idade em que regista um acréscimo e em que, simultaneamente, se reduz a diversidade de situações que caracterizam os dois escalões anteriores.

Por outro lado, identifica-se um padrão nitidamente diferenciado pelos sexos (Tabela 15). Para as raparigas, a co-residência com os pais constitui o tipo de unidade de convivência com mais peso (56,0%), quase o dobro da frequência relativa atingida pela residência unipessoal (23,9%), ao contrário daquilo que se verifica relativamente aos diplomados do género masculino. Com efeito, viver sozinho é uma situação que, nos rapazes, assume uma percentagem ligeiramente superior à convivência residencial com os pais (44,2% e 42,3%, respectivamente), e bastante maior do que a das inquiridas solteiras.

**Tabela 14. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por idade em 2003**

Com quem reside	Idade		24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	11	64,7	31	56,4	24	42,1	13	56,5	1	50,0	-	-	-	-	3	60,0
Outros familiares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sozinho	5	29,4	16	29,1	17	29,8	8	34,8	1	50,0	2	100,0	-	-	-	-
Ex-colegas da U.A.	1	5,9	1	1,8	1	1,8	1	4,4	-	-	-	-	-	-	1	20,0
Amigos	-	-	5	9,1	4	7,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colegas de trabalho	-	-	1	1,8	4	7,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Companheiro(a)	-	-	1	1,8	2	3,5	1	4,4	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra opção	-	-	-	-	2	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20,0
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>10,6</b>	<b>55</b>	<b>34,2</b>	<b>57</b>	<b>35,4</b>	<b>23</b>	<b>14,3</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>5</b>	<b>3,1</b>

N=161

<sup>6</sup> Não nos detemos nos três últimos escalões por reunirem um número diminuto de sujeitos.

Tabela 15. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por sexo

Com quem reside	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Pais	61	56,0	22	42,3		
Outros familiares	2	1,8	1	1,9		
Sozinho	26	23,9	23	44,2		
Ex-colegas da U.A.	2	1,8	2	3,9		
Amigos	8	7,3	1	1,9		
Colegas de trabalho	5	4,6	1	1,9		
Companheiro(a)	2	1,8	2	3,9		
Outra opção	3	2,8	-	-		
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>67,7</b>	<b>52</b>	<b>32,3</b>		

N=161

Tabela 16. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por área de formação

Com quem reside	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	6	50,0	25	51,0	18	54,6	19	48,7	15	53,6
Outros familiares	-	-	2	4,1	1	3,0	-	-	-	-
Sozinho	4	33,3	14	28,6	9	27,3	13	33,3	9	32,1
Ex-colegas da U.A.	1	8,3	-	-	-	-	1	2,6	2	7,1
Amigos	1	8,3	2	4,1	1	3,0	4	10,3	1	3,6
Colegas de trabalho	-	-	4	8,2	2	6,1	-	-	-	-
Companheiro(a)	-	-	-	-	2	6,1	2	5,1	-	-
Outra opção	-	-	2	4,1	-	-	-	-	1	3,6
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>7,5</b>	<b>49</b>	<b>30,4</b>	<b>33</b>	<b>20,5</b>	<b>39</b>	<b>24,2</b>	<b>28</b>	<b>17,4</b>

N=161

No que diz respeito à área de formação (Tabela 16), é possível apontar que apenas os diplomados das Engenharias apresentam menos de metade dos solteiros a residir com os pais (48,7%), situação que reúne perto de 55% dos diplomados solteiros de Ciências e perto de 54% dos diplomados solteiros de Gestão, Planeamento e Comunicação. Relativamente à situação de residência unipessoal, verifica-se que a sua frequência relativa é maior em Ensino I, nas Engenharias e em Gestão, Planeamento e Comunicação.

Por sua vez, o cruzamento da situação residencial dos diplomados solteiros em 2003 com a sua origem social revela-nos que o peso daqueles que viviam com os pais é mais acentuado nas classes dirigentes (60,9%) e nas classes populares (53,1%), e mais reduzido, apesar de preponderante (49,5%), entre os oriundos das classes médias, em que 1/3 dos indivíduos viviam sozinhos (Tabela 17).

Tabela 17. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por origem social

Com quem reside	Dirigentes		Médias		Populares		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	14	60,9	46	49,5	17	53,1	6	46,2
Outros familiares	-	-	3	3,2	-	-	-	-
Sozinho	6	26,1	31	33,3	7	21,9	5	38,5
Ex-colegas da U.A.	-	-	3	3,2	1	3,1	-	-
Amigos	1	4,3	3	3,2	4	12,5	1	7,7
Colegas de trabalho	-	-	5	5,4	1	3,1	-	-
Companheiro(a)	1	4,3	1	1,1	1	3,1	1	7,7
Outra opção	1	4,3	1	1,1	1	3,1	-	-
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>14,3</b>	<b>93</b>	<b>57,8</b>	<b>32</b>	<b>19,9</b>	<b>13</b>	<b>8,1</b>

N=161

Tabela 18. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por posição social

Com quem reside	BDP		PBTE		PBE		PBPR		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	28	48,3	41	53,9	5	71,4	2	40,0	2	28,6
Familiar	1	1,7	2	2,6	-	-	-	-	-	-
Sozinho	18	31,0	22	28,9	1	14,3	2	40,0	4	57,1
Ex-colegas da UA	1	1,7	1	1,3	-	-	-	-	1	14,3
Amigos	5	8,6	2	2,6	1	14,3	1	20,0	-	-
Colegas de trabalho	1	1,7	5	6,6	-	-	-	-	-	-
Companheiro(a)	3	5,2	1	1,3	-	-	-	-	-	-
Outra opção	1	1,7	2	2,6	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>37,9</b>	<b>76</b>	<b>49,7</b>	<b>7</b>	<b>4,6</b>	<b>5</b>	<b>3,3</b>	<b>7</b>	<b>4,5</b>

N=153

Nota: O total é de 153 indivíduos dado que, dos 161 solteiros, 8 nunca tiveram emprego até ao momento do inquérito

A posição social em 2003 influenciou igualmente a situação residencial dos diplomados solteiros, mas desta vez no sentido inverso, já que os pertencentes à Burguesia Dirigente e Profissional apresentavam, comparativamente com a Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, um menor peso da residência com os pais e uma maior importância estatística da residência unipessoal (Tabela 18).

Introduzindo agora algumas variáveis relativas à situação profissional dos diplomados solteiros em 2003 (condição perante o trabalho, tipo de vínculo com a entidade empregadora e rendimento mensal líquido) verificamos que:

- De acordo com a Tabela 19, seja qual for a condição dos indivíduos perante o trabalho, existe sempre uma preponderância da residência com os pais, a qual assume um peso particularmente significativo no caso dos

diplomados que se encontravam desempregados (81,3%), o que equivale a considerar a família de orientação como um agente de suporte importante em situações de alguma vulnerabilidade social, como é o caso de estar desempregado. Contudo, mesmo entre os diplomados com emprego, a partilha de habitação com os pais suplantava qualquer um dos outros tipos de unidades convencionais;

- Segundo a Tabela 20, no conjunto dos diplomados empregados, os trabalhadores independentes eram os que apresentavam uma maior percentagem de indivíduos a residir com os pais (63,6%), o que nos sugere existir alguma ligação entre a precariedade das condições de trabalho (de que o trabalho independente pode constituir um indicador) e uma maior dependência da família de orientação. Contudo, a percentagem dos que partilhavam a habitação com os pais é também elevada entre os diplomados com contratos sem termo (51,3%), ligeiramente superior, mesmo, à daqueles cujos contratos (com termo) são sinónimo, precisamente, de maior precariedade (49,1%);
- Relativamente ao rendimento mensal dos diplomados, não parece interferir na sua distribuição pelos diversos tipos de unidades convencionais (Anexo III, Tabela 57).

**Tabela 19. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por condição perante o trabalho em 2003**

Situação profissional Com quem reside	1		2		3		4		5		6		7		8	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	4	44,4	1	50,0	6	50,0	55	47,4	13	81,3	-	-	4	100,0	-	-
Outros familiares	-	-	-	-	-	-	2	1,7	1	6,3	-	-	-	-	-	-
Sozinho	2	22,2	1	50,0	4	33,3	39	33,6	2	12,5	-	-	-	-	1	100,0
Ex-colegas U.A.	2	22,2	-	-	-	-	2	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Amigos	-	-	-	-	-	-	9	7,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Colegas trabalho	-	-	-	-	-	-	5	4,3	-	-	1	100,0	-	-	-	-
Companheiro(a)	1	11,1	-	-	1	8,3	2	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra opção	-	-	-	-	1	8,3	2	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>5,6</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>12</b>	<b>7,5</b>	<b>116</b>	<b>72,0</b>	<b>16</b>	<b>9,9</b>	<b>1</b>	<b>0,6</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>	<b>1</b>	<b>0,6</b>

N=161

**Legenda:**

- 1- Estudante com bolsa
- 2- Estudante sem bolsa
- 3- Estudante trabalhador
- 4- Empregado
- 5- Desempregado
- 6- Estagiário
- 7- Bolseiro de investigação
- 8- Outra opção

**Tabela 20. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por tipo de vínculo com a entidade empregadora**

Vínculo Como financia	Sem termo		Com termo		Independente		Outra		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	40	51,3	27	49,1	7	63,6	1	100,0	3	37,5
Outros familiares	1	1,3	2	3,6	-	-	-	-	-	-
Sozinho	25	32,1	14	25,5	3	27,3	-	-	5	62,5
Ex-colegas da U.A.	1	1,3	2	3,6	-	-	-	-	-	-
Amigos	4	5,1	4	7,3	1	9,1	-	-	-	-
Colegas de trabalho	3	3,8	3	5,5	-	-	-	-	-	-
Companheiro(a)	3	3,8	1	1,8	-	-	-	-	-	-
Outra opção	1	1,3	2	3,6	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>51,0</b>	<b>55</b>	<b>35,9</b>	<b>11</b>	<b>7,2</b>	<b>1</b>	<b>0,7</b>	<b>8</b>	<b>5,2</b>

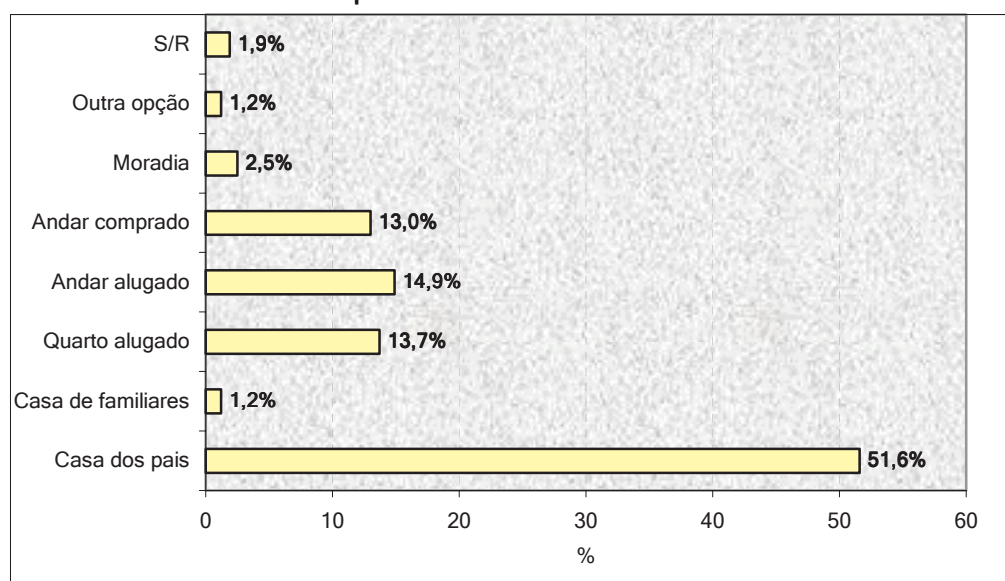
N=153

**Notas:**

a)O total é de 153 indivíduos dado que, dos 161 solteiros, 8 nunca tiveram emprego até ao momento do inquérito

b)Eliminou-se o vínculo de estagiário e o financiamento através da bolsa de estudos por não haver respostas nestes campos.

Em síntese, o conjunto de dados avançados até agora apontam para uma autonomia residencial estatisticamente reduzida por parte dos diplomados solteiros da nossa amostra, dada a preponderância do peso da residência com os pais sobre qualquer outro tipo de unidade convivencial. Vários factos concorrem, no nosso entender, para a ideia de que, mais do que os condicionalismos de ordem profissional, são as determinantes sociais que justificam esta situação. Com efeito, eram principalmente os mais novos, as mulheres e os indivíduos provenientes das classes dirigentes que mais residiam com os seus pais.

**Gráfico 5. Onde residem os diplomados solteiros durante a semana**

A outra dimensão relacionada com a questão residencial tem a ver, como sabemos, com o tipo de local que os indivíduos habitavam ao momento do inquérito por questionário. A este respeito, o Gráfico 4 mostra-nos que 51,6% dos diplomados solteiros viviam em casa dos pais, como seria naturalmente de esperar, repartindo-se os restantes por diversos tipos de residência, com maior destaque para os andares alugados (14,9%), os quartos alugados (13,7%) e os andares comprados (13,0%).

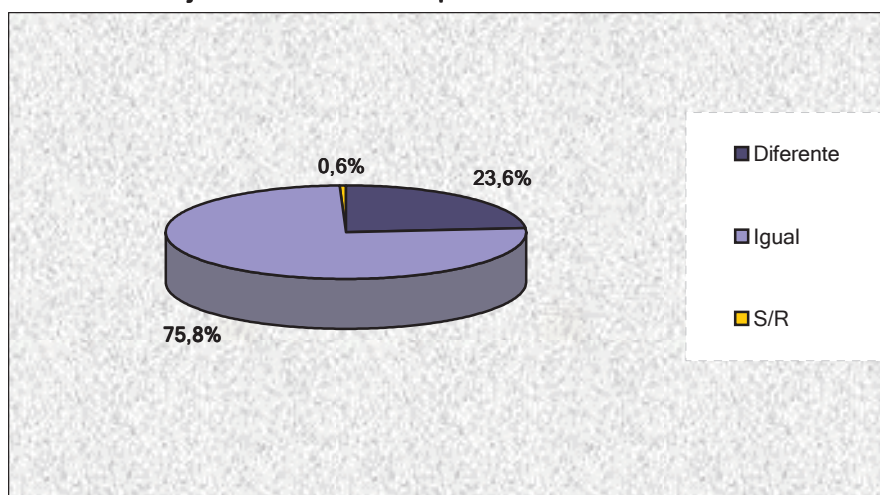
De acordo com o critério adoptado na apresentação dos resultados referentes à situação residencial dos indivíduos no último ano do curso, também nesta secção se optou por remeter para anexo as tabelas de cruzamentos entre o local de residência e a idade, ano de conclusão do curso, sexo, área de formação, origem social e origem social (Anexo III, Tabelas 58 a 63) cingindo-nos aqui à informação que nos é dada pela análise cruzada das respostas a esta questão e à do tipo de unidades conviviais. Assim sendo, realçamos aquilo que nos parece configurar uma situação de transitoriedade para uma parte significativa dos diplomados solteiros, pelo menos para os que não vivem com os pais, se entendermos a opção por habitar em apartamentos ou quartos alugados como sinónimo de uma solução com um carácter menos duradouro ou menos vinculativo do que a compra de habitação própria. Com efeito, embora mais de 1/3 dos diplomados solteiros que vivem sozinhos tenham adquirido o seu próprio apartamento, a soma das percentagens correspondentes ao arrendamento de andares ou quartos é bastante significativa (55,1%), e ainda mais expressiva nas situações em que os diplomados solteiros vivem com ex-colegas da U.A., amigos ou colegas de trabalho (Tabela 21).

**Tabela 21. Com quem e onde residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso**

	Pais		Outros		Sozinho		Ex-colegas		Amigos		Colegas Trab.		Comp.		Outra opção	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	82	98,8	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Casa de familiares	-	-	1	33,3	1	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quarto alugado	-	-	-	-	13	26,5	-	-	5	55,6	2	33,3	-	-	2	66,7
Andar alugado	-	-	-	-	14	28,6	3	75,0	3	33,3	2	33,3	2	50,0	-	-
Andar comprado	1	1,2	1	33,3	17	34,7	-	-	1	11,1	-	-	1	25,0	-	-
Moradia	-	-	-	-	2	4,1	1	25,0	-	-	-	-	-	-	1	33,3
Outra opção	-	-	-	-	1	2,0	-	-	-	-	1	16,7	-	-	-	-
Sem informação	-	-	-	-	1	2,0	-	-	-	-	1	16,7	1	25,0	-	-
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>51,6</b>	<b>3</b>	<b>1,9</b>	<b>49</b>	<b>30,4</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>	<b>9</b>	<b>5,6</b>	<b>6</b>	<b>3,7</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>	<b>3</b>	<b>1,9</b>

N=161

Por fim, averiguámos ainda o tipo de situação residencial dos diplomados solteiros ao fim-de-semana, partindo do pressuposto de que a não manutenção da mesma situação residencial durante a semana e durante o fim-de-semana poderia ser determinada por imperativos profissionais - no caso dos diplomados com actividades profissionais distantes das suas zonas de proveniência -, e que, neste sentido, a limitada autonomia residencial dos diplomados solteiros apurada anteriormente não seria completa, por implicar o retorno à casa paterna todos os fins-de-semana.

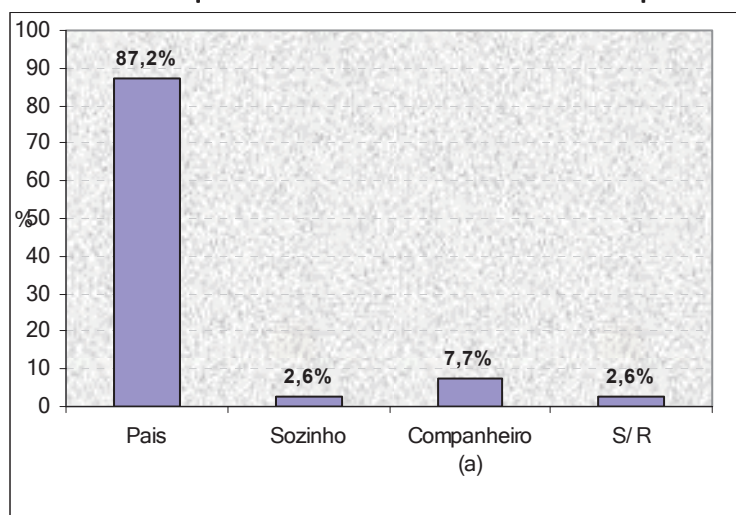
**Gráfico 6. Situação residencial dos diplomados solteiros ao fim-de-semana**

Constatámos, então, que a larga maioria dos indivíduos solteiros da nossa amostra (75,8%) apresentavam a mesma situação residencial durante os dias da semana e aos fins-de-semana (Gráfico 6) e, adicionalmente, que os indivíduos que viviam sozinhos durante a semana se repartiam com igual peso pelas duas situações possíveis ao fim-de-semana (Anexo III, Tabela 64). No nosso entender,

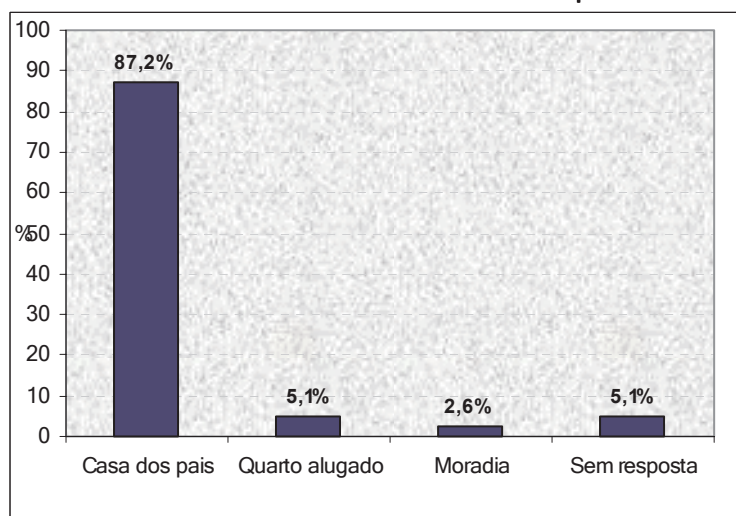


estes dados confirmam que a autonomia residencial dos diplomados solteiros é estatisticamente reduzida, se levarmos em linha de conta, como vimos, que a unidade de convivência predominante entre eles é a configurada pelas suas famílias de orientação e que cerca de metade dos indivíduos que viviam sozinhos durante a semana não mantinham esse tipo de residência ao fim-de-semana. Finalmente, a ideia de que a autonomia residencial do grupo de solteiros é limitada vê-se asseverada pela observação dos Gráficos 7 e 8, onde confirmamos que a maioria dos solteiros com situações diferentes aos fins-de-semana retornavam à casa dos seus pais.

**Gráfico 7. Com quem residem ao fim-de-semana os diplomados solteiros com situação diferente**



**Gráfico 8. Onde residem ao fim-de-semana os diplomados solteiros com situação diferente**



Naturalmente, mais uma vez nos pareceu importante perceber eventuais diferenciações internas na amostra de solteiros, pelo que procedemos à análise da situação residencial ao fim-de-semana em função das variáveis já anteriormente utilizadas, tendo-se destacado algumas disparidades no que diz respeito à área de formação e à origem social (os restantes cruzamentos encontram-se no Anexo III, Tabelas 65, 66, 67 e 68). Com efeito, o facto da residência ao fim-de-semana ser diferente para uma percentagem mais elevada de diplomados das duas áreas de ensino, principalmente Ensino II (Tabela 22), do que das restantes área de formação, sugere estarmos perante o efeito da conhecida mobilidade geográfica associada à profissão docente. Por outro lado (Tabela 23), as origens sociais populares acusam, comparativamente com as dirigentes e médias, uma elevada manutenção da situação residencial.

**Tabela 22. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados solteiros por área de formação**

Situação residencial \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	Diferente	3	25,0	14	28,6	6	18,2	9	23,1	6
Igual	9	75,0	34	69,4	27	81,8	30	76,9	22	78,6
Sem informação	-	-	1	2,0	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>7,5</b>	<b>49</b>	<b>30,4</b>	<b>33</b>	<b>20,5</b>	<b>39</b>	<b>24,2</b>	<b>28</b>	<b>17,4</b>

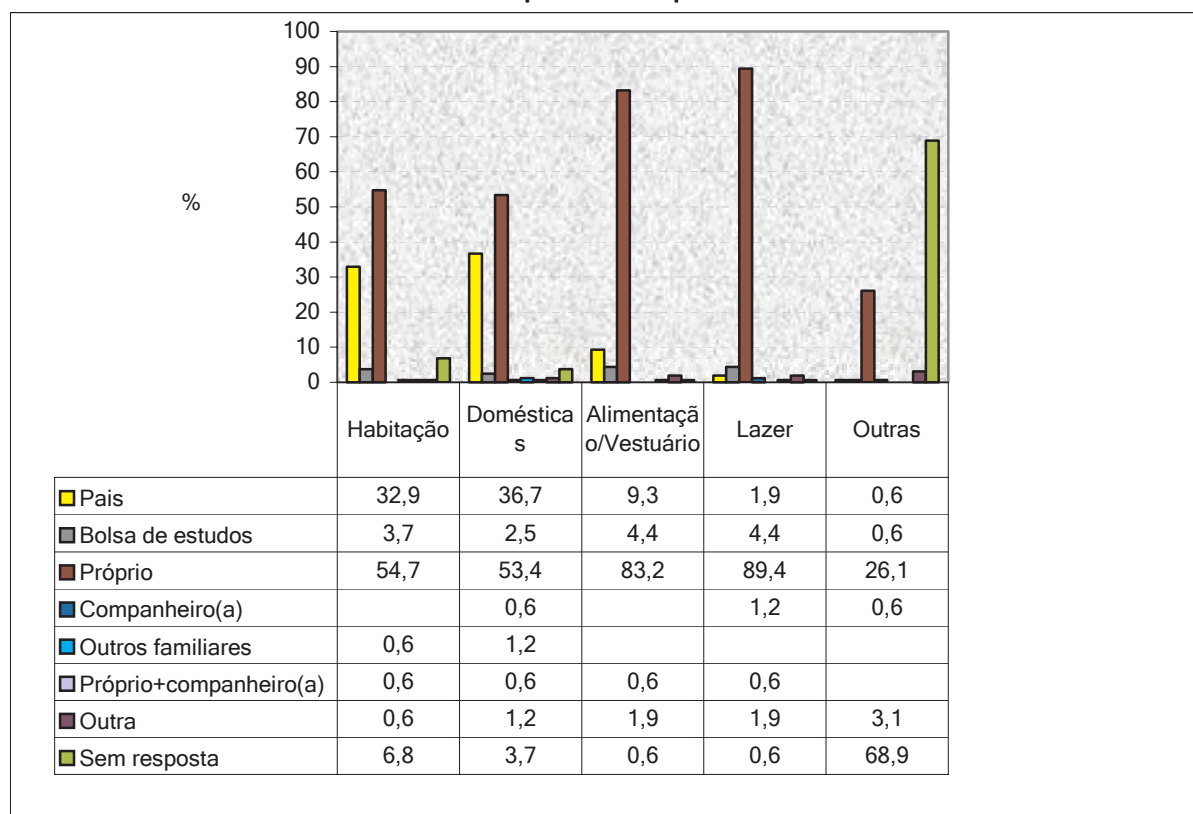
N=161

**Tabela 23. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados solteiros por origem social**

Situação residencial \ Origens	Dirigentes		Médias		Populares		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
	Diferente	5	21,7	22	23,7	5	15,6	6
Igual	18	78,3	70	75,3	27	84,4	7	53,8
Sem informação	-	-	1	1,1	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>14,3</b>	<b>93</b>	<b>57,8</b>	<b>32</b>	<b>19,9</b>	<b>13</b>	<b>8,1</b>

N=161

Equacionada a questão da autonomia residencial dos diplomados solteiros, e tendo verificado uma tendência global para uma independência limitada a este nível, passamos para a análise de outra dimensão fundamental que integra o conceito de autonomia, tal como anteriormente foi definido. Referimo-nos, obviamente, à independência do ponto de vista financeiro, ou seja, a capacidade demonstrada pelos indivíduos para fazerem face, de forma autónoma, às suas despesas.

**Gráfico 9. Formas de financiamento das despesas dos diplomados solteiros**

A observação do Gráfico 9 permite, desde logo, constatar que, em todos os tipos de despesa, o próprio constitui a principal forma de financiamento, o que é particularmente evidente no caso das despesas com alimentação e vestuário (83,2%), por um lado, e de lazer (89,4%), por outro lado. Contudo, parece-nos ser de destacar que, no caso das despesas com habitação e de outros gastos relacionados com a casa (água, electricidade), as percentagens de auto-financiamento são mais baixas (54,7% e 53,4%, respectivamente) sendo, concomitantemente, mais elevado o peso do financiamento por parte dos pais dos nossos diplomados (32,9% e 36,7%, respectivamente), situação que fica a dever-se, obviamente, ao facto de uma parte significativa dos solteiros viverem na casa dos seus pais, e que quer dizer, portanto, que nestes casos são os pais dos diplomados que ajudam a manter o seu estatuto sócio-económico. Ainda assim, nota-se alguma descoincidência entre a percentagem de diplomados a viver com os pais e a percentagem de indivíduos que apontam os seus progenitores como principal fonte de financiamento das suas despesas domésticas e com habitação,

o que sugere existir um contributo financeiro dos diplomados sem autonomia no plano residencial para as despesas da casa.

No seguimento da análise até aqui efectuada, parece-nos ser importante perceber como se distinguem os diplomados solteiros relativamente a esta questão - da autonomia financeira -, e tentar apreender a interferência da origem social e da situação profissional sobre ela. Para tal, detemo-nos unicamente nas despesas com habitação, não só pelo facto de serem aquelas que usualmente mais pesam no orçamento dos sujeitos, como ainda porque nas despesas com alimentação e vestuário e com actividades de lazer, como vimos, as percentagens de auto-financiamento são bastante elevadas.

Assim sendo, começámos por ponderar a autonomia financeira em matéria de custos com habitação segundo a idade, o ano de conclusão do curso, o género e a área de formação, cumprindo-nos assinalar os seguintes aspectos:

- Os resultados relativos à idade em 2003 são pouco conclusivos, mesmo levando em consideração o reduzido número de sujeitos nos escalões etários mais elevados: se entre os 24/25 anos e os 28/29 anos parece reduzir-se o financiamento dos pais e aumentar o do próprio, o que apontaria para uma tendência no sentido de maior independência económica com o aumento de idade, no escalão dos 30/31 anos esta tendência inverte-se, chegando mesmo o peso do financiamento paterno a superar o auto-financiamento das despesas com habitação (Anexo III, Tabela 69);
- É igualmente precário delinear de forma nítida algum tipo de tendência segundo o ano de conclusão do curso, embora pareça existir maior dependência dos pais nos anos de conclusão mais recentes e maior independência nos anos de conclusão mais antigos (Anexo III, Tabela 70);
- No caso da variável género, os dados expressos na Tabela 24 permitem-nos identificar, claramente, maior autonomia financeira por parte dos homens relativamente às mulheres: 63,5% deles suportam as suas próprias despesas com habitação (contra 50,5% das mulheres) e apenas 23,1% recorrem ao financiamento paterno (contra 37,6% das mulheres);

- A análise das despesas com habitação por área de formação (Tabela 25) revela que em Ciências, a autonomia financeira é menor do que em qualquer outra área, dado o financiamento paterno (45,5%) ultrapassar o do próprio (42,4%), destacando-se Ensino I como a área de formação cujos diplomados solteiros menos recorrem à ajuda dos pais para o pagamento das despesas com habitação (25,0%) e mais o auto-financiam (66,7%).

Tabela 24. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por sexo

Como financia	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Pais	41	37,6	12	23,1		
Bolsa de estudos	3	2,8	3	5,8		
Próprio	55	50,5	33	63,5		
Outros familiares	-	-	1	1,9		
Próprio+companheiro(a)	1	0,9	-	-		
Outra opção	1	0,9	-	-		
Sem informação	8	7,3	3	5,8		
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>67,7</b>	<b>52</b>	<b>32,3</b>		

N=161

Tabela 25. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por área de formação

Como financia	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	3	25,0	15	30,6	15	45,5	12	30,8	8	28,6
Bolsa de estudos	-	-	-	-	3	9,1	1	2,6	2	7,1
Próprio	8	66,7	28	57,1	14	42,4	23	59,0	15	53,6
Outros familiares	-	-	-	-	1	3,0	-	-	-	-
Próprio+companheiro(a)	-	-	1	2,0	-	-	-	-	-	-
Outra opção	-	-	1	2,0	-	-	-	-	-	-
Sem informação	1	8,3	4	8,2	-	-	3	7,7	3	10,7
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>7,5</b>	<b>49</b>	<b>30,4</b>	<b>33</b>	<b>20,5</b>	<b>39</b>	<b>24,2</b>	<b>28</b>	<b>17,4</b>

N=161

Tabela 26. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por origem social

Como financia	Dirigentes		Médias		Populares		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	9	39,1	29	31,2	10	31,3	5	38,5
Bolsa de estudos	2	8,7	4	4,3	-	-	-	-
Próprio	9	39,1	50	53,8	22	68,8	7	53,8
Outros familiares	-	-	1	1,1	-	-	-	-
Próprio+companheiro(a)	-	-	1	1,1	-	-	-	-
Outra opção	-	-	1	1,1	-	-	-	-
Sem informação	3	13,0	7	7,5	-	-	1	7,7
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>14,3</b>	<b>93</b>	<b>57,8</b>	<b>32</b>	<b>19,9</b>	<b>13</b>	<b>8,1</b>

N=161

**Tabela 27. Forma de financiamento das despesas, dos diplomados solteiros, por posição social**

Posição Social Como financia	BDP		PBTE		PBE		PBPR		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	17	29,3	26	34,2	5	71,4	1	20,0	1	14,3
Bolsa de Estudo	1	1,7	2	2,6	-	-	-	-	-	-
Próprio	36	62,1	40	52,6	2	28,6	3	60,0	6	85,7
Familiar	1	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Ambos	-	-	1	1,3	-	-	-	-	-	-
Outra Opção	-	-	1	1,3	-	-	-	-	-	-
<i>Sem resposta</i>	3	5,2	6	7,9	-	-	1	20,0	-	-
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>37,9</b>	<b>76</b>	<b>49,7</b>	<b>7</b>	<b>4,6</b>	<b>5</b>	<b>3,3</b>	<b>7</b>	<b>4,6</b>

N=153

**Nota:** Dos 161 solteiros em análise, 8 nunca trabalharam, pelo que não era possível determinar a sua posição social, pelo menos com base nos mesmos critérios do que os dos restantes indivíduos, de forma que a frequência absoluta total considerada neste cruzamento é de 153.

Quanto à origem social, os dados apurados revelam-se muito interessantes, na medida em que, das classes dirigentes para as classes médias e destas para as classes populares, assistimos a um aumento sucessivo do peso do auto-financiamento das despesas com habitação (Tabela 26). Não sendo as classes populares aquelas em que o peso da residência com os pais era maior, concluímos que os indivíduos oriundos destas classes, vivendo ou não com os pais, são globalmente mais autónomos do que os das restantes classes sociais. Simultaneamente, quanto à posição de classe dos indivíduos solteiros em 2003, percebemos que os diplomados situados na Burguesia Dirigente e Profissional são mais autónomos do que os da Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento (Tabela 27).

Cabe, neste momento, introduzir alguns dados relativamente à situação profissional dos indivíduos solteiros, na perspectiva de avaliar o seu impacto sobre os tipos de autonomia financeira evidenciados. Esta abordagem justifica-se por termos colocado a hipótese de que os processos de inserção familiar dos diplomados foram condicionados pelos seus processos de inserção profissional (5ª hipótese), como de que se verificaria uma dependência económica face à família de orientação provocada pelas dificuldades da inserção profissional (6ª hipótese). Assim, tomámos como variáveis independentes alguns aspectos da situação profissional dos diplomados solteiros em 2003 (situação perante o trabalho, tipo de vínculo com a entidade empregadora e rendimento mensal

ilíquido), que cruzámos com as formas de financiamento das despesas com habitação no mesmo momento, tendo constatado os aspectos que se seguem.

Parece haver, de facto, uma ligação entre a situação profissional e a (in)dependência financeira dos indivíduos solteiros, porque aqueles que apresentam situações de emprego no sentido mais convencional - aqui integrados nas categorias de estudante trabalhador e de empregado - são aqueles que manifestamente mais suportam as suas próprias despesas, enquanto aqueles que ostentam posições mais fragilizadas no sistema de trabalho - caso dos desempregados e dos bolseiros de investigação - recorrem maioritariamente à ajuda dos pais (Tabela 28).

No que diz respeito ao vínculo dos diplomados empregados, identifica-se igualmente uma clivagem entre os indivíduos: o peso do auto-financiamento é nitidamente maior entre aqueles cujos contratos não têm termo (61,5%), diminuindo no caso dos desempenham actividades a recibo verde (ou seja, os independentes: 54,5%) e ainda mais nos que têm contratos com termo (49,1%) (Tabela 29).

Finalmente, como seria de esperar, os diplomados solteiros com remunerações mais baixas encontram-se mais dependentes dos seus pais para custearem as suas despesas com habitação e, de forma congruente, aqueles que auferem mais apresentam percentagens mais elevadas de auto-financiamento destas despesas (Tabela 30).

**Tabela 28. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por condição perante o trabalho em 2003**

Situação profissional	1		2		3		4		5		6		7		8	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Como financia																
Pais	1	11,1	1	50,0	3	25,0	33	28,4	12	75,0	-	-	3	75,0	-	-
Bolsa de estudos	6	66,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Próprio	1	11,1	1	50,0	9	75,0	73	62,9	1	6,3	1	100,0	1	25,0	1	100,0
Outros familiares	-	-	-	-	-	-	1	0,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Próprio+companheiro(a)	-	-	-	-	-	-	1	0,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-	-	1	0,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem informação	1	11,1	-	-	-	-	7	6,0	3	18,8	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>5,6</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>12</b>	<b>7,5</b>	<b>116</b>	<b>72,0</b>	<b>16</b>	<b>9,9</b>	<b>1</b>	<b>0,6</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>	<b>1</b>	<b>0,6</b>

N=161

**Legenda:**

1- Estudante com bolsa  
2- Estudante sem bolsa  
3- Estudante trabalhador

4- Empregado  
5- Desempregado  
6- Estagiário

7- Bolseiro de investigação  
8- Outra opção

**Tabela 29. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por tipo de vínculo com a entidade empregadora**

Como financia	Vínculo		Sem termo		Com termo		Independente		Outra		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	22	28,2	21	38,2	4	36,4	1	100,0	2	25,0		
Próprio	48	61,5	27	49,1	6	54,5	-	-	6	75,0		
Outros familiares	1	1,3	-	-	-	-	-	-	-	-		
Próprio+companheiro(a)	1	1,3	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outra opção	-	-	2	3,6	-	-	-	-	-	-		
Sem informação	6	7,7	5	9,1	1	9,1	-	-	-	-		
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>51,0</b>	<b>55</b>	<b>35,9</b>	<b>11</b>	<b>7,2</b>	<b>1</b>	<b>0,7</b>	<b>8</b>	<b>5,2</b>		

N=153

**Notas:**

a)O total é de 153 indivíduos dado que, dos 161 solteiros, 8 nunca tiveram emprego até ao momento do inquérito

b)Eliminou-se o vínculo de estagiário e o financiamento através da bolsa de estudos por não haver respostas nestes campos.

**Tabela 30. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por rendimento mensal líquido (em euros)**

Como financia	Até 500		501-750		751-1250		1251-1750		1751-2250		+ 2750		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	5	55,6	9	39,1	24	27,0	9	60,0	2	20,0	-	-	1	16,7
Próprio	2	22,2	8	34,8	58	65,2	6	40,0	7	70,0	1	100,0	5	83,3
Outros familiares	-	-	-	-	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Próprio+companheiro(a)	-	-	-	-	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10,0	-	-	-	-
Sem informação	2	22,2	6	26,1	5	5,6	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>5,9</b>	<b>23</b>	<b>15,0</b>	<b>89</b>	<b>58,2</b>	<b>15</b>	<b>9,8</b>	<b>10</b>	<b>6,5</b>	<b>1</b>	<b>0,7</b>	<b>6</b>	<b>4,0</b>

N=153

**Notas:**

a)O total é de 153 indivíduos dado que, dos 161 solteiros, 8 nunca tiveram emprego até ao momento do inquérito

b)Eliminou-se o escalão dos 2251-2750 € e o financiamento através da bolsa de estudos por não haver respostas nestes campos.

Em função deste conjunto de dados, parece-nos não restarem grandes margens para dúvidas quanto ao impacto que a situação profissional dos diplomados em 2003 teve sobre uma das dimensões fundamentais da autonomia financeira dos diplomados solteiros, ou seja, a sua capacidade para fazer frente às despesas com habitação. Com efeito, é nítido que os diplomados com situações mais fragilizadas no sistema de trabalho eram também aqueles que apresentavam maior dependência das suas famílias de orientação. Referimo-nos, em concreto, aos indivíduos desempregados, aos bolseiros de investigação, e àqueles que, mesmo com emprego, tinham contratos a termo ou trabalhavam a recibo verde ou que auferiam quantias menos elevadas por mês.



### 1.3. Síntese

Ao finalizar esta secção, parece-nos ser de realçar estes últimos dados, os quais, apontando para uma diferenciação nítida da autonomia financeira dos diplomados solteiros em função das características da situação profissional, parecem vir confirmar parcialmente a nossa 6ª hipótese de trabalho, no que diz respeito ao facto dos indivíduos viverem situações de dependência da família em consequência das dificuldades de inserção profissional. Vimos como eram os diplomados com situações profissionais mais precarizadas que apresentavam maior dependência das suas famílias de orientação. Assim se poderia explicar, também, porque estes indivíduos, que globalmente apresentam relacionamentos estáveis, desejam a conjugalidade e têm poucas reservas quanto ao casamento, não ensaiaram ainda esse passo. Contudo, a este respeito, não podemos ser conclusivos, na medida em que, do ponto de vista das opiniões manifestadas pelos próprios diplomados, a falta de estabilidade profissional parece ter apenas sido moderadamente importante para os diplomados de Ensino II.

Não esqueçamos, porém, que afirmámos confirmar a 6ª hipótese apenas parcialmente. Esta consideração deve-se ao facto de termos constatado que a autonomia residencial dos diplomados era relativamente reduzida, o que contraria uma parte integrante da referida hipótese, designadamente a de que a dependência económica face à família de origem não implicaria uma reprodução dos modos de encarar a saída de casa e o casamento. É que, para além de ser estatisticamente reduzida no conjunto dos diplomados solteiros, a autonomia residencial não parece ser condicionada pelos factores profissionais que analisámos, já que a dependência era sempre mais elevada do que a autonomia independentemente da situação profissional, do vínculo ou do rendimento auferido pelos diplomados. Em contrapartida, notava-se muito mais o peso dos factores factor idade, género e origem social (com os mais novos, as mulheres e os oriundos das classes dirigentes a apresentarem menos autonomia).

Em função daquilo que acabámos de considerar, também não nos parece muito nítida a influência dos factores profissionais para as dinâmicas de autonomização dos indivíduos face à família de origem. Tratando-se este de um aspecto com uma

importância central no nosso trabalho, que constava da 5ª hipótese de trabalho, segundo a qual as características da inserção profissional condicionariam o percurso ao longo do eixo de inserção familiar, notámos, já no final do capítulo anterior, não ser clara a relação entre as trajetórias profissionais e o estado civil. Ao longo deste capítulo, as evidências foram igualmente apontando para a dificuldade de estabelecer um relacionamento concreto de causalidade entre as características situação profissional e a condição de solteiro. Realmente, por um lado, aquelas características não parecem condicionar a autonomia residencial, parecendo, contudo, actuar em termos da autonomia financeira. Por outro lado, são as próprias percepções dos indivíduos que nos indicam que a manutenção do estado civil de solteiro só moderadamente está relacionada com a falta de estabilidade profissional e com a falta de condições financeiras, estando ainda menos dependente do grau de absorvência com que as actividades profissionais ocupam os indivíduos.

Finalmente, consideramos que o facto da média de idades dos diplomados solteiros da nossa amostra ser superior à idade média ao casamento no nosso país, e dado que tendencialmente, eles valorizam a conjugalidade em geral e o casamento em particular, desvalorizando as dimensões do que considerámos ser uma representação “individualista” dos trajectos de vida, indica que estamos principalmente perante um retardamento do acontecimento da conjugalidade no trajecto de vida dos indivíduos, mas não das representações tradicionais dominantes sobre essa conjugalidade.

## 2.Os diplomados e o casamento

Iniciamos esta secção recordando algumas características dos diplomados casados, anteriormente identificadas:

- No que diz respeito à idade, a sua representatividade no conjunto da amostra aumenta de escalão etário para escalão etário até aos 32/33 anos;
- De forma congruente com o que seria de esperar, o peso dos indivíduos com este estado civil é mais significativo entre os diplomados que terminaram o seu curso há mais tempo;
- O peso das mulheres casadas é superior ao dos homens em idêntica situação;
- As percentagens de diplomados casados são mais altas nas áreas de Ensino I e de Ensino II do que nas restantes áreas de formação;
- Relativamente à origem social, observou-se que os indivíduos casados estão estatisticamente mais representados nas classes médias e dirigentes do que nas classes populares.

Tendo, no capítulo anterior, apontado as principais características da situação familiar respeitante aos indivíduos que já eram casados antes de terminar o seu curso superior, começaremos por nos debruçar sobre os percursos de inserção familiar daqueles que casaram depois da obtenção do diploma.

### 2.1. Tempos, modalidades e significado da entrada na conjugalidade após terminar o curso superior

Um dos aspectos centrais a investigar neste trabalho diz respeito, como temos vindo a acentuar, à quebra do padrão tradicional de transição para a vida adulta, o que, no eixo familiar, poderá revestir a forma de um retardamento temporal dos acontecimentos, bem como uma modificação dos significados, das modalidades e da sequência de tais acontecimentos, tal como expressámos no âmbito da 3ª hipótese de trabalho. É possível, desde já, adiantar que não parece haver, no grupo total dos indivíduos que já passaram pela experiência do casamento, um

alteração significativa da sequência tradicional de entrada na conjugalidade, já que a grande maioria casou depois de terminar os estudos<sup>7</sup>. Contudo, estão ainda por abordar alguns indicadores importantes relativos à inserção familiar experimentada por estes indivíduos<sup>8</sup>.

Começamos pela dimensão do retardamento temporal com que os vários acontecimentos - como o casamento - se dão no percurso de vida dos indivíduos, que pressupúnhamos consubstanciar-se no aumento da idade ao casamento e no espaçamento temporal entre a conclusão do curso superior e sua ocorrência.

Levando em consideração a tendência para o avanço da idade ao casamento identificada em Portugal, como por todo o mundo ocidental, não deixa de surpreender que a idade média ao casamento por parte dos nossos diplomados se situe nos 26,5 anos (Tabela 31), ou seja, abaixo da média nacional que, em 2001, era, como sabemos, de 27 anos. Não se verificando, como esperávamos, uma idade ao casamento mais elevada por parte dos diplomados - indivíduos com longos processos de escolaridade - do que a média nacional, pensamos, contudo, que é preciso equacionar a idade ao casamento dos diplomados da nossa amostra tendo como referência as dinâmicas demográficas de longa duração da sociedade portuguesa. Deste ponto de vista, a geração de enquadramento dos pais dos nossos diplomados casados casava-se, em média, aos 25,5 anos<sup>9</sup>, isto é, com menos um ano do que os diplomados em análise, que, assim, apresentam um retardamento da idade ao casamento.

---

<sup>7</sup> Tendo em conta que 161 indivíduos se casaram (embora 1 esteja separado em 2003) e que apenas 24 o fizeram antes da obtenção do diploma, constatamos que cerca de 85% dos diplomados apresentam uma sequência tradicional dos acontecimentos (finalização dos estudos - casamento).

<sup>8</sup> Incluem-se nesta análise todos os indivíduos que casaram depois de terminarem o curso superior, incluindo aquele que se encontrava separado ou divorciado em 2003, mas cujo casamento ocorreu depois da conclusão do curso superior. Assim sendo, dos 160 indivíduos casados em 2003, excluíram-se os 22 cujo casamento ocorreu antes da conclusão do curso, e cuja situação foi anteriormente analisada, juntando-se o indivíduo separado, o que perfaz um total de 139 indivíduos.

<sup>9</sup> Tomámos como referência a idade média ao casamento em 1970 pelo facto da idade média dos diplomados casados (depois do curso) se situar nos 29,3 anos, que subtraídos ao ano de aplicação do inquérito por questionário - 2003 - apontam para 1974 como ano médio de nascimento dos diplomados.

**Tabela 31. Idade média ao casamento**

Idade ao casamento	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
	135	26,5	27	21-32	5,16	2,27	0,20	-0,05	-0,22

Chamamos ainda a atenção para o desvio-padrão relativamente alto deste indicador, revelando-nos a existência de muita variabilidade nas idades dos inquiridos, que se concentram de forma mais acentuada precisamente nos 27 anos (Anexo III, Gráfico 17). Por outro lado, é fundamental apontar que esta variabilidade das respostas se relaciona com algumas características específicas da nossa amostra.

Assim, é curioso observar como, no que se refere à variável idade, são os indivíduos mais velhos que, em média, casaram mais tarde, apresentando os indivíduos mais novos médias de idades ao casamento mais baixas<sup>10</sup> (Tabela 32), o que parece ser concordante com os dados relativos à variável ano de conclusão do curso, que apontam para um aumento da idade ao casamento com a antiguidade na posse do diploma (Tabela 33).

De qualquer maneira, torna-se necessário acrescentar que a própria duração dos estudos condicionou claramente a idade ao casamento dos nossos diplomados, ou seja, nota-se que, quanto mais tempo os indivíduos demoraram a concluir o curso superior, mais avançou a idade com que casaram (Tabela 34).

**Tabela 32. Idade média ao casamento por idade em 2003**

Idade	N válido	M	Amplitude	Desvio-padrão
24/25	3	22,3	21-24	1,52
26/27	30	24,7	22-27	1,37
28/29	39	26,2	21-29	1,98
30/31	45	27,4	23-31	1,99
32/33	15	27,9	26-31	1,33
34/35	3	31,0	30-32	1,00

<sup>10</sup> Naturalmente, os indivíduos mais novos que eram casados à data do inquérito por questionário tinham forçosamente de apresentar uma média de idade ao casamento baixa, logo, o que surpreende são os dados referentes aos indivíduos mais velhos, mesmo excluindo os do último escalão etário, com apenas 3 diplomados: a idade média ao casamento vai baixando progressivamente com a diminuição da idade, quando a nossa expectativa apontava precisamente no sentido contrário.

**Tabela 33. Idade média ao casamento por ano lectivo de conclusão do curso**

Ano lectivo	N válido	M	Amplitude	Desvio-padrão
1995/96	23	26,6	21-30	2,14
1996/97	31	27,0	22-31	2,17
1997/98	31	26,7	21-32	2,41
1998/99	25	26,0	22-31	2,44
1999/2000	18	26,0	23-30	1,97
2000/011	3	26,6	21-30	2,14

**Tabela 34. Idade média ao casamento por anos que demorou a concluir o curso**

Anos	N válido	M	Amplitude	Desvio-padrão
3	5	24,4	21-28	3,05
4	13	24,3	21-27	2,06
5	68	26,1	22-31	1,89
6	24	27,4	23-31	2,00
7	21	28,3	25-32	1,68
8	2	28,5	26-31	3,54
9 e mais	1	29,0	29-29	-

Também o género e a área de formação constituem variáveis com influência sobre a idade ao casamento dos diplomados. Com efeito, é visível na Tabela 35 a diferença das idades com que os homens e as mulheres da nossa amostra se casaram (27,4 anos e 26,2 anos, respectivamente), sendo bastante interessante notar que essa diferença (1,2 anos) é inferior àquela que se registava no nosso país em 2001 (1,7 anos) e que a idade média ao casamento das mulheres é mesmo ligeiramente superior à nacional (26,1 anos). Parece-nos, portanto, que o prolongamento do tempo de escolarização tem impacto sobre as pessoas do género feminino em termos da idade ao casamento, no sentido do seu retardamento, o mesmo não se verificando relativamente ao género masculino.

**Tabela 35. Idade média ao casamento por sexo**

Sexo	N válido	M	Amplitude	Desvio-padrão
Feminino	99	26,2	21-32	2,27
Masculino	36	27,4	23-31	2,07

**Tabela 36. Idade média ao casamento por área de formação**

Área	N válido	M	Amplitude	Desvio-padrão
Ensino I	14	24,4	21-28	2,47
Ensino II	48	26,1	22-29	1,56
Ciências	20	26,9	24-32	2,29
Engenharias	32	27,6	23-31	2,30
G/P/C	21	26,8	22-31	2,41

Relativamente à área de formação (Tabela 36), é de registar que a idade média ao casamento é mais baixa nas áreas de Ensino I (24,4 anos) e Ensino II (26,1 anos), aumentando em Gestão (26,8 anos), Planeamento e Comunicação e em Ciências (26,9 anos) até atingir os 27,6 anos na área das Engenharias. Se o valor da área de Ensino I pode ser parcialmente explicado em função da duração menor dos cursos que nela se integram<sup>11</sup>, as diferenças entre as restantes áreas não encontram a sua justificação no mesmo factor, dado que a duração dos seus cursos não difere grandemente, oscilando entre os 4 e os 5 anos.

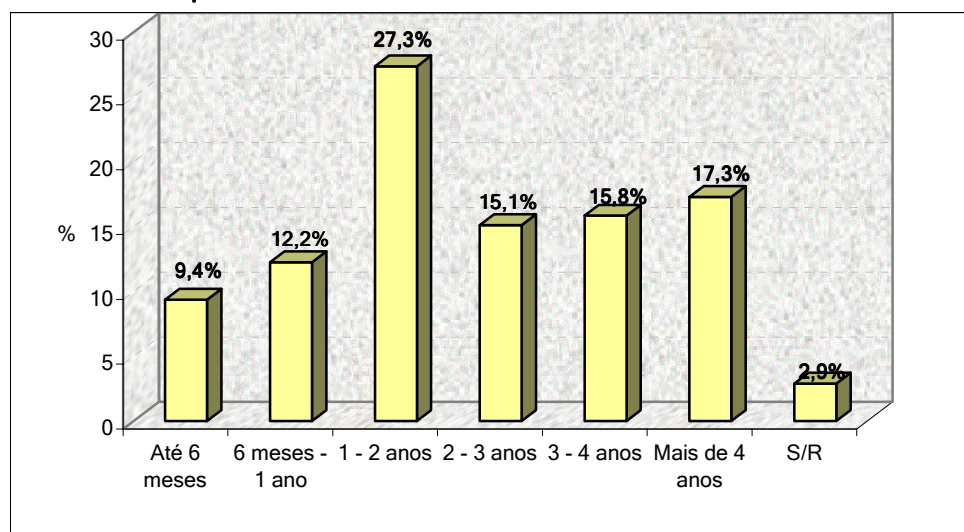
A análise da Tabela 37 pode, com efeito, auxiliar a compreensão destas diferenças entre as diversas áreas de formação, por apontar para uma discrepância entre as idades médias ao casamento dos diplomados oriundos das classes dirigentes - de 27,1 anos -, por um lado, e dos provenientes das classes médias e populares - 26,3 anos e 23,4 anos, respectivamente. Assim sendo, a origem social parece actuar de alguma forma sobre o indicador em estudo, em linha de continuidade com aquilo que observamos nas secções antecedentes.

**Tabela 37. Idade média ao casamento por origem social**

Origens	N válido	M	Amplitude	Desvio-padrão
Dirigentes	24	27,1	21-32	2,67
Médias	88	26,3	22-31	2,16
Populares	19	26,4	21-31	2,27

Passamos em seguida à análise do tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento, outro indicador do possível retardamento do acontecimento casamento no âmbito das trajetórias dos indivíduos. Neste âmbito, nota-se que a inserção familiar não é de maneira alguma automática: cerca de 22% dos diplomados casaram até 1 ano depois da conclusão da formação, um pouco mais de ¼ dos indivíduos entre 1 e 2 anos depois de terminarem o curso e mais de 45% casaram passados mais de 2 anos depois de concluírem a formação inicial (Gráfico 10).

<sup>11</sup> Relembramos que se tratam dos antigos bacharelatos em Ensino do 1º Ciclo e Educação de Infância, com 3 anos de duração.

**Gráfico 10. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento**

Contudo, é importante salientar algumas diferenças registadas entre os diplomados casados da nossa amostra quanto ao intervalo de tempo que mediou a conclusão do curso e a ocorrência do casamento. Com efeito, embora não se identifiquem padrões nítidos de resposta em função da idade em 2003<sup>12</sup> (Anexo III; Tabela 71), os diplomados divergem quando se leva em consideração o ano de conclusão do curso, o género, a área de formação e a origem social.

Relativamente à variável ano de conclusão do curso (Tabela 38), parece existir uma tendência para a inserção familiar se tornar mais rápida à medida que o ano de conclusão do curso é mais recente, se somarmos as percentagens dos três primeiros intervalos, por um lado, e dos três últimos intervalos, por outro lado, e excluindo o ano de 2000/01 (com apenas 3 diplomados).

No que se refere à variável género (Tabela 39), nota-se que, apesar dos dois sexos apresentarem uma maior concentração dos casamentos entre 1 e 2 anos depois da conclusão do curso, existem maiores percentagens de raparigas do que de rapazes a consumir o casamento “rapidamente”, isto é, até 6 meses (11,0% e

<sup>12</sup> No caso da variável idade, excluindo os escalões mais baixo e mais alto (com poucos diplomados), nota-se que os indivíduos mais velhos (32/33 anos) se concentram nos três primeiros intervalos de tempo (cerca de 75%), o que parecia apontar para uma maior rapidez da inserção familiar com o aumento da idade; contudo, o facto dos indivíduos com 26/27 anos apresentarem uma percentagem elevada de casamentos entre 6 meses e 1 ano (22,6%), bem como uma concentração nos três primeiros intervalos de tempo mais elevada do que os 2 escalões etários seguintes (cerca de 51% contra cerca de 41% tanto do escalão dos 28/29 anos como dos 30/31 anos) vem inviabilizar tal conclusão.



5,1% respectivamente) ou entre 6 meses e 1 ano (15,0% e 5,1% respectivamente) após a conclusão do curso. Ao mesmo tempo, é menor o peso das mulheres que casaram mais tarde, designadamente entre 2 e 3 anos e mais de 4 anos depois da obtenção do diploma - 14,0% e 13,0% respectivamente -, comparativamente com os homens que, nestes dois intervalos temporais apresentam as percentagens de 18,0% e de 28,2%, respectivamente.

No que diz respeito à área de formação (Tabela 40), é possível identificar, no nosso entender, uma clivagem entre as áreas de Ensino I e II, por um lado e das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação, por outro lado. Com efeito, se somarmos as percentagens dos três primeiros intervalos de tempo, considerando o valor obtido como expressivo de alguma rapidez da inserção familiar (até 2 anos após a conclusão do curso), verificamos que as percentagens de indivíduos nessa situação são bastante elevadas no caso dos cursos de Ensino I (cerca de 71%) e II (cerca de 53%), e muito mais baixas nas áreas das Engenharias (cerca de 37%) e de Gestão, Planeamento e Comunicação (cerca de 43%). De forma idêntica, somando as percentagens dos três últimos intervalos, de maneira a obter um valor que expresse uma passagem mais demorada à conjugalidade do tipo formal (mais de 2 anos depois da obtenção do diploma), constatamos precisamente que o peso dos diplomados nesta situação suplanta, no caso das Engenharias (cerca de 57%) e de Gestão, Planeamento e Comunicação (cerca de 52%), o dos diplomados com inserções familiares mais rápidas e que, no que se refere às duas áreas de Ensino, acontece exactamente o contrário, ou seja, a representatividade dos indivíduos com passagens mais demoradas à conjugalidade (Ensino I: cerca de 29%; Ensino II: 45%) é menor do que a daqueles que apresentam inserções familiares rápidas. Neste sentido, sem deixar de chamar a atenção para o caso dos diplomados da área de Ciências, que se repartem com igual peso pelos dois tipos de inserção (rápida/demorada), parece-nos detectar-se, em função da variável área de formação, um padrão diferenciado de entrada na conjugalidade de tipo formal, no que se refere ao momento em que tal acontece e tendo como marco temporal a conclusão do curso, com os diplomados das áreas de Ensino, com mais evidência em Ensino I, apresentando tendencialmente maior rapidez nesse processo e com os

diplomados das áreas das Engenharias (estes, com mais expressão) e de Gestão, Planeamento e Comunicação ostentando tendencialmente maior demora.

Quanto à variável origem social (Tabela 41), novamente se notam interessantes diferenciações entre os diplomados, já que, recorrendo à mesma metodologia empregue na análise da variável anterior, constatamos que o peso das inserções rápidas é maior nos sujeitos provenientes das classes médias (cerca de 52%) do que nos oriundos das populares (cerca de 47%) e ainda mais das classes dirigentes (40%).

**Tabela 38. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento por ano lectivo de conclusão do curso**

Tempo decorrido	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Até 6 meses	1	4,4	2	6,3	1	3,0	7	28,0	1	5,3	-	-	1	25,0
Entre 6 e 12 meses	3	13,0	5	15,6	1	3,0	3	12,0	3	15,8	2	66,7	-	-
Entre 1e 2anos	6	26,1	4	12,5	14	42,4	3	12,0	8	42,1	-	-	3	75,0
Entre 2 e3anos	4	17,4	6	18,8	1	3,0	5	20,0	4	21,1	1	33,3	-	-
Entre 3 e 4anos	2	8,7	5	15,6	8	24,2	5	20,0	2	10,5	-	-	-	-
Mais de 4 anos	7	30,4	9	28,1	7	21,2	1	4,0	-	-	-	-	-	-
Sem informação	-	-	1	3,1	1	3,0	1	4,0	1	5,3	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>16,5</b>	<b>32</b>	<b>23,0</b>	<b>33</b>	<b>23,7</b>	<b>25</b>	<b>18,0</b>	<b>19</b>	<b>13,7</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>

N=139

**Tabela 39. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento por sexo**

Tempo decorrido	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Até 6 meses	11	11,0	2	5,1
Entre 6 e 12 meses	15	15,0	2	5,1
Entre 1e 2anos	27	27,0	11	28,2
Entre 2 e3anos	14	14,0	7	18,0
Entre 3 e 4anos	17	17,0	5	12,8
Mais de 4 anos	13	13,0	11	28,2
Sem informação	3	3,0	1	2,6
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>71,9</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>

N=139

**Tabela 40. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento por área de formação**

Tempo decorrido	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Até 6 meses	1	7,1	8	16,3	1	5,0	1	2,9	2	9,5
Entre 6 e 12 meses	4	28,6	7	14,3	2	10,0	1	2,9	3	14,3
Entre 1e 2anos	5	35,7	11	22,5	7	35,0	11	31,4	4	19,1
Entre 2 e3anos	1	7,1	6	12,2	3	15,0	6	17,1	5	23,8
Entre 3 e 4anos	2	14,3	8	16,3	4	20,0	4	11,4	4	19,1
Mais de 4 anos	1	7,1	8	16,3	3	15,0	10	28,6	2	9,5
Sem informação	-	-	1	2,0	-	-	2	5,7	1	4,8
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>10,1</b>	<b>49</b>	<b>35,2</b>	<b>20</b>	<b>14,4</b>	<b>35</b>	<b>25,2</b>	<b>21</b>	<b>15,1</b>

N=139

**Tabela 41. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento por origem social**

Tempo decorrido	Dirigentes		Médias		Populares		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Até 6 meses	2	8,0	8	8,9	2	10,5	1	20,0
Entre 6 e 12 meses	-	-	15	16,7	2	10,5	-	-
Entre 1e 2anos	8	32,0	24	26,7	5	26,3	1	20,0
Entre 2 e3anos	5	20,0	15	16,7	-	-	1	20,0
Entre 3 e 4anos	4	16,0	12	13,3	5	26,3	1	20,0
Mais de 4 anos	5	20,0	13	14,4	5	26,3	1	20,0
<i>Sem informação</i>	1	4,0	3	3,3	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>18,0</b>	<b>90</b>	<b>64,7</b>	<b>19</b>	<b>13,7</b>	<b>5</b>	<b>3,6</b>

N=139

Em síntese, realçamos o carácter relativamente tradicional que as inserções familiares dos nossos diplomados parecem assumir, no que respeita especificamente ao indicador idade ao casamento, que, embora acusando um retardamento por referência à geração dos pais dos inquiridos, se situa abaixo da idade média ao casamento em Portugal no ano de 2001. Contudo, as raparigas da nossa amostra apresentam uma idade média ao casamento ligeiramente superior à média nacional do género feminino, ao contrário daquilo que acontece com os diplomados do género masculino. O padrão tradicional parece acentuar-se nos diplomados das áreas de Ensino I e II e nos oriundos das classes médias e populares; afigurando-se menos tradicional, portanto, entre os diplomados das Engenharias, Gestão, Planeamento e Comunicação e entre aqueles que provêm das classes dirigentes. Estas diferenciações mantêm-se quando se examina a relação temporal entre a conclusão da formação académica e a ocorrência do casamento. De facto, embora globalmente a passagem à conjugalidade não seja automática, ou seja, não coincidente com os meses imediatamente seguintes à obtenção do diploma, trata-se de um processo mais rápido, novamente, para os diplomados do género feminino, das áreas de Ensino I e II e das classes médias e populares.

Não sendo possível confirmar peremptoriamente que estamos perante um retardamento dos processos de inserção familiar, no grupo dos indivíduos que casaram depois do curso, não deixamos de acentuar o carácter não automático desses processos, pelo que se torna importante perceber se o hiato temporal entre a conclusão do curso e a ocorrência do casamento se justifica através das características dos processos de inserção profissional dos diplomados. Trata-se, portanto, de avançar alguns elementos que nos ajudem a clarificar até que ponto

as características da inserção profissional condicionaram o percurso ao longo do eixo da inserção familiar - designadamente no que se refere à escolha do momento para casar -, de acordo com a 5ª hipótese deste trabalho.

Ora, quando cruzamos o tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento com o tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do primeiro emprego, constatamos que não parece existir algum tipo de concomitância. Na verdade, a grande maioria dos diplomados casados apresenta uma inserção profissional bastante mais rápida do que a inserção familiar, e embora possa observar-se, com a dilatação do período de espera antes de obter o 1º emprego, um aumento do peso dos indivíduos que casaram entre 1 e 2 anos depois do curso, seria forçado retirar daí alguma conclusão, dado que são também os indivíduos que obtiveram emprego mais depressa aqueles que apresentam maiores percentagens nos períodos mais longos entre a conclusão do curso e o casamento (Tabela 42). Não sendo possível identificar uma eventual relação entre estes dois factores, resta-nos, apesar de tudo, a óbvia constatação de que a esmagadora maioria dos diplomados casou quando estava já inserido no sistema de trabalho.

**Tabela 42. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento por tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego**

Curso-1º emprego	Até 3 meses		3-6 meses		6-12 meses		1-2 anos		Outra situação		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Até 6 meses	8	8,3	1	7,1	1	14,3	1	33,3	1	10,0	1	25,0
Entre 6 e 12 meses	12	12,5	2	14,3	-	-	1	33,3	1	10,0	1	25,0
Entre 1e 2anos	24	25,0	5	35,7	3	42,9	1	33,3	3	30,0	-	-
Entre 2 e3anos	16	16,7	1	7,1	1	14,3	-	-	2	20,0	-	-
Entre 3 e 4anos	13	13,5	3	21,4	1	14,3	-	-	2	20,0	2	50,0
Mais de 4 anos	19	19,8	2	14,3	1	14,3	-	-	1	10,0	-	-
<i>Sem informação</i>	4	4,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>71,6</b>	<b>14</b>	<b>10,4</b>	<b>7</b>	<b>5,2</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>10</b>	<b>7,5</b>	<b>4</b>	<b>3,0</b>

N=134

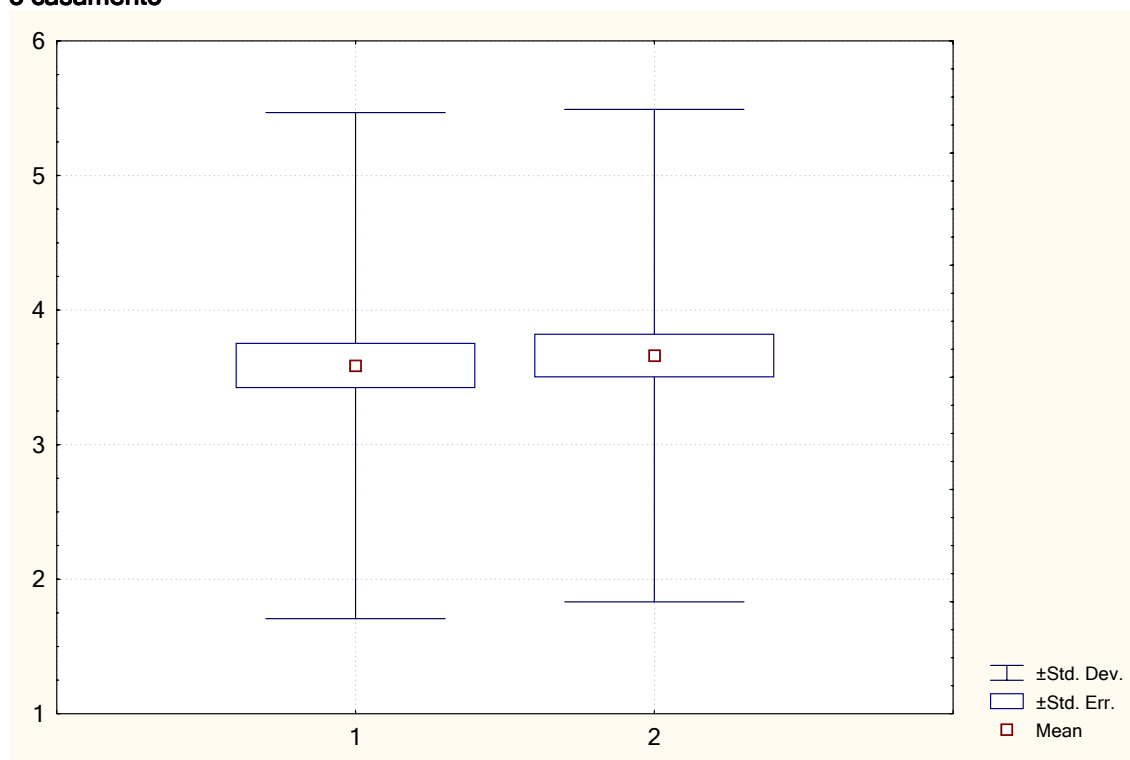
**Notas:**

- Esta tabela apresenta uma frequência absoluta total de 134 indivíduos dado que, dos 139 diplomados casados em análise, 5 nunca estiveram empregados
- Em "outra situação" integrámos os indivíduos que indicaram não ter procurado emprego por terem continuado a estudar (2) ou por terem permanecido numa actividade profissional anterior (8).

Por outro lado, quando os indivíduos foram convidados a manifestar a sua opinião relativamente à influência da estabilidade profissional ou financeira sobre a

escolha do momento para casar<sup>13</sup>, as suas respostas apontam para uma valorização apenas mediana destes factores. Com efeito, a estabilidade profissional e a estabilidade financeira atingem as médias globais de 3,6 e 3,7, respectivamente, sendo acompanhadas de desvios-padrão elevados (Gráfico 11 e Anexo III, Tabela 72), o que significa haver uma grande dispersão das respostas em qualquer destes itens (Anexo III, Gráficos 18 e 19), tornando-se necessário tentar perceber que variáveis poderiam estar na origem de tal não uniformidade.

**Gráfico 11. Opinião dos diplomados casados acerca da influência dos factores profissionais sobre o casamento**



**Legenda:**

- 1- Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou
- 2- Casei-me quando a minha situação financeira estabilizou

Tendo optado por nos cingirmos ao item 1 (“Casei quando a minha situação profissional estabilizou”), por apresentar um desvio-padrão mais elevado, verificámos, então, que a concordância dos diplomados com a influência da estabilidade financeira sobre o momento em que casaram<sup>14</sup>:

<sup>13</sup> Trata-se de duas afirmações que correspondem aos itens 3 e 4 da questão 70 do inquérito por questionário, onde era pedido aos indivíduos para manifestarem o seu grau de concordância com cada afirmação numa escala de 1 (mínimo de concordância) a 6 (máximo de concordância).

<sup>14</sup> O cruzamento deste item com a variável ano de conclusão do curso não produziu resultados significativos (Anexo III, Tabela 173).

- Parece aumentar com a idade, já que, excluindo os indivíduos com 24/25 anos (apenas 3), a média das respostas aumenta de escalão etário para escalão etário (Tabela 43);
- Foi claramente mais determinante para os homens (média de 4,2) do que para as mulheres (média de 3,4) (Tabela 44);
- Foi mais acentuada para os diplomados de Ensino I (média de 4,0) e menos importante para os de Gestão, Planeamento e Comunicação (média de 3,3) do que para as restantes áreas de formação (Tabela 45);
- Teve mais peso entre os diplomados oriundos das classes médias (média de 4,0), baixando a sua importância para os indivíduos oriundos das classes dirigentes (média de 3,4) e ainda mais para os provenientes das classes populares (média de 2,5) (Tabela 46).

**Tabela 43. "Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou" por idade em 2003**

Idade	N válido	Média	Amplitude	Desvio--padrão	Erro-padrão	Skewness
24/25	3	3,3	1-6	2,52	1,45	0,59
26/27	30	3,1	1-6	1,81	0,33	0,27
28/29	36	3,6	1-6	2,05	0,34	-0,18
30/31	45	3,8	1-6	1,71	0,25	-0,15
32/33	14	3,9	1-6	2,14	0,57	-0,39
34/35	3	4,7	4-6	1,15	0,67	1,73
36 ou mais	-	-	-	-	-	-

**Tabela 44. "Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou" por sexo**

Sexo	N válido	Média	Amplitude	Desvio--padrão	Erro-padrão	Skewness
Feminino	94	3,4	1-6	1,93	0,20	0,11
Masculino	37	4,2	1-6	1,66	0,27	-0,74

**Tabela 45. "Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou" por área de formação**

Área	N válido	Média	Amplitude	Desvio--padrão	Erro-padrão	Skewness
Ensino I	13	4,0	1-6	2,04	0,57	-0,35
Ensino II	48	3,6	1-6	2,04	0,29	-0,11
Ciências	19	3,6	1-6	1,77	0,41	-0,31
Engenharias	33	3,6	1-6	1,71	0,30	-0,05
G/P/C	18	3,3	1-6	1,88	0,44	-0,01

**Tabela 46. "Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou" por origem social**

Origens	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Dirigentes	23	3,4	1-6	1,70	0,35	0,17
Médias	85	4,0	1-6	1,90	0,21	-0,39
Populares	18	2,5	1-6	1,47	0,35	0,38

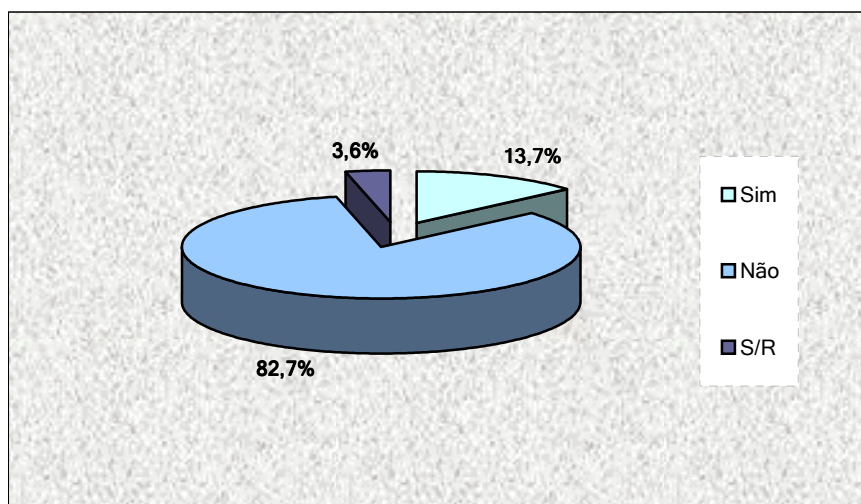
Se, em termos da temporalidade dos acontecimentos, a nossa amostra parece caracterizar-se por uma tendência para a manutenção dos padrões tradicionais de entrada na conjugalidade - de forma mais veemente, como vimos, no que se refere à idade ao casamento, e nalguns subgrupos -, o hiato que mediou a conclusão dos estudos e a entrada na conjugalidade não parece encontrar justificação, de forma nítida acentuada, nos condicionalismos de ordem profissional. A importância destes condicionalismos - referimo-nos ao indicador específico consubstanciado na estabilidade profissional - foi mais acentuada, é certo, para alguns diplomados, em particular os diplomados mais velhos, os homens, os diplomados de Ensino I e das classes médias, que manifestaram maior concordância com a importância que a estabilidade profissional teve nas suas trajectórias de inserção familiar. Nos outros subgrupos, a concordância foi menor, o que pode ser interpretado de uma de duas maneiras: ou os indivíduos casaram antes de atingir a estabilidade profissional ou já a tinham assegurado muito antes de se casarem. Ora, tendo em consideração, como assinalámos atrás, o facto de serem os indivíduos mais novos, os que estão portanto inseridos há menos tempo no sistema de trabalho, a atribuírem menor peso à influência da estabilidade profissional, somos levados a inclinar-nos para a primeira interpretação. Assim sendo, a diferença registada entre os homens e as mulheres explicar-se-ia por relação com a manutenção dos padrões tradicionais de inserção, designadamente no que se refere à perspectiva conservadora sobre os papéis dos géneros, que remete para o género masculino a função profissional principal no âmbito do casal. Neste sentido, não seria tão importante, para as mulheres, ter a sua estabilidade profissional assegurada no momento de casar, porque possivelmente ela estaria já garantida pelo marido.

Fazendo referência à nossa 5ª hipótese de trabalho, parece-nos, portanto, registar-se uma tendência apenas moderada para que, no caso dos diplomados casados, a inserção familiar tenha sido condicionada, no aspecto da sua

temporalidade, pela inserção profissional. De forma mais específica, pensamos que a influência da trajetória profissional sobre a trajetória familiar foi mediada pela interferência de condicionalismos de ordem sócio-cultural, nomeadamente a visão sobre os papéis sociais dos géneros e a origem social, que justificam a predominância, na amostra dos indivíduos que casaram depois de concluir o curso, de padrões tradicionais de inserção familiar.

Finalmente, também os resultados respeitantes às modalidades e sequência dos acontecimentos vêm sugerir a mesma conclusão.

**Gráfico 12. União de facto antes do casamento**



Efectivamente, assinalou-se, no enquadramento teórico deste trabalho (capítulo IV) como se tem vindo a assistir, por todas as sociedades ocidentais, a uma quantidade crescente de jovens para quem adiar o casamento não é sinónimo de adiar a conjugalidade, bem pelo contrário, porque vivem juntos antes de casar, numa perspectiva de experimentação, de “teste” ao relacionamento amoroso. Ora, esse “casamento à experiência” não acontece nos jovens da nossa amostra. Com efeito, a larga maioria dos nossos inquiridos não viveu em união de facto antes de casar (Gráfico 12), o que parece vir reforçar um quadro de representações tradicionais sobre a conjugalidade (“sair de casa dos pais para casar”).



Mantêm-se, na análise deste indicador, as discrepâncias já atrás identificadas em termos de género, de área de formação e de origem social<sup>15</sup>, por se manifestar:

- Uma maior percentagem de homens do que de mulheres com a experiência da união de facto antes do casamento (18,0% e 12,0%, respectivamente) (Tabela 47);
- Uma clivagem entre, por um lado, áreas com um peso mais acentuado de indivíduos que viveram em união de facto antes de casarem - Engenharias (28,6%) e Gestão, Planeamento e Comunicação (14,3%) - e, por outro lado, áreas de formação com um reduzido peso de sujeitos nessa situação - Ciências (5%), Ensino I (7,1%) e Ensino II (8,2%) (Tabela 48).
- Uma diferenciação entre os diplomados provenientes das classes dirigentes, com uma frequência relativa mais elevada de uniões de facto anteriores ao casamento (24,0%) e os indivíduos com origem nas classes médias e populares, para quem essa situação foi menos usual (10,0% e 15,8%, respectivamente) (Tabela 49).

**Tabela 47. União de facto antes do casamento por sexo**

União de facto anterior	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Sim	12	12,0	7	18,0		
Não	84	84,0	31	79,5		
<i>Sem informação</i>	4	4,0	1	2,6		
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>71,9</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>		

N=139

**Tabela 48. União de facto antes do casamento por área de formação**

União de facto anterior	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	7,1	4	8,2	1	5,0	10	28,6	3	14,3
Não	13	92,9	44	89,8	18	90,0	23	65,7	17	81,0
<i>Sem informação</i>	-	-	1	2,0	1	5,0	2	5,7	1	4,8
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>10,1</b>	<b>49</b>	<b>35,2</b>	<b>20</b>	<b>14,4</b>	<b>35</b>	<b>25,2</b>	<b>21</b>	<b>15,1</b>

N=139

<sup>15</sup> O cruzamento do indicador “união de facto antes do casamento” com as variáveis idade em 2003 e ano de conclusão do curso não produziu resultados significativos (Anexo III, Tabelas 74 e 75).

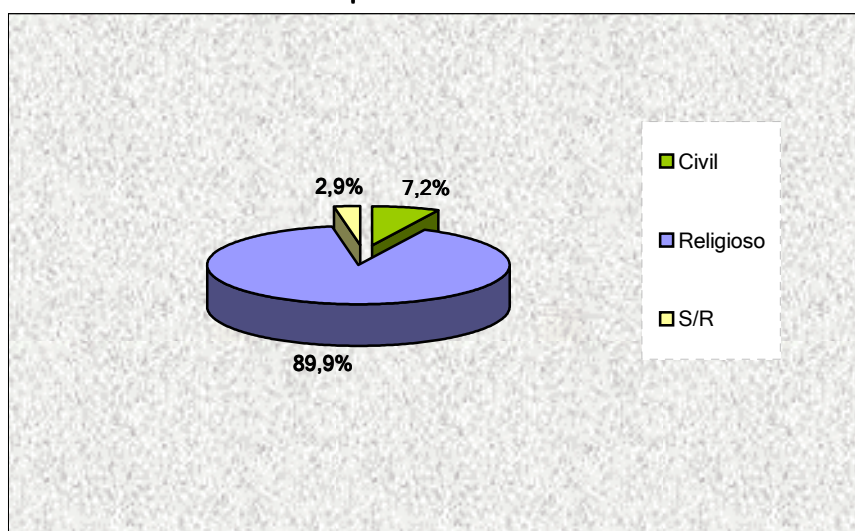
Tabela 49. União de facto antes do casamento por origem social

União de facto anterior	Dirigentes		Médias		Populares		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	6	24,0	9	10,0	3	15,8	1	20,0
Não	18	72,0	77	85,6	16	84,2	4	80,0
Sem informação	1	4,0	4	4,4	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>18,0</b>	<b>90</b>	<b>64,7</b>	<b>19</b>	<b>13,7</b>	<b>5</b>	<b>3,6</b>

N=139

Como veremos, toda a análise que se segue vem reforçar a tendência global da amostra para a adesão a um padrão tradicional de entrada na conjugalidade, mais acentuado no subconjunto das mulheres, dos diplomados de Ciências, Ensino I e II e dos oriundos das classes médias e das classes populares.

Gráfico 13. Tipo de casamento



De facto, não só o tipo de casamento predominante entre os diplomados é o casamento religioso (89,9%) (Gráfico 13), numa percentagem até mais elevada do que a nacional (62,5%), como quem mais adere a este tipo de casamento<sup>16</sup> são manifestamente mais as raparigas (91,0% - Tabela 50), os indivíduos formados em cursos das áreas de Ciências, Ensino II e Ensino I (respectivamente, 95,0%, 93,9% e 92,9% - Tabela 51) e aqueles que provêm das classes populares e médias (94,7% e 91,1%, respectivamente - Tabela 52).

<sup>16</sup> O cruzamento deste indicador pelas variáveis idade em 2003 e ano de conclusão do curso não produziu resultados significativos (Anexo III, Tabelas 76 e 77).

Tabela 50. Tipo de casamento por sexo

Tipo de casamento \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Civil	6	6,0	4	10,3
Religioso	91	91,0	34	87,2
<i>Sem informação</i>	3	3,0	1	2,6
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>71,9</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>

N=139

Tabela 51. Tipo de casamento por área de formação

Tipo de casamento \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Civil	1	7,1	2	4,1	1	5,0	5	14,3	1	4,8
Religioso	13	92,9	46	93,9	19	95,0	28	80,0	19	90,5
<i>Sem informação</i>	-	-	1	2,0	-	-	2	5,7	1	4,8
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>10,1</b>	<b>49</b>	<b>35,2</b>	<b>20</b>	<b>14,4</b>	<b>35</b>	<b>25,2</b>	<b>21</b>	<b>15,1</b>

N=139

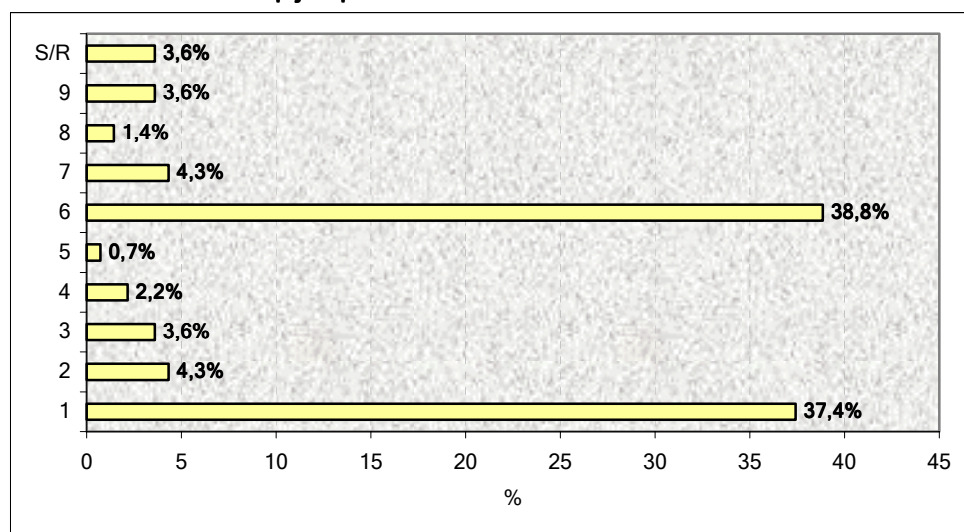
Tabela 52. Tipo de casamento por origem social

Tipo de casamento \ Origens	Dirigentes		Médias		Populares		<i>Sem informação</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Civil	4	16,0	5	5,6	1	5,3	-	-
Religioso	20	80,0	82	91,1	18	94,7	5	100,0
<i>Sem informação</i>	1	4,0	3	3,3	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>18,0</b>	<b>90</b>	<b>64,7</b>	<b>19</b>	<b>13,7</b>	<b>5</b>	<b>3,6</b>

N=139

Finalmente, o motivo para optar pelo casamento como forma de viver a dois que reuniu mais respostas foi a convicção de que “depois de namorar, o casamento é etapa que naturalmente se segue” (38,8%), seguida da ideia de que “o casamento é a forma de um relacionamento atingir o grau máximo de compromisso” (37,4%) (Gráfico 14).

Difícilmente estas motivações para o casamento se poderiam encarar como o fruto das novas dinâmicas que, para autores como Giddens ou Beck, como anteriormente foi exposto no enquadramento teórico deste trabalho, perpassam as sociedades pós-modernas e que, no domínio da família, se caracterizam pelo predomínio de atitudes reflexivas e de comportamentos desinstitucionalizados e desritualizados.

**Gráfico 14. Motivo da opção pelo casamento****Legenda**

- 1- Casamento é o grau máximo de compromisso numa relação
- 2- Casar era importante para o meu cônjuge
- 3- Vivíamos juntos e decidimos ultrapassar essa fase experimental
- 4- Vivíamos juntos e casámos quando obtivemos condições financeiras
- 5- Vivíamos juntos e casámos quando obtivemos estabilidade profissional
- 6- O casamento é a etapa que naturalmente se segue ao namoro
- 7- As famílias ficariam decepcionadas com uma união de facto
- 8- Devido a certas vantagens (IRS, crédito à habitação)
- 9 -Outro motivo

Assim sendo, de forma congruente com os resultados anteriores, que apontavam para a manutenção dos comportamentos institucionais (reduzido peso da opção pela união de facto como forma de encetar a conjugalidade) e ritualizados (elevada percentagem de casamentos religiosos), também os motivos para casar indicam estarmos perante um conjunto de indivíduos com uma tendência clara para a adesão a valores tradicionalistas sobre a família. Com efeito, o elevado consenso em torno dos dois motivos apontados exprime, no nosso entender, um conjunto de atitudes que, por um lado, poderíamos designar de não reflexivas, isto é, conformes ao entendimento do casamento como convenção social, não questionando a necessidade da sua ocorrência nos trajectos de vida nem a suposta ordem “natural” que com que ele deverá suceder (“o casamento é a etapa que naturalmente se segue ao namoro”), e que, por outro lado, demonstram a alta valorização da dimensão institucional ou formal da conjugalidade, por ser esta a que corresponde, no plano mais íntimo dos relacionamentos a dois, ao mais alto grau de compromisso (“O casamento é o grau máximo de compromisso numa relação”).

Embora constituindo duas faces da mesma moeda - uma perspectiva tradicional sobre o casamento -, não deixa de ser curioso observar como estes dois motivos são escolhidos de forma diferenciada pelos dois géneros. Efectivamente, podemos afirmar, a partir da Tabela 53, que a imagem socialmente “naturalizada” do casamento reúne mais respostas entre as raparigas do que entre os rapazes (46,0% e 20,5%, respectivamente), os quais, por sua vez, relevam mais a valorização do casamento como mecanismo “validador” do compromisso dos relacionamentos afectivos (48,7% contra 33,0% por parte do género feminino).

**Tabela 53. Motivo da opção pelo casamento por sexo**

Motivo	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Casamento = compromisso máximo	33	33,0	19	48,7		
Era importante para o cônjuge	4	4,0	2	5,1		
Ultrapassar fase experimental	4	4,0	1	2,6		
Condições financeiras	1	1,0	2	5,1		
Estabilidade profissional	-	-	1	2,6		
Etapa natural a seguir ao namoro	46	46,0	8	20,5		
União de facto = decepção para a família	4	4,0	2	5,1		
Vantagens	2	2,0	-	-		
Outro motivo	3	3,0	2	5,1		
<i>Sem informação</i>	3	3,0	2	5,1		
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>71,9</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>		

N=139

Relativamente às diferenciações produzidas pelas restantes variáveis independentes sobre este indicador, não nos parecem demarcar subconjuntos nos diplomados tão nitidamente quanto acontecia relativamente aos indicadores anteriormente analisados<sup>17</sup>. Quanto à área de formação (Tabela 54), sem dúvida subsiste uma distinção marcada entre os indivíduos formados nos cursos das áreas de Ensino I e II - entre os quais predomina a visão “naturalizada” do casamento (respectivamente, 71,4% e 42,9%) - e da área das Engenharias - com maior peso da visão do casamento como relacionamento com o grau máximo de compromisso (45,7%) - mas, nas restantes áreas, os diplomados pendem em igual percentagem para os dois tipos de resposta. Em termos da origem social (Tabela 55), tanto os indivíduos das classes dirigentes como das populares demonstraram com mais frequência a valorização do casamento como grau

<sup>17</sup> O cruzamento deste indicador com as variáveis idade em 2003 e ano de conclusão do curso continuou a não produzir resultados significativos (Anexo III, Tabelas 78 e 79).

máximo de compromisso (44,0% e 42,1%, respectivamente) do que como uma etapa que naturalmente sucede ao namoro, ao contrário dos diplomados oriundos das classes médias, para quem este último constituiu o motivo mais frequentemente apontado para a opção pelo casamento como forma de viver a dois (38,9%).

**Tabela 54. Motivo da opção pelo casamento por área de formação**

Motivo	Área		Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	Casamento = compromisso máximo	3	21,4	18	36,7	8	40,0	16	45,7	7	33,3	
Era importante para o cônjuge	-	-	3	6,1	1	5,0	1	2,9	1	4,8		
Ultrapassar fase experimental	-	-	2	4,1	-	-	1	2,9	2	9,5		
Condições financeiras	-	-	1	2,0	-	-	2	5,7	-	-		
Estabilidade profissional	-	-	-	-	-	-	1	2,9	-	-		
Etapa natural a seguir ao namoro	10	71,4	21	42,9	8	40,0	8	22,9	7	33,3		
União de facto = decepção para a família	-	-	2	4,1	2	10,0	2	5,7	-	-		
Vantagens	-	-	-	-	-	-	1	2,9	1	4,8		
Outro motivo	1	7,1	1	2,0	1	5,0	-	-	2	9,5		
<i>Sem informação</i>			1	2,0	-	-	3	8,6	1	4,8		
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>10,1</b>	<b>49</b>	<b>35,2</b>	<b>20</b>	<b>14,4</b>	<b>35</b>	<b>25,2</b>	<b>21</b>	<b>15,1</b>		

N=139

**Tabela 55. Motivo da opção pelo casamento por origem social**

Motivo	Origens		Dirigentes		Médias		Populares		<i>Sem informação</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	Casamento = compromisso máximo	11	44,0	32	35,6	8	42,1	1	20,0	
Era importante para o cônjuge	-	-	6	6,7	-	-	-	-		
Ultrapassar fase experimental	1	4,0	4	4,4	-	-	-	-		
Condições financeiras	-	-	2	2,2	-	-	1	20,0		
Estabilidade profissional	1	4,0	-	-	-	-	-	-		
Etapa natural a seguir ao namoro	10	40,0	35	38,9	7	36,8	2	40,0		
União de facto = decepção para a família	1	4,0	4	4,4	1	5,3	-	-		
Vantagens	-	-	1	1,1	1	5,3	-	-		
Outro motivo	-	-	3	3,3	2	10,5	-	-		
<i>Sem informação</i>	1	4,0	3	3,3	-	-	1	20,0		
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>18,0</b>	<b>90</b>	<b>64,7</b>	<b>19</b>	<b>13,7</b>	<b>5</b>	<b>3,6</b>		

N=139

Em síntese, os diversos indicadores analisados nesta secção parecem apontar, no geral, para a manutenção dos padrões tradicionais da inserção familiar, contrariando assim as nossas expectativas de que se assistiria a uma quebra de tais padrões (3ª hipótese). Chamamos, desde logo, a atenção para o indicador que melhor ilustra esta conclusão, ou seja, o entendimento dos diplomados sobre o casamento, valorizado enquanto convenção/instituição social, numa perspectiva conservadora da conjugalidade que caracteriza a larga maioria da amostra dos diplomados casados depois do curso, independentemente de qualquer variável

independente. Pelo contrário, todos os outros indicadores que utilizámos na análise dos tempos, modalidades e significado da inserção familiar, revelando globalmente um padrão tradicional, revelaram a importância das perspectivas sobre os papéis socialmente diferenciados dos géneros e das origens sociais dos diplomados.

Por um lado, embora os indivíduos tenham casado com mais idade do que a geração dos seus pais, a idade ao casamento é inferior à idade média ao casamento no nosso país, não se comprovando, portanto, que a escolarização prolongada pela qual passaram os diplomados tenha condicionado, globalmente, um retardamento da entrada na conjugalidade por referência ao grupo geracional de enquadramento dos nossos diplomados<sup>18</sup>. Contudo, as raparigas apresentam uma idade ligeiramente superior à idade média ao casamento por parte do género feminino em Portugal, pelo que a permanência continuada no sistema educativo parece ter tido algum efeito junto delas, pelo que poderíamos acentuar uma ligeira quebra dos padrões tradicionais de inserção familiar por parte das diplomadas, no que se refere especificamente - e unicamente - ao indicador idade ao casamento. Quanto aos outros indicadores, sugerem que a entrada na conjugalidade seguiu moldes também diferenciados pelos géneros, com as mulheres manifestando mais a adopção das práticas convencionais, designadamente em função da sua maior rapidez de entrada na conjugalidade, da menor adesão à união de facto antes do casamento, do peso mais elevado do casamento religioso e até da sua atribuição de menos importância à estabilidade profissional para a ocorrência do casamento. Tudo parece indicar, portanto, que a escolarização prolongada actuou sobre a inserção familiar sobretudo por efeito do tempo que ocupou no percurso dos indivíduos, não se fazendo sentir os seus efeitos socializadores numa eventual modificação das práticas, que, quanto a nós, continuaram a ser largamente condicionadas por um universo de representações conservadoras, nomeadamente no que diz respeito aos papéis sociais dos géneros.

Por outro lado, ficou também patente como o padrão tradicional de entrada na conjugalidade se acentuava nos indivíduos oriundos das classes médias e

---

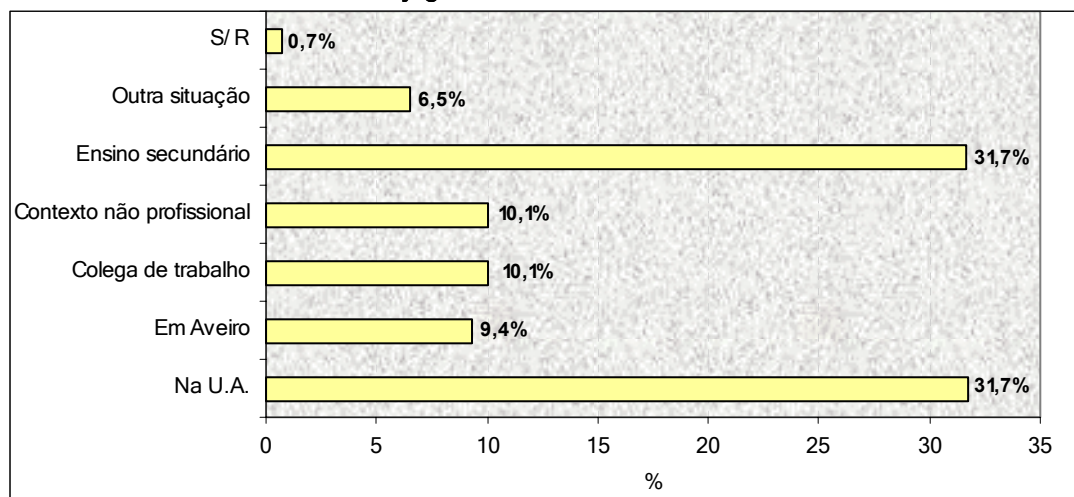
<sup>18</sup> Uma vez que utilizamos os dados fornecidos pelos Censos 2001.

populares, que apresentavam idades médias ao casamento mais baixas, maior rapidez na passagem entre a conclusão do curso e o casamento, menor peso da união de facto pré-matrimonial e maiores percentagens de casamentos religiosos. Neste enquadramento, a origem social teve sem dúvida uma influência marcante nos processos de inserção familiar dos diplomados casados, mais evidente do que o peso das características da inserção profissional, que não pareciam determinar nitidamente, nem de forma objectiva (relação entre o tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento/ o tempo decorrido entre a conclusão do curso e a obtenção do 1º emprego) nem de forma subjectiva (opiniões dos diplomados sobre a influência da situação profissional sobre a ocorrência do casamento), aqueles processos.

## 2.2. A forte presença da homogamia

Embora não se integrasse nos nossos objectivos iniciais, a disponibilidade de dados fornecidos pelo inquérito por questionário proporcionou-nos a possibilidade de averiguar em que medida os indivíduos que casaram depois de concluir o seu curso manifestavam algum tipo de homogamia.

**Gráfico 15. Como conheceu o cônjuge**



**Nota:**

Este gráfico exprime as respostas dos inquiridos à questão 69 do inquérito por questionário. Embora o “Ensino secundário” não constituísse uma opção de resposta, o elevado número de indivíduos que, em “Outra situação”, indicaram essa resposta levou-nos a especificá-la, acrescentando-a às opções existentes.



Começamos pela análise dos contextos que proporcionaram o contacto com as pessoas que viriam a tornar-se cônjuges dos nossos diplomados, depois de terminarem os seus cursos, que nos revela a importância dos contextos de escolarização, na medida em que as respostas com maior peso percentual - 31,7% - são precisamente o ensino secundário e a Universidade de Aveiro (Gráfico 15). Desta forma, para além da evidente homogamia intrageracional, consideramos importante reforçar o que nos parece constituir uma tendência para uma homogamia por via da escolarização, indo ao encontro da perspectiva de Kellerhals e outros (1984), para quem o status adquirido designadamente pelos estudos tem um peso importante na homogamia das sociedades contemporâneas. Por outro lado, assinalamos a persistência do ensino secundário enquanto propiciador do conhecimento entre os elementos do casal que já se tinha verificado junto dos diplomados casados antes de terminarem o curso (embora, neste caso, a representatividade deste contexto fosse maior), o que significa que, para um conjunto alargado de sujeitos, o período de namoro foi necessariamente longo.

Se, por idade, as oscilações registadas - como a percentagem mais alta de indivíduos entre os 26 e 27 anos que conheceram o cônjuge no ensino secundário ou o peso mais significativo da Universidade de Aveiro para os que têm 32/33 anos - não nos permitem deduzir algum tipo de tendência (Anexo III, Tabela 80), as outras variáveis independentes introduzem diferenças a realçar.

Por ano de conclusão do curso, parece delinear-se uma propensão para que o peso da Universidade de Aveiro como meio de contacto com o parceiro conjugal seja maior nos anos mais antigos, designadamente 1995/96 e 1996/97, invertendo-se esta situação a partir de 1997/98 e até 1999/2000<sup>19</sup>, anos lectivos em o peso percentual do ensino secundário é superior ao da Universidade de Aveiro (Tabela 56). De resto, estes dados são congruentes com aqueles que se referem à idade ao casamento, atrás analisados, e que apontavam para médias de idade ao casamento mais altas nos diplomados de anos lectivos mais distantes e mais baixas nos diplomados de anos mais recentes. A leitura conjunta destes

---

<sup>19</sup> Em 2000/01 há apenas 3 diplomados que casaram depois do curso, pelo que as suas respostas não são estatisticamente comparáveis com as dos diplomados dos outros anos lectivos.

dados sugere, portanto, que quem obteve o diploma mais recentemente conheceu o seu par no ensino secundário, experimentou namoros mais longos e casou mais cedo, ainda que ligeiramente, do que quem terminou o curso há mais tempo, que conheceu o cônjuge na Universidade de Aveiro, tendo casado mais tarde.

No que respeita ao género, verifica-se que o peso do ensino secundário é maior para as mulheres (36,0%) do que para os homens (20,5%), que, inversamente, apresentam uma percentagem significativa de sujeitos que conheceram as respectivas mulheres na Universidade de Aveiro (46,2%) (Tabela 57).

Relativamente à área de formação, verifica-se que o peso do ensino secundário é mais forte para os diplomados de Ensino I (50,0%), Gestão, Planeamento e Comunicação (42,9%) e de Ciências (40,0%), enquanto, na área de Ensino II, os indivíduos se repartem com equilíbrio entre este contexto e o da Universidade de Aveiro (28,6%), e na área das Engenharias predomina precisamente o contexto universitário (37,2%), seguido do contexto de trabalho (20,0%) (Tabela 58).

Por origem social, nota-se uma maior importância estatística do contexto configurado pelo ensino secundário nas classes dirigentes (32,0%) e médias (36,7%), ao passo que as classes populares apresentam maior peso da Universidade de Aveiro (52,6%) (Tabela 59).

**Tabela 56. Como conheceu o cônjuge por ano lectivo**

Como conheceu	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Na U.A.	7	30,4	12	37,5	8	24,2	7	28,0	8	42,1	1	33,3	1	25,0
Em Aveiro	3	13,0	3	9,4	3	9,1	3	12,0	1	5,3	-	-	-	-
Colega de trabalho	4	17,4	4	12,5	5	15,2	-	-	-	-	1	33,3	-	-
Contexto não profissional	3	13,0	3	9,4	5	15,2	2	8,0	-	-	-	-	1	25,0
Ensino secundário	5	21,7	9	28,1	9	27,3	10	40,0	9	47,4	-	-	2	50,0
Outra situação	1	4,4	1	3,1	2	6,1	3	12,0	1	5,3	1	33,3	-	-
Sem informação	-	-	-	-	1	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>16,5</b>	<b>32</b>	<b>23,0</b>	<b>33</b>	<b>23,7</b>	<b>25</b>	<b>18,0</b>	<b>19</b>	<b>13,7</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>

N=139

Tabela 57. Como conheceu o cônjuge por sexo

Como conheceu	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Na U.A.	26	26,0	18	46,2		
Em Aveiro	11	11,0	2	5,1		
Colega de trabalho	10	10,0	4	10,3		
Contexto não profissional	11	11,0	3	7,7		
Ensino secundário	36	36,0	8	20,5		
Outra situação	6	6,0	3	7,7		
<i>Sem informação</i>	-	-	-	2,6		
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>71,9</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>		

N=139

Tabela 58. Como conheceu o cônjuge por área de formação

Como conheceu	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Na U.A.	5	35,7	14	28,6	6	30,0	13	37,2	6	28,6
Em Aveiro	1	7,1	7	14,3	1	5,0	2	5,7	2	9,5
Colega de trabalho	-	-	6	12,2	1	5,0	7	20,0	-	-
Contexto não profissional	1	7,1	4	8,2	3	15,0	4	11,4	2	9,5
Ensino secundário	7	50,0	14	28,6	8	40,0	6	17,1	9	42,9
Outra situação	-	-	4	8,2	1	5,0	2	5,7	2	9,5
<i>Sem informação</i>	-	-	-	-	-	-	1	2,9	-	-
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>10,1</b>	<b>49</b>	<b>35,2</b>	<b>20</b>	<b>14,4</b>	<b>35</b>	<b>25,2</b>	<b>21</b>	<b>15,1</b>

N=139

Tabela 59. Como conheceu o cônjuge por origem social

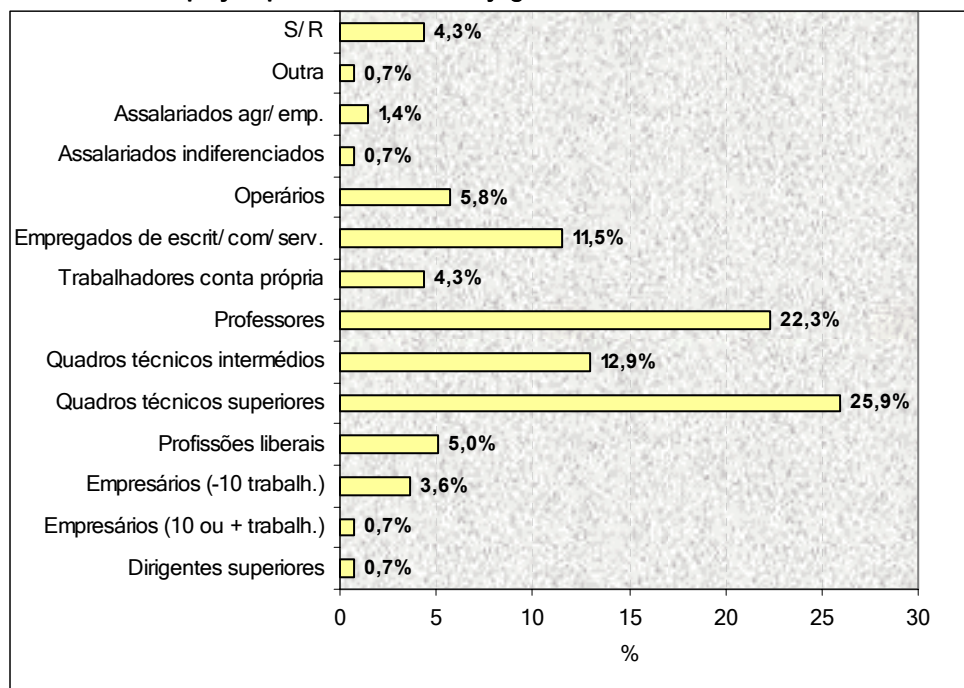
Como conheceu	Dirigentes		Médias		Populares		<i>Sem informação</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Na U.A.	7	28,0	25	27,8	10	52,6	1	20,0
Em Aveiro	1	4,0	12	13,3	-	-	-	-
Colega de trabalho	2	8,0	7	7,8	3	15,8	2	40,0
Contexto não profissional	4	16,0	8	8,9	2	10,5	-	-
Ensino secundário	8	32,0	33	36,7	3	15,8	-	-
Outra situação	3	12,0	4	4,4	1	5,3	1	20,0
<i>Sem informação</i>	-	-	-	-	-	-	1	20,0
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>18,0</b>	<b>90</b>	<b>64,7</b>	<b>19</b>	<b>13,7</b>	<b>5</b>	<b>3,6</b>

N=139

Tendo, assim, constatado a relevância estatística da homogamia intrageracional e daquilo que designámos de homogamia por via da escolarização, não deixamos de assinalar as diferenciações que as suas formas concretas assumem. Com efeito, o contexto do ensino secundário pareceu mais frequente para os indivíduos que terminaram o curso há menos tempo, as mulheres, os diplomados das áreas de Ensino I, de Gestão, Planeamento e Comunicação e de Ciências e para os

oriundos das classes dirigentes e médias; por seu turno, o contexto configurado pela Universidade de Aveiro foi com mais frequência aquele que propiciou o conhecimento do cônjuge para os indivíduos que acabaram o curso há mais tempo, os homens, os diplomados da área das Engenharias e provenientes das classes populares.

**Gráfico 16. Ocupação profissional do cônjuge**



Prosseguimos agora com o exame das ocupações profissionais dos cônjuges dos diplomados casados depois de terminar o curso, na tentativa de determinar o peso da homogamia profissional. O que o Gráfico 16 evidencia é, não obstante alguma diversidade das ocupações profissionais dos pares dos diplomados, uma concentração significativa de quadros técnicos superiores (cerca de  $\frac{1}{4}$ ) e de professores (cerca de 22%) e, ainda que mais reduzida, de quadros técnicos intermédios (cerca de 13%) e de empregados de escritórios, do comércio e dos serviços (11,5%). Ora, estes dados tornam-se sobretudo interessantes quando cruzados com a ocupação profissional dos próprios sujeitos, na medida em que nos dois grupos de ocupações mais representativos dos nossos diplomados casados - os quadros técnicos superiores e os professores - os indivíduos casaram, em percentagens significativas, com pessoas dos mesmos grupos de ocupações ou de grupos ocupacionais próximos. Concretizando, 41,9% dos

quadros técnicos superiores estão casados com pessoas do mesmo grupo ocupacional; no caso dos professores, 31,3% partilham a conjugalidade com indivíduos que são igualmente professores, 17,9% com quadros técnicos superiores e 13,4% com quadros técnicos intermédios (Tabela 60).

Parece-nos, portanto, que a homogamia profissional está presente num conjunto significativo de indivíduos, reforçando a já referida importância do status adquirido como indicador da homogamia nas sociedades contemporâneas.

**Tabela 60. Ocupação profissional do cônjuge por ocupação profissional do próprio em 2003**

Ocupação prof. do próprio \ Ocupação profissional	1		2		3		4		5		6		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dirigentes superiores	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,5	-	-	-	-
Empresários (10 ou + trabalh.)	-	-	-	-	1	2,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresários (-10 trabalh.)	-	-	-	-	2	4,7	-	-	3	4,5	-	-	-	-
Profissões liberais	-	-	1	25,0	4	9,3	-	-	1	1,5	-	-	-	-
Quadros técnicos superiores	2	50,0	1	25,0	18	41,9	1	12,5	12	17,9	1	20,0	-	-
Quadros técnicos intermédios	-	-	-	-	6	14,0	2	25,0	9	13,4	-	-	-	-
Professores	1	25,0	1	25,0	2	4,7	3	37,5	21	31,3	-	-	2	66,7
Trabalhadores conta própria	-	-	-	-	1	2,3	1	12,5	2	3,0	1	20,0	1	33,3
Empregados escrit/com/serv.	1	25,0	1	25,0	5	11,6	-	-	6	9,0	3	60,0	-	-
Operários	-	-	-	-	1	2,3	-	-	7	10,4	-	-	-	-
Assalariados indiferenciados	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,5	-	-	-	-
Assalariados agr/emp.	-	-	-	-	-	-	1	12,5	1	1,5	-	-	-	-
Sem informação	-	-	-	-	3	7,0	-	-	3	4,5	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>3,0</b>	<b>4</b>	<b>3,0</b>	<b>43</b>	<b>32,1</b>	<b>8</b>	<b>6,0</b>	<b>67</b>	<b>50,0</b>	<b>5</b>	<b>3,7</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>

N=134

**Notas:**

- Para simplificar esta tabela, juntámos os grupos ocupacionais dos empresários/administradores/dirigentes de empresas com 10 ou + trabalhadores e com menos de 10 trabalhadores, por um lado, e os trabalhadores por conta própria no comércio, serviços e actividades industriais, o empregados de escritório, do comércio e dos serviços e os assalariados indiferenciados dos serviços públicos e domésticos, por outro lado;

- O total de indivíduos é de 134, na medida em que, dos 139 em análise na presente secção, 5 nunca trabalharam.

**Legenda:**

1- Empresários/administradores/dirigentes de empresas com 10 ou + trabalhadores ou com menos de 10 trabalhadores

2- Profissões liberais

3- Quadros técnicos superiores dos sectores público e privado

4- Quadros técnicos intermédios dos sectores público e privado

5- Professores

6- Trabalhadores por conta própria no comércio, serviços e actividades industriais; empregados de escritório, do comércio e dos serviços; assalariados indiferenciados dos serviços públicos e domésticos

Por idade em 2003 e por ano de conclusão do curso, não se verificaram diferenciações que levem a evidenciar algum tipo de tendência na amostra (Anexo III, Tabelas 81 e 82), ao contrário daquilo que acontece com as variáveis sexo, área de formação e origem social.

Relativamente ao sexo (Tabela 61), é notória a maior diversidade das ocupações profissionais dos maridos das diplomadas. Com efeito, os diplomados do sexo masculino casaram maioritariamente com professoras (38,5%), quadros técnicos

superiores (28,2%) ou profissionais liberais (10,3%) - pelo que a homogamia profissional está aqui bem patente -, enquanto as diplomadas apresentam maridos com ocupações que nem sequer figuram, ou figuram em muito menor percentagem, no sexo oposto. É o caso dos dirigentes superiores, dos empresários, administradores e dirigentes de empresas, dos quadros técnicos intermédios, dos trabalhadores por conta própria, dos empregados de escritórios, do comércio e dos serviços, dos operários, dos assalariados indiferenciados ou dos assalariados agrícolas e das empresas. Aliás, se juntarmos as percentagens correspondentes a estes cinco últimos grupos ocupacionais - que integram ocupações profissionais claramente distintas daquelas que caracterizam a larga maioria da nossa amostra -, obtemos a expressiva percentagem de 30,0%. É certo que, entre os maridos das nossas diplomadas, existe uma percentagem considerável de quadros técnicos superiores (25,0%), assim como de quadros técnicos intermédios (16,0%) e de professores (16,0%), sendo forçoso considerar, portanto, que a maioria das mulheres também apresenta homogamia profissional, mas não deixa de ser necessário ressaltar que 1/3 das mulheres casaram com pessoas de grupos ocupacionais bastante distintos dos seus próprios grupos de profissões. Assim sendo, a homogamia profissional é mais atenuada no caso do género feminino do que no caso do género masculino.

**Tabela 61. Ocupação profissional do cônjuge por sexo**

Ocupação profissional	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Dirigentes superiores	1	1,0	-	-	-	-
Empresários (10 ou + trabalh.)	1	1,0	-	-	-	-
Empresários (-10 trabalh.)	4	4,0	1	2,6	1	2,6
Profissões liberais	3	3,0	4	10,3	4	10,3
Quadros técnicos superiores	25	25,0	11	28,2	11	28,2
Quadros técnicos intermédios	16	16,0	2	5,1	2	5,1
Professores	16	16,0	15	38,5	15	38,5
Trabalhadores conta própria	5	5,0	1	2,6	1	2,6
Empregados escrit/com/serv.	14	14,0	2	5,1	2	5,1
Operários	8	8,0	-	-	-	-
Assalariados indiferenciados	1	1,0	-	-	-	-
Assalariados agr/emp.	2	2,0	-	-	-	-
Outra	-	-	1	2,6	1	2,6
Sem informação	4	4,0	2	5,1	2	5,1
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>71,9</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>

N=139

Por área de formação (Tabela 62), partindo do pressuposto de que a homogamia profissional estará presente nos diplomados com cônjuges inseridos nos grupos

dos quadros técnicos superiores, quadros técnicos intermédios e professores, identifica-se alguma diferenciação entre os diplomados de Ensino II, de Ciências e das Engenharias, por um lado, e os diplomados de Ensino I e de Gestão, Planeamento e Comunicação, por outro lado. Nas três primeiras áreas, mais de metade dos indivíduos são casados com profissionais dos grupos ocupacionais referidos (Ensino I: 59,5%; Ciências: 75,0%; Engenharias: 71,4%), sendo possível afirmar que o peso da homogamia profissional é elevado. Por seu turno, os cônjuges dos diplomados de Ensino I e de Gestão, Planeamento e Comunicação, não obstante o peso dos professores, no primeiro caso (28,6%), e quadros técnicos superiores, no segundo (33,3%), enquadram-se, de forma significativa, em grupos ocupacionais bastante distintos dos próprios: trabalhadores por conta própria, empregados de escritório, do comércio e dos serviços e operários, no caso de Ensino I. De resto, somando as percentagens referentes a todos os grupos profissionais não assimiláveis aos grupos profissionais dos diplomados<sup>20</sup>, obtemos o valor de 42,9%, tanto em Ensino I como em Gestão, Planeamento e Comunicação.

**Tabela 62. Ocupação profissional do cônjuge por área de formação**

Ocupação profissional \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	Dirigentes superiores	-	-	1	2,0	-	-	-	-	-
Empresários (10 ou + trabalh.)	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,8
Empresários (-10 trabalh.)	-	-	3	6,1	-	-	1	2,9	1	4,8
Profissões liberais	-	-	1	2,0	1	5,0	4	11,4	1	4,8
Quadros técnicos superiores	1	7,1	8	16,3	10	50,0	10	28,6	7	33,3
Quadros técnicos intermédios	2	14,3	6	12,2	3	15,0	6	17,1	1	4,8
Professores	4	28,6	15	30,6	2	10,0	9	25,7	1	4,8
Trabalhadores conta própria	1	7,1	3	6,1	-	-	-	-	2	9,5
Empregados escrit/com/serv.	2	14,3	5	10,2	2	10,0	2	5,7	5	23,8
Operários	2	14,3	4	8,2	1	5,0	-	-	1	4,8
Assalariados indiferenciados	1	7,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Assalariados agr/emp.	-	-	1	2,0	-	-	-	-	1	4,8
Outra	-	-	-	-	1	5,0	-	-	-	-
Sem informação	1	7,1	2	4,1	-	-	3	8,6	-	-
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>10,1</b>	<b>49</b>	<b>35,2</b>	<b>20</b>	<b>14,4</b>	<b>35</b>	<b>25,2</b>	<b>21</b>	<b>15,1</b>

N=140

Assim sendo, à semelhança daquilo que afirmámos relativamente ao género, também detectamos, por área de formação, uma homogamia profissional

<sup>20</sup> Ou seja, trabalhadores por conta própria no comércio, serviços e actividades industriais; empregados de escritório, do comércio e dos serviços; assalariados indiferenciados dos serviços públicos e domésticos; assalariados agrícolas e das empresas.

diferenciada, ou seja, mais forte entre os diplomados de Ensino II, de Ciências e das Engenharias e mais atenuada entre os diplomados de Ensino I e de Gestão, Planeamento e Comunicação.

No que se refere à variável origem social (Tabela 63), há que destacar a diferença entre os diplomados oriundos das classes dirigentes e médias, por um lado, cujos cônjuges se inserem, na sua maioria, nos mesmos grupos profissionais que caracterizam a nossa amostra, e os diplomados com origens populares, cujos cônjuges inseridos no quadros técnicos superiores ou intermédios são percentualmente menos significativos do que nas outras classes sociais e que casaram, numa percentagem significativa - 21,1% - com operários. Seguindo a mesma metodologia utilizada para as variáveis anteriores, verificamos que o peso do conjunto das ocupações profissionais mais distintas das dos próprios aumenta das classes dirigentes (16,0%) para as classes médias (22,2%) e ainda mais para as classes populares (47,5%). Estes dados conduzem à consideração de que o peso da homogamia profissional é condicionado pelas origens sociais dos diplomados, ou seja, é mais forte nas classes dirigentes e médias e nitidamente mais atenuado nas classes populares.

**Tabela 63. Ocupação profissional do cônjuge por origem social**

Ocupação profissional \ Origens	Dirigentes		Médias		Populares		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Dirigentes superiores	-	-	1	1,1	-	-	-	-
Empresários (10 ou + trabalh.)	-	-	1	1,1	-	-	-	-
Empresários (-10 trabalh.)	1	4,0	4	4,4	-	-	-	-
Profissões liberais	1	4,0	5	5,6	1	5,3	-	-
Quadros técnicos superiores	5	20,0	27	30,0	3	15,8	1	20,0
Quadros técnicos intermédios	4	16,0	12	13,3	1	5,3	1	20,0
Professores	7	28,0	18	20,0	5	26,3	1	20,0
Trabalhadores conta própria	1	4,0	5	5,6	-	-	-	-
Empregados escrit/com/serv.	3	12,0	11	12,2	2	10,5	-	-
Operários	-	-	4	4,4	4	21,1	-	-
Assalariados indiferenciados	-	-	-	-	1	5,3	-	-
Assalariados agr/emp.	-	-	-	-	1	5,3	1	20,0
Outra	-	-	-	-	1	5,3	-	-
Sem informação	3	12,0	2	2,2	-	-	1	20,0
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>18,0</b>	<b>90</b>	<b>64,7</b>	<b>19</b>	<b>13,7</b>	<b>5</b>	<b>3,6</b>

N=139

O conjunto de dados que tem vindo a ser apresentado aponta, quanto a nós, para um peso elevado da homogamia profissional entre os diplomados que casaram depois de terminar o curso, sem dúvida relacionado com a própria importância



estatística da homogamia por via da escolarização, designadamente da escolarização de nível superior. Referimo-nos aos diplomados que casaram com colegas que conheceram na Universidade de Aveiro e que obtiveram, posteriormente, ocupações profissionais coadunadas com os seus diplomas de ensino superior. Acresce ainda que a caracterização das habilitações dos cônjuges dos diplomados (Anexo III, Gráfico 20) nos indica que as pessoas com que se travou conhecimento no ensino secundário também prosseguiram estudos no ensino superior (pois a percentagem de indivíduos com formação superior excede a dos que se conheceu na Universidade de Aveiro), pelo que, na origem da homogamia profissional parece estar, de facto, a homogamia por via da escolarização, à excepção talvez dos 20,0% de diplomados da área das Engenharias que casaram com colegas de trabalho, revelando uma homogamia profissional nítida.

Contudo, não é de negligenciar que, nalguns subgrupos, não se identificou homogamia profissional, designadamente em cerca de 30% das mulheres, em 42,9% dos diplomados de Ensino I e de Gestão, Planeamento e Comunicação e numa percentagem bastante significativa - 47,4% - dos diplomados oriundos das classes populares. Assim sendo, somos levados a afirmar que também a influência das origens sociais se terá feito sentir na escolha do cônjuge, por persistir ao efeito socializador e de modificação das atitudes e das práticas induzido pela frequência de um curso de ensino superior.

**Tabela 64. Posição social de classe do cônjuge por posição social de classe do próprio**

Posição próprio \ Posição cônjuge	BDP		PBTE		PBE		PBPR		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
BDP	22	48,9	16	20,5	1	25,0	1	50,0	1	10,0
BEP	1	2,2	-	-	-	-	-	-	-	-
PBTE	9	20,0	39	50,0	-	-	-	-	3	30,0
PBE	7	15,6	10	12,8	2	50,0	1	50,0	-	-
PBPR	2	4,4	4	5,1	1	25,0	-	-	1	10,0
OI	1	2,2	7	9,0	-	-	-	-	-	-
Sem informação	3	6,7	2	2,6	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>33,6</b>	<b>78</b>	<b>58,2</b>	<b>4</b>	<b>3,0</b>	<b>2</b>	<b>1,5</b>	<b>5</b>	<b>3,7</b>

N=134

**Nota:** Dos 139 indivíduos que casaram depois de terminar o curso, 5 nunca trabalharam, não sendo por isso possível determinar o seu lugar de classe. Por esta razão, a frequência absoluta desta resposta é de 134.

Embora não tenhamos elementos para avaliar o peso da homogamia social<sup>21</sup>, o cruzamento entre as posições de classe dos cônjuges dos diplomados com as suas próprias posições de classe revela-nos com clareza como elas se encontram interligadas.

Com efeito, ao examinar a Tabela 64, constatamos a preponderância de cônjuges pertencentes à Burguesia Dirigente e Profissional entre os diplomados inseridos nesta mesma fracção de classe e a predominância de cônjuges da Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento no conjunto dos diplomados que, também eles, se localizam nesta fracção de classe.

### 2.3. Representações sobre a conjugalidade

A análise que tem vindo a ser desenvolvida até agora, no que respeita aos indivíduos casados depois do curso, aponta na direcção da manutenção de práticas tradicionais de entrada na conjugalidade, assim como, se tivermos presentes os motivos subjacentes à opção por casar, no sentido da valorização de um conjunto de representações sobre o casamento também elas tradicionais.

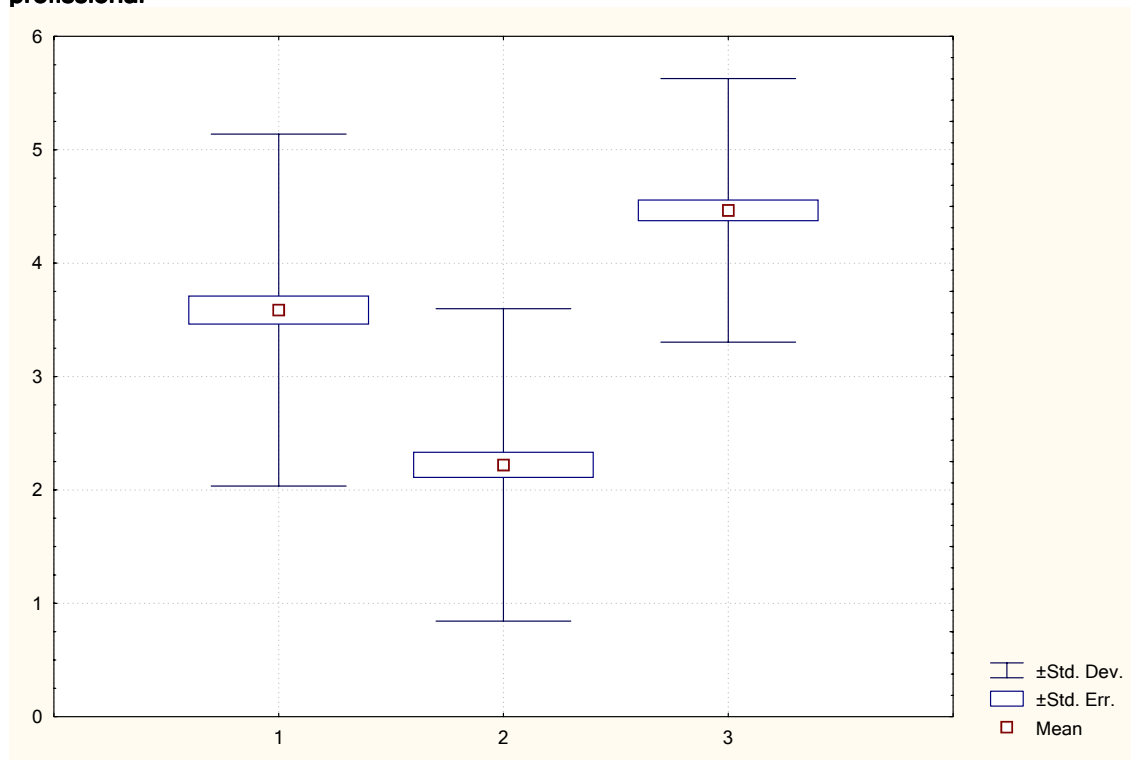
Preocupava-nos ainda tentar perceber a forma como, no quotidiano vivido pelos indivíduos casados, se articulavam as dimensões familiar e profissional, tendo presente a perspectiva de que o processo identitário pessoal se constrói na interacção constante e eventualmente conflituosa entre o “eu”, o “nós-casal” e o “nós-família”. Não nos esquecemos de que uma das nossas hipóteses de partida - a 7ª hipótese - acentuava o carácter negociado, no âmbito do casal, das decisões respeitantes ao próprio indivíduo. Partindo do pressuposto de que as exigências profissionais que se colocam aos indivíduos, quer em termos da disponibilidade de tempo que implicam, quer no que respeita a eventuais decisões seja preciso tomar em sua função, constituem uma dimensão a ponderar na articulação dos espaços familiar e profissional, procedemos à observação do posicionamento dos

---

<sup>21</sup> Para tal, teríamos de dispor de alguns dados referentes aos pais dos cônjuges dos inquiridos, ou seja, as suas ocupações profissionais e o seu nível de escolaridade.

indivíduos face a dois conjuntos de afirmações que remetiam para as suas percepções sobre a relação entre a vida familiar e a vida profissional e sobre a forma como a tomada de decisões de tipo profissional é feita.

**Gráfico 17. Percepções dos indivíduos casados sobre a relação entre a vida familiar e a vida profissional**



**Legenda:**

- 1- A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família
- 2- O tempo gasto com a casa/filhos entrava a minha progressão profissional
- 3- Consigo conciliar as exigências da actividade profissional e da vida familiar

Relativamente ao primeiro conjunto de afirmações<sup>22</sup>, podemos constatar que a média de concordância com o item 1 (“A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família”) é moderada - 3,6 (Gráfico 17), sugerindo alguma tensão na gestão quotidiana das tarefas relacionadas com o trabalho profissional e com a esfera doméstica. Contudo, o tipo de percepção do grau com que as actividades profissionais absorvem os indivíduos revela-se pouco homogéneo na nossa amostra, como nos indicam quer o desvio-padrão quer o histograma de frequências desta resposta (Anexo III, Tabela 83 e Gráfico 21). Assim, procurando

<sup>22</sup> Estas afirmações correspondem aos itens 1, 2 e 5 da questão 70 do inquérito por questionário, onde era pedido aos indivíduos para manifestarem o seu grau de concordância com cada afirmação numa escala de 1 (mínimo de concordância) a 6 (máximo de concordância).

perceber porque variavam as percepções dos diplomados, verificamos que, à excepção do ano de conclusão do curso (Anexo III, Tabela 84), todas as variáveis faziam sentir o seu efeito.

Se exceptuarmos os dois últimos escalões etários (com poucos diplomados), verificamos que à medida que os indivíduos são mais velhos, aumenta a média de concordância com a afirmação (Tabela 65). Por outro lado, os homens (3,8) sentiam mais essa falta de tempo do que as mulheres (3,5) (Tabela 66). Nas áreas das Engenharias e de Ciências, os indivíduos atingem médias de concordância mais elevadas (respectivamente 4,4 e 3,8) e na de Ensino I a média de concordância com a afirmação é menor (2,5) (Tabela 67). A média de concordância com o item 1 é mais elevada entre os indivíduos pertencentes à Burguesia Dirigente e Profissional (4,1) do que nas fracções das classes médias, muito embora a média atingida pelos indivíduos da Pequena Burguesia de Execução (4,0) esteja próxima (Tabela 68). No que se refere à origem social dos indivíduos, também determina uma diferenciação entre aqueles que são oriundos das classes dirigentes, com uma média mais elevada - 3,9 -, das classes médias - com 3,6 - e das classes populares, com 3,2 (Tabela 69).

**Tabela 65. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família” por idade em 2003**

Idade	N válido	Média	Amplitude	Desvio--padrão	Erro--padrão	Skewness
24/25	3	2,3	1 - 4	1,53	0,88	0,94
26/27	33	3,3	1 - 6	1,51	0,26	0,03
28/29	44	3,6	1 - 6	1,60	0,24	0,08
30/31	51	3,7	1 - 6	1,58	0,22	-0,21
32/33	18	3,9	2 - 6	1,26	0,30	-0,08
34/35	5	3,6	1 - 5	1,67	0,75	-1,09
36 ou mais	3	4,0	1 - 6	2,65	1,53	-1,46

**Tabela 66. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família” por sexo**

Sexo	N válido	Média	Amplitude	Desvio--padrão	Erro--padrão	Skewness
Feminino	117	3,5	1 - 6	1,58	0,15	-0,01
Masculino	40	3,8	1 - 6	1,45	0,23	-0,32

**Tabela 67. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família” por área de formação**

Área	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Ensino I	17	2,5	1 - 6	1,66	0,40	1,17
Ensino II	56	3,4	2 - 6	1,41	0,19	-0,01
Ciências	21	3,8	3 - 6	1,72	0,38	-0,26
Engenharias	40	4,4	4 - 6	1,29	0,20	-0,53
G/P/C	23	3,3	5 - 6	1,45	0,30	-0,01

**Tabela 68. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família” por posição social**

Posição	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
BDP	51	4,1	1-6	1,47	0,21	-0,42
PBTE	88	3,3	1-6	1,55	0,17	0,11
PBE	5	4,0	2-6	1,58	0,71	-
PBPR	2	3,5	2-5	2,12	1,50	-

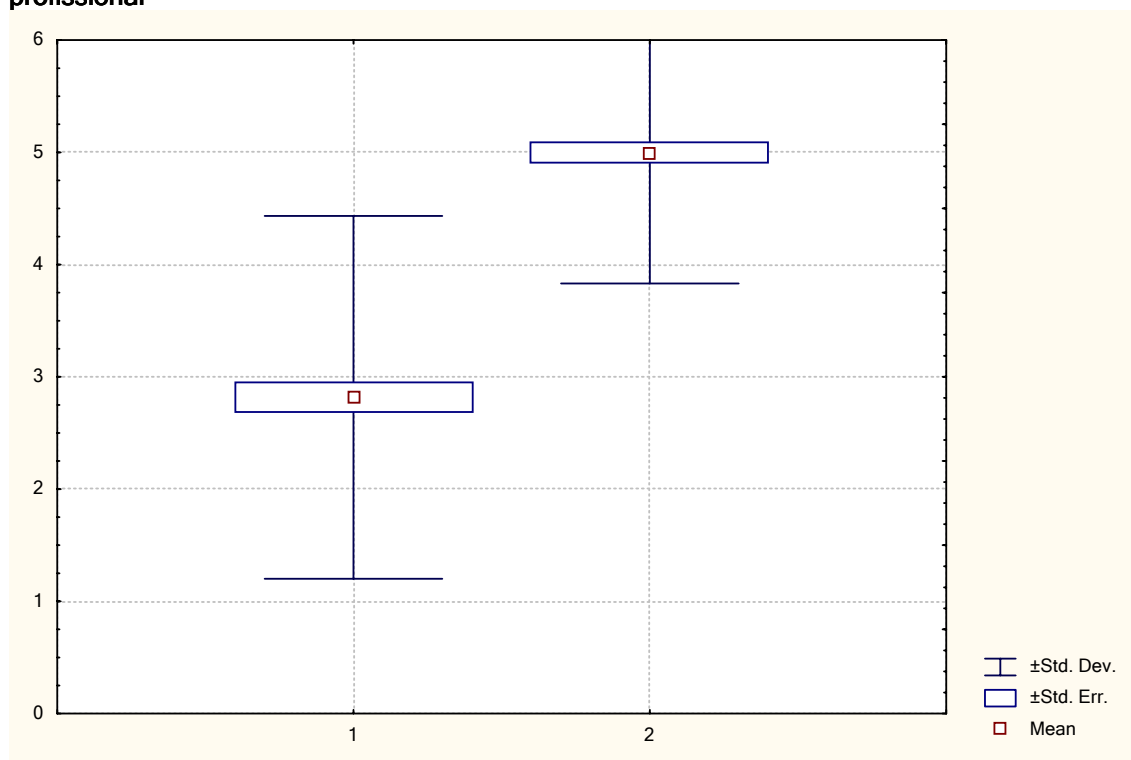
**Tabela 69. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família” por origem social**

Origem social	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Dirigentes	27	3,9		1,45	0,28	-0,77
Médias	106	3,6		1,63	0,16	0,02
Populares	19	3,2		1,34	0,31	-0,17

Como interpretar estes resultados, sendo certo que estamos perante as percepções que os indivíduos têm sobre o uso do seu tempo? Parece-nos que as representações sobre o tempo deixado livre pelas actividades profissionais são necessariamente o produto da interacção entre a vida profissional e a vida familiar e das características e modificações que em cada uma vão ocorrendo. Neste sentido, é possível que os diplomados com mais idade sintam com mais intensidade a falta de tempo para a família por via das responsabilidades acrescidas que a sua integração mais estabilizada no sistema de trabalho implica - mais anos de trabalho, maiores exigências no desempenho profissional, necessidade de mais dedicação à vida profissional -, mas também porque, concomitantemente, são maiores as exigências de tempo no âmbito familiar, designadamente com a entrada na parentalidade. Mas como justificar as diferenças de género observadas, tanto mais quanto é conhecida a dupla jornada de trabalho imputada às mulheres casadas na sociedade portuguesa, o que nos faria esperar uma maior carência de tempo para a família por parte do género

feminino? Um dos possíveis factores explicativos poderá residir no facto de as mulheres apresentarem com mais frequência do que os homens empregos a tempo parcial - circunstância possibilitadora de mais disponibilidade para a família -, não obstante este tipo de emprego constituir, mesmo para elas, uma minoria. Contudo, é curioso observar que o peso de mulheres casadas com trabalhos a tempo parcial é superior ao do género feminino em geral e que, no caso dos homens casados, a percentagem com empregos a tempo completo se aproxima dos 100% (Anexo III, Tabela 85). Poderá este mesmo aspecto justificar em parte as diferenças observadas por área de formação? Não nos parece que assim aconteça, porque se é certo que os diplomados nas Engenharias apresentam das mais altas percentagens de empregos a tempo completo, o que poderia explicar a sua média elevada de concordância com a falta de tempo para a família, nas outras áreas não se detecta uma relação linear entre estes dois indicadores (Anexo III, Tabela 86). Por exemplo, em Ensino I, com a média mais baixa de concordância com a falta de tempo para a família, a percentagem de indivíduos com emprego a tempo completo é das mais altas; em Ciências, com uma média alta de concordância, a percentagem de empregos a tempo parcial é significativa, quando comparada com as outras áreas.

Por outro lado, a consideração de que “o tempo gasto com a casa/os filhos entrava a progressão profissional” (item 2) apresenta uma média relativamente baixa - 2,2 -, o que parece vir completar os dados anteriores, ou seja, os diplomados casados sentem alguma falta de tempo para a família, dadas as exigências colocadas pelas suas actividades profissionais, pelo que percebem o tempo que efectivamente gastam com a casa/filhos como o tempo possível, o tempo deixado livre pelo tempo de trabalho e que não interfere com este porque, para os indivíduos, não constitui impedimento ao seu sucesso profissional. E, neste contexto em que o dispêndio do tempo no trabalho parece sobrepor-se ao do tempo consagrado à família, os diplomados da nossa amostra manifestam alguma facilidade em “conciliar as exigências da actividade profissional e da vida familiar”, já que a média de concordância com tal afirmação atinge a média de 4,5.

**Gráfico 18. Percepções dos indivíduos casados sobre o processo de tomada de decisões a nível profissional****Legenda:**

- 1- Nas decisões profissionais, o principal é ponderar os prós/contras para a minha carreira; a família só tem a beneficiar se eu melhorar profissionalmente  
 2- Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental

Passamos agora à análise das percepções dos indivíduos casados sobre o processo de tomada de decisões a nível profissional<sup>23</sup>.

A afirmação que atinge a média mais alta entre os indivíduos - 5,0 - é a de que “nas decisões profissionais (mudar de emprego, fazer viagens) a opinião do cônjuge é fundamental” (item 2) (Gráfico 18). É aqui nítida a importância dada à tomada conjunta de decisões no casal, ainda mais quando constatamos que a média atingida pelo item 1 - “nas decisões profissionais (mudar de emprego, fazer viagens), o principal é ponderar os prós/contras para a minha carreira; a família só tem a beneficiar se eu melhorar profissionalmente” - é bastante baixa (2,8). Estes dados parecem apontar, quanto a nós, para uma visão da família e do casamento que privilegia uma lógica de negociação das decisões entre os parceiros, todavia num quadro de subordinação dos interesses pessoais aos interesses familiares -

<sup>23</sup> Estas afirmações correspondem aos itens 8 e 9 da questão 70 do inquérito por questionário, onde era pedido aos indivíduos para manifestarem o seu grau de concordância com cada afirmação numa escala de 1 (mínimo de concordância) a 6 (máximo de concordância).

um quadro no qual, aparentemente, o individualismo não cabe. Contudo, realçamos que, no caso do item 2, as respostas dos inquiridos encontram-se fortemente concentradas nas posições concordantes da escala de opinião (Anexo III, Tabela 87 e Gráfico 25) e que, no caso do item 1, a dispersão é maior (Anexo III, Tabela 87 e Gráfico 24) pelo que nos interessava examinar as diferenças de opinião relativamente a este item em função das nossas variáveis independentes<sup>24</sup>.

Assim, à semelhança do que acontecia com as percepções do uso dos tempos (profissional e familiar), constatamos que, com a idade<sup>25</sup>, cresce a concordância com a afirmação de que “Nas decisões profissionais, o principal é ponderar os prós/contras para a minha carreira; a família só tem a beneficiar se eu melhorar profissionalmente” (Tabela 70). Significará este dado que, com o aumento de idade, se assiste a um crescimento de um individualismo “altruísta”, porque empenhado com o bem-estar familiar? A ser assim, teríamos uma elevada congruência entre esta questão e a do tempo exigido pelas actividades profissionais, convergindo na leitura de que, com a idade, as exigências colocadas pelo desempenho profissional vão aumentando concomitantemente com as necessidades no âmbito familiar, impondo-se a satisfação das primeiras - e daí o centramento crescente na carreira profissional - de forma a assegurar as segundas. Contudo, contrariamente ao que anteriormente se verificou no item relativo à percepção do uso dos tempos, o género não faz diferir as posições dos indivíduos quanto a este item (Anexo III, Tabela 89) e, como pode verificar-se na Tabela 71, a importância que os indivíduos atribuem à tomada individual de decisões profissionais é maior nas áreas de Ensino I (3,1) e II (3,2) e menor na área de Ciências (2,1).

---

<sup>24</sup> Mais uma vez, o cruzamento com o ano lectivo de conclusão do curso não produziu resultados que apontem com nitidez para algum tipo de tendência na amostra (Anexo III, Tabela 88).

<sup>25</sup> E se nos ativermos apenas nos 3 escalões das idades compreendidas entre os 26 e os 31 anos, onde se concentra a maioria dos diplomados casados.



**Tabela 70. “Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental” por idade em 2003**

Idade	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
24/25	3	2,3	1-4	1,53	0,88	0,94
26/27	30	2,7	1-6	1,56	0,28	0,77
28/29	46	2,8	1-6	1,69	0,25	0,49
30/31	50	3,0	1-6	1,57	0,22	0,39
32/33	16	2,3	1-6	1,82	0,45	1,00
34/35	5	3,2	1-5	1,48	0,66	-0,55
36 ou mais	3	3,3	2-5	1,53	0,88	0,94

**Tabela 71. “Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental” por área de formação**

Área	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Ensino I	18	3,1	1-6	1,68	0,40	0,31
Ensino II	54	3,2	1-6	1,61	0,22	0,14
Ciências	22	2,1	1-6	1,36	0,29	1,37
Engenharias	39	2,7	1-6	1,54	0,25	0,78
G/P/C	20	2,6	1-6	1,82	0,41	0,61

**Tabela 72. “Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental” por posição social**

Posição	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
BDP	51	2,7	1-6	1,72	0,24	0,72
PBTE	85	3,0	1-6	1,58	0,17	0,28
PBE	5	2,6	1-3	0,89	0,40	-2,24
PBPR	1	2,0	2-2	-	-	-

**Tabela 73. “Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental” por origem social**

Origem social	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Dirigentes	25	2,6	1-6	1,61	0,32	0,85
Médias	103	2,9	1-6	1,65	0,16	0,39
Populares	19	2,4	1-6	1,46	0,34	0,83

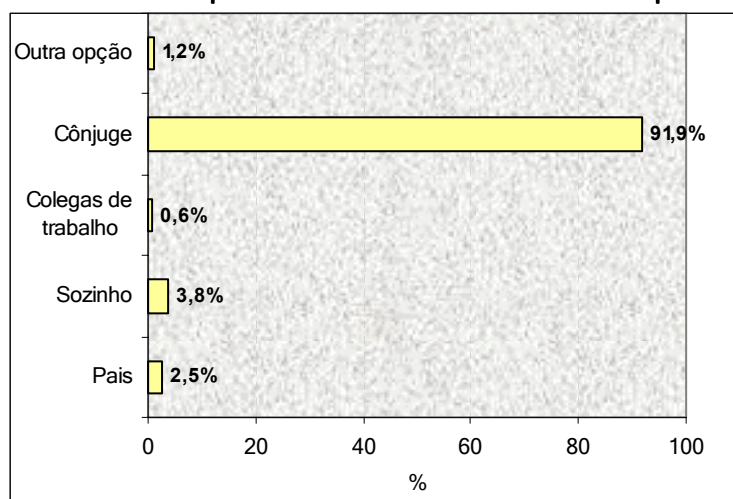
Finalmente, regista-se uma média mais alta (3,0) - maior concordância - na Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento do que nas restantes fracções de classe de pertença dos indivíduos (Tabela 72), assim como, em termos da origem social, são os indivíduos oriundos das classes médias que revelam maior concordância com a afirmação em análise - 2,9 -, seguidos dos provenientes das classes dirigentes - com 2,6 - e das classes populares, com 2,4 (Tabela 73).

## 2.4. A elevada autonomia residencial e financeira

No nosso entender, a observação dos graus de autonomia na vida dos diplomados, nas suas duas dimensões - residencial e financeira - continua a fazer sentido quando estes indivíduos são casados, dado que, no âmbito da nossa 6ª hipótese de trabalho, consideramos que a rede de relações familiares intergeracionais constitui um suporte importante mesmo depois da formação da família de procriação. Procuraremos então determinar o tipo de ajudas prestadas pelas famílias de orientação dos diplomados casados<sup>26</sup> - para assim avaliarmos o seu tipo de autonomia - nos planos residencial, financeiro e da organização/prestação de pequenos serviços domésticos

No plano da autonomia residencial, a observação do Gráfico 19 permite-nos a imediata constatação de que a esmagadora maioria dos nossos diplomados casados vive, durante a semana, com o respectivo cônjuge.

**Gráfico 19. Com quem residem durante a semana os diplomados casados**



Desta forma, podemos afirmar que, neste plano, a autonomia é elevada e que as diferenciações internas no grupo dos diplomados casados são mínimas<sup>27</sup>, realçando-se, apesar disso, alguns dados interessantes no que toca às variáveis

<sup>26</sup> Nesta análise levou-se em consideração os 160 indivíduos casados à data do inquérito.

<sup>27</sup> Por este motivo, remetemos para anexo as tabelas de cruzamentos com a idade em 2003, ano de conclusão do curso e origem social (Anexo III, Tabelas 90, 91 e 92).

gênero, área de formação e posição social. Assim, os homens, comparativamente com as mulheres, apresentam um peso inferior de indivíduos a residir com o cônjuge durante a semana (respectivamente, 88,1% e 93,2%) e um peso superior da situação de residência unipessoal (respectivamente, 9,5% e 1,7%) (Tabela 74). Por outro lado, a área de Ensino II é aquela onde é menor a percentagem de indivíduos casados que residem com o cônjuge (84,5%) (Tabela 75). Finalmente, os diplomados casados pertencentes à Burguesia Dirigente e Profissional que vivem com o cônjuge apresentam uma frequência relativa superior aos da Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento com a mesma situação residencial (respectivamente, 96,2% e 88,9%) (Tabela 76).

**Tabela 74. Com quem residem durante a semana os diplomados casados por sexo**

Com quem reside	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Pais	4	3,4	-	-	-	-
Sozinho	2	1,7	4	9,5	-	-
Colegas de trabalho	1	0,9	-	-	-	-
Cônjuge	110	93,2	37	88,1	-	-
Outra opção	1	0,9	1	2,4	-	-
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>73,8</b>	<b>42</b>	<b>26,3</b>		

N=160

**Tabela 75. Com quem residem durante a semana os diplomados casados por área de formação**

Com quem reside	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	-	-	3	5,2	-	-	-	-	1	4,4
Sozinho	-	-	4	6,9	-	-	2	5,0	-	-
Colegas de trabalho	-	-	1	1,7	-	-	-	-	-	-
Cônjuge	17	100,0	49	84,5	22	100,0	37	92,5	22	95,7
Outra opção	-	-	1	1,7	-	-	1	2,5	-	-
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>10,6</b>	<b>58</b>	<b>36,3</b>	<b>22</b>	<b>13,8</b>	<b>40</b>	<b>25</b>	<b>23</b>	<b>14,4</b>

N=160

**Tabela 76. Com quem residem durante a semana os diplomados casados por posição social**

Com quem reside	BDP		PBTE		PBE		PBPR		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	1	1,9	3	3,3	-	-	-	-	-	-
Sozinho	-	-	5	5,6	-	-	-	-	1	20,0
Colegas de trabalho	-	-	1	1,1	-	-	-	-	-	-
Cônjuge	50	96,2	80	88,9	5	100,0	2	100,0	4	80,0
Outra opção	1	1,9	1	1,1	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>33,8</b>	<b>90</b>	<b>58,4</b>	<b>5</b>	<b>3,2</b>	<b>2</b>	<b>1,3</b>	<b>5</b>	<b>3,2</b>

N=154

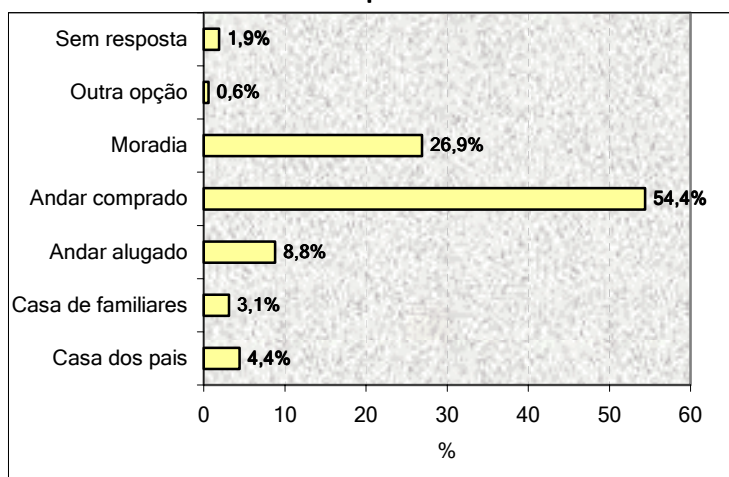
**Nota:**

- Dos 160 casados, 6 nunca trabalharam pelo que, não sendo possível determinar a sua posição social, não foram considerados neste cruzamento. Assim se justifica a frequência absoluta total de 154 indivíduos.

Na explicação para tais evidências tem importância, na nossa perspectiva, a mobilidade geográfica inerente à profissão docente, profissão esta, que, por sua vez, conduz os diplomados de Ensino II - onde a percentagem daqueles que vivem com o cônjuge é menor - à inclusão na fracção da Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, precisamente também aquela em que a situação de não residência com o cônjuge é mais frequente. Assim sendo, parece-nos clara a relação entre a mobilidade geográfica e a posição de classe associadas à profissão docente com os resultados evidenciados. Por outro lado, é notório que, quando a partilha de residência com o cônjuge durante a semana não é possível, as opções dos dois sexos são claramente diferenciadas, com os homens a optarem preferencialmente por viver sozinhos, solução muito menos frequente entre as mulheres, para quem os pais são a alternativa mais escolhida.

Em congruência com os dados anteriores, a análise do Gráfico 20 evidencia elevadas percentagens de diplomados casados que habitam andares comprados (54,4%) ou moradias (26,9%) - sinónimo de autonomia e estabilidade ao nível residencial.

**Gráfico 20. Onde residem os diplomados casados durante a semana**



Contudo, à semelhança do que já foi efectuado nas secções anteriores, tem mais interesse, na nossa óptica, apresentar os dados referentes ao local de habitação dos diplomados casados de forma cruzada com aqueles que dizem respeito às suas unidades convivenciais, remetendo para anexo as tabelas de cruzamentos

com as variáveis idade em 2003, ano de conclusão do curso, sexo, área de formação, posição social e origem social (Anexo III, Tabelas 93 a 97).

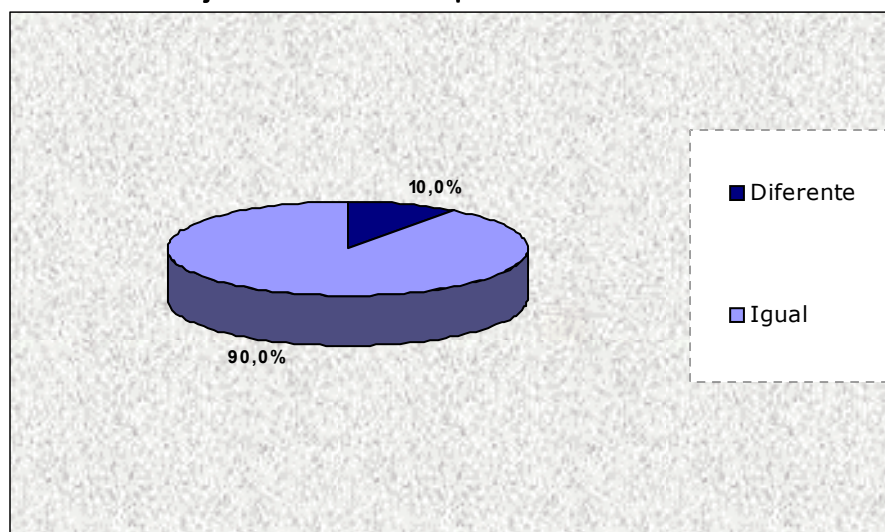
Assim, através da Tabela 77 constatamos alguma diversidade no que respeita aos diplomados que residem com o seu cônjuge, que, para além de uma evidente maioria a habitar andares comprados ou moradias, se repartem ainda pelos andares alugados, por casas de familiares ou ainda pela casa dos pais. Observamos ainda uma concentração dos diplomados casados que residem sozinhos durante a semana nas duas situações que atrás consideramos como tradutoras de estabilidade ao nível residencial (andar comprado e moradia), factor de certa maneira surpreendente quando associamos a situação de viver sozinho durante a semana a condicionalismos de ordem profissional. Naturalmente, este dado leva-nos a considerar que estamos em presença de indivíduos que residem sozinhos em virtude da mobilidade geográfica vivida pelo cônjuge e não em função da sua própria mobilidade geográfica.

**Tabela 77. Reside com quem e onde**

Com quem reside / Onde reside	Pais		Sozinho		Colegas trabalho		Cônjuge		Outra opção	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	3	75,0	-	-	-	-	4	2,7	-	-
Casa de familiares	-	-	-	-	-	-	5	3,4	-	-
Andar alugado	-	-	1	16,7	1	100,0	12	8,2	1	50,0
Andar comprado	1	25,0	2	33,3	-	-	83	56,5	-	-
Moradia	-	-	3	50,0	-	-	39	26,5	1	50,0
Outra opção	-	-	-	-	-	-	1	0,7	-	-
Sem informação	-	-	-	-	-	-	3	2,0	-	-
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>	<b>6</b>	<b>3,8</b>	<b>1</b>	<b>0,6</b>	<b>147</b>	<b>91,9</b>	<b>2</b>	<b>1,3</b>

N=160

Para terminar esta análise da situação residencial dos diplomados casados, é ainda necessário equacionar a questão da residência aos fins-de-semana. A este propósito, o Gráfico 18 elucida-nos acerca do elevado peso da manutenção da mesma situação residencial durante a semana e o fim-de-semana.

**Gráfico 18. Situação residencial dos diplomados casados durante o fim-de-semana**

De forma congruente com os dados anteriores, verifica-se que a situação residencial diferente aos fins-de-semana<sup>28</sup> é mais frequente para os indivíduos que durante a semana viviam com colegas de trabalho (Tabela 78), para os homens (Tabela 79), entre os quais, como vimos, era mais frequente a situação de não viver com o cônjuge durante a semana, e para os indivíduos pertencentes à Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento (Tabela 81). Contudo, surge um dado novo, quando esperávamos maior peso de diplomados com situação residencial diferente por parte da área de Ensino II, em função da conhecida mobilidade geográfica associada à profissão docente, são os diplomados das Engenharias que mais frequentemente apresentam essa situação (Tabela 80).

**Tabela 78. Situação ao fim-de-semana por unidade convivencial durante a semana**

Unidade / Situação	Pais		Sozinho		Colegas trabalho		Cônjuge		Outra opção	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diferente	2	50,0	4	66,7	1	100,0	9	6,1	-	-
Igual	2	50,0	2	33,3	-	-	138	93,9	2	100
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>	<b>6</b>	<b>3,8</b>	<b>1</b>	<b>0,6</b>	<b>147</b>	<b>91,9</b>	<b>2</b>	<b>1,3</b>

N=160

<sup>28</sup> Por não apresentarem dados de realce, remetemos para anexo as tabelas de cruzamentos com a idade em 2003, ano de conclusão do curso e origem social (Anexo III, Tabelas 99 a 101).

**Tabela 79. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados casados por sexo**

Situação \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Diferente	10	8,5	6	14,3
Igual	108	91,5	36	85,7
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>73,8</b>	<b>42</b>	<b>26,3</b>

N=160

**Tabela 80. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados casados por área de formação**

Situação \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diferente	-	-	7	12,1	2	9,1	6	15,0	1	4,4
Igual	17	100,0	51	87,9	20	90,9	34	85,0	22	95,7
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>10,6</b>	<b>58</b>	<b>36,3</b>	<b>22</b>	<b>13,8</b>	<b>40</b>	<b>25</b>	<b>23</b>	<b>14,4</b>

N=160

**Tabela 81. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados casados por posição social**

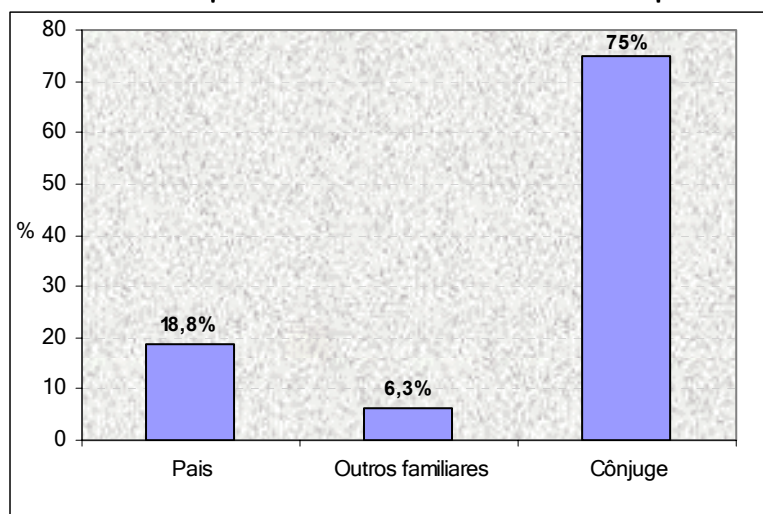
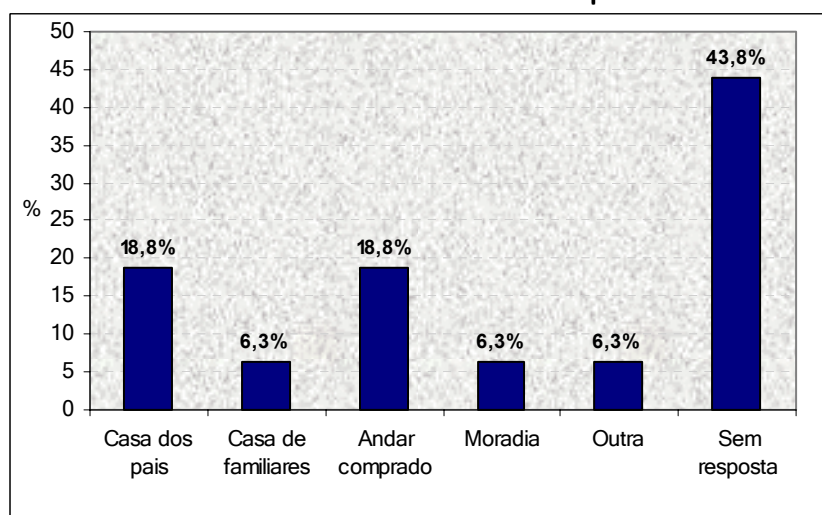
Situação \ Posição	BDP		PBTE		PBE		PBPR		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diferente	4	7,7	10	11,1	-	-	-	-	1	20,0
Igual	48	92,3	80	88,9	5	100,0	2	100,0	4	80,0
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>43,3</b>	<b>90</b>	<b>50,6</b>	<b>5</b>	<b>38,5</b>	<b>2</b>	<b>25,0</b>	<b>5</b>	<b>38,5</b>

N=154

**Nota:**

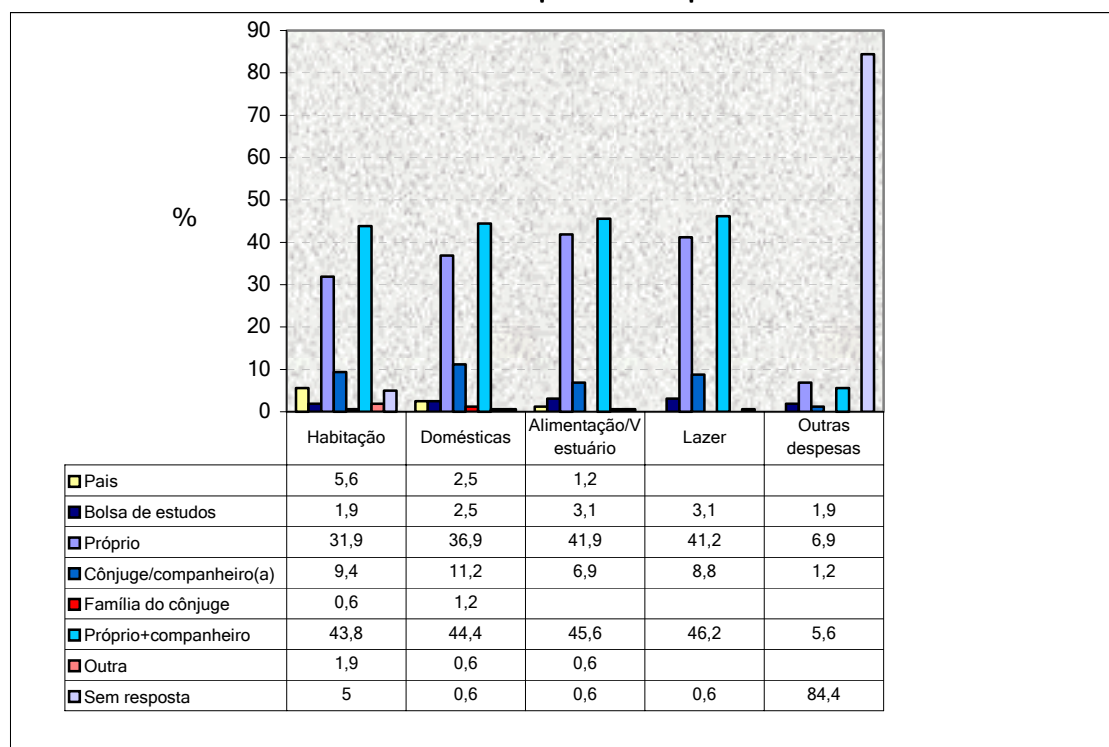
- Dos 160 casados, 6 nunca trabalharam pelo que, não sendo possível determinar a sua posição social, não foram considerados neste cruzamento. Assim se justifica a frequência absoluta total de 154 indivíduos.

Em todo o caso, a grande maioria dos diplomados casados com situação residencial diferente ao fim-de-semana reside, neste período, com o cônjuge respectivo (Gráfico 22) - o que reforça, quanto a nós, a ideia de que a separação durante a semana fica a dever-se à mobilidade geográfica imposta pela situação profissional de um dos elementos do casal -, havendo ainda uma percentagem significativa de indivíduos que residem com os pais, sendo, neste caso, de supor a possibilidade de estarmos perante o caso de indivíduos que, residindo longe do distrito de residência da sua família de orientação, usualmente a visitam aos fins-de-semana. A análise do local de residência, por sua vez, não é muito elucidativa, dado o elevado peso das não respostas (Gráfico 23).

**Gráfico 22. Com quem residem ao fim-de-semana os diplomados casados com situação diferente****Gráfico 23. Onde residem ao fim-de-semana os diplomados casados com situação diferente**

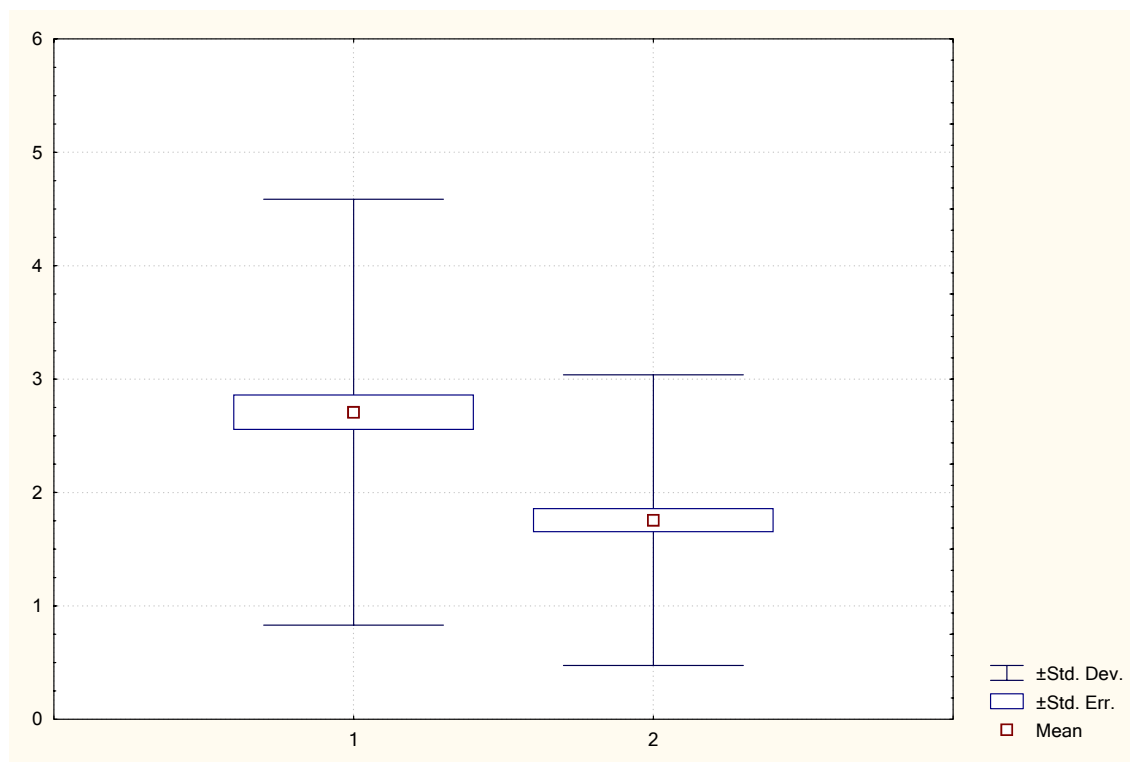
No que se refere à questão das formas de financiamento das despesas quotidianas, patenteia-se com clareza o elevado grau de autonomia financeira revelado pelos diplomados casados, ou pelo menos pelo par conjugal, dado que, se juntarmos o financiamento pelo próprio e por ambos, as percentagens são sempre, em qualquer dos tipos de despesas consideradas, acima dos 75% (Gráfico 24), razão pela qual não achámos relevante efectuar cruzamentos destes itens com qualquer das variáveis independentes.



**Gráfico 24. Formas de financiamento das despesas dos diplomados casados**

Acresce ainda que, quando auscultamos a posição dos indivíduos quanto ao grau com que percebem as ajudas, na sua vida quotidiana, prestadas pelos seus pais ou sogros<sup>29</sup>, verificamos que a média atingida pelo apoio financeiro é bastante baixa - 1,8 -, tal como o respectivo desvio-padrão (Gráfico 25 e Anexo III, Tabela 102), facto que vem reforçar a ideia de que a autonomia dos diplomados ao nível financeiro é grande.

<sup>29</sup> Esta análise tem por base as respostas dos inquiridos aos itens 10 e 11 da questão 70 do inquérito por questionário, onde era pedido aos indivíduos para manifestarem o seu grau de concordância com cada afirmação numa escala de 1 (mínimo de concordância) a 6 (máximo de concordância).

**Gráfico 25. Opinião dos diplomados acerca da ajuda da família de orientação****Legenda:**

- 1- Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas  
 2- No quotidiano, conto com o apoio financeiro dos meus pais/sogros

Por seu turno, a consideração de que os pais ou sogros contribuem, de alguma forma, para a organização ou mesmo realização das tarefas domésticas obtém uma média mais elevada, ainda que não seja alta - 2,7 -, mas com um desvio-padrão relativamente elevado (Gráfico 25 e Anexo III, Tabela 102), exprimindo alguma dispersão das respostas, como se pode verificar no histograma respectivo (Anexo III, Gráfico 26), pelo que decidimos tentar perceber quais as variáveis independentes com impacto nas diferenciações internas dos diplomados casados quanto a este aspecto.

Evidenciaram-se<sup>30</sup>, então, médias de concordância mais altas com esta afirmação por parte das mulheres (Tabela 82), dos diplomados de Gestão, Planeamento e Comunicação (Tabela 83) e dos diplomados pertencentes à Pequena Burguesia de Execução (Tabela 84).

<sup>30</sup> Por não apresentarem dados de realce, remetemos para anexo as tabelas de cruzamentos com a idade em 2003, ano de conclusão do curso e origem social (Anexo III, Tabelas 103 a 105).

**Tabela 82. “Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas” por sexo**

Sexo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Feminino	114	2,8	1-6	1,92	0,18	0,55
Masculino	40	2,4	1-7	1,72	0,27	0,92

**Tabela 83. “Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas” por área de formação**

Área	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Ensino I	17	2,3	1-6	1,76	0,43	1,36
Ensino II	55	2,8	1-6	1,91	0,26	0,58
Ciências	21	2,8	1-6	1,97	0,43	0,54
Engenharias	39	2,5	1-6	1,82	0,29	0,81
G/P/C	22	3,1	1-6	1,97	0,42	0,35

**Tabela 84. “Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas” por posição social**

Posição	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
BDP	51	2,8	1-6	1,87	0,26	0,61
PBTE	86	2,6	1-6	1,91	0,21	0,70
PBE	5	3,2	1-5	1,79	0,80	-0,05
PBPR	1	2,0	2-2	-	-	-

Em síntese, os dados que temos vindo a analisar aponta, no nosso entender, para um elevado grau de autonomização dos diplomados casados relativamente às suas famílias de origem. Tanto no plano residencial, como no plano económico ou ainda no que diz respeito ao desempenho de actividades concretas na esfera doméstica, os indivíduos parecem contar sobretudo com o apoio da unidade conjugal em que estão inseridos, não se verificando, pelo menos através dos indicadores que utilizámos, o recurso à rede de solidariedade que a família de orientação eventualmente pudesse constituir, não se confirmando, portanto, no que respeita aos diplomados casados, este aspecto específico levantado pela nossa 6ª hipótese de trabalho.

## 2.5. Síntese

Ao longo desta secção, pensamos ter-se evidenciado aquilo que poderíamos designar de padrões tradicionais de entrada na conjugalidade por parte da generalidade dos diplomados, mas mais acentuados nos diplomados de Ensino I e II, por oposição aos das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação, de acordo com a tendência para a qual já tínhamos apontado no final do capítulo anterior, quando identificámos a existência de padrões de inserção familiar diferenciados, e não uma tendência única e unívoca, como pressupúnhamos na nossa 3ª hipótese. Para tal conclusão, apoiamo-nos quer nas constatações relativas à temporalidade dos acontecimentos, quer às suas modalidades e significado.

Relativamente ao primeiro aspecto, há que referir que embora a idade ao casamento denote um retardamento por referência à geração dos pais dos inquiridos, é mais baixa do que a idade média ao casamento em Portugal, apesar de realçarmos novamente que as raparigas se casaram com uma idade ligeiramente superior à média nacional do género feminino. Quanto a este indicador, reforçamos as diferenças detectadas entre, por um lado, os diplomados de Ensino I e Ensino II e os diplomados das classes médias e populares, com uma média de idade mais baixa, e, por outro lado, os de Engenharia e de Gestão, Planeamento e Comunicação e oriundos das classes dirigentes, com uma média de idade ao casamento mais alta. Acresce ainda que, tendo-se constatado que o processo de passagem à conjugalidade não é automático, na medida em que não coincide temporalmente com os meses que se seguem à conclusão do curso, ocorre predominantemente depois da inserção no sistema de trabalho, e de forma mais rápida, novamente, entre os diplomados das áreas de Ensino I e II e das classes médias e populares.

Por outro lado, as modalidades de passagem à conjugalidade são nitidamente enquadráveis num padrão tradicional em função da reduzida percentagem de indivíduos que experimentaram a união de facto antes do casamento, assim como da elevada expressão do casamento religioso. Em ambos os casos, registámos as

mesmas clivagens entre as áreas de formação e entre as origens sociais dos diplomados atrás referidas.

Quanto ao significado do casamento para os diplomados, parece-nos que, globalmente, agora sem diferenciações tão evidentes, a visão dominante é a do casamento instituição/convenção social, tratando-se, portanto, de uma perspectiva bastante conservadora da conjugalidade, para a qual também nos parece apontar a opinião dos inquiridos relativamente ao processo de tomada de decisões no campo profissional. Com efeito, a valorização dos interesses familiares parece sobrepor-se à dos interesses individuais nesse processo.

Incidindo agora nos aspectos que nos permitem avaliar a 5ª hipótese, referente à influência das características da inserção profissional sobre o percurso ao longo do eixo de inserção familiar, mantemos presente aquilo que já sublinhámos no Capítulo VII, ou seja, a ideia de que, não se detectando uma relação directa entre estabilidade das trajectórias profissionais e estabilidade das trajectórias familiares, outros factores parecem interferir no desenho destas últimas, designadamente a origem social. Neste capítulo, à semelhança do que apontámos relativamente aos indivíduos solteiros, não parece estabelecer-se uma relação muito evidente entre as dinâmicas do mundo familiar e as dinâmicas relacionadas com a actividade profissional, não podendo, portanto, confirmar-se a nossa 5ª hipótese.

Para tal consideração, baseamo-nos em duas evidências. Por um lado, observámos que o período que mediou a conclusão dos estudos e a entrada na conjugalidade não encontra se encontra relacionado com o período compreendido entre a obtenção do diploma e o acesso ao 1º emprego, sendo este bastante rápido e sempre anterior ao do casamento. Por outro lado, também as opiniões dos indivíduos não parecem valorizar em alto grau a estabilidade profissional para a ocorrência do casamento, sendo certo, contudo, que a importância desse factor foi maior para os indivíduos mais velhos, para os homens e para os diplomados de Ensino I. É de acrescentar, ainda, que a valorização da estabilidade profissional se diferencia em termos da origem social dos diplomados, com os oriundos da classe popular apresentando uma menor valorização desse factor do que os restantes.

Na sequência destas considerações, não é claro, portanto, que, no caso dos diplomados casados, a inserção familiar tenha sido condicionada pela inserção profissional, pelo que pensamos, de forma concordante com o que já sugerimos no final do capítulo VI, que a influência da trajetória profissional sobre a trajetória familiar foi mediada pela interferência de condicionalismos de ordem sócio-cultural, nomeadamente a visão sobre os papéis sociais dos géneros e a origem social, que justificam a predominância, na amostra dos indivíduos que casaram depois de concluir o curso, de padrões tradicionais de inserção familiar.

Uma outra hipótese sobre a qual importa retirar algumas conclusões é a nossa 6ª hipótese de trabalho, em que, no âmbito do eventual desfazamento entre a obtenção da independência económica e a autonomia de atitudes e comportamentos face à família de origem, propúnhamos a verificação da importância da rede de relações familiares intergeracionais, mesmo depois da formação da família de procriação. Neste caso, aquilo que constatámos, foi um elevado grau de autonomia dos diplomados casados, quer do ponto de vista residencial, quer do ponto de vista financeiro. Tendo em linha de conta, como destacámos no capítulo VII, a diversidade de trajetórias dos indivíduos casados, que apesar de maioritários nas trajetórias estáveis ascendentes, também se encontravam representados nas trajetórias estáveis estagnadas e nas trajetórias de precariedade, quer ascendentes, quer estagnadas, poderia supor-se um recurso mais elevado à ajuda da família de orientação, principalmente no âmbito financeiro, mas tal não se verificou. O suporte principal dos diplomados casados é, efectivamente, a unidade conjugal. Mesmo no que se refere ao apoio da rede de solidariedade familiar do ponto de vista instrumental, da prestação de ajuda na realização de tarefas concretas, os resultados apontaram para uma importância reduzida do recurso a essa rede de solidariedade.

Finalmente, resta-nos equacionar a 7ª hipótese de trabalho, segundo a qual as trajetórias familiares, num contexto marcado pela difusão das lógicas individualistas de acção, resultariam de processos de negociação e reconciliação de interesses potencialmente divergentes entre os parceiros da relação. Para avaliar esta hipótese junto dos diplomados casados, baseámo-nos principalmente

nas opiniões dos indivíduos relativamente ao processo de tomada de decisões no âmbito profissional, porque nos interessava perceber até que ponto os interesses pessoais, relacionados com a actividade profissional individual poderiam entrar em conflito com os interesses da família de procriação. Ora, verificámos uma elevada valorização da opinião do cônjuge, confirmando assim a 7ª hipótese, mas em assistimos em simultâneo, a uma desvalorização dos interesses pessoais relativamente aos interesses familiares. A lógica de negociação das decisões, parece imperar, portanto, mas enquadrada no que poderíamos considerar como alguma subordinação dos interesses pessoais (através da dimensão profissional) aos interesses familiares.

Estes dados parecem apontar, quanto a nós, para uma visão da família e do casamento que privilegia uma lógica de negociação das decisões entre os parceiros, todavia num quadro de subordinação dos interesses pessoais aos interesses familiares - um quadro no qual, aparentemente, o individualismo não cabe.

### 3. Os diplomados e a união de facto

Passamos agora à análise dos diplomados que, em 2003, indicaram ter experimentado uniões de facto iniciadas depois da obtenção do diploma. De acordo com os dados apurados no capítulo anterior, sabemos que o número total de indivíduos que vivia em união de facto era relativamente reduzido (26 sujeitos) - representando 7,4% da amostra -, integrando 4 diplomados com uniões de facto anteriores à conclusão do curso - situação já examinada no capítulo anterior -, um diplomado que, tendo já vivido em união de facto no último ano do curso, mantinha em 2003 um novo relacionamento de conjugalidade informal encetado depois da conclusão da sua formação inicial e 21 indivíduos que, solteiros no último ano do curso, iniciaram uniões de facto depois da obtenção do diploma<sup>31</sup>. Recordamos ainda que o peso dos diplomados que viviam em união de facto em 2003 era maior entre os indivíduos formados há menos tempo, do género feminino, nas áreas das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação e nas classes dirigentes.

#### 3.1. Tempos e significados da entrada na conjugalidade

Encetamos esta análise<sup>32</sup> com o indicador configurado pela idade média à união de facto. De acordo com a Tabela 85, os diplomados iniciaram as suas uniões de facto, em média, com 26,1 anos, ou seja, ligeiramente mais novos do que os seus colegas que optaram pelo casamento, os quais, recordamos, apresentavam uma idade média ao casamento de 26,5 anos.

**Tabela 85. Idade média à união de facto**

Idade à união de facto	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
	23	26,1	26	23-31	3,99	2,00	0,42	0,58	-0,07

Se, em termos de idade, se nota uma ligeira antecipação da entrada na conjugalidade por parte dos indivíduos que optaram por viver em união de facto, o

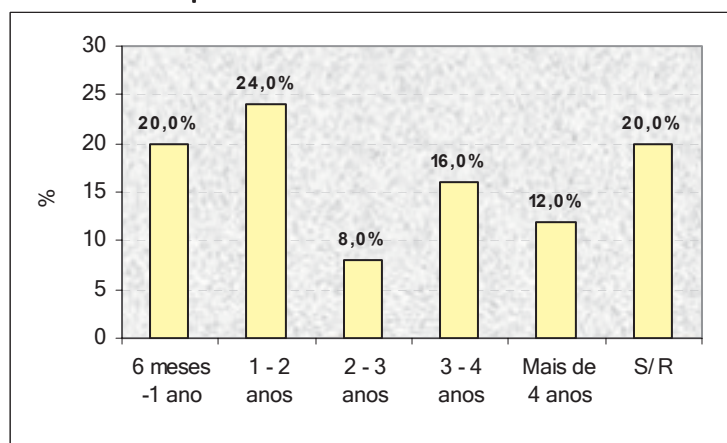
<sup>31</sup> Sabemos ainda que 3 indivíduos viveram em união de facto depois de terminar o curso, mas em 2003 já não mantinham essas relações, sendo solteiros.

<sup>32</sup> Esta análise compreende 25 indivíduos, ou seja, os 22 indivíduos que encetaram novas uniões de facto depois de concluírem o curso e os 3 indivíduos referidos na nota anterior. Em função desta reduzida frequência absoluta, optámos por apresentar os dados sem os cruzar com variáveis independentes.



mesmo não se verifica no que diz respeito ao tempo que mediou a conclusão do curso e o momento em que a união de facto teve início. Com efeito, estes diplomados, à semelhança dos que casaram, concentram-se de forma mais significativa nos intervalos entre 1 e 2 anos (24,0%) e entre 6 meses e 1 ano (20,0%), registando-se ainda a inexistência de uniões de facto ocorridas até 6 meses depois da conclusão do curso (Gráfico 26). Assim sendo, também através da conjugalidade informal a inserção familiar não parece ter um carácter automático, ou seja, não apresenta uma coincidência temporal com a conclusão dos estudos.

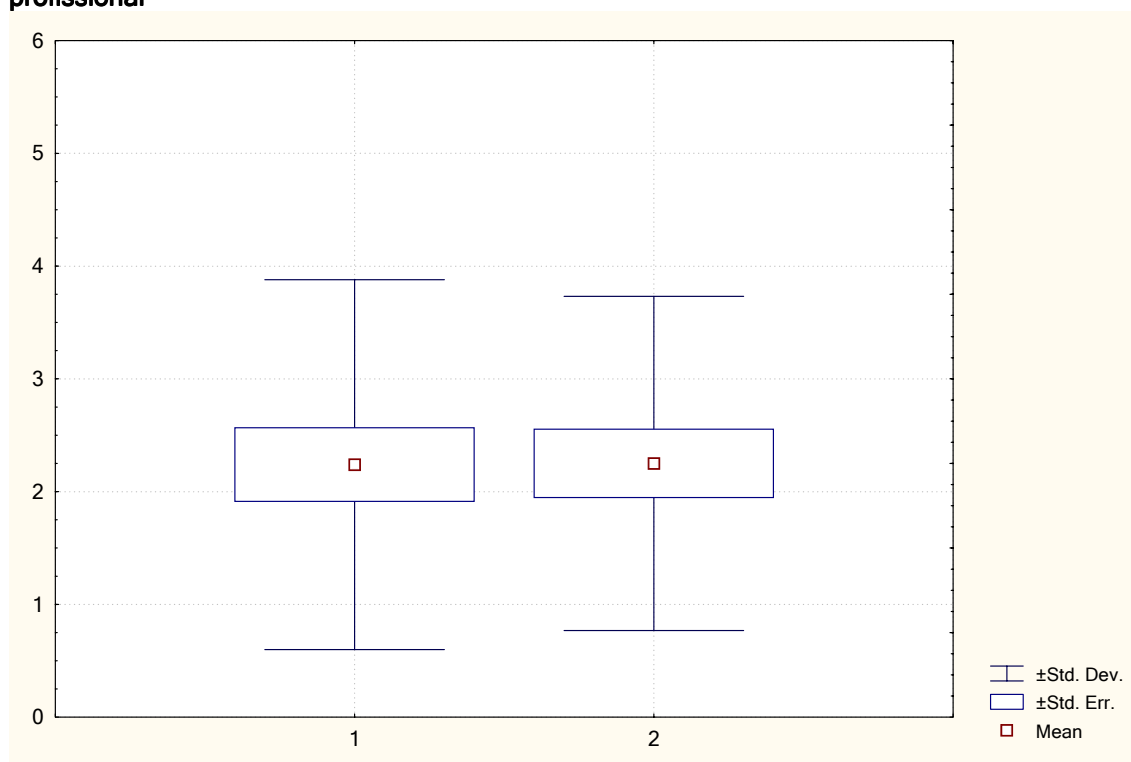
**Gráfico 26. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e a união de facto**



Todavia, é de assinalar uma diferença entre estes diplomados e os indivíduos casados, no que diz respeito às condicionantes da entrada na cojugalidade, ou seja, especificamente, da opinião dos indivíduos relativamente à influência dos factores profissionais sobre esse processo. No âmbito do grupo dos casados, como vimos, as respostas dos diplomados remetiam para uma importância mediana daqueles factores, tendo a análise subsequente revelado que, mais do que as condicionantes profissionais, pareciam ser as origens sociais a determinar os percursos no espaço familiar. Ora, junto dos diplomados que vivem em união de facto, não só as médias das respostas referentes à importância da estabilidade quer profissional, quer financeira (Gráfico 27 e Anexo IV, Tabela 106) são significativamente mais baixas (respectivamente, 2,2 e 2,3), como a diversidade das respostas muito menor (Anexo IV, Tabela 106 e Gráficos 29 e 30). Estes dados sugerem uma falta de ligação entre a falta de estabilidade a nível

profissional e a opção pela união de facto como momento e forma de encetar a conjugalidade, tal como é defendido, por exemplo, na perspectiva de Battagliolla (1988), para quem, na passagem para a condição adulta, se vive uma fase de incerteza social, tanto quanto ao futuro profissional, quanto ao futuro dos relacionamentos afectivos, pelo que os jovens preferem aceder à conjugalidade pela via informal.

**Gráfico 27. Opiniões dos indivíduos em união de facto relativamente à influência da situação profissional**



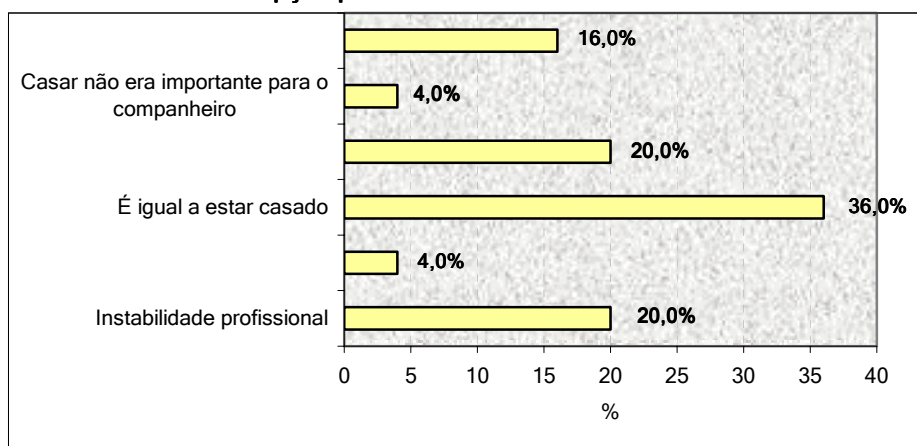
**Legenda:**

- 1- Juntei-me quando a minha situação profissional estabilizou
- 2- Juntei-me quando a minha situação financeira estabilizou

Com efeito, relativamente às motivações subjacentes à opção pela união de facto como forma de viver a dois (Gráfico 28), constatamos que, para uma percentagem significativa de indivíduos - 36,0% -, a união de facto constituía uma situação idêntica ao casamento e que, para 20,0% dos sujeitos representava uma forma do casal se conhecer bem. Estas opiniões são congruentes, no nosso entender, com o significado da união de facto nas sociedades contemporâneas, tal como foi discutido no capítulo IV deste trabalho, e que se prende com a desvalorização dos comportamentos institucionalizados e ritualizados. Neste sentido, valorizam-se as dimensões relacionais e afectivas das relações, pelos proveitos que no plano do

bem-estar pessoal elas podem proporcionar - daí que viver em união de facto “é igual a estar casado” - e não tanto pelo enquadramento legal e social de que se possam revestir, pelo que se rejeitam as pressões das redes sociais sobre os comportamentos. Neste contexto, as uniões de facto tanto podem constituir uma “recusa durável do casamento” (Kaufmann, 1999), como uma etapa que se lhe antecede, ou seja, como uma fase de casamento experimental que proporciona uma “forma do casal se conhecer bem” e que transforma o casamento que eventualmente poderá vir a acontecer mais um rito de confirmação do que o rito de passagem que significa para quem enceta a conjugalidade pela via formal.

**Gráfico 28. Motivo da opção pela união de facto**



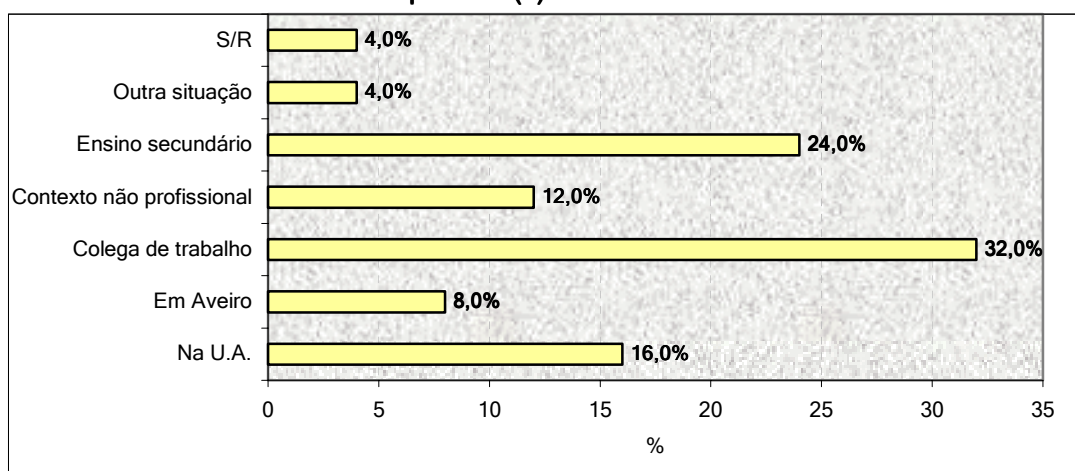
Não deixamos de chamar a atenção, apesar de tudo, para alguns diplomados - 20,0% - que justificaram a sua opção pela união de facto com base na instabilidade das suas trajectórias profissionais, o que vai ao da ideia de que, no actual contexto de prolongamento da escolarização e de inserção mais tardia no sistema de trabalho, as modalidades informais da conjugalidade vão ganhando terreno (Singly, 1991), ocorrendo o casamento apenas quando a estabilidade profissional está assegurada (Segalen, 1999).

Contudo, em função dos dados até aqui apresentados, percebemos que, apenas para um reduzido grupo de diplomados, o tipo de inserção familiar - a união de facto - foi condicionado pela sua situação profissional de instabilidade. Desta forma, em concordância com a análise efectuada no capítulo VII, em que se realçou a maior representatividade dos indivíduos unidos de facto nas trajectórias

estáveis, parece-nos que a opção pela união de facto terá sido condicionada principalmente pelas perspectivas individualistas sobre a conjugalidade, não sendo possível confirmar em pleno, também junto deste grupo de diplomados, a nossa 5ª hipótese de trabalho.

Quando se analisa, por sua vez, os contextos que proporcionaram o conhecimento entre os elementos do casal (Gráfico 29), detecta-se uma nova diferenciação relativamente ao grupo dos casados. Com efeito, o contexto profissional aparece aqui muito mais representado (32,0%) do que o ensino secundário (24,0%) ou a Universidade de Aveiro (16,0%), embora a soma dos dois últimos nos demonstre o peso elevado que os contextos de escolarização - e portanto da homogamia por via da escolarização - têm também para os indivíduos que iniciaram uniões de facto depois de terminarem o curso. Tendo em conta que, no geral, os indivíduos efectivaram as uniões de facto ligeiramente mais novos do que os seus colegas que casaram, poderemos inferir que, pelo menos para os diplomados que se juntaram com colegas de trabalho, o período de namoro terá sido muito menor, ou eventualmente mesmo substituído pela própria união de facto.

**Gráfico 29. Como conheceu o companheiro(a)**

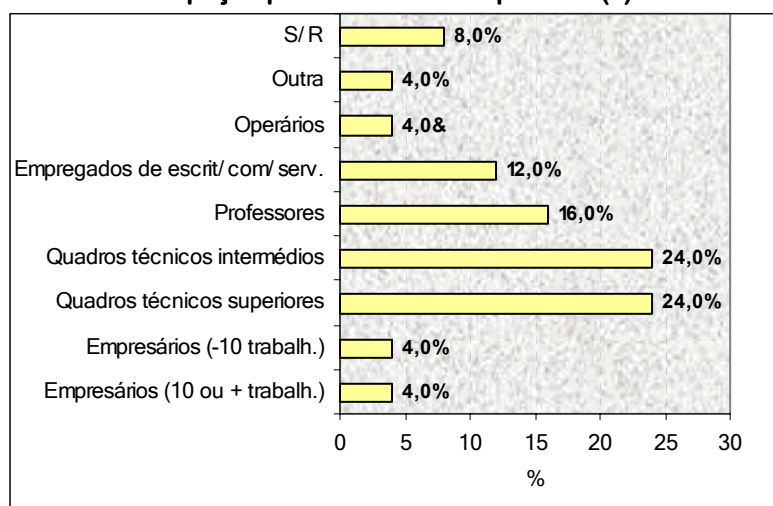


No que se refere à ocupação profissional do(a)s companheiro(a)s, tal como acontecia no grupo dos casados, o grupo de profissões mais representado é o dos quadros técnicos superiores (24,0%), mas o peso percentual dos quadros técnicos

intermédios quase duplica (24,0%), sendo a percentagem de professores mais baixa (16,0%) (Gráfico 30). Independentemente destas variações, fica a imagem, à semelhança do que acontecia com os casados, da grande homogamia profissional, dado serem estes três grupos ocupacionais aqueles que caracterizam a grande maioria dos diplomados.

Por sua vez, o cruzamento entre a posição de classe do companheiro(a) e a posição de classe do próprio - decorrentes, obviamente, das ocupações desempenhadas pelos indivíduos - faz ressaltar, tal como acontecia no grupo dos casados, a coincidência entre elas: 37,5% dos diplomados que se enquadram na Burguesia Dirigente e Profissional vivem em união de facto com pessoas da mesma fracção de classe, o mesmo acontecendo com 46,2% daqueles que pertencem à Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento (Tabela 86).

**Gráfico 30. Ocupação profissional do companheiro(a)**



**Tabela 86. Posição social de classe do companheiro(a) por posição social de classe do próprio**

Posição próprio \ Posição cônjuge	BDP		PBTE		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%
BDP	3	37,5	2	15,4	2	50,0
PBTE	2	25,0	6	46,2	2	50,0
PBE	1	12,5	2	15,4	-	-
PBPR	1	12,5	-	-	-	-
OI	-	-	1	7,7	-	-
Sem informação	1	12,5	2	15,4	-	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>32,0</b>	<b>13</b>	<b>52,0</b>	<b>4</b>	<b>16,0</b>

N=25

### 3.2. Representações sobre a conjugalidade

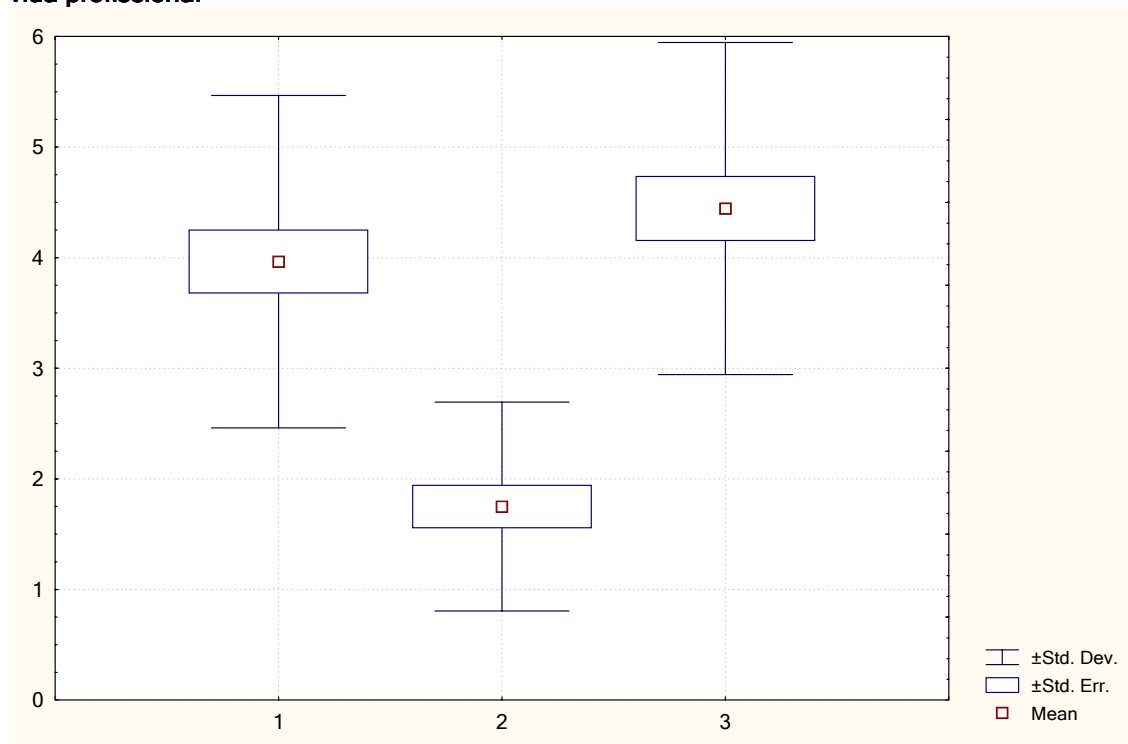
No âmbito da nossa 7ª hipótese de trabalho, avançamos que, dada a tendência para a individualização das formas de vida, a articulação entre as dimensões familiar e profissional da vida dos diplomados - designadamente daqueles que vivem a conjugalidade -, seria o resultado de processos de negociação e de reconciliação dos interesses de cada um dos membros do casal. Recordemos que, no grupo dos indivíduos casados, a predominância de práticas e representações tradicionais sobre a conjugalidade era acompanhada de um conjunto de opiniões que deixavam transparecer que, embora no quotidiano houvesse alguma tensão na gestão dos tempos familiar/profissional, a conciliação entre essas duas esferas era relativamente conseguida, num quadro em que a negociação entre os elementos do casal era valorizada e em que os interesses profissionais se encontravam de alguma forma subordinados aos interesses familiares. Ora, parece-nos fundamental observar como se comportavam os indivíduos que viviam em união de facto - apresentando, portanto, trajetórias familiares desinstitucionalizadas - quanto a este conjunto de aspectos.

Assim, prosseguimos a análise<sup>31</sup> seguindo a mesma metodologia utilizada na secção anterior, ou seja, avaliando o posicionamento dos diplomados relativamente a dois conjuntos de afirmações que diziam respeito às suas percepções sobre a relação entre a vida familiar e a vida profissional, por um lado, e sobre a forma como a tomada de decisões de tipo profissional era feita, por outro lado<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Levamos agora em consideração todos os indivíduos que já viveram em união de facto, ou seja, 29

<sup>32</sup> Estas afirmações correspondem aos itens 1, 2 e 5 (relação entre a vida familiar e a vida profissional), por um lado, e 8 e 9 (processo de tomada de decisões de tipo profissional), por outro lado, da questão 70 do inquérito por questionário.

**Gráfico 31. Percepções dos indivíduos em união de facto sobre a relação entre a vida familiar e a vida profissional****Legenda:**

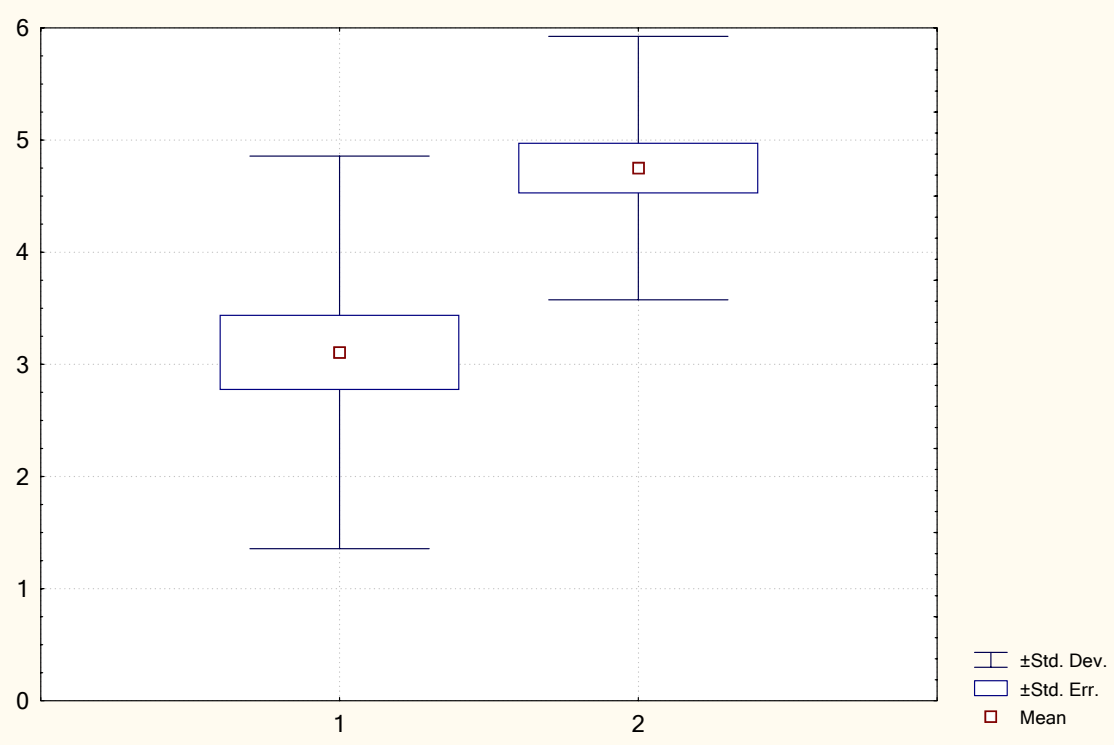
- 1- A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família
- 2- O tempo gasto com a casa/filhos entrava a minha progressão profissional
- 3- Conseguo conciliar as exigências da actividade profissional e da vida familiar

Relativamente às percepções dos indivíduos sobre a relação entre a esfera familiar e a esfera profissional (Gráfico 31 e Anexo III, Tabela 107 e Gráficos 31, 32 e 33), observamos que elas não parecem diferir substancialmente das manifestadas pelos diplomados casados:

- As actividades profissionais interferem no tempo que eles têm para dedicar à família (item 1), já que a média de concordância com a afirmação em causa é relativamente elevada - 4,0;
- De forma congruente, a afirmação de que “o tempo gasto com a casa/filhos entrava a progressão profissional” (item 2) apresenta uma média relativamente baixa - 1,8;
- Os indivíduos manifestam alguma facilidade em “conciliar as exigências da actividade profissional e da vida familiar” (item 3), na medida em que a média de concordância com esta afirmação é de 4,4.

Assim sendo, aparentemente, no que diz respeito a estes indicadores, a vivência da conjugalidade informal não altera as percepções dos indivíduos sobre o uso dos tempos para a família e para o trabalho. Existe alguma pressão exercida pelas actividades profissionais, o que determina que sintam alguma falta de tempo para a família e, portanto, que não considerem o tempo gasto em casa como um obstáculo ao sucesso profissional. Apesar de tudo, a conciliação das diferentes tarefas associadas a estas duas esferas parece ser conseguida.

**Gráfico 32. Percepções dos indivíduos em união de facto sobre o processo de tomada de decisões a nível profissional**



**Legenda:**

1- Nas decisões profissionais, o principal é ponderar os prós/contras para a minha carreira; a família só tem a beneficiar se eu melhorar profissionalmente

2- Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental

No que respeita às percepções dos indivíduos em união de facto sobre o processo de tomada de decisões a nível profissional (Gráfico 32 e Anexo III, Tabela 108 e Gráficos 34 e 35), destacamos os aspectos que se seguem.

Por um lado, destacamos a média elevada atingida pelas respostas ao item 2 (“Nas decisões profissionais, o opinião do(a) companheiro(a) é fundamental”), tal como acontecia com os diplomados casados, embora neste caso a média fosse ainda mais alta. Por outro lado, o item 1 (“Nas decisões profissionais, o principal é



ponderar os prós/contras para a minha carreira; a família só tem a beneficiar se eu melhorar profissionalmente”) também apresenta, como nos casados, uma média mais baixa do que a afirmação anterior - 3,1 -, mas os indivíduos em união de facto apresentam maior concordância com ela do que os casados.

No nosso entender, estes dados configuram uma vivência da conjugalidade informal em moldes muito próximos daqueles que detectámos para a vivência do casamento, na medida em que parece estar presente, também aqui, uma lógica de negociação das decisões entre os parceiros da relação - confirmando-se, portanto, também nos indivíduos em união de facto, a 7ª hipótese de trabalho -, uma lógica em que as decisões profissionais individuais são pensadas, não tanto em função da carreira individual, mas por referência aos interesses da família. Quanto a este último aspecto, admitimos que contraria, de alguma forma, as nossas expectativas, na medida em que estamos perante indivíduos vivendo em união de facto, relações que, por um lado, se enquadram, de acordo com o exposto no capítulo IV, na denominada tendência das sociedades ocidentais para a individualização no campo dos relacionamentos afectivos, sendo talvez de esperar, neste contexto, que estes diplomados valorizassem mais, nas encruzilhadas dos seus percursos profissionais individuais, os factores estritamente associados às suas ocupações e que contribuíssem para a melhoria das suas situações profissionais.

De qualquer forma, o conjunto de dados que foi apresentado vai de encontro às perspectivas de alguns investigadores de microsociologia da família, no sentido de que, nos planos do relacionamento entre os parceiros e da gestão quotidiana de uma relação, as uniões de facto são muito similares aos casamentos, quer se tratem de uniões de facto duráveis, isto é, que correspondem a uma opção duradoura, para a vida, quer de “uniões à experiência”. Aliás, quando estas têm continuidade através do casamento, não se regista qualquer tipo de alteração nas formas do relacionamento interpessoal.

### 3.3 Tipos de autonomia financeira e residencial

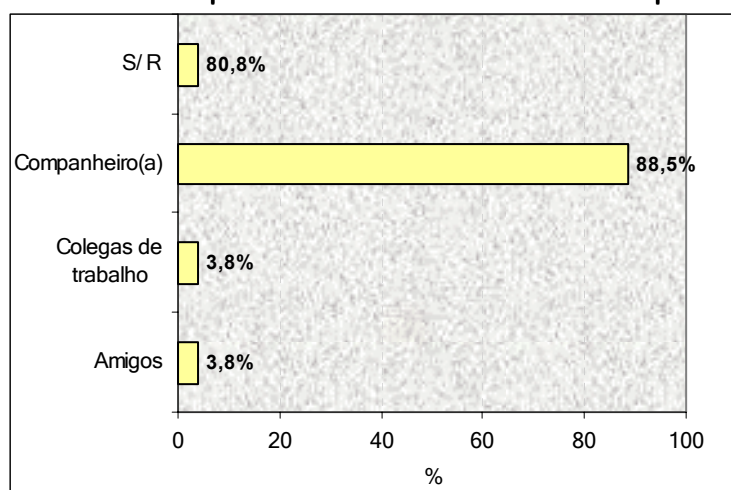
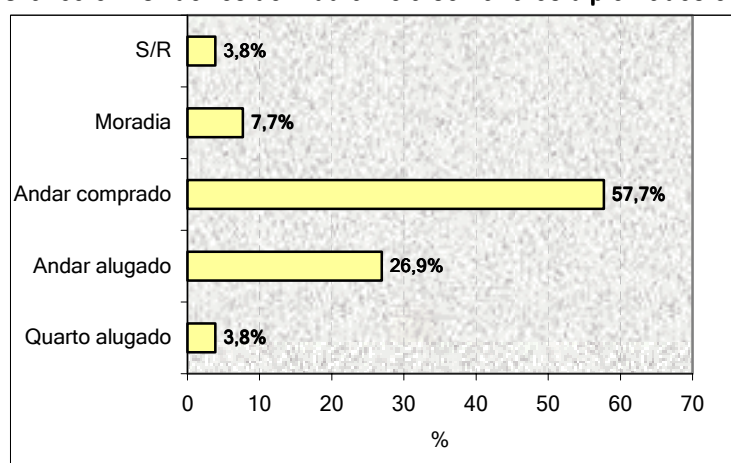
Como já apontámos anteriormente, a opção pela união de facto, nas sociedades contemporâneas resulta de dinâmicas que se entrecruzam nos diversos campos do social. Se o factor cultural, relacionado com uma visão mais laica, desinstitucionalizada e contingente dos relacionamentos afectivos a justifica, em parte - como constatámos na nossa amostra através dos motivos subjacentes à escolha da união de facto como forma de viver uma relação - , também a instabilidade gerada pela incerteza social que muitos jovens vivem devido ao prolongamento dos estudos e à insegurança inicial das suas trajectórias profissionais - factor este que também parece ter contado para os nossos diplomados - tem o seu peso.

Neste enquadramento, em que a informalidade das relações aparece associada a uma certa incerteza social, designadamente profissional, é importante apurar os tipos de autonomia dos diplomados que viviam em união de facto, na tentativa de comprovar se, tal como propúnhamos na 6ª hipótese, existia algum tipo de suporte económico ou de outro tipo ao casal em união de facto<sup>33</sup>.

Começando pela dimensão residencial, constatamos que a percentagem de indivíduos que vive, durante a semana, com o(a) seu(ua) companheiro(a) é elevadíssima (Gráfico 33), tal como acontecia com os indivíduos casados, não se registando nenhum caso de indivíduos a viver com os pais. Aliás, uma situação expressiva da dependência face à família de orientação seria aquela de quem vivesse com o(a) companheiro(a) em casa dos pais, mas também não verifica nenhuma situação deste género: nenhum dos indivíduos vivia em casa dos pais, concentrando-se a maior parte em andares comprados (57,7%) ou arrendados (26,9%) (Gráfico 34).

---

<sup>33</sup> Nesta análise leva-se em consideração os indivíduos que, em 2003, viviam efectivamente em união de facto.

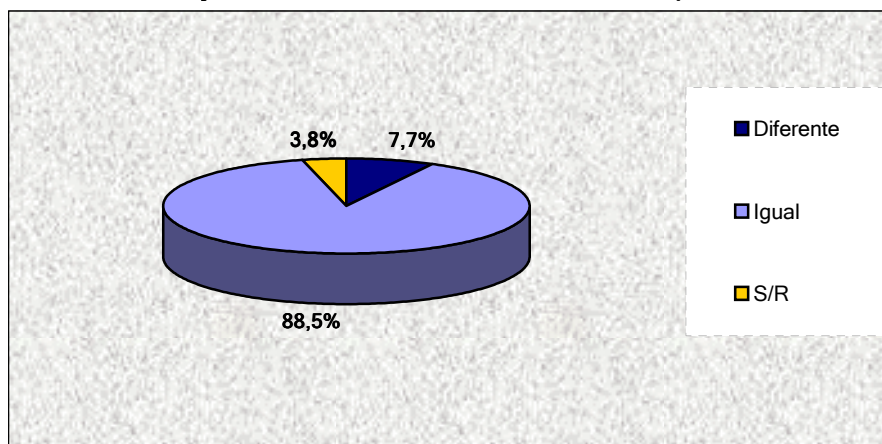
**Gráfico 33. Com quem residem durante a semana os diplomados em união de facto****Gráfico 34. Onde residem durante a semana os diplomados em união de facto**

Os dados apurados significam no nosso entender, que os diplomados em união de facto manifestam uma elevada autonomia no plano residencial, ainda que se detecte uma diferença com algum realce relativamente aos casados, dado que a percentagem dos que vivem em andares alugados é bastante mais significativa, facto que indicia, portanto, não obstante a autonomia, menor estabilidade ao nível residencial por parte dos que vivem em união de facto. Esta situação pode ficar a dever-se, naturalmente, à maior instabilidade das trajetórias profissionais destes diplomados, que os impede de se comprometerem com empréstimos bancários de longo prazo, optando então por uma solução mais transitória - arrendar um apartamento -, tal como acontecia com os diplomados solteiros.

Também a análise da situação residencial aos fins-de-semana, tal como no grupo dos casados, aponta para a uma grande autonomia destes diplomados,

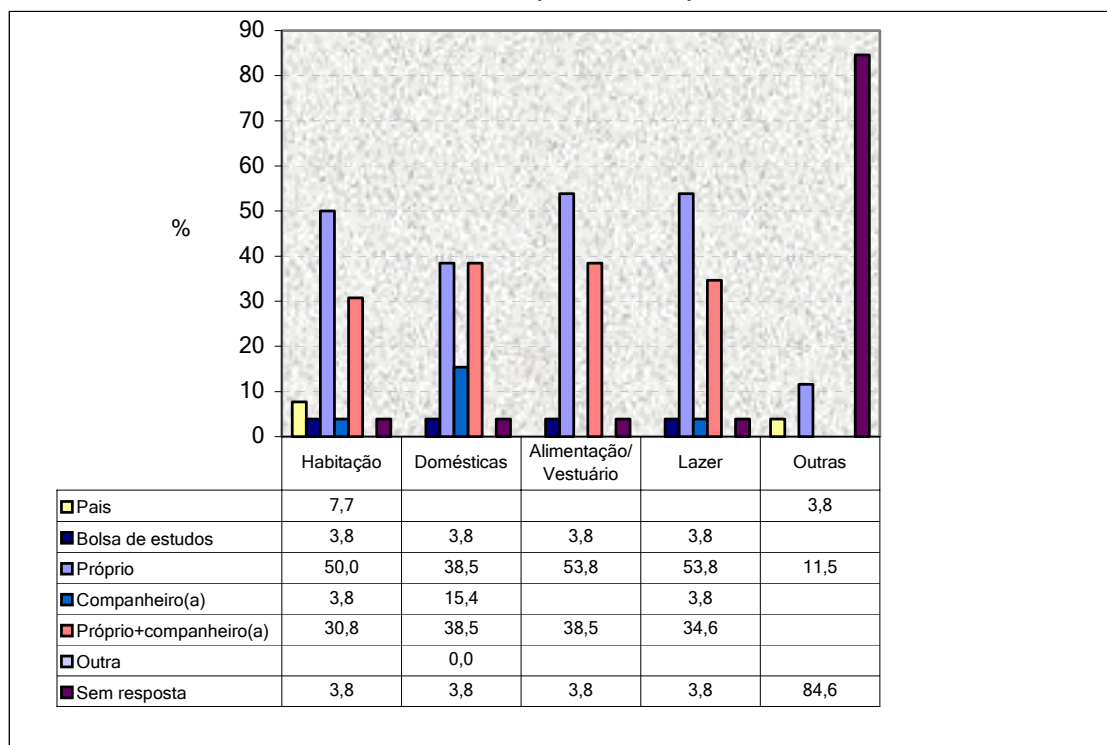
registando-se apenas uma percentagem de 7,7% de indivíduos com uma situação diferente (Gráfico 35), o que quer mais uma vez dizer que as vivências dos diplomados casados e em união de facto não diferem substancialmente<sup>34</sup>.

Gráfico 35. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados em união de facto



Finalmente, é necessário equacionar as formas de financiamento das despesas quotidianas dos diplomados em união de facto. A este nível, nota-se, mais uma vez, grande semelhança com o grupo dos casados, já que os indivíduos, sozinhos ou com o(a) companheiro(a), asseguravam qualquer uma das despesas consideradas (Gráfico 36).

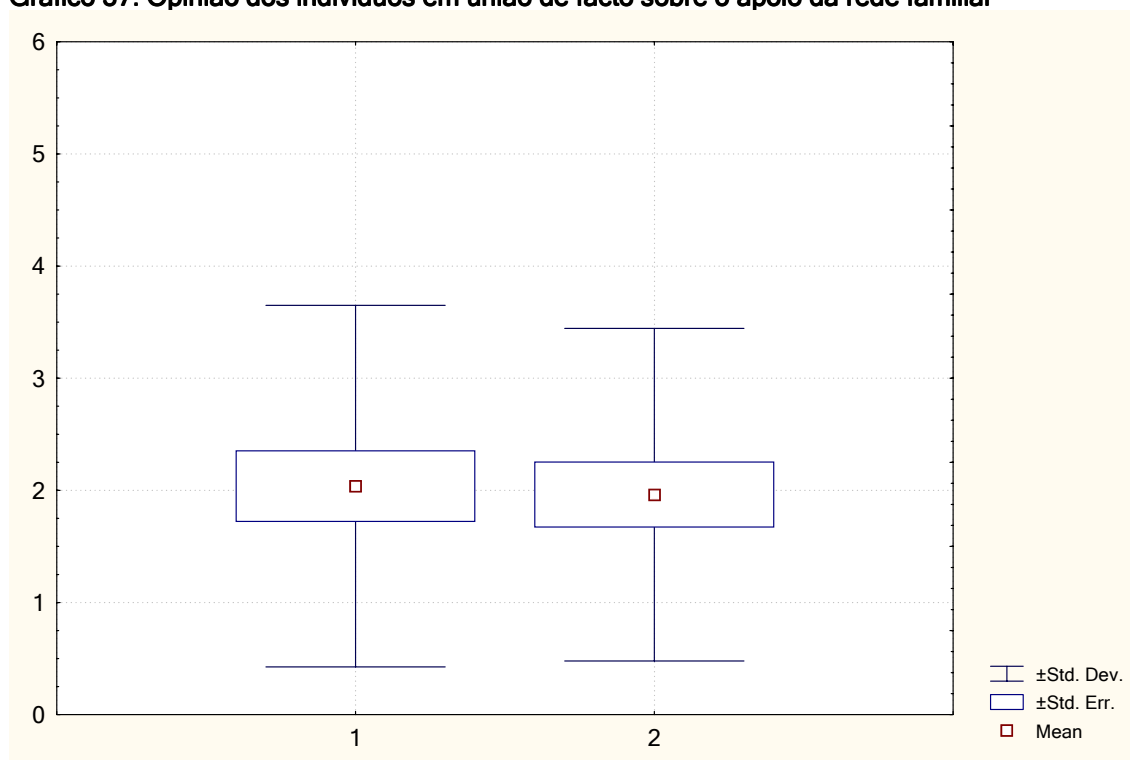
<sup>34</sup> Referindo-se apenas a 2 indivíduos, a tabela com os dados relativos a “com quem reside” e “onde reside” ao fim-de-semana foi remetida para os anexos (Anexo III, Tabela 109).

**Gráfico 36. Formas de financiamento das despesas dos diplomados em união de facto**

Na sequência dos dados que têm vindo a ser examinados, não se regista, no conjunto dos diplomados que viviam em união de facto, um desfasamento entre a passagem à família de procriação e sua independência face à família de orientação, não se confirmando, por isso, a nossa 6ª hipótese. Com efeito, tanto no plano residencial, quanto no plano económico, os indivíduos manifestam uma elevada autonomia relativamente à rede de solidariedade familiar, conclusão que se vê reforçada pela posição que os indivíduos assumiram quando tentámos perceber como percebiam as ajudas, na sua vida quotidiana, prestadas pelos seus pais/sogros<sup>35</sup>.

Efectivamente, tanto as ajudas na organização ou realização de tarefas domésticas (item 1), como o apoio financeiro (item 2) são percebidas com uma média igual e bastante baixa - 2,0 -, novamente de forma muito próxima do que se registava no grupo dos casados (Gráfico 37 e Anexo III, Tabela 110 e Gráficos 36 e 37).

<sup>35</sup> Esta análise foi feita através das respostas dos inquiridos aos itens 10 e 11 da questão 70 do inquérito por questionário, onde lhes era pedido para manifestarem o seu grau de concordância com cada afirmação numa escala de 1 (mínimo de concordância) a 6 (máximo de concordância).

**Gráfico 37. Opinião dos indivíduos em união de facto sobre o apoio da rede familiar****Legenda:**

- 1- Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas
- 2- No quotidiano, conto com o apoio financeiro dos meus pais/sogros

**3.4. Síntese**

Na conclusão desta secção do nosso trabalho, gostaríamos de realçar o reduzido peso dos indivíduos que em 2003 viviam ou já tinham vivido em união de facto, independentemente desta ter tido início antes ou depois da conclusão do curso universitário. Em todo o caso, estando este ponto centrado nesta última situação, constatámos que a união de facto, tal como o casamento, não ocorreu imediatamente após a conclusão do curso superior, mas somente a partir de ½ ano depois, com uma concentração significativa de diplomados a ter encetado uniões de facto entre 1 e 2 anos depois de concluírem os seus cursos.

Estes dados permitem-nos avançar que, após a passagem pela universidade, a assumpção da conjugalidade, independentemente da sua modalidade concreta - formalizada através do casamento ou não - é mediada por um período mais ou menos longo, não se processando, portanto, automaticamente. Neste sentido,

parece consolidar-se a confirmação da 3ª hipótese de trabalho, no que diz respeito ao não automatismo das transições familiares, para a qual já contribuíam, como vimos anteriormente, os dados apurados junto dos indivíduos casados.

Por outro lado, tal como assinalámos relativamente a estes últimos, também uma percentagem significativa daqueles que no momento do inquérito por questionário viviam em união de facto manifestavam ter sido num contexto escolar (ensino secundário ou universidade) que tinham conhecido o parceiro. Contudo, o trabalho enquanto tecido social propiciador daquele conhecimento assumia muito maior expressão nestes últimos - atingindo quase 1/3 do total das uniões de facto -, levando-nos a considerar que o tempo de namoro teria sido, nestes casos, menor do que nos indivíduos casados. Verificámos ainda, de forma idêntica à análise feita para os indivíduos casados, o elevado peso da homogamia profissional no conjunto das uniões de facto entre os diplomados da nossa amostra.

Quanto à questão relacionada com as condicionantes da opção pela união de facto enquanto modalidade de encetar a conjugalidade, confirma-se, no nosso entender, que são diferenciados os factores que podem contribuir para a definição dos itinerários biográficos dos diversos indivíduos. De forma consonante com o nosso enquadramento teórico, constatámos que, se mais de metade destes diplomados manifestavam opiniões enquadráveis numa lógica “individualista”, dado encararem a união de facto como uma relação idêntica ao casamento ou que constituía uma forma do casal se conhecer bem, apenas para 1/5 se tratava de uma opção condicionada pelas dificuldades ligadas à instabilidade profissional. Assim sendo, estas constatações, ainda que limitadas pelo reduzido número total de indivíduos que viviam em união de facto, remetem-nos para um entendimento deste tipo de conjugalidade como o resultado de duas forças sociais diferenciadas agindo sobre a esfera individual. Referimo-nos, por um lado, às representações pouco tradicionais sobre a conjugalidade que transparecem do entendimento da conjugalidade informal na perspectiva individualista atrás mencionada, representações essas em nossa opinião determinadas pelas origens sociais dos indivíduos, na medida em que, de acordo com a análise feita no Capítulo VII, a união de facto atinge um peso mais expressivo entre os diplomados oriundos das

classes dirigentes, diminuindo no caso dos indivíduos provenientes das classes médias e ainda mais das classes populares. Por outro lado, também os condicionalismos de ordem profissional parecem ter contribuído para a opção pela união de facto, mas para um conjunto menor de diplomados, pelo que não nos parece ser possível confirmar em pleno a nossa 5ª hipótese de trabalho no caso específico dos diplomados unidos de facto.

Estas considerações vêm-se reforçadas pela posição destes diplomados quanto à importância da estabilidade profissional para o momento de encetar a união de facto, na medida em que, como vimos, não só a média obtida na escala é relativamente baixa, como inclusivamente inferior à média obtida, no mesmo indicador, pelos indivíduos casados.



## CONCLUSÕES

---



## 1. Principais resultados do estudo

Ao encetar esta parte final do nosso trabalho, recordamos que, de acordo com o objecto de estudo inicialmente definido, era nossa intenção caracterizar os processos de inserção social dos diplomados da Universidade de Aveiro através da construção das suas trajectórias sócio-profissionais, na tentativa de compreender os condicionalismos sociais, económicos e culturais subjacentes a tais processos. Tendo ainda delimitado a análise da inserção social em três níveis centrais - a mobilidade social, a inserção no mundo do trabalho e a inserção no sistema familiar -, procuraremos dar conta dos principais resultados da investigação centrando-nos nestes três aspectos, para depois sistematizar aquelas que nos parecem ser as principais características da referida inserção social, destacando a reduzida influência, no conjunto da amostra, do eixo profissional sobre o eixo familiar. Ao invés da metodologia adoptada para a discussão dos resultados da investigação, nos capítulos VI, VII e VIII, centrada na procura de dar resposta às hipóteses colocadas, a organização deste ponto das conclusões obedeceu à tentativa de destacar os principais resultados de uma forma mais sequencial, mais global e menos fragmentada.

De uma maneira geral, parece-nos que, se os resultados evidenciados ao longo da análise apontam, globalmente, para a manutenção de padrões tradicionais de inserção por parte dos diplomados, mais vincada no eixo familiar do que no eixo profissional, também nos conduzem a identificar algumas diferenciações internas na população estudada, levando à conclusão de que, para cada um daqueles eixos, em alguns subgrupos dos diplomados e por influência de diferentes condicionalismos sociais, estamos perante uma tendência para a quebra do referido padrão tradicional de transição para a vida adulta. Consubstanciando-se este, como ficou definido, não apenas num retardamento temporal da passagem da escola para o trabalho e da família de orientação para a família de procriação, como ainda numa alteração das modalidades, significado e sequência dos vários acontecimentos no percurso de vida dos indivíduos, pretendemos avançar com alguns elementos que nos permitem justificar a afirmação anterior.

### 1.1. Universidade, democratização e mobilidade social

Propomo-nos equacionar, neste ponto, o papel que a Universidade desempenha no que se refere à sua permeabilidade a populações com estatutos diferenciados no plano sócio-cultural, bem como a sua eficácia enquanto possibilitadora do acesso a posições sócio-profissionais vantajosas para o indivíduo, por referência à sua família de origem. Em concreto, a nossa intenção é dar resposta a três questões essenciais, partindo dos dados observados junto da população estudada:

- Até que ponto se verificou uma igualdade social no acesso à Universidade?
- Qual foi a utilidade dos diplomas académicos para a obtenção, por parte dos indivíduos, de posições sócio-profissionais mais favoráveis do que as dos seus progenitores?
- Em que medida a origem social de classe influenciou o acesso ao 1º emprego?

Na resposta à primeira questão, recordamos que, do ponto de vista das origens sociais, a composição da população estudada, apesar de apontar para uma grande diversidade, se concentrava nas classes médias, com destaque para as fracções da Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, que tinha uma percentagem de cerca de 23%, da Pequena Burguesia de Execução e da Pequena Burguesia Proprietária, estas últimas com peso bastante inferior à primeira. A única fracção da classe popular com algum peso era o Operariado Industrial - cerca de 13% -, mas no seu conjunto, os diplomados desta classe social encontravam-se ligeiramente menos representados do que os oriundos das classes dirigentes.

Este conjunto de dados que acabámos de recordar leva-nos a admitir que determinados segmentos da população, anteriormente arredados da frequência do ensino superior, como é o caso dos operários industriais, hoje encontram aí o seu lugar. Contudo, subsiste uma questão incontornável, já assinalada pelo

estudo cuja amostra foi a base para a constituição da população que estudámos (Martins e outros, 2002): a origem social determina a possibilidade da frequência universitária, pondo em causa a imagem de um sistema plenamente democrático, sem barreiras ou filtros que não os relacionados com a orientação escolar no plano individual. Na esteira das teorias da reprodução social e cultural, que vieram desmistificar a aparente fluidez do sistema escolar, ao destacar a selecção social por este operada, com base na própria hierarquização da estrutura social e cultural, reforçamos que, na continuidade do estudo referido, não só a probabilidade dos indivíduos oriundos de fracções de classe com menos capital económico ou cultural frequentarem a Universidade é menor do que os que têm origens sociais mais abonadas nesses dois campos, como a origem social condiciona a própria escolha dos cursos. Com efeito, ficou patente a clivagem, principalmente, entre as áreas das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação - cursos portadores de maior prestígio social e profissional por conduzirem a profissões ligadas à inovação e à tecnologia, perspectivadas como mais rentáveis -, que apresentavam maiores percentagens de indivíduos da classe dirigente, por um lado, e as áreas de Ensino I e Ensino II, com um peso mais acentuado de diplomados oriundos da classe popular, particularmente no caso de Ensino I.

Por outro lado, ao tentar responder à segunda questão que colocámos, é importante acentuar o elevado peso da mobilidade social ascendente que verificámos. Efectivamente, a movimentação para classes sociais localizadas, na estrutura social, acima do ponto de partida atingiu a significativa percentagem de 40%, integrando a passagem de indivíduos oriundos da classe popular para a classe média e para a classe dirigente, por um lado, e da classe média para a classe dirigente, por outro lado. Este factor leva a encarar os diplomas académicos como efectivamente possibilitadores da ascensão social, e isto apesar da desvalorização que, do ponto de vista simbólico, os indivíduos pareciam atribuir-lhes, quer à entrada na Universidade, quer ao momento do inquérito por questionário.

Contudo, a análise efectuada permitiu detectar ainda algumas situações que nos conduzem à conclusão de que a reprodução social e cultural continuou presente durante a inserção profissional dos diplomados. Estamos a pensar especificamente no conjunto de indivíduos oriundos da classe média que, apesar do seu diploma académico, aí permaneceram, quer dentro da mesma fracção de classe (caso dos indivíduos com origem na Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento), quer noutra fracção (como os que provinham da Pequena Burguesia de Execução e da Pequena Burguesia Proprietária e que transitaram para Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento). Nestes casos, a credencial académica não se revelou suficiente para assegurar uma melhoria relativamente à posição de origem da família, contribuindo apenas para evitar a desclassificação social, através da manutenção do capital cultural (no primeiro caso) ou mesmo do seu incremento (no segundo caso).

Juntando a estas situações de reprodução da estrutura social uma outra, de carácter diferente, designadamente o facto de mais de 1/3 dos diplomados provenientes da fracção da classe dirigente caracterizada pelo seu elevado capital escolar - a Burguesia Dirigente e Profissional - não terem mantido essa posição de classe, apesar de serem detentores de um nível de habilitações idêntico ao dos seus pais, concluímos estarmos perante alguma desvalorização dos diplomas académicos no contexto actual. Esta ilação, contudo, será retomada mais adiante, por considerarmos que a (des)valorização social não atinge de forma idêntica as credenciais universitárias, diferenciando-se por área de formação.

Na resposta à última questão colocada neste ponto da discussão dos resultados, avançamos que o ingresso no 1º emprego não parece ter-se devido, na maior parte das situações, à utilização de mecanismos informais de colocação, accionados através do campo relacional dos indivíduos. Na realidade, o conjunto de meios mais formais, como o concurso público, o centro de emprego, a resposta a anúncios e os estágios, foi aquele que permitiu a colocação no 1º emprego para mais de metade dos diplomados. Naturalmente, esta situação demonstra uma tendência positiva no recrutamento dos diplomados, por se centrar numa avaliação formal das suas competências pessoais e profissionais, mais do que

numa valorização do seu campo relacional, o que prejudicaria os diplomados com famílias menos favorecidas em termos de capital cultural e relacional, com uma rede de conhecimentos e contactos sociais menos alargada.

Comprovando esta asserção, tivemos a oportunidade de observar que, mesmo circunscrita a uma percentagem menor de diplomados, a rentabilização dos mecanismos informais de colocação no emprego se encontrava relacionada com a origem social dos indivíduos, já que os oriundos da classe dirigente os utilizaram com mais frequência do que os da classe média e estes, mais do que os da classe popular. Se isto aponta para o facto das relações entre os sistemas de formação e os sistemas de trabalho não serem condicionadas apenas por lógicas de ajustamento quantitativo, como por relações socialmente estruturadas na interacção dos espaços familiar, produtivo, de formação, dos conhecimentos e das relações intergeracionais, ficou contudo demonstrado que, no caso dos nossos diplomados, a origem social não foi discriminatória do tipo de acesso ao primeiro emprego.

Vejamos, então, os factores mais relevantes a assinalar no que diz respeito à inserção profissional dos diplomados.

## 1.2. O eixo profissional da inserção

### A imagem globalmente positiva da evolução das trajectórias profissionais: da precariedade para a estabilidade

Do ponto de vista do eixo profissional da inserção, ficou-nos uma imagem globalmente bastante positiva, contrariando em certa medida as nossas expectativas que, em função do quadro teórico exposto, assim como dos discursos por vezes fatalistas sobre as condições de empregabilidade dos diplomados do ensino superior veiculados pelos órgãos de comunicação social, não seriam tão optimistas.

Com efeito, não só verificámos que, no momento do inquérito por questionário, a grande maioria dos diplomados se encontravam integrados no sistema de emprego/trabalho, como, na maior parte dos casos, com empregos que consideravam ser os que desejavam/ligados às suas áreas de formação, ou que tinham valorizado em função de características que designámos de instrumentais (contrato sem termo, salário, perspectivas de carreira). Simultaneamente, era reduzido o peso dos diplomados que nunca tinham tido emprego, bem como daqueles que se encontravam desempregados. Vimos ainda como a inserção no 1º emprego se revestiu de alguma rapidez para a generalidade dos diplomados, tendo também ficado patente, já nesse momento, o peso da adequação entre o grau de formação inicial dos diplomados aos grupos ocupacionais que vieram a integrar.

A estes aspectos positivos do ponto de vista do sucesso dos diplomados na sua inserção profissional, veio juntar-se a análise das suas trajectórias profissionais, na medida em que, equacionando a qualidade do emprego experimentado pelos diplomados, tal análise revelou o sentido positivo dessas trajectórias para um conjunto importante de diplomados, dado o importante peso das trajectórias profissionais estáveis ascendentes relativamente a todas as outras, o que significa que houve uma evolução do vínculo contratual da precariedade para a estabilidade e um crescimento dos rendimentos auferidos pelos diplomados. Acrescentando a estas as trajectórias estáveis estagnadas, em que o indicador “vínculo” continua a ser positivo, comprovámos que as trajectórias em direcção à estabilidade caracterizam mais de metade dos diplomados.

Todos estes dados levam a considerar que, de um modo geral, os diplomas académicos tiveram eficácia do ponto de vista da inserção profissional dos diplomados, tendo garantido não só alguma rapidez na passagem da universidade para o sistema de emprego/trabalho como uma integração progressivamente mais consolidada neste último. Aliás, se estas características facilmente se encaixam num padrão tradicional de transição entre os estudos e o trabalho, o mesmo pode referir-se relativamente ao momento em que essa transição se iniciou, dado que a grande maioria dos diplomados não tinha qualquer actividade remunerada no ano



de conclusão do curso, tendo iniciado a procura de emprego/trabalho após a obtenção do diploma. A ausência, para a larga maioria dos diplomados enquanto ainda eram estudantes, do factor alternância/concomitância entre estudos e trabalho, como um dos traços distintivos dos padrões não tradicionais de inserção profissional, constitui, assim, mais uma achega para a consideração de que, no geral, os processos de inserção profissional da população analisada seguem um modelo mais convencional. De acordo como os elementos avançados até agora, este modelo concretiza-se através do tipo de sequencialidade observada nas trajectórias profissionais dos diplomados - estudos, procura de emprego/trabalho, inserção relativamente rápida no 1º emprego -, assim como através do tipo de actividades desempenhadas no início da inserção e ao momento do inquérito por questionário - adequadas ao diploma universitário, em termos dos grupos ocupacionais a que deram acesso - e ainda da evolução registada na qualidade do emprego - da precariedade para a estabilidade.

O reconhecimento destas evidências globais não implica, contudo, no nosso entender, uma recusa do carácter de complexidade de que as trajectórias profissionais dos diplomados se revestem. Efectivamente, veremos em seguida como é possível identificar, no conjunto dos diplomados em estudo, algumas tendências para a quebra do referido padrão tradicional de inserção profissional.

### A tendência para uma quebra do padrão tradicional de inserção profissional

Um primeiro aspecto que, no nosso entender, aponta para esta conclusão encontra-se relacionado com o carácter de precariedade inicial das trajectórias profissionais de um conjunto importante de diplomados, dado que, tendo em consideração a qualidade do 1º emprego, as situações de precariedade a nível contratual eram bastante frequentes, caracterizando quase metade das posições profissionais dos indivíduos. Muito embora tenha vindo a diminuir com o evoluir das trajectórias, esta precariedade subsistiu num grupo importante de indivíduos - aqueles que apresentam trajectórias precárias, e que representam cerca de 37% dos diplomados.

De acordo com a óptica de inserção profissional adoptada, estes dados apontam para a consideração de que estes diplomados se encontravam ainda em processo de inserção profissional, por confirmarem a existência de um traço distintivo dos processos de inserção profissional não tradicionais, ou seja, o de que a inserção não termina com a obtenção do 1º emprego, sendo necessário ao indivíduo manter constantemente as suas competências de empregabilidade, na incerteza quanto ao que o seu futuro profissional lhe reserva. Indo ao encontro da mesma ideia, relembramos que se, para um grupo significativo de diplomados, cerca de 25%, na escolha do 1º emprego, o motivo que pesou foi a necessidade de trabalhar, sendo de pressupor que as oportunidades de emprego/trabalho mais aliciantes - por corresponderem às aspirações dos indivíduos - não seriam abundantes, no emprego ocupado no momento do inquérito por questionário essa motivação continuou a ter algum peso, ainda que menor.

Pelos motivos que acabámos de expor, salientamos aquilo que nos parece constituir, para muitos diplomados da população estudada, uma inserção profissional sem ponto terminal, determinada pelo tipo de trabalho/emprego experimentado mais no 1º emprego mas, apesar de tudo, ainda no último emprego ocupado à altura em que a resposta ao inquérito por questionário foi dada: um trabalho/emprego de expectativa, em função da sua precariedade ou da motivação subjacente à sua “escolha”, a qual, condicionada pela escassez da oferta disponível, se concretizava na necessidade de trabalhar.

Por outro lado, parece-nos ser importante acentuar alguns dados relativos às situações de desemprego observadas, que concorrem igualmente para uma imagem complexa da inserção profissional. É significativo, quanto a nós, que não obstante os indivíduos desempregados à data do inquérito por questionário constituírem um grupo minoritário (7,1%), o seu peso fosse superior à taxa de desemprego registada em Portugal em 2003 (6,3%). Porém, outro indicador é ainda mais relevante: o desemprego em dada altura das trajectórias profissionais ocorreu para quase 1/3 dos diplomados, na maior parte dos casos na sequência de actividades reguladas por contratos a termo. Assim sendo, é possível perceber como as trajectórias profissionais de alguns diplomados se revestem de

descontinuidade e complexidade: terminado o contrato a termo, ocorreu o desemprego, iniciando-se um período de procura de novo trabalho/emprego, período este caracterizado pela incerteza e pela instabilidade.

Finalmente, um último aspecto, concretizado no peso apreciável de diplomados que prosseguiram estudos pós-graduados após a obtenção do diploma de licenciatura (ou de bacharelato, no caso dos diplomados de Ensino I), que atinge cerca de 36%, leva-nos a confirmar algum pendor para a quebra do padrão tradicional de passagem para o trabalho. Se os factores anteriormente apontados exprimiam, como vimos, que o padrão emergente tendia para a erosão da ideia de “emprego para a vida”, associada à estabilidade e à continuidade profissional, a realização de estudos após a conclusão da formação inicial remete, por seu turno, para a consideração de que o processo de inserção profissional não é um processo de sentido único, uma ponte ligando, sem retorno, o mundo escolar ao mundo do trabalho. Convém recordar que, entre aqueles que apostaram na continuação dos seus estudos, se evidenciou a predominância da simultaneidade entre formação pós-graduada e trabalho, bem como da importância dessa formação para a valorização pessoal ou para o aprofundamento de conhecimentos no âmbito do desempenho profissional. Assim sendo, ao invés de constituir uma alternativa/fuga ao desemprego ou uma condição para encontrar emprego, a continuação de estudos no momento em que a colocação no sistema de emprego/trabalho já aconteceu parece prender-se mais com o objectivo dos diplomados em aumentarem as suas qualificações académicas, correspondendo a uma estratégia de acumulação de capacidade negocial a ser rentabilizada no mundo do trabalho, numa perspectiva de formação ao longo da vida.

### A importância da área de formação na diferenciação das trajectórias profissionais dos diplomados

A ocorrência deste padrão de inserção profissional menos convencional nas trajectórias profissionais dos diplomados não se manifestou de forma indiferenciada entre eles. Com efeito, consideramos que toda a análise efectuada

ao longo do capítulo VI deste trabalho vem contribuir para a desmistificação da ideia de que os diplomados do ensino superior constituem um grupo homogéneo que, nos seus percursos profissionais, são constrangidos pelos mesmos factores e enfrentam o mesmo tipo de dificuldades de maneira indistinta.

Neste sentido, recordamos que a idade constitui uma variável fundamental a levar em linha de conta. Não esquecemos que está tradicionalmente consolidado que são os indivíduos mais novos, sem experiência profissional, que sentem mais dificuldades de inserção profissional, pelo menos na sua fase inicial, assim se compreendendo, portanto, serem precisamente os grupos etários mais baixos da população estudada, os mais sujeitos às trajetórias precárias. Além disto, convém ter presente que os indivíduos mais novos são também aqueles que terminaram os seus cursos há menos tempo, não tendo tido, por este motivo, tempo suficiente para garantir alguma estabilização nas suas trajetórias.

Contudo, apesar destas reservas, alguns indicadores apontam, quanto a nós, para a conclusão de que o padrão não tradicional de inserção é efectivamente mais frequente entre os diplomados mais novos. Referimo-nos especificamente à dilatação do período moratório compreendido entre a saída do sistema de ensino-formação e a entrada no mundo do trabalho que parece sobressair, por exemplo, do facto do acesso ao 1º emprego ter sido mais rápido para os indivíduos mais velhos e para os que terminaram os cursos há mais tempo. De forma congruente, vimos ainda que, entre os indivíduos mais novos que prosseguiram estudos de pós-graduação, estes foram percebidos como uma alternativa ao desemprego com mais frequência do que entre os mais velhos, tendo sido iniciados, também com mais frequência, após uma procura infrutífera de emprego.

Em função destas considerações, e não obstante a assinalada imagem globalmente positiva dos processos de inserção profissional dos diplomados que foram alvo deste estudo, parece-nos confirmar-se uma tendência para um retardamento da entrada no emprego, já que este incide especialmente sobre os mais jovens.

Por outro lado, emergiu uma diferenciação fundamental entre os diplomados, ao longo da análise dos dados relativos ao eixo profissional da inserção, determinada pela área de formação académica. Com efeito, se destacámos no ponto anterior a subsistência de um grupo de diplomados que apresentavam trajectórias precárias (quer ascendentes, quer estagnadas ou mesmo descendentes), acrescentamos agora que este tipo de trajectória era mais frequente nas duas áreas de Ensino, em Ciências e em Gestão, Planeamento e Comunicação, não obstante a predominância das trajectórias estáveis ascendentes em todas as áreas de formação. Por oposição, na área das Engenharias, não só o peso das trajectórias precárias era mais reduzido, como muito mais significativa a representatividade das trajectórias estáveis ascendentes, comparativamente com as restantes áreas de formação.

Foi observada esta mesma clivagem entre as áreas de formação (as duas áreas de Ensino, Ciências e Gestão, Planeamento e Comunicação, por um lado, e a área das Engenharias, por outro) no que diz respeito à ocorrência do desemprego em determinada altura das trajectórias dos diplomados, estando o primeiro conjunto de indivíduos mais sujeito a tal situação do que o segundo. Acresce que a percentagem de diplomados desempregados ao momento do inquérito por questionário era nitidamente mais elevada no caso das áreas de Ciências e de Ensino II - rondando os 10% - do que nas restantes áreas de formação.

Em função destas observações, parece desenhar-se uma diferente valorização das fileiras de formação no sistema de emprego/trabalho, na medida em que, partindo do pressuposto de que os diplomados com trajectórias estáveis ascendentes se integram em ocupações do segmento primário superior, as políticas de desenvolvimento e de gestão da mão-de-obra das instituições empregadoras tendem a privilegiar a contratação de portadores de credenciais com um valor técnico confirmado, tecnicamente mensurável e contribuindo a curto prazo para a criação de mais-valias. Com efeito, se os profissionais altamente qualificados constituem uma percentagem ainda relativamente baixa no conjunto da população activa portuguesa, tornando-se este facto particularmente evidente no caso das micro-empresas e das pequenas e médias empresas, que em

conjunto caracterizam o tecido empresarial português, acresce que aquelas empresas apresentam estruturas de produção, formas de organização e modelos de gestão dos recursos humanos ainda tradicionais, inscritos em estratégias de desenvolvimento imediatista (Martins, 1996).

A inserção profissional dos diplomados não se esgota, portanto, numa relação quantitativa entre a oferta e a procura de trabalho, sendo que os profissionais mais procurados e que mais facilmente atingem posições profissionais vantajosas são aqueles cuja formação é perspectivada como economicamente útil e rentável a curto prazo. Naturalmente, pelos dados relativos às trajetórias profissionais anteriormente apontados, são tendencialmente os diplomados das Engenharias os mais beneficiados por esta situação, mas tal não equivale a que admitamos uma dicotomização radical da população que estudámos, separando-os dos diplomados de todas as outras áreas de formação. Com efeito, cada uma delas apresenta as suas especificidades, que importa reter.

Atendendo a outros indicadores da inserção profissional dos diplomados, identificamos com clareza que, apesar da desvalorização social e da massificação da profissão docente, uma maior proporção de diplomados de Ensino I e Ensino II, comparativamente com as outras áreas de formação, conseguiu aceder rapidamente ao 1º emprego, manifestando-se nesse momento uma elevada adequação da ocupação profissional desempenhada à profissão desejada (professor) e também ao grau de formação, a qual veio a manter-se ao longo das trajetórias profissionais, factores que conjuntamente nos parecem ser positivos. Contudo, relativamente a estas duas áreas, cujo principal empregador é o Estado, como sabemos, é possível avançar ainda que a absorção dos seus diplomados foi feita à custa de maior precariedade no emprego no caso de Ensino II, conclusão deduzida a partir da verificação de maiores percentagens de indivíduos desta área de formação com trajetórias precárias.

No caso dos diplomados das Engenharias, para além da já assinalada representatividade das trajetórias estáveis, também se verificava, tanto no 1º emprego como no emprego ocupado em 2003, uma elevada adequação entre o diploma de ensino superior e a ocupação profissional desempenhada (quadros

técnicos superiores). Contudo, relembramos que, no início da sua inserção profissional, os diplomados em Engenharia atendiam sobretudo à necessidade de trabalhar, passando, no emprego detido no momento do inquérito por questionário, a privilegiar as suas características instrumentais, bem como as características concretas das actividades. Associando este facto à mobilidade de emprego registada entre os diplomados desta área de formação, percebemos que a sua capacidade negocial parece ter aumentado com a aquisição de experiência, de forma concordante com um padrão mais tradicional de inserção profissional.

Por seu turno, os diplomados de Gestão, Planeamento e Comunicação apresentam alguma diversidade nas suas trajectórias e situações profissionais, à qual não será alheia, como já acentuámos no Capítulo VI, alguma heterogeneidade desta área de formação, que integra os cursos de licenciatura em Gestão e Planeamento em Turismo, Planeamento Regional e Urbano e Novas Tecnologias da Comunicação. Apesar destes indivíduos estarem de alguma forma sujeitos às trajectórias precárias, notou-se uma evolução positiva da adequação do seu grau de formação às actividades desempenhadas, entre o início da trajectória e o momento do inquérito por questionário, uma vez que aumentaram as percentagens de quadros técnicos superiores e intermédios, tendo diminuído o peso dos professores e dos empregados de escritório, comércio e serviços, que parecem ter funcionado como actividades transitórias, de expectativa, para um conjunto importante destes diplomados. A mudança dos motivos subjacentes à escolha das actividades profissionais entre os dois momentos - adquirindo mais relevância o facto de se tratar de um emprego desejado/ligado à área de formação e as suas características instrumentais -, parece apontar, tal como acontecia entre os diplomados das Engenharias, para uma movimentação num sentido positivo, equivalente a uma potenciação da capacidade negocial, mas não é possível ignorar que subsistia, apesar de tudo, uma percentagem de diplomados, próxima dos 22%, para quem a ocupação do último emprego à data do inquérito por questionário se devia à necessidade de trabalhar. Desta forma, pensamos que as trajectórias profissionais dos diplomados da área de Gestão, Planeamento e Comunicação, divergem internamente, possivelmente devido à especificidade de

cada curso que a compõe, entre a tendência para um padrão mais tradicional e a tendência para um padrão menos tradicional de inserção profissional.

Finalmente, incidimos sobre a área de Ciências, na qual nos parece ser facilmente identificável a propensão para um modelo de entrada no mundo do trabalho que se descola da imagem tradicional, conclusão suportada por diversos factores. Por um lado, os diplomados desta área de formação são aqueles que, aquando da recolha das informações, apresentavam menor percentagem de indivíduos empregados no sentido mais clássico e, correlativamente, maiores percentagens de indivíduos em situações de trabalho menos convencionais - como os bolseiros de investigação - ou mesmo de não trabalho, como os estudantes com ou sem bolsa e os desempregados. Por outro lado, no que diz respeito especificamente à estrutura do emprego, verificámos que, na sua última ocupação profissional, mais de 1/3 destes diplomados eram professores (do 2º e 3º ciclo), quando os cursos desta área não estão vocacionados para a docência; e mais, esta situação aumentou mesmo, ainda que ligeiramente, entre o 1º e o último emprego. Neste sentido, as dificuldades de inserção profissional prolongaram-se de forma durável ao longo do período considerado, apesar de ter diminuído o peso da necessidade de trabalhar como motivação para o acesso ao emprego.

Reforçando as afirmações anteriores, acrescem ainda os dados apurados no que se refere ao prosseguimento de estudos pós-licenciatura. Não só os diplomados da área de Ciências que o fizeram atingem uma elevada percentagem, próxima dos 51%, como a realização de formação pós-graduada constituiu, para um terço destes indivíduos, uma alternativa ao desemprego, motivo para prosseguimento dos estudos que foi o menos apontado por todas as outras áreas de formação. Percepcionando as dificuldades de inserção profissional, os diplomados de Ciências que iniciaram algum tipo de pós-graduação logo após a conclusão do curso têm igualmente mais peso do que em qualquer outra área de formação. Estes dados são, naturalmente, concordantes com os obtidos pelo estudo de Martins e outros (2002), onde já se tinha identificado o peso dos diplomados das áreas de Ciências no conjunto dos que tinham continuado os seus estudos, reforçando que esta opção corresponde, em grande medida, a uma tentativa de



protelar a entrada no sistema de emprego/trabalho, dado que as oportunidades de trabalho nestas áreas são menos abundantes do que nas restantes.

Esclarecida, quanto a nós, a variabilidade das trajectórias profissionais em função da área de formação, uma das questões que nos parecem ser centrais nas conclusões deste trabalho, gostaríamos ainda de fazer, neste ponto, uma referência às diferenças de género observadas no âmbito da inserção profissional. A este respeito, e de acordo com as advertências que não deixámos de ir apontando ao longo do capítulo VI, é importante acentuar que as variações associadas ao género não podem desligar-se da composição diferenciada das fileiras de formação, sendo certo que Ensino I e II são as mais feminizadas, dado as percentagens de raparigas se situarem perto dos 90%, mas destacando-se, ainda assim, Gestão, Planeamento e Comunicação e Ciências, com percentagens de diplomadas muito superiores a 50%. Apenas na área de Engenharia são os homens que predominam, atingindo os 55%. De resto, esta crescente feminização da população do ensino superior é uma tendência comum nas sociedades ocidentais, atestando a maior continuidade que o género feminino tem vindo a conseguir atingir ao longo do sistema escolar. No entanto, patenteia-se ainda, no caso da população que estudámos, uma escolha dos cursos diferenciada por géneros, correspondendo a uma construção social das vocações académicas e profissionais, como parece ser particularmente evidente no caso dos cursos de ensino, conducentes à profissão de professor, cujo desempenho está ainda muito associado aos papéis sociais femininos.

### 1.3. O eixo familiar da inserção

#### A manutenção global dos padrões tradicionais de inserção familiar

Como fomos acentuando ao longo dos capítulos VII e VIII deste trabalho, não nos parece ser possível afirmar que, na população estudada, predominam trajectórias familiares enquadráveis em padrões menos convencionais de inserção familiar, consistindo estes principalmente numa alteração das modalidades e dos tempos

que caracterizam o processo de autonomização face à família de origem. Inversamente, consideramos que a maioria dos diplomados atravessaram trajectórias familiares com um carácter tradicional, aspecto que passaremos a explicar.

Desde logo, constatámos que, no final do curso, o estado civil de solteiro constituía a situação maioritária, à qual correspondia uma elevada dependência dos diplomados relativamente às suas famílias de orientação, quer no plano residencial, quer no plano financeiro, com de resto era de esperar em função da condição dos estudantes finalistas perante o trabalho, antes referida. Quer isto dizer que predominou, para a larga maioria dos diplomados em análise, uma das características associadas às transições de tipo tradicional para a idade adulta, patente na realização e conclusão dos estudos na dependência da família de origem.

Com efeito, viemos a constatar que a mudança de estado civil ocorreu de forma dominante depois da conclusão do curso, estando esta mudança associada a um processo de independentização económica e residencial da família de origem, de acordo com a tradicional etapização da passagem à condição adulta. Acresce ainda que, nesta mudança de estado civil, a passagem à conjugalidade de tipo formal foi expressivamente mais frequente do que à conjugalidade de tipo informal: no seu conjunto, os diplomados casados no momento do inquérito por questionário constituíam atingiam cerca de 45% e os diplomados em união de facto, apenas cerca de 7%.

Antes de incidir nalguns factores que vêm reforçar esta tradicionalidade subjacente às trajectórias familiares dos diplomados casados em 2003, deter-nos-emos nas características dos percursos de inserção familiar dos indivíduos solteiros à mesma data, as quais parecem apontar nesse mesmo sentido.

Sendo certo que, tradicionalmente, a saída da casa da família de orientação era concomitante da formação da família de procriação, sabemos que, na actualidade, cada vez mais se verifica uma dissociação entre estes dois processos, na medida em que não é raro os jovens deixarem a casa dos pais para viverem sozinhos ou

com amigos. Contudo, ficou também claro, através do enquadramento teórico sobre os processos de transição para a condição adulta, que este padrão menos tradicional é muito mais frequente nos países do norte e centro da Europa, por oposição aos países do sul, onde a autonomização relativamente aos pais se obtém quando se firmam laços conjugais.

Ora, neste trabalho apurámos que o padrão seguido é precisamente este último, uma vez que mais de metade dos diplomados solteiros continuava a residir com os pais na altura em que foi dada a resposta ao inquérito por questionário. Contudo, esta forte dependência no plano residencial não se vê acompanhada de uma tão clara dependência no plano financeiro. Com efeito, as despesas com alimentação, vestuário e lazer são maioritariamente asseguradas pelos próprios diplomados, o que já não acontece relativamente às despesas com habitação e outros gastos relacionados com a casa. Estes dados encontram-se, obviamente, relacionados com o facto de muitos dos indivíduos residirem com os pais, mas indicam com alguma clareza que a independência financeira e a independência residencial não foram acontecimentos simultâneos, no caso dos diplomados solteiros deste trabalho.

No que diz respeito especificamente aos indivíduos casados na altura do inquérito por questionário, outros indicadores levaram-nos a reforçar a conclusão de estarmos perante inserções familiares globalmente tradicionais, para além do simples facto de terem optado pela conjugalidade formal.

Com efeito, há a referir, por exemplo, que a idade média com que os indivíduos encetaram o casamento é mais baixa do que a idade média ao casamento em Portugal, apesar de se ter identificado um retardamento por relação com a geração dos seus pais. Neste sentido, não é líquido que a frequência prolongada dos diplomados no sistema de ensino-formação tenha tido um impacto considerável sobre as suas trajectórias familiares, pelo menos do ponto de vista da temporalidade do acontecimento casamento. Já no que diz respeito às condicionantes sociais agindo sobre a escolha do parceiro, esse impacto foi considerável, tendo ficado demonstrada uma elevada homogamia sócio-

profissional e intrageracional, à qual não será alheio o peso elevado dos contextos escolares enquanto propiciadores do conhecimento entre os elementos do casal

Para além da questão da idade com que os indivíduos se casaram, também as modalidades de passagem à conjugalidade, assim como o significado de que ele se reveste são nitidamente enquadráveis num padrão tradicional. Relativamente ao primeiro aspecto, assinalou-se a reduzida percentagem de indivíduos que experimentaram a união de facto antes do casamento, assim como a elevada expressão do casamento religioso. Quanto ao significado e representações sobre a conjugalidade, os diplomados manifestaram conformidade a uma visão predominantemente tradicionalista, segundo a qual o casamento é valorizado na sua dimensão institucional ou de convenção social, tratando-se, portanto, de uma perspectiva bastante conservadora da conjugalidade, para a qual também nos parece apontar a opinião dos inquiridos relativamente ao processo de tomada de decisões no campo profissional. Com efeito, a valorização dos interesses familiares parece sobrepor-se à dos interesses individuais, do campo profissional família nesse processo.

Quanto às trajectórias familiares cujo momento final era, em 2003, caracterizado pela união de facto, reservamos a sua análise para o ponto seguinte, na medida em que se integram num modelo não tradicional de inserção familiar, minoritariamente adoptado pelos diplomados da nossa amostra.

### A não univocidade das trajectórias familiares e a importância da origem social

Apesar da caracterização das trajectórias familiares, na sua globalidade, apontar, como vimos, para a manutenção dos padrões tradicionais da inserção familiar, não devemos ignorar a presença de indícios para uma quebra deste modelo, acentuando que, tal como acontecia relativamente às trajectórias profissionais, esta presença é diferenciada entre os diplomados.

Por um lado, impõe-se uma referência à variável idade, a qual determina, como seria de esperar, os estados civis dos diplomados em 2003, já que os solteiros

predominam nos escalões mais baixos e, inversamente, os casados e os indivíduos em união de facto têm um peso acrescido nos escalões etários mais altos. No nosso entender, este dado entende-se por relação com o facto de serem os mais novos aqueles que também terminaram os seus cursos há menos tempo, manifestando maior dependência relativamente à sua família de orientação.

Por outro lado, ficou vincada, ao longo da análise dos dados, uma diferenciação mais fundamental entre os diplomados. Desde logo, torna-se necessário clarificar, embora seja objecto de uma análise mais atenta num ponto posterior destas conclusões, que o impacto do tipo de trajectória profissional sobre o tipo de trajectória familiares não ficou claramente comprovado, ou seja, as características específicas da inserção profissional não parecem ser a variável independente com mais alcance explicativo para o entendimento dos processos de inserção familiar. Efectivamente, lembramos que as evidências relativas a esta variável eram relativamente contraditórias. Por exemplo, o peso dos indivíduos casados era preponderante no conjunto das trajectórias estáveis ascendentes, a par de uma maior representatividade dos solteiros nas trajectórias precárias estagnadas, o que permitiria associar a estabilidade da trajectória profissional à ocorrência da conjugalidade de tipo tradicional. Não obstante, esta associação viu-se dificultada pela existência de equilíbrio entre os solteiros e os casados no conjunto das trajectórias precárias ascendentes, bem como pelo facto dos solteiros terem um peso importante no conjunto das trajectórias estáveis estagnadas. Por seu turno, as uniões de facto, obviamente minoritárias em qualquer tipo de trajectória, tinham mais representatividade nas trajectórias ascendentes, quer na estabilidade como na precariedade.

Assim sendo, tornou-se necessário equacionar a validade de outras variáveis para a compreensão da configuração das trajectórias dos diplomados. À partida, a área de formação parecia introduzir diferenças evidentes no conjunto dos diplomados, mas, por si só, não poderia justificá-las. Com efeito, como explicar a clivagem detectada entre:

- Por um lado, os diplomados de Ensino I e II e de Ciências, cujos processos de inserção familiar aparentavam ser mais tradicionais (em função, por

exemplo, do reduzido peso da união de facto por comparação com o casamento no caso das duas primeiras áreas e da elevada percentagem de solteiros no caso de Ciências), apesar das suas trajectórias profissionais serem marcadas por alguma precariedade (mais evidente em Ensino II e Ciências) e

- Por outro lado, os diplomados da área das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação, que apresentavam processos de transição menos tradicionais (dada a maior representatividade da união de facto), pese embora a nítida estabilidade das suas trajectórias profissionais?

Na sequência da interrogação anterior, não podemos escamotear um factor importante, consubstanciado na composição diferenciada da amostra em termos de género e de origem social: forte feminização, particularmente nas duas áreas de Ensino, mas também em Ciências e em Gestão, Planeamento e Comunicação; maior peso de uma origem social popular entre os diplomados de Ensino I e II, por oposição aos das áreas das Engenharias e de Gestão, Planeamento e Comunicação, que registavam uma representatividade mais acentuada de uma origem social dirigente. Quanto aos diplomados em Ciências, predominavam os oriundos da classe média, como em todas as outras, sendo a sua distribuição entre a origem dirigente e a origem popular relativamente equilibrada.

Em função das considerações que temos vindo a fazer, parece-nos que as dinâmicas de inserção familiar serão fundamentalmente o produto de condicionalismos de ordem sócio-cultural, ligados à classe de origem dos diplomados e à sua pertença de género, os quais, estando já presentes aquando da escolha da área de formação científica na Universidade, como destacámos anteriormente, fazem surtir os seus efeitos também ao nível das práticas de autonomização dos diplomados relativamente às suas famílias de orientação. Desta forma, consideramos que, contrariando a ideia de um modelo único, serão diversos os modelos familiares e conjugais, sendo esta diversidade produzida por determinantes sócio-culturais e de género, por estas condicionarem a existência de diferentes normas e representações, traduzíveis em práticas também diferenciadas.

Esta conclusão é mais clara no que toca aos diplomados de Ensino I, Ensino II e de Engenharia do que no que respeita aos diplomados de Ciências e de Gestão, Planeamento e Comunicação, para quem os condicionalismos de ordem profissional também parecem ter tido alguma importância, como veremos com mais detalhe mais à frente.

Importa, então, especificar a forma como a origem social e o sexo configuram os processos de transição no eixo familiar, na perspectiva de que o padrão tradicional se regista de maneira mais dominante nos diplomados com origem na classe popular e média e do sexo feminino, e acentuando os indícios para uma quebra desse padrão, mais patentes nos diplomados originários das classes dirigentes e nos diplomados do sexo masculino.

Relativamente ao conjunto de indivíduos da nossa amostra que eram solteiros em 2003, realçamos que, embora a sua manutenção pareça ser provocada por diferentes condicionalismos, a origem social joga um efeito fundamental. Efectivamente, entre os diplomados provenientes da classe popular, por comparação com as outras origens de classe, era significativo o peso dos solteiros e, correlativamente, diminuta a percentagem de indivíduos em união de facto. Assim sendo, aparentemente, o casamento constitui, nesta classe social, a via privilegiada de acesso à conjugalidade.

Por outro lado, analisando em detalhe a questão da dependência - residencial e financeira - dos indivíduos solteiros face à família de origem, constatámos que, para além de ser limitada, tornava-se mais acentuada entre as mulheres, apesar do peso dos homens solteiros no conjunto da amostra ser superior, e entre os diplomados das classes dirigentes, o que vem demonstrar, no nosso entender, que o prolongamento do estado civil de solteiro obedece a lógicas sociais com sentidos distintos. Assim sendo, no que se refere ao género, parece estar patente que os homens, permanecendo solteiros durante mais tempo, ensaiam a sua autonomia residencial e financeira com mais facilidade do que as mulheres, manifestando, desta forma, uma dissociação entre “ser solteiro” e “estar dependente dos pais” (nas duas vertentes consideradas), a qual constitui um indício de quebra dos padrões tradicionais de transição para a condição adulta. No

que se refere à origem social, os diplomados oriundos das classes dirigentes manifestam maior dependência, nos dois planos considerados, do que os restantes, o que remete para o entendimento de que, através dos pais e do prolongamento da sua dependência relativamente a eles, estes diplomados protelam a sua autonomização como forma de evitar uma potencial perda de estatuto económico e social.

Centrando-nos no tema da passagem à conjugalidade, começamos por reforçar aquilo que observámos relativamente à sua modalidade informal, e que configura um tipo de inserção familiar menos tradicional. A este respeito, não obstante a expressão da união de facto ser bastante reduzida no conjunto da população estudada, existe uma ligação clara entre a sua ocorrência e a classe social de origem. Efectivamente, embora neste caso a clivagem entre homens e mulheres não se possa constatar, a união de facto era mais frequente entre os indivíduos oriundos das classes dirigentes, depois nas classes médias e muito diminuta nas classes populares. Um outro aspecto que nos parece ser de acentuar é o tipo de lógica subjacente à opção pela união de facto, na medida em que os indivíduos com esse estado civil o perspectivavam como sendo idêntico ao casamento ou como uma forma do casal se conhecer bem, representações sobre a família e o casamento enquadradas numa óptica individualista.

No que se refere à conjugalidade de tipo formal, é importante destacar, inicialmente, a questão relacionada com a temporalidade dos acontecimentos. Vimos como a idade ao casamento não constituía um indicador que confirmasse de forma inequívoca um retardamento da autonomização familiar. Contudo, temos a realçar que, em termos de género, surgiu uma evidência importante: as raparigas demonstraram casar com uma idade média ligeiramente superior à idade média nacional do género feminino (26,2 anos e 26,1 anos, respectivamente), reduzindo-se, na população que estudámos por relação ao contexto português, a diferença entre a idade ao casamento dos homens e das mulheres (1,2 anos e 1,7 anos, respectivamente). Assim sendo, parece ser de concluir que o prolongamento do tempo de escolarização teve algum impacto sobre as estratégias de conjugalidade das diplomadas da nossa amostra, no



sentido do seu retardamento, contrariando a tendência global. Por outro lado, detecta-se ao nível deste indicador, uma diferença clara entre os diplomados com base na origem social, com os oriundos das classes dirigentes a acusarem um retardamento comparativamente com os provenientes das classes médias e populares.

Acresce ainda, do ponto de vista da temporalidade dos acontecimentos, que o processo de passagem à conjugalidade não foi automático, não tendo coincidido com os meses seguintes à conclusão do curso. Tendo ocorrido de forma dominante depois da inserção no sistema de trabalho, notou-se, contudo, uma maior rapidez, novamente, entre os diplomados das classes médias e populares, por comparação com os diplomados originários da classe dirigente. Quanto ao género, constatámos existir um maior peso das diplomadas que casaram em intervalos de tempo mais curtos, quando comparadas com os seus colegas do género masculino. Ora, este factor leva-nos a considerar que, apesar do que observamos relativamente à idade das raparigas ao casamento, mantém-se nestas uma perspectiva tradicionalista da inserção familiar, do ponto de vista da sua etapização, consubstanciada na conclusão dos estudos (que, por serem prolongados, retiveram as diplomadas à margem do mercado matrimonial), seguida do casamento, tão rápido quanto possível.

No que se refere às modalidades de passagem ao casamento, vimos como eram nitidamente enquadráveis num padrão tradicional, dada a reduzida percentagem de indivíduos que viveram em união de facto antes do casamento, e a elevada representatividade do casamento religioso. Contudo, acrescentamos agora que, em ambos os casos, registámos as mesmas clivagens entre as origens sociais e os géneros dos diplomados atrás referidas: os oriundos da classe dirigente, por oposição aos provenientes da classe média e da classe popular, e os homens, por oposição às mulheres, manifestaram maiores indícios de adesão a padrões menos tradicionais, na medida em que apresentam um maior peso da união de facto antes do casamento e uma menor percentagem de casamentos religiosos.

#### 1.4. Inserção social dos diplomados: a reduzida expressão da influência dos processos de inserção profissional sobre os processos de inserção familiar

De toda a análise que tem vindo a ser feita, evidencia-se, no nosso entender, a existência de padrões de inserção profissional e familiar diferenciados, e não uma tendência de sentido único.

Voltando a acentuar o carácter de tradicionalidade de que se parecem revestir as trajectórias dos diplomados, tanto no âmbito profissional, como no âmbito familiar, consideramos contudo que a tendência para uma quebra de tal padrão se fazia sentir de forma mais nítida no primeiro eixo, em função dos indicadores que para aí apontavam - precariedade contratual, desemprego, continuação dos estudos pós-graduados -, assumirem alguma expressão estatística. O principal factor diferenciador das trajectórias profissionais dos indivíduos residia na área de formação científica dos diplomas, objecto de uma valorização diferenciada por parte do sistema de emprego/trabalho.

Por seu turno, as trajectórias familiares dos indivíduos denunciavam menos claramente um sentido pouco tradicional, dado que os indicadores desta situação - algum retardamento na autonomização face à família de orientação, a união de facto, o não automatismo da passagem à conjugalidade - não revelaram grande expressão estatística. Neste caso, era a origem social a principal condição de variabilidade das trajectórias familiares, pelo universo de representações diferenciadas sobre a família e o casamento que em cada uma delas predomina e que se traduz na adopção de práticas distintas.

Globalmente, não se evidenciou, portanto, uma alteração significativa das configurações tradicionais das passagens à vida adulta, do ponto de vista da sua ordenação: frequência do sistema de ensino-formação, saída da escola, entrada no trabalho, entrada na conjugalidade.

Por outro lado, não ficou também claramente comprovada a influência, sobre os trajectos familiares, dos constrangimentos inerentes ao processo de inserção profissional, mas antes a preponderância, como vimos, dos condicionalismos de

ordem sócio-cultural, ligados à classe de origem dos diplomados e à sua pertença de género. Apesar disto, foi possível identificar alguns subgrupos em que essa influência se fez sentir de alguma forma, designadamente entre os indivíduos solteiros, conclusão a que chegamos por dois motivos.

O primeiro tem a ver com a expressão estatística dos indivíduos solteiros entre os diplomados de Ciências e também de Gestão, Planeamento e Comunicação, a qual, aparecendo associada à expressão estatística das trajectórias profissionais precárias, nos permite ligar, de alguma forma, o adiar da conjugalidade, no caso destas áreas, a uma certa instabilidade profissional. O segundo motivo releva do tipo de autonomia financeira constatada entre os indivíduos solteiros, embora as suas percepções nos indiquem que a manutenção desse estado civil só moderadamente está relacionada com a falta de estabilidade profissional e com a falta de condições financeiras, estando ainda menos dependente do grau de absorvência com que as actividades profissionais os ocupam. Contudo, vimos como a autonomia residencial e financeira destes indivíduos eram limitadas. Mesmo com alguma determinação da origem social e da pertença de género, como vincámos já nestas conclusões, ficou também demonstrado, na análise dos dados, como os diplomados solteiros que apresentavam situações mais fragilizadas no sistema de emprego/trabalho - os desempregados, os bolseiros de investigação, os trabalhadores com contratos a termo ou com recibo verde e os que auferiam quantias menos elevadas por mês - eram aqueles que apresentavam maior dependência face às suas famílias de orientação.

Finalmente, resta-nos sublinhar a ideia de que, relativamente à influência das características da inserção profissional sobre os percursos de inserção na conjugalidade, não se tendo detectado uma relação clara entre a estabilização das trajectórias profissionais e a estabilização das trajectórias familiares, a origem social terá sido a condicionante fundamental no desenho destas trajectórias. Esta conclusão viu-se reforçada pelas opiniões dos diplomados relativamente ao peso que os factores profissionais tiveram sobre a escolha do momento para encetar a conjugalidade. Com efeito, quer os diplomados casados, quer os que viviam em união de facto em 2003, não pareciam valorizar em alto grau a estabilidade

profissional para a ocorrência desse acontecimento, sendo certo, contudo, que a importância desse factor foi ligeiramente mais acentuada entre os indivíduos com trajectos centrados no casamento.

Na sequência do que ficou escrito, e para finalizar a análise dos principais resultados da investigação, consideramos que na diferenciação dos percursos de conjugalidade dos indivíduos, designadamente no que se refere à opção entre o casamento e a união de facto, pesaram de forma clara os condicionalismos de ordem sócio-cultural, nomeadamente a visão sobre os papéis sociais dos géneros e a origem social, que se sobrepuseram, quanto a nós, aos condicionalismos gerados pelos processos de inserção profissional.

## **2. Principais contributos do estudo**

No nosso entender, um dos contributos deste trabalho situa-se no âmbito do avanço do conhecimento e reside na perspetivação conjunta da inserção profissional e da inserção familiar enquanto eixos estruturantes da passagem dos diplomados à autonomia social, na tentativa de obter uma imagem mais global sobre a vida dos sujeitos, que não é fragmentada. Apesar das limitações que este objecto de estudo comporta, e que apontaremos em seguida, trata-se de uma abordagem inovadora, pertinente e que, por ser abrangente, poderá eventualmente abrir pistas para trabalhos futuros, como anteriormente explicitámos.

Por outro lado, consideramos que esta investigação vem também ajudar a perspectivar as relações entre a Universidade e o Sistema Social de uma forma crítica e problematizada, por duas razões interligadas.

Por um lado, permitiu relativizar os discursos negativistas e fatalistas de alguns meios de comunicação social acerca dos processos de inserção profissional dos diplomados, na medida em que, como ficou comprovado junto da população que estudámos, esses processos são globalmente positivos, embora com tendências para a precariedade. Naturalmente, não pretendemos com isto generalizar os

resultados deste trabalho para conjuntos mais vastos, nem ignoramos uma eventual desactualização face à sociedade actual, mas consideramos que investigações de carácter científico, como esta, contribuem para esclarecer a opinião pública em geral, os actuais e futuros estudantes do ensino superior universitário acerca dos factores em jogo na inserção profissional dos diplomados universitários.

Decorrente do aspecto anterior, temos a assinalar que, na realidade, os processos de inserção profissional não são idênticos para todos os diplomados, mas diferenciados em termos da área científica do diploma, pelo que pensamos ter contribuído para desmistificação da ideia de que os diplomados da Universidade constituem um grupo homogéneo, experimentando de forma unívoca o mesmo tipo de passagens para o mundo do trabalho. Esta valorização diferenciada das áreas científicas no sistema de emprego/trabalho constitui, na nossa óptica, um problema impeditivo não só de transições profissionais mais bem sucedidas, do ponto de vista individual, como do próprio desenvolvimento do nosso país. Com efeito, parece-nos que é fundamental um maior equilíbrio no valor das diferentes áreas de formação universitária, numa perspectiva de desenvolvimento sustentado a longo prazo.

### **3. Limitações do estudo e pistas para futuras investigações**

Como qualquer outro trabalho de investigação, também este apresenta algumas limitações, as quais passamos a referir.

Apesar de pertinente, dada a escassez de estudos portugueses equacionando simultaneamente os processos de inserção profissional e familiar dos jovens diplomados do ensino superior universitário, a abrangência do objecto de estudo desta investigação determinou a opção por um enquadramento teórico em que se privilegiou a abordagem selectiva de um conjunto de problemáticas. Deste ponto de vista, ficou-nos a sensação de que poderiam ter sido analisadas muitas outras referências teóricas, como teria sido possível se o objecto de estudo fosse mais

circunscrito. Não se trata, na nossa opinião, do desenvolvimento teórico ser insuficiente ou deficientemente aprofundado, mas simplesmente do facto de não ser exaustivo, por implicar o conhecimento da realidade social em dimensões tão diferenciadas e o recurso a distintas áreas do saber.

Por outro lado, esta complexidade associada ao objecto de estudo repercutiu-se numa complexificação e extensão da própria análise dos dados, pelo que alguns indicadores inicialmente ponderados e incluídos no inquérito por questionário administrado aos diplomados acabaram por não ser incluídos na análise final, com o intuito de não aumentar a entropia e de evitar uma eventual perda do sentido global dos dados. Tendo-nos centrado, portanto, nas dimensões que nos pareceram fulcrais para o objecto de estudo, deixámos por abordar, por exemplo, o caso das situações de parentalidade, vertente cuja análise seria interessante ter a oportunidade de aprofundar no futuro, no âmbito de outros projectos de investigação.

Uma outra limitação a este trabalho que não podemos ignorar está relacionada com o facto de que, tendo decorrido quase quatro anos sobre a recolha dos dados, e dada a rapidez das mutações sociais, os resultados obtidos e a análise subsequente estarão previsivelmente desadequados da realidade actual, problema que, todavia, não deixa de ser uma constante no âmbito da investigação nas Ciências Sociais. Por este motivo, pensamos fazer todo o sentido dar continuidade a esta investigação, na tentativa de perceber em que medida as características e condicionalismos dos trajectos de inserção social dos jovens vieram a transformar-se e eventualmente aprofundando separadamente, ou seja, em investigações distintas, os dois eixos desses processos, de forma a obter uma compreensão mais apurada e actualizada de cada um deles.

Na sequência desta sugestão, uma outra nos parece pertinente. Com efeito, se a opção metodológica por uma análise hipotético-dedutiva, centrada na administração do inquérito por questionário, se revelou adequada aos nossos objectivos de caracterizar os processos colectivos de inserção social, procurando as suas determinações estruturais, não deixámos de sentir, ao longo da análise, que outras dimensões devem ser levadas em conta, particularmente no âmbito da

inserção familiar, onde as dinâmicas identificadas não decorrem apenas, de forma mecânica das determinações macro. Quer isto dizer que, relativamente às práticas sociais referentes à família e ao casamento, entre as determinações sociais e as interações sociais encontra-se “um nível intermédio onde, embora se reconheçam claramente os traços do estatuto social, se nota também autonomia relativa, normas culturais específicas, que assumem contornos particulares ao regular a vida familiar” (Torres, 2001). Em função destas observações, pensamos que poderia ser útil, em futuras investigações, a complementaridade, com o inquérito por questionário, de outras técnicas de investigação que permitissem avaliar estas dimensões, como seria o caso de entrevistas semi-estruturadas ou em profundidade.





## BIBLIOGRAFIA

---



AA.VV (1998), **Portugal, Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2000 - 2006, Diagnóstico Prospectivo**. Lisboa: MEPAT

Aboim, Sofia (2003), “Evolução das estruturas domésticas”, **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 43, pp. 13-30

Aboim, Sofia (2006), **Conjugalidades em mudança**. Lisboa: ICS

Aboim, Sofia e Wall, Karin (2002), “Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos”, **Análise Social**, Volume XXXVII, nº 163, pp.475-506

Adler, Marina (2004), “Child-free and unmarried: chances in the life planning of young east german women”, **Journal of Marriage and Family**, 66, pp.1170-1179

Alaluf, Mateo (1986), **Le temps de Labeur**. Bruxelas: Editions de l'Université de Bruxelles

Almeida, Ana Nunes de (2003), “Família, conjugalidade e procriação: valores e papeis”, in Jorge Vala (Org.), **Atitudes Sociais dos Portugueses: valores sociais - mudanças e contrastes**. Lisboa: ICS

Almeida, Ana Nunes de; Guerreiro, Maria das Dores (1993), “A família”, in Luís de França, Portugal, **Valores Europeus, Identidade Cultural**. Lisboa: IED

Almeida, Ana Nunes de; Guerreiro, M<sup>a</sup> Dores; Lobo, C.; Torres, Anália; Wall, Karin (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, Viegas, J. M.; Costa, A. F. (Orgs), **Portugal, que Modernidade**. Oeiras: Celta Editora

Almeida, Ana Nunes de; André, Isabel Margarida; Lalanda, Piedade (2002), “Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal”, **Análise Social**, Volume XXXVII, nº 163, pp.371-409

Almeida, João Ferreira de; Costa, António F.; Machado, Fernando L. (1988), “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 4, pp. 11-44

Almeida, João Ferreira de; Ávila, Patrícia; Casanova, José L.; Costa, António F.; Machado, Fernando L.; Martins, Susana C.; Mauritti, Rosário (2003), **Diversidade da Universidade: um inquérito aos estudantes de licenciatura**. Oeiras: Celta Editora

Alves, Mariana Gaio (2001) “A inserção profissional de diplomados da FCT/UNL: abordagens teóricas e representações de empregadores e recém-licenciados”, Gonçalves, Albertino; Almeida, Leandro de; Vasconcelos, Rosa; Caíres, Susana (Orgs), **Da Universidade para o Mundo do Trabalho**. Braga: Universidade do Minho

Alves, Mariana Gaio (2003), **A Inserção Profissional de Diplomados de Ensino Superior numa Perspectiva Educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia**. Tese de Doutoramento

Alves, Mariana Gaio (2005), “Trajectórias de inserção profissional: uma música sem maestro?”, **Congresso Internacional Representações Sociais, Competências e Trajectórias Profissionais**. Aveiro: Universidade de Aveiro (CDRom)

Alves, Natália (2000), **Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados (1994-98)**. Lisboa: Universidade de Lisboa

Alves, Natália (2001), “ Da universidade para o mundo do trabalho: uma inserção rápida mas na precariedade”, Gonçalves, Albertino; Almeida, Leandro de; Vasconcelos, Rosa; Caíres, Susana (Orgs), **Da Universidade para o Mundo do Trabalho**. Braga: Universidade do Minho

Amaral, Alberto; Magalhães, António (2000), “O conceito de stakeholder e o novo paradigma do ensino superior”, **Revista Portuguesa de Educação**, Vol.13, nº 2

Ariès, Phillipe (1973), **A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime**. Lisboa: Relógio D'Água

Aron, Raymond (1991), **As etapas do pensamento sociológico**. Lisboa: D. Quixote

Arroteia, Jorge Carvalho (1996), **O Ensino Superior em Portugal**. Aveiro: Universidade de Aveiro

Arroteia, Jorge Carvalho (2002), **O Ensino Superior Politécnico em Portugal**. Aveiro: Universidade de Aveiro

Arroteia, Jorge Carvalho (2004), **Da Regulação do Ensino Superior**. Aveiro: Universidade de Aveiro

Arroteia, Jorge Carvalho; Martins, António Maria (1998) **Inserção Profissional dos Diplomados pela Universidade de Aveiro: trajectórias académicas e profissionais**. Aveiro: Universidade de Aveiro

Arrow, J. K. (1973), "Higher education as a filter", **Journal of Public Economics**. Julho

Ashton, David (1990), **Reestructuring the Labour Market: the implications to youth**. **Londres**: Cambridge Studies en Sociology

Aubert, Francis; Sylvestre, Jean-Pierre (1998) "L'insertion socioprofessionnelle des jeunes en milieu rural" in Bernard Charlot e Dominique Glasman (Dirs.) **Les Jeunes, L'Insertion, L'Emploi**. Paris: Presses Universitaires de France

Azouvi, A. (1980), "Théorie et pseudo-théorie: le dualisme du marché du travail", **Critique de L'Économie Politique**, nº 15

Balsa, Casimiro; Simões, José Alberto; Nunes, Pedro; Carmo, Renato; Campos, Ricardo (2001), **Perfil dos Estudantes do Ensino Superior, Desigualdades e Diferenciação**. Lisboa: CEOS/Edições Colibri

Barata, Oscar Soares (1975), **Introdução às Ciências Sociais, Volume II**. Lisboa: Bertrand

Barnett, Ronald (2003), **Beyond All Reason, Living with Ideology in the University**. Buckingham e Philadelphia: SRHE/Open University Press

Barquero, António Vázquez (1999), **Desarrollo, Redes e Innovación. Lecciones sobre Desarrollo Endógeno**. Madrid: Ediciones Pirâmide

Baudelot, Christian; Establet, Roger (1971), **L'École Capitaliste en France**. Paris: Maspero

Bauman, Zygmunt. (1995), **Life in Fragments, Essays in Post-Modern Morality**. Cambridge: Blackwell

Bauman, Zygmunt. (2001), **The Individualised Society**, Cambridge, Polity Press.

Beck, Ulrich (1992). **Risk Society, Towards a New Modernity**. Londres: Sage

Beck, Ulrich (1994), "The reinvention of politics: towards a theory of reflexive modernization", in Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash (Org.), **Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order**, Cambridge, Polity Press.

Beck, Ulrich; Beck-Gernsheim, E.(2002), **Individualization**. Londres: Sage

Becker, Gary S. (1964), **Human Capital, a Theoretical and Empirical Analysis wiht Special Reference to Education**. Chicago: The University of Chicago Press

Bell, Daniel (1974), **The Coming of Postindustrial Society**. Harmondsworth: Penguin

Bolter, Jay D. (1993), "O computador como tecnologia definidora de uma era", Tom Forester (org.), **Informática e Sociedade: evolução ou revolução?** Vol.I. Lisboa: Edições Salamandra, pp.59-69

Boudon, Raymond (1973), **L'Inégalité des Chances: la mobilité sociale dans les sociétés industrielles**. Paris: Armand Colin

Bouffartigue, Paul; Lagree, J.C.; Rose, J.(1989), "Jeunes: de l'emploi aux modes de vie, points de vue sur un champ de recherché", **Formation-Emploi**, nº26

Bourdieu, Pierre (1977), Cultural reproduction and social reproduction, Karabel, Jerome e Halsey, A.H., **Power and Ideology in Education**. Nova Iorque: Oxford University Press

Bourdieu, Pierre (1979), **La Distinction. Critique sociale du jugement**. Paris: Minuit

Bourdieu, Pierre (1980) "La jeunesse n'est qu'un mot", Pierre Bourdieu, **Questions de Sociologie**. Paris: Éditions de Minuit

Bourdieu, Pierre (1998), **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Editora Vozes

Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude (1964), **Les Héritiers**. Paris: Minuit

Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude (1970), **La Reproduction**. Paris: Minuit

Boyer, Robert (1980), "Rapport salarial et analyses en terme de régulation - une mise en rapport avec les théories de la segmentation du marché du travail", **Economie Appliquée**, Tome XXXIII, nº 2, pp. 491-509

Boyer, Robert (1987), **La Flexibilité du Travail en Europe**. Paris: Ed. La Découverte

Bowles, Samuel; Gintis, Herbert (1977), "I.Q. in the U.S. class structure", in Karabel, Jerome; Halsey, A.H., **Power and Ideology in Education**. Nova Iorque: Oxford University Press

Braga da Cruz, Manuel; Seruya, José M.; Reis, Luísa B.; Schmidt, Luísa (1984) "A condição social da juventude portuguesa", **Análise Social**, Volume XX, nº 81-82

Brennan, John; Kogan, Maurice; Teichler, Ulrich (1996), **Higher Education and Work**. Londres e Bristol: Jessica Kingsley Publishers

Bricall, Josep M. (1998), "Participación de la sociedad en las universidades" in Jaume Porta e Manuel Lladonosa (Coords.), **La Universidad en el cambio de siglo**. Madrid: Alianza Editorial

Bryant, Susan (2000), "At home on the electronic frontier: work, gender and the information highway", **New Technology, Work and Employment**, 15 (1), pp. 19-33

Burgen, Arnold (1996), **Goals and Purposes of Higher Education in the 21<sup>st</sup> Century**. Londres e Bristol: Jessica Kingsley Publishers

Burgess, Ernest; Locke, M.J.; Thomas, M. (1960), **The Family from Institution to Companionship**. Nova Iorque, American Book

Cabrito, Belmiro G. (2000), "Os estudantes universitários e o papel do Estado na produção do ensino superior", **Revista Portuguesa de Educação**, Volume 13, nº 2

Carnoy, Martin (1981), "La segmentation des marchés du travail", Institut International de Planification de l'Education, **Education, Travail et Emploi** (Volume II). Paris: Unesco

Carrilho, Manuel Maria (1993) "Universidade: comunicar e conversar", **Colóquio Educação e Sociedade**, nº3. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Carrilho, Maria José; Patrício, Lurdes (2004), "A situação demográfica recente em Portugal", **Revista de Estudos Demográficos**, nº 36, pp. 127-151

Carvalho, Rómulo (1986), **História do Ensino em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Casey, James (1996), **História da Família**. Lisboa: Círculo de Leitores

Castel, Robert (1996), "Work and usefulness to the world", **International Labour Review**, V. 135, nº 6, pp. 615 - 622.

Castellan, Ivonne (1996), **La Famille**. Paris: Presses Universitaires de France

Castells, Manuel (2005). **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Volume I, A Sociedade em Rede**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Castro, Alberto; Gonzales, M. Pilar; Osório, António (1997) "Qualificações no meio empresarial português (1985-1994): o que mudou após a integração europeia?", **Economia e Prospectiva**, I, 1, Abril/Junho



Cerdeira, M<sup>a</sup> Conceição (2004), “Relações laborais e emprego”, **Sociologias**, ano 6, n<sup>o</sup> 12, pp. 106 - 140

Cerdeira, M<sup>a</sup> Conceição, Falcão Casaca, Sara; Santos, M<sup>a</sup> João; Silva, José Luís; Sousa, M<sup>a</sup> Teresa; Santos, M<sup>a</sup> Rosário (2000), **As Novas Modalidades de Emprego**. Lisboa: Comissão Interministerial para o Emprego e Direcção Geral do Emprego e Formação Profissional

Cerdeira, M<sup>a</sup> Luísa Machado (1999), **Da Contribuição das Instituições de Ensino Superior para o Desenvolvimento de uma Região - Alentejo, o caso dos diplomados do ensino superior - ano lectivo de 1994/95**. Tese de Mestrado

CEREQ (1999), “Niveau de formation et marché du travail: l’Europe des contrastes”, **Bref**, n<sup>o</sup> 151

Charle, Christophe; Verger, Jacques (1996) **História das Universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista

Charlot, Bernard; Glasman, Dominique (dirs)(1998), **Les Jeunes, L’Insertion, L’Emploi**. Paris: Presses Universitaires de France

Cherkaoui, Mohamed (1986), **Sociologia da Educação**. Lisboa: Publicações Europa-América

Cherlin, Andrew (2004), “The deinstitutionalization of american marriage and family”, **Journal of Marriage and Family**, 66, pp. 848-861

Chiavenato, Idalberto (1983), **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil

Coleman, James S.; Husén, Torsten (1985), **Tornar-se Adulto numa Sociedade em Mutação**. Porto: Edições Afrontamento

Collins, Randall (1977), "Functional and conflict theories of educational stratification", in Jerome Karabel e A.H. Halsey (eds) **Power and Ideology in Education**. New York: Oxford University Press

Comissão Europeia (2003), **Employment in Europe 2003, Recent Trends and Prospects**. Luxemburgo: Gabinete de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Conceição, Pedro; Durão, Diamantino; Heitor, Manuel V.; Santos, Filipe (1998), **Novas Ideias para a Universidade**. Lisboa: Instituto Superior Técnico

Corcuff, Philippe (1997), **As Novas Sociologias**. Sintra: Distribuidora Editora Vral, Lda

Correia, António Damasceno (2003), **A Flexibilidade nas Empresas**. Lisboa: Edições Sílabo

Correia, Fernanda; Amaral, Alberto; Magalhães, António (2002), **Diversificação e Diversidade dos Sistemas de Ensino Superior. O Caso Português**. Lisboa: Conselho Nacional de Educação

Correia, José Alberto (1997) “Formação e trabalho: contributos para uma transformação dos modos de os pensar na sua articulação”, in Rui Canário (Org.) **Formação e Situações de Trabalho**. Porto: Porto Editora

Cortesão, Luísa (1981), **Escola, Sociedade, que Relação?** Porto: Edições Afrontamento

Costa, António Firmino; Machado, Fernando L.; Almeida, João F. (1990), “Estudantes e amigos: trajetórias de classe e redes de sociabilidade”, **Análise Social**, nº 105/106, pp. 193-221

Costa, António Firmino; Almeida, João F.; Machado, Fernando L. (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in Reis, António. (Coord.), **Portugal, 20 anos de Democracia**. Lisboa: Círculo dos Leitores

Costa, António Firmino; Mauritti, Rosário; Martins, Susana da Cruz; Machado, Fernando L.; Almeida, João F. (2000), “Classes sociais na Europa”, **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 34, pp. 9-46

Costa, João Vasconcelos (2001), **A Universidade no seu Labirinto**. Lisboa: Editorial Caminho

Costa, Jorge A.; Neto-Mendes, António; Ventura, Alexandre (2002), **Avaliação de Organizações Educativas**. Aveiro: Universidade de Aveiro

Crozier, Michel; Friedberg, Erhard (1977), **L'Acteur et le Système**. Paris: Éditions du Seuil

Dahrendorf, Ralf (1995), **A Quadratura do Círculo**. Lisboa: Edições 70

Dandurand, Renée B. (1990), "Un univers familial en changements", **Cahiers de Recherche Sociologique**, nº 14. Documento obtido na Internet :

[http://classiques.ucaq.ca/contemporains/b\\_dandurand\\_renee/univers\\_familial/univers\\_fam\\_changement.pdf](http://classiques.ucaq.ca/contemporains/b_dandurand_renee/univers_familial/univers_fam_changement.pdf), (13/04/2004)

Dandurand, Renée B. (1992), "La famille n'est pas une île. Changements de société et parcours de vie familiale", in Gérard Daigle e Guy Rocher (Dir.) **Le Québec en Jeu. Comprendre les Grands Défis**. Montréal: Presses Universitaires de Montréal. Documento obtido na Internet :

[http://classiques.ucaq.ca/contemporains/b\\_dandurand\\_renee/famille\\_une\\_ile/famille\\_une\\_ile.pdf](http://classiques.ucaq.ca/contemporains/b_dandurand_renee/famille_une_ile/famille_une_ile.pdf), (13/04/2004)

Denison, Edward F. (1962), **The Sources of Economic Growth in the United States and the Alternatives Before Us**. New York: Committee for Economic Development

DETEFP/MTS (2001) "Inquérito ao emprego estruturado - 2001", **Estatísticas de Síntese**. Documento obtido na Internet: <http://www.detefp.pt> (10/09/2004)

DGEEP/MTSS (2005), **Plano Nacional de Emprego para 2005-2008**. Documento obtido na Internet : <http://www.dgeep.mtss.gov.pt/estudos/pne/pne2005.pdf> (11/11/2005)

Dias, Ivo A. (1998), "A participação como condição de sucesso em processos de mudança", VII Encontro Nacional da APSIOT, **Formação, Trabalho e Tecnologia: para uma nova cultura organizacional**. Oeiras: Celta Editora, pp. 177 - 188

Duarte, Isabel (1999), "As relações entre a educação e o emprego dos diplomados do ensino superior - breve caracterização dos matriculados e diplomados". Lisboa: INOFOR

Dubar, Claude (1991), **La Socialisation, Construction des Identités Sociales et Professionnelles**. Paris: Armand Colin

Dubar, Claude (1992), "Formes identitaires et socialisation professionnelle", **Revue Française de Sociologie**, XXXIII, 505-529

Durkheim, Émile (1888), "Introduction à la sociologie de la famille", **Annales de la Faculté de Lettres de Bordeaux**. Documento obtido na Internet :  
<http://www.relst.uiuc.edu/faculty/rajones/durkheim/Texts/1888c.html> (10/09/2004)

Durkheim, Émile (1892), "La famille conjugale". Documento obtido na Internet :  
<http://www.relst.uiuc.edu/faculty/rajones/durkheim/Texts/1888c.html> (10/09/2004)

Elkind, David (1994), **Ties That Stress: the new family imbalance**. Cambridge: Harvard University Press

Engels, Friedrich (1980), **A Origem da Família, da Propriedade e do Estado**. Lisboa: Editorial Presença Lda

Erickson, Erik (1972), **Identidade, Juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores

Erickson, Erik (1976), **Infância e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores (2ª edição)

Espejo, Maria Isabel Garcia (1998), **Recursos Formativos e Insércion Laboral de Jóvenes**. Madrid: Siglo XXI de España Editores

Esteves, António Joaquim (1988), "Transition au travail: éléments et perspectives", in Gonçalves, António C. (Org.) **La Sociologie et Les Nouveaux Défis de la Modernization**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Esteves, António Joaquim (1995) **Jovens e Idosos: família, escola e trabalho**. Porto: Edições Afrontamento

Etzkowitz, Henry (1990), "The second academic revolution: the role of research university in economic development" in Susan Cozzens (Org), **The Research System in Transition**. Dordrech: Kluwer

Eurostat (2002), **Labour Force Survey**. Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities

Evans, Karen M. (1998) **Shaping Futures - learning for competence and citizenship**. Aldershot: Ashgate

Falcão Casaca, Sara (2005), "Flexibilidade, trabalho e emprego. Ensaio de conceptualização", **Socius Working Papers**, nº 10. Documento obtido na Internet: <http://pascal.iseg.utl.pt/socius/index.htm>

Faria, Jorge M. A. (1999), "Novas tecnologias e mudança organizacional", **Organizações e Trabalho**, nº 21, pp. 67-80

Fernandes, António Teixeira (1983), **O Social em Construção**. Porto: Figueirinhas

Ferreira, Pedro Moura (2003), "Tendências e modalidades da conjugalidade", **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº43, pp. 67-82

Ferreira, Pedro Moura; Aboim, Sofia (2002), "Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento", **Análise Social**, nº163, pp.411-446

Figueiredo, Alexandra; Silva, Catarina L.; Ferreira, Vítor S. (1999), **Jovens em Portugal: análise longitudinal de fontes estatísticas (1960-1997)**. Oeiras: Celta Editora

Fitoussi, Jean-Paul ; Rosanvallon, Pierre (1997), **A Nova Era das Desigualdades**. Oeiras: Celta Editora

Flandrin, Jean-Louis (1975), **Les Amours paysannes. Amour et sexualité dans les campagnes**. Paris: Gallimard

Galland, Olivier (1991), **Sociologie de la Jeunesse**. Paris: Armand Colin

Galland, Olivier (2001) “Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations”, **Revue Française de Sociologie**, pp. 4-24

Gambier, Dominique e Vernières, Michel (1982), **Le Marché du Travail**. Paris: Económica

Giddens, Anthony (1984), **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Lisboa: Editorial Presença

Giddens, Anthony (1987), **La Constitution de la Société**. Paris: Presses Universitaires de France

Giddens, Anthony (1994), “Living in a post-traditional society”, in Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash, **Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order**, Cambridge, Polity Press.

Giddens, Anthony (1995), **Transformações da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Oeiras: Celta Editora

Giddens, Anthony (2002), **Runaway World, How Globalisation is Reshaping our lives**. Londres: Profile Books Ltd

Gittins, Diana (1993), **The Family in Question. Changing households & familiar ideologies**. Londres: The MacMillan Press Ltd

Gonçalves, Albertino (2001), **As Asas do Diploma**. Braga: Universidade do Minho

Gonçalves, Albertino; Almeida, Leandro de; Vasconcelos, Rosa; Caíres, Susana (Orgs) (2001), **Da Universidade para o Mundo do Trabalho**. Braga: Universidade do Minho

Gonçalves, Carlos Manuel (2000), “Emprego e desemprego em Portugal: algumas notas de reflexão”, **IV Congresso Português de Sociologia, Sociedade Portuguesa, Passados Recentes, Futuros Próximos**. Documento obtido na Internet : [http://www.aps.pt/ivcong\\_actas/Acta010.pdf](http://www.aps.pt/ivcong_actas/Acta010.pdf) (21/07/2002)

Gonçalves, Carlos Manuel; Parente, Cristina; Veloso, Luísa (1998) “Os jovens, a formação profissional e o emprego: resultados de uma investigação internacional”, **Sociologia**, 8

Gonçalves, Manuela Bento (1998), **Jovens, Educação e Trabalho: contributos para a análise dos percursos sócio-profissionais de diplomados universitários**. Tese de mestrado

Gonçalves, Manuela Bento (2002), “Os jovens e a inserção profissional: mutações de realidade e de problemática”, in Costa, Jorge A.; Neto-Mendes, António A.; Ventura, Alexandre (Orgs.), **Avaliação de Organizações Educativas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp.371-382

Gonçalves, Manuela (2004), “Conjugalidade e contextos de escolarização: os diplomados universitários”, **Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades contemporâneas: reflexividade e acção**. Documento obtido na Internet : <http://www.aps.pt/congresso/ateliers-pdfs.htm> (20/05/2005)

Goode, William (1969), **Revolução Mundial e Padrões de Família**. São Paulo: Companhia Editora Nacional

Gorz, André (1997), **Misères du Présent, Richesse du Possible**. Paris: Ed. Galiée

Gough, Kathleen (1977), “A origem da família”, in Lévi-Strauss, Claude; Gough, Kathleen; Spiro, Melford, **A Família como Instituição**. Porto: Rés Editora

Grácio, Sérgio (1986), **Política Educativa como Tecnologia Social. As Reformas do Ensino Técnico de 1948 a 1983**. Lisboa: Livros Horizonte

Grácio, Sérgio (1997a), **Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais**. Lisboa: Educa

Grácio, Sérgio (1997b), “A mobilidade social revisitada”, **Sociologia, Problemas e Práticas**, 24

Grácio, Sérgio (2001), “Sondagem ao mercado de emprego dos quadros em 1989 e 1997”, **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 37, pp. 9-32

Grozelier, Anne Marie (1998), **Pour en Finir avec la Fin du Travail**. Paris : Ed. de l'Atelier

Guerreiro, Maria das Dores (2003), “Pessoas sós: múltiplas realidades”, **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº43, pp. 31-49

Guerreiro, Maria das Dores e Abrantes, Pedro (2005), “Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Volume 20, nº 58, pp. 157-175

Haecht, Anne Van (1992), **A Escola à Prova da Sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget

Harper, Susan (2003), “Changing families as european societies age”, **Archives Européenes de Sociologie**, XLIV, 2, pp.155 -184

Hortale, Virgínia Alonso; Mora, José-Ginés (2004), “Tendências das reformas da educação superior na Europa no contexto do processo de Bolonha”, **Educação e Sociedade**, vol.25, nº88, pp.937-960

Instituto Nacional de Estatística, **Séries Cronológicas**

Instituto Nacional de Estatística, **Estatísticas da Educação**

Instituto Nacional de Estatística, **Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1970, 1981 e 1991**

Instituto Nacional de Estatística (2002), **XIV Recenseamento Geral da população 2001 - Resultados Definitivos**. Lisboa: INE

Instituto Nacional de Estatística (2002), **O Envelhecimento em Portugal - situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas**. Lisboa: INE



Karabel, Jerome; Halsey, A.H. (orgs.) (1977), **Power and Ideology in Education**. Nova Iorque: Oxford University Press

Kaufmann, Jean-Claude (1993), **Sociologie du Couple**. Paris: Presses Universitaires de France

Kennedy, Paul (1993), **Preparing for the Twentieth First Century**. Nova Iorque: Random House

Kovács, Ilona (1994), “A participação no contexto de produtividade”, **Organizações e Trabalho**, nº 12, pp. 11-29

Kovács, Ilona (2001), “Sociedade da informação e a transformação do emprego”, António Brandão Moniz e Ilona Kovács (coords), **Sociedade da Informação e do Emprego**, Caderno de Emprego, nº 28. Documento obtido na Internet : [http://www.dgct.mts.gov.pt/doc\\_emprego/cadernos28.pdf](http://www.dgct.mts.gov.pt/doc_emprego/cadernos28.pdf) (16/06/2003)

Kovács, Ilona (2004), “Emprego flexível em Portugal”, **Sociologias**, ano 6, nº 12, pp.32 -67

Kovács, Ilona e Castillo, Juan José (1998), **Novos Modelos de Produção**. Oeiras: Celta Editora

Kovács, Ilona e Falcão Casaca, Sara (2004), “Formas flexíveis de trabalho e emprego no sector das tecnologias da informação e comunicação”, **Actas do V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção**. Documento obtido na Internet: <http://www.aps.pt/congresso/ateliers-pdfs.htm>

Laslett, Peter (1972), “Introduction: the history of the family”, in Peter Laslett e P. Wall (Orgs.), **Household and Family in Past Times**. Cambridge: Cambridge University Press

Leite, Sofia (2003a), “Famílias em Portugal: breve caracterização sócio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001”, **Revista de Estudos Demográficos**, nº 33, pp.23-38

Leite, Sofia (2003b), “A união de facto em Portugal”, **Revista de Estudos Demográficos**, nº 33, pp.23-38

Leite, Sofia (2004), “Breve sociografia das famílias reconstituídas portuguesas”, **Revista de Estudos Demográficos**, nº 35, pp.23-38

Lévi-Strauss, Claude (1977), “A família”, in Lévi-Strauss, Claude; Gough, Kathleen; Spiro, Melford, **A Família como Instituição**. Porto: Rés Editora

Machado, Fernando Luís; Costa, António F.; Almeida, João F. (1989), “Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 27/28

Machado, Fernando Luís; Ávila, Patrícia; Almeida, João F. (1995) “Origens sociais e estratificação dos cientistas”, in Jesuíno, Jorge Correia e outros (Orgs), **A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX**. Oeiras: Celta Editora

Machado, Fernando Luís; Costa, António F.; Mauritti, Rosário; Martins, Susana da Cruz; Almeida, João F. (2005), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 66, pp. 45-80

Magalhães, Maria da Graça (2003) “Quem vive só em Portugal”, **Revista de Estudos Demográficos**, nº 33, pp. 55-67

Mallet, Louis (1980), **Le Marché Local de Travail**. Paris: Centre Nationale de Recherche Scientifique

Mallet, Louis (1997), “Diplomes, compétence et marchés du travail en Europe”. **Revue Européene de Formation Professionnelle**, nº 12

Marques, Ana Paula (2006), **Entre o Diploma e o Emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros**. Porto: Edições Afrontamento

Marques, A. H. (1976), **História de Portugal**. Lisboa: Palas Editores

Martín Criado, Enrique (2002) “Juventud”, in **Diccionario Critico de Ciencias Sociales**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid

Martins, António Maria (1993), “A problemática da juventude em Portugal e as funções da escola enquanto instituição”, **Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação**, nº6. Aveiro: Universidade de Aveiro

Martins, António Maria (1996), **Escola e Mercado de Trabalho em Portugal: imperativos de mudança e limites de realização**. Tese de doutoramento

Martins, António Maria (1999), **Formação e Emprego numa Sociedade em Mutação**. Aveiro: Universidade de Aveiro

Martins, António Maria (2000), “As sociedades periféricas na recontextualização da economia mundial”, **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 32, pp. 147 - 157

Martins, António Maria (2001), “Trajectórias profissionais dos diplomados pela Universidade de Aveiro”, in Gonçalves, Albertino; Almeida, Leandro de; Vasconcelos, Rosa; Caíres, Susana (Orgs), **Da Universidade para o Mundo do Trabalho**. Braga: Universidade do Minho

Martins, António Maria; Arroteia, Jorge Carvalho (2002), “Os diplomados e a Universidade de Aveiro: contributos para uma avaliação”, in Costa, Jorge A.; Neto-Mendes, António; Ventura, Alexandre, **Avaliação de Organizações Educativas**. Aveiro: Universidade de Aveiro

Martins, António Maria; Arroteia, Jorge Carvalho; Gonçalves, M<sup>a</sup> Manuela Bento (2002), **Sistemas de (des)emprego: trajectórias de inserção**. Aveiro: Universidade de Aveiro

Martins, António Maria; Pardal, Luís António; Dias, Carlos (2005), “Ensino Técnico e Profissional e a persistência da cultura”, **Congresso Internacional Representações Sociais, Competências e Trajectórias Profissionais**. Aveiro: Universidade de Aveiro (CDRom)

Martins, Susana da Cruz (2005), “Portugal, um lugar de fronteira na Europa: uma leitura de indicadores socioeducacionais”, **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 49

Martins, Susana da Cruz; Mauritti, Rosário; Costa, António Firmino da (2005), **Condições Sócio-Económicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal**. Lisboa: Direcção Geral do Ensino Superior

Masjuan, Josep M. e outros (1996), **La Insercio Professional dels nus Titulats Universitaris**. Barcelona: Universidade Autònoma de Barcelona

Masuda, Yoneji (1984), **La Sociedad Informatizada como Sociedad Post-Industrial**. Madrid: Fundesco & Tecnos

Mauger, Gerard (1998), “Jeunesse, insertion et condition juvénile” in Bernard Charlot e Dominique Glasman (Dir.) **Les Jeunes, L’Insertion, L’Emploi**. Paris: Presses Universitaires de France

Mauritti, Rosário (2003a), “Caracterização e origens sociais”, in Almeida, João Ferreira de; Ávila, Patrícia; Casanova, José L.; Costa, António F.; Machado, Fernando L.; Martins, Susana C.; Mauritti, Rosário (2003), **Diversidade da Universidade: um inquérito aos estudantes de licenciatura**. Oeiras: Celta Editora

Mauritti, Rosário (2003b), “Processos de transição para a vida adulta”, in Almeida, João Ferreira de; Ávila, Patrícia; Casanova, José L.; Costa, António F.; Machado, Fernando L.; Martins, Susana C.; Mauritti, Rosário (2003), **Diversidade da Universidade: um inquérito aos estudantes de licenciatura**. Oeiras: Celta Editora

Mauritti, Rosário, Martins, Susana da Cruz e Costa, António F. (2004), “Classes sociais numa perspectiva comparada”: estruturas europeias actuais e instrumentos de análise”, **Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades contemporâneas: reflexividade e acção**. Documento obtido na Internet: <http://www.aps.pt/congresso/ateliers-pdfs.htm>

Mauss, Marcel (1973), **Sociologie et Anthropologie**. Paris: Presses Universitaires de France

Meireles-Coelho, Carlos (1998), **Educação no Século XIX**. Aveiro: Universidade de Aveiro

Michel, Andrée (1978) **Sociologia da Família e do Casamento**. Porto: Rés Editora

Morin, Edgar (1998), “Sobre la reforma de la Universidad”, in Jaume Porta e Manuel Lladonosa (coords.), **La Universidad en el Cambio de Siglo**. Madrid: Alianza Editorial

Morin, P. (1994), **La Grande Mutation du Travail et dl’Emploi**. Paris : Ed. d’Organisation

Murteira, Mário (2003), **Globalização**. Lisboa: Quimera

Naisbitt, John (1988), **Macrotendências**. Lisboa: Ed. Presença

Neto-Mendes, António A. (1999), **O Trabalho dos Professores e a Organização da Escola Secundária: individualismo e colegialidade numa perspectiva sócio-organizacional**. Tese de doutoramento

Neto-Mendes, António A.; Madeira, Rosa; Martins, António; Ribeiro, Cláudia; Laranjeiro, Joanne (2005), “As organizações escolares e a (re)produção das representações sociais que naturalizam o trabalho infantil (o caso dos professores)”, **Congresso Internacional Representações Sociais, Competências e Trajectórias Profissionais**. Aveiro: Universidade de Aveiro (CDRom)

Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger (2001), **Les Jeunes et le Travail, 1950 - 2000**. Paris: Presses Universitaires de France

Nilsen, Ann (1998), “Jovens para sempre?” **Sociologia, Problemas e Práticas**, 27

Nunes, Adérito Sedas (1980) **Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais

OCES (2005), **Evolução do Número de Diplomados no Ensino Superior, por distrito e por NUT II, 1998-2004**

OCES (2006), **Evolução do Número de Inscritos no 1º ano pela 1ª vez no Ensino Superior, por distrito e por NUT II, 1998-2005**

ODES (2001), **Apresentação do 1º Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior - Primeiros Resultados**. Documento obtido na Internet: [http://www.inofor.pt/calendário/result\\_odes.html](http://www.inofor.pt/calendário/result_odes.html) (05/10/2003)

Oliveira, Luisa (1994), “Entre emprego e desemprego: o dilema da inserção profissional” in APSIOT, **Novas Dinâmicas Socioeconómicas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Oliveira, Luisa (1998), **Inserção Profissional - o caso da reestruturação dos lanifícios da Covilhã**. Lisboa: Cosmos

Pais, José Machado (2001), **Ganchos, Tachos e Biscates, jovens, trabalho e futuro**. Porto: Ambar

Pardal, Luís António (1991), “A educação, a escola e a estratificação social”, **Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação**, nº1. Aveiro: Universidade de Aveiro

Pardal, Luís António e Correia, Eugénia (1995), **Métodos e Técnicas de Investigação Social**. Porto: Areal Editores

Pardal, Luís António; Martins, António M.; Dias, Carlos (2005), Alunos do ensino técnico-profissional em Portugal e em Moçambique: expectativas, níveis de satisfação e representação de profissões”, **Congresso Internacional Representações Sociais, Competências e Trajectórias Profissionais**. Aveiro: Universidade de Aveiro (CDRom)

Parsons, Talcott (1955a), “The american family: its relations to personality and the social structure”, in Parsons, Talcott; Bales, Robert F. (Orgs.), **Family, Socialization and Interaction Process**. New York: The Free Press.

Parsons, Talcott (1955b), "Family structure and the socialization of the child", in Parsons, Talcott; Bales, Robert F. (Orgs.), **Family, Socialization and Interaction Process**. New York: The Free Press.

Parsons, Talcott; Bales, Robert F. (1955a), "Levels of cultural generality and the process of differentiation", in Parsons, Talcott; Bales, Robert F. (Orgs.), **Family, Socialization and Interaction Process**. New York: The Free Press.

Parsons, Talcott; Bales, Robert F. (Orgs.) (1955b), **Family, Socialization and Interaction Process**. New York: The Free Press.

Pascual, Gabriel Ferraté (1998), "Universidad e nuevas tecnologías: el camino hacia la hiperuniversidad" in Jaume Porta e Manuel Lladonosa (coords.), **La Universidad en el cambio de siglo**. Madrid: Alianza Editorial

Paugam, Serge (2000), **Le Salarié de la Precarité**. Paris: Presses Universitaires de France

Peixoto, João (1989), "Ensino Superior em Portugal", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 27/28

Petit, André (1994), **Produção da Escola, Produção da Sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas

Pinto, José Madureira (1989), "Questões de metodologia sociológica" (Parte II), **Cadernos de Ciências Sociais**, nº1

Pinto, José Madureira (1991) "Considerações sobre a produção social de identidade", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 32

Piore, M.; Berger, S. (1980), **Dualism and Discontinuity in Industrial Societies**. Cambridge: Cambridge University Press

Pires, Eurico Lemos (1988), "A massificação escolar", **Revista Portuguesa de Educação**, 1 (1)

Pollert, Anna (1994), **Adiós a la Flexibilidad?** Madrid: Ministério de Trabalho e Segurança Social

Pombo, Olga (1999) “Universidade, regresso ao futuro de uma ideia”, in Cruzeiro, Maria Eduarda; Sanches, Maria Fátima; Valente, Maria Odete; Nabais, Nuno; Pombo, Olga, **Da Ideia de Universidade à Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa.** Documento obtido na Internet: <http://www.cie.fc.ul.pt/seminarioscie/universidade/opombo.htm> (23/09/2005)

Poulet, Pascale (1996), “Allongement de la scolarisation et insertion des jeunes: une liaison delicate”, **Économie et Statistique**, 10, 300

Quintanilla, Miguel A. (1998), “El reto de la calidad en las universidades” in Jaume Porta e Manuel Lladonosa (coords.), **La Universidad en el cambio de siglo.** Madrid: Alianza Editorial

Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (1992), **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva

Ransome, Paul (1999), **Sociology and the Future of Work, contemporary discourses and debates.** Aldershot: Ashgate

Rebelo, Glória (2002), “Nova cultura do trabalho e do emprego: que desafios para os actores sociais?”, **Dinâmia Working Paper**, nº2002/23. Documento obtido na Internet: <http://dinamia.iscte.pt/uploads/files/wp23-2002.pdf> (12/07/2004)

Rebelo, Glória (2003), “Trabalho independente em Portugal - risco ou empreendimento?” **Dinâmia Working Paper**, nº 2003/32. Documento obtido na Internet: <http://dinamia.iscte.pt/uploads/files/wp32-2003.pdf> (12/07/2004)

Reich, Robert (1993), **L'Économie Mondialisée.** Paris: Dunod

René, Levy; Widmer, Eric; Kellerhalls, Jean (2002), “Modern family or modernized family tradicionalism? Master status and the gender order in Switzerland”, **Electronic Journal of Sociology**, Vol. 6, nº 4. Documento obtido na Internet: <http://www.sociology.org/content/vol006.004/lwk.html> (05/12/2005)



Rifkin, Jeremy (1995), **The End of Work: the decline of the global labour force and the new post-market era**. Nova Iorque: J.P. Tacher e G.P. Putnam's Sons

Robins, Kevin; Webster, Frank (1988), "Athens without slaves or slaves without Athens? The Neurosis of Technology", **Sciences and Culture**, 3, pp.7-53

Rodrigues, M<sup>a</sup> João (1988). **O Sistema de Emprego em Portugal: crise e mutações**. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Rodrigues, M<sup>a</sup> João (1991), **Competitividade e Recursos Humanos: dilemas de Portugal na construção europeia**. Lisboa: Publicações D. Quixote

Rodrigues, M<sup>a</sup> João (2002), "O crescimento do emprego qualificado em Portugal", **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 40, pp. 151 -153

Rosa, Carmelo (1993), "Apontamentos para a evolução do conceito de universidade em Portugal" in **Colóquio Educação e Sociedade** (nº3). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Rose, Jose (1984) **En Quête d'Emploi. Formation, chômage, emploi**. Paris: Economica

Rose, Jose (1996), "L'Organisation des transitions professionnelles entre socialisation, mobilisation et recomposition des rapports de travail et d'emploi". **Sociologie du Travail**, 1, pp. 63-79

Rose, Jose (1997), "L'Accès a l'emploi des jeunes", **Céreq**, 120

Roussel, L. (1989), **La Famille incertaine**. Paris : Odile Jacob

Rowland, Robert (1997), **População, Família, Sociedade. Portugal, Séculos XIX-XX**. Oeiras: Celta Editora.

Sampaio, José João (2002), "Trabalho e emprego: em busca do paradigma perdido", **Organizações e Trabalho**, nº 27, pp. 39 -53

Santos, Boaventura de Sousa (1989), “Para uma Universidade de ideias”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 27/28

Santos, Boaventura de Sousa (1990), **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Porto: Edições Afrontamento

Santos, Boaventura de Sousa (1994), **Pela Mão de Alice, o Social e o Político na Pós-Modernidade**. Porto: Edições Afrontamento

Santos, Boaventura Sousa (2005), **Towards a New Common Sense**. Nova Iorque: Routledge

Santos, Maria João (2001), “Estratégias empresariais no pós-fordismo”, **Organizações e Trabalho**, nº 26, pp. 9-30

Saraceno, Chiara (1997), **Sociologia da Família**. Lisboa: Editorial Estampa

Saraceno, Chiara e Naldini, Manuela (2003), **Sociologia da Família**. Lisboa: Editorial Estampa

Schnapper, Dominique (1989), “Rapport à l’emploi, protection sociale et status sociaux”, **Revue Française de Sociologie**, XXXI

Schnapper, Dominique (1998), **Contra o Fim do Trabalho**. Lisboa: Terramar

Schultz, Theodore W. (1960), “Capital Formation by Education”, **Journal of Political Economy**, Dezembro

Schultz, Theodore W. (1977), “Investment in human capital”, in Karabel, Jerome; Halsey, A.H. (eds), **Power and Ideology in Education**. Nova Iorque: Oxford University Press

Scott, Peter (1998), “Massification, internationalization and globalization” in Peter Scott (ed), **The Globalization of Higher Education**. Buckingham: Open University Press/SRHE

Segalen, Martine (1996), **Sociologia da Família**. Lisboa: Terramar

Segalen, Martine (1999), “A revolução industrial: do proletário ao burguês”, in André Burguière; Christiane Klapisch-Zuber; Martine Sealen; Françoise Zonabend (Dir.) **História da Família, 4ª Volume, O Ocidente: Industrialização e Urbanização**. Lisboa: Terramar

Seixas, Ana Maria (2000), “O ensino superior privado em Portugal: políticas e discursos”, **Revista Portuguesa de Educação**, Volume 13, nº 2

Serra, Helena (1998), “Tecnologias da informação, emprego e organização do trabalho”, VII Encontro Nacional da APSIOT, **Formação, Trabalho e Tecnologia: para uma nova cultura organizacional**. Oeiras: Celta Editora, pp. 39-50

Sgritta, Giovanni (2003), “Family and welfare systems in the transition to adulthood: an emblematic case study” . Documento obtido na Internet: [http://europa.eu.int/comm/employment\\_social/eoss/downloads/milan\\_sgritta\\_eu.pdf](http://europa.eu.int/comm/employment_social/eoss/downloads/milan_sgritta_eu.pdf) (17/11/04)

Shorter, Edward (1975), **A formação da família moderna**. Lisboa: Terramar

Silva, Clovis Pereira da (1998), “A Matemática no Brasil. Uma História de seu Desenvolvimento”. Academia Colombiana de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales. Documento obtido na Internet: <http://www.accefyn.org.co/PubliAcad/Clovis/cap1/cap1.html> (26/09/2005)

Simão, José Veiga; Costa, António Almeida (2000), **O Ensino Politécnico em Portugal**. Lisboa: Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

Simão, José Veiga; Santos, Sérgio Machado; Costa, António de Almeida (2002), **Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década**. Lisboa: Gradiva

Smart, Carol; Shipman, Beccy (2004), “Visions in monochrome: families, marriage and the individualization thesis”, **British Journal of Sociology**, Vol. 55, nº 4, pp. 491-509

Spence, D. (1973), “Job market signaling”, **Quarterly Journal Economics**. Agosto

Stoer, Stephen R. (1986), **Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980, uma Década de Transição**. Porto: Edições Afrontamento

Stoleroff, Alan; Casaca, Sara Falcão (1998), “Intensidade de trabalho e satisfação na produção magra”, VII Encontro Nacional da APSIOT, **Formação, Trabalho e Tecnologia: para uma nova cultura organizacional**. Oeiras: Celta Editora, pp. 165-176

Stornier, Tom (1983), **The Wealth of Information**. Londres: Thames-Methuen

Strömholm, Stig (1996), “From Humboldt to 1984 - Where are we now?” in Arnold Burgen (ed), **Goals and Purposes of Higher Education in the 21<sup>st</sup> Century**. Londres e Bristol, Jessica Kingsley Publishers

Sullerot, Evelyne (1997), **A Família, da crise à necessidade**. Lisboa: Instituto Piaget

Supiot, Alain (Dir.) (1999), **Au-delà de l'Emploi. Transformations du travail et devenir du droit du travail en Europe**. Flammarion: Paris

Tanguy, Lucie (Dir.) (1986), **L'Introuvable Relation Formation-Emploi**. Paris: La Documentation Française

Teicheira Fernandes, António (1983), **O Social em Construção**. Porto: Figueirinhas

Teichler, Ulrich (1996), “Higher education and new socio-economic challenges”, in Arnold Burgen (Ed), **Goals and Purposes of Higher Education in the 21<sup>st</sup> Century**. Londres e Bristol, Jessica Kingsley Publishers

Therborn, Goran (2004), **Between Sex and Power, the family in the world, 1900-2000**. Londres e Nova Iorque: Routledge

Toffler, Alvin (1980), **A Terceira Vaga**. Lisboa: Ed. Livros do Brasil

Toni, Miriam (2003), “Visões sobre o trabalho em transformação”, **Sociologias**, ano 5, nº 9, pp. 246-286

Torgal, Luís Reis (s/d, a), **Caminhos e contradições da Universidade Portuguesa. Centralismo, Autonomia e Neo-Liberalismo**. Documento obtido na Internet: [www.edc.fc.ul.pt/cie.seminarios/universidade/torgal](http://www.edc.fc.ul.pt/cie.seminarios/universidade/torgal) (10/09/2005)

Torgal, Luís Reis (s/d, b), **As Universidades em Portugal: História, Organização e Problemas**. Documento obtido na Internet: [www.universia.pt/conteudos/universidades/universidades\\_em\\_portugal.jsp](http://www.universia.pt/conteudos/universidades/universidades_em_portugal.jsp), (10/09/2005)

Torres, Anália Cardoso (2001), **Sociologia do Casamento**. Oeiras: Celta Editora

Torres, Anália Cardoso (2002), “Casamento: conversa a duas vozes e três andamentos”. **Análise Social**, Volume XXXVII, nº 163, pp. 569-602

Torres, Anália Cardoso (2004), **Vida Conjugal e Trabalho: uma perspectiva sociológica**. Oeiras: Celta Editora

Torres, Anália; Brites, Rui; Mendes, Rita; Lapa, Tiago (2004), “Famílias no contexto europeu: alguns dados recentes do European Social Survey”, **V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: reflexividade e ação**. Documento obtido na Internet: <http://www.aps.pt/Vcongresso/ateliers.htm>

Touraine, Alain (1970), **A Sociedade Post-Industrial**. Lisboa : Ed. Moraes

Trottier, Claude; Laforce, Louise; Cloutier, Renée (1998), “Les représentations de l’insertion professionnelle chez les diplômés de l’université”, in Bernard Charlot e Dominique Glasman (Dir.) **Les Jeunes, L’Insertion, L’Emploi**. Paris: Presses Universitaires de France

Trow, Martin (1977), “The second transformation of american secondary education”, in Karabel, Jerome; Halsey, A.H. (Eds), **Power and Ideology in Education**. Nova Iorque: Oxford University Press

Vasconcelos, Pedro (2002), “Redes de apoio familiar e desigualdade social : estratégias de classe”. **Análise Social**, Volume XXXVII, nº 163, pp. 507-544

Vasconcelos, Pedro (2003), “Famílias complexas: tendências de evolução”, **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº43, pp.83-96

Vernières, Michel (1997) “La notion d’insertion professionnelle”, in Vernières, Michel (Coord.) **L’Insertion Professionnelle**. Paris: Economica

Vernières, Michel (Coord) (1997), **L’Insertion Professionnelle**. Paris: Economica

Vieira, Maria Manuel (1995), “Transformação recente no campo do ensino superior”, **Análise Social**, vol.XXX (131-132)

Vincens, Jean (1981), “Problematique generale de l’insertion professionnelle”. **Conférence au Colloque L’insertion professionnelle des jeunes à la sortie des études post secondaires**.

Vincens, Jean (1997) “L’insertion professionnelle des jeunes, à la recherche d’une définition conventionnelle”, in **Formation-Emploi** nº 60 (Outubro-Dezembro)

Vincens, Jean (1998) “L’insertion professionnelle des jeunes, quelques réflexions théoriques”, in **Formation-Emploi** nº 61 (Janeiro-Março)

Wall, Karin (1998), **Famílias no Campo, Passado e Presente em duas freguesias do Baixo Minho**. Lisboa: Publicações D.Quixote.

Wall, Karin (2003), “Famílias monoparentais”, **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 43, pp. 51-66

Wall, Karin e Aboim, Sofia (2003), “Perfis regionais de mudança familiar: síntese final”, **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 43, pp. 97-100

Weber, Max (1974), **Sobre a Teoria das Ciências Sociais**. Lisboa: Presença

Wright, Erik Olin (1989), **Classes**. Londres: Verso

## Legislação:

Lei nº 5/73, de 25 de Julho (Reforma do Sistema Educativo)

Decreto - Lei nº 402/73, de 11 de Agosto (Novas Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores)

Lei nº 9/79, de 19 de Março (Lei de Bases do Ensino Privado e Cooperativo)

Decreto - Lei nº 513-T/79, de 26 de Dezembro (Ensino Superior Politécnico)

Decreto - Lei nº 513-L1/79, de 27 de Dezembro (Regime de Instalação dos Estabelecimentos do Ensino Superior Politécnico)

Lei nº 48/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)

Lei nº 108/88, de 24 de Setembro (Autonomia das Universidades)

Decreto - Lei nº 271/89, de 19 de Agosto (Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo)

Decreto-Lei nº 16/94, de 22 de Janeiro (Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo)

Decreto - Lei nº 252/97, de 26 de Setembro (Desenvolvimento da Lei de Autonomia das Universidades)

Decreto - Lei nº 277/97, de 8 de Outubro

Lei nº 7/2001, de 11 de Maio (Lei das Uniões de Facto)

Lei nº 99/2003, de 27 de Agosto (Código do Trabalho)

Lei nº 35/2004, de 29 de Julho (Regulamentação do Código do Trabalho)





ANEXOS

---



## ANEXO I - Tabela de apoio ao enquadramento

Tabela 1 - Taxa de desemprego por escalão etário e sexo entre 1998 e 2005

<b>% Pop. activa</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005a)</b>	<b>98/05</b>
	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
<b>15-24 anos</b>									
Total	10,4	8,8	8,6	9,4	11,6	14,5	15,3	16,5	2,6
Homens	8,2	7,2	6,2	7,2	9,8	12,4	13,5	13,4	2,5
Mulheres	12,9	10,8	11,6	12,1	13,9	17,0	17,6	20,4	2,7
<b>25-34 anos</b>									
Total	5,6	4,8	4,1	4,1	5,6	7,5	7,2	9,0	4,6
Homens	4,0	3,9	2,7	3,0	4,3	6,4	6,0	7,4	4,0
Mulheres	7,3	5,9	5,7	5,3	7,2	8,8	8,5	10,8	5,2
<b>35-44 anos</b>									
Total	3,9	3,7	3,2	3,2	4,0	5,1	5,5	6,2	3,1
Homens	2,9	3,1	2,8	2,4	3,0	4,0	4,4	4,8	2,4
Mulheres	5,1	4,5	3,6	4,2	5,3	6,4	6,8	7,8	4,0
<b>45 e mais anos</b>									
Total	3,0	2,9	2,7	2,6	3,0	3,6	4,5	5,5	3,3
Homens	3,0	3,2	2,5	2,4	2,8	3,7	4,5	5,7	3,3
Mulheres	3,2	2,5	2,8	3,0	3,1	3,6	4,6	5,2	3,3

## Anexo II A - Tabelas de apoio à tradução das hipóteses em indicadores

**Tabela 1. Tipologia das classes e fracções de classe**

Classe Dirigente (Burguesia)	Burguesia Empresarial e Proprietária (BEP)
	Burguesia Dirigente e Profissional (BDP)
Classe Média (Pequena Burguesia)	Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento
	Pequena Burguesia de Execução (PBE)
	Pequena Burguesia Proprietária (PBPR)
	Campeinato (C)
	Campeinato Parcial (CP)
	Pequena Burguesia Assalariada e Proprietária (PBAP)
	Pequena Burguesia Parcial (PBP)
Classe Popular (Operariado)	Operariado Industrial (OI)
	Operariado Agrícola (AO)
	Operariado Parcial (OP)
	Operariado Industrial e Agrícola (OIA)

Fonte: Almeida e outros, 1988

**Tabela 2. Matriz de construção dos lugares de classe dos indivíduos**

Grupos de profissões	Situação na profissão		
	Patrões	Isolados	Assalariados
Profissões científicas, técnicas e artísticas	BEP	BDP	PBTE BDP
Directores e quadros superiores	BEP	BDP	PBTE PBE
Pessoal administrativo	BEP	PBPR	PBTE PBE
Pessoal do comércio	BEP	PBPR	PBTE PBE
Pessoal dos serviços	BEP	PBPR	PBTE PBE
Agricultores	BEP	C	PBTE OA
Trabalhadores da indústria e dos transportes	BEP	PBPR	PBTE OI

Fonte: Almeida e outros, 1988

**Tabela 3. Matriz de construção dos lugares de classe dos grupos domésticos**

M \ H	BEP	BDP	PBTE	PBE	PBPR	C	OI	OA
BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP
BDP	BEP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP	BDP
PBTE	BEP	BDP	PBTE	PBTE	PBAP	CP	PBTE	PBTE
PBE	BEP	BDP	PBTE	PBTE	PBAP	CP	OP	OP
PBPR	BEP	BDP	PBAP	PBAP	PBPR	CP	PBP	PBP
C	BEP	BDP	CP	CP	CP	C	CP	CP
OI	BEP	BDP	PBTE	PBP	PBP	CP	OI	OI
OA	BEP	BDP	PBTE	PBP	PBP	CP	OIA	OIA

Fonte: Almeida e outros, 1988

**Tabela 4. Trajectórias profissionais dos diplomados**

SALÁRIO \ VÍNCULO	(1) Subiu	(2) Manteve	(3) desceu
(1) Subiu	Estabilizada Ascendente (11)	Estabilizada Estagnada (12)	Estabilizada Descendente (13)
(2) Manteve na estabilidade	Estável Ascendente (21)	Estável Estagnada (22)	Estável Descendente (23)
(4) Manteve na precariedade	Precária Ascendente (41)	Precária Estagnada (42)	Precária Descendente (43)
(3) Desceu	Precarizada Ascendente (31)	Precarizada Estagnada (32)	Precarizada Descendente (33)

## ANEXO IIB

# INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

“TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS E SOCIAIS DE DIPLOMADOS DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO”

Chamo-me Manuela Gonçalves e venho pedir-lhe alguns minutos do seu tempo para preencher este questionário. Como certamente se recorda, mandou-me o seu contacto há algum tempo atrás, quando participou num estudo realizado pelo departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro. Nessa altura, comprometeu-se a colaborar na minha tese de doutoramento, que visa caracterizar as situações profissionais e familiares dos diplomados desta Universidade. A sua colaboração é essencial pois, só a partir dos dados que *cada um* dos diplomados nos fornecer, poderemos conhecer a situação actual *de todos*. Assim, muito lhe agradeço a sua participação e os minutos que dispensar no preenchimento do questionário. OBRIGADA!

### COMO PREENCHER ESTE QUESTIONÁRIO:

- O questionário responde-se rapidamente pois nem todas as questões se destinam a todas as pessoas;
- Os dados obtidos através deste inquérito são confidenciais e serão tratados de forma agregada e estatística;
- Não há respostas certas nem erradas, apenas respostas que exprimem aquilo que faz ou pensa, pelo que lhe pedimos sinceridade!

### I. CARACTERIZAÇÃO ACADÉMICA E SÓCIO-DEMOGRÁFICA

Relativamente ao curso superior que concluiu na Universidade de Aveiro, indique:

1. O nome do curso: \_\_\_\_\_
2. O ano lectivo em que o concluiu: \_\_\_/\_\_\_
3. De quantos anos precisou para o concluir: \_\_\_\_\_ anos
4. Nota de conclusão: \_\_\_\_\_ valores
5. Na sua candidatura ao Ensino Superior, este curso constituiu a sua:  
1. 1ª opção ( ) 2. 2ª opção ( ) 3. 3ª opção ( ) 4. 4ª opção ( ) 5. outra opção ( )
6. Qual o motivo mais importante que o levou a ingressar na universidade? (*Aponte apenas um motivo*)

1. Insistência familiar para prosseguir estudos	( )
2. O facto de não ter conseguido emprego após o 12º ano	( )
3. A convicção de que um diploma académico facilita a obtenção de um emprego	( )
4. A profissão a que o curso dá acesso constitui uma tradição familiar	( )
5. Era a única forma de vir a desempenhar a profissão desejada	( )
6. A abundância de emprego na área de formação do curso	( )
7. O prestígio social associado à posse de um diploma académico	( )
8. Por sempre ter gostado de estudar	( )
9. Era uma forma de aceder a um emprego bem remunerado	( )
10. Outro motivo. Qual?	( )
7. Idade: \_\_\_\_\_ anos
8. Sexo: 1. Feminino ( ) 2. Masculino ( )
9. País em que nasceu: 1. Portugal ( ), no distrito de \_\_\_\_\_ 2. Outro país ( ) Qual? \_\_\_\_\_
10. O local em que nasceu era um meio: 1. Urbano ( ) 2. Semi-Urbano ( ) 3. Rural ( )
11. Durante o curso, residia no distrito de Aveiro?

1. Sim, já aí residia com a minha família	( )
2. Sim, dado a minha zona de origem ser longe de Aveiro	( )
3. Não, deslocava-me todos os dias para Aveiro	( )
4. Outra situação. Qual?	( )

Se escolheu as opções 2,3 ou 4, em que distrito residia a sua família? \_\_\_\_\_
12. Onde reside hoje: 1. Portugal ( ), no distrito de \_\_\_\_\_ 2. Outro país ( ) Qual? \_\_\_\_\_
13. O local onde reside hoje é um meio: 1. Urbano ( ) 2. Semi-Urbano ( ) 3. Rural ( )

14. Indique o grau de instrução do seu cônjuge/companheiro(a) e dos seus pais: *(Mesmo que algum deles esteja reformado ou falecido)*

	Cônjuge	Pai	Mãe
1. Não sabe ler nem escrever			
2. Sabe ler e escrever mas sem diploma			
3. 1º Ciclo do Ensino Básico (antiga 4ª classe)			
4. 2º Ciclo do Ensino Básico (antigo 2º ano)			
5. 3º Ciclo do Ensino Básico 3º ciclo ou equivalente (antigo 5º ano liceal ou técnico)			
6. Ensino Secundário ou equivalente (antigo 7º ano)			
7. Antigo Ensino Médio e actual Superior Politécnico (bacharelato)			
8. Ensino Superior Universitário (licenciado, mestre ou doutor)			
9. Outra situação. Qual?			

15. Indique a ocupação profissional do seu cônjuge/companheiro(a) e dos seus pais. *(Se actualmente algum deles estiver desempregado, reformado ou falecido, indique a última ocupação profissional)*

	Cônjuge	Pai	Mãe
1. Dirigentes superiores do Estado e de organismos públicos			
2. Empresários, administradores e dirigentes de empresas com 10 ou + trabalhadores			
3. Empresários e gerentes de empresas com menos de 10 trabalhadores			
4. Profissões liberais			
5. Quadros técnicos superiores dos sectores público e privado			
6. Quadros técnicos intermédios dos sectores público e privado			
7. Professores			
8. Trabalhadores por conta própria no comércio, serviços e actividades industriais			
9. Agricultores e pescadores independentes			
10. Empregados de escritório, do comércio e serviços			
11. Operários			
12. Assalariados indiferenciados dos serviços públicos e domésticos			
13. Assalariados agrícolas e das empresas			
14. Doméstica(o)			
15. Outra situação. Qual?			

16. Indique especificamente a profissão do seu cônjuge/companheiro(a) e dos seus pais, mesmo se algum deles estiver desempregado, reformado ou falecido. *(Exemplo: operária da indústria têxtil, assalariado agrícola, médico...)*

16.1. Cônjuge \_\_\_\_\_ 16.2. Pai \_\_\_\_\_ 16.3. Mãe \_\_\_\_\_

## II. CARACTERIZAÇÃO DO PERCURSO DE FORMAÇÃO

17. Depois de ter terminado o seu curso na Universidade de Aveiro prosseguiu estudos académicos?

1. Sim ( ) 2. Não ( ) Neste caso, avance para a questão 21

18. Assinale que tipo de estudos são: *(Assinale uma ou mais situações consoante o seu caso)*

1. Licenciatura( ) 2. Pós-graduação( ) 3. Mestrado ( ) 4. Doutoramento( ) 5. Outro tipo( ) Qual? \_\_\_\_\_

19. Porque decidiu continuar os estudos? *(Assinale apenas um motivo)*

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Pela necessidade de aprofundar os conhecimentos para melhorar o desempenho da profissão | ( ) |
| 2. Era uma condição para progredir na carreira   | ( ) |
| 3. Foi uma alternativa ao desemprego   | ( ) |
| 4. Era uma condição para encontrar emprego   | ( ) |
| 5. Para valorização pessoal, independentemente das contrapartidas profissionais            | ( ) |
| 6. Outro motivo. Qual?   | ( ) |

20. Escolha a situação que melhor se adapta ao seu caso, depois de tirar o seu curso na Universidade de Aveiro:

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Acabei o curso e inscrevi-me logo noutra curso/programa de pós-graduação                   | ( ) |
| 2. Procurei emprego durante algum tempo, mas como não encontrei decidi prosseguir os estudos  | ( ) |
| 3. Estive empregado durante algum tempo, mas depois decidi retomar os estudos a tempo inteiro | ( ) |
| 4. Continuei a estudar, trabalhando ao mesmo tempo  | ( ) |
| 5. Outra situação. Qual?  | ( ) |

21. Depois de ter terminado a sua licenciatura frequentou algum tipo de estágio? *(Os estágios integrados no curso não devem ser considerados)* 1. Sim ( ) 2. Não ( ) Neste caso, avance para a questão 25

22. Duração do estágio (em meses): \_\_\_\_\_

23. Instituição em que o estágio ocorreu: 1. Empresa privada ( ) 2. Organismo público ( ) 3. Outra ( ) Qual? \_\_\_\_\_

24. O estágio ocorreu: 1. Em regime de emprego ( ) 2. Em regime não contratual de emprego ( )  
Se assinalou a opção 2, foi admitido no emprego após a conclusão do estágio? 1. Sim ( ) 2. Não ( )

### III. SITUAÇÃO PROFISSIONAL E FAMILIAR DURANTE O CURSO NA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

25. No último ano do seu curso na Universidade de Aveiro qual era a sua situação perante o trabalho?

1. Estudante a tempo inteiro ( ) Neste caso, passe à questão 31  
2. Tinha uma actividade profissional ( )

26. De que actividade se tratava? (Descreva-a da forma mais detalhada possível)

\_\_\_\_\_

27. Qual era a situação na profissão?

1. Por conta própria (empresário) ( )  
2. Por conta própria (trabalhador independente – “recibos verdes”) ( )  
3. Por conta de outrem (assalariado) ( )  
4. Por conta própria e de outrem ( )  
5. Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_ ( )

28. Era uma actividade: 1. A tempo inteiro ( ) 2. A tempo parcial ( ) 3. Outra situação ( ) Qual? \_\_\_\_\_

29. Qual era o vínculo com a entidade empregadora: 1. Estagiário ( ) 2. Funcionário efectivo ( ) 3. Contrato a termo ( )  
4. Trabalhador independente 5. Outra situação ( ) Qual? \_\_\_\_\_

30. Quando terminou o seu curso na Universidade de Aveiro:

1. Permaneceu no mesmo emprego, mantendo a mesma categoria profissional e remuneração ( )  
2. Permaneceu no mesmo emprego mas mudou de categoria profissional ( )  
3. Permaneceu no mesmo emprego mas aumentou a remuneração ( )  
4. Mudou de emprego ( )  
5. Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_ ( )

31. Qual era o seu estado civil no último ano do curso na U.A.?

1. Solteiro ( ) Neste caso, avance para a questão 36  
2. Casado ( )  
3. União de facto ( )  
4. Divorciado ou separado ( )  
5. Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_ ( )

32. Se na resposta anterior assinalou as opções 2, 3, 4 ou 5, escolha a situação mais adequada ao seu caso:

1. Casei-me/uni-me de facto antes de entrar para a U.A. ( )  
2. Casei-me/uni-me de facto durante o curso na U.A. ( )

33. Assinale a razão mais forte que o levou a casar/viver em união de facto antes de terminar o curso:

1. Já namorava há muito tempo e era altura de assumir a relação de forma mais sólida ( )  
2. Conhecemo-nos e decidimos aprofundar a nossa relação de imediato ( )  
3. Queria fazer a experiência de viver a dois ( )  
4. Quis libertar-me das imposições dos meus pais sobre os meus comportamentos ( )  
5. A família vivia longe de Aveiro, sentia-me sozinho(a) e foi uma forma de ter mais companhia ( )  
6. Pressões familiares ( )  
7. Outra razão. Qual? \_\_\_\_\_ ( )

34. Se a sua ligação foi/é através do **casamento**, indique o tipo: 1. Civil ( ) 2. Religioso ( )

35. Se no último ano do seu curso na U.A. vivia em **união de facto**, diga-nos por favor se mais tarde se casou com a mesma pessoa e porquê:

1. Sim ( ) Porquê?

1. Houve pressões familiares ( )  
2. Quisemos assumir uma relação mais sólida ( )  
3. Consegui um emprego estável ( )  
4. Entretanto, tivemos um filho ( )  
5. Outra razão. Qual? \_\_\_\_\_ ( )

2. Não ( ) Porquê?

1. Continuámos a viver juntos ( )  
2. Decidimos separar-nos ( )  
3. Outra razão. Qual? \_\_\_\_\_ ( )



36. Durante a semana, no último ano do curso na Universidade de Aveiro:

36.1. Residia com: 1. Pais ( ) 2. Outros familiares ( ) 3. Sozinho ( ) 4. Colegas da U.A. ( ) 5. Amigos ( )  
6. Cônjuge ( ) 7. Companheiro(a) ( ) 8. Outra opção ( ) Qual? \_\_\_\_\_

36.2. Residia em: 1. Casa dos pais ( ) 2. Casa de familiares ( ) 3. Quarto alugado ( ) 4. Andar alugado ( )  
5. Andar comprado ( ) 6. Residência da U.A. ( ) 7. Outra opção ( ) Qual? \_\_\_\_\_

37. Durante os fins-de-semana, residia com as mesmas pessoas, no mesmo sítio?

1. Não ( ) 2. Sim ( ) **Neste caso, passe à questão 38**

37.1. Residia com quem? \_\_\_\_\_ 37.2. Residia onde? \_\_\_\_\_

38. Depois de terminar o seu curso, qual é a situação que melhor se adapta ao seu caso?

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Continuei até hoje a viver nessa casa                                      | ( ) |
| 2. Regressei para a casa dos meus pais, onde permaneço                        | ( ) |
| 2. Mudei de residência quando me casei/ juntei                                | ( ) |
| 3. Fui viver sozinho porque quis fazer essa experiência                       | ( ) |
| 4. Fui viver sozinho dado a minha actividade profissional ficar longe de casa | ( ) |
| 5. Outra situação. Qual? _____  | ( ) |

39. Indique a(s) forma(s) de financiamento das suas despesas no último ano. (Assinale com um X a forma de financiamento mais importante para cada tipo de despesa)

Quem financiava:	Despesas com:				
	Propinas	Outras despesas relacionadas com os estudos (livros, fotocópias)	Habitação (aluguer ou despesas de compra)	Outras despesas essenciais (gás, comida, deslocações...)	Actividades de lazer (cinema, bares...)
1. Pais					
2. Bolsa de estudos					
3. Remuneração própria					
4. Cônjuge/companheiro(a)					
5. Outros familiares					
6. Família do cônjuge ou companheiro(a)					
7. Outra. Qual? _____					

#### IV. SITUAÇÃO PROFISSIONAL E FAMILIAR NA ACTUALIDADE

40. Qual é a sua situação profissional actual?

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Estudante a tempo inteiro com bolsa                         | ( ) |
| 2. Estudante a tempo inteiro sem bolsa                         | ( ) |
| 3. Estudante trabalhador                                       | ( ) |
| 4. Empregado   | ( ) |
| 5. Desempregado à procura de emprego                           | ( ) |
| 6. Inactivo (não procura emprego)                              | ( ) |
| 7. Estagiário com remuneração                                  | ( ) |
| 8. Estagiário sem remuneração                                  | ( ) |
| 9. Bolseiro de investigação (sem ser de mestrado/doutoramento) | ( ) |
| 10. Outra situação. Qual? _____                                | ( ) |

41. Quantos empregos já teve até hoje após a obtenção do diploma na U.A.? (Não considere como emprego as situações de estudante, com ou sem bolsa)

- |                       |     |
|-----------------------|-----|
| 1. Nenhum             | ( ) |
| 2. 1 emprego          | ( ) |
| 3. 2 empregos         | ( ) |
| 4. 3 ou mais empregos | ( ) |

**Neste caso, passe à questão 56**

42. Indique aproximadamente quanto tempo permaneceu em cada um dos empregos:

	1º Emprego	2º Emprego	3º Emprego	4º Emprego	5º Emprego
1. Menos de 6 meses					
2. Entre 6 e 1 ano					
3. Entre 1 e 2 anos					
4. Entre 2 e 3 anos					
5. Mais de 3 anos					

43. Quantas vezes esteve desempregado depois de ter obtido a sua primeira ocupação profissional como diplomado?

- |                    |     |                                       |
|--------------------|-----|---------------------------------------|
| 1. Nenhuma         | ( ) | <b>Neste caso, passe à questão 46</b> |
| 2. 1 vez           | ( ) |                                       |
| 3. 2 vezes         | ( ) |                                       |
| 4. 3 vezes ou mais | ( ) |                                       |

44. Indique o tempo total em que esteve desempregado, até ao momento actual: \_\_\_\_\_ meses

45. Se actualmente está desempregado, diga-nos por favor:

45.1. Há quanto tempo?

45.2. Porquê? (Escolha apenas uma opção)

- |                          |     |
|--------------------------|-----|
| 1. Menos de 3 meses      | ( ) |
| 2. Entre 3 e 6 meses     | ( ) |
| 3. Entre 6 meses e 1 ano | ( ) |
| 4. Entre 1 e 2 anos      | ( ) |
| 5. Mais de 2 anos        | ( ) |

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Acabou o contrato a termo                        | ( ) |
| 2. Despedi-me                                       | ( ) |
| 3. A empresa onde trabalhava fechou/ abriu falência | ( ) |
| 4. Acabou o estágio                                 | ( ) |
| 5. Outra situação. Qual?                            | ( ) |

46. Quanto tempo decorreu entre a conclusão do curso e a obtenção do seu primeiro emprego? (Não considere como emprego as situações de estudante, com ou sem bolsa)

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Não procurei emprego porque continuei a estudar                     | ( ) |
| 2. Não procurei emprego porque continuei na mesma actividade que tinha | ( ) |
| 3. Menos de 3 meses  | ( ) |
| 4. Entre 3 e 6 meses   | ( ) |
| 5. Entre 6 meses e 1 ano   | ( ) |
| 6. Entre 1 e 2 anos  | ( ) |
| 7. Mais de 2 anos  | ( ) |

As questões 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54 e 55 visam caracterizar os seus empregos desde que terminou o curso. Se só teve um emprego, assinale na 1ª coluna as características iniciais do seu emprego e na 2ª coluna as características actuais do seu emprego. Se não está empregado, assinale na 1ª coluna as características do seu 1º emprego e, se teve mais do que um, na 2ª coluna as características do seu último emprego.

47. Ocupação profissional:

	1º Emprego	Actual /último emprego
1. Dirigentes superiores do Estado e de organismos públicos		
2. Empresários/administradores/dirigentes de empresas com 10 ou + trabalhadores		
3. Empresários e gerentes de empresas com menos de 10 trabalhadores		
4. Profissões liberais		
5. Quadros técnicos superiores dos sectores público e privado		
6. Quadros técnicos intermédios dos sectores público e privado		
7. Professores		
8. Trabalhadores por conta própria no comércio, serviços e actividades industriais		
9. Agricultores e pescadores independentes		
10. Empregados de escritório, do comércio e serviços		
11. Operários		
12. Assalariados indiferenciados dos serviços públicos e domésticos		
13. Assalariados agrícolas e das empresas		
14. Doméstica(o)		
15. Outra situação. Qual?		

48. Indique especificamente a sua profissão: (Exemplo: professora do 3º ciclo ou engenheiro de telecomunicações)

1. No 1º emprego: \_\_\_\_\_ 2. No emprego actual ou último emprego: \_\_\_\_\_

49. Meios de obtenção de emprego: (Assinale um para cada emprego):

	1º Emprego	Actual/último emprego
1. Centro de emprego (público ou privado)		
2. Auto-proposta junto dos empregadores		
3. Contactos pessoais no meio académico (professores, colegas)		
4. Conhecimentos de família		
5. Resposta a anúncios		
6. Colocação de anúncios		
7. Conhecimentos do meio geográfico de origem		
8. Concurso oficial		
9. Convite da entidade empregadora		
10. Sequência de um estágio		
11. Criação do próprio emprego		

12. Outro. Qual?		
------------------	--	--

<b>50. Situação na profissão:</b>	<b>1º Emprego</b>	<b>Actual/último/ emprego</b>
1. Por conta própria (empresário)		
2. Por conta própria (trabalhador independente – “recibos verdes”)		
3. Por conta de outrem (assalariado)		
4. Por conta própria e de outrem		
5. Outra situação. Qual?		

<b>51. Tipo de vínculo com a entidade empregadora:</b>	<b>1º Emprego</b>	<b>Actual/último emprego</b>
1. Estagiário		
2. Contrato de trabalho sem termo/contratado		
3. Contrato de trabalho com termo/a prazo		
4. Trabalhador independente/recibos verdes		
5. Prestação de trabalhos ocasionais/pontuais		
6. Outra situação. Qual?		

<b>52. Rendimento mensal médio líquido (salário e outras regalias):</b>	<b>1º Emprego</b>	<b>Actual/último emprego</b>
1. Até 500 euros		
2. Entre 501 e 750 euros		
3. Entre 751 e 1250 euros		
4. Entre 1251 e 1750 euros		
5. Entre 1751 e 2250 euros		
6. Entre 2251 e 2750 euros		
7. Mais de 2750 euros		

<b>53. Tipo de trabalho:</b>	<b>1º Emprego</b>	<b>Actual/último emprego</b>
1. A tempo inteiro/completo		
2. A tempo parcial		
3. Outra situação. Qual?		

<b>54. Local de exercício da actividade:</b>	<b>1º Emprego</b>	<b>Actual/último emprego</b>
1. Distrito de...		
2. Concelho de...		

<b>55. Motivos que mais pesaram na escolha do(s) seu(s) emprego(s): (Indique o 1º e o 2º motivos mais importantes para cada emprego, escrevendo 1º e 2º nos espaços correspondentes)</b>	<b>1º Emprego</b>	<b>Actual /último emprego</b>
1. Foi a única oportunidade que apareceu		
2. A remuneração era atractiva		
3. Proporcionava boas perspectivas de carreira		
4. Estava desempregado e precisava de trabalhar		
5. Garantia a obtenção imediata ou rápida de um contrato sem termo (efectivo)		
6. Era próximo da minha zona de residência		
7. Implicava chefiar uma equipa		
8. Agradaram-me as características das actividades a desempenhar		
9. Foi a oportunidade menos má que apareceu		
10. Sendo uma empresa/actividade profissional de família, era a opção mais natural		
11. Era uma ocupação com autonomia no desempenho das tarefas		
12. Era próximo da zona de residência do namorado/namorada		
13. Quis ganhar alguma experiência até obter a ocupação que realmente desejava		
14. Era próximo do local de trabalho do marido (namorado)/mulher (namorada)		
15. Era o emprego que sempre desejei		
16. Tratava-se de uma ocupação ligada à minha área de formação		
17. O horário de trabalho possibilitava uma conciliação com a vida familiar		
18. Permitia sustentar-me até obter a ocupação que realmente desejava		
19. Era um lugar de responsabilidade		
20. Outro motivo. Qual?		

56. Actualmente, qual é o seu estado civil?

1. Permaneço com o casamento/união de facto anterior à conclusão do curso		Avance para a questão 68
2. Solteiro		Avance para a questão 73
3. Solteiro mas já vivi em união de facto <b>antes</b> de ter concluído o curso		Avance para a questão 68
4. Solteiro mas já vivi em união de facto <b>após</b> ter concluído o curso		Passa à questão 58
5. União de facto		Passa à questão 57
6. Casado		Avance para a questão 61
7. Divorciado ou separado		Avance para a questão 61
8. Outra situação. Qual?		Avance para a questão 61

57. Já foi casado? 1. Não ( ) 2. Sim ( ) 57.1. Quantas vezes? \_\_\_\_\_ vez(es)

58. Quantas vezes já viveu em união de facto, contando com a actual, se for o seu caso? \_\_\_\_\_ vez(es)

59. Quanto tempo depois de acabar o curso iniciou a sua primeira união de facto?

1. Menos de 6 meses ( ) 2. Entre 6 meses e 1 ano ( ) 3. Entre 1 e 2 anos ( ) 4. Entre 2 e 3 anos ( )  
5. Entre 3 e 4 anos ( ) 6. Mais de 4 anos ( )

60. Porque optou por viver em união de facto? (Assinale o motivo mais importante)

1. A instabilidade da minha vida profissional e/ou do meu companheiro(a) não nos permitia casar ( )  
2. A minha situação financeira e/ou do meu companheiro(a) não nos permitia casar ( )  
3. Viver em união de facto ou estar casado é o mesmo, um registo não traz mais solidez à relação ( )  
4. Não foi uma opção, porque o casamento civil está vedado a casais homossexuais ( )  
5. Viver em união de facto é uma forma do casal se conhecer bem antes de casar ( )  
6. Embora eu gostasse de ter casado, para o meu companheiro(a) isso não era importante ( )  
7. Os relacionamentos afectivos não duram para sempre, é preferível não os formalizar ( )  
8. Outro motivo. Qual? \_\_\_\_\_ ( )

**Agora, avance para a questão 68**

61. Quantas vezes esteve casado, contando com a actual, se for o seu caso? \_\_\_\_\_ vez(es)

62. Quanto tempo decorreu entre a conclusão do curso na U.A. e o seu primeiro casamento?

1. Menos de 6 meses ( ) 2. Entre 6 meses e 1 ano ( ) 3. Entre 1 e 2 anos ( ) 4. Entre 2 e 3 anos ( )  
5. Entre 3 e 4 anos ( ) 6. Mais de 4 anos ( )

63. Antes de casar, viveu em união de facto? 1. Sim ( ) 2. Não ( ) **Neste caso, passe à questão 66**

64. Quantas vezes viveu em união de facto? \_\_\_\_\_ vez(es)

65. Casou-se com a última pessoa com quem viveu em união de facto? 1. Sim ( ) 2. Não ( )

66. Porque optou pelo casamento como forma de viver a dois? (Assinale o motivo mais importante)

1. Porque o casamento é a forma de um relacionamento atingir o grau máximo de compromisso ( )  
2. Eu não me importava de viver em união de facto, mas para o meu cônjuge era importante casar ( )  
3. Vivíamos juntos e achámos podíamos ultrapassar essa fase experimental ( )  
4. Já vivíamos em união de facto; casámos quando reunimos condições financeiras suficientes ( )  
5. Já vivíamos em união de facto; casámos quando atingimos alguma estabilidade profissional ( )  
6. Parece-me que depois de namorar, o casamento é a etapa que naturalmente se segue ( )  
7. As nossas famílias ficariam decepcionadas se decidíssemos simplesmente viver juntos ( )  
8. Devido a determinadas vantagens que de outra forma não teríamos (IRS, crédito à habitação...) ( )  
9. Outro motivo. Qual? \_\_\_\_\_ ( )

67. O seu casamento actual é: (Se está divorciado ou separado, responda relativamente ao seu último casamento)

1. Civil ( ) 2. Religioso ( )

68. Que idade tinha quando pela primeira vez se casou/iniciou união de facto? \_\_\_\_\_ anos

69. Diga-nos por favor como conheceu o seu actual cônjuge/companheiro(a): (Se é solteiro, responda relativamente à sua última união de facto; se está divorciado ou separado, responda relativamente ao seu último casamento)

1. Conheci-o(a) na U.A., também foi estudante na U.A. ( )  
2. Foi estudante na U.A., mas só o/a conheci depois de terminar o curso ( )  
3. Não foi estudante da U.A. mas conheci-o(a) em Aveiro quando eu estudava U.A. ( )  
4. Conheci-o(a) depois de terminar o curso na U.A., foi/é colega de trabalho ( )  
5. Conheci-o(a) depois de terminar o curso na U.A., mas não em contexto de trabalho ( )  
6. Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_ ( )

70. Em seguida, apresentamos uma série de afirmações que gostaríamos que comentasse, assinalando com um X o seu grau de concordância, numa escala de 1 a 6, em que 1 é o mínimo de concordância e 6 o máximo de concordância. (Se é solteiro, responda relativamente à sua última união de facto; se está divorciado ou separado, responda relativamente ao seu último casamento)

	1	2	3	4	5	6	Sem opinião
1. A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família							
2. O tempo gasto com a casa/os filhos entrava a minha progressão profissional							
3. Casei-me/juntei-me quando a minha situação profissional estabilizou							
4. Casei-me/juntei-me quando a minha situação financeira estabilizou							
5. Consigo conciliar as exigências da actividade profissional e da vida familiar							
6. Decidi ter filho(s) quando a minha situação profissional se tornou estável							
7. Decidi ter filho(s) quando a minha situação financeira o permitiu							
8. Nas decisões profissionais (mudar de emprego, fazer viagens), o principal é ponderar os prós/contras para a minha carreira; a família só tem a beneficiar se eu melhorar profissionalmente							
9. Nas decisões profissionais (mudar de emprego, fazer viagens) a opinião do meu cônjuge/companheiro(a) é fundamental							
10. Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas							
11. No quotidiano, conto com o apoio financeiro dos meus pais/sogros							
12. Outro aspecto. Qual?							

Se hoje está **divorciado ou separado** ou é **solteiro mas já viveu em união de facto**, diga-nos por favor:

Se não está nesta situação, avance para a **questão 73**

71. Porque acabou o seu último casamento/união de facto? (Aponte o motivo mais importante)

- |  |     |
|--|-----|
| 1. As nossas actividades profissionais tomava-nos tanto tempo que destruíram a relação                     | ( ) |
| 2. As dificuldades económicas provocaram conflitos no nosso relacionamento                                 | ( ) |
| 3. Dificuldade na organização do quotidiano (horários desencontrados, sobrecarga de tarefas domésticas...) | ( ) |
| 4. A nossa instabilidade profissional provocou conflitos no nosso relacionamento                           | ( ) |
| 5. Houve demasiada interferência dos pais/sogros na nossa relação  | ( ) |
| 6. O nascimento de filho(s) desestabilizou a nossa relação   | ( ) |
| 7. Divergências quanto aos projectos de vida   | ( ) |
| 8. Divergências de personalidade   | ( ) |
| 9. Imaturidade de um de nós ou dos dois para mantermos uma relação estável                                 | ( ) |
| 10. Outro motivo. Qual?  | ( ) |

72. Quanto tempo durou o seu casamento/ união de facto?

	1º casamento/ união de facto	2º casamento/ união de facto	3º casamento/ união de facto
1. Menos de 6 meses			
2. Entre 6 e 1 ano			
3. Entre 1 e 2 anos			
4. Entre 2 e 3 anos			
5. Mais de 3 anos			

73. Tem filhos? 1. Sim ( ) 2. Não ( ) Neste caso, passe à questão 74

73.1. Quantos? \_\_\_\_\_ 73.2. Durante a semana, quem toma conta dele(s)? (Assinale apenas uma opção)  
1. Ama/infantário/escola ( ) 2. Mãe ( ) 3. Pai ( ) 4. Avós maternos/paternos ( ) 5. Outra opção ( ). Qual?

73.3. Por favor assinale com um X a frequência com que os avós maternos ou paternos dos seus filhos costumam ajudar na sua educação:

	1. Nunca	2. Quase nunca	3. Às vezes	4. Muitas vezes	5. Quase sempre	6. Sempre	Sem opinião
1. Despesas com amas, infantários ou escolas/colégios							
2. Despesas de vestuário e alimentação							
3. Ficam com ele(s) durante a semana forado horário escolar							
4. Tomam conta dele(s) aos fins de semana							
5. Ajudam nos trabalhos escolares							
6. Ficam com ele(s) de noite, durante a semana							
7. Outro aspecto. Qual?							

74. Actualmente, com quem e onde reside durante a semana?

74.1. Resido com: 1. Pais ( ) 2. Outros familiares ( ) 3. Sozinho ( ) 4. Ex-colegas da U.A. ( ) 5. Amigos ( ) 6. Colegas de trabalho ( ) 7. Cônjuge ( ) 8. Companheiro(a) ( ) 9. Outra opção ( ) Qual ? \_\_\_\_\_

74.2. Resido em: 1. Casa dos pais ( ) 2. Casa de familiares ( ) 3. Quarto alugado ( ) 4. Andar alugado ( ) 5. Andar comprado ( ) 6. Moradia ( ) 7. Outra opção ( ) Qual? \_\_\_\_\_

75. Durante os fins de semana, reside com as mesmas pessoas, no mesmo sítio?

1. Não ( ) 2. Sim ( ) **Neste caso, passe à questão 76**

75.1. Reside com quem? \_\_\_\_\_ 75.2. Reside onde? \_\_\_\_\_

76. Indique as formas de financiamento das suas despesas, actualmente. (Assinale com um X a forma de financiamento mais importante para cada tipo de despesa)

Quem financia:	Despesas com:				
	Habituação (aluguer ou despesas de compra)	Despesas com água, telefone, electricidade, gás	Alimentação e vestuário	Actividades de lazer (cinema, restaurantes...)	Outras despesas. Quais?
1. Pais					
2. Bolsa de estudos					
3. Remuneração própria					
4. Cônjuge/companheiro(a)					
5. Outros familiares					
6. Família do cônjuge ou companheiro(a)					
7. Outra. Qual? _____					

77. Se é **solteiro e nunca viveu em união de facto**, por favor comente as afirmações seguintes, assinalando com um X o seu grau de concordância (1 será o mínimo de concordância e 6 o máximo de concordância).

Não sou casado(a) nem vivo em união de facto...	1	2	3	4	5	6	Sem opinião
1. Mas tenho um relacionamento estável com alguém							
2. Porque não tenho estabilidade profissional							
3. Porque as relações afectivas funcionam melhor se cada um viver nasua casa							
4. Porque me considero ainda novo(a) para esse compromisso							
5. Mas gostava de me casar um dia							
6. Porque ainda não encontrei a pessoa certa							
7. Mas um dia gostava de viver com alguém							
8. Porque acima de tudo prezo a minha independência							
9. E não acredito no casamento							
10. Para quê mudar se estou bem assim?							
11. A minha actividade profissional deixa pouco tempo para uma relação afectiva							
12. Porque não tenho condições financeiras para comprar casa							
13. Porque prefiro ter relacionamentos que não envolvam tanto compromisso							
14. Outra situação. Qual?							

## V. EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS E SOCIAIS

78. Pensa permanecer no seu emprego a médio/longo prazo? 1. Sim ( ) 2. Não ( ) 3. Não se aplica ao meu caso ( )

78.1. Em qualquer caso, porquê? \_\_\_\_\_

79. Se está empregado, como classifica o seu grau de satisfação com o seu emprego, relativamente a cada um dos aspectos que se segue? (1 será o mínimo de satisfação e 6 o máximo de satisfação)

	1	2	3	4	5	6	Sem opinião
1. Estabilidade/segurança no emprego							
2. Conteúdo das tarefas desempenhadas							
3. Salário							
4. Relações com os colegas de trabalho							
5. Relações com os superiores hierárquicos							
6. Horário							
7. Autonomia no desempenho das tarefas							
8. Perspectivas de progressão na carreira							
9. Outro aspecto. Qual?							

80. Pensando no seu actual emprego ou no último que teve, caso esteja numa situação de não emprego, indique-nos por favor o grau de importância que cada um dos factores seguintes teve para a sua obtenção: (1 será o mínimo de importância e 6 o máximo de importância)

	1	2	3	4	5	6	Sem opinião
1. A posse de um diploma académico superior							
2. A área científica específica do meu curso superior							
3. A minha experiência profissional anterior							
4. O facto de ter tirado o curso na Universidade de Aveiro							
5. As minhas características pessoais							
6. A média de conclusão do curso							
7. Os cursos posteriores que frequentei							
8. Outro aspecto. Qual?							

81. Gostaríamos que comentasse cada uma das afirmações seguintes, relativas à sua situação profissional: (1 será o mínimo de concordância e 6 o máximo de concordância)

	1	2	3	4	5	6	Sem opinião
1. Estou satisfeito(a) com a minha situação profissional							
2. A remuneração que aufero é adequada ao diploma que possuo							
3. Sou reconhecido(a) socialmente pelo facto de ser licenciado							
4. Se pudesse, mudava de actividade profissional							
5. A minha situação geral melhorou relativamente aos meus pais							
6. Se voltasse atrás, tentava começar a trabalhar depois do 12º ano							
7. O diploma académico foi fundamental para eu encontrar emprego							
8. O diploma académico foi fundamental para eu ter um bom salário							
9. O diploma foi fundamental para eu ter o estatuto social que hoje tenho							
10. Trabalhar permite acima de tudo ter independência económica							
11. O trabalho permite acima de tudo a auto-realização							
12. Outro aspecto. Qual?							

82. Gostaríamos que comentasse cada uma das afirmações seguintes, relativas à sua situação familiar: (1 será o mínimo de concordância e 6 o máximo de concordância)

	1	2	3	4	5	6	Sem opinião
1. Estou satisfeito(a) com a minha situação familiar							
2. Resido perto do meu local de trabalho							
3. Estou satisfeito(a) com a residência que habito							
4. Gostava de ter mais tempo livre para dedicar à família							
5. Para mim, é complicado articular a vida profissional com a vida particular							
6. Gostava de ter mais tempo livre só para mim							
7. Os meus pais/sogros ajudam financeiramente a manter o meu nível de vida							
8. Resido perto dos meus pais/sogros							
9. Gostava de ter (mais) filhos							
10. Com as minhas condições financeiras, tenho uma vida satisfatória							
11. Satisfaz-me a divisão das tarefas domésticas na minha casa							
12. Outro aspecto. Qual?							

83. Agradecemos ainda as críticas ou comentários que quiser fazer a este questionário:

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

**Terminou aqui o seu questionário. Por favor, dobre-o, meta-o no envelope e coloque-o no correio. A sua colaboração foi muito importante – MUITO OBRIGADA!**

Contactos para esclarecimento de dúvidas ou outro tipo de comunicação:  
 Manuela Gonçalves ou Ana Alexandra Gomes: E-mail [manuelag@dce.ua.pt](mailto:manuelag@dce.ua.pt) ou [acorreia@dce.ua.pt](mailto:acorreia@dce.ua.pt); Tel. 234270636 ou 234270353; Fax 234270640.





## Anexo II C - Tabelas de apoio à caracterização da amostra

Tabela 1. Distribuição dos diplomados por cursos

Curso	Amostra	
	N	%
Educação de Infância (Licenciatura e Bacharelato)	12	3,4
Professores do Ensino Básico - 1º CEB (Licenciatura e Bacharelato)	20	5,7
Ensino de Biologia e Geologia	13	3,7
Ensino de Electrónica e Informática	1	0,3
Ensino de Física e Química	2	0,6
Ensino de Inglês e Alemão	13	3,7
Ensino de Português e Francês	15	4,3
Ensino de Português e Inglês	25	7,1
Ensino de Português, Latim e Grego	15	4,3
Ensino de Matemática	20	5,7
Ensino de Música	7	2,0
Biologia	35	9,9
Física - Ramo Meteorologia e Oceanografia	1	0,3
Química - Ramo Bioquímica e Química Alimentar	12	3,4
Química - Ramo Química Analítica	5	1,4
Química - Ramo Industrial e Gestão	1	0,3
Matemática e Matemática Aplicada à Computação	5	1,4
Engenharia do Ambiente	28	8,0
Engenharia Cerâmica e do Vidro	2	0,6
Engenharia Electrónica e Telecomunicações	34	9,7
Engenharia Física	3	0,9
Engenharia Geológica	4	1,1
Engenharia e Gestão Industrial	15	4,3
Engenharia de Materiais	4	1,1
Engenharia Química	2	0,6
Gestão e Planeamento em Turismo	24	6,8
Planeamento Regional e Urbano	18	5,1
Novas Tecnologias da Comunicação	16	4,5
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>100,0</b>

Tabela 2. Idade dos diplomados em 2003 (em anos)

Idade	N	%
24	1	0,3
25	20	5,7
26	52	14,8
27	45	12,8
28	64	18,2
29	52	14,8
30	49	13,9
31	29	8,2
32	15	4,3
33	8	2,3
34	6	1,7
35	2	0,6
36	3	0,9
37	1	0,3
38	1	0,3
41	1	0,3
42	2	0,6
47	1	0,3

<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>100,0</b>
--------------	------------	--------------

**Tabela 3. Duração da realização do curso (em anos) por área de formação**

Área \ Duração	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
3	11	34,4								
4	18	56,3			13	22,0			16	27,6
5	3	9,4	74	66,7	27	45,8	28	30,4	27	46,6
6			25	22,5	10	17,0	29	31,5	8	13,8
7			9	8,1	6	10,2	21	22,8	6	10,3
8			2	1,8	2	3,4	8	8,7		
9			1	0,9			2	2,2		
10							1	1,1		
11					1	1,7				
18							1	1,1		
<i>Sem informação</i>							2	2,2	1	1,7
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N= 352

**Tabela 4. Classificação final de curso por área de formação**

Área \ Classificação	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
11					1	1,7	2	2,2		
12	1	3,1	6	5,4	13	22,0	33	35,9	9	15,5
13	5	15,6	36	32,4	20	33,9	41	44,6	30	51,7
14	15	46,9	42	37,8	21	35,6	12	13,0	15	25,9
15	9	28,1	15	13,5	2	3,4	1	1,1	2	3,5
16	2	6,3	9	8,1	1	1,7	2	2,2	2	3,5
17			3	2,7			1	1,1		
18					1	1,7				
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N= 352

**Tabela 5. Nacionalidade dos diplomados**

Nacionalidade	N	%
Portugal	294	83,5
Venezuela	7	2,0
Angola	15	4,3
Moçambique	8	2,3
E.U.A.	1	0,3
Luxemburgo	1	0,3
França	17	4,8
África do Sul	2	0,6
Austrália	1	0,3
Brasil	2	0,6
Alemanha	3	0,9
Canadá	1	0,3
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>100,0</b>

## ANEXO III (Tabelas e gráficos de apoio à análise dos dados)

**Tabela 1. Tipo de estudos por idade em 2003**

Idade \ Estudos	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36oumais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Licenciatura	1	14,3	2	5,0	2	4,8	3	11,5			1	16,7		
Pós-graduação	1	14,3	8	20,0	10	23,8	6	23,1	2	40,0	3	50,0		
Mestrado	3	42,9	20	50,0	18	42,9	15	57,7	3	60,0	2	33,3	1	100,0
Doutoramento	2	28,6	10	25,0	9	21,4	1	3,9						
Outro tipo					3	7,1	1	3,9						
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>5,5</b>	<b>40</b>	<b>31,5</b>	<b>42</b>	<b>33,1</b>	<b>26</b>	<b>20,5</b>	<b>5</b>	<b>3,9</b>	<b>6</b>	<b>4,7</b>	<b>1</b>	<b>0,8</b>

N= 127

**Tabela 2. Tipo de estudos por ano de conclusão do curso**

Ano \ Estudos	1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Licenciatura	1	7,1	1	4,2	3	9,4	1	4,8	2	6,9	1	16,7
Pós-graduação	4	28,6	7	29,2	7	21,9	1	4,8	8	27,6	3	50,0
Mestrado	6	42,9	11	45,8	14	43,8	15	71,4	14	48,3	1	16,7
Doutoramento	2	14,3	3	12,5	8	25,0	4	19,1	4	13,8	1	16,7
Outro tipo	1	7,1	2	8,3					1	3,5		
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>11,1</b>	<b>24</b>	<b>19,1</b>	<b>32</b>	<b>25,4</b>	<b>21</b>	<b>16,7</b>	<b>29</b>	<b>23,0</b>	<b>6</b>	<b>4,8</b>

N= 126

**Tabela 3. Tipo de estudos por sexo**

Sexo \ Estudos	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Licenciatura	7	8,1	2	5,0
Pós-graduação	19	21,8	11	27,5
Mestrado	44	50,6	18	45,0
Doutoramento	15	17,2	7	17,5
Outro tipo	2	2,3	2	5,0
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>68,5</b>	<b>40</b>	<b>31,5</b>

N=127

**Tabela 4. Motivo para continuar os estudos por ano de conclusão do curso**

Ano \ Motivo	1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidade de aprofundar os conhecimentos	5	35,7	11	45,8	7	21,9	5	23,8	10	34,5	1	16,7
Condição para progredir na carreira	1	7,1	5	20,8	5	15,6	2	9,5	6	20,7		
Alternativa ao desemprego	2	14,3			2	6,3	1	4,8	4	13,8	1	16,7
Condição para encontrar emprego	1	7,1			1	3,1			1	3,5		
Valorização pessoal	3	21,4	7	29,2	16	50,0	12	57,1	6	20,7	4	66,7
Outro motivo	1	7,1	1	4,2	1	3,1	1	4,8	2	6,9		
<i>Sem resposta</i>	1	7,1										
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>11,1</b>	<b>24</b>	<b>19,1</b>	<b>32</b>	<b>25,4</b>	<b>21</b>	<b>16,7</b>	<b>29</b>	<b>23,0</b>	<b>6</b>	<b>4,8</b>

N= 126

**Tabela 5. Relação temporal entre o prosseguimento de estudo e o percurso profissional, segundo o sexo**

Relação temporal	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Início de pós-graduação imediatamente após a conclusão do curso	10	11,5	8	20,0		
Procura de emprego seguida de prosseguimento de estudos	6	6,9	1	2,5		
Situação de emprego seguida de estudos a tempo inteiro	11	12,6	4	10,0		
Situações de estudo e emprego simultâneas	45	51,7	21	52,5		
Situação de emprego seguida de estudos a tempo parcial	5	5,8	3	7,5		
Outra situação	7	8,1	2	5,0		
<i>Sem resposta</i>	3	3,5	1	2,5		
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>68,5</b>	<b>40</b>	<b>31,5</b>		

N= 127

**Tabela 6. Realização de estágio por ano de conclusão do curso**

Ano \ Estágio	1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	9	26,5	24	36,4	22	29,0	20	31,8	28	30,4	5	41,7
Não	24	70,6	40	60,6	54	71,1	43	68,3	64	69,6	6	50,0
<i>Sem resposta</i>	1	2,9	2	3,0							1	8,3
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>9,9</b>	<b>66</b>	<b>19,2</b>	<b>76</b>	<b>22,2</b>	<b>63</b>	<b>18,4</b>	<b>92</b>	<b>26,8</b>	<b>12</b>	<b>3,5</b>

N= 343

Tabela 7. Realização de estágio, segundo o sexo

Sexo \ Estágio	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Sim	74	29,6	36	35,3
Não	174	69,6	64	62,8
<i>Sem resposta</i>	2	0,8	2	2,0
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>71,0</b>	<b>102</b>	<b>29,0</b>

N= 352

Tabela 8. Número de empregos dos diplomados por idade em 2003

Idade \ Nº empregos	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhum	1	4,8	10	10,3	4	3,4	2	2,6						
1 emprego	15	71,4	57	58,8	70	60,3	41	52,6	9	39,1	3	37,5	4	44,4
2 empregos	4	19,0	21	21,6	23	19,8	18	23,1	9	39,1	3	37,5	3	33,3
3 ou mais empregos	1	4,8	9	9,3	19	16,4	15	19,2	5	21,7	2	25,0	2	22,2
<i>Sem informação</i>							2	2,6						
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>	<b>97</b>	<b>27,6</b>	<b>116</b>	<b>33,0</b>	<b>78</b>	<b>22,2</b>	<b>23</b>	<b>6,5</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N=352

Tabela 9. Número de empregos dos diplomados por ano de conclusão do curso

Año \ Nº empregos	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		<i>Sem informação</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhum			2	3,0	5	6,6	4	6,3	6	6,5				
1 emprego	19	55,9	35	53,0	42	55,3	41	65,1	49	53,3	9	75,0	4	44,4
2 empregos	6	17,6	13	19,7	21	27,6	10	15,9	24	26,1	3	25,0	4	44,4
3 ou + empregos	9	26,5	16	24,2	8	10,5	7	11,1	12	13,0	0	0,0	1	11,1
<i>Sem informação</i>							1	1,6	1	1,1	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>9,7</b>	<b>66</b>	<b>18,8</b>	<b>76</b>	<b>21,6</b>	<b>63</b>	<b>17,9</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>12</b>	<b>3,4</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N= 352

Tabela 10. Ocupação profissional dos diplomados por ano lectivo de conclusão do curso

Año \ Ocupação	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		<i>Sem informação</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dirig. superiores			1	1,6			1	1,7						
Emp. (10 ou+ trab.)	1	2,9												
Emp. (-10 trab.)	1	2,9			2	2,8	2	3,4	1	1,2				
Profissões liberais	0	0,0	1	1,6	4	5,6	1	1,7	3	3,5				
Quad. técn. super.	9	26,5	23	35,9	26	36,6	14	23,7	29	33,7	6	50,0	3	33,3
Quad. técn. interm.	2	5,9	7	10,9	4	5,6	5	8,5	9	10,5			1	11,1
Professores	19	55,9	26	40,6	33	46,5	30	50,8	31	36,0	5	41,7	5	55,6
Trab. conta própria	1	2,9	1	1,6			1	1,7	2	2,3				
Emp. escr/com/serv.			2	3,1			4	6,8	6	7,0	1	8,3		
Outra situação									1	1,2				
<i>Sem informação</i>	1	2,9	3	4,7	2	2,8	1	1,7	4	4,7				
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>10,1</b>	<b>64</b>	<b>19,1</b>	<b>71</b>	<b>21,2</b>	<b>59</b>	<b>17,6</b>	<b>86</b>	<b>25,7</b>	<b>12</b>	<b>3,6</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>

N= 335

Tabela 11. Profissão dos diplomados por área de formação

Profissão \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	Gerente ou Sócio-Gerente da indústria, pesca e de outras actividades							1	1,1	1
Profissional de seguros							1	1,1		
Técnico Superior de Saúde e Técnico Superior de Saúde Pública					2	4,3				
Técnico de laboratório					3	6,4				
Biólogo					5	10,6				
Químico					3	6,4				
Técnico de investigação científica e Assistente de investigação					1	2,1	1	1,1	1	1,7
Professor do Ensino Superior Universitário ou Politécnico			4	3,6	3	6,4	4	4,5	4	6,9
Professor do 1º Ciclo do Ensino Básico	16	50,0								
Professor do 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico e do Secundário	1	3,1	88	80,0	14	29,8	1	1,1		
Educador de Infância	11	34,4								
Professor de música/educação musical			4	3,6						
Formador			2	1,8						
Monitor do ensino superior									1	1,7
Engenheiro Físico							3	3,4		
Engenheiro Químico							1	1,1		
Engenheiro de Cerâmica e do Vidro							1	1,1		
Engenheiro Electrotécnico e de Telecomunicações							20	22,7		
Engenheiro do Ambiente							14	15,9		
Engenheiro Geológico							2	2,3		
Engenheiro de Produção ou Manutenção Industrial/ Engenheiro de Materiais/ Engenheiro de Produto							15	17,0		
Funcionários Administrativos			2	1,8					5	8,6
Animador social, cultural e de ATL			2	1,8						
Empregados de comércio e serviços	1	3,1	3	2,7					2	3,4
Bancário			1	0,9	1	2,1			1	1,7
Consultor e Auditor							4	4,5	1	1,7
Técnicos, gerentes e directores comerciais					1	2,1				
Urbanistas e Técnicos de Planeamento ou de Ordenamento do Território									15	25,9
Analistas, Programadores e					2	4,3	2	2,3	1	1,7

Técnicos informáticos										
Técnicos de turismo								9	15,5	
Gestores em diversas áreas				1	2,1	6	6,8	2	3,4	
Técnicos especializados da indústria e telecomunicações				1	2,1	1	1,1	1	1,7	
Técnicos do Ambiente						3	3,4			
Técnicos de Gestão, Marketing e outros				1	2,1			1	1,7	
Técnicos de Multimédia e Comunicação								8	13,8	
Bolseiros de investigação			1	0,9	3	6,4	1	1,1	1	1,7
Coordenador Editorial					1	2,1				
Director de empresa de Planeamento e Gestão de Recursos Naturais							1	1,1		
Outras					3	6,4	3	3,4	3	5,2
<i>Sem informação</i>	3	9,4	3	2,7	2	4,3	3	3,4	1	1,7
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,6</b>	<b>110</b>	<b>32,8</b>	<b>47</b>	<b>14,0</b>	<b>88</b>	<b>26,3</b>	<b>58</b>	<b>17,3</b>

N=335

Tabela 12. Número de vezes no desemprego por idade em 2003

Idade \ Nº vezes	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	13	65,0	49	56,3	72	64,3	50	65,8	16	69,6	3	37,5	5	55,6
1 vez	2	10,0	14	16,1	19	17,0	14	18,4	7	30,4	3	37,5		
2 vezes	3	15,0	13	14,9	12	10,7	3	3,9					2	22,2
3 ou mais vezes	1	5,0	9	10,3	3	2,7	6	7,9			1	12,5	1	11,1
<i>Sem informação</i>	1	5,0	2	2,3	6	5,4	3	3,9			1	12,5	1	11,1
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>6,0</b>	<b>87</b>	<b>26,0</b>	<b>112</b>	<b>33,4</b>	<b>76</b>	<b>22,7</b>	<b>23</b>	<b>6,9</b>	<b>8</b>	<b>2,4</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>

N=352

Tabela 13. Número de vezes no desemprego por ano lectivo de conclusão do curso

Ano \ Nº vezes	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		<i>Sem informação</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	23	67,6	44	68,8	47	66,2	36	61,0	48	55,8	8	66,7	2	22,2
1 vez	7	20,6	8	12,5	13	18,3	7	11,9	19	22,1	3	25,0	2	22,2
2 vezes	2	5,9	5	7,8	2	2,8	10	16,9	10	11,6			4	44,4
3 ou mais vezes	1	2,9	4	6,3	6	8,5	5	8,5	5	5,8				
<i>Sem informação</i>	1	2,9	3	4,7	3	4,2	1	1,7	4	4,7	1	8,3	1	11,1
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>10,1</b>	<b>64</b>	<b>19,1</b>	<b>71</b>	<b>21,2</b>	<b>59</b>	<b>17,6</b>	<b>86</b>	<b>25,7</b>	<b>12</b>	<b>3,6</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>

N= 352

Tabela 14. Tempo total de desemprego por idade em 2003

Idade \ Tempo	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
> 6 meses	3	42,9	15	39,5	14	35,0	8	30,8	1	14,3	2	40,0	2	50,0
6 - 12 meses	-	-	10	26,3	10	25,0	10	38,5	3	42,9	1	20,0	-	-
12 -24 meses	3	42,9	6	15,8	10	25,0	2	7,7	1	14,3	-	-	-	-
< 24 meses	-	-	4	10,5	1	2,5	2	7,7	-	-	1	20,0	1	25,0
<i>Sem informação</i>	1	14,3	3	7,9	5	12,5	4	15,4	2	28,6	1	20,0	1	25,0
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>5,5</b>	<b>38</b>	<b>29,9</b>	<b>40</b>	<b>31,5</b>	<b>26</b>	<b>20,5</b>	<b>7</b>	<b>5,5</b>	<b>5</b>	<b>3,9</b>	<b>4</b>	<b>3,1</b>

N=127

**Tabela 15. Tempo total de desemprego por ano lectivo de conclusão do curso**

Tempo \ Ano	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
> 6 meses	4	36,4	7	35,0	6	25,0	12	52,2	11	28,9	3	75,0	2	28,6
6 - 12 meses	4	36,4	3	15,0	10	41,7	4	17,4	12	31,6	-	-	1	14,3
12 -24 meses	1	9,1	4	20,0	4	16,7	2	8,7	8	21,1	-	-	3	42,9
< 24 meses	-	-	1	5,0	2	8,3	4	17,4	2	5,3	-	-	0	0,0
Sem informação	2	18,2	5	25,0	2	8,3	1	4,3	5	13,2	1	25,0	1	14,3
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>8,7</b>	<b>20</b>	<b>15,7</b>	<b>24</b>	<b>18,9</b>	<b>23</b>	<b>18,1</b>	<b>38</b>	<b>29,9</b>	<b>4</b>	<b>3,1</b>	<b>7</b>	<b>5,5</b>

N= 127

**Tabela 16. Tempo total de desemprego por sexo**

Tempo \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
> 6 meses	31	32,0	14	46,7
6 - 12 meses	29	29,9	5	16,7
12 -24 meses	16	16,5	6	20,0
< 24 meses	9	9,3	0	0,0
Sem informação	12	12,4	5	16,7
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>76,4</b>	<b>30</b>	<b>23,6</b>

N=127

**Tabela 17 Motivo de ingresso na universidade, segundo o local de nascimento**

Motivo \ Local	Meio urbano		Meio semi-urbano		Meio rural		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Insistência familiar	3	1,8	1	1,2	1	1,0		
Ausência emprego após 12º ano	1	0,6	-	-	-	-		
Diploma facilita obtenção de emprego	51	31,1	27	31,0	32	33,3	2	40,0
Única forma de desempenhar a profissão desejada	53	32,3	35	40,2	31	32,3	2	40,0
Abundância de emprego nessa área de formação	1	0,6	-	-	2	2,1	1	20,0
Prestígio social	2	1,2	-	-	-	-		
Gosto por estudar	38	23,2	13	14,9	17	17,7		
Forma de aceder a um emprego bem remunerado	12	7,3	6	6,9	9	9,4		
Outro motivo	2	1,2	4	4,6	3	3,1		
Sem informação	1	0,6	1	1,2	1	1,0		
<b>Total</b>	<b>164</b>	<b>46,6</b>	<b>87</b>	<b>24,7</b>	<b>96</b>	<b>27,3</b>	<b>5</b>	<b>1,4</b>

N=352

**Tabela 18. Estatísticas descritivas relativas às opiniões dos diplomados quanto à sua posição social (Gráfico 28)**

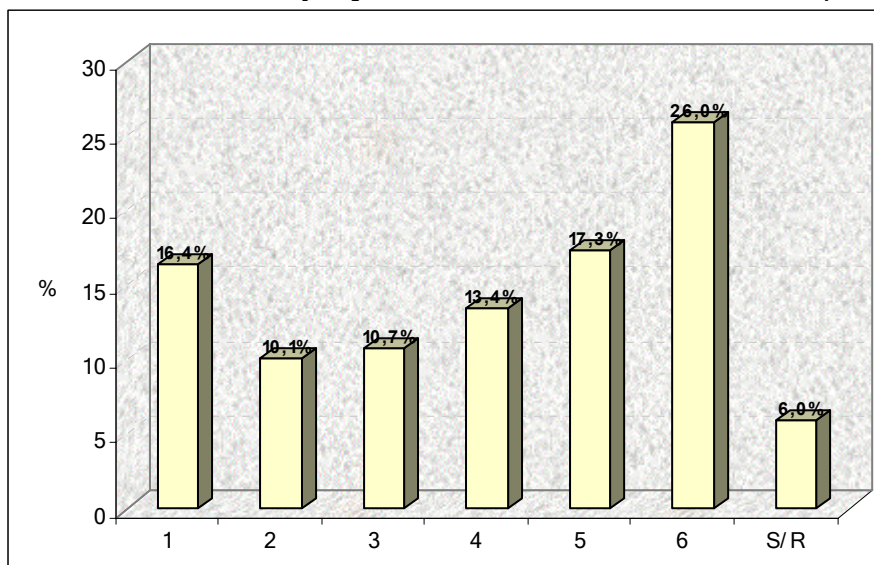
Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
1	315	3,9	4	1-6	3,40	1,84	0,10	-0,34	-1,32
2	320	3,1	3	1-6	2,55	1,60	0,09	0,23	-0,94

**Legenda:**

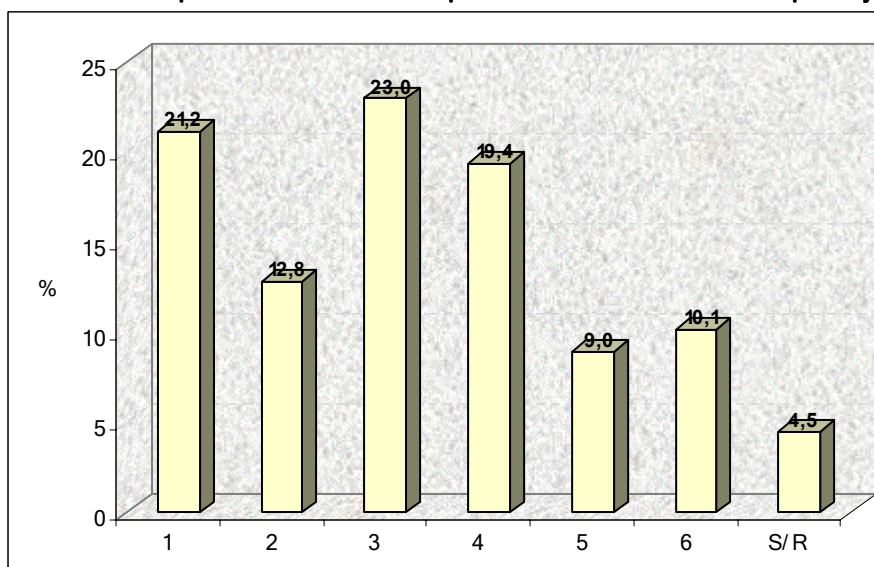
1. "A minha situação geral melhorou relativamente aos meus pais"
2. "O diploma foi fundamental para eu ter o estatuto social que hoje tenho"



**Gráfico 1. “ A minha situação geral melhorou relativamente aos meus pais”**



**Gráfico 2. “O diploma foi fundamental para eu ter o estatuto social que hoje tenho”**



**Tabela 19. 1ª Ocupação profissional dos diplomados por ano lectivo de conclusão do curso**

Ocupação	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dirig. superiores			1	1,6			1	1,7						
Emp. (10 ou+ trab.)	1	2,9							1	1,2				
Emp. (-10 trab.)	1	2,9												
Profissões liberais			1	1,6	3	4,2	1	1,7	8	9,3				
Quad. técn. super.	8	23,5	17	26,6	19	26,8	9	15,3	24	27,9	6	50,0	4	44,4
Quad. técn. interm.	2	5,9	6	9,4	5	7,0	6	10,2	9	10,5				
Professores	19	55,9	30	46,9	36	50,7	30	50,8	26	30,2	4	33,3	4	44,4
Trab. conta própria	1	2,9	1	1,6			1	1,7	1	1,2				
Emp. escr/com/serv.	1	2,9	5	7,8	4	5,6	8	13,6	7	8,1	1	8,3	1	11,1
Assala.indiferenciados							1	1,7	1	1,2				
Outra situação					1	1,4	1	1,7	1	1,2				

<i>Sem informação</i>	1	2,9	3	4,7	3	4,2	1	1,7	8	9,3	1	8,3		
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>10,1</b>	<b>64</b>	<b>19,1</b>	<b>71</b>	<b>21,2</b>	<b>59</b>	<b>17,6</b>	<b>86</b>	<b>25,7</b>	<b>12</b>	<b>3,6</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>

N= 335

**Tabela 20. Motivos para a escolha do 1º emprego**

Motivos	N	%
<b>Necessidade de trabalhar</b>		
Única oportunidade que apareceu	37	11,0
Estava desempregado e precisava de trabalhar	29	8,7
Oportunidade menos má que apareceu	2	0,6
Ganhar experiência até ter a ocupação desejada	10	3,0
Sustentar-me até ter a ocupação desejada	6	1,8
<b>Características instrumentais</b>		
Remuneração atractiva	6	1,8
Perspectivas de carreira	25	7,5
Contrato sem termo	5	1,5
Empresa/actividade de família	3	0,9
<b>Características das actividades</b>		
Implicava chefiar uma equipa		
Características da actividade	29	8,7
Autonomia no desempenho	1	0,3
Lugar de responsabilidade		
<b>Emprego desejado/ligado à área</b>		
Emprego desejado	54	16,1
Ligação à área de formação	50	14,9
<b>Motivos familiares</b>		
Proximidade da residência própria	8	2,4
Proximidade da residência do companheiro(a)		
Próximo trabalho companheiro	1	0,3
Conciliação do horário com a vida familiar	1	0,3
Outros	5	1,5
<i>Sem informação</i>	63	18,8
<b>Total</b>	<b>335</b>	<b>100,0</b>

**Tabela 21. Meios de obtenção do 1º emprego por idade em 2003**

Meios	Idade		24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Centro de emprego			2	2,3	5	4,5	4	5,3	4	17,4	1	12,5				
Auto-proposta	4	20,0	13	14,9	11	9,8	8	10,5	2	8,7			1	11,1		
Contactos meio acadé.	2	10,0	8	9,2	19	17,0	4	5,3	3	13,0	1	12,5	1	11,1		
Conhecimentos família	5	25,0	9	10,3	4	3,6	3	3,9			1	12,5				
Resposta a anúncio			10	11,5	11	9,8	11	14,5	5	21,7	1	12,5				
Colocação de anúncio							1	1,3								
Conhecimentos do meio					2	1,8	1	1,3							1	11,1
Concurso oficial	6	30,0	31	35,6	41	36,6	26	34,2	6	26,1	3	37,5	4	44,4		
Convite	1	5,0	7	8,0	5	4,5	5	6,6								
Sequência de estágio			5	5,7	8	7,1	7	9,2	1	4,3	1	12,5				
Criação do pr. emprego	1	5,0							1	4,3						
Outro meio							2	2,6	1	4,3						
<i>Sem informação</i>	1	5,0	2	2,3	6	5,4	4	5,3	0	0,0	0	0,0	2	22,2		
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>6,0</b>	<b>87</b>	<b>26,0</b>	<b>112</b>	<b>33,4</b>	<b>76</b>	<b>22,7</b>	<b>23</b>	<b>6,9</b>	<b>8</b>	<b>2,4</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>		

N=335

**Tabela 22. Meios de obtenção do 1º emprego por ano lectivo de conclusão do curso**

Meios \ Idade	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Centro de emprego	3	8,8	4	6,3	2	2,8	4	6,8	3	3,5				
Auto-proposta	2	5,9	3	4,7	7	9,9	11	18,6	12	14,0	3	25,0	1	0,3
Contactos meio acadé.	3	8,8	7	10,9	10	14,1	8	13,6	10	11,6	0	0,0	0	0,0
Conhecimentos família	2	5,9			4	5,6	4	6,8	8	9,3	2	16,7	2	0,6
Resposta a anúncio	2	5,9	10	15,6	10	14,1	2	3,4	11	12,8	2	16,7	1	0,3
Colocação de anúncio									1	1,2				
Conhecimentos do meio	1	2,9	1	1,6	1	1,4					1	8,3		
Concurso oficial	15	44,1	25	39,1	26	36,6	26	44,1	19	22,1	1	8,3	5	1,5
Convite	2	5,9	2	3,1	5	7,0	2	3,4	5	5,8	2	16,7		
Sequência de estágio	3	8,8	7	10,9	3	4,2	0	0,0	8	9,3	1	8,3		
Criação do pr. emprego							1	1,7	1	1,2				
Outro meio			2	3,1	1	1,4								
Sem informação	1	2,9	3	4,7	2	2,8	1	1,7	8	9,3				
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>10,1</b>	<b>64</b>	<b>19,1</b>	<b>71</b>	<b>21,2</b>	<b>59</b>	<b>17,6</b>	<b>86</b>	<b>25,7</b>	<b>12</b>	<b>3,6</b>	<b>9</b>	<b>2,7</b>

N=335

**Tabela 23. Tempo de permanência no 1º emprego por idade em 2003**

Tempo \ Idade	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
> 6 meses	1	20,0	10	33,3	9	21,4	6	18,2	2	14,3			1	20,0
6 - 12 meses	2	40,0	12	40,0	21	50,0	13	39,4	6	42,9	2	40,0	1	20,0
1 - 2 anos	2	40,0	7	23,3	9	21,4	6	18,2	2	14,3	1	20,0	1	20,0
2 - 3 anos			1	3,3	2	4,8	4	12,1	1	7,1	1	20,0	1	20,0
< 3 anos					1	2,4	4	12,1	3	21,4	1	20,0	1	20,0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>3,7</b>	<b>30</b>	<b>22,4</b>	<b>42</b>	<b>31,3</b>	<b>33</b>	<b>24,6</b>	<b>14</b>	<b>10,4</b>	<b>5</b>	<b>3,7</b>	<b>5</b>	<b>3,7</b>

N=134

**Tabela 24. Tempo de permanência no 1º emprego por idade ano lectivo de conclusão do curso**

Tempo \ Ano	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
> 6 meses	4	26,7	7	24,1	3	10,3	3	17,6	9	25,0	1	33,3	2	40,0
6 - 12 meses	8	53,3	11	37,9	14	48,3	8	47,1	15	41,7			1	20,0
1 - 2 anos	2	13,3	4	13,8	8	27,6	5	29,4	7	19,4	2	66,7		
2 - 3 anos			2	6,9	1	3,4	1	5,9	4	11,1			2	40,0
< 3 anos	1	6,7	5	17,2	3	10,3			1	2,8				
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>11,2</b>	<b>29</b>	<b>21,6</b>	<b>29</b>	<b>21,6</b>	<b>17</b>	<b>12,7</b>	<b>36</b>	<b>26,9</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>5</b>	<b>3,7</b>

N=134

**Tabela 25. Tempo de permanência no 1º emprego por sexo**

Tempo \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
> 6 meses	21	23,9	8	17,4
6 - 12 meses	37	42,0	20	43,5
1 - 2 anos	19	21,6	9	19,6
2 - 3 anos	4	4,5	6	13,0
< 3 anos	7	8,0	3	6,5
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>65,7</b>	<b>46</b>	<b>34,3</b>

N=134

Tabela 26. Tempo de permanência no 1º emprego por área de formação

Tempo	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
> 6 meses	1	25,0	4	21,1	7	30,4	8	15,7	9	24,3
6 - 12 meses	2	50,0	8	42,1	8	34,8	20	39,2	19	51,4
1 - 2 anos			4	21,1	6	26,1	13	25,5	5	13,5
2 - 3 anos	1	25,0	1	5,3	2	8,7	4	7,8	2	5,4
< 3 anos			2	10,5			6	11,8	2	5,4
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>3,0</b>	<b>19</b>	<b>14,2</b>	<b>23</b>	<b>48,9</b>	<b>51</b>	<b>17,3</b>	<b>37</b>	<b>38,1</b>

N=134

Tabela 27. Motivos para a escolha do 1º emprego

Motivos	N	%
<b>Necessidade de trabalhar</b>		
Única oportunidade que apareceu		
Estava desempregado e precisava de trabalhar		
Oportunidade menos má que apareceu		
Ganhar experiência até ter a ocupação desejada		
Sustentar-me até ter a ocupação desejada		
<b>Características instrumentais</b>		
Remuneração atractiva		
Perspectivas de carreira		
Contrato sem termo		
Empresa/actividade de família		
<b>Características das actividades</b>		
Implicava chefiar uma equipa		
Características da actividade		
Autonomia no desempenho		
Lugar de responsabilidade		
<b>Emprego desejado/ligado à área</b>		
Emprego desejado		
Ligação à área de formação		
<b>Motivos familiares</b>		
Proximidade da residência própria		
Proximidade da residência do companheiro(a)		
Próximo trabalho companheiro		
Conciliação do horário com a vida familiar		
Outros		
<i>Sem informação</i>		
<b>Total</b>	<b>335</b>	<b>100,0</b>

**Tabela 28. Motivo para a escolha do último emprego ocupado por ano lectivo de conclusão do curso**

Motivo	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidade de trabalhar	3	20,0	4	13,8	2	6,9	2	11,8	11	30,6	1	33,3	1	20,0
Características instrumentais	3	20,0	7	24,1	13	44,8	2	11,8	4	11,1	0	0,0	2	40,0
Características das actividades	3	20,0	6	20,7	4	13,8	6	35,3	5	13,9	1	33,3		
Emprego desejado/ligado à área	5	33,3	6	20,7	5	17,2	5	29,4	8	22,2	0	0,0	2	40,0
Motivos familiares	0	0,0	1	3,4	0	0,0	0	0,0	1	2,8	0	0,0		
Sem informação	1	6,7	5	17,2	5	17,2	2	11,8	7	19,4	1	33,3		
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>11,2</b>	<b>29</b>	<b>21,6</b>	<b>29</b>	<b>21,6</b>	<b>17</b>	<b>12,7</b>	<b>36</b>	<b>26,9</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>5</b>	<b>3,7</b>

**Tabela 29. Estado civil dos indivíduos no último ano do curso por ano lectivo de conclusão do curso**

Estado civil	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiro	32	94,1	58	87,9	70	92,1	57	90,5	83	90,2	9	75,0	9	100,0
Casado	2	5,9	6	9,1	4	5,3	5	7,9	5	5,4	2	16,7	0	0,0
União de facto	0	0,0	2	3,0	2	2,6	1	1,6	3	3,3	0	0,0	0	0,0
Sem informação	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,1	1	8,3	0	0,0
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>9,7</b>	<b>66</b>	<b>18,8</b>	<b>76</b>	<b>21,6</b>	<b>63</b>	<b>17,9</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>12</b>	<b>3,4</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N=352

**Gráfico 3. Idade ao casamento/união de facto**

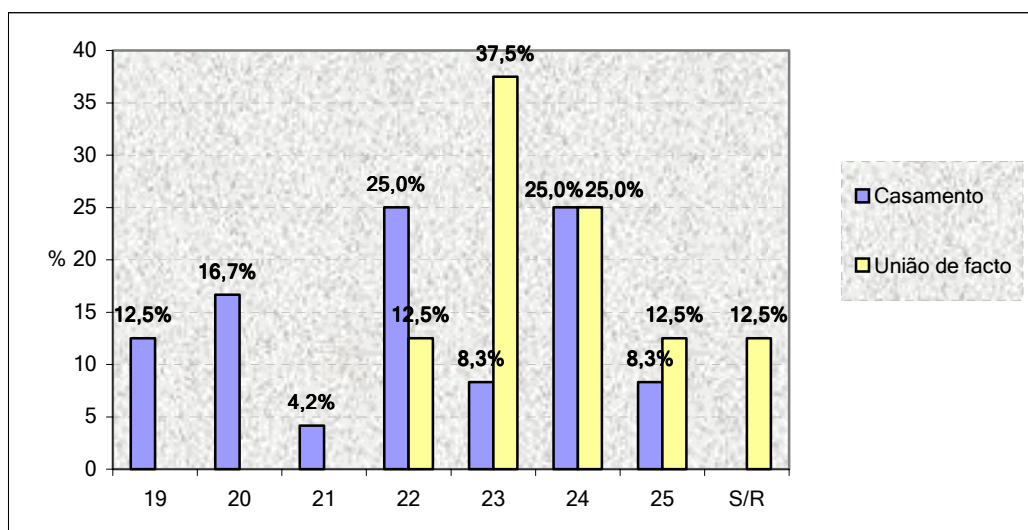


Gráfico 4. Altura do casamento/união de facto

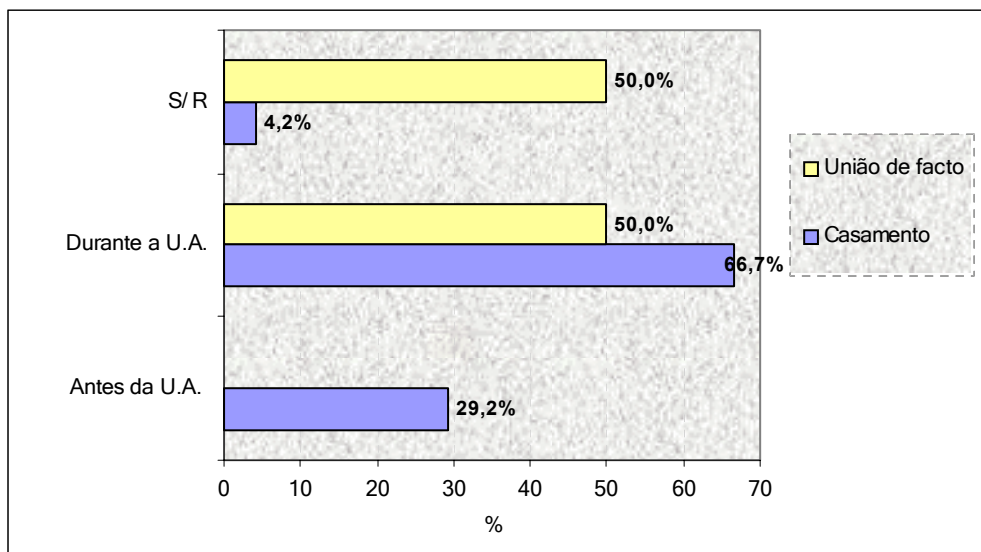


Tabela 30. Proveniência dos indivíduos por idade em 2003

Com quem residia	Idade		24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aveiro	13	61,9	50	51,5	51	44,0	26	33,3	7	30,4	3	37,5	5	55,6		
Fora de Aveiro	8	38,1	47	48,5	65	53,4	52	65,4	16	69,6	5	62,5	4	33,3		
Sem informação	0	0,0	0	0,0	3	2,6	1	1,3	0	0,0	0	0	1	11,1		
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>	<b>97</b>	<b>27,6</b>	<b>116</b>	<b>33,0</b>	<b>78</b>	<b>22,2</b>	<b>23</b>	<b>6,5</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>		

N=352

Tabela 31. Com quem residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por ano lectivo de conclusão do curso

Com quem residia	Ano lectivo		1996		1997		1998		1999		2000		2001		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	8	23,5	17	25,8	21	27,6	21	33,3	29	31,5	3	25,0	6	66,7		
Outros familiares	1	2,9	1	1,5	2	2,6	0	0,0	1	1,1	1	8,3	0	0,0		
Sozinho	6	17,6	5	7,6	6	7,9	5	7,9	7	7,6	2	16,7	1	11,1		
Colegas da U.A.	17	50,0	33	50,0	40	52,6	28	44,4	43	46,7	3	25,0	1	11,1		
Amigos	0	0,0	2	3,0	2	2,6	3	4,8	4	4,3	0	0,0	0	0,0		
Cônjuge	1	2,9	5	7,6	4	5,3	5	7,9	3	3,3	2	16,7	0	0,0		
Companheiro(a)	1	2,9	2	3,0	1	1,3	1	1,6	4	4,3	0	0,0	1	11,1		
Outra opção	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,1	1	8,3	0	0,0		
Sem informação	0	0,0	1	1,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>9,7</b>	<b>66</b>	<b>18,8</b>	<b>76</b>	<b>21,6</b>	<b>63</b>	<b>17,9</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>12</b>	<b>3,4</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>		

N=352

Tabela 32. Proveniência dos indivíduos por área de formação

Com quem residia	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/G	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aveiro	25	78,1	64	57,7	14	23,7	34	37,0	18	31,0
Fora de Aveiro	7	18,8	47	42,3	45	76,3	58	62,0	40	63,8
Sem informação	1	3,1	0	0,0	0	0,0	1	1,1	3	5,2
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N=352

Tabela 33. Onde residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por estado civil

Onde residia	Solteiro		Casado		União de facto		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	105	33,0	4	16,7	0	0,0	1	50,0
Casa de familiares	4	1,3	2	8,3	0	0,0	0	0,0
Quarto alugado	101	31,8	0	0,0	2	25,0	0	0,0
Andar alugado	69	21,7	6	25,0	5	62,5	1	50,0
Andar comprado	9	2,8	9	37,5	0	0,0	0	0,0
Residência da U.A.	26	8,2	1	4,2	1	12,5	0	0,0
Outra opção	2	0,6	2	8,3	0	0,0	0	0,0
<b>Sem informação</b>	<b>2</b>	<b>0,6</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
<b>Total</b>	<b>318</b>	<b>90,3</b>	<b>24</b>	<b>6,8</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>2</b>	<b>0,6</b>

N=352

Tabela 34. Onde residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por idade em 2003

Onde residia	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	8	38,1	35	36,1	39	33,6	20	25,6	3	13,0	3	37,5	2	22,2
Casa de familiares	0	0,0	0	0,0	4	3,4	1	1,3	1	4,3	0	0,0	0	0,0
Quarto alugado	4	19,0	29	29,9	36	31,0	23	29,5	8	34,8	2	25,0	1	11,1
Andar alugado	6	28,6	20	20,6	23	19,8	23	29,5	7	30,4	1	12,5	1	11,1
Andar comprado	0	0,0	2	2,1	6	5,2	5	6,4	2	8,7	1	12,5	2	22,2
Residência da U.A.	2	9,5	9	9,3	7	6,0	5	6,4	2	8,7	1	12,5	2	22,2
Outra opção	0	0,0	2	2,1	1	0,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	11,1
<b>Sem informação</b>	<b>1</b>	<b>4,8</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>1</b>	<b>1,3</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>	<b>97</b>	<b>27,6</b>	<b>116</b>	<b>33,0</b>	<b>78</b>	<b>22,2</b>	<b>23</b>	<b>6,5</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N=352

Tabela 35. Onde residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por ano lectivo de conclusão do curso

Onde residia	1996		1997		1998		1999		2000		2001		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	8	23,5	16	24,2	24	31,6	23	36,5	30	32,6	3	25,0	6	66,7
Casa de familiares	1	2,9	2	3,0	2	2,6	0	0,0	1	1,1	0	0,0	0	0,0
Quarto alugado	13	38,2	21	31,8	26	34,2	18	28,6	21	22,8	3	25,0	1	11,1
Andar alugado	5	14,7	14	21,2	18	23,7	17	27,0	25	27,2	1	8,3	1	11,1
Andar comprado	2	5,9	6	9,1	3	3,9	1	1,6	3	3,3	2	16,7	1	11,1
Residência da U.A.	5	14,7	6	9,1	3	3,9	4	6,3	9	9,8	1	8,3	0	0,0
Outra opção	0	0,0	1	1,5	0	0,0	0	0,0	1	1,1	2	16,7	0	0,0
<b>Sem informação</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>2</b>	<b>2,2</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>9,7</b>	<b>66</b>	<b>18,8</b>	<b>76</b>	<b>21,6</b>	<b>63</b>	<b>17,9</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>12</b>	<b>3,4</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N=352

Tabela 36. Onde residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por sexo

Onde residia	Sexo		Feminino		Masculino	
			N	%	N	%
	N	%				
Casa dos pais	81	32,4	29	28,4		
Casa de familiares	6	2,4	0	0,0		
Quarto alugado	65	26,0	38	37,3		
Andar alugado	62	24,8	19	18,6		
Andar comprado	14	5,6	4	3,9		
Residência da U.A.	18	7,2	10	9,8		
Outra opção	3	1,2	1	1,0		
Sem informação	1	0,4	1	1,0		
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>71,0</b>	<b>102</b>	<b>29,0</b>		

N=352

Tabela 37. Onde residiam os indivíduos (durante a semana) no último ano do curso por área de formação

Onde residia	Área		Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
			N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	N	%										
Casa dos pais	15	46,9	43	38,7	12,0	20,3	24,0	26,1	16	27,6		
Casa de familiares	1	3,1	1	0,9	1,0	1,7	1,0	1,1	2	3,4		
Quarto alugado	6	18,8	30	27,0	27,0	45,8	29,0	31,5	11	19,0		
Andar alugado	6	18,8	25	22,5	12,0	20,3	20,0	21,7	18	31,0		
Andar comprado	0	0,0	9	8,1	3,0	5,1	5,0	5,4	1	1,7		
Residência da U.A.	3	9,4	2	1,8	3,0	5,1	11,0	12,0	9	15,5		
Outra opção	1	3,1	0	0,0	1,0	1,7	2,0	2,2	0	0,0		
Sem informação	0	0,0	1	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	1	1,7		
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>		

N=352

Tabela 38. Situação residencial dos indivíduos (durante o fim-de-semana) no último ano do curso por estado civil

Situação	Área		Solteiro		Casado		União de facto		Sem informação	
			N	%	N	%	N	%	N	%
	N	%								
Diferente	164	51,6	2	8,3	4	50,0	1	50,0		
Igual	152	47,8	22	91,7	4	50,0	1	50,0		
Sem informação	2	0,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0		
<b>Total</b>	<b>318</b>	<b>90,3</b>	<b>24</b>	<b>6,8</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>2</b>	<b>0,6</b>		

N=352

Tabela 39. Situação residencial dos indivíduos (durante o fim-de-semana) no último ano do curso por idade em 2003

Situação	Idade		24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
			N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	N	%														
Diferente	12	57,1	49	50,5	50	43,1	44	56,4	10	43,5	2	25,0	4	44,4		
Igual	9	42,9	48	49,5	65	56,0	34	43,6	12	52,2	6	75,0	5	55,6		
Sem informação	0	0,0	0	0,0	1	0,9	0	0,0	1	4,3	0	0,0	0	0,0		
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>6,0</b>	<b>97</b>	<b>27,6</b>	<b>116</b>	<b>33,0</b>	<b>78</b>	<b>22,2</b>	<b>23</b>	<b>6,5</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>		

N=352



Tabela 40. Situação residencial dos indivíduos (durante o fim-de-semana) no último ano do curso por ano lectivo de conclusão do curso

Situação \ Ano lectivo	1996		1997		1998		1999		2000		2001		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diferente	19	55,9	36	54,5	38	50,0	29	46,0	44	47,8	4	33,3	1	11,1
Igual	15	44,1	30	45,5	38	50,0	34	54,0	47	51,1	8	66,7	7	77,8
Sem informação	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,1	0	0,0	1	11,1
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>9,7</b>	<b>66</b>	<b>18,8</b>	<b>76</b>	<b>21,6</b>	<b>63</b>	<b>17,9</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>12</b>	<b>3,4</b>	<b>9</b>	<b>2,6</b>

N=352

Tabela 41. Situação residencial dos indivíduos (durante o fim-de-semana) no último ano do curso por sexo

Situação \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Diferente	126	50,4	45	44,1
Igual	123	49,2	56	54,9
Sem informação	1	0,4	1	1,0
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>71,0</b>	<b>102</b>	<b>29,0</b>

N=352

Tabela 42. Situação residencial dos indivíduos (durante o fim-de-semana) no último ano do curso por área de formação

Situação \ Área	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diferente	14	43,8	48	43,2	39	66,1	40	43,5	30	51,7
Igual	18	56,3	63	56,8	19	32,2	51	55,4	28	48,3
Sem informação	0	0,0	0	0,0	1	1,7	1	1,1	0	0,0
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>9,1</b>	<b>111</b>	<b>31,5</b>	<b>59</b>	<b>16,8</b>	<b>92</b>	<b>26,1</b>	<b>58</b>	<b>16,5</b>

N=352

Tabela 43. Forma de financiamento das despesas no último ano do curso por estado civil

	SOLTEIRO		CASADO		UNIÃO DE FACTO		SEM INFORMAÇÃO	
Pais	177	55,7	2	8,3	3	37,5	1	50,0
Bolsa de estudos	15	4,7	2	8,3	0	0,0	0	0,0
Próprio	110	34,6	9	37,5	4	50,0	1	50,0
Cônjuge/companheiro(a)	1	0,3	9	37,5	1	12,5	0	0,0
Outros familiares	4	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Família do cônjuge	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Próprio+cônjuge	0	0,0	1	4,2	0	0,0	0	0,0
Outra	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sem informação	9	2,8	1	4,2	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>318</b>	<b>90,3</b>	<b>24</b>	<b>6,8</b>	<b>8</b>	<b>2,3</b>	<b>2</b>	<b>0,6</b>

N=352

**Tabela 44. Forma de financiamento das despesas no último ano do curso por idade em 2003**

	24/25	26/27	28/29	30/31	32/33	34/35	36 OU MAIS
Pais	11 52,4	51 52,6	64 55,2	41 52,6	12 52,2	2 25,0	2 22,2
Bolsa de estudos	2 9,5	6 6,2	6 5,2	2 2,6	1 4,3	0 0,0	0 0,0
Próprio	6 28,6	34 35,1	40 34,5	30 38,5	6 26,1	5 62,5	3 33,3
Cônjuge/companheiro(a)	0 0,0	0 0,0	3 2,6	1 1,3	4 17,4	0 0,0	3 33,3
Outros familiares	1 4,8	0 0,0	1 0,9	1 1,3	0 0,0	0 0,0	1 11,1
Família do cônjuge	0 0,0	0 0,0	0 0,0	1 1,3	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Próprio+cônjuge	0 0,0	0 0,0	1 0,9	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Outra	0 0,0	1 1,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Sem informação	1 4,8	5 5,2	1 0,9	2 2,6	0 0,0	1 12,5	0 0,0
Total	21 6,0	97 27,6	116 33,0	78 22,2	23 6,5	8 2,3	9 2,6

N=352

**Tabela 45. Forma de financiamento das despesas no último ano do curso por ano lectivo de conclusão do curso**

	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/01	SEM INFORMAÇÃO
Pais	18 52,9	40 60,6	39 51,3	35 55,6	42 45,7	3 25,0	6 66,7
Bolsa de estudos	3 8,8	3 4,5	4 5,3	0 0,0	5 5,4	2 16,7	0 0,0
Próprio	12 35,3	19 28,8	28 36,8	20 31,7	35 38,0	7 58,3	3 33,3
Cônjuge/companheiro(a)	1 2,9	3 4,5	1 1,3	4 6,3	2 2,2	0 0,0	0 0,0
Outros familiares	0 0,0	1 1,5	0 0,0	2 3,2	1 1,1	0 0,0	0 0,0
Família do cônjuge	0 0,0	0 0,0	1 1,3	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Próprio+cônjuge	0 0,0	0 0,0	1 1,3	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Outra	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0	1 1,1	0 0,0	0 0,0
Sem informação	0 0,0	0 0,0	2 2,6	2 3,2	6 6,5	0 0,0	0 0,0
Total	34 9,7	66 18,8	76 21,5	63 17,9	92 26,1	12 3,4	9 2,6

N=352

**Tabela 46. Forma de financiamento das despesas no último ano do curso por sexo**

	FEMININO	MASCULINO
Pais	130 52,0	53 52,0
Bolsa de estudos	10 4,0	7 6,9
Próprio	88 35,2	36 35,3
Cônjuge/companheiro(a)	10 4,0	1 1,0
Outros familiares	1 0,4	3 2,9
Família do cônjuge	1 0,4	0 0,0
Próprio+cônjuge	1 0,4	0 0,0
Outra	1 0,4	0 0,0
Sem informação	8 3,2	2 2,0
Total	250 71,0	102 29,0

N=352

**Tabela 47. Estatísticas descritivas das opiniões dos diplomados solteiros relativamente a alguns aspectos relacionados com os relacionamentos afectivos (Gráfico 53)**

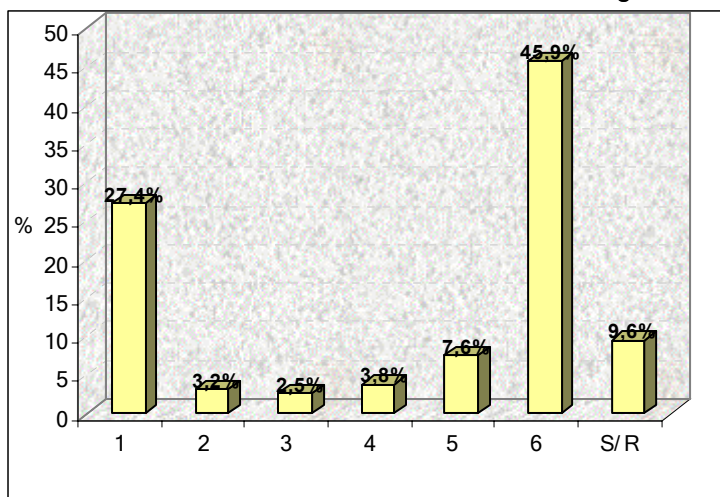
Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
1	142	4,1	6	1-6	5,03	2,24	0,19	-0,52	-1,61
2	141	5,1	6	1-6	2,26	1,50	0,13	-1,84	2,26
3	139	5,1	6	1-6	2,22	1,49	0,13	-1,74	2,02
4	138	1,8	1	1-6	1,76	1,33	0,11	1,77	2,07
5	139	2,1	1	1-6	2,33	1,53	0,13	1,36	0,83

**Legenda:**

Não sou casado nem vivo em união de facto...

- 1- Mas tenho um relacionamento estável com alguém
- 2- Mas gostava de casar um dia
- 3- Mas um dia gostava de viver com alguém
- 4- E não acredito no casamento
- 5- Para quê mudar se estou bem assim?

**Gráfico 4. “Tenho um relacionamento estável com alguém”**



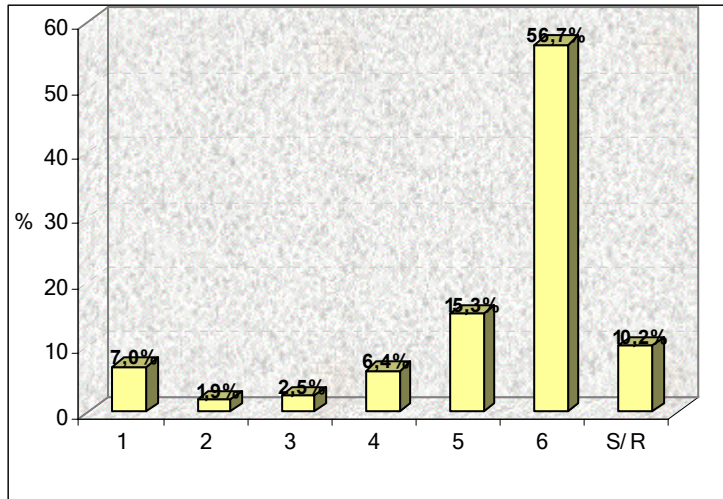
**Tabela 48. “Tenho um relacionamento estável com alguém” por ano lectivo de conclusão do curso**

Ano lectivo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
1995/96	2	3,5	1-6	3,54	2,5	--
1996/97	20	4,6	1-6	2,23	0,50	-1,04
1997/98	20	4,1	1-6	2,36	0,53	-0,61
1998/99	22	4,2	1-6	2,22	0,47	-0,66
1999/2000	46	3,9	1-6	2,15	0,32	-0,40
2000/01	5	2,0	1-6	2,24	1,00	2,24

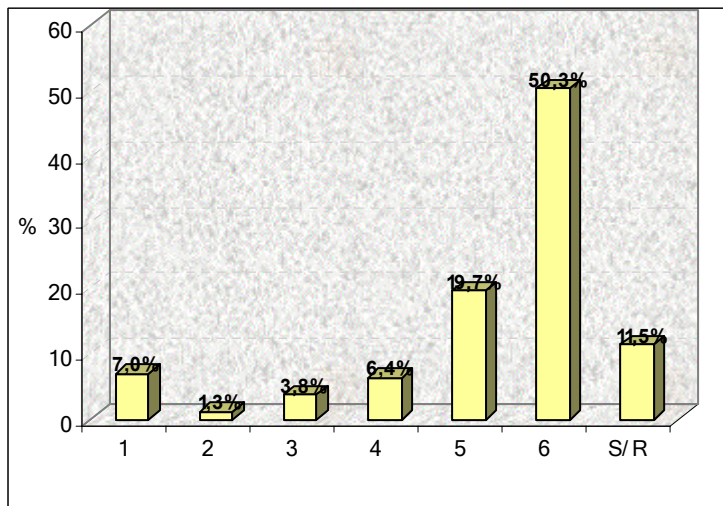
**Tabela 49. “Tenho um relacionamento estável com alguém” por sexo**

Sexo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Feminino	78	4,0	1-6	2,26	0,26	-0,46
Masculino	39	4,1	1-6	2,25	0,36	-0,49

**Gráfico 5. "Gostava de casar um dia"**



**Gráfico 6. "Um dia gostava de viver com alguém"**



**Gráfico 7. "Não acredito no casamento"**

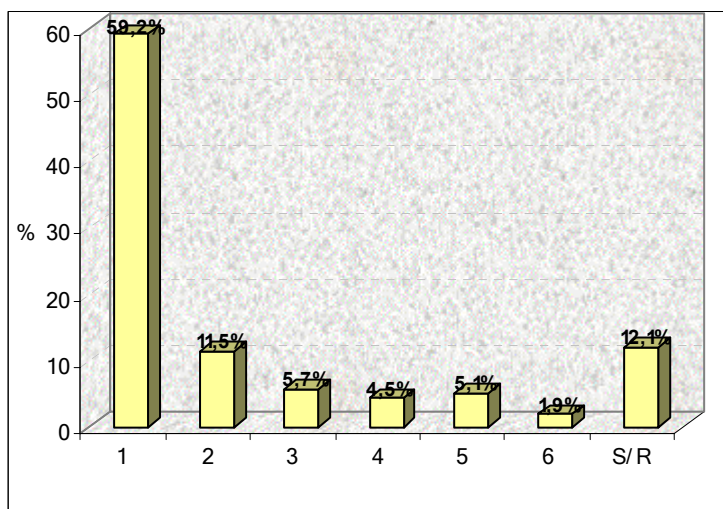


Gráfico 8. “Para quê mudar se estou bem assim?”

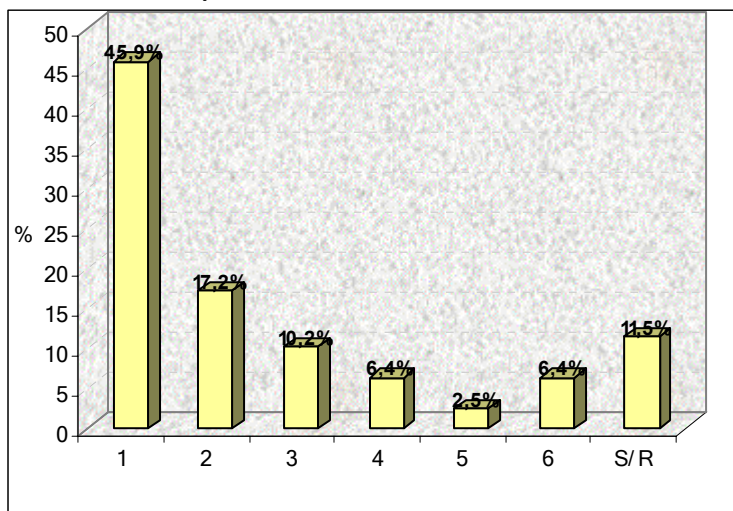


Tabela 50. Estatísticas descritivas das opiniões dos diplomados solteiros relativamente ao motivo para serem solteiros (Gráfico 54)

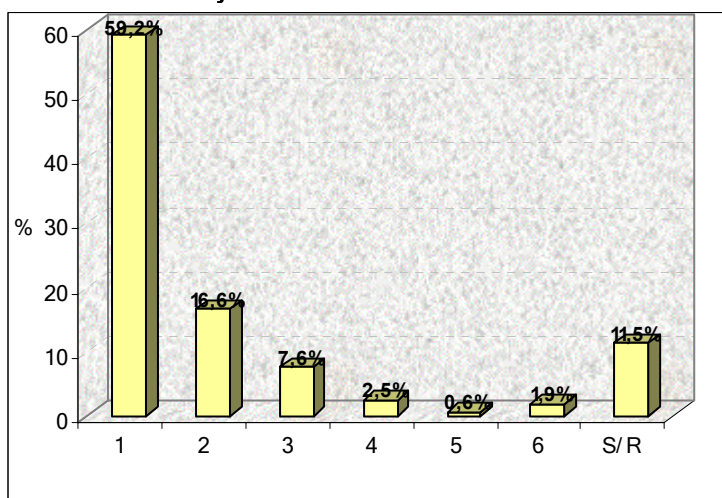
Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
1	139	1,6	1	1-6	1,11	1,06	0,09	2,33	5,92
2	142	2,3	1	1-6	2,88	1,70	0,14	1,06	-0,22
3	137	3,3	2	1-6	5,00	2,24	0,19	0,19	-1,81
4	145	3,2	3	1-6	2,74	1,66	0,14	0,20	-1,00
5	138	1,6	1	1-6	1,58	1,26	0,11	2,23	4,33

**Legenda:**

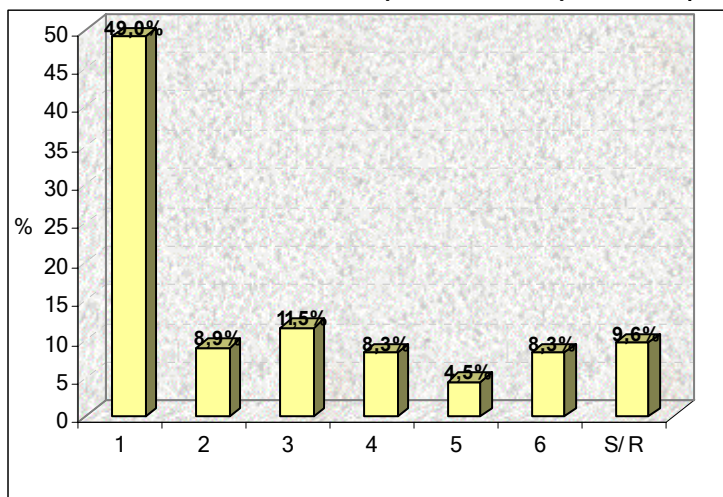
Não sou casado nem vivo em união de facto...

- 1- Porque as relações afectivas funcionam melhor se cada um viver na sua casa
- 2- Porque me considero novo para esse compromisso (casamento ou união de facto)
- 3- Porque ainda não encontrei a pessoa certa
- 4- Porque acima de tudo prezo a minha independência
- 5- Porque prefiro ter relacionamentos que não envolvam tanto compromisso

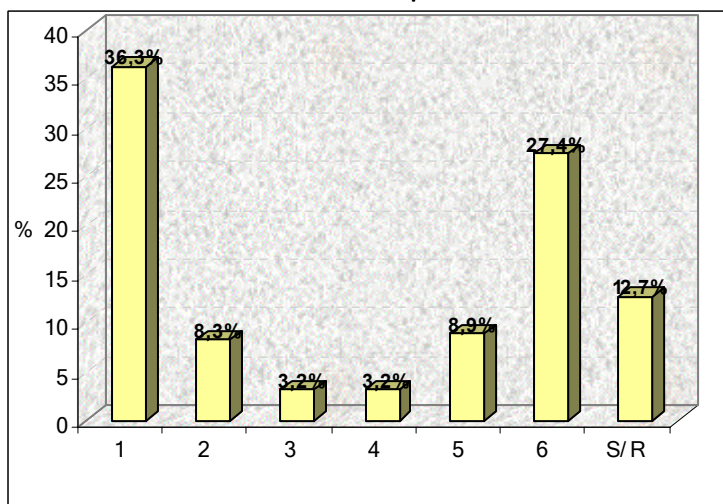
Gráfico 9. “As relações afectivas funcionam melhor se cada um viver na sua casa”



**Gráfico 10. "Considero-me novo para esse compromisso" (casamento ou união de facto)**



**Gráfico 11. "Ainda não encontrei a pessoa certa"**



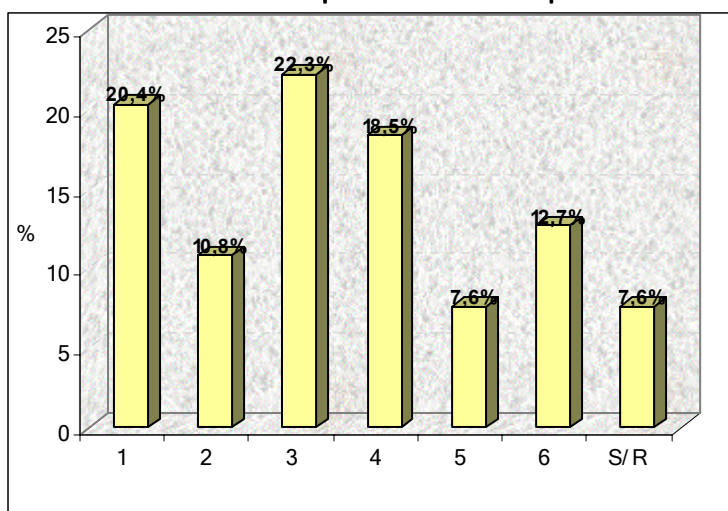
**Tabela 50. "Ainda não encontrei a pessoa certa" por idade em 2003**

Idade	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
24/25	13	3,1	1-6	2,06	0,57	0,49
26/27	47	3,1	1-6	2,18	0,32	0,24
28/29	51	3,4	1-6	2,34	0,33	0,09
30/31	22	3,3	1,6	2,31	0,49	0,24
32/33	1	2,0	2-2	--	--	--
34/35	0	--	--	--	--	--
36 ou mais	3	4,3	1-6	2,89	1,67	-1,73

**Tabela 51. "Ainda não encontrei a pessoa certa" por ano lectivo de conclusão do curso**

Ano lectivo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
1995/96	6	4,3	1-6	2,58	1,05	-0,97
1996/97	21	2,0	1-6	1,99	0,43	1,62
1997/98	26	3,8	1-6	2,39	0,47	-0,26
1998/99	23	3,3	1-6	2,18	0,46	0,20
1999/2000	51	3,2	1-6	2,14	0,30	0,18
2000/01	6	4,0	1-6	2,45	1,00	-0,61

**Gráfico 12. "Acima de tudo prezo a minha independência"**



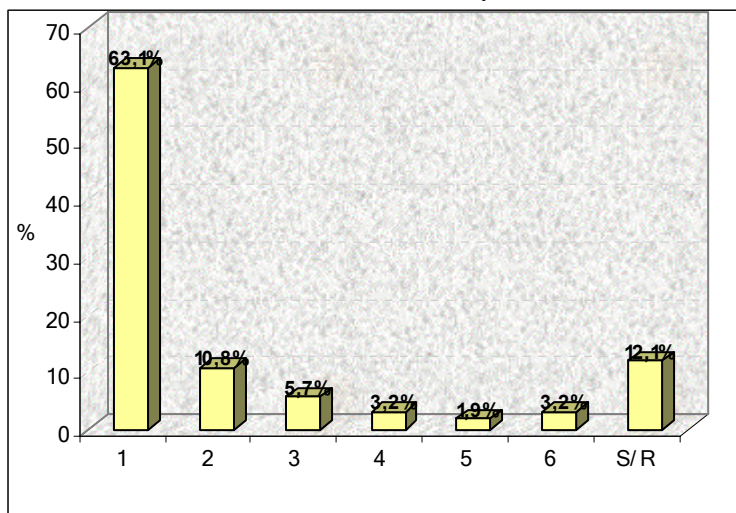
**Tabela 52. "Acima de tudo prezo a minha independência" por idade em 2003**

Idade	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
24/25	14	3,6	1-6	1,91	0,51	-0,18
26/27	50	2,9	1-6	1,59	0,22	0,33
28/29	53	3,2	1-6	1,73	0,24	0,34
30/31	22	3,2	1-5	1,14	0,24	-0,39
32/33	1	4,0	4-4	--	--	--
34/35	0	--	--	--	--	--
36 ou mais	5	5,8	5-6	0,45	0,20	-2,24

**Tabela 53. "Acima de tudo prezo a minha independência" por ano lectivo de conclusão do curso**

Ano lectivo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
1995/96	7	4,4	3-6	0,98	0,37	0,28
1996/97	21	2,8	1-6	1,60	0,35	0,59
1997/98	30	3,1	1-6	1,82	0,33	0,34
1998/99	25	3,3	1-6	1,57	0,31	0,20
1999/2000	52	3,3	1-6	1,70	0,24	0,15
2000/01	6	2,7	1-5	1,63	0,67	0,38

**Gráfico 13. "Prefiro ter relacionamentos que não envolvam tanto compromisso"**



**Tabela 54. Estatísticas descritivas das opiniões dos diplomados solteiros relativamente aos constrangimentos impostos pela situação profissional (Gráfico 55)**

Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
1	141	3,0	3	1-6	4,19	2,05	0,17	0,36	-1,54
2	140	2,3	2	1-6	2,42	1,56	0,13	1,00	-0,09
3	141	3,0	3	1-6	3,86	1,97	0,17	0,40	-1,41

**Legenda:**

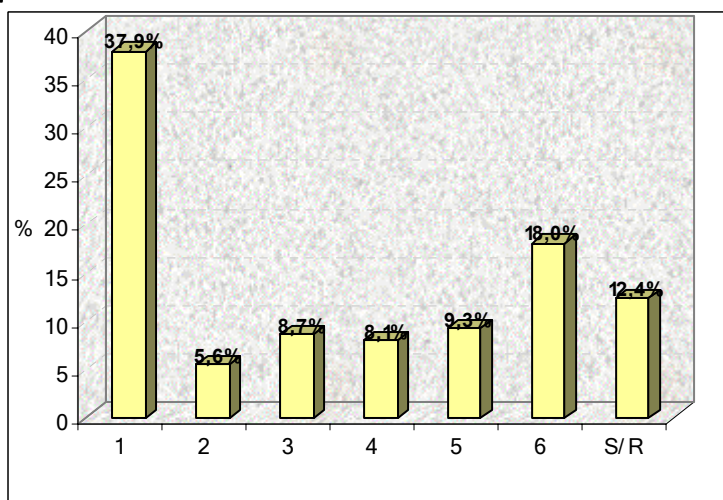
Não sou casado nem vivo em união de facto...

1- Porque não tenho estabilidade profissional

2- A minha actividade profissional deixa pouco tempo para uma relação afectiva

3- Porque não tenho condições financeiras para comprar casa

**Gráfico 14. "Não sou casado nem vivo em união de facto porque não tenho estabilidade profissional"**

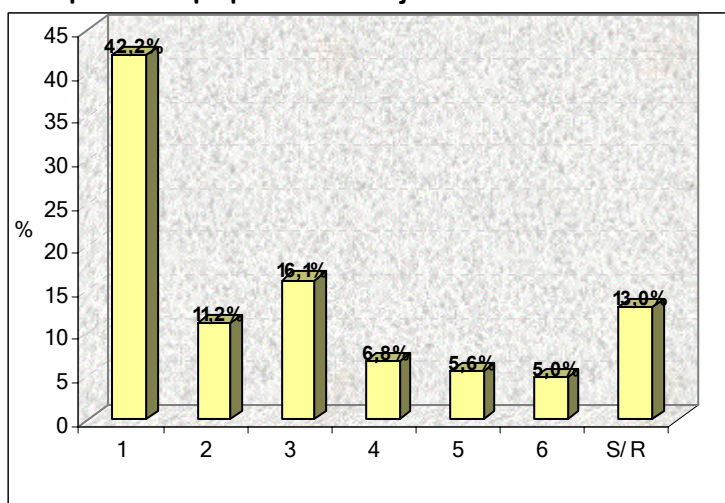




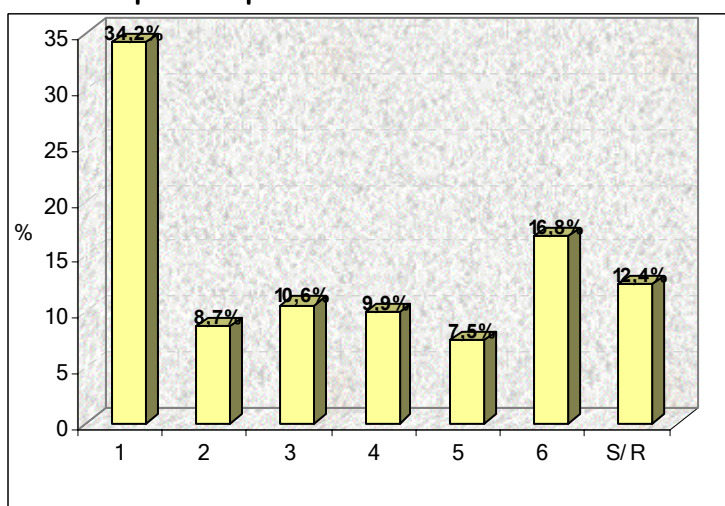
**Tabela 55. “Não sou casado nem vivo em união de facto porque não tenho estabilidade profissional” por ano lectivo de conclusão do curso**

Ano lectivo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
1995/96	5	2,8	1-5	1,79	0,80	0,05
1996/97	21	2,6	1-6	1,83	0,40	0,49
1997/98	29	3,1	1-6	2,29	0,43	0,32
1998/99	26	3,3	1-6	2,09	0,41	0,15
1999/2000	51	3,0	1-6	1,98	0,28	0,40
2000/01	6	2,2	1-6	2,04	0,83	1,78

**Gráfico 15. “Não sou casado nem vivo em união de facto porque a minha actividade profissional deixa pouco tempo para uma relação afectiva”**



**Gráfico 16. “Não sou casado nem vivo em união de facto porque não tenho condições financeiras para comprar casa”**



**Tabela 56. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por ano lectivo de conclusão do curso**

Ano lectivo / Com quem reside	1996		1997		1998		1999		2000		2001		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	4	50,0	11	47,8	18	51,4	14	51,9	29	50,9	5	71,4	2	50,0
Outros familiares	-	-	-	-	2	5,7	-	-	-	-	1	14,3	-	-
Sozinho	3	37,5	10	43,5	7	20,0	6	22,2	21	36,8	1	14,3	1	25,0
Ex-colegas da U.A.	-	-	-	-	2	5,7	-	-	2	3,5	-	-	-	-
Amigos	-	-	-	-	2	5,7	4	14,8	3	5,3	-	-	-	-
Colegas de trabalho	-	-	1	4,4	2	5,7	3	11,1	-	-	-	-	-	-
Companheiro(a)	-	-	1	4,4	2	5,7	-	-	1	1,8	-	-	-	-
Outra opção	1	12,5	-	-	-	-	-	-	1	1,8	-	-	1	25,0
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>23</b>	<b>14,3</b>	<b>35</b>	<b>21,7</b>	<b>27</b>	<b>16,8</b>	<b>57</b>	<b>35,4</b>	<b>7</b>	<b>4,3</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>

N=161

**Tabela 57. Com quem residem durante a semana os diplomados solteiros por rendimento mensal líquido (em euros)**

Rendimento / Como financia	Até 500		501-750		751-1250		1251-1750		1751-2250		+ 2750		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	4	44,4	14	60,9	45	50,6	10	66,7	3	30,0	-	-	2	33,3
Outros familiares	1	11,1	-	-	2	2,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Sozinho	3	33,3	5	21,7	27	30,3	5	33,3	2	20,0	1	100,0	4	66,7
Ex-colegas da U.A.	-	-	2	8,7	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Amigos	-	-	1	4,3	6	6,7	-	-	2	20,0	-	-	-	-
Colegas trabalho	-	-	1	4,3	3	3,4	-	-	2	20,0	-	-	-	-
Companheiro(a)	1	11,1	-	-	2	2,2	-	-	1	10,0	-	-	-	-
Outra opção	-	-	-	-	3	3,4	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>5,9</b>	<b>23</b>	<b>15,0</b>	<b>89</b>	<b>58,2</b>	<b>15</b>	<b>9,8</b>	<b>10</b>	<b>6,5</b>	<b>1</b>	<b>0,7</b>	<b>6</b>	<b>3,9</b>

N=153

**Notas:**

a)O total é de 153 indivíduos dado que, dos 161 solteiros, 8 nunca tiveram emprego até ao momento do inquérito

b)Eliminou-se o escalão dos 2251-2750 € e o financiamento através da bolsa de estudos por não haver respostas nestes campos.

**Tabela 58. Onde residem durante a semana os diplomados solteiros por idade em 2003**

Onde reside / Idade	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	10	58,8	31	56,4	25	43,9	13	56,5	1	50,0	-	-	3	60,0
Casa de familiares	-	-	1	1,8	1	1,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Quarto alugado	3	17,7	4	7,3	12	21,1	3	13,0	-	-	-	-	-	-
Andar alugado	2	11,8	11	20,0	8	14,0	2	8,7	1	50,0	-	-	-	-
Andar comprado	2	11,8	6	10,9	8	14,0	4	17,4	-	-	1	50,0	-	-
Moradia	-	-	1	1,8	1	1,8	1	4,4	-	-	-	-	1	20,0
Outra opção	-	-	1	1,8	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20,0
<b>Sem informação</b>	-	-	-	-	2	3,5	-	-	-	-	1	50,0	-	-
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>10,6</b>	<b>55</b>	<b>34,2</b>	<b>57</b>	<b>35,4</b>	<b>23</b>	<b>14,3</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>5</b>	<b>3,1</b>

N=161

Tabela 59. Onde residem durante a semana os diplomados solteiros por ano lectivo de conclusão do curso

Onde reside	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	4	50,0	11	47,8	19	54,3	14	51,9	28	49,1	5	71,4	2	50,0
Casa de familiares	-	-	-	-	1	2,9	-	-	1	1,8	-	-	-	-
Quarto alugado	2	25,0	2	8,7	4	11,4	2	7,4	9	15,8	1	14,3	2	50,0
Andar alugado	-	-	4	17,4	6	17,1	6	22,2	8	14,0	-	-	-	-
Andar comprado	-	-	6	26,1	3	8,6	4	14,8	7	12,3	1	14,3	-	-
Moradia	2	25,0	-	-	1	2,9	-	-	1	1,8	-	-	-	-
Outra opção	-	-	-	-	-	-	1	3,7	1	1,8	-	-	-	-
<b>Sem informação</b>	-	-	-	-	1	2,9	-	-	2	3,5	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>23</b>	<b>14,3</b>	<b>35</b>	<b>21,7</b>	<b>27</b>	<b>16,8</b>	<b>57</b>	<b>35,4</b>	<b>7</b>	<b>4,3</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>

N=161

Tabela 60. Onde residem durante a semana os diplomados solteiros por sexo

Onde reside	Sexo		Feminino		Masculino	
	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	61	56,0	22	42,3		
Casa de familiares	1	0,9	1	1,9		
Quarto alugado	14	12,8	8	15,4		
Andar alugado	12	11,0	12	23,1		
Andar comprado	14	12,8	7	13,5		
Moradia	3	2,8	1	1,9		
Outra opção	2	1,8	-	-		
<b>Sem informação</b>	2	1,8	1	1,9		
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>67,7</b>	<b>52</b>	<b>32,3</b>		

N=161

Tabela 61. Onde residem durante a semana os diplomados solteiros por área de formação

Onde reside	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	6	50,0	26	53,1	17	51,5	19	48,7	15	53,6
Casa de familiares	-	-	-	-	2	6,1	-	-	-	-
Quarto alugado	3	25,0	9	18,4	3	9,1	6	15,4	1	3,6
Andar alugado	2	16,7	6	12,2	5	15,2	5	12,8	6	21,4
Andar comprado			4	8,2	4	12,1	7	18,0	6	21,4
Moradia	1	8,3	2	4,1			1	2,6		
Outra opção			1	2,0	1	3,0				
<b>Sem informação</b>			1	2,0	1	3,0	1	2,6		
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>7,5</b>	<b>49</b>	<b>30,4</b>	<b>33</b>	<b>20,5</b>	<b>39</b>	<b>24,2</b>	<b>28</b>	<b>17,4</b>

N=161

**Tabela 62. Onde residem durante a semana os diplomados solteiros por origem social**

Onde reside	Origens		Dirigentes		Médias		Populares		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	14	60,9	46	49,5	17	53,1	6	46,2		
Casa de familiares			1	1,1	1	3,1				
Quarto alugado	2	8,7	12	12,9	4	12,5	4	30,8		
Andar alugado	2	8,7	18	19,4	3	9,4	1	7,7		
Andar comprado	4	17,4	12	12,9	3	9,4	2	15,4		
Moradia	0	0,0	2	2,2	2	6,3	0	0,0		
Outra opção	1	4,3	1	1,1	0	0,0	0	0,0		
<b>Sem informação</b>	0	0,0	1	1,1	2	6,3	0	0,0		
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>14,3</b>	<b>93</b>	<b>57,8</b>	<b>32</b>	<b>19,9</b>	<b>13</b>	<b>8,1</b>		

N=161

**Tabela 63. Onde residem durante a semana os diplomados solteiros por posição social**

	BDP		PBTE		PBE		PBPR		G_5:99	
Solteiro CasaPais	27	46,6	42	55,3	5	71,4	2	40,0	2	28,6
Solteiro CasaFami	1	1,7	1	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Solteiro QrtoAlug	7	12,1	12	15,8	0	0,0	0	0,0	2	28,6
Solteiro AndrAlug	12	20,7	9	11,8	1	14,3	0	0,0	0	0,0
Solteiro AndrComp	8	13,8	7	9,2	1	14,3	3	60,0	2	28,6
Solteiro Moradia	1	1,7	2	2,6	0	0,0	0	0,0	1	14,3
Solteiro OUTRA	1	1,7	1	1,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Solteiro Missing	1	1,7	2	2,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>37,9</b>	<b>76</b>	<b>49,7</b>	<b>7</b>	<b>4,6</b>	<b>5</b>	<b>3,3</b>	<b>7</b>	<b>4,6</b>

N=153

\* Dos 161 solteiros em análise, 8 nunca trabalharam, pelo que não era possível determinar a sua posição social, pelo menos com base nos mesmos critérios do que os dos restantes indivíduos, de forma que a frequência absoluta total considerada neste cruzamento é de 153.

**Tabela 64. Situação residencial ao fim-de-semana por unidade de convivência durante a semana**

	Pais		Outros		Sozinho		Ex-colegas		Amigos		Colegas Trab.		Comp.		Outra opção	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diferente	1	1,2	0	0,0	24	49,0	3	75,0	5	55,6	3	50,0	0	0,0	2	66,7
Igual	82	98,8	3	100,00	24	49,0	1	25,0	4	44,4	3	50,0	4	100,0	1	33,3
<i>Sem informação</i>	0	0,0	0	0,0	1	2,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>51,6</b>	<b>3</b>	<b>1,9</b>	<b>49</b>	<b>30,4</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>	<b>9</b>	<b>5,6</b>	<b>6</b>	<b>3,7</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>	<b>3</b>	<b>1,9</b>

**Tabela 65. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados solteiros por idade em 2003**

Situação residencial	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diferente	5	29,4	12	21,8	15	26,3	5	21,7	-	-	1	50,0	-	-
Igual	12	70,6	42	76,4	42	73,7	18	72,3	2	100,0	1	50,0	5	100,0
<b>Sem informação</b>	-	-	1	1,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>10,6</b>	<b>55</b>	<b>34,2</b>	<b>57</b>	<b>35,4</b>	<b>23</b>	<b>14,3</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>5</b>	<b>3,1</b>

N=161

**Tabela 66. Situação residencial dos solteiros durante o fim-de-semana por ano lectivo de conclusão do curso**

Situação residencial \ Ano lectivo	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diferente	1	12,5	5	21,7	10	28,6	6	22,2	13	22,8	1	14,3	2	50,0
Igual	7	87,5	18	78,3	25	71,4	20	74,1	44	77,2	6	85,7	2	50,0
Sem informação	-	-	-	-	-	-	1	3,7	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>5,0</b>	<b>23</b>	<b>14,3</b>	<b>35</b>	<b>21,7</b>	<b>27</b>	<b>16,8</b>	<b>57</b>	<b>35,4</b>	<b>7</b>	<b>4,3</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>

N=161

**Tabela 67. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados solteiros por sexo**

Situação residencial \ Sexo	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Diferente	24	22,0	14	26,9
Igual	84	77,1	38	73,1
Sem informação	1	0,9	-	-
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>67,7</b>	<b>52</b>	<b>32,3</b>

N=161

**Tabela 68. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados solteiros por posição social**

	BDP		PBTE		PBE		PBPR		G_5:99	
Diferente	15	25,9	19	25,0					2	28,6
Igual	43	74,1	56	73,7	7	100,0	5	100,0	5	71,4
Sem informação			1	1,3	0					
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>37,9</b>	<b>76</b>	<b>49,7</b>	<b>7</b>	<b>4,6</b>	<b>5</b>	<b>3,3</b>	<b>7</b>	<b>4,6</b>

N=153

\* Dos 161 solteiros em análise, 8 nunca trabalharam, pelo que não era possível determinar a sua posição social, pelo menos com base nos mesmos critérios do que os dos restantes indivíduos, de forma que a frequência absoluta total considerada neste cruzamento é de 153.

**Tabela 69. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por idade em 2003**

Como financia \ Idade	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	6	35,3	20	36,4	14	24,6	10	43,5	-	-	1	50,0	2	40,0
Bolsa de estudos	-	-	4	7,3	2	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Próprio	9	52,9	27	49,1	38	66,7	9	39,1	2	100,0	1	50,0	2	40,0
Outros familiares	-	-	-	-	1	1,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Família companheiro(a)	-	-	-	-	-	-	1	4,4	-	-	-	-	-	-
Outra opção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20,0
Sem informação	2	11,8	4	7,3	2	3,5	3	13,0	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>10,6</b>	<b>55</b>	<b>34,2</b>	<b>57</b>	<b>35,4</b>	<b>23</b>	<b>14,3</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>5</b>	<b>3,1</b>

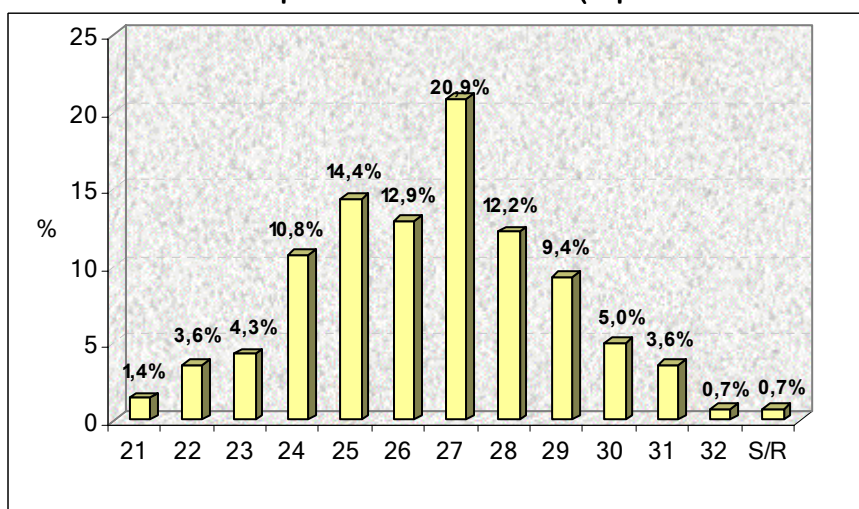
N=161

**Tabela 70. Forma de financiamento das despesas com habitação dos diplomados solteiros por ano de conclusão do curso**

Ano lectivo	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	2	25,0	8	34,8	8	22,9	12	44,4	19	33,3	3	42,9	1	25,0
Bolsa de estudos	-	-	1	4,4	4	11,4	1	3,7	-	-	-	-	-	-
Próprio	5	62,5	14	60,9	17	48,6	13	48,2	33	57,9	3	42,9	3	75,0
Outros familiares	-	-	-	-	1	2,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Família companheiro(a)	-	-	-	-	1	2,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra opção	-	-	-	-	-	-	1	3,7	-	-	-	-	-	-
Sem informação	1	12,5	-	-	4	11,4	-	-	5	8,8	1	14,3	-	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>23</b>	<b>14,3</b>	<b>35</b>	<b>21,7</b>	<b>27</b>	<b>16,8</b>	<b>57</b>	<b>35,4</b>	<b>7</b>	<b>4,3</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>

N=161

**Gráfico 17. Idade dos diplomados ao casamento (depois da conclusão do curso)**



**Tabela 71. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento por idade em 2003**

Idade	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Até 6 meses	-	-	3	9,7	4	10,3	1	2,2	5	31,3	-	-
Entre 6 e 12 meses	1	33,3	7	22,6	2	5,1	5	10,9	2	12,5	-	-
Entre 1e 2anos	2	66,7	6	19,4	10	25,6	13	28,3	5	31,3	2	50,0
Entre 2 e3anos	-	-	7	22,6	5	12,8	6	13,0	1	6,3	2	50,0
Entre 3 e 4anos	-	-	5	16,1	6	15,4	9	19,6	2	12,5	-	-
Mais de 4 anos	-	-	1	3,2	11	28,2	11	23,9	1	6,3	-	-
Sem informação	-	-	2	6,5	1	2,6	1	2,2	0	0,0	-	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>31</b>	<b>22,3</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>	<b>46</b>	<b>33,1</b>	<b>16</b>	<b>11,5</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>

N=139

Nota: Não se integra na tabela o escalão de "36 ou mais anos" por nele não existirem diplomados casados.

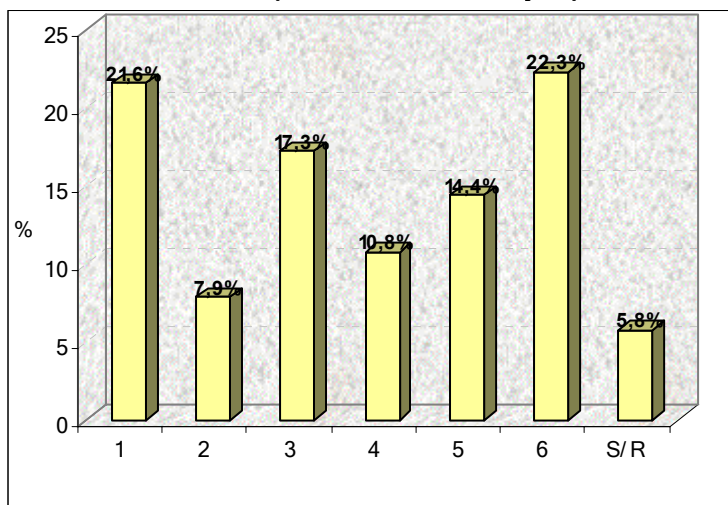
**Tabela 72. Estatísticas descritivas referentes à opinião dos diplomados casados acerca da influência dos factores profissionais sobre o casamento (Gráfico 61)**

Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio--padrão	Erro--padrão	Skewness	Kurtosis
1	131	3,6	4	1-6	3,54	1,88	0,16	-0,09	-1,43
2	133	3,7	4	1-6	3,35	1,83	0,16	-0,13	-1,33

**Legenda:**

- 1- Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou
- 2- Casei-me quando a minha situação financeira estabilizou

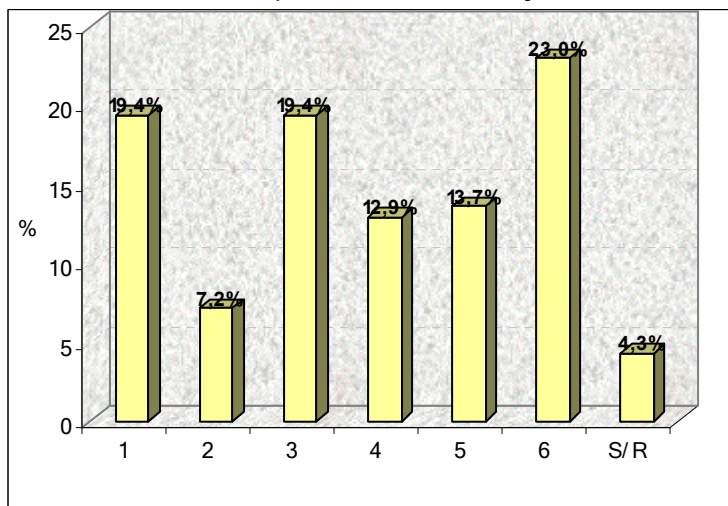
**Gráfico 18. “Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou”**



**Tabela 73. “Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou” por ano de conclusão do curso**

	N VÁLIDO	MÉDIA	AMPLITUDE	DESVIO-PADRÃO	ERRO-PADRÃO	SKEWNESS
1995/96	19	3,9	1-6	1,73	0,40	-0,18
96/97	32	3,7	1-6	2,02	0,36	-0,19
97/98	32	3,7	1-6	1,89	0,33	-0,26
98/99	24	3,5	1-6	1,82	0,37	0,00
99/00	17	3,5	1-6	1,94	0,47	-0,05
00/01	4	3,3	1-6	2,06	1,03	0,71

**Gráfico 19. “Casei-me quando a minha situação financeira estabilizou”**



**Tabela 74. União de facto antes do casamento por idade**

União de facto anterior	Idade		24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	33,3		12,9		12,8		13,0		12,5	1	25,0	-	-	-	-
Não	2	66,7		80,7		82,1		84,8		87,5	3	75,0	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	-	-		6,5		5,1		2,2		-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>31</b>	<b>22,3</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>	<b>46</b>	<b>33,1</b>	<b>16</b>	<b>11,5</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>

N=139

**Tabela 75. União de facto antes do casamento por ano de conclusão do curso**

União de facto anterior	Ano		1996		1997		1998		1999		2000		2001		<i>Sem informação</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	6	18,8	7	21,2	1	4,0	4	21,1	-	-	1	25,0	3	75,0
Não	23	100,0	25	78,1	25	75,8	22	88,0	14	73,7	3	100,0	3	75,0	-	-
<i>Sem informação</i>	-	-	1	3,1	1	3,0	2	8,0	1	5,3	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>16,5</b>	<b>32</b>	<b>23,0</b>	<b>33</b>	<b>23,7</b>	<b>25</b>	<b>18,0</b>	<b>19</b>	<b>13,7</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>

N=139

**Tabela 76. Tipo de casamento por idade**

Tipo de casamento	Idade		24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Civil	-	-	3	9,7	1	2,6	5	10,9	1	6,3	-	-	-	-	-	-
Religioso	3	100,0	26	83,9	37	94,9	40	87,0	15	93,8	4	100,0	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	-	-	2	6,5	1	2,6	1	2,2	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>31</b>	<b>22,3</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>	<b>46</b>	<b>33,1</b>	<b>16</b>	<b>11,5</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>

N=139

**Tabela 77. Tipo de casamento por ano de conclusão do curso**

Tipo de casamento	Idade		1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		<i>Sem informação</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Civil	1	4,4	3	9,4	4	12,1	0	0,0	2	10,5	-	-	-	-	-	-
Religioso	22	95,7	28	87,5	28	84,9	24	96,0	16	84,2	3	100,0	4	100,0	4	100,0
<i>Sem informação</i>	-	-	1	3,1	1	3,0	1	4,0	1	5,3	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>16,5</b>	<b>32</b>	<b>23,0</b>	<b>33</b>	<b>23,7</b>	<b>25</b>	<b>18,0</b>	<b>19</b>	<b>13,7</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>

N=139

**Tabela 78. Motivo da opção pelo casamento por idade**

Motivo	Idade		24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casamento = compromisso máximo	1	33,3	10	32,3	14	35,9	21	45,7	4	25,0	2	50,0	0	0,0	0	0,0
Era importante para o cônjuge	0	0,0	2	6,5	1	2,6	2	4,4	1	6,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ultrapassar fase experimental	0	0,0	2	6,5	1	2,6	2	4,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Condições financeiras	0	0,0	0	0,0	1	2,6	0	0,0	1	6,3	1	25,0	0	0,0	0	0,0
Estabilidade profissional	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Etapa natural a seguir ao namoro	2	66,7	12	38,7	17	43,6	17	37,0	5	31,3	1	25,0	0	0,0	0	0,0
União de facto = decepção para a família	0	0,0	1	3,2	2	5,1	1	2,2	2	12,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Vantagens	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,2	1	6,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outro motivo	0	0,0	2	6,5	2	5,1	0	0,0	1	6,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<i>Sem informação</i>	0	0,0	2	6,5	1	2,6	1	2,2	1	6,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>31</b>	<b>22,3</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>	<b>46</b>	<b>33,1</b>	<b>16</b>	<b>11,5</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>

N=139



**Tabela 79. Motivo da opção pelo casamento por ano lectivo**

Motivo	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casamento = compromisso máximo	9	39,1	15	46,9	17	51,5	3	12,0	6	31,6	1	33,3	1	25,0
Era importante para o cônjuge	0	0,0	3	9,4	1	3,0	1	4,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0
Ultrapassar fase experimental	0	0,0	2	6,3	0	0,0	1	4,0	2	10,5	0	0,0	0	0,0
Condições financeiras	0	0,0	2	6,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	25,0
Estabilidade profissional	0	0,0	0	0,0	1	3,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Etapa natural a seguir ao namoro	13	56,5	6	18,8	9	27,3	16	64,0	7	36,8	1	33,3	2	50,0
União de facto = decepção para a família	0	0,0	1	3,1	2	6,1	2	8,0	1	5,3	0	0,0	0	0,0
Vantagens	0	0,0	2	6,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outro motivo	1	4,4	0	0,0	1	3,0	1	4,0	2	10,5	0	0,0	0	0,0
Sem informação	0	0,0	1	3,1	2	6,1	1	4,0	1	5,3	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>16,5</b>	<b>32</b>	<b>23,0</b>	<b>33</b>	<b>23,7</b>	<b>25</b>	<b>18,0</b>	<b>19</b>	<b>13,7</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>

N=139

**Tabela 80. Como conheceu o cônjuge por idade em 2003**

Como conheceu	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Na U.A.	1	33,3	9	29,0	12	30,8	13	28,3	8	50,0	1	25,0
Em Aveiro	0	0,0	5	16,1	2	5,1	5	10,9	0	0,0	1	25,0
Colega de trabalho	0	0,0	0	0,0	5	12,8	9	19,6	0	0,0	0	0,0
Contexto não profissional	0	0,0	2	6,5	5	12,8	5	10,9	0	0,0	2	50,0
Ensino secundário	1	33,3	14	45,2	11	28,2	13	28,3	5	31,3	0	0,0
Outra situação	1	33,3	1	3,2	4	10,3	1	2,2	2	12,5	0	0,0
Sem informação	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	6,3	0	0,0
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>31</b>	<b>22,3</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>	<b>46</b>	<b>33,1</b>	<b>16</b>	<b>11,5</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>

N=139

**Tabela 81. Ocupação profissional do cônjuge por idade em 2003**

Ocupação profissional	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dirigentes superiores	-	-	-	-	-	-	1	2,2	-	-	-	-
Empresários (10 ou + trabalh.)	-	-	-	-	1	2,6	-	-	-	-	-	-
Empresários (-10 trabalh.)	-	-	-	-	-	-	3	6,5	2	12,5	-	-
Profissões liberais	-	-	1	3,2	-	-	5	10,9	1	6,3	-	-
Quadros técnicos superiores	-	-	6	19,4	9	23,1	16	34,8	5	31,3	-	-
Quadros técnicos intermédios	1	33,3	6	19,4	4	10,3	4	8,7	1	6,3	2	50,0
Professores	1	33,3	4	12,9	11	28,2	9	19,6	5	31,3	1	25,0
Trabalhadores conta própria	-	-	1	3,2	5	12,8	-	-	-	-	-	-
Empregados escrit/com/serv.	-	-	5	16,1	5	12,8	4	8,7	1	6,3	1	25,0
Operários	1	33,3	5	16,1	1	2,6	1	2,2	-	-	-	-
Assalariados indiferenciados	-	-	1	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Assalariados agr/emp.	-	-	-	-	1	2,6	1	2,2	-	-	-	-
Outra	-	-	1	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem informação	-	-	1	3,2	2	5,1	2	4,3	1	6,3	-	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>31</b>	<b>22,3</b>	<b>39</b>	<b>28,1</b>	<b>46</b>	<b>33,1</b>	<b>16</b>	<b>11,5</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>

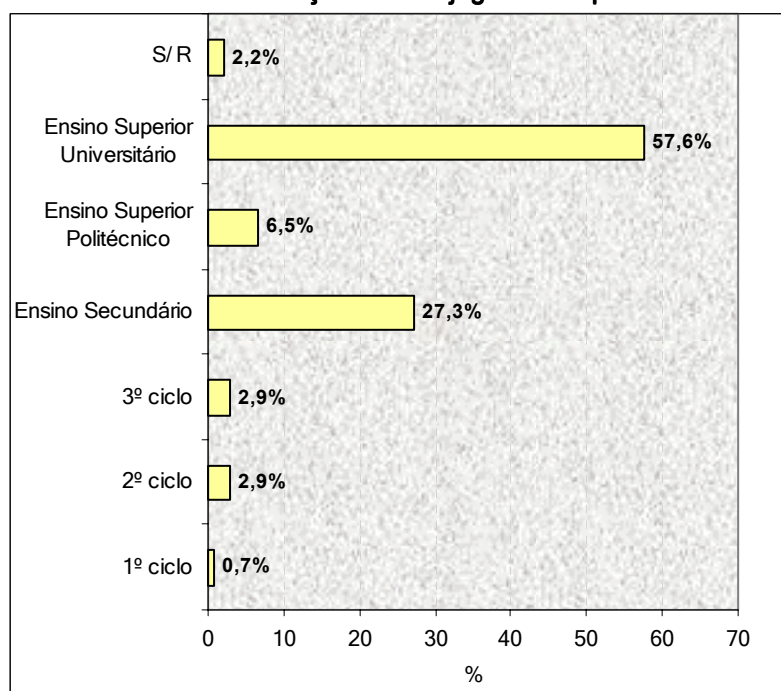
N=139

**Tabela 82. Ocupação profissional do cônjuge por ano de conclusão do curso**

Ano lectivo	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2001		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dirigentes superiores	-	-	1	3,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresários (10 ou + trabalh.)	-	-	-	-	-	-	1	4,0	-	-	-	-	-	-
Empresários (-10 trabalh.)	2	8,7	1	3,1	1	3,0	-	-	-	-	-	-	1	25,0
Profissões liberais	1	4,3	2	6,3	4	12,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Quadros técnicos superiores	7	30,4	10	31,3	7	21,2	4	16,0	6	31,6	-	-	1	25,0
Quadros técnicos intermédios	1	4,3	6	18,8	3	9,1	4	16,0	4	21,1	-	-	-	-
Professores	7	30,4	7	21,9	7	21,2	5	20,0	5	26,3	-	-	-	-
Trabalhadores conta própria	1	4,3	1	3,1	2	6,1	1	4,0	-	-	-	-	1	25,0
Empregados escrit/com/serv.	3	13,0	4	12,5	3	9,1	3	12,0	2	10,5	1	33,3	-	-
Operários	1	4,3	-	-	3	9,1	2	8,0	2	10,5	-	-	-	-
Assalariados indiferenciados	-	-	-	-	-	-	1	4,0	-	-	-	-	-	-
Assalariados agr/emp.	-	-	-	-	-	-	2	8,0	-	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	1	3,0	-	-	-	-	-	-	0	0,0
<b>Sem informação</b>	-	-	-	-	2	6,1	2	8,0	-	-	1	33,3	1	25,0
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>16,5</b>	<b>32</b>	<b>23,0</b>	<b>33</b>	<b>23,7</b>	<b>25</b>	<b>18,0</b>	<b>19</b>	<b>13,7</b>	<b>3</b>	<b>2,2</b>	<b>4</b>	<b>2,9</b>

N=139

**Gráfico 20. Grau de instrução dos cônjuges dos diplomados casados depois do curso**



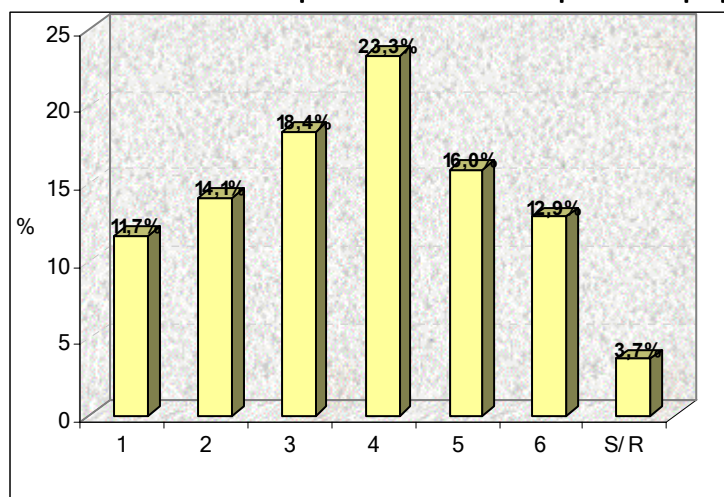
**Tabela 83. Estatísticas descritivas relativas ao gráfico 67**

Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
1	157	3,6	4	1-6	2,41	1,55	-0,09	-0,98	157
2	154	2,2	2	1-6	1,90	1,38	0,95	-0,18	154
3	159	4,5	5	1-6	1,35	1,16	-0,44	-0,31	159

**Legenda:**

- 1-A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família
- 2- O tempo gasto com a casa/filhos entrava a minha progressão profissional
- 3- Consigo conciliar as exigências da actividade profissional e da vida familiar

**Gráfico 21. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família”**



**Tabela 84. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família” por ano lectivo de conclusão do curso**

Ano lectivo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
1995/96	24	3,5	1 - 6	1,72	0,35	0,05
1996/97	36	3,5	2 - 6	1,36	0,23	-0,07
1997/98	36	3,7	3 - 6	1,49	0,25	-0,32
1998/99	29	3,2	4 - 6	1,61	0,30	0,37
1999/2000	24	4,1	5 - 6	1,50	0,31	-0,41
2000/01	5	3,6	6 - 6	1,67	0,75	-1,09

**Tabela 85. Tipo de trabalho dos diplomados casados por género**

	FEMININO		MASCULIN	
Tempo completo	104	88,1	38	97,4
Tempo parcial	10	8,5	1	2,6
Sem informação	4	3,4	0	0,0
Total	118	75,2	39	24,8

N=157

**Nota:**

Dos 163 indivíduos em análise nesta secção, 6 não trabalhavam à data do inquérito por questionário, pelo que o total de sujeitos para este cruzamento é de 157.

**Tabela 86. Tipo de trabalho dos diplomados casados por área de formação**

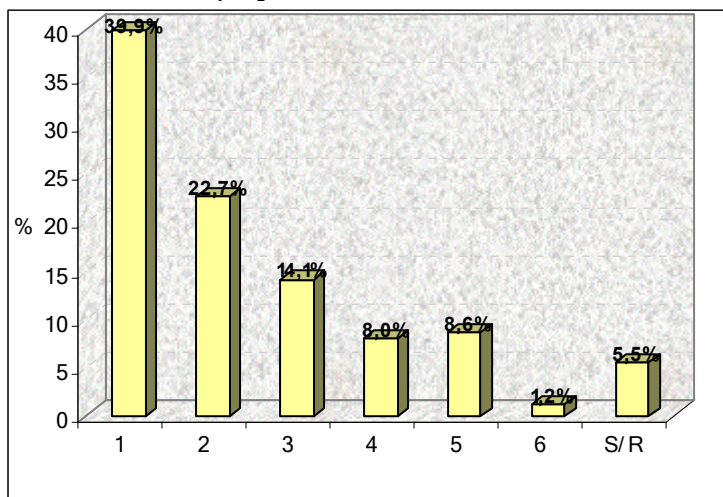
	ENSINO I		ENSINO II		CIÊNCIAS		ENGENHAR		GTPLACOM	
Tempo completo	18	94,7	47	81,0	15	88,2	38	97,4	24	100,0
Tempo parcial			8	13,8	2	11,8	1	2,6		
Sem informação	1	5,3	3	5,2						
Total	19	12,1	58	36,9	17	10,8	39	24,8	24	15,3

N=157

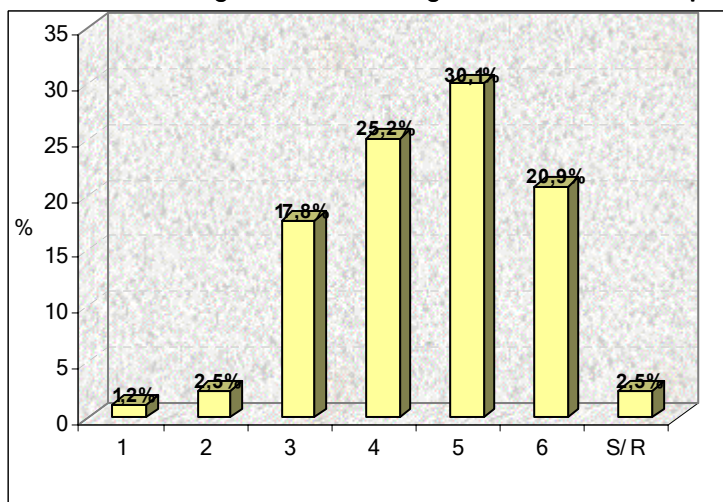
**Nota:**

Dos 163 indivíduos em análise nesta secção, 6 não trabalhavam à data do inquérito por questionário, pelo que o total de sujeitos para este cruzamento é de 157.

**Gráfico 22. “O tempo gasto com a casa/filhos entrava a minha progressão profissional”**



**Gráfico 23. “Consigo conciliar as exigências da actividade profissional e da vida familiar”**



**Tabela 87. Estatísticas descritivas relativas ao gráfico 25**

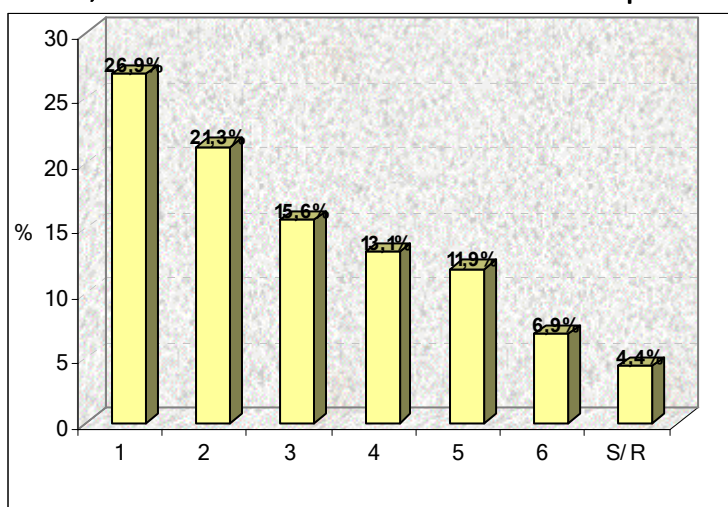
Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
4	153	2,8	2	1-6	2,61	1,62	0,49	-0,97	153
5	156	5,0	5	1-6	1,35	1,16	-1,39	1,93	156

**Legenda:**

4- Nas decisões profissionais, o principal é ponderar os Prós/contras para a minha carreira; a família só tem a beneficiar se eu melhorar profissionalmente

5- Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental

**Gráfico 24. “Nas decisões profissionais, o principal é ponderar os prós/contras para a minha carreira; a família só tem a beneficiar se eu melhorar profissionalmente”**



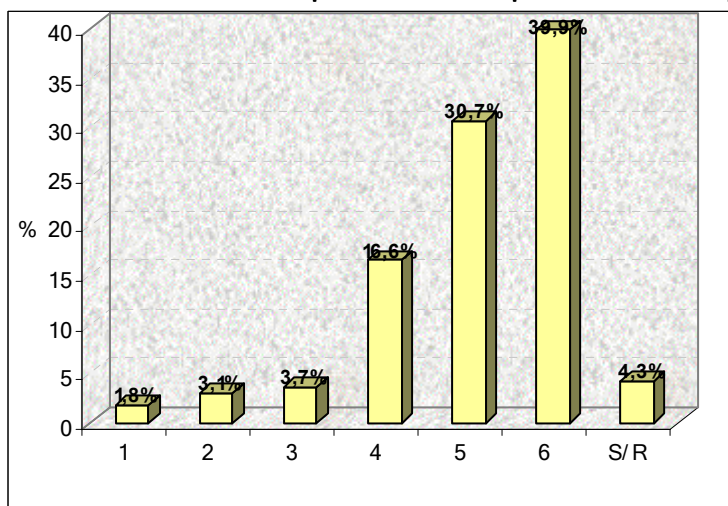
**Tabela 88. “Nas decisões profissionais, o principal é ponderar os prós/contras para a minha carreira; a família só tem a beneficiar se eu melhorar profissionalmente”por ano lectivo de conclusão do curso**

Ano lectivo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
1996	23	2,9	1-6	1,60	0,33	0,45
1997	36	3,0	1-6	1,68	0,28	0,20
1998	35	2,3	1-6	1,59	0,27	0,93
1999	28	2,9	1-6	1,51	0,29	0,68
2000	22	3,1	1-6	1,60	0,34	0,60
2001	5	2,6	1-5	1,67	0,75	0,51

**Tabela 89. “Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental” por sexo**

Sexo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Feminino	115	2,8	1-6	1,63	0,15	0,46
Masculino	38	2,8	1-6	1,60	0,26	0,60

**Gráfico 25. “Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental”**



**Tabela 90. Com quem residem durante a semana os diplomados casados por idade em 2003**

Com quem reside \ Idade	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	-	-	-	-	1	2,1	2	3,9	1	5,6	-	-	-	-
Sozinho	-	-	-	-	4	8,3	1	2,0	1	5,6	-	-	-	-
Colegas de trabalho	-	-	-	-	-	-	1	2,0	-	-	-	-	-	-
Cônjuge	3	100,0	31	100,0	42	87,5	46	90,2	16	88,9	5	100,0	4	100,0
Outra opção	-	-	-	-	1	2,1	1	2,0	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>1,9</b>	<b>31</b>	<b>19,4</b>	<b>48</b>	<b>30,0</b>	<b>51</b>	<b>31,9</b>	<b>18</b>	<b>11,3</b>	<b>5</b>	<b>3,1</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>

**Tabela 91. Com quem residem durante a semana os diplomados casados por ano lectivo de conclusão do curso**

Com quem reside \ Ano lectivo	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	1	4,0	1	2,7	1	2,7	1	3,5	-	-	-	-	-	-
Sozinho	1	4,0	3	8,1	1	2,7	1	3,5	-	-	-	-	-	-
Colegas de trabalho	-	-	1	2,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cônjuge	23	92,0	31	83,8	35	94,6	26	89,7	23	100,0	5	100,0	4	100,0
Outra opção	-	-	1	2,7	-	-	1	3,5	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>15,6</b>	<b>37</b>	<b>23,1</b>	<b>37</b>	<b>23,1</b>	<b>29</b>	<b>18,1</b>	<b>23</b>	<b>14,1</b>	<b>5</b>	<b>3,1</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>

**Tabela 92. Com quem residem durante a semana os diplomados casados por origem social**

	DIRIGENTES		MÉDIAS		POPULARES		SEM INFORMAÇÃO	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Pais	1	3,8	3	2,8				
Sozinho	1	3,8	2	1,9	2	9,5	1	16,7
Colegas de trabalho			1	0,9	0	0,0		
Cônjuge	24	92,3	99	92,5	19	90,5	5	83,3
Outra			2	1,9				
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>16,3</b>	<b>107</b>	<b>66,9</b>	<b>21</b>	<b>13,1</b>	<b>6</b>	<b>3,8</b>

N=160

**Tabela 93. Onde residem durante a semana os diplomados casados por idade em 2003**

Onde reside \ Idade	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	-	-	-	-	2	4,2	5	9,8	-	-	-	-	-	-
Casa de familiares	-	-	2	6,5	2	4,2	1	2,0	-	-	-	-	-	-
Andar alugado	-	-	4	12,9	6	12,5	3	5,9	1	5,6	-	-	-	-
Andar comprado	1	33,3	15	48,4	26	54,2	26	51,0	14	77,8	4	80,0	1	25,0
Moradia	2	66,7	7	22,6	12	25,0	16	31,4	2	11,1	1	20,0	3	75,0
Outra opção	-	-	1	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Sem informação</i>	-	-	2	6,5	-	-	-	-	1	5,6	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>1,9</b>	<b>31</b>	<b>19,4</b>	<b>48</b>	<b>30,0</b>	<b>51</b>	<b>31,9</b>	<b>18</b>	<b>11,3</b>	<b>5</b>	<b>3,1</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>

N=160

**Tabela 94. Onde residem durante a semana os diplomados casados por ano lectivo de conclusão do curso**

Onde reside	1996		1997		1998		1999		2000		2001		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	2	8,0	-	-	1	2,7	2	6,9	1	4,4	1	20,0	-	-
Casa de familiares	-	-	-	-	2	5,4	1	3,5	2	8,7	-	-	-	-
Andar alugado	2	8,0	4	10,8	2	5,4	4	13,8	2	8,7	-	-	-	-
Andar comprado	13	52,0	24	64,9	25	67,6	11	37,9	10	43,5	2	40,0	2	50,0
Moradia	8	32,0	8	21,6	7	18,9	10	34,5	6	26,1	2	40,0	2	50,0
Outra opção	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,4	-	-	-	-
<b>Sem informação</b>	-	-	1	2,7	-	-	1	3,5	1	4,4	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>15,6</b>	<b>37</b>	<b>23,1</b>	<b>37</b>	<b>23,1</b>	<b>29</b>	<b>18,1</b>	<b>23</b>	<b>14,1</b>	<b>5</b>	<b>3,1</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>

N=160

**Tabela 95. Onde residem durante a semana os diplomados casados por sexo**

Onde reside	Feminino		Masculino	
	N	%	N	%
Casa dos pais	6	5,1	1	2,4
Casa de familiares	2	1,7	3	7,1
Andar alugado	10	8,5	4	9,5
Andar comprado	60	50,9	27	64,3
Moradia	36	30,5	7	16,7
Outra opção	1	0,9	-	-
<b>Sem informação</b>	3	2,5	-	-
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>73,8</b>	<b>42</b>	<b>26,3</b>

N=160

**Tabela 96. Onde residem durante a semana os diplomados casados por área de formação**

Onde reside	Ensino I		Ensino II		Ciências		Engenharias		G/P/C	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	-	-	3	5,2	2	9,1	1	2,5	1	4,4
Casa de familiares	2	11,8	1	1,7	-	-	2	5,0	-	-
Andar alugado	3	17,7	6	10,3	2	9,1	1	2,5	2	8,7
Andar comprado	8	<b>47,1</b>	24	41,4	15	<b>68,2</b>	29	<b>72,5</b>	11	<b>47,8</b>
Moradia	4	23,5	23	40,0	1	4,6	7	17,5	8	34,8
Outra opção	-	-	-	-	1	4,6	-	-	-	-
<b>Sem informação</b>	-	-	1	1,7	1	4,6	-	-	1	4,4
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>10,6</b>	<b>58</b>	<b>36,3</b>	<b>22</b>	<b>13,8</b>	<b>40</b>	<b>25</b>	<b>23</b>	<b>14,4</b>

N=160

**Tabela 97. Onde residem durante a semana os diplomados casados por posição social**

	BDP		PBTE		PBE		PBPR		G 5:99	
Casa dos pais	3	5,8	4	4,4						
Casa de familiares	2	3,8	3	3,3						
Andar alugado	3	5,8	9	10,0				1	20,0	
Andar comprado	33	63,5	43	47,8	4	80,0	2	100,0	2	40,0
Moradia	9	17,3	30	33,3	1	20,0			2	40,0
Sem informação	2	3,8	1	1,1						
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>33,8</b>	<b>90</b>	<b>58,4</b>	<b>5</b>	<b>3,2</b>	<b>2</b>	<b>1,3</b>	<b>5</b>	<b>3,2</b>

N=154

**Nota:**

- Dos 160 casados, 6 nunca trabalharam pelo que, não sendo possível determinar a sua posição social, não foram considerados neste cruzamento. Assim se justifica a frequência absoluta total de 154 indivíduos e também o facto de, nesta tabela, não figurar "outra opção", que constituía a resposta de um dos 6 excluídos deste cruzamento.

**Tabela 98. Com quem residem durante a semana os diplomados casados por origem social**

	DIRIGENTES		MÉDIAS		POPULARES		SEM INFORMAÇÃO	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Casa dos pais	1	3,8	5	4,7	0	0,0	1	16,7
Casa de familiares	0	0,0	5	4,7	0	0,0	0	0,0
Quarto alugado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Andar alugado	3	11,5	6	5,6	4	19,0	1	16,7
Andar comprado	16	61,5	58	54,2	10	47,6	3	50,0
Moradia	6	23,1	30	28,0	6	28,6	1	16,7
Outra opção					1	4,8		
Sem informação	0	0,0	3	2,8	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>16,3</b>	<b>107</b>	<b>66,9</b>	<b>21</b>	<b>13,1</b>	<b>6</b>	<b>3,8</b>

N=160

**Tabela 99. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados casados por idade em 2003**

Idade	24/25		26/27		28/29		30/31		32/33		34/35		36 ou mais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diferente	-	-	2	6,5	4	8,3	7	13,7	3	16,7	-	-	-	-
Igual	3	100,0	29	93,6	44	91,7	44	86,3	15	83,3	5	100,0	4	100,0
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>1,9</b>	<b>31</b>	<b>19,4</b>	<b>48</b>	<b>30,0</b>	<b>51</b>	<b>31,9</b>	<b>18</b>	<b>11,3</b>	<b>5</b>	<b>3,1</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>

N=160

**Tabela 100. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados casados por ano lectivo de conclusão do curso**

Ano lectivo	1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/2000		2000/01		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diferente	3	12,0	2	5,4	4	10,8	3	10,3	3	13,0	1	20,0		
Igual	22	88,0	35	94,6	33	89,2	26	89,7	20	87,0	4	80,0	4	100,0
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>15,6</b>	<b>37</b>	<b>23,1</b>	<b>37</b>	<b>23,1</b>	<b>29</b>	<b>18,1</b>	<b>23</b>	<b>14,1</b>	<b>5</b>	<b>3,1</b>	<b>4</b>	<b>2,5</b>

N=160

**Tabela 101. Situação residencial ao fim-de-semana dos diplomados casados por origem social**

	ORISOCIA		ORISOCIA		ORISOCIA	
	Dirigent	Médias	Populare			
Diferente	3	11,5	9	8,4	2	9,5
Igual	23	88,5	98	91,6	19	90,5
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>45,6</b>	<b>107</b>	<b>48,6</b>	<b>21</b>	<b>38,9</b>

N=160

**Tabela 102. Estatísticas descritivas relativas ao gráfico 75**

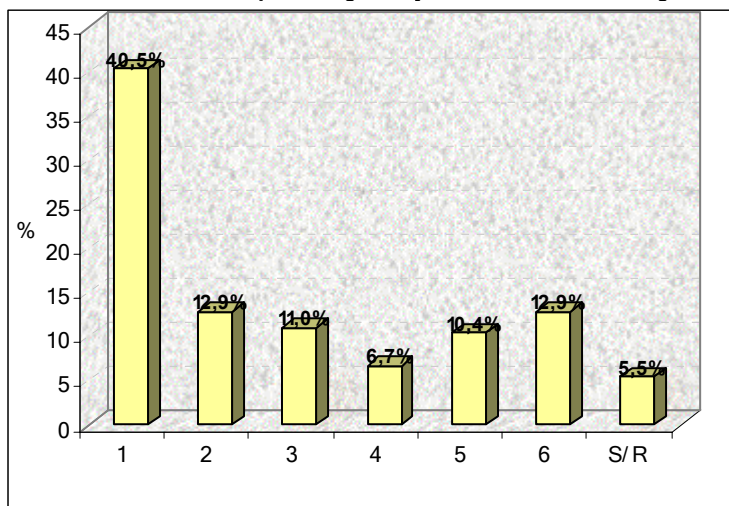
Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
1	154	2,7	2	1-6	3,53	1,88	0,64	-1,13	154
2	156	1,8	1	1-6	1,64	1,28	1,88	2,89	156

**Legenda:**

- 1- Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas
- 2- No quotidiano, conto com o apoio financeiro dos meus pais/sogros



**Gráfico 26. “Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas”**



**Tabela 103. “Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas” por idade em 2003**

Idade em 2003	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
24/25	3	1,0	1-1	0,00	0,00	0,00
26/27	32	3,0	1-6	2,02	0,36	0,40
28/29	45	3,1	1-6	1,76	0,26	0,31
30/31	50	2,8	1-6	1,99	0,28	0,59
32/33	17	1,7	1-6	1,53	0,37	2,22
34/35	4	1,8	1-3	0,96	0,48	0,85
36 ou mais	3	1,7	1-2	0,58	0,33	-1,73

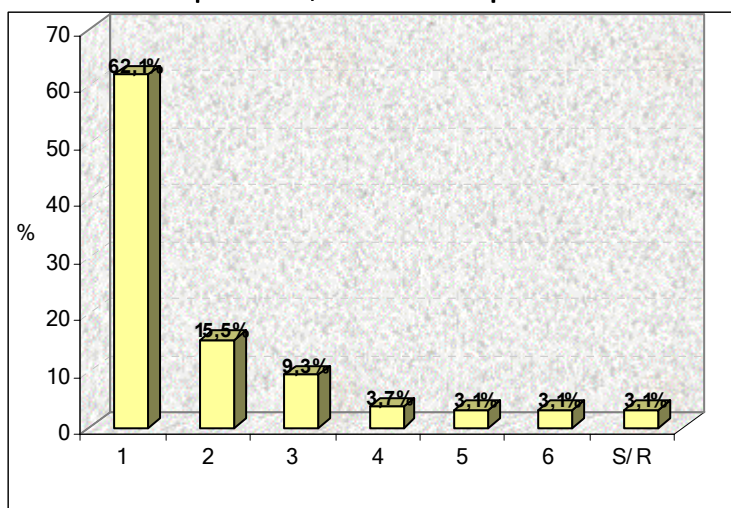
**Tabela 104. “Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas” por ano lectivo de conclusão do curso**

Ano lectivo	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
1995/96	21	3,3	1-6	2,24	0,49	0,01
1996/97	36	2,1	1-6	1,61	0,27	1,25
1997/98	36	3	1-6	1,90	0,32	0,53
1998/99	30	2,8	1-6	1,89	0,34	0,43
1999/2000	23	2,9	1-6	1,90	0,40	0,61
2000/01	5	1,8	1-3	0,84	0,37	0,51

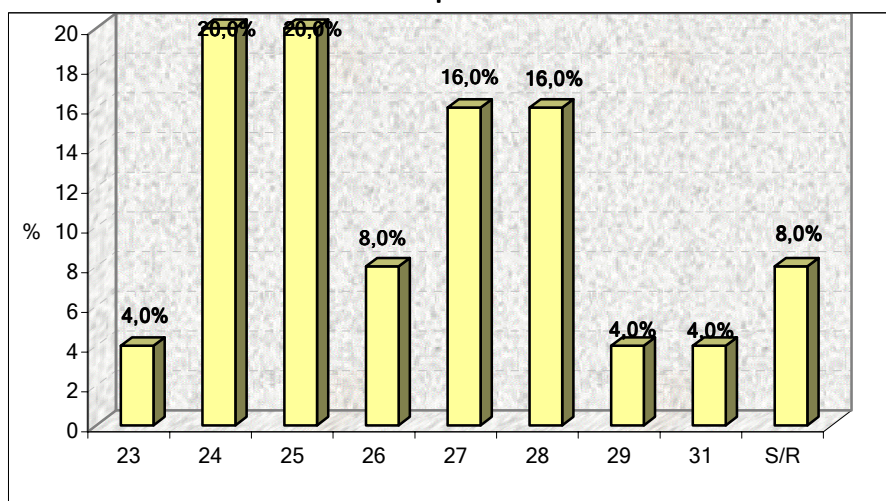
**Tabela 105 “Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas” por origem social**

Origens	N válido	Média	Amplitude	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness
Dirigentes	27	2,7	1-6	2,12	0,41	0,58
Médias	102	2,7	1-6	1,81	0,18	0,65
Populares	19	2,8	1-6	2,15	0,49	0,64

**Gráfico 27. “No quotidiano, conto com o apoio financeiro dos meus pais/sogros”**



**Gráfico 28. Idade à união de facto depois da conclusão do curso**



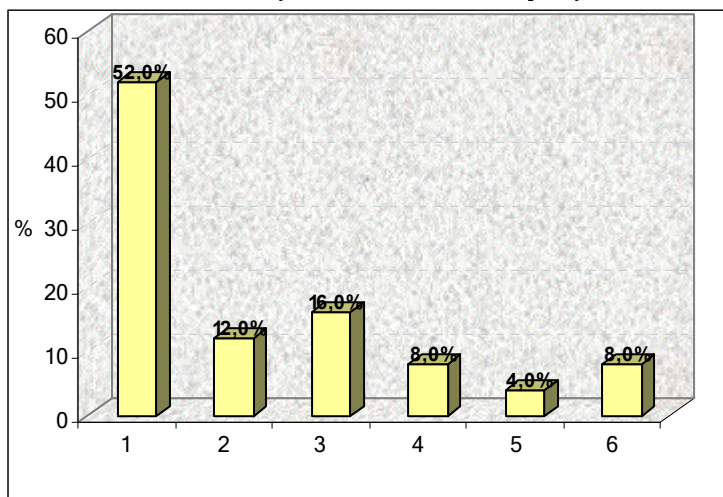
**Tabela 106. Estatísticas descritivas referentes às opiniões dos indivíduos em união de facto relativamente à influência da situação profissional (Gráfico 77)**

Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
1	25	2,2	1,0	1-6	2,69	1,64	0,33	1,18	0,35
2	24	2,3	1,5	1-6	2,20	1,48	0,30	0,93	0,14

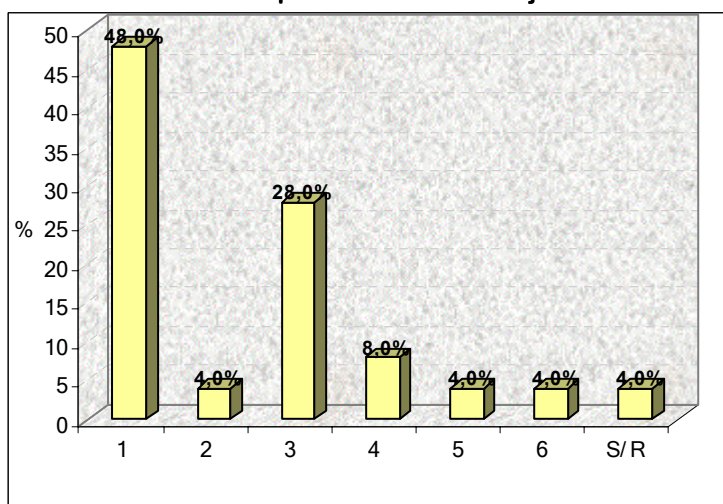
**Legenda:**

- 1- Juntei-me quando a minha situação profissional estabilizou
- 2- Juntei-me quando a minha situação financeira estabilizou

**Gráfico 29. “Juntei-me quando a minha situação profissional estabilizou”**



**Gráfico 30. “Juntei-me quando a minha situação financeira estabilizou”**



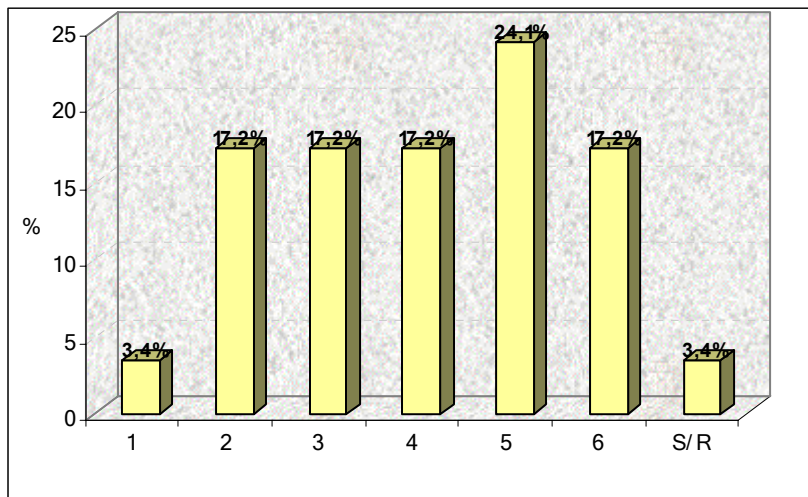
**Tabela 107. Estatísticas descritivas relativas às percepções dos indivíduos em união de facto sobre a relação entre a vida familiar e a vida profissional (Gráfico 81)**

Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
1	28	4,0	4,0	1-6	2,26	1,50	0,28	-0,22	-1,10
2	24	1,8	1,5	1-4	0,89	0,94	0,19	1,23	0,83
3	27	4,4	4,0	1-6	2,26	1,50	0,29	-0,84	0,23

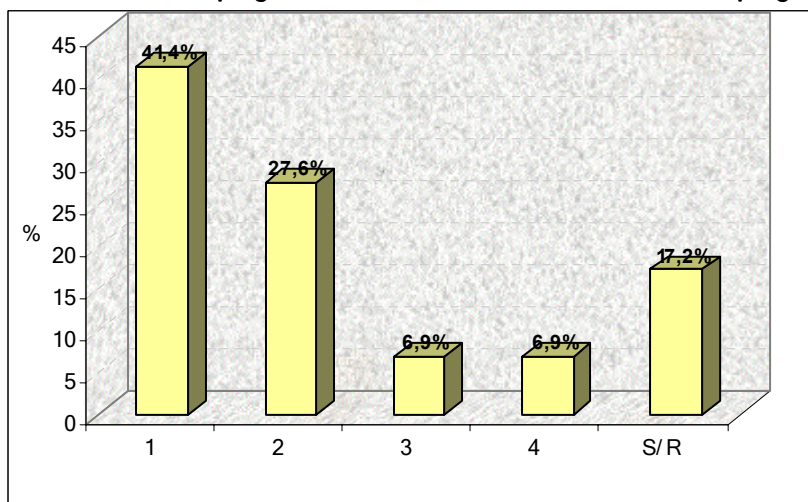
**Legenda:**

- 1-A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família
- 2- O tempo gasto com a casa/filhos entrava a minha progressão profissional
- 3- Consigo conciliar as exigências da actividade profissional e da vida familiar

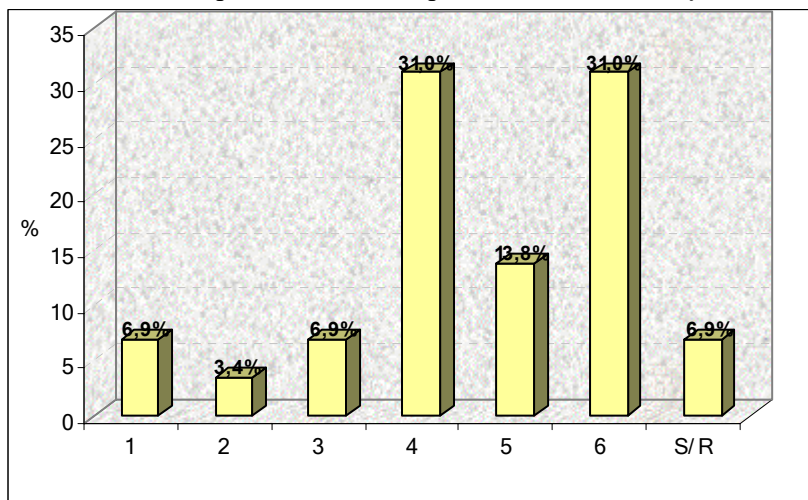
**Gráfico 31. “A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família”**



**Gráfico 32. “O tempo gasto com a casa/filhos entrava a minha progressão profissional”**



**Gráfico 33. “Consigo conciliar as exigências da actividade profissional e da vida familiar”**



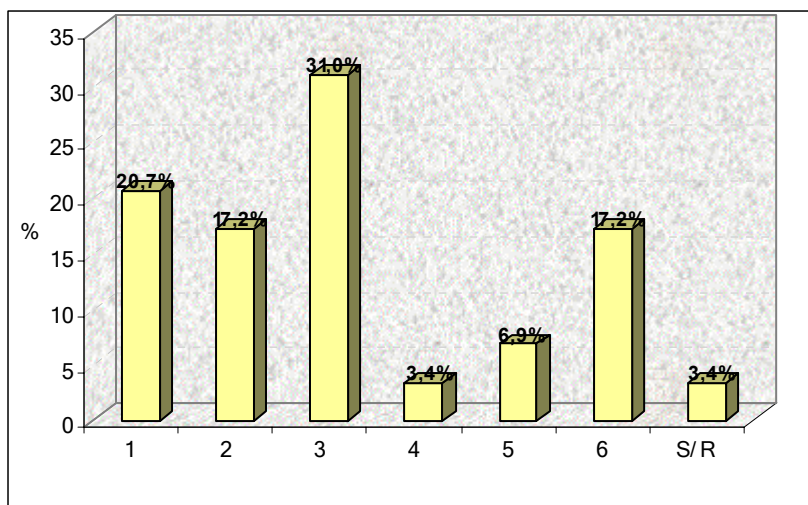
**Tabela 108. Estatísticas descritivas referentes às percepções dos indivíduos em união de facto sobre o processo de tomada de decisões a nível profissional (Gráfico 82)**

Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
1	28	3,1	3,0	1-6	3,06	1,75	0,33	0,54	-0,89
2	28	4,8	5,0	3-6	1,38	1,17	0,22	-0,36	-1,36

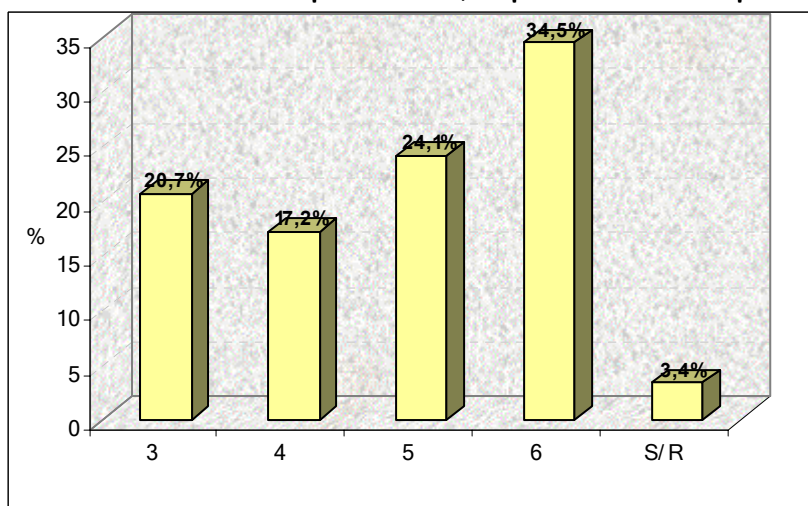
**Legenda:**

- 1- Nas decisões profissionais, o principal é ponderar os prós/contras para a minha carreira; a família só tem a beneficiar se eu melhorar profissionalmente
- 2- Nas decisões profissionais, a opinião do meu cônjuge é fundamental

**Gráfico 34. “Nas decisões profissionais, o principal é ponderar os prós/contras para a minha carreira”**



**Gráfico 35. “Nas decisões profissionais, a opinião do meu companheiro é fundamental”**



**Tabela 109. Com quem e onde residem ao fim-de-semana os diplomados em união de facto com situação diferente**

Com quem reside	N	%	Onde reside	N	%
Pais	1	50,0	Casa dos pais	1	50,0
Companheiro (a)	1	50,0	Sem resposta	1	50,0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>	<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>

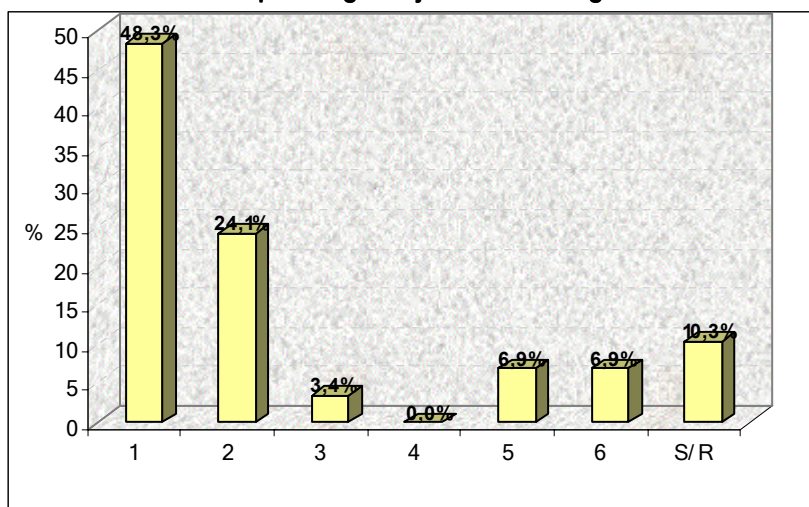
**Tabela 110. Estatísticas descritivas referentes às opiniões dos indivíduos em união de facto sobre o apoio da rede familiar**

Item	N válido	Média	Mediana	Amplitude	Variância	Desvio-padrão	Erro-padrão	Skewness	Kurtosis
1	26	2,0	1,0	1-6	2,60	1,61	0,32	1,67	1,60
2	26	2,0	1,0	1-6	2,20	1,48	0,29	1,59	1,54

**Legenda:**

- 1- Os meus pais/sogros ajudam-me a fazer/organizar as tarefas domésticas
- 2- No quotidiano, conto com o apoio financeiro dos meus pais/sogros

**Gráfico 36. “Os meus pais/sogros ajudam-me a organizar as tarefas domésticas”**



**Gráfico 37. “No cotidiano, conto com o apoio financeiro dos meus pais/sogros”**

